



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX Nº 175 QUINTA-FEIRA, 30 DE OUTUBRO DE 2014

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 26</p> <p>Líder Eunício Oliveira - PMDB (63,70)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 19 Eunício Oliveira (63,70)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107)</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p>Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL/PRB) - 23</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (116,121)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,102) Inácio Arruda (89,96,115,127) Marcelo Crivella (36,120,128)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 13 Humberto Costa (116,121)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,95) Anibal Diniz (25,99) Paulo Paim (94) Eduardo Suplicy (103)</p> <p>Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (49,55,67,102)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p>Líder do PCdoB - 2 Vanessa Grazziotin (1,91,117)</p> <p>Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (89,96,115,127)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (36,120,128)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM/SD) - 17</p> <p>Vice-Líderes Mário Couto (34,61,123) Jayme Campos (28,106,110,124)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 12 Aloysio Nunes Ferreira (7,68,113)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (80) Paulo Bauer (5,35,74,79)</p> <p>Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,77)</p> <p>Líder do SD - 1 Vicentinho Alves (42,54,71,111)</p>
		<p>PSB - 4 Líder Rodrigo Rollemberg - PSB (69,101)</p> <p>Vice-Líder Lídice da Mata (29,38,82,129)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 10</p> <p>Líder Gim - PTB (56,58,59)</p> <p>Vice-Líder Alfredo Nascimento (41,66)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino (125) Mozarildo Cavalcanti (57,126)</p> <p>Líder do PR - 4 Alfredo Nascimento (41,66)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p>Líder do PSC - 0 Eduardo Amorim (17,47,48,72,131)</p>	<p>Governo Líder Eduardo Braga - PMDB (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	<p>PROS - 1 Líder Ataídes Oliveira - PROS (98,108,114)</p>

EXPEDIENTE

<p>Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p>	<p>Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar</p>
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 152ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 29 DE OUTUBRO DE 2014	7
1.1 – ABERTURA.....	7
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE.....	7
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação	
1.2.1.1 – Requerimento	
Nº 821/2014, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, solicitando a retirada do Requerimento nº 401/2014.	
Deferido.....	9
1.2.1.2 – Comunicações	
Da Liderança do DEM no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 657/2014 (Ofício nº 19/2014). <i>Será feita a substituição solicitada.</i>	9
Da Liderança do DEM na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 652/2014 (Ofício nº 284/2014). <i>Será feita a substituição solicitada.</i>	10
Da Liderança do PTB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 656/2014 (Ofício nº 345/2014). <i>Será feita a substituição solicitada.</i>	10
Da Liderança do PP/PROS na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 652/2014 (Ofício nº 576/2014). <i>Será feita a substituição solicitada.</i>	10
Da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 656/2014, referente à sua instalação, eleição do Presidente e do Vice-Presidente, e designação do Relator e do Relator revisor (Ofício nº 1/2014).....	10
Da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 657/2014, referente à sua instalação, eleição do Presidente e do Vice-Presidente, e designação do Relator e do Relator revisor (Ofício nº 1/2014).....	10
1.2.1.3 – Término de prazo e extinção de Comissão	
Término do prazo, ontem, sem apresentação de projeto de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da adoção da Medida Provisória nº 644/2014. <i>Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria.</i>	11
1.2.1.4 – Extinção de Comissão	
Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da Medida Provisória nº 650/2014.....	11
1.2.1.5 – Projetos de Lei do Senado	
Nº 299/2014, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que <i>dispõe sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e sobre a obrigatoriedade de seu cálculo para todos os estabelecimento de educação básica das redes pública e privada</i>	11
Nº 300/2014, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que <i>dispõe sobre o exercício da profissão de soprador, moldador e modelador de vidros e afins</i>	12
Nº 301/2014, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que <i>dispõe sobre o contrato de distribuição com dependência econômica de uma das partes</i>	13
Nº 302/2014, de autoria do Senador Jayme Campos, que <i>altera o Código de Processo Penal, para dispor sobre a identificação de cadáveres por meio de laudos periciais necropapiloscópicos, nas hipóteses de morte violenta, suspeita ou acidental.</i>	18
Nº 303/2014, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que <i>altera as Leis nºs 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e 8.213, de 24 de julho de 1991, para instituir o seguro-cheia, estabelecer a contagem do período das cheias de rios que prejudiquem as atividades agrícolas como tempo de contribuição para a Previdência Social e definir regras para a concessão de aposentadoria especial para os agricultores que se enquadrem nos requisitos do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.</i>	19

1.2.1.6 – Propostas de Emenda à Constituição

Nº 34/2014, tendo como primeiro signatário o Senador Ruben Figueiró, que *altera o art. 206 da Constituição Federal, para dispor sobre a obrigatoriedade de retribuição individual, mediante prestação de serviço à comunidade ou contribuição financeira, por parte dos egressos de instituições de educação superior pública ou dos que tiveram seus estudos em instituição privada custeados pelo Estado* 21

Nº 35/2014, tendo como primeiro signatário o Senador Walter Pinheiro, que *altera os arts. 14, 17, 27, 28, 29, 44, 46, 57 e 82 da Constituição, estabelece a coincidência das eleições e a proibição da reeleição para cargos do Poder Executivo, dispõe sobre o acesso ao fundo partidário, estabelece regras de transição e submete a referendo as alterações relativas a sistema eleitoral* 27

Nº 36/2014, tendo como primeiro signatário o Senador Ricardo Ferraço, que *acrescenta o § 7º ao art. 127 da Constituição Federal, para determinar que o Procurador-Geral da República apresente anualmente ao Senado Federal relatório anual de atividades*. 68

1.2.1.7 – Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 1.180/2014, na origem, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 954/2012, de autoria do Senador Alvaro Dias..... 72

1.2.1.8 – Mensagem da Presidente da República

Nº 84/2014 (nº 269/2014, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. PABLO WALDEMAR RENTERIA para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). 72

1.2.1.9 – Aviso de Ministro de Estado da Fazenda

Nº S/72/2014 (nº 292/2014, na origem), encaminhando o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de setembro último, a tabela demonstrativa da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. 85

1.2.1.10 – Abertura de prazo

Abertura do prazo até o encerramento da discussão, no turno suplementar, para apresentação de emendas, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 26/2010 (**Ofício nº 127/2014-CCJ**)..... 157

1.2.2 – Oradores

SENADOR PAULO PAIM – Comunicação do lançamento de livro de autoria de S. Ex^a, denominado “Nau Solitária”, na feira do Livro de Porto Alegre; e outros assuntos. 157

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI, como Líder – Defesa de alterações no sistema político-eleitoral brasileiro; e outro assunto. 161

SENADORA ANA AMÉLIA – Apoio à decisão da Câmara dos Deputados de sustar decreto presidencial que dispõe sobre a criação da Política Nacional de Participação Social; e outros assuntos..... 163

SENADOR BLAIRO MAGGI, como Líder – Registro dos desafios a serem enfrentados pela Presidência da República no próximo quadriênio; e outro assunto. 166

SENADORA ANGELA PORTELA – Satisfação com o resultado da eleição Presidencial e para o Governo do Estado de Roraima. 167

SENADOR HUMBERTO COSTA – Preocupação com a aprovação, na Câmara dos Deputados, de PDS que susta decreto presidencial que institui a Política Nacional de Participação Social..... 168

SENADOR PAULO DAVIM, como Líder – Defesa da realização de uma ampla reforma política no País. 170

SENADOR LUIZ HENRIQUE – Defesa de reformas no sistema político brasileiro, com destaque à necessidade de descentralização; e outro assunto..... 171

1.2.3 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 819/2014, de autoria da Senadora Angela Portela e de outros Senadores. **Aprovado** 175

1.2.4 – Oradores (continuação)

SENADOR ACIR GURGACZ – Congratulações a Confúcio Moura, reeleito ao Governo de Rondônia, e à Dilma Rousseff, por sua reeleição ao Governo Federal. 175

SENADOR JAYME CAMPOS – Defesa de projeto de lei, de autoria de S. Ex.^a, que dispõe sobre a identificação de cadáveres por meio de laudos periciais necropapiloscópicos, nas hipóteses de morte violenta, suspeita ou acidental. 177

SENADOR CYRO MIRANDA, como Líder – Considerações sobre o desempenho do PSDB nas eleições e sua atuação no próximo quadriênio; e outro assunto. 178

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Discordância com o procedimento adotado pelo STF para condenação do Deputado Delegado Protógenes, uma vez que a decisão partiu de Turma do Tribunal e não da totalidade de seus membros; e outro assunto. 181

SENADOR WALTER PINHEIRO – Comentários sobre a importância de medida provisória relatada por S.Ex^a que desonera a folha de pagamento de setores da economia; e outros assuntos. 183

SENADOR CASILDO MALDANER – Comentários sobre os resultados das eleições gerais de 2014 com destaque para os desafios a serem enfrentados pelo Governo. 185

SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA, como Líder – Críticas à suposta falta de apoio da Presidente Dilma Rousseff ao Governo de São Paulo no que diz respeito à crise hídrica do Estado.	187
---	-----

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 – Item 1

Projeto de Lei de Conversão nº 15/2014 (proveniente da Medida Provisória nº 651/2014), que dispõe sobre os fundos de índice de renda fixa, sobre a responsabilidade tributária na integralização de cotas de fundos ou clubes de investimento por meio da entrega de ativos financeiros, sobre a tributação das operações de empréstimos de ativos financeiros e sobre a isenção de imposto sobre a renda na alienação de ações de empresas pequenas e médias; prorroga o prazo de que trata a Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011; altera as Leis nºs 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; 12.431, de 24 de junho de 2011; 9.718, de 27 de novembro de 1998; 10.637, de 30 de dezembro de 2002; 10.833, de 29 de dezembro de 2003; 12.996, de 18 de junho de 2014; 11.941, de 27 de maio de 2009; 12.249, de 11 de junho de 2010; 10.522, de 19 de julho de 2002; 12.546, de 14 de dezembro de 2011; 11.774, de 17 de setembro de 2008; 12.350, de 20 de dezembro de 2010; 9.430, de 27 de dezembro de 1996; 11.977, de 7 de julho de 2009; 12.409, de 25 de maio de 2011; 5.895, de 19 de junho de 1973; 11.948, de 16 de junho de 2009; 12.380, de 10 de janeiro de 2011; 12.087, de 11 de novembro de 2009; 12.712, de 30 de agosto de 2012; 12.096, de 24 de novembro de 2009; 11.079, de 30 de dezembro de 2004; 11.488, de 15 de junho de 2007; 6.830, de 22 de setembro de 1980; 9.532, de 10 de dezembro de 1997; 11.196, de 21 de novembro de 2005; 10.147, de 21 de dezembro de 2000; 12.860, de 11 de setembro de 2013; 9.393, de 19 de dezembro de 1996; 9.250, de 26 de dezembro de 1995; 12.598, de 21 de março de 2012; 12.715, de 17 de setembro de 2012; 11.371, de 28 de novembro de 2006; 9.481, de 13 de agosto de 1997; 12.688, de 18 de julho de 2012; 12.101, de 27 de novembro de 2009; 11.438, de 29 de dezembro de 2006; 11.478, de 29 de maio de 2007; 12.973, de 13 de maio de 2014; 11.033, de 21 de dezembro de 2004; 9.782, de 26 de janeiro de 1999; 11.972, de 6 de julho de 2009; 5.991, de 17 de dezembro de 1973; 10.406, de 10 de janeiro de 2002; 9.514, de 20 de novembro de 1997; 11.775, de 17 de setembro de 2008; 10.150, de 21 de dezembro de 2000; e 10.865, de 30 de abril de 2004; e o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 1.569, de 8 de agosto de 1977; das Leis nºs 5.010, de 30 de maio de 1966; e 8.666, de 21 de junho de 1993; da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977; e dá outras providências. Aprovado com Emenda nº 1-PLEN , de redação, após Parecer nº 730/2014-PLEN e Requerimentos nºs 822 a 828/2014 , tendo usado da palavra os Senadores Walter Pinheiro (Relator revisor), Aloysio Nunes Ferreira, Romero Jucá, Randolfe Rodrigues, Wellington Dias, Lúcia Vânia, Ricardo Ferraço, José Pimentel, Eunício Oliveira, Ana Amélia, Roberto Requião, Ataídes Oliveira, Rodrigo Rollemberg, José Agripino, Blairo Maggi, Sérgio Petecão, Vanessa Grazziotin, Paulo Paim, Luiz Henrique, Waldemar Moka e Odacir Soares (votação nominal) (Prejudicada a Medida Provisória nº 651/2014). À sanção	193
---	-----

1.3.2 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária	276
--	------------

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

1.4.1 – Oradores

SENADOR RICARDO FERRAÇO – Apelo à Petrobras para que altere edital de licitação a fim de viabilizar a igualdade de competitividade.	282
SENADOR FLEXA RIBEIRO – Críticas à gestão promovida pela Presidente Dilma Rousseff, em especial na área econômica.	283
SENADOR INÁCIO ARRUDA, como Líder – Defesa da atual gestão do Governo Federal como forma de aumentar o desenvolvimento e a soberania do Brasil e promover a distribuição de riquezas; e outros assuntos.	284
SENADOR EDUARDO SUPLICY – Registro do discurso do Papa Francisco aos participantes do 1º Encontro Mundial dos Movimentos Populares.....	290
SENADOR ANIBAL DINIZ – Elogios ao TSE pelo desenvolvimento de aplicativos que ofereceram orientações sobre as eleições e permitiram o acompanhamento das apurações; e outros assuntos.....	299
SENADOR DOUGLAS CINTRA – Defesa de medidas que visem ao desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil.....	302
SENADOR FLEURY – Apelo por mais atenção ao setor produtivo primário do Brasil.....	304
1.5 – ENCERRAMENTO.....	305
2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL EM 29.10.2014.....	306

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

Por Unidade da Federação	307
Bancadas dos Partidos	308
Por ordem alfabética	309
4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	310
5 – LIDERANÇAS	311
6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS.....	315
7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	326

8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	330
CAS – Comissão de Assuntos Sociais	339
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	342
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte	349
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	357
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	367
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	375
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura	384
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo	393
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	400
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	406
CSF – Comissão Senado do Futuro	410

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993)	411
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993)	412
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995)	413
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013)	414
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005)	415
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001)	416
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009)	418
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010)	420
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010)	422
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012)	424
Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013)	426
Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento (Resolução nº 47/2013)	428

CONGRESSO NACIONAL**10 – COMISSÕES MISTAS**

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006)	430
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008)	438
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007)	442
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999)	444
CMCPLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014)	446
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014)	447
Comissões Mistas Especiais	448
Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito	454

11 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972)	460
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/2011)	462
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991)	465
Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro (Resolução nº 2/1999)	469

Ata da 152ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 29 de outubro de 2014

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

*Presidência do Sr. Renan Calheiros, da Srª Angela Portela, dos Srs. Paulo Davim,
e Mozarildo Cavalcanti, da Srª Vanessa Grazziotin e do Sr. Paulo Paim*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 20 horas e 38 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:



Senado Federal
54ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTAÇÃO

152ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 29/10/14 07:00 até 29/10/14 20:40

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X	X
PT	ES	ANA RITA	X	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X	X
Bloco-PSDB	MG	ANTONIO AURELIANO	X	X
PR	SP	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	X	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PROS	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	X	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X	X
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X	X
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X	X
Bloco-PTB	PE	DOUGLAS CINTRA	X	X
PT	SP	EDUARDO SUPLEY	X	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X	X
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
DEM	GO	FLEURY	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
PTB	DF	GIM	X	
PT	PR	GLEISI HOFFMANN	X	X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X
PMDB	RN	IVONETE DANTAS	X	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PSB	BA	LIDICE DA MATA	X	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X	X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X
Bloco-PCdoB	RO	ODACIR SOARES	X	X
PSDB	SC	PAULO BAUER	X	X
PV	RN	PAULO DAVIM	X	X
PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	X
PSDB	MS	RUBEN FIGUEIRÓ	X	X
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X	X
SD	TO	VICENTINHO ALVES	X	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X	X
PSDB	PR	WILSON MATOS	X	X
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X	

Compareceram: 68 Senadores

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Presidente, eu gostaria de pedir a V. Exª a minha inscrição para falar pela Liderança do PTB. A indicação já está sobre a mesa.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Pois não, Senador Mozarildo. V. Exª será inscrito.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

REQUERIMENTO

REQUERIMENTO Nº 821, DE 2014

Requeiro, nos termos do artigo 215, II, alínea “c” do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do **RQS -REQUERIMENTO, Nº 401 de 2014**.

Art. 215. São escritos os requerimentos não referidos no art. 214 e dependem de votação por maioria simples, presente a maioria da composição do Senado, salvo os abaixo especificados:

II – dependentes de despacho do Presidente:

c) de retirada de indicação ou requerimento;

Sala das Sessões,

Senador **RICARDO FERRAÇO**

(Deferido.)

COMUNICAÇÕES

Of. nº 19/14-GLDEM

Brasília, 28 de outubro de 2014

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o meu nome (Senador José Agripino), como titular em substituição ao Senador Fleury, para integrar a Comissão Mista incumbida do estudo sobre a Medida Provisória nº 657, de 2014.

Atenciosamente, – Senador **José Agripino**, Líder do Democratas.

(Será feita a substituição solicitada.)

Ofício nº 284-L-Democratas/14

Brasília, 29 de outubro de 2014

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Rodrigo Garcia para integrar, como membro titular, a Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 652 de 2014, que “Cria o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional”, em minha substituição.

Respeitosamente, – Deputado **Mendonça Filho**, Líder do Democratas.

(Será feita a substituição solicitada.)

Of. nº 345/2014

Brasília, 29 de outubro de 2014

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Senhor Deputado Alex Canziani (PTB/PR), na condição de Titular, em substituição ao Senhor Deputado Luis Carlos Busato (PTB/RS), para integrar a Comissão Mista sobre a MP nº 656/2014, que “Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre a receita de vendas e na importação de partes utilizadas em aerogeradores, prorroga benefícios, altera o art. 46 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõe sobre a devolução ao exterior ou a destruição de mercadoria estrangeira cuja importação não seja autorizada, e dá outras providências”.

Aproveito o ensejo para reiterar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente, – Deputado **Jovair Arantes**, Líder do PTB.

(Será feita a substituição solicitada.)

Of. Lid. Bloco PP/PROS nº 576/2014

Brasília, 28 de outubro de 2014

Assunto: Substituição de Parlamentar para a MPV nº 652/2014.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Luiz Fernando Faria (PP/MG) como Suplente na Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MPV nº 652, de 2014, em substituição ao Deputado Waldir Maranhão (PP/MA).

Atenciosamente, – Deputado **Eduardo da Fonte**, Líder do Bloco PP/PROS.

(Será feita a substituição solicitada.)

Ofício nº 1/MPV 656-2014

Brasília, 29 de outubro de 2014

Senhor Presidente,

Comunicamos a Vossa Excelência a instalação da Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 656, de 8 de outubro de 2014, em reunião realizada nesta data, com o seguinte resultado:

Presidente: Deputado Afonso Florence

Vice-Presidente: Senador Walter Pinheiro

Relator: Senador Eunício Oliveira

Relator-Revisor: Deputado Eduardo Cunha

Respeitosamente, – Senador **José Pimentel**, Presidente Eventual – Deputado **Afonso Florence**, Presidente.

Ofício nº 1/MPV 657-2014

Brasília, 29 de outubro de 2014

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a instalação da Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 657 de 14 de outubro de 2014, em reunião realizada nesta data, com o seguinte resultado:

Presidente: Senador Humberto Costa
Vice-Presidente: Deputado Nelson Pellegrino
Relator: Deputado João Campos
Relator-Revisor: Senador Romero Jucá

Respeitosamente, – Senador **José Pimentel**, Presidente Eventual – Senador **Humberto Costa**, Presidente.

TÉRMINO DE PRAZO

Término do prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, em 28 de outubro do corrente, para edição do decreto legislativo regulando as relações jurídicas decorrentes da **Medida Provisória nº 644, de 2014**, que teve o prazo de vigência encerrado em 29 de agosto do corrente.

Extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria, nos termos do § 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

EXTINÇÃO DE COMISSÃO

A Presidência comunica a extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da **Medida Provisória nº 650, de 30 de junho de 2014**, que “Dispõe sobre a reestruturação da Carreira Policial Federal de que trata a Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996, sobre a remuneração da Carreira de Perito Federal Agrário de que trata a Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, e dá outras providências”, transformada na Lei nº 13.034, de 28 de outubro de 2014.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

PROJETOS DE LEI DO SENADO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 299, DE 2014

Dispõe sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e sobre a obrigatoriedade de seu cálculo para todos os estabelecimentos de educação básica das redes pública e privada.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) tem por finalidade:

- I – aferir, objetiva e historicamente, a qualidade da educação básica no País, nos sistemas estaduais e municipais de ensino e nos estabelecimentos de educação básica das redes pública e privada;
- II – nortear políticas públicas na área da educação básica.

Art. 2º O Ideb será calculado e divulgado periodicamente a partir dos dados sobre o rendimento escolar, constantes do Censo Escolar, combinados com o desempenho dos alunos no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Art. 3º O cálculo do Ideb será feito obrigatoriamente para todos os estabelecimentos de educação básica das redes pública e privada, com exceção das escolas exclusivamente de educação especial, com observância das disposições da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

§ 1º O Censo Escolar deve ser feito com a colaboração das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do País, na forma do regulamento.

§ 2º As avaliações que compõem o Saeb serão feitas em larga escala, de forma censitária, de modo a abranger alunos de todas as escolas de educação básica das redes pública e privada com estudantes matriculados nos anos avaliados, com exceção das escolas exclusivamente de educação especial.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto intenta tornar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) obrigatório para todos os estabelecimentos de educação básica das redes pública e privada do País, com exceção das escolas exclusivamente de educação especial. Tal medida se justifica, tendo em vista a importância do Ideb como indicador de qualidade da educação básica e como instrumento de norteamto de políticas públicas na área educacional.

No Brasil, a questão do acesso à escola não é mais um problema, já que quase a totalidade das crianças ingressa na escola na idade certa. Por outro lado, as taxas de repetência dos estudantes ainda são bastante

elevadas, assim como a quantidade de adolescentes que abandonam a escola antes mesmo de concluir a educação básica. Outro indicador preocupante é a baixa proficiência dos alunos em exames padronizados.

O Ideb é um indicador de qualidade de educação que combina informações de rendimento escolar de estudantes do ensino fundamental e médio com informações de desempenho obtido por eles em exames que compõem o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Atualmente, o Saeb é composto por três avaliações: Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB), Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRES) e Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA).

A Aneb, que apresenta resultados nacionais, regionais e estaduais, abrange, de maneira amostral, alunos das redes pública e privada do País em áreas urbanas e rurais, matriculados no 5º ano e 9º ano do ensino fundamental e no 3º ano do ensino médio. A Anres, cujos resultados são disponibilizados por escola e por ente federativo, é avaliação censitária que envolve estudantes do 5º ano e 9º ano do ensino fundamental matriculados exclusivamente em escolas públicas que possuem, no mínimo, vinte alunos nos anos avaliados. Por sua vez, a ANA, cujo principal objetivo é avaliar os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e Matemática, é avaliação censitária que envolve alunos do 3º ano do ensino fundamental matriculados exclusivamente nas escolas públicas.

Observa-se, pois, que na sistemática atual o Ideb não é calculado para todas as escolas de educação básica, estando excluídas, por exemplo, algumas escolas particulares, escolas exclusivamente de educação profissional e de educação de jovens e adultos, além de escolas públicas com menos de vinte alunos matriculados nos anos avaliados.

Entendemos que a obrigatoriedade de cálculo do Ideb para todas as instituições de ensino das redes pública e privada contribuirá para a melhoria da qualidade da educação básica, para a universalização do acesso à escola e para a permanência dos estudantes nas instituições de ensino, na medida em que oferecerá subsídios concretos para formulação, reformulação e monitoramento de políticas públicas voltadas para a educação básica.

Destaque-se que foram excluídos da obrigatoriedade do cálculo os estabelecimentos exclusivamente de educação especial, uma vez que para a avaliação da qualidade da educação nessas escolas é necessário desenvolver indicadores específicos, que levem em consideração as peculiaridades dessa modalidade de educação.

Feitos esses apontamentos, considerando a relevância social e educacional deste projeto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, – Senador **Ricardo Ferraço**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte; em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 300, DE 2014

Dispõe sobre o exercício da profissão de soprador, moldador e modelador de vidros e afins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O soprador, moldador e modelador de vidros e afins é o profissional responsável, sem prejuízo da competência de outros profissionais correlatos, por:

- I - planejamento e execução de atividades de sopro, moldagem e modelagem de vidro fundido ou incandescente e materiais afins;
- II - produção de peças artístico-artesanais, objetos e utensílios de vidro ou materiais afins, de forma manual ou por meio de equipamentos de vidraria;
- III - controle de qualidade de processos de produção e produtos de vidro e materiais afins.

Art. 2º Podem exercer o ofício de soprador, moldador e modelador de vidros e afins:

- I - os portadores de certificado de curso técnico específico expedido por instituição de ensino oficial ou reconhecida pelo Ministério da Educação;
- II - os portadores de certificado de curso de formação específico, com carga horária mínima de 200 horas-aula, expedido por instituição de ensino oficial ou reconhecida pelo Ministério da Educação;
- III - os trabalhadores que já o exerçam à data de entrada em vigor desta Lei.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto neste artigo aos profissionais que trabalhem exclusivamente na produção manual de peças artístico-artesanais obtidas por sopro, moldagem ou modelagem de vidro fundido ou incandescente e materiais afins.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto tem por escopo a regulamentação da profissão de soprador, moldador e modelador de vidro. Esse profissional, responsável pela manipulação do vidro incandescente, é essencial para a produção de diversos itens de vidro e cristal, desde esculturas e produtos artesanais decorativos até objetos de uso médico e laboratorial.

Nesse sentido, se insere em uma tendência já há muito observada no Parlamento, a da regulamentação de profissões e ofícios. Trata-se, entendemos, de implementar o dispositivo constitucional do art. 5º, XIII, que garante o livre exercício das profissões, observados os requisitos estabelecidos em Lei.

O Constituinte, ao dispor dessa maneira, buscou promover a proteção da sociedade e o contínuo melhoramento dos profissionais regulamentados. Com efeito, ao condicionar, via de regra, o exercício de uma profissão a requisitos educacionais mínimos, a legislação promove, de forma progressiva e cumulativa, um aperfeiçoamento dos membros daquela categoria, dado que os novos trabalhadores nela já ingressam com nível de formação mais elevado, com melhor bagagem educacional para enfrentar a prática profissional.

O setor de vidraria é um setor de grande relevância econômica e que já dispõe de razoável estrutura educacional. Por esse motivo, apresentamos a presente proposição.

Se aprovada, ela representará um marco para o setor e para a categoria, ao estabelecer critérios justos para o desempenho da profissão, condicionada a formação em nível técnico ou de formação específica, com carga horária mínima de 200 horas.

Além disso, tomamos o cuidado de excluir o artesão ou artista plástico do vidro da exigência de formação, dado que, nessa área específica, não se demanda o mesmo grau de conhecimento técnico-laboral que é necessário para a produção de bens manufaturados ou industrializados de vidro. A produção artística se baliza, fundamentalmente, por critérios estéticos, não sendo tão relevantes os critérios de qualidade, produtividade e lucratividade que são ínsitos ao processo de produção manufatureira ou industrial.

Sala das Sessões, – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/Amazonas.

(À Comissão de Assuntos Sociais; em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 301, DE 2014

Dispõe sobre o contrato de distribuição com dependência econômica de uma das partes.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei aplica-se aos contratos celebrados entre empresários ou sociedades empresárias, nos quais o distribuidor, em caráter não eventual, adquire produtos do fornecedor para revenda a grosso ou a retalho, nas hipóteses em que cinquenta por cento ou mais do faturamento bruto de uma das partes provierem, direta ou indiretamente, da somatória dos contratos de distribuição entre elas mantidos.

§ 1º Para fins de cálculo do percentual de faturamento bruto, deverão ser considerados os faturamentos de todas as empresas integrantes do mesmo grupo econômico de cada uma das partes.

§ 2º O contrato de distribuição poderá prever a licença de uso de marca, de outros sinais distintivos e de tecnologia.

§ 3º A forma escrita não é obrigatória aos contratos previstos nesta Lei, que admitem prova por qualquer meio lícito.

CAPÍTULO II

Definições

Art. 2º Consideram-se:

- I – fornecedor, aquele que fornece os produtos para distribuição, seja ou não seu fabricante;
- II – distribuidor, aquele que adquire os produtos do fornecedor em nome próprio para os revender com lucro, a grosso ou a retalho;
- III – rede de distribuição, o complexo formado pelo conjunto de contratos de distribuição ligados à distribuição de um mesmo produto ou de uma mesma gama de produtos;

- IV – integrantes da rede de distribuição, os distribuidores que comercializam o mesmo produto e mantêm contrato de distribuição com o mesmo fornecedor ou com integrante de seu grupo econômico;
- V – zona de atuação, aquela na qual o distribuidor, por força contratual, deve desenvolver as atividades relacionadas à execução do contrato de distribuição; e
- VI – comercialização paralela, a aquisição, por um distribuidor, de produtos objeto da distribuição fora de sua zona de atuação, para revenda na sua zona.

CAPÍTULO III

Exclusividade de Zona de Atuação

Art. 3º Presume-se a exclusividade de atuação do distribuidor em sua zona territorial.

Art. 4º Mesmo que assegurada a exclusividade ao distribuidor, o fornecedor poderá realizar vendas diretas na zona de atuação do distribuidor, desde que lhe garanta o pagamento de participação equivalente a cinquenta por cento do lucro bruto auferido na operação.

Art. 5º É assegurado ao consumidor final o direito de escolher livremente o distribuidor do qual adquirirá o produto, independentemente das disposições do contrato de distribuição.

Parágrafo único. Caso o consumidor decida adquirir o produto de distribuidor diverso daquele a quem competiria a venda pelo contrato, nenhuma indenização será devida a este distribuidor.

Art. 6º A exclusividade ou qualquer tipo de divisão de mercado contratualmente estipulada não se aplica à participação dos distribuidores em concorrências públicas.

Art. 7º O distribuidor poderá comercializar outros produtos, além daqueles previstos no contrato de distribuição, salvo disposição contratual que estipule a exclusividade.

CAPÍTULO IV

Preços de Revenda

Art. 8º O fornecedor não poderá impor preços de revenda ao distribuidor, sendo facultada a sugestão não vinculante e vedadas quaisquer retaliações pelo descumprimento do preço sugerido.

CAPÍTULO V

Prazo do Contrato

Art. 9º O contrato de distribuição será de prazo indeterminado.

§ 1º O contrato poderá ser inicialmente ajustado por prazo determinado, não inferior a três anos, e tornar-se-á automaticamente de prazo indeterminado se nenhuma das partes manifestar à outra, antes de noventa dias do seu termo final e mediante notificação por escrito devidamente comprovada, a intenção de não o prorrogar.

§ 2º Caso o fornecedor decida não prorrogar o contrato, deverá indenizar o distribuidor pelos investimentos por ele realizados relacionados com o contrato de distribuição e ainda não amortizados.

§ 3º Cabendo ao distribuidor em situação de dependência econômica a iniciativa de não prorrogar o contrato, ficará desobrigado de qualquer indenização ao fornecedor.

CAPÍTULO VI

Término do Contrato

Art. 10. Dar-se-á a resolução do contrato:

- I – por acordo das partes ou força maior;
- II – pela cessação das atividades do fornecedor;
- III – pela cessação das atividades do distribuidor;
- IV – pela expiração do prazo determinado, na forma prevista no art. 9º, § 1º, desta Lei;
- V – pela denúncia imotivada de contrato por prazo indeterminado, na forma prevista nos arts. 11, 12 e 13 desta Lei; ou
- VI – por iniciativa da parte inocente, em virtude de infração a dispositivo desta Lei ou do contrato.

§ 1º No caso do inciso II deste artigo, o fornecedor deverá pagar ao distribuidor as indenizações previstas nos incisos I, II e III do art. 12 desta Lei, bem como adquirir os bens referidos no inciso V desse artigo.

§ 2º No caso do inciso VI deste artigo, quando a denúncia for de iniciativa do fornecedor, este deverá pagar ao distribuidor as indenizações previstas nos incisos I, II e IV do art. 12 desta Lei, bem como adquirir os bens referidos no inciso V desse artigo.

CAPÍTULO VII

Denúncia Imotivada do Contrato de Distribuição

Art. 11. O fornecedor ou o distribuidor poderão denunciar a qualquer tempo o contrato de distribuição celebrado por prazo indeterminado.

Art. 12. Em caso de denúncia pelo fornecedor, este deverá:

- I – indenizar integralmente o distribuidor pelos investimentos realizados nos últimos três anos para viabilizar ou tornar mais eficiente a distribuição;
- II – indenizar o distribuidor pelos investimentos realizados para viabilizar ou tornar mais eficiente a distribuição antes do período de três anos mencionado no inciso I deste artigo que ainda não tenham sido amortizados;
- III – conceder aviso prévio ao distribuidor correspondente a tantos meses quanto forem os anos de vigência do contrato, limitado esse prazo ao máximo de trinta e seis meses, ou, alternativamente, pagar ao distribuidor a importância equivalente a cinquenta por cento do valor do faturamento do distribuidor decorrente do contrato de distribuição denunciado, nos doze meses anteriores, sem prejuízo das demais indenizações devidas na forma desta Lei;
- IV – pagar ao distribuidor indenização correspondente a dez por cento do valor das aquisições realizadas pelo distribuidor junto ao fornecedor ao longo dos últimos oito anos; e
- V – adquirir do distribuidor o estoque, equipamentos, máquinas e ferramental referentes à execução do contrato, pelo preço de mercado correspondente ao estado em que se encontrem.

§ 1º O fornecedor não é obrigado a adquirir do distribuidor os imóveis nos quais era exercida a atividade empresarial ligada à distribuição.

§ 2º Enquanto não cumpridas as condições estabelecidas nos incisos I a V deste artigo, o fornecimento não poderá ser interrompido, sendo vedada a prática de qualquer ato que diminua a legítima expectativa de lucros do distribuidor.

Art. 13. Em caso de denúncia do contrato de distribuição pelo distribuidor, este deverá conceder aviso prévio ao fornecedor em tempo razoável para viabilizar a não interrupção da distribuição ou o desabastecimento do mercado.

Parágrafo único. Durante o período do aviso prévio, é vedada ao distribuidor a prática de qualquer ato que prejudique os interesses comerciais do fornecedor ou da rede de distribuição, inclusive o desvio ou aliciamento de clientela para outro fornecedor, sendo-lhe facultada, entretanto, a prática de atos para aviar novo negócio.

CAPÍTULO VIII

Não-Concorrência

Art. 14. A obrigação de não-concorrência após o término do contrato poderá ser acordada pelas partes, desde que por prazo inferior a três anos contados do término do contrato.

§ 1º A obrigação de não-concorrência pós-contratual não poderá abranger produtos além daqueles que eram objeto da distribuição.

§ 2º É vedada a contratação de obrigação de não-concorrência pós-contratual pelo distribuidor que não exerça a distribuição em bases exclusivas.

CAPÍTULO IX

Redes de Distribuição

Art. 15. O fornecedor e os distribuidores devem pautar sua conduta de forma a proteger os interesses da rede de distribuição, fortalecendo-a na concorrência com outros fabricantes.

Parágrafo único. São nulos os atos do fornecedor que visem ao atendimento de seus exclusivos interesses, em detrimento da rede de distribuição.

Art. 16. É vedada a discriminação, pelo fornecedor, dos integrantes da rede de distribuição, sendo obrigado a praticar idênticas condições de preços, venda e comercialização em relação a todos seus distribuidores, salvo as exceções expressamente previstas nesta Lei.

Art. 17. O fornecedor é obrigado a informar aos integrantes da rede de distribuição as condições contratuais e de comercialização dos produtos aplicadas aos demais integrantes da rede de distribuição, inclusive os preços e condições de pagamento efetivamente praticados.

Art. 18. A diferença de condições contratuais ou de comercialização dos produtos entre membros da rede de distribuição somente se justifica em razão:

- I – da existência de diferentes condições de mercado nas zonas de atuação;
- II – da existência de diferenças de tributação nas diversas áreas de atuação; ou
- III – de critérios objetivos de descontos ou de condições especiais de pagamento, desde que esses critérios tenham sido previamente divulgados e sejam uniformemente aplicáveis a todos os integrantes da rede de distribuição.

Parágrafo único. O disposto no inciso I deste artigo não se aplica caso o distribuidor, de alguma forma, enfrente concorrência de outro distribuidor da mesma rede, ainda que situado em zona de atuação diversa.

CAPÍTULO X

Dependência Econômica

Art. 19. É vedado o abuso do estado de dependência econômica no contrato de distribuição.

Art. 20. Presume-se a existência de dependência econômica de uma empresa em relação à outra quando, pelo menos, cinquenta por cento do faturamento bruto de uma empresa provierem, direta ou indiretamente, de atividades relacionadas à comercialização de produtos fornecidos ou distribuídos pela outra.

Parágrafo único. Cabe à parte que alegar a existência de dependência econômica comprová-la, caso o percentual de faturamento a que se refere o caput deste artigo seja inferior a cinquenta por cento.

Art. 21. A recusa de venda ou a recusa de compra pode caracterizar o abuso da dependência econômica.

Art. 22. Na ocorrência de abuso de dependência econômica, a parte inocente receberá, na forma da lei, indenização pelo abuso contra ela perpetrado.

Parágrafo único. Quando o abuso de dependência econômica ocorrer contra o distribuidor, este poderá optar, em lugar de receber a indenização prevista no caput deste artigo, por denunciar o contrato, hipótese em que o fornecedor deverá lhe pagar as indenizações previstas nos incisos I, II, III e IV do art. 12 desta Lei, bem como adquirir os bens referidos no inciso V desse artigo.

Art. 23. Quando houver no contrato de distribuição cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável à parte em situação de dependência econômica.

Art. 24. São nulas de pleno direito as estipulações que tenham por objeto ou por efeito dissimular a situação de dependência econômica de uma das partes ou a imposição de condições contratuais injustificáveis ou anticoncorrenciais.

CAPÍTULO XI

Comercialização Paralela

Art. 25. As disposições do contrato de distribuição não podem ser opostas a terceiros, ficando seus efeitos restritos às partes.

Art. 26. Caso haja comercialização paralela de produto para a zona de atuação do distribuidor, o fornecedor é obrigado a cessar as vendas a terceiros que realizam ou viabilizam a comercialização paralela.

CAPÍTULO XII

Distribuição Multimarca

Art. 27. É vedado a qualquer fornecedor que detenha participação de mercado superior a trinta por cento estabelecer sistema de incentivo ou bonificação que vise a, artificialmente, favorecer as vendas de seu produto, dificultando ou impedindo o acesso de concorrentes ao distribuidor ou aos consumidores.

CAPÍTULO XIII

Disposições Finais

Art. 28. São nulas todas as cláusulas que visem a restringir ou subtrair os direitos assegurados por esta Lei.

Art. 29. A presente Lei aplica-se às situações existentes entre fornecedores e distribuidores.

Art. 30. Esta Lei não se aplica à distribuição de serviços e aos contratos disciplinados pela Lei nº 6.729, de 28 de novembro de 1979, e pela Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994.

Art. 31. Esta Lei não elide a aplicação de qualquer dispositivo da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011.

Art. 32. Os contratos de distribuição poderão ser submetidos à arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.

§ 1º Havendo dependência econômica de uma das partes, a outra deverá adiantar à instituição responsável pela administração do procedimento arbitral o valor necessário ao seu regular desenvolvimento, até seu encerramento.

§ 2º Na sentença arbitral, o tribunal arbitral ou o árbitro único dividirá entre as partes a responsabilidade final pelos valores adiantados, conforme a sucumbência de cada uma, sem prejuízo das demais condenações cabíveis e valores devidos.

Art. 33. Para o julgamento das controvérsias que surgirem entre fornecedor e distribuidor é competente a justiça comum e o foro da parte em situação de dependência econômica.

Art. 34. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Com este projeto, pretendemos disciplinar os contratos de distribuição em que uma das partes é economicamente dependente da outra, ficando caracterizada a dependência quando cinquenta por cento ou mais do faturamento bruto de uma das partes provierem, direta ou indiretamente, da somatória dos contratos de distribuição entre elas mantidos.

Por falta de regulamentação, quando da rescisão desses contratos, o Poder Judiciário tem sido frequentemente acionado para decidir sobre os direitos das partes, especialmente no que diz respeito às indenizações devidas. Na ausência de definição de critérios em lei, as soluções não têm sido homogêneas, o que gera insegurança jurídica.

Por esse motivo, propomos a definição de critérios para estabelecer as indenizações devidas, tanto no caso de denúncia motivada quanto imotivada do contrato de distribuição. Dessa forma, não só se beneficiam as partes, que passam a dispor de um diploma legal que define as indenizações devidas, mas o próprio Poder Judiciário, que tende a ser menos acionado para resolver conflitos nessa seara, em razão da regulamentação da matéria.

Vários outros aspectos do contrato também são disciplinados pelo projeto, tais como a exclusividade de zona de atuação do distribuidor, a não exclusividade na comercialização dos produtos objeto do contrato, o prazo do contrato, a comercialização paralela, a liberdade na definição de preços ao consumidor, a contratação da cláusula de não concorrência após o término do contrato, a igualdade de tratamento dos distribuidores integrantes da rede de distribuição e o abuso da dependência econômica.

Por acreditarmos que a proposição que apresentamos contribui para aperfeiçoar o ordenamento jurídico, contamos com o apoio dos ilustres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, – Senador **Flexa Ribeiro**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 6.729, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1979

Dispõe sobre a concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre.

LEI Nº 8.955, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1994

Dispõe sobre o contrato de franquia empresarial (franchising) e dá outras providências.

LEI Nº 12.529, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011

Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências.

LEI Nº 9.307, DE 23 DE SETEMBRO DE 1996

Dispõe sobre a arbitragem.

(Às Comissões de Assuntos Econômicos; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302, DE 2014**Altera o Código de Processo Penal, para dispor sobre a identificação de cadáveres por meio de laudos periciais necropapiloscópicos, nas hipóteses de morte violenta, suspeita ou acidental.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 166 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 166. Havendo possibilidade técnica, será realizada a coleta das impressões digitais de toda pessoa vítima de morte violenta, suspeita ou acidental, lavrando-se laudo pericial necropapiloscópico de identificação para a liberação do cadáver.

§1º Proceder-se-á na forma do *caput* nos casos de mortes naturais, sem identificação comprovada da pessoa ou quando haja dúvida quanto à sua cabal identificação, em serviços de verificação de óbito e hospitais.

§2º Havendo dúvida sobre a identidade do cadáver exumado, proceder-se-á ao reconhecimento pelo Instituto de Identificação ou repartição congênere, ou pela inquirição de testemunhas, lavrando-se auto de reconhecimento e laudo pericial de comprovação da identidade, no qual se descreverá o cadáver com todos os sinais e indicações e o qual conterà o exame de suas impressões digitais ou de representação facial, quando tecnicamente possível.

§3º Em qualquer caso, serão arrecadados e autenticados todos os objetos encontrados que possam ser úteis para a identificação do cadáver.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente alteração legislativa impõe ao Estado a obrigatoriedade de identificação necropapiloscópica de toda pessoa vítima de morte violenta, suspeita ou acidental. Referida providência permite o exame preciso de proveniência dos indivíduos e evita o dificultoso procedimento de exumação, em caso de ulterior necessidade de identificação.

Com efeito, em decorrência da ausência de obrigatoriedade legal da identificação datiloscópica, atualmente, impõe-se a exumação do cadáver caso não identificado ou caso parem dúvidas quanto a sua identificação civil. Trata-se de procedimento oneroso e que acarreta inegável desgaste emocional às famílias destes indivíduos.

Demais disso, o Estado democrático brasileiro, enquanto garantidor dos direitos e garantias individuais, deve assegurar a cabal identificação civil de todos os cidadãos, seja no momento do nascimento, seja por ocasião da morte.

O princípio da dignidade da pessoa humana se materializa no direito de qualquer pessoa ser reconhecida como ser distinto dos demais, portador de características próprias, de identidade e de um nome. Assim, não pode o Estado ser conivente com a prática corrente de sepultamento de seres humanos como indigentes, mormente quando possível sua identificação por meio da coleta das impressões digitais.

Quanto ao mais, a própria Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973), em seu art. 81, parágrafo único, determina a extração da individual dactiloscópica do finado desconhecido, se no local existir o serviço de identificação. Deste modo, a alteração sugerida ao Código de Processo Penal acompanha ao já contido na Lei de Registros Públicos.

Sala das Sessões, – Senador **Jayme Campos**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941

Código de Processo Penal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

Art. 166. Havendo dúvida sobre a identidade do cadáver exumado, proceder-se-á ao reconhecimento pelo Instituto de Identificação e Estatística ou repartição congênere ou pela inquirição de testemunhas, lavrando-se auto de reconhecimento e de identidade, no qual se descreverá o cadáver, com todos os sinais e indicações.

Parágrafo único. Em qualquer caso, serão arrecadados e autenticados todos os objetos encontrados, que possam ser úteis para a identificação do cadáver.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 303, DE 2014

Altera as Leis nºs 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e 8.213, de 24 de julho de 1991, para instituir o seguro-cheia, estabelecer a contagem do período das cheias de rios que prejudiquem as atividades agrícolas como tempo de contribuição para a Previdência Social e definir regras para a concessão de aposentadoria especial para os agricultores que se enquadrem nos requisitos do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º-A. No período das cheias dos rios, os agricultores e os trabalhadores em atividades afins que atendam aos requisitos do artigo 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, fazem jus ao seguro-cheia, nos termos de resolução do Codefat.

Parágrafo único. O seguro-cheia é o substituto do seguro-desemprego quando a paralisação ou a suspensão das atividades profissionais decorrer das cheias dos rios, que devem ser constatadas pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM).”

“Art. 19.

.....
XVIII – definir o cronograma de pagamento do seguro-cheia aos agricultores e aos trabalhadores em atividades afins que atendam aos requisitos do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, durante o período das cheias dos rios constatadas pelo CPRM e que prejudiquem as atividades agrícolas, no valor do piso salarial da categoria, do piso regional ou do salário-mínimo, garantido o maior valor.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 55.

.....
§ 5º O período das cheias dos rios que seja constatado pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e que prejudique as atividades agrícolas será considerado como tempo efetivo de contribuição para efeito de concessão de benefícios previdenciários e será descartado no cálculo do valor do salário-de-benefício.

§ 6º O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) averbará como tempo de contribuição o período das cheias dos rios que seja constatado pelo CPRM e que prejudique as atividades agrícolas, mediante requerimento do segurado que atenda aos requisitos do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.” (NR)

“Art. 57.

.....
§ 9º Os segurados vinculados às atividades agrícolas e afins, em face do disposto nos §§ 5º e 6º do art. 55 desta Lei, não se submetem às exigências contidas no § 3º deste artigo.” (NR)

“Art. 58.

.....
§ 5º A concessão de aposentadoria especial para os segurados vinculados às atividades agrícolas e afins considerará como preponderante a ação dos agentes naturais para o deferimento do benefício.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A agricultura de várzea apresenta tradição milenar, representando a base de economias importantes de antigas civilizações, como a egípcia. No Brasil, as primeiras ocupações da Região Norte, por exemplo, promoveram-se em áreas próximas aos rios, com o cultivo de gêneros alimentícios para subsistência. Atualmente,

existem comunidades ribeirinhas que aproveitam os recursos hídricos como oportunidade para sua inclusão produtiva, considerando o ritmo de cheias e vazantes desses recursos.

A variabilidade espacial e temporal representa importante desafio para a gestão do fenômeno das cheias. Em muitas situações é difícil prever até mesmo o nível de aumento do volume hídrico, prejudicando o planejamento de comunidades ribeirinhas ou mesmo do Poder Público para que se viabilizem alternativas de inclusão produtiva nessas localidades nos períodos críticos.

A situação de agricultores e comunidades ribeirinhas pode agravar-se ainda mais quando analisadas as consequências das cheias dos rios para a saúde desse grupo social. O saneamento básico precário em várias regiões limítrofes a bacias hidrográficas impulsiona o uso dos rios como alternativa para que se atenda a necessidades fisiológicas humanas diárias, proporcionando a proliferação de doenças como hepatite e diarreia, dentre outras.

Diante do exposto, constata-se que as cheias dos rios representam desafio ao cotidiano de agricultores, seja por lhes inviabilizar momentaneamente a geração de renda, seja por aumentar a insalubridade da região em que habitam, na qual inexistente rede de esgoto adequada. Nesse contexto, os agricultores também são prejudicados por muitas vezes terem de interromper sua contribuição ao regime previdenciário nacional, haja vista a restrição de renda supramencionada.

O presente Projeto de Lei visa, portanto, a disciplinar situação excepcional, garantindo a estabilidade da renda dos agricultores afetados pelas cheias dos rios, ao tempo que lhes assegura a contagem do período de contribuição à Previdência Social durante a ocorrência dessas cheias.

Por entendermos que os motivos apresentados coadunam-se com as necessidades dos agricultores que são periodicamente prejudicados pelo ciclo das bacias hidrográficas brasileiras, esperamos o apoio dos nobres Senadores para que se aprove a matéria em questão.

Sala das Sessões, – Senadora **Vanessa Grazziotin**, PCdoB/Amazonas.

LEGISLAÇÃO CITADA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2014

Altera as Leis nºs 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e 8.213, de 24 de julho de 1991, para instituir o seguro-cheia, estabelecer a contagem do período das cheias de rios que prejudiquem as atividades agrícolas como tempo de contribuição para a Previdência Social e definir regras para a concessão de aposentadoria especial para os agricultores que se enquadrem nos requisitos do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

LEI Nº 7.998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990

Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei regula o Programa do Seguro-Desemprego e o abono de que tratam o inciso II do art. 7º, o inciso IV do art. 201 e o art. 239, da Constituição Federal, bem como institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

§ 3º A oferta de bolsa para formação dos trabalhadores de que trata este artigo considerará, entre outros critérios, a capacidade de oferta, a reincidência no recebimento do benefício, o nível de escolaridade e a faixa etária do trabalhador.

Art. 19. Compete ao Codefat gerir o FAT e deliberar sobre as seguintes matérias:

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 55. O tempo de serviço será comprovado na forma estabelecida no Regulamento, compreendendo, além do correspondente às atividades de qualquer das categorias de segurados de que trata o art. 11 desta Lei, mesmo que anterior à perda da qualidade de segurado:

.....
Art. 57. A aposentadoria especial será devida, uma vez cumprida a carência exigida nesta Lei, ao segurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme dispuser a lei.
.....

Art. 58. A relação dos agentes nocivos químicos, físicos e biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física considerados para fins de concessão da aposentadoria especial de que trata o artigo anterior será definida pelo Poder Executivo.

(Às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária; e de Assuntos Sociais, cabendo à última decisão terminativa.)

PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 34, DE 2014

Altera o art. 206 da Constituição Federal, para dispor sobre a obrigatoriedade de retribuição individual, mediante prestação de serviço à comunidade ou contribuição financeira, por parte dos egressos de instituições de educação superior pública ou dos que tiveram seus estudos em instituição privada custeados pelo Estado.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 206 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 206.

.....
IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, ressalvada, na forma da lei, a retribuição individual mediante prestação de serviço à comunidade ou contribuição financeira, por parte dos egressos de instituições de educação superior pública ou dos que tiveram seus estudos em instituição privada custeados pelo Estado;
.....

§ 1º A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 2º Os egressos de cursos de graduação ou de pós-graduação de instituições de educação superior públicas ou privadas retribuirão, na forma da lei, os investimentos feitos pelo Estado em sua formação, por meio de:

I – prestação de serviço à comunidade na área de habilitação profissional ou especialização; ou

II – contribuição financeira ao ente federado responsável pelo financiamento de seu curso, para uso prioritário na expansão de vagas na educação superior gratuita. (NR)"

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor em 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua promulgação.

JUSTIFICAÇÃO

Esta proposta de emenda à Constituição (PEC) objetiva tornar obrigatória, para os estudantes da educação superior pública, a retribuição dos investimentos em sua formação realizados pelo Estado. Da mesma maneira, a proposição alcança os estudantes de instituições privadas, quando beneficiados com gratuidade de estudos.

Trata-se de inovação inspirada na PEC nº 47, de 2009, que tinha como primeiro signatário o Senador Valter Pereira. Arquivada por força do disposto no § 1º do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal, a proposição permanece relevante e oportuna, razão por que merece ser retomada. Na prática, a mudança contribuirá para o resgate do papel social das instituições de ensino superior (IES). Para dar cumprimento à sua própria razão de ser, essas entidades devem estender à sociedade seu arcabouço de produção de conhecimento, por meio da prestação de serviços diferenciados. Para levar a cabo esse intuito, diversas estratégias podem ser adotadas, entre as quais se inscrevem as desta proposta, que se relacionam, basicamente, à retribuição, por parte dos estudantes oriundos de IES públicas – ou privadas, cursadas com gratuidade –, dos investimentos feitos pelo Estado.

Com a aprovação desta Proposta, ganham, portanto, as IES, que poderão estabelecer efetivo diálogo e efetiva parceria com a sociedade civil, ao esboçar e concretizar as ações de acolhida e de inserção, nas práticas institucionais, dos alunos egressos de seus bancos escolares. Não é de desconsiderar, também, o papel que os recursos advindos da prestação de retribuição pecuniária, alternativa à prestação de serviço, poderão cumprir, na expansão de vagas na educação superior gratuita.

A PEC também favorece os formandos, na medida em que parte da jovem *intelligentsia* brasileira, advinda sobretudo das universidades públicas, terá a oportunidade pedagógica de entrar em contato com as camadas mais pobres da população. Com esse salutar mergulho na realidade, os jovens, tantos deles oriundos das camadas média e alta da sociedade, poderão arregaçar as mangas junto a instituições ligadas à saúde, à educação e à segurança de nossos cidadãos. Depois desse contato, certamente verão seus horizontes ampliados e terão o instrumental necessário para assumir compromissos sociais não individualistas.

Ganha, finalmente, e de modo muito significativo, a sociedade, que poderá contar com os serviços diferenciados de jovens formandos em escolas, postos de saúde, hospitais e conselhos tutelares. Esses jovens poderão levar a esses espaços públicos, entre outros, o que há de melhor, em termos de conhecimento e de práticas e técnicas disponíveis nos meios acadêmicos.

Desse modo, constituir-se-á um cenário propício à efetivação do pleno exercício da função social da educação. Tanto é assim que vários países, tais como México, Colômbia e Venezuela, adotam a prestação obrigatória de serviço social por parte de estudantes de nível superior.





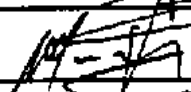
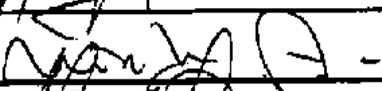
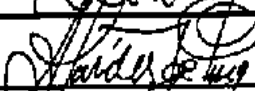
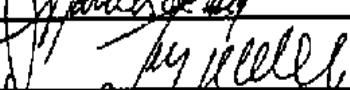


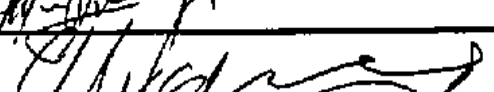
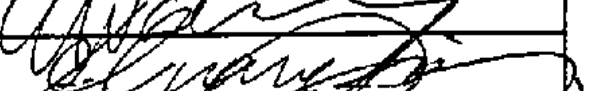



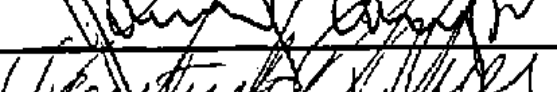
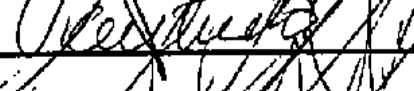
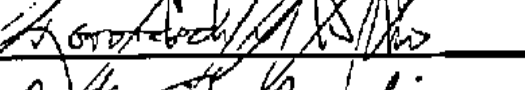

Vale ressaltar ainda que, nos termos em que está formulada, a modificação preserva o princípio da gratuidade do ensino em estabelecimento oficiais, prevista no art. 206 da Constituição Federal. O estudante não será meramente obrigado a “pagar”, por meio de serviço ou de espécie pecuniária, o estudo gratuito do qual usufruiu. Ele fará, isto sim, uma incursão na realidade, que lhe proverá ferramentas adicionais para o exercício da profissão. Além disso, no que respeita ao interesse público superveniente, garantir-se-á que o investimento realizado pelo Poder Público retorne à população, por meio do trabalho voltado para as questões públicas.

Sala das Sessões,

Senador RUBEN Figueiró



Altera o art. 206 da Constituição Federal, para dispor sobre a obrigatoriedade de retribuição individual, mediante prestação de serviço à comunidade ou contribuição financeira, por parte dos egressos de instituições de educação superior pública ou dos que tiveram seus estudos em instituição privada custeados pelo Estado.

Senador	Assinatura
01 - MOZARDILDO	
02 - Anastácio (PP/RS)	
03 - Carlos Maldonado	
04 - CIRILDO SANTOS	
05 - Emanoel Miranda	
06 - COSTA RIBEIRO	
07 - Afonso de Oliveira	
08 - Manoel Couto	
09 - RUI GREGALZ	
10 - Emanoel Miranda	
11 - A. C. VALADARES	
12 - ALVARO DIAS	
13 - RODRIGO RIBEIRO	
14 - RODRIGO RIBEIRO	
15 - RODRIGO RIBEIRO	
16 - RODRIGO RIBEIRO	
17 - FLEBY ZIBEIRO	
18 - RODRIGO RIBEIRO	
19 - CASSIO C. LIMA	
20 - RODRIGO RIBEIRO	JARBAS VASCONCELOS
21 - RODRIGO RIBEIRO	FLEBY ZIBEIRO

Altera o art. 206 da Constituição Federal, para dispor sobre a obrigatoriedade de retribuição individual, mediante prestação de serviço à comunidade ou contribuição financeira, por parte dos egressos de instituições de educação superior pública ou dos que tiveram seus estudos em instituição privada custeados pelo Estado.

Senador	Assinatura
22 - <i>Henrique Dantas</i>	<i>[Assinatura]</i>
23 - <i>Renato Basso</i>	<i>[Assinatura]</i>
24 - <i>KAKÁ ANDRADE</i>	<i>[Assinatura]</i>
25 - <i>R. RODRIGUES</i>	<i>[Assinatura]</i>
26 - <i>ZENÓIO POTOLLO</i>	<i>[Assinatura]</i>
27 - <i>Aloysio N. F. M.</i>	<i>[Assinatura]</i>
28 - <i>JOÃO ALBERTO</i>	<i>[Assinatura]</i>
29 -	
30 - <i>[Assinatura]</i>	<i>[Assinatura]</i>
31 - <i>[Assinatura]</i>	<i>[Assinatura]</i>
32 -	
33 -	
34 -	
35 -	

Legislação Citada

Constituição da República Federativa do Brasil

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

.....

.....

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

.....

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

.....

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade;
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 35, DE 2014

(Do Senador Walter Pinheiro e outros)

Altera os arts. 14, 17, 27, 28, 29, 44, 46, 57 e 82 da Constituição, estabelece a coincidência das eleições e a proibição da reeleição para cargos do Poder Executivo, dispõe sobre o acesso ao fundo partidário, estabelece regras de transição e submete a referendo as alterações relativas a sistema eleitoral.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Esta Emenda Constitucional estabelece a coincidência das eleições e a proibição da reeleição para cargos do Poder Executivo, dispõe sobre o acesso ao fundo partidário, estabelece regras de transição e submete a referendo as alterações relativas a sistema eleitoral.

Art. 2º Os dispositivos adiante enumerados da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14.....

.....

§ 5º São inelegíveis para os mesmos cargos, no período imediatamente subsequente, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído nos seis meses anteriores ao pleito.

.....”(NR)

“Art. 17.

.....

§ 3º Têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que tenham obtido, na última eleição para a Câmara dos Deputados, cinco por cento dos votos apurados, não computados os em branco e os nulos, distribuídos em, pelo menos, um terço dos Estados, com um mínimo de três por cento do total de cada um deles, e que tenham eleito pelo menos um representante para a Câmara dos Deputados ou Senado Federal na eleição imediatamente anterior.

.....

§ 5º Para os fins do inciso I do “caput”, considera-se de caráter nacional o partido que comprove, além dos requisitos estabelecidos em lei, o registro de diretórios regionais em metade mais um dos Estados.” (NR)

“Art. 27.

§ 1º Será de cinco anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando- se-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.

.....”(NR)

“Art. 28. A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de cinco anos, realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá no primeiro dia útil seguinte ao dia primeiro de janeiro do ano subsequente, observado, quanto ao mais, o disposto no art. 77.

.....”(NR)

“Art. 29

I - eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de cinco anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País;

.....”(NR)

“Art. 44.

Parágrafo único. Cada legislatura terá a duração de cinco anos.”(NR)

“Art. 46.

§ 1º Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de cinco anos.

.....”(NR)

“Art. 57

§ 4º Cada uma das Casas reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas, para mandato de 3 (três) anos, e a partir de 1º de fevereiro no quarto ano da legislatura, para a eleição das respectivas mesas para mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

.....”(NR)

“Art. 82. O mandato do Presidente da República é de cinco anos e terá início no primeiro dia útil após o dia primeiro de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.”(NR)

Art. 3º No período entre a primeira e a segunda eleição geral subsequentes à aprovação desta Emenda Constitucional, terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, os partidos que tenham obtido, na última eleição para a Câmara dos Deputados, três por cento dos votos apurados, não computados os em branco e os nulos, distribuídos em, pelo menos, um terço dos Estados, com um ~~mínimo~~ ^{por cento} de três por cento do total de cada um deles.

Art. 4º No período entre a segunda e a terceira eleição geral subsequentes à promulgação desta Emenda Constitucional, terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e a televisão, os partidos que tenham obtido, na última eleição para a Câmara dos Deputados, quatro por cento dos votos apurados, não computados os em branco e os nulos, distribuídos em, pelo menos, um terço dos Estados, com um mínimo de três por cento do total de cada um deles.

Art. 5º Aplica-se o disposto nesta Emenda Constitucional ao Presidente da República, Governadores, Senadores, Deputados Federais, Estaduais e Distritais eleitos em 2018.

Parágrafo único. Os Senadores eleitos em 2014 terão seus mandatos prorrogados até 31 de janeiro de 2024.

Art. 6º Aplica-se o disposto nesta Emenda Constitucional aos Prefeitos e Vereadores eleitos em 2020, cujo mandato terá a duração de três anos.

Art. 7º. Fica revogado o § 2º do art. 46 da Constituição.

Art. 8º Esta Emenda Constitucional terá a sua vigência condicionada à aprovação em referendo popular, a ser realizado no último domingo de outubro de 2016, exceto quanto à redação dada ao art. 17, § 3º da Constituição, que vigorará a partir da sua promulgação, observado o disposto nos art. 3º e 4º.

JUSTIFICAÇÃO

O sistema eleitoral brasileiro demanda uma profunda reforma política, que aborde problemas tais como o financiamento de campanhas, a proporcionalidade do voto e as próprias composições das Casas do Congresso Nacional.

Tais questões, contudo, vem há muito sendo debatidas sem que, por ora, se tenha obtido o grau de consenso necessário à sua aprovação.

Por força disso, questões estruturantes e que poderiam contribuir para a maior eficiência do sistema político e para a própria governabilidade restam prejudicadas. Assim, os problemas decorrentes da não-coincidência dos mandatos nos três níveis da Federação, a duração dos mandatos parlamentares e executivos, a própria existência do instituto da reeleição para cargos do Executivo e o acesso aos recursos do Fundo Partidário a partidos de baixa representatividade e a ausência de caráter nacional dos partidos políticos permanecem sem solução adequada.

A presente Proposta de Emenda à Constituição visa apresentar à consideração dos Ilustres Pares alternativas para que tais problemas sejam enfrentados.

De início, propomos, de plano, a extinção do instituto da reeleição para cargos do Executivo, o qual, passadas 4 eleições presidenciais desde a sua introdução, ainda não logrou ser legitimado. Lideranças políticas de destaque, como o ex-Presidente Lula, já se manifestaram pela sua extinção. Candidatos em todos os pleitos manifestam-se contrários a ele. Contudo, a reeleição – sistema que não é unanimidade nos regimes presidencialistas modernos – permanece como uma forma de subverter o princípio da alternância no poder, que é uma das características essenciais dos regimes democráticos, criando oportunidades para o uso indevido da máquina pública pelos candidatos à reeleição e desvirtuando a igualdade de oportunidades que é um dos princípios essenciais que devem orientar o processo eleitoral justo.

Todavia, a extinção da reeleição deve levar em consideração que o mandato presidencial de quatro anos é excessivamente curto. Países onde inexistente a reeleição, como o México, adotam períodos mais longos (seis anos). No Brasil, até 1993, o mandato presidencial previsto pela Constituição de 1988 era de cinco anos. Propomos, assim, o retorno a essa sistemática, conferindo ao chefe do Poder Executivo melhor condição de cumprimento de seu Programa de Governo.

A coincidência de mandatos – Executivos e Legislativos – é uma imposição necessária para assegurar menor instabilidade política e conferir maior previsibilidade ao sistema político. Nesse sentido, a eliminação das eleições a cada dois anos, concentrando-se o exercício do voto em eleições gerais, a cada cinco anos, contribuiria para evitar a excessiva rotatividade nos

parlamentos em função das “carreiras políticas” de seus membros, conferindo maior estabilidade também aos partidos políticos e suas representações eleitas, além de maior harmonia entre os diferentes níveis do Poder Executivo.

Em complementação, propomos que haja igualmente a equiparação da duração de mandatos entre Câmara e Senado Federal, eliminando-se o anacronismo que é o mandato de 8 anos para os Senadores da República. Esse mandato, excessivamente longo, é causa de distanciamento entre o eleito e eleitor, e não responde, na atualidade, às demandas de uma sociedade dinâmica e informada, participativa e que exige a responsividade eleitoral e governamental. Assim, propomos que tanto Deputados quanto Senadores tenham, assim como os Executivos, mandatos de cinco anos, mantendo-se, porém, a data da posse coincidente com o início da legislatura.

De tal solução decorre a necessidade de estabelecer-se regra de transição que assegure, aos Senadores eleitos em 2014, a integralidade de seus mandatos e, ainda, a prorrogação pelo prazo necessário à coincidência de mandatos que ora propomos. Além disso, extingue-se a eleição alternada de um terço e dois terços dos membros do Senado, promovendo-se a possibilidade de sua renovação integral a cada 5 anos, tal como ocorre na Câmara dos Deputados.

Em consequência, mostra-se necessário ajustar a regra de duração de mandatos das mesas diretoras das casas legislativas e sua eleição, que passaria a ser alternadamente de 3 e 2 anos, mantendo-se a vedação de reeleição para os cargos das mesas diretoras na mesma legislatura.

A data da posse dos titulares do Poder Executivo, igualmente, demanda ajuste. A atual previsão constitucional, em que a posse se dá em 1º de janeiro, mostra-se inadequada às circunstâncias, por coincidir com momento festivo em que as famílias se reúnem para celebrar a virada de ano. Priva, a um tempo, os eleitos desse momento, e, por outro lado, por coincidir com data festiva, feriado nacional, dificulta aspectos logísticos relacionados às cerimônias de posse. Assim, propomos que a data seja remetida para o primeiro dia útil após o dia 1º de janeiro, mudança de pequena monta mas que superará esses problemas.

O acesso aos recursos do fundo partidário e ao horário eleitoral gratuito é atualmente disciplinado em sua totalidade em lei. A Lei nº 9.096, de 1995, dispõe sobre a matéria, mas não inclui, como requisito para o acesso a esses recursos, que o partido tenha representatividade no Legislativo Federal. Todavia, essa omissão distorce a natureza desse fundo e sua vinculação à legitimidade dos partidos, que emerge das urnas. Assim como, para exercer a plenitude de suas prerrogativas – como o ajuizamento de ações diretas de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal – se exige a representação no Congresso Nacional, consideramos que tal requisito – respeitada regra de transição prolongada – deveria ser fixado para o acesso ao fundo partidário e à propaganda eleitoral gratuita.

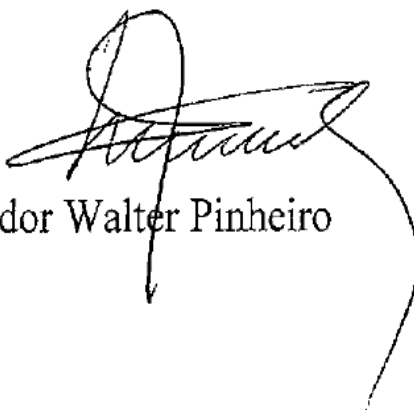
Já quanto ao caráter nacional dos partidos, a lei exige que os partidos tenham diretórios regionais registrados em 11 estados, o que, igualmente, não é suficiente para essa caracterização. Para superar o problema, propomos que o caráter nacional – necessário à aferição da representatividade – seja comprovado mediante o registro em pelo menos metade mais um dos Estados.

Finalmente, propomos regras de transição que permitam uma adaptação gradual e sem traumas às novas regras. Assim, a totalidade das regras somente seria aplicável aos candidatos a serem eleitos em 2018, no plano federal, ou 2020, no plano municipal, sendo, nesse caso, necessária a redução dos mandatos em um ano. Desse modo, nenhum dos atuais titulares de mandatos teria prejudicada sua expectativa de direito à reeleição ou redução de mandatos, eliminando-se qualquer arguição de casuísmo em detrimento desta ou aquela força política ou liderança.

O objetivo central da proposta que ora apresentamos, assim, é dar maior razoabilidade e eficiência ao processo eleitoral, e conferir ao eleitor o poder de, por meio do voto, determinar aos eleitos uma maior harmonia e sintonia de propósitos, eliminando-se distorções e divergências que decorrem de eleições alternadas. Quem expressa, pelo voto, o desejo de mudanças, deve ter a oportunidade de ver esse desejo materializado no mais curto prazo possível. E, para aqueles que desejam a manutenção da linha política, essa deve dar-se de forma a preservar a institucionalidade dos Partidos Políticos, eliminando-se o personalismo que, em regra, se associa ao instituto da reeleição.

Com tal contribuição, para a qual esperamos contar com o apoio dos Senhores e Senhoras Senadores e Senadoras, esperamos dar oportunidade a um amplo debate, necessário ao aprofundamento da democracia e ao fortalecimento da representatividade dos Parlamentos e melhor governabilidade para os Executivos.

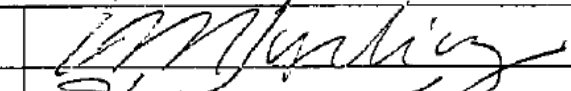
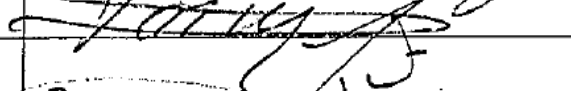
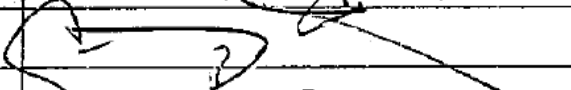

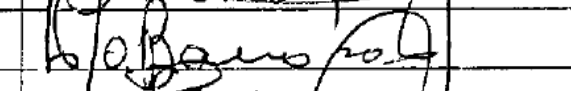

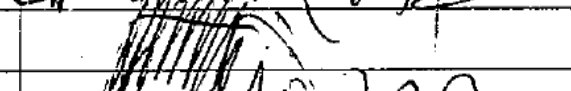
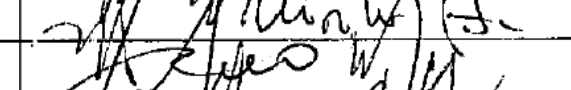
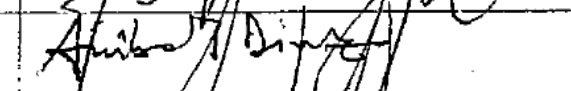
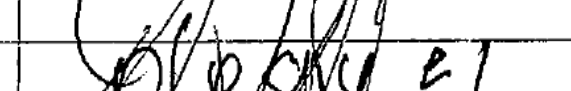
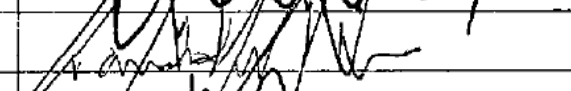
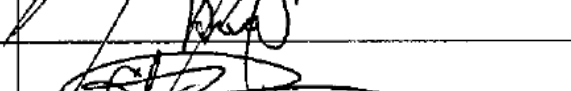
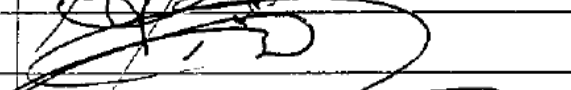

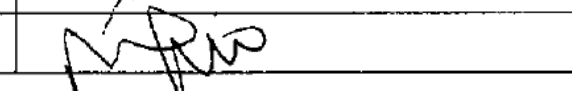






Sala das Sessões,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Walter Pinheiro', with a long, sweeping flourish extending downwards and to the right.

Senador Walter Pinheiro

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2014.

Altera os art. 14, 17, 27, 28, 29, 44, 46, 57 e 82 da Constituição, estabelece a coincidência das eleições e a proibição da reeleição para cargos do Poder Executivo, dispõe sobre o acesso ao fundo partidário, estabelece regras de transição e submete a referendo as alterações relativas a sistema eleitoral.

1		SEN. EDUARDO SUPlicy
2		SEN. PAULO PAIM
3		SEN. ROBERTO FIGUEIREDO
4		SEN. WOLLMANN
5		SEN. RANDOLFE RODRIGUES
6		SEN. VANESSA GRAZZIOTIN
7		SEN. JOSÉ BERRANTE
8		ANA AMÉLIA (PP/RS)
9		HUMBERTO COSTA PT
10		VALDIR RAUPP
11		CRISTIANO
12		MARCOS MACIEL
13		ANTÔNIO DINIZ PT
14		
15		SEN. EDUARDO
16		FÁBIO
17		ANA RITA
18		SEN. CASILDO
19		PAULO BAUER
20		
21		KAKA ANDRADE
22		SEN. PAULO

Altera os art. 14, 17, 27, 28, 29, 44, 46, 57 e 82 da Constituição, estabelece a coincidência das eleições e a proibição da reeleição para cargos do Poder Executivo, dispõe sobre o acesso ao fundo partidário, estabelece regras de transição e submete a referendo as alterações relativas ao sistema eleitoral		
23	Maia da Silva	Sen. Afonso de Oliveira
24		Sen. Henrique Henrique
25		Sen. Luiz da Costa
26		Sen. Nelson Maia
27		Sen. Paulo Roberto
28		Sen. Paulo Simon
29	Maia da Silva	Sen. Ferraz
30		Sen. Luiz da Costa
31		Sen. Paulo Roberto
32		Sen. Paulo Simon
33		Sen. Ferraz
34		
35		
36		
37		
38		
39		
40		
41		
42		
43		
44		

Legislação Citada

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Emendas Constitucionais

Emendas Constitucionais de Revisão

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Atos decorrentes do disposto no § 3º do art. 5º

ÍNDICE TEMÁTICO

Texto compilado

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º

.....

Art. 13.

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I - plebiscito;

II - referendo;

III - iniciativa popular.

§ 1º - O alistamento eleitoral e o voto são:

I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II - facultativos para:

a) os analfabetos;

b) os maiores de setenta anos;

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

§ 2º - Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

§ 3º - São condições de elegibilidade, na forma da lei:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o pleno exercício dos direitos políticos;

III - o alistamento eleitoral;

IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;

V - a filiação partidária; Regulamento

VI - a idade mínima de:

a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;

d) dezoito anos para Vereador.

§ 4º - São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

~~§ 5º - São inelegíveis para os mesmos cargos, no período subsequente, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído nos seis meses anteriores ao pleito.~~

§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997)

§ 6º - Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

§ 7º - São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

§ 8º - O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:

I - se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;

II - se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

~~§ 9º - Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.~~

§ 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 4, de 1994)

§ 10 - O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

§ 11 - A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

Art. 15.

.....

CAPÍTULO V DOS PARTIDOS POLÍTICOS

Art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos: Regulamento

I - caráter nacional;

II - proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes;

III - prestação de contas à Justiça Eleitoral;

IV - funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

~~§ 1º - É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, devendo seus estatutos estabelecer normas de fidelidade e disciplina partidárias.~~

§ 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 52, de 2006)

§ 2º - Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

§ 3º - Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.

§ 4º - É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

TÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO
CAPÍTULO I
DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Art. 18.

.....

Art. 26.

Art. 27. O número de Deputados à Assembléia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

§ 1º - Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando-se-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.

~~§ 2º - A remuneração dos Deputados Estaduais será fixada em cada legislatura, para a subsequente, pela Assembléia Legislativa, observado o que dispõem os arts. 150, II, 153, III e 153, § 2º, I.~~

~~§ 2º - A remuneração dos Deputados Estaduais será fixada em cada legislatura, para a subsequente, pela Assembléia Legislativa, observado o que dispõem os arts. 150, II, 153, III e 153, § 2º, I, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquela estabelecida, em espécie, para os Deputados Federais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, 1992)~~

§ 2º O subsídio dos Deputados Estaduais será fixado por lei de iniciativa da Assembléia Legislativa, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Federais, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 57, § 7º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 3º - Compete às Assembléias Legislativas dispor sobre seu regimento interno, polícia e serviços administrativos de sua secretaria, e prover os respectivos cargos.

§ 4º - A lei disporá sobre a iniciativa popular no processo legislativo estadual.

~~Art. 28. A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, realizar-se-á noventa dias antes do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá no dia 1º de janeiro do ano subsequente, observado, quanto ao mais, o disposto no art. 77.~~

Art. 28. A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá em primeiro de janeiro do ano subsequente, observado, quanto ao mais, o disposto no art. 77. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997)

~~Parágrafo único. Perderá o mandato o Governador que assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto no art. 38, I, IV e V.~~

§ 1º Perderá o mandato o Governador que assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto no art. 38, I, IV e V. (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 2º Os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado serão fixados por lei de iniciativa da Assembleia Legislativa, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

CAPÍTULO IV Dos Municípios

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

I - eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País;

~~II - eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito até noventa dias antes do término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77, no caso de municípios com mais de duzentos mil eleitores;~~

II - eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizada no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77, no caso de Municípios com mais de duzentos mil eleitores; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997)

III - posse do Prefeito e do Vice-Prefeito no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição;

~~IV - número de Vereadores proporcional à população do Município, observados os seguintes limites:~~

- ~~a) mínimo de nove e máximo de vinte e um nos Municípios de até um milhão de habitantes;~~
- ~~b) mínimo de trinta e três e máximo de quarenta e um nos Municípios de mais de um milhão e menos de cinco milhões de habitantes;~~
- ~~c) mínimo de quarenta e dois e máximo de cinquenta e cinco nos Municípios de mais de cinco milhões de habitantes;~~

IV - para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de: (Redação dada pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009) (Produção de efeito) (Vide ADIN 4307)

a) 9 (nove) Vereadores, nos Municípios de até 15.000 (quinze mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

b) 11 (onze) Vereadores, nos Municípios de mais de 15.000 (quinze mil) habitantes e de até 30.000 (trinta mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

c) 13 (treze) Vereadores, nos Municípios com mais de 30.000 (trinta mil) habitantes e de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

d) 15 (quinze) Vereadores, nos Municípios de mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes e de até 80.000 (oitenta mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

e) 17 (dezessete) Vereadores, nos Municípios de mais de 80.000 (oitenta mil) habitantes e de até 120.000 (cento e vinte mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

f) 19 (dezenove) Vereadores, nos Municípios de mais de 120.000 (cento e vinte mil) habitantes e de até 160.000 (cento sessenta mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

g) 21 (vinte e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 160.000 (cento e sessenta mil) habitantes e de até 300.000 (trezentos mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

h) 23 (vinte e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 300.000 (trezentos mil) habitantes e de até 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

i) 25 (vinte e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) habitantes e de até 600.000 (seiscentos mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

j) 27 (vinte e sete) Vereadores, nos Municípios de mais de 600.000 (seiscentos mil) habitantes e de até 750.000 (setecentos cinquenta mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

k) 29 (vinte e nove) Vereadores, nos Municípios de mais de 750.000 (setecentos e cinquenta mil) habitantes e de até 900.000 (novecentos mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

l) 31 (trinta e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 900.000 (novecentos mil) habitantes e de até 1.050.000 (um milhão e cinquenta mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

m) 33 (trinta e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.050.000 (um milhão e cinquenta mil) habitantes e de até 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

n) 35 (trinta e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) habitantes e de até 1.350.000 (um milhão e trezentos e cinquenta mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

o) 37 (trinta e sete) Vereadores, nos Municípios de 1.350.000 (um milhão e trezentos e cinquenta mil) habitantes e de até 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

p) 39 (trinta e nove) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) habitantes e de até 1.800.000 (um milhão e oitocentos mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

q) 41 (quarenta e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 1.800.000 (um milhão e oitocentos mil) habitantes e de até 2.400.000 (dois milhões e quatrocentos mil) habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

r) 43 (quarenta e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 2.400.000 (dois milhões e quatrocentos mil) habitantes e de até 3.000.000 (três milhões) de habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

s) 45 (quarenta e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 3.000.000 (três milhões) de habitantes e de até 4.000.000 (quatro milhões) de habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

t) 47 (quarenta e sete) Vereadores, nos Municípios de mais de 4.000.000 (quatro milhões) de habitantes e de até 5.000.000 (cinco milhões) de habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

u) 49 (quarenta e nove) Vereadores, nos Municípios de mais de 5.000.000 (cinco milhões) de habitantes e de até 6.000.000 (seis milhões) de habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

v) 51 (cinquenta e um) Vereadores, nos Municípios de mais de 6.000.000 (seis milhões) de habitantes e de até 7.000.000 (sete milhões) de habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

w) 53 (cinquenta e três) Vereadores, nos Municípios de mais de 7.000.000 (sete milhões) de habitantes e de até 8.000.000 (oito milhões) de habitantes; e (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

x) 55 (cinquenta e cinco) Vereadores, nos Municípios de mais de 8.000.000 (oito milhões) de habitantes; (Incluída pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

~~V - remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores fixada pela Câmara Municipal em cada legislatura, para a subsequente, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 150, II, 153, III, e 153, § 2.º, I;~~

V - subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda constitucional nº 19, de 1998)

~~VI - a remuneração dos Vereadores corresponderá a, no máximo, setenta e cinco por cento daquela estabelecida, em espécie, para os Deputados Estaduais, ressalvado o que dispõe o art. 37, XI; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)~~

~~VI - subsídio dos Vereadores fixado por lei de iniciativa da Câmara Municipal, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Estaduais, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 57, § 7º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda constitucional nº 19, de 1998)~~

VI - o subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe esta Constituição, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os seguintes limites máximos: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

a) em Municípios de até dez mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a vinte por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

b) em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

c) em Municípios de cinquenta mil e um a cem mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a quarenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

d) em Municípios de cem mil e um a trezentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a cinquenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

e) em Municípios de trezentos mil e um a quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a sessenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

f) em Municípios de mais de quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a setenta e cinco por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

VII - o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

VIII - inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município; (Renumerado do inciso VI, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

IX - proibições e incompatibilidades, no exercício da vereança, similares, no que couber, ao disposto nesta Constituição para os membros do Congresso Nacional e na Constituição do respectivo Estado para os membros da Assembleia Legislativa; (Renumerado do inciso VII, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

X - julgamento do Prefeito perante o Tribunal de Justiça; (Renumerado do inciso VIII, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

XI - organização das funções legislativas e fiscalizadoras da Câmara Municipal; (Renumerado do inciso IX, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

XII - cooperação das associações representativas no planejamento municipal; (Renumerado do inciso X, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

XIII - iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado; (Renumerado do inciso XI, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

XIV - perda do mandato do Prefeito, nos termos do art. 28, parágrafo único. (Renumerado do inciso XII, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

~~I - oito por cento para Municípios com população de até cem mil habitantes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)~~

I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009) (Produção de efeito)

~~II - sete por cento para Municípios com população entre cem mil e um e trezentos mil habitantes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)~~

II - 6% (seis por cento) para Municípios com população entre 100.000 (cem mil) e 300.000 (trezentos mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

~~III - seis por cento para Municípios com população entre trezentos mil e um e quinhentos mil habitantes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)~~

III - 5% (cinco por cento) para Municípios com população entre 300.001 (trezentos mil e um) e 500.000 (quinhentos mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

~~IV - cinco por cento para Municípios com população acima de quinhentos mil habitantes. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)~~

IV - 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população entre 500.001 (quinhentos mil e um) e 3.000.000 (três milhões) de habitantes; (Redação dada pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

V - 4% (quatro por cento) para Municípios com população entre 3.000.001 (três milhões e um) e 8.000.000 (oito milhões) de habitantes; (Incluído pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

VI - 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população acima de 8.000.001 (oito milhões e um) habitantes. (Incluído pela Emenda Constituição Constitucional nº 58, de 2009)

§ 1º A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

§ 2º Constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

I - efetuar repasse que supere os limites definidos neste artigo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

II - não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês; ou (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

III - enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

§ 3º Constitui crime de responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal o desrespeito ao § 1º deste artigo. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

Art. 30.

.....

SEÇÃO IV DAS REGIÕES

Art. 43.

TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014)

CAPÍTULO I DO PODER LEGISLATIVO SEÇÃO I DO CONGRESSO NACIONAL

Art. 44. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Parágrafo único. Cada legislatura terá a duração de quatro anos.

Art. 45.

Art. 46. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

§ 1º - Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.

§ 2º - A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.

§ 3º - Cada Senador será eleito com dois suplentes.

Art. 47.....

Art. 56.

SEÇÃO VI DAS REUNIÕES

~~Art. 57. O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.~~

Art. 57. O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 50, de 2006)

§ 1º - As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

§ 2º - A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º - Além de outros casos previstos nesta Constituição, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal reunir-se-ão em sessão conjunta para:

I - inaugurar a sessão legislativa;

II - elaborar o regimento comum e regular a criação de serviços comuns às duas Casas;

III - receber o compromisso do Presidente e do Vice-Presidente da República;

IV - conhecer do veto e sobre ele deliberar.

~~§ 4º Cada uma das Casas reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas, para mandato de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.~~

§ 4º Cada uma das Casas reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas, para mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 50, de 2006)

§ 5º - A Mesa do Congresso Nacional será presidida pelo Presidente do Senado Federal, e os demais cargos serão exercidos, alternadamente, pelos ocupantes de cargos equivalentes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

~~§ 6º A convocação extraordinária do Congresso Nacional far-se-á:~~

§ 6º A convocação extraordinária do Congresso Nacional far-se-á: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 50, de 2006)

I - pelo Presidente do Senado Federal, em caso de decretação de estado de defesa ou de intervenção federal, de pedido de autorização para a decretação de estado de sítio e para o compromisso e a posse do Presidente e do Vice-Presidente- Presidente da República;

~~II - pelo Presidente da República, pelos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ou a requerimento da maioria dos membros de ambas as Casas, em caso de urgência ou interesse público relevante.~~

~~§ 7º Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado.~~

~~§ 7º Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado, vedado o pagamento de parcela indenizatória em valor superior ao do subsídio mensal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)~~

~~§ 7º Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado, ressalvada a hipótese do § 8º, vedado o pagamento de parcela indenizatória em valor superior ao subsídio mensal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)~~

II - pelo Presidente da República, pelos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal ou a requerimento da maioria dos membros de ambas as Casas, em caso de urgência ou interesse público relevante, em todas as hipóteses deste inciso com a aprovação da maioria absoluta de cada uma das Casas do Congresso Nacional. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 50, de 2006)

§ 7º Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado, ressalvada a hipótese do § 8º deste artigo, vedado o pagamento de parcela indenizatória, em razão da convocação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 50, de 2006)

§ 8º Havendo medidas provisórias em vigor na data de convocação extraordinária do Congresso Nacional, serão elas automaticamente incluídas na pauta da convocação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

SEÇÃO VII DAS COMISSÕES

Art. 58.

.....

Art. 81.

~~Art. 82. O mandato do Presidente da República é de cinco anos, vedada a reeleição para o período subsequente, e terá início em 1º de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição. (Vide Emenda Constitucional de Revisão nº 5, de 1994)~~

Art. 82. O mandato do Presidente da República é de quatro anos e terá início em primeiro de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997)

Art. 83.

.....

Art. 250.

Brasília, 5 de outubro de 1988.

Ulysses Guimarães, Presidente - *Mauro Benevides*, 1.º Vice-Presidente - *Jorge Arbage*, 2.º Vice-Presidente - *Marcelo Cordeiro*, 1.º Secretário - *Mário Maia*, 2.º Secretário - *Arnaldo Faria de Sá*, 3.º Secretário - *Benedita da Silva*, 1.º Suplente de Secretário - *Luiz Soyer*, 2.º Suplente de Secretário - *Sotero Cunha*, 3.º Suplente de Secretário - *Bernardo Cabral*, Relator Geral - *Adolfo Oliveira*, Relator Adjunto - *Antônio Carlos Konder Reis*, Relator Adjunto - *José Fogaça*, Relator Adjunto - *Abigail Feitosa* - *Acival Gomes* - *Adauto Pereira* - *Ademir Andrade* - *Adhemar de Barros* -

Este texto não substitui o publicado no DOU de 5.10.1988

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995.

Texto Compilado

Mensagem de veto

(Vide Lei nº 9.259, de 1996)

(Vide Lei nº 9.693, de 1998)

(Vide Decreto nº 7.791, de 2012)

Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
Disposições Preliminares

Art. 1º O partido político, pessoa jurídica de direito privado, destina-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal.

Art. 2º É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos cujos programas respeitem a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana.

Art. 3º É assegurada, ao partido político, autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento.

Parágrafo único. É assegurada aos candidatos, partidos políticos e coligações autonomia para definir o cronograma das atividades eleitorais de campanha e executá-lo em qualquer dia e horário, observados os limites estabelecidos em lei. (Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013)

Art. 4º Os filiados de um partido político têm iguais direitos e deveres.

Art. 5º A ação do partido tem caráter nacional e é exercida de acordo com seu estatuto e programa, sem subordinação a entidades ou governos estrangeiros.

Art. 6º É vedado ao partido político ministrar instrução militar ou paramilitar, utilizar-se de organização da mesma natureza e adotar uniforme para seus membros.

Art. 7º O partido político, após adquirir personalidade jurídica na forma da lei civil, registra seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral.

§ 1º Só é admitido o registro do estatuto de partido político que tenha caráter nacional, considerando-se como tal aquele que comprove o apoio de eleitores correspondente a, pelo menos, meio por cento dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, não computados os votos em branco e os nulos, distribuídos por um terço, ou mais, dos Estados, com um mínimo de um décimo por cento do eleitorado que haja votado em cada um deles.

§ 2º Só o partido que tenha registrado seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral pode participar do processo eleitoral, receber recursos do Fundo Partidário e ter acesso gratuito ao rádio e à televisão, nos termos fixados nesta Lei.

§ 3º Somente o registro do estatuto do partido no Tribunal Superior Eleitoral assegura a exclusividade da sua denominação, sigla e símbolos, vedada a utilização, por outros partidos, de variações que venham a induzir a erro ou confusão.

TÍTULO II

Da Organização e Funcionamento dos Partidos Políticos

CAPÍTULO I

Da Criação e do Registro dos Partidos Políticos

Art. 8º O requerimento do registro de partido político, dirigido ao cartório competente do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, da Capital Federal, deve ser subscrito pelos seus fundadores, em número nunca inferior a cento e um, com domicílio eleitoral em, no mínimo, um terço dos Estados, e será acompanhado de:

I - cópia autêntica da ata da reunião de fundação do partido;

II - exemplares do Diário Oficial que publicou, no seu inteiro teor, o programa e o estatuto;

III - relação de todos os fundadores com o nome completo, naturalidade, número do título eleitoral com a Zona, Seção, Município e Estado, profissão e endereço da residência.

§ 1º O requerimento indicará o nome e função dos dirigentes provisórios e o endereço da sede do partido na Capital Federal.

§ 2º Satisfeitas as exigências deste artigo, o Oficial do Registro Civil efetua o registro no livro correspondente, expedindo certidão de inteiro teor.

§ 3º Adquirida a personalidade jurídica na forma deste artigo, o partido promove a obtenção do apoio mínimo de eleitores a que se refere o § 1º do art. 7º e realiza os atos necessários para a constituição definitiva de seus órgãos e designação dos dirigentes, na forma do seu estatuto.

Art. 9º Feita a constituição e designação, referidas no § 3º do artigo anterior, os dirigentes nacionais promoverão o registro do estatuto do partido junto ao Tribunal Superior Eleitoral, através de requerimento acompanhado de:

I - exemplar autenticado do inteiro teor do programa e do estatuto partidários, inscritos no Registro Civil;

II - certidão do registro civil da pessoa jurídica, a que se refere o § 2º do artigo anterior;

III - certidões dos cartórios eleitorais que comprovem ter o partido obtido o apoio mínimo de eleitores a que se refere o § 1º do art. 7º.

§ 1º A prova do apoio mínimo de eleitores é feita por meio de suas assinaturas, com menção ao número do respectivo título eleitoral, em listas organizadas para cada Zona, sendo a veracidade das respectivas assinaturas e o número dos títulos atestados pelo Escrivão Eleitoral.

§ 2º O Escrivão Eleitoral dá imediato recibo de cada lista que lhe for apresentada e, no prazo de quinze dias, lavra o seu atestado, devolvendo-a ao interessado.

§ 3º Protocolado o pedido de registro no Tribunal Superior Eleitoral, o processo respectivo, no prazo de quarenta e oito horas, é distribuído a um Relator, que, ouvida a Procuradoria-Geral, em dez dias, determina, em igual prazo, diligências para sanar eventuais falhas do processo.

§ 4º Se não houver diligências a determinar, ou após o seu atendimento, o Tribunal Superior Eleitoral registra o estatuto do partido, no prazo de trinta dias.

Art. 10. As alterações programáticas ou estatutárias, após registradas no Ofício Civil competente, devem ser encaminhadas, para o mesmo fim, ao Tribunal Superior Eleitoral.

Parágrafo único. O Partido comunica à Justiça Eleitoral a constituição de seus órgãos de direção e os nomes dos respectivos integrantes, bem como as alterações que forem promovidas, para anotação: (Incluído pela Lei nº 9.259, de 1996)

I - no Tribunal Superior Eleitoral, dos integrantes dos órgãos de âmbito nacional; (Incluído pela Lei nº 9.259, de 1996)

II - nos Tribunais Regionais Eleitorais, dos integrantes dos órgãos de âmbito estadual, municipal ou zonal. (Incluído pela Lei nº 9.259, de 1996)

Art. 11. O partido com registro no Tribunal Superior Eleitoral pode credenciar, respectivamente:

I - delegados perante o Juiz Eleitoral;

II - delegados perante o Tribunal Regional Eleitoral;

III - delegados perante o Tribunal Superior Eleitoral.

Parágrafo único. Os delegados credenciados pelo órgão de direção nacional representam o partido perante quaisquer Tribunais ou Juízes Eleitorais; os credenciados pelos órgãos estaduais, somente perante o Tribunal Regional Eleitoral e os Juízes Eleitorais do respectivo Estado, do Distrito Federal ou Território Federal; e os credenciados pelo órgão municipal, perante o Juiz Eleitoral da respectiva jurisdição.

CAPÍTULO II

Do Funcionamento Parlamentar

Art. 12. O partido político funciona, nas Casas Legislativas, por intermédio de uma bancada, que deve constituir suas lideranças de acordo com o estatuto do partido, as disposições regimentais das respectivas Casas e as normas desta Lei.

Art. 13. Tem direito a funcionamento parlamentar, em todas as Casas Legislativas para as quais tenha eleito representante, o partido que, em cada eleição para a Câmara dos Deputados obtenha o apoio de, no mínimo, cinco por cento dos votos apurados, não computados os brancos e os nulos, distribuídos em, pelo menos, um terço dos Estados, com um mínimo de dois por cento do total de cada um deles. (Vide Adins nºs 1.351-3 e 1.354-8)

CAPÍTULO III

Do Programa e do Estatuto

Art. 14. Observadas as disposições constitucionais e as desta Lei, o partido é livre para fixar, em seu programa, seus objetivos políticos e para estabelecer, em seu estatuto, a sua estrutura interna, organização e funcionamento.

Art. 15. O Estatuto do partido deve conter, entre outras, normas sobre:

- I - nome, denominação abreviada e o estabelecimento da sede na Capital Federal;
- II - filiação e desligamento de seus membros;
- III - direitos e deveres dos filiados;
- IV - modo como se organiza e administra, com a definição de sua estrutura geral e identificação, composição e competências dos órgãos partidários nos níveis municipal, estadual e nacional, duração dos mandatos e processo de eleição dos seus membros;
- V - fidelidade e disciplina partidárias, processo para apuração das infrações e aplicação das penalidades, assegurado amplo direito de defesa;
- VI - condições e forma de escolha de seus candidatos a cargos e funções eletivas;
- VII - finanças e contabilidade, estabelecendo, inclusive, normas que os habilitem a apurar as quantias que os seus candidatos possam despende com a própria eleição, que fixem os limites das contribuições dos filiados e definam as diversas fontes de receita do partido, além daquelas previstas nesta Lei;
- VIII - critérios de distribuição dos recursos do Fundo Partidário entre os órgãos de nível municipal, estadual e nacional que compõem o partido;
- IX - procedimento de reforma do programa e do estatuto.

~~Art. 15 A. A responsabilidade, inclusive civil, cabe exclusivamente ao órgão partidário municipal, estadual ou nacional que tiver dado causa ao não cumprimento da obrigação, à violação de direito, e dano a outrem ou a qualquer ato ilícito, excluída a solidariedade de outros órgãos de direção partidária. — (Incluído pela Lei nº 11.694, de 2008)~~

Art. 15-A. A responsabilidade, inclusive civil e trabalhista, cabe exclusivamente ao órgão partidário municipal, estadual ou nacional que tiver dado causa ao não cumprimento da obrigação, à violação de direito, a dano a outrem ou a qualquer ato ilícito, excluída a solidariedade de outros órgãos de direção partidária. (Redação dada pela Lei nº 12.034, de 2009)

Parágrafo único. O órgão nacional do partido político, quando responsável, somente poderá ser demandado judicialmente na circunscrição especial judiciária da sua sede, inclusive nas ações de natureza cível ou trabalhista. (Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013)

CAPÍTULO IV Da Filiação Partidária

Art. 16. Só pode filiar-se a partido o eleitor que estiver no pleno gozo de seus direitos políticos.

Art. 17. Considera-se deferida, para todos os efeitos, a filiação partidária, com o atendimento das regras estatutárias do partido.

Parágrafo único. Deferida a filiação do eleitor, será entregue comprovante ao interessado, no modelo adotado pelo partido.

Art. 18. Para concorrer a cargo eletivo, o eleitor deverá estar filiado ao respectivo partido pelo menos um ano antes da data fixada para as eleições, majoritárias ou proporcionais.

~~Art. 19. Na primeira semana dos meses de maio e dezembro de cada ano, o partido envia, aos Juizes Eleitorais, para arquivamento, publicação e cumprimento dos prazos de filiação partidária para efeito de candidatura a cargos eletivos, a relação dos nomes de todos os seus filiados, da qual constará o número dos títulos eleitorais e das seções em que são inscritos.~~

Art. 19. Na segunda semana dos meses de abril e outubro de cada ano, o partido, por seus órgãos de direção municipais, regionais ou nacional, deverá remeter, aos juizes eleitorais, para arquivamento, publicação e cumprimento dos prazos de filiação partidária para efeito de candidatura a cargos eletivos, a relação dos nomes de todos os seus filiados, da qual constará a data de filiação, o número dos títulos eleitorais e das seções em que estão inscritos. (Redação dada pela Lei nº 9.504, de 30.9.1997)

§ 1º Se a relação não é remetida nos prazos mencionados neste artigo, permanece inalterada a filiação de todos os eleitores, constante da relação remetida anteriormente.

§ 2º Os prejudicados por desídia ou má-fé poderão requerer, diretamente à Justiça Eleitoral, a observância do que prescreve o caput deste artigo.

§ 3º Os órgãos de direção nacional dos partidos políticos terão pleno acesso às informações de seus filiados constantes do cadastro eleitoral. (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

Art. 20. É facultado ao partido político estabelecer, em seu estatuto, prazos de filiação partidária superiores aos previstos nesta Lei, com vistas a candidatura a cargos eletivos.

Parágrafo único. Os prazos de filiação partidária, fixados no estatuto do partido, com vistas a candidatura a cargos eletivos, não podem ser alterados no ano da eleição.

Art. 21. Para desligar-se do partido, o filiado faz comunicação escrita ao órgão de direção municipal e ao Juiz Eleitoral da Zona em que for inscrito.

Parágrafo único. Decorridos dois dias da data da entrega da comunicação, o vínculo torna-se extinto, para todos os efeitos.

Art. 22. O cancelamento imediato da filiação partidária verifica-se nos casos de:

I - morte;

II - perda dos direitos políticos;

III - expulsão;

IV - outras formas previstas no estatuto, com comunicação obrigatória ao atingido no prazo de quarenta e oito horas da decisão.

V - filiação a outro partido, desde que a pessoa comunique o fato ao juiz da respectiva Zona Eleitoral. (Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013)

~~Parágrafo único. Quem se filia a outro partido deve fazer comunicação ao partido e ao juiz de sua respectiva Zona Eleitoral, para cancelar sua filiação; se não o fizer no dia imediato ao da nova filiação, fica configurada dupla filiação, sendo ambas consideradas nulas para todos os efeitos.~~

Parágrafo único. Havendo coexistência de filiações partidárias, prevalecerá a mais recente, devendo a Justiça Eleitoral determinar o cancelamento das demais. (Redação dada pela Lei nº 12.891, de 2013)

CAPÍTULO V

Da Fidelidade e da Disciplina Partidárias

Art. 23. A responsabilidade por violação dos deveres partidários deve ser apurada e punida pelo competente órgão, na conformidade do que disponha o estatuto de cada partido.

§ 1º Filiado algum pode sofrer medida disciplinar ou punição por conduta que não esteja tipificada no estatuto do partido político.

§ 2º Ao acusado é assegurado amplo direito de defesa.

Art. 24. Na Casa Legislativa, o integrante da bancada de partido deve subordinar sua ação parlamentar aos princípios doutrinários e programáticos e às diretrizes estabelecidas pelos órgãos de direção partidários, na forma do estatuto.

Art. 25. O estatuto do partido poderá estabelecer, além das medidas disciplinares básicas de caráter partidário, normas sobre penalidades, inclusive com desligamento temporário da bancada, suspensão do direito de voto nas reuniões internas ou perda de todas as prerrogativas, cargos e funções que exerça em decorrência da representação e da proporção partidária, na respectiva Casa Legislativa, ao parlamentar que se opuser, pela atitude ou pelo voto, às diretrizes legitimamente estabelecidas pelos órgãos partidários.

Art. 26. Perde automaticamente a função ou cargo que exerça, na respectiva Casa Legislativa, em virtude da proporção partidária, o parlamentar que deixar o partido sob cuja legenda tenha sido eleito.

CAPÍTULO VI

Da Fusão, Incorporação e Extinção dos Partidos Políticos

Art. 27. Fica cancelado, junto ao Ofício Civil e ao Tribunal Superior Eleitoral, o registro do partido que, na forma de seu estatuto, se dissolva, se incorpore ou venha a se fundir a outro.

Art. 28. O Tribunal Superior Eleitoral, após trânsito em julgado de decisão, determina o cancelamento do registro civil e do estatuto do partido contra o qual fique provado:

- I - ter recebido ou estar recebendo recursos financeiros de procedência estrangeira;
- II - estar subordinado a entidade ou governo estrangeiros;
- III - não ter prestado, nos termos desta Lei, as devidas contas à Justiça Eleitoral;
- IV - que mantém organização paramilitar.

§ 1º A decisão judicial a que se refere este artigo deve ser precedida de processo regular, que assegure ampla defesa.

§ 2º O processo de cancelamento é iniciado pelo Tribunal à vista de denúncia de qualquer eleitor, de representante de partido, ou de representação do Procurador-Geral Eleitoral.

§ 3º O partido político, em nível nacional, não sofrerá a suspensão das cotas do Fundo Partidário, nem qualquer outra punição como consequência de atos praticados por órgãos regionais ou municipais. *(Incluído pela Lei nº 9.693, de 1998)*

§ 4º Despesas realizadas por órgãos partidários municipais ou estaduais ou por candidatos majoritários nas respectivas circunscrições devem ser assumidas e pagas exclusivamente pela esfera partidária correspondente, salvo acordo expresso com órgão de outra esfera partidária. *(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)*

§ 5º Em caso de não pagamento, as despesas não poderão ser cobradas judicialmente dos órgãos superiores dos partidos políticos, recaíndo eventual penhora exclusivamente sobre o órgão partidário que contraiu a dívida executada. *(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)*

§ 6º O disposto no inciso III do caput refere-se apenas aos órgãos nacionais dos partidos políticos que deixarem de prestar contas ao Tribunal Superior Eleitoral, não ocorrendo o cancelamento do registro civil e do estatuto do partido quando a omissão for dos órgãos partidários regionais ou municipais. *(Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)*

Art. 29. Por decisão de seus órgãos nacionais de deliberação, dois ou mais partidos poderão fundir-se num só ou incorporar-se um ao outro.

§ 1º No primeiro caso, observar-se-ão as seguintes normas:

- I - os órgãos de direção dos partidos elaborarão projetos comuns de estatuto e programa;

II - os órgãos nacionais de deliberação dos partidos em processo de fusão votarão em reunião conjunta, por maioria absoluta, os projetos, e elegerão o órgão de direção nacional que promoverá o registro do novo partido.

§ 2º No caso de incorporação, observada a lei civil, caberá ao partido incorporando deliberar por maioria absoluta de votos, em seu órgão nacional de deliberação, sobre a adoção do estatuto e do programa de outra agremiação.

§ 3º Adotados o estatuto e o programa do partido incorporador, realizar-se-á, em reunião conjunta dos órgãos nacionais de deliberação, a eleição do novo órgão de direção nacional.

§ 4º Na hipótese de fusão, a existência legal do novo partido tem início com o registro, no Ofício Civil competente da Capital Federal, do estatuto e do programa, cujo requerimento deve ser acompanhado das atas das decisões dos órgãos competentes.

§ 5º No caso de incorporação, o instrumento respectivo deve ser levado ao Ofício Civil competente, que deve, então, cancelar o registro do partido incorporado a outro.

~~§ 6º Havendo fusão ou incorporação de partidos, os votos obtidos por eles, na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, devem ser somados para efeito de funcionamento parlamentar, nos termos do art. 13, da distribuição dos recursos do Fundo Partidário e de acesso gratuito ao rádio e à televisão.~~

§ 6º Havendo fusão ou incorporação, devem ser somados exclusivamente os votos dos partidos fundidos ou incorporados obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, para efeito da distribuição dos recursos do Fundo Partidário e do acesso gratuito ao rádio e à televisão. (Redação dada pela Lei nº 12.875, de 2013)

§ 7º O novo estatuto ou instrumento de incorporação deve ser levado a registro e averbado, respectivamente, no Ofício Civil e no Tribunal Superior Eleitoral.

TÍTULO III

Das Finanças e Contabilidade dos Partidos

CAPÍTULO I

Da Prestação de Contas

Art. 30. O partido político, através de seus órgãos nacionais, regionais e municipais, deve manter escrituração contábil, de forma a permitir o conhecimento da origem de suas receitas e a destinação de suas despesas.

Art. 31. É vedado ao partido receber, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou pretexto, contribuição ou auxílio pecuniário ou estimável em dinheiro, inclusive através de publicidade de qualquer espécie, procedente de:

I - entidade ou governo estrangeiros;

II - autoridade ou órgãos públicos, ressalvadas as dotações referidas no art. 38;

III - autarquias, empresas públicas ou concessionárias de serviços públicos, sociedades de economia mista e fundações instituídas em virtude de lei e para cujos recursos concorram órgãos ou entidades governamentais;

IV - entidade de classe ou sindical.

Art. 32. O partido está obrigado a enviar, anualmente, à Justiça Eleitoral, o balanço contábil do exercício findo, até o dia 30 de abril do ano seguinte.

§ 1º O balanço contábil do órgão nacional será enviado ao Tribunal Superior Eleitoral, o dos órgãos estaduais aos Tribunais Regionais Eleitorais e o dos órgãos municipais aos Juizes Eleitorais.

§ 2º A Justiça Eleitoral determina, imediatamente, a publicação dos balanços na imprensa oficial, e, onde ela não exista, procede à afixação dos mesmos no Cartório Eleitoral.

§ 3º No ano em que ocorrem eleições, o partido deve enviar balancetes mensais à Justiça Eleitoral, durante os quatro meses anteriores e os dois meses posteriores ao pleito.

Art. 33. Os balanços devem conter, entre outros, os seguintes itens:

I - discriminação dos valores e destinação dos recursos oriundos do fundo partidário;

II - origem e valor das contribuições e doações;

III - despesas de caráter eleitoral, com a especificação e comprovação dos gastos com programas no rádio e televisão, comitês, propaganda, publicações, comícios, e demais atividades de campanha;

IV - discriminação detalhada das receitas e despesas.

Art. 34. A Justiça Eleitoral exerce a fiscalização sobre a escrituração contábil e a prestação de contas do partido e das despesas de campanha eleitoral, devendo atestar se elas refletem adequadamente a real movimentação financeira, os dispêndios e recursos aplicados nas campanhas eleitorais, exigindo a observação das seguintes normas:

I - obrigatoriedade de constituição de comitês e designação de dirigentes partidários específicos, para movimentar recursos financeiros nas campanhas eleitorais;

II - caracterização da responsabilidade dos dirigentes do partido e comitês, inclusive do tesoureiro, que responderão, civil e criminalmente, por quaisquer irregularidades;

III - escrituração contábil, com documentação que comprove a entrada e saída de dinheiro ou de bens recebidos e aplicados;

IV - obrigatoriedade de ser conservada pelo partido a documentação comprobatória de suas prestações de contas, por prazo não inferior a cinco anos;

V - obrigatoriedade de prestação de contas, pelo partido político, seus comitês e candidatos, no encerramento da campanha eleitoral, com o recolhimento imediato à tesouraria do partido dos saldos financeiros eventualmente apurados.

~~Parágrafo único. Para efetuar os exames necessários ao atendimento do disposto no caput, a Justiça Eleitoral pode requisitar técnicos do Tribunal de Contas da União ou dos Estados, pelo tempo que for necessário.~~

§ 1º A fiscalização de que trata o caput tem por escopo identificar a origem das receitas e a destinação das despesas com as atividades partidárias e eleitorais, mediante o exame formal dos documentos contábeis e fiscais apresentados pelos partidos políticos, comitês e candidatos, sendo vedada a análise das atividades político-partidárias ou qualquer interferência em sua autonomia. *(Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013)*

§ 2º Para efetuar os exames necessários ao atendimento do disposto no caput, a Justiça Eleitoral pode requisitar técnicos do Tribunal de Contas da União ou dos Estados, pelo tempo que for necessário. *(Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013)*

Art. 35. O Tribunal Superior Eleitoral e os Tribunais Regionais Eleitorais, à vista de denúncia fundamentada de filiado ou delegado de partido, de representação do Procurador-Geral ou Regional ou de iniciativa do Corregedor, determinarão o exame da escrituração do partido e a apuração de qualquer ato que viole as prescrições legais ou estatutárias a que, em matéria financeira, aquele ou seus filiados estejam sujeitos, podendo, inclusive, determinar a quebra de sigilo bancário das contas dos partidos para o esclarecimento ou apuração de fatos vinculados à denúncia.

Parágrafo único. O partido pode examinar, na Justiça Eleitoral, as prestações de contas mensais ou anuais dos demais partidos, quinze dias após a publicação dos balanços financeiros, aberto o prazo de cinco dias para impugná-las, podendo, ainda, relatar fatos, indicar provas e pedir abertura de investigação para apurar qualquer ato que viole as prescrições legais ou estatutárias a que, em matéria financeira, os partidos e seus filiados estejam sujeitos.

Art. 36. Constatada a violação de normas legais ou estatutárias, ficará o partido sujeito às seguintes sanções:

I - no caso de recursos de origem não mencionada ou esclarecida, fica suspenso o recebimento das quotas do fundo partidário até que o esclarecimento seja aceito pela Justiça Eleitoral;

II - no caso de recebimento de recursos mencionados no art. 31, fica suspensa a participação no fundo partidário por um ano;

III - no caso de recebimento de doações cujo valor ultrapasse os limites previstos no art. 39, § 4º, fica suspensa por dois anos a participação no fundo partidário e será aplicada ao partido multa correspondente ao valor que exceder aos limites fixados.

~~Art. 37. A falta de prestação de contas ou sua desaprovação total ou parcial, implica a suspensão de novas quotas do fundo partidário e sujeita os responsáveis às penas de lei, cabíveis na espécie, aplicado também o disposto no art. 28.~~

~~Parágrafo único. A Justiça Eleitoral pode determinar diligências necessárias à complementação de informações ou ao saneamento de irregularidades encontradas nas contas dos órgãos de direção partidária ou de candidatos.~~

Art. 37. A falta de prestação de contas ou sua desaprovação total ou parcial implica a suspensão de novas cotas do Fundo Partidário e sujeita os responsáveis às penas da lei. *(Redação dada pela Lei nº 9.693, de 1998)*

§ 1º. A Justiça Eleitoral pode determinar diligências necessárias à complementação de informações ou ao saneamento de irregularidades encontradas nas contas dos órgãos de direção partidária ou de candidatos. *(Parágrafo renumerado pela Lei nº 9.693, de 1998)*

§ 2º A sanção a que se refere o caput será aplicada exclusivamente à esfera partidária responsável pela irregularidade. (Incluído pela Lei nº 9.693, de 1998)

§ 3º A sanção de suspensão do repasse de novas quotas do Fundo Partidário, por desaprovação total ou parcial da prestação de contas de partido, deverá ser aplicada de forma proporcional e razoável, pelo período de 1 (um) mês a 12 (doze) meses, ou por meio do desconto, do valor a ser repassado, da importância apontada como irregular, não podendo ser aplicada a sanção de suspensão, caso a prestação de contas não seja julgada, pelo juízo ou tribunal competente, após 5 (cinco) anos de sua apresentação. (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

§ 4º Da decisão que desaprovar total ou parcialmente a prestação de contas dos órgãos partidários caberá recurso para os Tribunais Regionais Eleitorais ou para o Tribunal Superior Eleitoral, conforme o caso, o qual deverá ser recebido com efeito suspensivo. (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

§ 5º As prestações de contas desaprovadas pelos Tribunais Regionais e pelo Tribunal Superior poderão ser revistas para fins de aplicação proporcional da sanção aplicada, mediante requerimento ofertado nos autos da prestação de contas. (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

§ 6º O exame da prestação de contas dos órgãos partidários tem caráter jurisdicional. (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

§ 7º (VETADO). (Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013)

§ 8º (VETADO). (Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013)

CAPÍTULO II

Do Fundo Partidário

Art. 38. O Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário) é constituído por:

- I - multas e penalidades pecuniárias aplicadas nos termos do Código Eleitoral e leis conexas;
- II - recursos financeiros que lhe forem destinados por lei, em caráter permanente ou eventual;
- III - doações de pessoa física ou jurídica, efetuadas por intermédio de depósitos bancários diretamente na conta do Fundo Partidário;
- IV - dotações orçamentárias da União em valor nunca inferior, cada ano, ao número de eleitores inscritos em 31 de dezembro do ano anterior ao da proposta orçamentária, multiplicados por trinta e cinco centavos de real, em valores de agosto de 1995.

§ 1º (VETADO)

§ 2º (VETADO)

Art. 39. Ressalvado o disposto no art. 31, o partido político pode receber doações de pessoas físicas e jurídicas para constituição de seus fundos.

§ 1º As doações de que trata este artigo podem ser feitas diretamente aos órgãos de direção nacional, estadual e municipal, que remeterão, à Justiça Eleitoral e aos órgãos hierarquicamente superiores do partido, o demonstrativo de seu recebimento e respectiva destinação, juntamente com o balanço contábil.

§ 2º Outras doações, quaisquer que sejam, devem ser lançadas na contabilidade do partido, definidos seus valores em moeda corrente.

§ 3º As doações em recursos financeiros devem ser, obrigatoriamente, efetuadas por cheque cruzado em nome do partido político ou por depósito bancário diretamente na conta do partido político.

~~§ 4º O valor das doações feitas a partido político, por pessoa jurídica, limita-se à importância máxima calculada sobre o total das dotações previstas no inciso IV do artigo anterior, corrigida até o mês em que se efetuar a doação, obedecidos os seguintes percentuais: (Revogado pela Lei nº 9.504, de 1997)~~

~~I - para órgãos de direção nacional: até dois décimos por cento; (Revogado pela Lei nº 9.504, de 1997)~~

~~II - para órgãos de direção regional e municipal: até dois centésimos por cento. (Revogado pela Lei nº 9.504, de 1997)~~

§ 5º Em ano eleitoral, os partidos políticos poderão aplicar ou distribuir pelas diversas eleições os recursos financeiros recebidos de pessoas físicas e jurídicas, observando-se o disposto no § 1º do art. 23, no art. 24 e no § 1º do art. 81 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e os critérios definidos pelos respectivos órgãos de direção e pelas normas estatutárias. (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

Art. 40. A previsão orçamentária de recursos para o Fundo Partidário deve ser consignada, no Anexo do Poder Judiciário, ao Tribunal Superior Eleitoral.

§ 1º O Tesouro Nacional depositará, mensalmente, os duodécimos no Banco do Brasil, em conta especial à disposição do Tribunal Superior Eleitoral.

§ 2º Na mesma conta especial serão depositadas as quantias arrecadadas pela aplicação de multas e outras penalidades pecuniárias, previstas na Legislação Eleitoral.

Art. 41. O Tribunal Superior Eleitoral, dentro de cinco dias, a contar da data do depósito a que se refere o § 1º do artigo anterior, fará a respectiva distribuição aos órgãos nacionais dos partidos, obedecendo aos seguintes critérios: (Vide Adins nºs 1.351-3 e 1.354-8)

I - um por cento do total do Fundo Partidário será destacado para entrega, em partes iguais, a todos os partidos que tenham seus estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral; (Vide Adins nºs 1.351-3 e 1.354-8)

II - noventa e nove por cento do total do Fundo Partidário serão distribuídos aos partidos que tenham preenchido as condições do art. 13, na proporção dos votos obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados. (Vide Adins nºs 1.351-3 e 1.354-8)

~~Art. 41-A. 5% (cinco por cento) do total do Fundo Partidário serão destacados para entrega, em partes iguais, a todos os partidos que tenham seus estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral e 95% (noventa e cinco por cento) do total do Fundo Partidário serão distribuídos a eles na proporção dos votos obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados. (Incluído pela Lei nº 11.459, de 2007)~~

Art. 41-A. Do total do Fundo Partidário: (Redação dada pela Lei nº 12.875, de 2013)

I - 5% (cinco por cento) serão destacados para entrega, em partes iguais, a todos os partidos que tenham seus estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral; e (Incluído pela Lei nº 12.875, de 2013)

II - 95% (noventa e cinco por cento) serão distribuídos aos partidos na proporção dos votos obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados. (Incluído pela Lei nº 12.875, de 2013)

Parágrafo único. Para efeito do disposto no inciso II, serão desconsideradas as mudanças de filiação partidária, em quaisquer hipóteses, ressalvado o disposto no § 6º do art. 29. (Incluído pela Lei nº 12.875, de 2013)

Art. 42. Em caso de cancelamento ou caducidade do órgão de direção nacional do partido, reverterá ao Fundo Partidário a quota que a este caberia.

Art. 43. Os depósitos e movimentações dos recursos oriundos do Fundo Partidário serão feitos em estabelecimentos bancários controlados pelo Poder Público Federal, pelo Poder Público Estadual ou, inexistindo estes, no banco escolhido pelo órgão diretivo do partido.

Art. 44. Os recursos oriundos do Fundo Partidário serão aplicados:

~~I - na manutenção das sedes e serviços do partido, permitido o pagamento de pessoal, a qualquer título, este último até o limite máximo de vinte por cento do total recebido;~~

I - na manutenção das sedes e serviços do partido, permitido o pagamento de pessoal, a qualquer título, observado neste último caso o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) do total recebido; (Redação dada pela Lei nº 12.034, de 2009)

II - na propaganda doutrinária e política;

III - no alistamento e campanhas eleitorais;

IV - na criação e manutenção de instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política, sendo esta aplicação de, no mínimo, vinte por cento do total recebido.

V - na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres conforme percentual que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 5% (cinco por cento) do total. (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

§ 1º Na prestação de contas dos órgãos de direção partidária de qualquer nível devem ser discriminadas as despesas realizadas com recursos do Fundo Partidário, de modo a permitir o controle da Justiça Eleitoral sobre o cumprimento do disposto nos incisos I e IV deste artigo.

§ 2º A Justiça Eleitoral pode, a qualquer tempo, investigar sobre a aplicação de recursos oriundos do Fundo Partidário.

~~§ 3º Os recursos de que trata este artigo não estão sujeitos ao regime da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. — (Incluído pela Lei nº 9.504, de 1997)~~

§ 3º Os recursos de que trata este artigo não estão sujeitos ao regime da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, tendo os partidos políticos autonomia para contratar e realizar despesas. (Redação dada pela Lei nº 12.891, de 2013)

§ 4º Não se incluem no cômputo do percentual previsto no inciso I deste artigo encargos e tributos de qualquer natureza. (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

§ 5º O partido que não cumprir o disposto no inciso V do caput deste artigo deverá, no ano subsequente, acrescer o percentual de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do Fundo Partidário para essa destinação, ficando impedido de utilizá-lo para finalidade diversa. (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

§ 6º No exercício financeiro em que a fundação ou instituto de pesquisa não despende a totalidade dos recursos que lhe forem assinalados, a eventual sobra poderá ser revertida para outras atividades partidárias, conforme previstas no caput deste artigo. (Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013)

TÍTULO IV

Do Acesso Gratuito ao Rádio e à Televisão

Art. 45. A propaganda partidária gratuita, gravada ou ao vivo, efetuada mediante transmissão por rádio e televisão será realizada entre as dezenove horas e trinta minutos e as vinte e duas horas para, com exclusividade:

I - difundir os programas partidários;

II - transmitir mensagens aos filiados sobre a execução do programa partidário, dos eventos com este relacionados e das atividades congressuais do partido;

III - divulgar a posição do partido em relação a temas político-comunitários.

IV - promover e difundir a participação política feminina, dedicando às mulheres o tempo que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 10% (dez por cento). (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

§ 1º Fica vedada, nos programas de que trata este Título:

I - a participação de pessoa filiada a partido que não o responsável pelo programa;

II - a divulgação de propaganda de candidatos a cargos eletivos e a defesa de interesses pessoais ou de outros partidos;

III - a utilização de imagens ou cenas incorretas ou incompletas, efeitos ou quaisquer outros recursos que distorçam ou falseiem os fatos ou a sua comunicação.

~~§ 2º O Tribunal Superior Eleitoral, julgando procedente representação de partido, cassará o direito de transmissão a que faria jus, no semestre seguinte, do partido que contrariar o disposto neste artigo.~~

~~§ 3º A propaganda partidária, no rádio e na televisão, fica restrita aos horários gratuitos disciplinados nesta Lei, com proibição de propaganda paga.~~

§ 2º O partido que contrariar o disposto neste artigo será punido: (Redação dada pela Lei nº 12.034, de 2009)

I - quando a infração ocorrer nas transmissões em bloco, com a cassação do direito de transmissão no semestre seguinte; (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

II - quando a infração ocorrer nas transmissões em inserções, com a cassação de tempo equivalente a 5 (cinco) vezes ao da inserção ilícita, no semestre seguinte. (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

§ 3º A representação, que somente poderá ser oferecida por partido político, será julgada pelo Tribunal Superior Eleitoral quando se tratar de programa em bloco ou inserções nacionais e pelos Tribunais Regionais Eleitorais quando se tratar de programas em bloco ou inserções transmitidos nos Estados correspondentes. (Redação dada pela Lei nº 12.034, de 2009)

§ 4º O prazo para o oferecimento da representação encerra-se no último dia do semestre em que for veiculado o programa impugnado, ou se este tiver sido transmitido nos últimos 30 (trinta) dias desse período, até o 15º (décimo quinto) dia do semestre seguinte. (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

§ 5º Das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais que julgarem procedente representação, cassando o direito de transmissão de propaganda partidária, caberá recurso para o Tribunal Superior Eleitoral, que será recebido com efeito suspensivo. (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

§ 6º A propaganda partidária, no rádio e na televisão, fica restrita aos horários gratuitos disciplinados nesta Lei, com proibição de propaganda paga. (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009)

Art. 46. As emissoras de rádio e de televisão ficam obrigadas a realizar, para os partidos políticos, na forma desta Lei, transmissões gratuitas em âmbito nacional e estadual, por iniciativa e sob a responsabilidade dos respectivos órgãos de direção.

§ 1º As transmissões serão em bloco, em cadeia nacional ou estadual, e em inserções de trinta segundos e um minuto, no intervalo da programação normal das emissoras.

§ 2º A formação das cadeias, tanto nacional quanto estaduais, será autorizada pelo Tribunal Superior Eleitoral, que fará a necessária requisição dos horários às emissoras de rádio e de televisão, mediante requerimento dos órgãos nacionais dos partidos, com antecedência mínima de quinze dias.

§ 3º No requerimento a que se refere o parágrafo anterior, o órgão partidário solicitará conjuntamente a fixação das datas de formação das cadeias, nacional e estaduais.

§ 4º O Tribunal Superior Eleitoral, independentemente do âmbito nacional ou estadual da transmissão, havendo coincidência de data, dará prioridade ao partido que apresentou o requerimento em primeiro lugar.

~~§ 5º As fitas magnéticas com as gravações dos programas em bloco ou em inserções serão entregues às emissoras com a antecedência mínima de doze horas da transmissão.~~

§ 5º O material de áudio e vídeo com os programas em bloco ou as inserções será entregue às emissoras com antecedência mínima de 12 (doze) horas da transmissão, podendo as inserções de rádio ser enviadas por meio de correspondência eletrônica. (Redação dada pela Lei nº 12.891, de 2013)

§ 6º As inserções a serem feitas na programação das emissoras serão determinadas:

I - pelo Tribunal Superior Eleitoral, quando solicitadas por órgão de direção nacional de partido;

II - pelo Tribunal Regional Eleitoral, quando solicitadas por órgão de direção estadual de partido.

§ 7º Em cada rede somente serão autorizadas até dez inserções de trinta segundos ou cinco de um minuto por dia.

§ 8º É vedada a veiculação de inserções idênticas no mesmo intervalo de programação, exceto se o número de inserções de que dispuser o partido exceder os intervalos disponíveis, sendo vedada a transmissão em sequência para o mesmo partido político. (Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013)

Art. 47. Para agilizar os procedimentos, condições especiais podem ser pactuadas diretamente entre as emissoras de rádio e de televisão e os órgãos de direção do partido, obedecidos os limites estabelecidos nesta Lei, dando-se conhecimento ao Tribunal Eleitoral da respectiva jurisdição.

Art. 48. O partido registrado no Tribunal Superior Eleitoral que não atenda ao disposto no art. 13 tem assegurada a realização de um programa em cadeia nacional, em cada semestre, com a duração de dois minutos. (Vide Adins nºs 1.351-3 e 1.354-8)

Art. 49. O partido que atenda ao disposto no art. 13 tem assegurado: (Vide Adins nºs 1.351-3 e 1.354-8)

I - a realização de um programa, em cadeia nacional e de um programa, em cadeia estadual em cada semestre, com a duração de vinte minutos cada;

II - a utilização do tempo total de quarenta minutos, por semestre, para inserções de trinta segundos ou um minuto, nas redes nacionais, e de igual tempo nas emissoras estaduais.

TÍTULO V Disposições Gerais

Art. 50. (VETADO)

Art. 51. É assegurado ao partido político com estatuto registrado no Tribunal Superior Eleitoral o direito à utilização gratuita de escolas públicas ou Casas Legislativas para a realização de suas reuniões ou convenções, responsabilizando-se pelos danos porventura causados com a realização do evento.

Art. 52. (VETADO)

Parágrafo único. As emissoras de rádio e televisão terão direito a compensação fiscal pela cedência do horário gratuito previsto nesta Lei. (Regulamento) (Regulamento)

Art. 53. A fundação ou instituto de direito privado, criado por partido político, destinado ao estudo e pesquisa, à doutrinação e à educação política, rege-se pelas normas da lei civil e tem autonomia para contratar com instituições públicas e privadas, prestar serviços e manter estabelecimentos de acordo com suas finalidades, podendo, ainda, manter intercâmbio com instituições não nacionais.

Art. 54. Para fins de aplicação das normas estabelecidas nesta Lei, consideram-se como equivalentes a Estados e Municípios o Distrito Federal e os Territórios e respectivas divisões político-administrativas.

TÍTULO VI

Disposições Finais e Transitórias

Art. 55. O partido político que, nos termos da legislação anterior, tenha registro definitivo, fica dispensado da condição estabelecida no § 1º do art. 7º, e deve providenciar a adaptação de seu estatuto às disposições desta Lei, no prazo de seis meses da data de sua publicação.

§ 1º A alteração estatutária com a finalidade prevista neste artigo pode ser realizada pelo partido político em reunião do órgão nacional máximo, especialmente convocado na forma dos estatutos, com antecedência mínima de trinta dias e ampla divulgação, entre seus órgãos e filiados, do projeto do estatuto.

§ 2º Aplicam-se as disposições deste artigo ao partido que, na data da publicação desta Lei:

I - tenha completado seu processo de organização nos termos da legislação anterior e requerido o registro definitivo;

II - tenha seu pedido de registro sub judice, desde que sobrevenha decisão favorável do órgão judiciário competente;

III - tenha requerido registro de seus estatutos junto ao Tribunal Superior Eleitoral, após o devido registro como entidade civil.

Art. 56. No período entre a data da publicação desta Lei e o início da próxima legislatura, será observado o seguinte: (Vide Adins nºs 1.351-3 e 1.354-8)

I - fica assegurado o direito ao funcionamento parlamentar na Câmara dos Deputados ao partido que tenha eleito e mantenha filiados, no mínimo, três representantes de diferentes Estados;

II - a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados disporá sobre o funcionamento da representação partidária conferida, nesse período, ao partido que possua representação eleita ou filiada em número inferior ao disposto no inciso anterior;

III - ao partido que preencher as condições do inciso I é assegurada a realização anual de um programa, em cadeia nacional, com a duração de dez minutos;

IV - ao partido com representante na Câmara dos Deputados desde o início da Sessão Legislativa de 1995, fica assegurada a realização de um programa em cadeia nacional em cada semestre, com a duração de cinco minutos, não cumulativos com o tempo previsto no inciso III;

~~V - vinte e nove por cento do Fundo Partidário será destacado para distribuição a todos os partidos com estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral, na proporção da representação parlamentar filiada no início da Sessão Legislativa de 1995.~~ (Revogado pela Lei nº 11.459, de 2007)

Art. 57. No período entre o início da próxima Legislatura e a proclamação dos resultados da segunda eleição geral subsequente para a Câmara dos Deputados, será observado o seguinte: (Vide Adins nºs 1.351-3 e 1.354-8)

I - direito a funcionamento parlamentar ao partido com registro definitivo de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral até a data da publicação desta Lei que, a partir de sua fundação tenha concorrido ou venha a concorrer às eleições gerais para a Câmara dos Deputados, elegendo representante em duas eleições consecutivas;

a) na Câmara dos Deputados, toda vez que eleger representante em, no mínimo, cinco Estados e obtiver um por cento dos votos apurados no País, não computados os brancos e os nulos;

b) nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras de Vereadores, toda vez que, atendida a exigência do inciso anterior, eleger representante para a respectiva Casa e obtiver um total de um por cento dos votos apurados na Circunscrição, não computados os brancos e os nulos;

~~II - vinte e nove por cento do Fundo Partidário será destacado para distribuição, aos Partidos que cumpriam o disposto no art. 13 ou no inciso anterior, na proporção dos votos obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados; — (Vide Adins nºs 1.351-3 e 1.354-8) (Revogado pela Lei nº 11.459, de 2007)~~

III - é assegurada, aos Partidos a que se refere o inciso I, observadas, no que couber, as disposições do Título IV:

a) a realização de um programa, em cadeia nacional, com duração de dez minutos por semestre;

b) a utilização do tempo total de vinte minutos por semestre em inserções de trinta segundos ou um minuto, nas redes nacionais e de igual tempo nas emissoras dos Estados onde hajam atendido ao disposto no inciso I, b.

Art. 58. A requerimento de partido, o Juiz Eleitoral devolverá as fichas de filiação partidária existentes no cartório da respectiva Zona, devendo ser organizada a primeira relação de filiados, nos termos do art. 19, obedecidas as normas estatutárias.

Parágrafo único. Para efeito de candidatura a cargo eletivo será considerada como primeira filiação a constante das listas de que trata este artigo.

Art. 59. O art. 16 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 (Código Civil), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 16.

.....

III - os partidos políticos.

.....

§ 3º Os partidos políticos reger-se-ão pelo disposto, no que lhes for aplicável, nos arts. 17 a 22 deste Código e em lei específica."

Art. 60. Os artigos a seguir enumerados da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passam a vigorar a seguinte redação:

"Art. 114.

.....

III - os atos constitutivos e os estatutos dos partidos políticos.

.....

Art. 120. O registro das sociedades, fundações e partidos políticos consistirá na declaração, feita em livro, pelo oficial, do número de ordem, da data da apresentação e da espécie do ato constitutivo, com as seguintes indicações:

.....

Parágrafo único. Para o registro dos partidos políticos, serão obedecidos, além dos requisitos deste artigo, os estabelecidos em lei específica."

Art. 61. O Tribunal Superior Eleitoral expedirá instruções para a fiel execução desta Lei.

Art. 62. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 63. Ficam revogadas a Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971, e respectivas alterações; a Lei nº 6.341, de 5 de julho de 1976; a Lei nº 6.817, de 5 de setembro de 1980; a Lei nº 6.957, de 23 de novembro de 1981; o art. 16 da Lei nº 6.996, de 7 de junho de 1982; a Lei nº 7.307, de 9 de abril de 1985, e a Lei nº 7.514, de 9 de julho de 1986.

Brasília, 19 de setembro de 1995; 174º da Independência e 107º da República.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA MACIEL

Nelson A. Jobim

Este texto não substitui o publicado no DOU de 20.9.1995

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 36, DE 2014

- Acrescenta o § 7º ao art. 127 da Constituição Federal, para determinar que o Procurador-Geral da República apresente anualmente ao Senado Federal relatório anual de atividades.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 127 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do § 7º:

“Art. 127.

§ 7º O Procurador-Geral da República apresentará ao Senado Federal, ao final de cada ano de mandato, relatório de suas atividades. (NR)”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

De maneira inédita, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal (CCJ) reuniu-se no final do mês de outubro desse ano para receber o Procurador-Geral da República (PGR), Rodrigo Janot.

Ele veio ao Senado para apresentar o Relatório Executivo de Resultados do PGR, referente ao período de setembro de 2013 a agosto de 2014.

Isso porque, quando da arguição pública que resultou na sua aprovação para o cargo de PGR, fez o compromisso de que “apresentaria anualmente ao Senado Federal um relatório de prestação de contas à sociedade, no esforço de realizar um trabalho transparente, eficaz e eficiente”. Ou seja, apresentou o relatório por mera liberalidade, visando à melhoria do diálogo institucional entre a Procuradoria-Geral da República e o Legislativo.

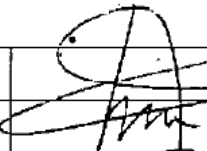
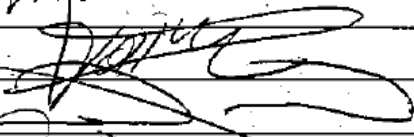
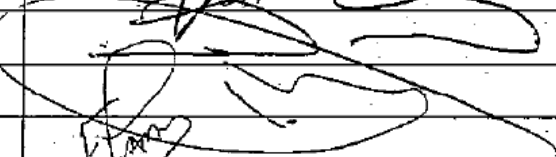
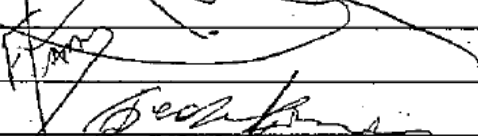
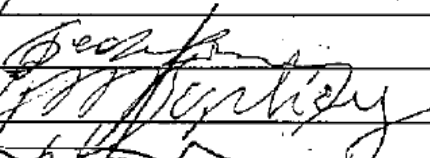
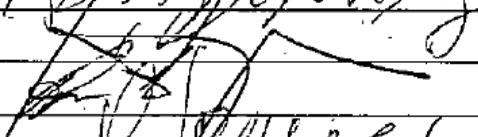
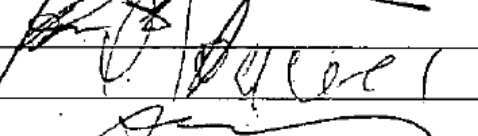
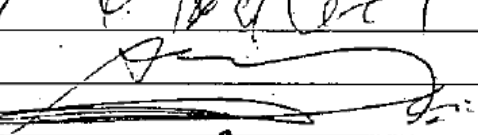
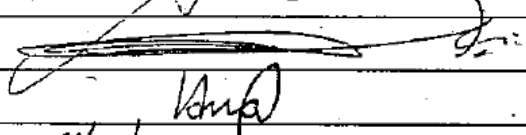
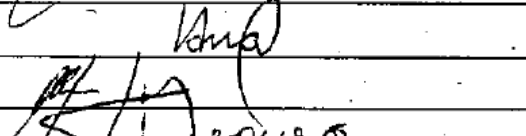
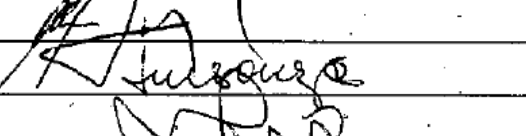
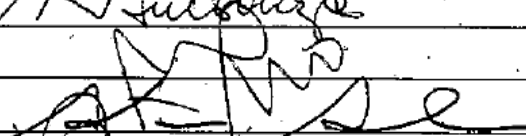
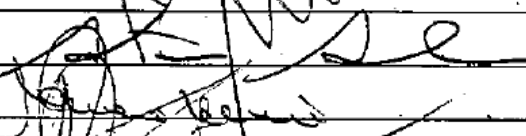
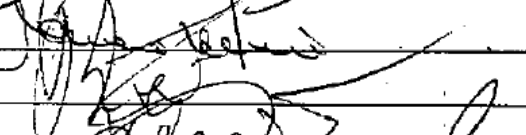
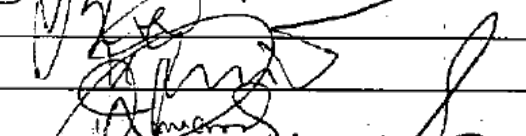
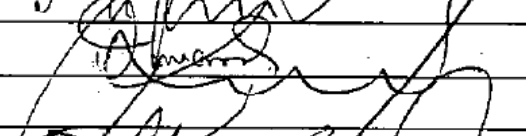
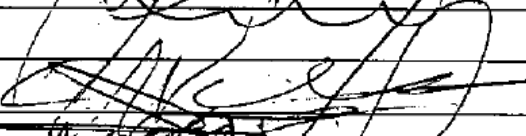
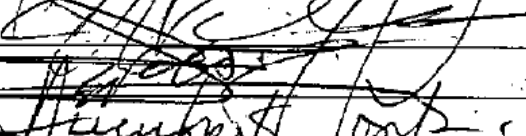
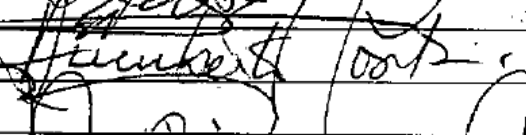
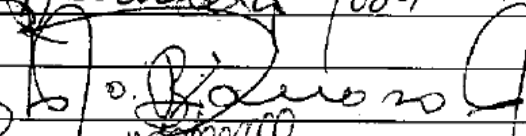
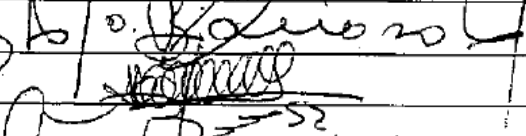
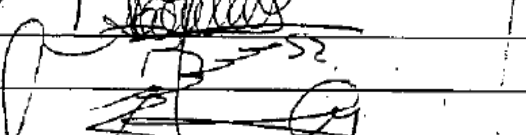
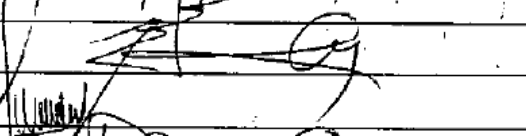
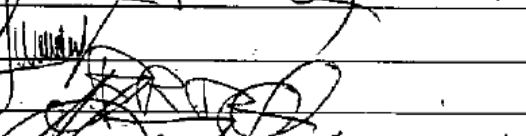
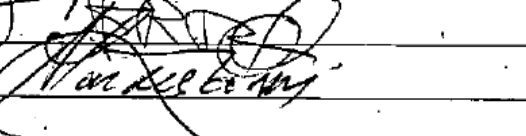
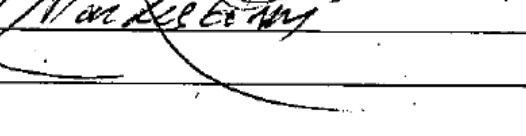
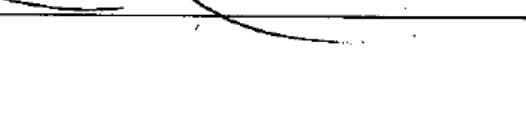


Como se sabe, o PGR é escolhido e nomeado pelo presidente da República e exerce a chefia do Ministério Público da União e do Ministério Público Federal, além de atuar como procurador-geral Eleitoral; entretanto, seu nome deve ser aprovado pela maioria absoluta do Senado Federal.

Diante dessas considerações, nada mais razoável do que institucionalizar o compromisso cumprido pelo Procurador-Geral, para que os futuros ocupantes desse importante cargo mantenham essa benéfica prática.

Assim, será possível fortalecer o controle do Senado Federal sobre a qualidade do desempenho do mandato do PGR, o que vem, ao fim e ao cabo, a fortalecer os próprios mecanismos de prestação de contas à sociedade.

Sala das Sessões,

Senador RICARDO FERRAÇO

Nome	Assinatura
INACIO	
Paulo Faur	
Waldemar MORA	
RANDOLFE RODRIGUES	
EDUARDO M. J. J. J.	
DE AGUIPINO	
DOUGLAS CINTIA	
ADALDO SOARES	
Heitor N. M.	
MOTARILDO	
ANA RITA	
Cyano W. S.	
SENGIO PETERO	
Antonio S. S.	
João S.	
Rosineir V. S.	
JANESSA	
ROMERO J. S.	
Uilson Matos	
HUMBERTO COSTA	
JOHNETH. D. S.	
José Pimentel	
Angela Portes	
BLAÍRO MAGGI	
Ana Amélia (P/R)	
Acir	
Paulo S. S.	
Haroldo Oliveira	
JOÃO S. S.	

Legislação Citada

CAPÍTULO IV DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA SEÇÃO I DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 1º - São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento.

§ 3º - O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º Se o Ministério Público não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, justados de acordo com os limites estipulados na forma do § 3º.

§ 5º Se a proposta orçamentária de que trata este artigo for encaminhada em desacordo com os limites estipulados na forma do § 3º, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.

§ 6º Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.

(A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

AVISO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Nº 1.180, de 2014, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.770/2014, proferido nos autos do TC 005.928/2014-1, em resposta ao Requerimento nº 954, de 2012, do Senador Alvaro Dias.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

MENSAGEM DA PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nº 84, de 2014 (nº 269/2014, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Pablo Waldemar Renteria para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

À CAE.

É a seguinte a Mensagem:

MENSAGEM Nº 84, DE 2014

Mensagem nº 269

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o disposto no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor PABLO WALDEMAR RENTERIA para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Brasília, 4 de setembro de 2014.



PABLO WALDEMAR RENTERIA

Advogado, casado, sem filhos.

Rua Desembargador Fernandes Pinheiro 114/201, Rio de Janeiro, RJ, 22620-100.

Celular: (21) 99251-3232 E-mail: pablorenteria@live.com

DADOS PESSOAIS

- RG nº. 10.368.938-6 (órgão emissor Instituto Felix Pacheco)
- CPF/MF nº. 892.680.087-34
- Naturalidade: Brasília – DF
- Filiação: Monique Louise Renteria e Enrique Raul Renteria Guerrero

FORMAÇÃO ACADÊMICA

- Doutorado em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ (março 2014). Elaboração de tese intitulada “Direito de Penhor – Realidade, Função e Autonomia Privada”, aprovada com grau 10, distinção e louvor. Obteve bolsa da *Max-Planck-Gesellschaft* para ser pesquisador visitante do *Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Privatrecht* em Hamburgo (2012).
- Mestrado em Direito Civil pela UERJ (2007). Elaboração de dissertação intitulada “A Atual Relevância da Distinção entre Obrigações de Meios e de Resultado no Direito Brasileiro”, aprovada com grau 10, distinção e louvor.
- *Maîtrise* em Direito Internacional pela Universidade Paris II – *Panthéon-Assas* (2003).
- Especialização em Direito dos Contratos pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro – FGV-RJ (2005).
- Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio (2004). Obtenção de Bolsa de Excelência Acadêmica concedida pela PUC-Rio.
- Inglês, francês e espanhol fluentes.

EXPERIÊNCIA ACADÊMICA

- Professor Agregado do Departamento de Direito da PUC-Rio desde março de 2008.
- Professor de disciplinas oferecidas nos cursos de Pós-Graduação em Direito da PUC-Rio, UERJ, FGV-Rio, Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ e Associação de Advogados de São Paulo – AASP.

- Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Processo Administrativo Sancionador da FGV-Rio, desde 2012.
- Membro do Instituto Brasileiro de Direito Civil, do qual foi pesquisador durante 2007.
- Autor do livro *Obrigações de Meios e de Resultado: análise crítica*, publicado pela Editora Método em 2011.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Março 2008 – Agosto 2013

- Superintendente de Processos Sancionadores (maio 2011 – agosto 2013), responsável pela supervisão da área de inquéritos administrativos. Conduziu diversas investigações sobre *insider trading*, operação fraudulenta, manipulação de mercado, exercício abusivo do poder de controle em companhias abertas, violação dos deveres fiduciários por administradores de companhias abertas, dentre outros temas.
- Chefe de Gabinete da Presidência (agosto 2009 – maio 2011), tendo assessorado a Presidente Maria Helena de Santana na apreciação de projetos normativos, na elaboração de votos em processos administrativos, na preparação de apresentações em eventos institucionais e no relacionamento com outros órgãos públicos.
- Assessor para Assuntos Regulatórios (março 2008 – junho 2009), tendo trabalhado na elaboração de importantes projetos regulatórios, especialmente na edição das Instruções CVM nº 476/2009 (ofertas públicas de esforços restritos), nº 480/2009 (registro de emissores de valores mobiliários), nº 481/2010 (pedidos públicos de procuração e informações para o exercício do direito de voto em assembleia).
- Membro do Comitê de Regulação e do Comitê de Identificação de Riscos da CVM.
- Participação em conferências nacionais (Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST) e internacionais (Instituto Iberoamericano de Mercados de Valores, *International Corporate Governance Network* e *Société de Législation Comparée*).
- Representou a CVM em 2010 no comitê executivo do *BEST BRAZIL: Excellence in Securities Transactions*, grupo formado por instituições públicas e privadas para a promoção do mercado brasileiro de capitais, junto ao público investidor internacional.

GUSTAVO TEPEDINO ADVOGADOS

Janeiro 2006 – Dezembro 2006

- Elaboração de pareceres sobre temas variados do direito privado brasileiro, com foco em direito empresarial, notadamente acordos de acionistas, contratos de distribuição empresarial e empreendimentos imobiliários.

PUBLICAÇÕES

Le Droit des Biens entre Équité et Justice Sociale : Instruments de régularisation foncière au Canada et au Brésil (em coautoria com Anne-Françoise Debruche e Gustavo Tepedino), in *Revue de Droit International et de Droit Comparé*, Bruxelles : Bruylant, vol. 1, 2014, pp. 7-63.

Função Social do Contrato e Abuso das Prerrogativas Contratuais por parte dos Empregadores e Empregados, in Gustavo Tepedino, Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Ana Frazão e Gabriela Neves Delgado (Orgs.), *Diálogos entre o Direito do Trabalho e o Direito Civil*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013, pp. 249-262.

A Gestão do Patrimônio no Direito Brasileiro e a Necessidade de se Incorporarem os Principais Efeitos do Trust (em coautoria com Milena Donato Oliva), in Gustavo Tepedino e Luis Edson Fachin (Orgs.), *Diálogos sobre Direito Civil*, vol. III, Rio de Janeiro: Renovar, 2012, pp. 637-657.

Fidúcia: a importância da incorporação dos efeitos do trust no direito brasileiro (em coautoria com Milena Donato Oliva), in *Revista Trimestral de Direito Civil*, Rio de Janeiro: Padma, vol. 48, out.-dez. 2011, pp. 27-61.

A Tutela da Confiança nas Obrigações de Meios e de Resultado, in Gustavo Tepedino e Luis Edson Fachin (Orgs.), *Pensamento Crítico do Direito Civil Brasileiro*, Curitiba, Juruá, 2011.

A Aquisição da Propriedade Imobiliária pela Acessão Invertida Social: Análise Sistemática dos Parágrafos 4º e 5º do Artigo 1.228 do Código Civil, in *Revista Trimestral de Direito Civil*, Rio de Janeiro: Padma, vol. 34, abr.-jun. 2008, pp. 71-91.

A Funcionalização das Relações Obrigacionais: interesse do credor e patrimonialidade da prestação (em coautoria com Carlos Nelson Konder), in Gustavo Tepedino e Luis Edson Fachin (Orgs.), *Diálogos sobre Direito Civil*, vol. II, Rio de Janeiro: Renovar, 2008, pp. 265-297.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 2014

PABLO WALDEMAR RENTERIA

DECLARAÇÃO

**(ART. 383, INCISO I, ALÍNEA “B”, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO
FEDERAL)**

1. Existência de parentes seus que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional, com a discriminação dos referidos períodos.

Meu irmão Alexandre Roberto Renteria atua, desde 2008, como gestor na sociedade de gestão de recursos de terceiros POLO CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA, que se encontra sob a supervisão da CVM.

Minha esposa Milena Donato Oliva é advogada integrante do escritório Gustavo Tepedino Advogados desde 2006. Minha esposa nunca atuou ou patrocinou interesses junto à Comissão de Valores Mobiliários.

2. Participação, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais, com a discriminação dos referidos períodos.

Desde 2007, sou titular de 15 cotas representativas de dez por cento do capital social da sociedade ER & ASSOCIADOS LTDA, cujo sócio majoritário é meu pai Enrique Raul Renteria Guerrero. Aludida sociedade não desempenha qualquer atividade relacionada às competências da Comissão de Valores Mobiliários. De acordo com o Contrato Social, não tenho poderes de administração.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 2014

PABLO WALDEMAR RENTERIA

ARGUMENTAÇÃO ESCRITA

**(ART. 383, INCISO I, ALÍNEA "C", DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO
FEDERAL)**

Pelas razões expostas sucintamente abaixo, acredito ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários.

Nessa direção, cumpre destacar, em primeiro lugar, a minha formação acadêmica. Sou bacharel em direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro desde 2004, mestre em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro desde 2007, e doutor em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro desde 2014. Ademais, possuo desde 2003 *Maîtrise* em Direito Internacional pela Universidade Paris II – Panthéon-Assas, além de ter sido pesquisador visitante do Instituto Max Planck de Direito Privado Internacional e Comparado, em 2012, na cidade alemã de Hamburgo.

De mais a mais, venho desenvolvendo, desde 2008, atividades acadêmicas que corroboram a minha afinidade intelectual com o cargo de Diretor da CVM. Sou professor do Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em que ministro disciplinas de Direito Civil. Além disso, na qualidade de professor convidado, leciono matérias relativas ao Direito Privado e ao Mercado de Capitais nos cursos de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, da Associação de Advogados de São Paulo – AASP e da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro. Nessa última instituição, assumi, em 2012, a coordenação de curso de pós-graduação sobre Processo Administrativo Sancionador no âmbito dos Mercados Financeiro e de Capitais. Paralelamente à atividade docente, tenho realizado pesquisas no âmbito do direito privado, das quais resultaram publicações de artigos e verbetes em dicionários e periódicos especializados, bem como do livro intitulado *Obrigações de Meios e de Resultado: análise crítica*.

Minha experiência profissional também evidencia a aptidão técnica e moral para o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários. Após exercer a advocacia na área empresarial, ingressei, em 2008, na Comissão de Valores Mobiliários, tendo ali desempenhado diversas funções relevantes. Fui Assessor para Assuntos Regulatórios de 2008 a 2009, Chefe de Gabinete da Presidência de 2009 a 2011 e Superintendente de Processos Sancionadores, de 2011 a 2013. Em cada uma dessas funções, tive a oportunidade de adquirir conhecimentos valiosos sobre o relevantíssimo papel que a Autarquia é chamada a desempenhar na regulação do mercado brasileiro de valores mobiliários. Em particular, quando estive à frente da Superintendência de Processos Sancionadores, fui responsável pela supervisão dos inquéritos administrativos e conduzi diversas investigações sobre *insider trading*, operação fraudulenta, manipulação de mercado, exercício abusivo do poder de controle em companhias abertas, violação dos deveres fiduciários por administradores de companhias abertas, entre outros temas. Nesse período, fui ainda membro do Comitê de Regulação e do Comitê de Identificação de Riscos da CVM.

Por tudo isso, considero-me apto a exercer a atividade de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários.

Rolls Bentley

PABLO WALDEMAR RENTERIA

[illegible]

THOMAS J. HARRINGTON

PDF GENERATED BY PDF ELEMENTS

76% UHF-PHOS
1/3/51

Ofício de Notas-Rubrica
Thamyris Abia Coelho
Escritor

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO****CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS EM DÍVIDA ATIVA**

Certifico, tendo em vista as informações fornecidas pelo Sistema da Dívida Ativa, referente ao pedido 54141/2014 , que no período de 1977 até 08/06/2014 , **NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO** em Dívida Ativa para o contribuinte abaixo:

NOME: PABLO WALDEMAR RENTERIA

CPF: 892.680.087-34

A certidão negativa de Dívida Ativa e a certidão negativa de ICMS ou a certidão para não contribuinte do ICMS somente terão validade quando apresentadas em conjunto.

A aceitação desta certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade na INTERNET, no endereço <http://www.dividaativa.rj.gov.br>

CÓDIGO CERTIDÃO 6RFC.2110.2210.90A2

Esta certidão tem validade até 06/12/2014 , considerando 180 (cento e oitenta) dias após a data da pesquisa cadastral realizada em 09/06/2014 às 08:47:52.2, conforme artigo 11 da Resolução N. 2690 de 05/10/2009.

Em caso de dúvida, recorra a PROCURADORIA:

Procurador - da Dívida Ativa
Rua do Carmo, 27 Térreo, Centro

Emitida em 16/06/2014 às 09:48:27.2

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATSPO/Certidao/Cn...>

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: PABLO WALDEMAR RENTERIA
CPF: 892.680.087-34

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 18:36:30 do dia 08/06/2014 <hora e data de Brasília>.

Válida até 05/12/2014.

Código de controle da certidão: **3699.D81E.00D7.6911**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria Geral do Município
Procuradoria da Dívida Ativa

Código de Controle
S4C34CS9CC

Página: 1 / 1

Título da Certidão

CERTIDÃO NEGATIVA

A PROCURADORIA DA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, após analisar o cadastro dos créditos sob sua administração, relativamente a PABLO WALDEMAR RENTERIA, inscrito(a) no cadastro nacional de pessoas físicas - CPF sob o nº 802.680.087-34, com endereço no(a) RUA DESEMBARGADOR FERNANDES PINHEIRO, nº 114 - 201 - RJ Cep: 22620-100, certifica que

Resultado das Pesquisas

NÃO FORAM APURADAS INSCRIÇÕES EM DÍVIDA ATIVA

Observações Complementares

Esta certidão compõe-se de 1 folha(s) e é válida por 120 dias, a contar desta data.

Rio de Janeiro, RJ, 11 de junho de 2014.

Observações

1. Esta certidão refere-se exclusivamente à situação fiscal do(s) contribuinte(s) acima indicado(s) perante a dívida ativa do Município do Rio de Janeiro.
2. A situação fiscal do(s) contribuinte(s) quanto a créditos não inscritos em dívida ativa deve ser certificada pelos órgãos responsáveis pelas respectivas apurações.
3. Esta certidão poderá ser renovada a partir de 27/09/2014. A certidão de situação fiscal é expedida no prazo de 10 dias, contados da data de seu requerimento perante a Procuradoria da Dívida Ativa. Não são aceitos pedidos de urgência.
4. O requerimento de certidão de situação fiscal perante a Procuradoria da Dívida Ativa pode ser feito pela própria pessoa física ou jurídica interessada, gratuitamente e sem a necessidade de nomeação de procurador.
5. Regularize sua situação fiscal imediatamente: efetue o pagamento ou parcelamento das dívidas apontadas nesta certidão, apresente os comprovantes de pagamento ou de início de parcelamento (originais, inclusive honorários, quando devidos) e obtenha em dois dias úteis sua certidão de situação fiscal regular.


Rosane Fernandes Cerbino
Procuradora Assistente da Procuradoria
da Dívida Ativa
Mat. 11181.335-1 OAB/RJ 84.708

Aviso nº 365 - C. Civil.

Em 4 de setembro de 2014.


A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PABLO WALDEMAR RENTERIA para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Atenciosamente,


ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

AVISO DE MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA

**AVISO
Nº 72, DE 2014**

Aviso nº 292/GMF/MF-DF

Brasília, 27 de outubro de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Assunto: Art. 41 e §§ 1º e 2º do art. 24 da Resolução do Senado Federal nº 43/2001.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

1. Em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 43/2001, encaminho documentação anexa contendo, além de relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito deste Ministério no mês de **setembro de 2014**, tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Informo que os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos pela Caixa Econômica Federal dos Relatórios de Gestão Fiscal, publicados no Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação – SISTN e elaborados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

2. Quanto ao atendimento ao disposto no § 2º do art. 24 da RSF 43/2001, editou-se a Portaria STN nº 227, de 11 de abril de 2011, que estabelece procedimentos de comunicação pelo Ministério da Fazenda ao Poder Legislativo local, ao Tribunal de Contas competente e ao Senado Federal em caso de constatação de irregularidades na instrução de processos de autorização regidos pela RSF 43/2001. As irregularidades constatadas no período são comunicadas por meio do Anexo 4, para atendimento ao § 2º art. 24 da RSF 43/2001.

3. Destaco que informações detalhadas acerca de cada operação de crédito enquadrada na situação descrita no parágrafo anterior, tais como Ente Federativo, Instituição Credora, valor, tipo de operação e condições financeiras, constarão de relatório anexo a este Ofício.

4. Esclareço que as informações ora encaminhadas estão dispostas nos seguintes anexos:

- **Anexo 1** – Tabela demonstrativa da posição de endividamento dos Estados e do Distrito Federal, em atendimento ao inciso I, artigo 41 da RSF 43/2001;
- **Anexo 2** – Tabela contendo a posição de endividamento dos Municípios, em atendimento ao inciso I, artigo 41 da RSF 43/2001;
- **Anexo 3** – Tabela contendo cada uma das operações de crédito deferidas e não deferidas no período, bem como o número de instituições financeiras participantes das operações de crédito autorizadas no período, classificadas por tipo de operação em atendimento aos incisos II e III, artigo 41 da RSF 43/2001;
- **Anexo 4** – Tabela contendo informações sobre as irregularidades constatadas de que trata o § 2º artigo 24 da RSF 43/2001 no período; e
- **Anexo 5** – Tabela contendo informações sobre a situação das irregularidades passíveis de regularização (artigo 24 da RSF 43/2001 e §§ 1º e 3º artigo 33 da LRF) ou passíveis de cancelamento (artigos 35 ou 37 da LRF) no período.

5. Em cumprimento ao art. 42 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, informo que não consta de nossos registros, nos meses de julho a setembro de 2014, qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

6. Informo que o trâmite das operações de crédito neste Ministério é atualizado diariamente em www.tesouro.fazenda.gov.br/operacoesdecredito-estados-municipios, no link “Consultar Operações de Crédito”. Nesse mesmo endereço, poderão ser encontradas as planilhas eletrônicas com os dados que compõem os Anexos 1 e 2 deste Ofício.

Atenciosamente,



GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

ANEXO 1

Tabela demonstrativa da posição de endividamento dos Estados e do Distrito Federal, em atendimento ao inc. I, art. 41 da RSF nº 43/2001.

Receita Corrente Líquida dos Estados

UF	31/12/00	31/12/01	31/12/02	31/12/03	31/12/04	31/12/05	31/12/06	31/12/07	31/12/08	31/12/09	31/12/10	31/12/11	31/12/12	31/12/13	31/12/14	31/12/15
AC	673,82	784,99	870,07	1.021,48	1.150,60	1.466,90	1.633,57	1.931,90	2.231,27	2.431,05	2.648,33	2.875,23	3.078,59	3.145,04	3.338,34	3.790,31
AL	1.193,73	1.513,35	1.747,67	1.915,15	2.147,59	2.478,60	2.678,60	3.102,60	3.284,16	3.597,05	4.201,56	4.912,13	5.053,87	5.651,80	5.330,93	5.463,36
AM	1.925,17	2.283,82	2.767,23	3.054,62	3.231,41	3.434,30	4.079,31	5.313,91	6.391,95	6.141,40	7.407,33	8.315,22	8.712,41	9.653,16	9.942,34	10.338,32
AP	678,90	711,03	810,51	940,89	1.210,60	1.444,06	1.598,27	1.910,13	2.424,88	2.375,07	2.473,16	2.877,41	3.201,65	3.348,03	3.550,86	3.667,66
BA	3.103,40	5.715,50	5.093,39	7.206,59	9.075,41	10.239,11	11.360,17	12.588,67	14.237,86	14.691,47	17.371,51	19.235,70	19.842,49	20.271,67	21.438,70	23.080,24
CE	3.103,12	3.628,02	3.863,46	4.209,64	4.636,42	5.204,30	5.032,06	5.502,09	7.886,95	8.403,00	9.964,43	10.968,43	11.443,09	11.936,15	12.063,26	13.379,82
DF	3.259,32	3.419,95	3.592,87	4.467,43	5.209,04	6.140,61	6.969,80	8.131,65	9.626,47	10.234,09	11.483,14	12.859,22	13.401,42	14.212,43	14.725,82	15.811,08
ES	3.176,25	2.863,62	2.562,75	2.311,37	4.122,14	5.103,34	5.532,72	6.267,30	7.733,70	7.486,19	10.235,48	12.770,47	10.623,21	10.973,81	10.790,37	10.501,13
GO	2.671,23	3.084,32	3.232,07	4.352,72	5.304,97	6.133,14	6.238,92	7.618,20	8.944,59	9.103,68	10.235,48	12.770,47	12.755,22	14.102,42	14.813,24	15.260,90
MA	1.794,15	2.121,93	2.212,02	2.449,02	3.352,83	3.700,42	4.389,29	4.920,28	5.836,96	5.971,50	6.815,19	8.065,49	8.594,17	8.999,97	9.245,29	9.515,73
MG	9.609,95	11.413,18	12.544,09	14.325,97	16.098,97	19.280,34	21.003,29	23.803,07	29.342,48	28.118,20	33.179,32	37.384,84	39.480,71	41.232,09	42.782,96	44.817,07
MS	1.353,84	1.511,76	1.543,33	2.142,30	2.379,04	2.091,83	2.427,92	3.070,37	4.829,68	4.086,91	5.183,65	5.993,62	6.263,42	6.399,74	6.830,46	7.438,26
MT	1.748,54	2.265,07	2.519,98	3.184,32	4.290,16	4.760,16	4.516,91	4.881,42	6.187,77	6.487,61	7.092,77	7.320,29	8.623,26	8.501,43	9.274,37	9.703,27
PA	2.213,94	2.806,25	3.204,77	3.207,82	4.068,10	4.819,21	5.503,71	6.272,09	7.987,61	7.987,13	9.171,50	10.028,30	11.044,61	11.475,12	12.732,70	13.355,54
PB	1.999,14	1.801,18	1.541,56	2.334,82	2.357,62	2.910,04	3.534,43	3.693,43	4.357,27	4.637,90	5.087,48	5.992,68	6.274,82	6.286,66	6.487,03	7.073,82
PE	3.418,03	3.834,32	4.342,69	4.829,49	5.295,54	6.231,75	7.108,64	8.301,06	10.000,31	10.493,82	12.441,87	14.449,04	15.534,28	16.079,40	16.793,40	17.820,99
PI	1.553,43	1.890,31	1.513,53	1.889,44	1.940,94	2.237,25	2.071,04	1.054,19	1.043,05	4.043,25	4.574,83	5.000,10	5.176,10	5.356,24	5.707,27	5.783,10
PJ	3.309,17	6.250,84	7.493,80	8.367,45	9.450,02	10.433,25	11.408,92	12.460,29	14.480,75	15.092,48	16.863,77	19.713,36	21.394,80	23.712,43	25.187,66	26.423,18
PR	11.529,09	13.088,48	15.100,36	19.108,78	21.506,24	23.894,09	26.132,74	26.840,82	31.830,85	28.926,08	34.574,24	39.168,35	59.572,40	40.617,25	42.539,17	47.064,18
RN	1.610,44	2.784,56	1.999,54	2.166,88	2.618,93	3.114,16	3.601,37	3.938,20	4.386,17	4.875,20	5.441,99	5.815,54	6.431,11	6.781,30	6.880,87	7.273,89
RO	902,40	1.022,19	1.204,80	1.467,60	1.551,04	2.094,07	2.282,72	2.586,40	3.211,82	3.945,44	3.711,54	4.480,60	4.789,31	4.789,31	4.789,31	5.121,51
RR	517,09	604,74	733,26	668,29	778,94	1.018,24	1.109,87	1.314,62	1.596,70	1.675,14	1.783,06	2.333,20	2.380,84	2.467,70	2.872,72	2.463,83
RS	6.537,96	7.378,84	8.414,97	9.859,57	10.312,70	12.316,52	13.312,73	13.991,36	16.657,05	17.387,87	20.297,87	21.827,85	22.023,74	24.710,84	25.547,52	26.317,86
SC	3.248,96	3.984,63	4.271,51	5.189,38	5.661,19	7.278,88	8.493,46	8.493,46	10.423,60	11.877,84	14.213,87	14.351,34	14.351,34	14.351,34	14.351,34	15.862,93
SE	1.360,50	1.193,93	1.074,70	1.309,47	2.614,32	2.516,68	2.663,67	3.101,49	3.709,14	4.253,97	4.514,06	5.002,43	5.221,64	5.395,96	5.403,55	5.721,67
SP	52.299,61	55.683,55	59.615,82	63.699,18	67.772,07	72.446,58	70.567,00	76.102,74	82.102,74	86.638,28	99.915,94	108.053,51	115.803,50	115.309,78	115.309,78	123.827,01
TO	522,24	1.004,74	1.291,42	1.577,93	1.743,11	2.234,10	2.416,43	2.781,49	3.423,16	3.381,29	4.548,75	4.728,17	4.991,47	5.107,24	5.107,24	5.676,19
Total	108.422,26	122.112,24	129.075,33	158.607,95	182.362,27	216.718,57	230.197,26	258.483,76	327.695,62	313.629,66	368.515,87	404.773,84	417.781,20	429.027,80	439.610,01	482.207,49

Fonte: Relatório Fiscal Montado no SBTM em cumprimento à Portaria STN nº 663/11 e Relatórios Fiscais disponibilizados no Internet ou encaminhados pelos Estados.

Obs: 1 - Os dados referentes a 31/03/2014 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal de 2º Quadrimestre de 2014 homologados e publicados em 14/10/2014 no SBTM.

2 - Os dados referentes aos quatro trimestres anteriores não consideram emendas à legislação e nem alterações posteriores à publicação no SBTM.

Relação DCL / RCL dos Estados

Atualizado: 14/10/2014

Relação DCL / RCL

UF	31/12/00	31/12/01	31/12/02	31/12/03	31/12/04	31/12/05	31/12/06	31/12/07	31/12/08	31/12/09	31/12/10	31/12/11	30/4/12	30/4/11	31/12/11	30/4/13	31/12/13	30/4/14	31/12/14	
AC	1,08	0,83	0,73	0,68	0,62	0,45	0,32	0,41	0,28	0,28	0,37	0,54	0,59	0,44	0,47	0,58	0,53	0,69	0,55	0,59
AL	2,20	1,28	2,36	2,77	2,64	2,23	2,22	2,20	1,97	1,97	1,81	1,82	1,48	1,27	1,42	1,30	1,42	1,46	1,42	n.d.
AM	1,32	2,49	0,67	0,56	0,45	0,17	0,33	0,19	0,13	0,13	0,24	0,27	0,19	0,09	0,01	0,13	0,10	0,22	0,16	0,32
AP	0,05	0,65	0,28	0,28	0,43	0,11	0,11	0,10	0,06	0,06	0,11	0,18	0,19	-0,20	-0,01	0,18	0,03	0,36	0,17	n.d.
BA	1,04	4,71	1,82	1,63	1,45	1,17	1,02	0,82	0,72	0,74	0,63	0,52	0,46	0,37	0,40	0,45	0,19	0,47	0,32	0,37
CE	0,20	0,54	1,18	1,06	0,92	0,73	0,60	0,38	0,24	0,24	0,17	0,28	0,29	0,24	0,24	0,28	0,24	0,29	0,23	0,31
DF	0,36	0,25	0,40	0,56	0,28	0,35	0,33	0,19	0,18	0,18	0,17	0,18	0,15	0,09	0,05	0,12	0,08	0,16	0,14	0,12
ES	0,08	0,81	1,16	1,02	0,75	0,44	0,34	0,19	0,10	0,10	0,06	0,17	0,14	0,08	0,11	0,12	0,15	0,21	0,22	0,23
GO	3,10	2,81	2,77	2,40	2,21	1,85	1,82	1,61	1,40	1,48	1,28	1,30	1,01	1,01	0,93	1,06	0,94	0,72	0,91	0,91
MA	2,38	2,10	2,73	2,22	1,74	1,33	1,15	0,81	0,74	0,68	0,68	0,64	0,57	0,33	0,31	0,41	0,29	0,38	0,29	n.d.
MG	1,40	2,34	2,67	2,43	2,24	2,03	1,89	1,88	1,76	1,79	1,79	1,82	1,82	1,79	1,74	1,72	1,64	1,69	1,71	1,67
MS	2,18	2,04	2,10	2,07	2,33	2,61	1,81	1,48	1,12	1,13	1,13	1,20	1,15	1,03	1,08	1,03	0,95	1,02	0,94	0,96
MT	2,20	1,97	1,29	1,76	1,30	1,11	1,10	0,94	0,70	0,54	0,54	0,55	0,46	0,29	0,34	0,36	0,15	0,33	0,27	0,25
PA	0,27	0,61	0,61	0,61	0,60	0,46	0,44	0,35	0,28	0,24	0,24	0,29	0,49	0,12	0,10	0,41	0,06	0,10	0,28	n.d.
PB	1,35	1,10	1,42	1,17	1,08	0,89	0,75	0,60	0,48	0,34	0,36	0,38	0,23	0,20	0,28	0,36	0,24	0,27	0,27	n.d.
PE	0,45	1,12	1,25	1,17	1,04	0,83	0,67	0,53	0,42	0,43	0,43	0,38	0,29	0,34	0,35	0,46	0,36	0,44	0,45	0,49
PI	1,71	1,74	1,64	1,82	1,62	1,09	0,89	0,78	0,60	0,60	0,60	0,54	0,57	0,48	0,47	0,50	0,41	0,50	0,46	0,49
PR	1,29	1,24	1,24	1,04	1,08	1,29	1,25	1,16	1,19	1,12	0,89	0,76	0,62	0,65	0,60	0,42	0,60	0,55	0,48	0,51
RJ	2,87	1,99	2,25	2,01	2,04	1,90	1,72	1,73	1,60	1,63	1,63	1,56	1,46	1,41	1,50	1,65	1,55	1,54	1,54	1,54
RN	0,71	0,54	0,65	0,39	0,38	0,12	0,22	0,22	0,19	0,12	0,12	0,20	0,13	0,14	0,07	0,11	0,10	0,15	0,15	n.d.
RO	1,11	1,01	1,45	1,71	1,05	0,85	0,72	0,64	0,59	0,53	0,53	0,54	0,59	0,42	0,44	0,45	0,45	0,62	0,65	n.d.
RR	0,31	0,28	0,31	0,43	0,34	0,15	0,10	-0,13	-0,13	0,21	0,21	0,24	-0,10	-0,18	0,09	0,20	0,16	0,17	0,21	n.d.
RS	2,86	2,51	2,79	2,60	2,45	2,18	2,33	2,54	2,34	2,26	2,14	2,14	2,14	2,10	2,15	2,18	2,13	2,19	2,09	2,05
SC	1,75	1,45	1,81	1,67	1,54	1,19	1,09	0,97	0,77	0,61	0,61	0,63	0,46	0,38	0,48	0,41	0,40	0,48	0,39	0,39
SE	0,08	0,76	0,71	0,68	0,55	0,45	0,37	0,43	0,23	0,27	0,27	0,23	0,43	0,45	0,48	0,23	0,50	0,55	0,48	n.d.
SP	1,53	1,97	2,27	2,24	2,23	1,97	1,80	1,71	1,43	1,40	1,39	1,53	1,46	1,44	1,43	1,54	1,43	1,42	1,37	1,33
TO	0,51	0,79	0,37	0,36	0,35	0,14	0,13	0,08	0,10	0,11	0,11	0,16	0,21	0,14	0,14	0,21	0,15	0,25	0,19	0,25
Total	176	1,73	1,28	1,83	1,74	1,53	1,44	1,20	1,10	1,13	1,13	1,12	1,04	0,98	0,92	1,05	0,96	1,01	0,98	n.d.

Fonte: Relação Fiscal Homologada no SISFN, em cumprimento à Portaria STN nº 443/11 e Relatórios Fiscais dos Contribuintes na Internet ou encaminhados pelos Estados.

n.d. - Informação não disponível

Obs.: 1 - Os dados referentes a 31/12/2014 foram adotados exclusivamente das Relatórias de Balanço Fiscal do 2º Quadrimestre de 2014 homologadas e publicadas até 14/10/2014 no SISFN.

2 - Os dados referentes a 30/4/2014 foram adotados exclusivamente das Relatórias de Balanço Fiscal do 1º Quadrimestre de 2014 homologadas e publicadas até 14/10/2014 no SISFN.

Fonte: Relações Fiscais Homologadas no SISYM em cumprimento à Portaria STN nº 483/11 e Relações Fiscais dos contribuintes na Internet ou encaminhadas pelos Estados.

Obs: - Informação não disponível

1 - Os dados referentes a 31/12/2014 foram atualizados exclusivamente das Relações Fiscais do 2º Quadrimestre de 2014 homologadas e publicadas até 14/10/2014 no SISYM.

2 - Os dados referentes aos quadros anteriores não consideram eventuais alterações efetuadas posteriormente à publicação no SISYM.

ANEXO 2

Tabela contendo a posição de endividamento dos Municípios, em atendimento ao inciso I, art. 41 da RSF nº 43/2001.

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

DCL/RCL - RGF 2º Quadrimestre de 2014

data-base 31/08/2014

Dados extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal homologados no SISTN

Posição: 14/10/2014.

UF	Nome do Município	Cód IBGE Estado	Cód IBGE Município	DV IBGE Município	DCL 2º Quadrimestre 2014	RCL 2º Quadrimestre 2014	% DCL/RCL
AC	RIO BRANCO	12	40	1	97.978.672,46	613.054.517,94	15,98
AM	MANAUS	13	260	3	-937.786.455,76	3.412.574.483,89	-
BA	AGUA FRIA	29	40	5	16.129.240,35	31.364.778,82	51,42
BA	ALAGOINHAS	29	70	2	14.583.721,86	247.059.052,97	5,89
BA	ALCOBACA	29	80	1	-2.389.140,34	44.185.677,80	-
BA	AMERICA DOURADA	29	115	5	4.713.920,93	29.105.307,52	16,20
BA	ANTONIO GONCALVES	29	180	9	-1.364.743,60	19.870.649,44	-
BA	ARACAS	29	205	4	-1.572.022,99	39.581.841,40	-
BA	BARREIRAS	29	320	1	195.661.086,59	273.789.592,70	71,46
BA	BOQUIRA	29	410	0	13.234.317,23	34.768.273,06	38,06
BA	BOTUPORA	29	420	9	8.227.049,24	25.751.868,94	31,95
BA	CACULE	29	500	8	7.218.920,39	33.633.151,50	21,48
BA	CAETITE	29	820	8	49.159.858,00	89.894.635,41	54,69
BA	CAFARNAUM	29	530	5	-1.746.509,49	31.842.453,39	-
BA	CAMACARI	29	570	1	290.148.391,76	848.296.063,48	34,20
BA	CATURAMA	29	755	8	8.202.838,00	14.922.773,81	54,97
BA	COCOS	29	810	1	1.142.391,93	38.632.721,35	2,96
BA	CONCEICAO DA FEIRA	29	820	0	11.727.191,25	32.741.622,07	35,82
BA	CRISTOPOLIS	29	970	3	230.479,90	23.671.745,44	0,97
BA	DOM BASILIO	29	1010	7	4.492.597,70	14.922.786,07	30,11
BA	ESPLANADA	29	1060	2	43.598.841,24	81.400.312,58	53,56
BA	GANDU	29	1120	4	30.642.456,17	45.226.598,16	67,75
BA	IBICOARA	29	1220	2	-6.691.454,98	36.612.085,10	-
BA	IBIPITANGA	29	1250	9	10.907.801,17	28.159.953,79	38,74
BA	IBOTIRAMA	29	1320	0	20.299.025,32	45.505.017,13	44,81
BA	IPECAETA	29	1360	4	19.278.180,87	29.047.989,73	66,37
BA	IPIAU	29	1390	3	-4.758.630,06	64.350.324,19	-
BA	IRARA	29	1450	5	3.872.817,31	29.943.697,10	12,93
BA	ITABERABA	29	1470	3	11.169.623,54	98.629.377,44	11,21
BA	ITAGI	29	1510	6	-1.779.189,13	21.524.302,21	-
BA	ITAGIBA	29	1520	5	33.227.543,28	44.122.373,34	75,31
BA	JAGUARARI	29	1770	0	1.675.347,64	61.683.638,16	2,72
BA	LAGOA REAL	29	1875	3	17.425.439,65	25.821.079,09	67,49
BA	LAJEDO DO TABOAL	29	1905	8	0,00	15.742.997,84	0,00
BA	LAPAO	29	1915	7	-5.038.217,82	37.656.092,39	-
BA	LAURO DE FREITAS	29	1920	7	17.521.081,53	385.620.139,86	4,54
BA	MACAUBAS	29	1980	1	50.800.023,17	70.435.714,15	71,84
BA	MANSIDAO	29	2045	2	7.566.672,07	24.931.605,21	30,47
BA	MARACAS	29	2050	2	0,00	41.966.901,59	0,00
BA	NOVA ITARANA	29	2280	5	5.493.542,51	13.977.236,27	39,30
BA	PAULO AFONSO	29	2400	8	-21.867.618,99	207.148.480,48	-
BA	PEDRAO	29	2410	8	0,00	1.389.611,95	0,00
BA	PLANALTINO	29	2490	0	-1.477.463,20	11.374.753,10	-
BA	PRESIDENTE JANIO QUADROS	29	2570	9	-390.257,80	22.132.994,57	-
BA	RIO DO PIRES	29	2690	5	11.425.626,15	19.372.719,93	58,98
BA	RUY BARBOSA	29	2720	0	30.341.078,78	49.100.188,45	61,79
BA	SALVADOR	29	2740	8	1.108.815.005,33	4.522.985.778,60	24,52
BA	SANTA BRIGIDA	29	2760	6	-558.422,79	28.042.901,20	-
BA	SANTA RITA DE CASSIA	29	2840	6	24.247.560,47	44.640.626,21	54,32
BA	SAO DESIDERIO	29	2890	1	150.040,39	114.259.413,76	0,14
BA	SAO DOMINGOS	29	2895	0	0,00	1.930.755,56	0,00
BA	SAO FELIX DO CORIBE	29	2905	7	-2.016.314,49	29.213.179,42	-
BA	TABOCCAS DO BREJO VELHO	29	3090	7	-632.899,06	21.857.953,74	-
BA	UAUA	29	3200	2	0,00	35.345.549,48	0,00
BA	UIBAI	29	3240	8	5.464.395,87	22.593.692,45	24,19
BA	VALENÇA	29	3290	3	28.081.567,98	125.551.893,10	22,35
BA	WANDERLEY	29	3345	5	698.042,43	23.696.287,33	2,92
CE	CANINDE	23	280	0	135.778.739,65	132.284.357,65	102,66
CE	CAUCAIA	23	370	9	55.391.196,85	479.902.102,60	11,54

CE	CRATO	23	420	2	17.558.361,04	190.587.410,05	9,21
CE	FORTALEZA	23	440	0	234.981.221,90	4.281.852.860,65	5,49
CE	HORIZONTE	23	523	3	5.953.447,37	135.086.591,76	4,41
CE	ICAPUI	23	535	7	16.878.900,48	41.435.067,52	40,74
CE	LAVRAS DA MANGABEIRA	23	750	2	20.529.722,13	49.856.116,84	41,17
CE	MARCO	23	780	9	-2.639.291,41	48.724.435,12	-
CE	MOMBACA	23	850	0	27.936.275,16	54.747.360,03	51,03
CE	SOBRAL	23	1290	8	-47.124.775,75	440.110.007,98	-
ES	CARIACICA	32	130	8	-86.434.527,41	510.042.518,56	-
ES	COLATINA	32	150	6	-28.146.006,96	257.542.595,12	-
ES	SAO JOSE DO CALCADO	32	480	7	0,00	29.641.515,71	0,00
ES	SERRA	32	500	2	175.428.964,22	927.011.427,33	18,92
ES	VITORIA	32	630	9	19.129.063,23	1.423.779.090,18	1,34
GO	ANAPOLIS	52	110	8	60.335.779,95	711.555.010,93	8,48
GO	APARECIDA DE GOIANIA	52	140	5	-101.401.540,83	635.380.712,55	-
GO	APORE	52	150	4	0,00	22.139.616,53	0,00
GO	ARAGUAPAZ	52	215	5	2.376.216,86	15.533.175,54	16,30
GO	BURITI ALEGRE	52	390	6	6.271.350,04	21.207.752,07	29,57
GO	CRISTALINA	52	620	8	588.171,08	116.562.500,91	-
GO	CUAPO	52	920	0	34.223.260,71	26.126.778,35	130,98
GO	ITABERAÍ	52	1040	5	17.388.400,06	68.969.290,02	25,21
GO	JATAI	52	1190	9	3.542.728,33	223.193.928,81	1,69
GO	JUSSARA	52	1220	1	4.373.778,19	38.254.262,17	11,43
GO	MAURILANDIA	52	1300	4	-4.238.302,08	20.904.695,92	-
GO	MINEIROS	52	1310	3	-23.752.164,93	149.570.588,52	-
GO	QUIRINOPOLIS	52	1850	8	4.302.294,89	108.863.853,93	3,95
GO	SAO LUIS DE MONTES BELOS	52	2010	8	6.490.495,55	54.704.883,62	11,86
GO	TRINDADE	52	2140	3	20.281.875,58	126.535.172,73	-
GO	TURVELANDIA	52	2155	-	0,00	25.776.430,58	0,00
MA	CODO	21	330	7	-11.310.481,93	169.910.349,54	-
MA	SAO JOSE DE RIBAMAR	21	1120	-	-17.352.319,35	212.209.051,02	-
MA	TIMON	21	1220	9	-22.941.018,04	241.555.173,55	-
MG	ALFENAS	31	160	7	38.020.140,38	170.880.622,58	22,25
MG	BELO HORIZONTE	31	620	0	2.299.488.540,60	7.128.583.433,80	32,27
MG	CABECEIRA GRANDE	31	945	1	1.720.237,36	20.148.903,26	8,54
MG	CABO VERDE	31	950	1	470.742,44	21.339.944,62	2,21
MG	CAMPO DO MEIO	31	1130	9	-1.563.364,73	21.216.558,51	-
MG	CARMO DA CACHOEIRA	31	1390	9	-1.424.007,61	22.000.470,46	-
MG	CLAUDIO	31	1660	5	-7.608.803,22	46.003.106,84	-
MG	CONTAGEM	31	1860	1	286.117.720,99	1.173.891.936,38	24,29
MG	CURVELO	31	2090	4	-20.927.761,81	117.188.978,51	-
MG	DIVINOPOLIS	31	2230	6	51.424.872,68	398.945.984,36	12,89
MG	FORMIGA	31	2810	0	-2.111.925,84	110.409.562,70	-
MG	GUAPE	31	2810	5	-2.024.501,15	29.324.909,19	-
MG	GUARACIABA	31	2820	4	-8.442.514,85	16.486.835,87	-
MG	IPATINGA	31	3130	7	14.262.063,92	589.072.073,50	2,42
MG	JOAO MONLEVADE	31	3620	7	-13.248.815,00	180.203.088,00	-
MG	JUIZ DE FORA	31	3670	2	-76.733.464,47	1.059.239.338,81	-
MG	MARIANA	31	4000	1	-69.909.799,03	307.991.383,30	-
MG	PARA DE MINAS	31	4710	5	-2.268.886,08	142.916.095,17	-
MG	PASSOS	31	4790	7	-868.945,68	181.817.304,15	-
MG	POUSO ALEGRE	31	5250	1	724.985,60	285.554.415,16	0,25
MG	POUSO ALTO	31	5280	0	-2.355.148,73	13.691.503,39	-
MG	SABARA	31	5870	0	-33.675.240,28	190.032.920,50	-
MG	SAO JOAO DEL REI	31	6250	0	2.164.643,91	144.735.112,86	1,49
MG	SAPUCAI-MIRIM	31	6540	4	-4.161.645,72	13.349.339,69	-
MG	SETE LAGOAS	31	6720	2	107.384.910,34	484.627.532,37	23,11
MG	TEOFILO OTONI	31	6860	6	22.776.915,44	235.788.408,84	9,68
MG	TRES PONJAS	31	6940	6	-27.341.445,48	94.033.696,54	-
MG	UBA	31	6990	1	-94.398.331,07	149.441.921,43	-
MS	CAARAPO	50	240	7	13.709.341,35	59.530.878,76	23,02
MS	CAMPO GRANDE	50	270	4	-226.211.399,04	2.320.051.420,53	-
MS	NAVIKAI	50	570	7	-457.570,22	129.583.032,20	-
MS	TRES LAGOAS	50	830	5	-33.304.094,15	330.909.676,39	-
MT	AGUA BOA	51	20	1	0,00	47.848.564,90	0,00
MT	ALTA FLORESTA	51	25	0	-34.168.132,39	86.978.244,91	-

MT	ARIPUANA	51	140	7	-8.910.322,80	43.985.193,77	
MT	CAMPOS DE JULIO	51	268	6	-5.225.553,73	30.594.804,52	
MT	CANARANA	51	270	2	226.923,68	47.500.085,44	
MT	CLAUDIA	51	305	6	-809.903,57	22.200.956,01	
MT	COLIDER	51	320	5	-29.735.960,94	10.490.930,52	
MT	FELIZ NATAL	51	370	0	-2.600.911,22	29.956.973,29	
MT	GAUCHA DO NORTE	51	385	8	-4.447.065,20	21.730.414,59	
MT	GUARANTA DO NORTE	51	410	4	-1.596.805,36	54.382.338,32	
MT	ITANHANGA	51	454	2	-1.940.553,03	15.205.797,38	
MT	LUCAS DO RIO VERDE	51	525	9	-3.750.708,02	150.933.733,99	
MT	MARCELANDIA	51	558	0	-15.509.721,82	24.786.888,06	
MT	MATUPA	51	560	6	-14.116.102,87	33.431.816,93	
MT	NOVA BANDEIRANTES	51	615	8	-2.488.362,03	23.837.939,30	
MT	NOVA BRASILANDIA	51	620	8	-2.856.731,20	8.498.981,72	
MT	NOVA CANAÃ DO NORTE	51	621	6	-8.608.218,55	29.880.080,83	
MT	NOVA GUARITA	51	880	8	40.600,00	11.393.253,53	0,38
MT	NOVA MARINGA	51	890	7	-1.611.037,02	19.384.413,02	
MT	NOVA MUTUM	51	622	4	-9.644.173,34	96.338.960,34	
MT	NOVA SANTA HELENA	51	619	0	-4.670.364,81	12.508.155,06	
MT	PARANAÍTA	51	629	9	-14.182.204,30	41.172.113,80	
MT	PLANALTO DA SERRA	51	645	5	-695.602,24	10.208.556,30	
MT	QUERENCIA	51	706	5	-2.041.001,28	49.420.512,26	
MT	SANTA CARMEM	51	724	8	-1.290.238,98	15.045.184,15	
MT	SÃO JOSÉ DO POVO	51	729	7	-1.089.721,01	10.129.336,17	
MT	SERRA NOVA DOURADA	51	788	3	-709.724,17	9.182.557,30	
MT	SINOP	51	790	9	-50.075.642,01	249.087.552,59	
MT	SORRISO	51	792	5	-82.375.501,58	192.111.694,81	
MT	VARZEA GRANDE	51	840	2	29.439.177,99	375.556.651,34	7,67
MT	VERA	51	850	1	-2.807.512,14	25.232.372,61	
MT	VILA RICA	51	860	0	-7.043.863,94	35.766.500,33	
PA	MARABÁ	15	420	8	-31.775.472,99	558.286.762,10	
PA	SANTARÉM	15	880	7	-21.140.983,15	400.908.638,18	
PB	CAMPINA GRANDE	25	400	9	112.707.283,51	593.320.200,18	19,00
PE	ABREU E LIMA	26	5	4	18.674.711,11	119.047.704,77	14,01
PE	AFRÂNIO	26	20	3	2.702.335,83	40.459.767,88	6,63
PE	AGRESTINA	26	30	2	-3.717.088,29	40.636.716,07	
PE	AGUAS BELAS	26	50	0	28.276.078,08	59.885.275,25	47,13
PE	ALAGOINHA	26	60	9	2.983.543,12	28.878.893,02	11,11
PE	ALTINHO	26	80	7	14.679.803,11	30.466.846,37	48,18
PE	AMARAJI	26	80	6	14.533.432,59	34.688.669,19	41,92
PE	ANGELIM	26	100	3	0,00	20.581.294,55	0,00
PE	ARACOIABA	26	105	2	-6.555.313,63	29.937.597,30	
PE	ARCOVERDE	26	120	1	-7.635.264,52	100.830.569,12	
PE	BARRA DE GUABIRABA	26	130	0	-111.690,20	21.243.360,71	
PE	BELEM DE MARIA	26	150	8	3.287.213,75	20.885.179,46	15,74
PE	BELO JARDIM	26	170	6	-14.078.921,28	117.689.810,79	
PE	BEZERROS	26	190	4	-3.581.359,20	85.787.798,04	
PE	BOM CONSELHO	26	210	0	-1.127.258,30	66.088.747,51	
PE	BOM JARDIM	26	220	9	407.443,65	50.925.065,39	0,80
PE	BRNITO	26	230	8	-8.778.947,59	58.498.859,71	
PE	BREJÃO	26	240	7	-2.322.677,88	20.126.982,30	
PE	BUENOS AIRES	26	270	4	-3.445.186,82	20.809.907,97	
PE	CABO DE SANTO AGOSTINHO	26	290	2	-36.651.489,23	504.306.694,36	
PE	CABROBO	26	300	9	3.924.638,94	59.225.211,80	8,93
PE	CAETES	26	320	7	-5.357.085,77	42.458.241,88	
PE	CALCADO	26	330	6	-5.884.382,16	22.119.363,47	
PE	CALUMBI	26	340	5	-1.174.356,20	13.317.887,91	
PE	CAMARAGIBE	26	345	4	9.401.897,69	192.466.580,76	4,88
PE	CAMOCIM DE SÃO FELIX	26	350	4	-1.390.030,40	29.332.510,70	
PE	CANHOTINHO	26	370	2	1.795.373,13	38.741.754,84	4,33
PE	CAPOEIRAS	26	380	1	2.665.789,25	33.959.582,89	7,85
PE	CARNAUBEIRA DA PENHA	26	392	6	-2.424.354,45	20.557.535,49	
PE	CARUARU	26	410	0	-24.223.620,23	470.680.516,44	
PE	CASINHAS	26	415	5	5.233.906,15	28.405.108,23	18,44
PE	CEDRO	26	430	4	1.828.190,22	22.609.389,26	8,09
PE	CHA DE ALEGRIA	26	440	3	3.354.743,86	22.242.468,35	15,08

PE	CHA GRANDE	26	450	2	5.345.684,74	38.510.784,30	13,88
PE	CONDADO	26	460	1	-3.258.313,24	38.899.359,98	-
PE	CORRENTES	26	470	0	0,00	30.137.941,74	0,00
PE	CUMARU	26	480	8	4.053.297,62	26.092.064,20	15,53
PE	CUPIRA	26	500	4	-1.981.736,33	35.410.499,22	-
PE	CUSTODIA	26	510	3	153.134,20	51.115.453,78	0,30
PE	ESCADA	26	520	2	0,00	60.726.618,00	0,00
PE	EXU	26	530	1	-4.623.796,87	51.431.955,45	-
PE	FEIRA NOVA	26	540	0	491.918,28	31.388.017,70	1,57
PE	FERREIROS	26	550	8	0,00	20.630.957,20	0,00
PE	FLORES	26	560	8	1.887.782,55	33.818.376,04	5,52
PE	FLORESTA	26	570	7	-18.279.610,42	61.971.108,98	-
PE	GARANHUNS	26	600	2	-11.492.464,77	190.894.591,25	-
PE	GLORIA DO GOITA	26	610	1	8.444.638,80	37.856.807,02	17,02
PE	GRAVATA	26	640	8	35.280.743,84	108.987.658,54	32,33
PE	IATI	26	650	7	1.997.142,95	36.317.589,81	5,50
PE	IBIMIRIM	26	660	8	-403,18	42.830.603,77	-
PE	IGARASSU	26	680	4	-34.394.756,54	143.645.000,73	-
PE	IPOJUCA	26	720	8	-188.588.776,35	541.588.428,44	-
PE	ITAMBE	26	755	3	0,00	50.251.880,79	0,00
PE	ITAPISSUMA	26	775	2	0,00	56.563.317,91	0,00
PE	ITAQUITINGA	26	780	2	-2.404.081,18	40.521.572,61	-
PE	JABOATÃO DOS GUARARAPES	26	790	1	72.842.800,22	882.195.488,24	8,26
PE	JAQUEIRA	26	795	0	14.753.850,90	26.851.295,62	55,36
PE	JATUBA	26	800	8	-2.030.888,37	28.955.800,42	-
PE	JATOBA	26	805	7	-3.195.483,23	25.915.772,49	-
PE	JOÃO ALFREDO	26	810	7	1.776.944,05	46.034.399,71	3,86
PE	JUCATI	26	825	5	1.590.350,79	22.599.834,25	-
PE	LAGOA DO CARRO	26	845	3	8.275.229,26	26.500.400,84	31,28
PE	LAGOA DO ITAENGA	26	850	3	17.934.007,63	37.404.805,58	48,11
PE	LAGOA DO OURO	26	860	2	0,00	26.164.961,74	0,00
PE	LAGOA DOS GATOS	26	870	1	-2.134.880,51	28.491.364,56	-
PE	LAGOA GRANDE	26	875	0	6.330.759,21	39.631.290,45	16,97
PE	LIMOEIRO	26	890	9	22.766.865,54	75.080.748,75	30,32
PE	MACAPARANA	26	900	6	1.125.555,48	36.210.517,17	3,11
PE	MANARI	26	915	4	112.974,64	34.014.283,45	0,38
PE	MARAIM	26	920	4	-7.571.382,15	21.427.585,03	-
PE	MOREILÂNDIA	26	1430	3	-432.131,73	21.320.352,86	-
PE	MORENO	26	940	2	-429.527,42	77.871.951,31	-
PE	NAZARE DA MATA	26	950	1	29.797.372,73	40.017.577,37	74,46
PE	OLINDA	26	960	0	26.148.332,00	487.337.602,73	5,58
PE	OROBO	26	970	9	272.050,02	38.088.490,89	0,71
PE	OROCO	26	980	8	-1.145.688,00	24.956.948,32	-
PE	OURICURI	26	990	7	4.215.767,16	88.347.741,40	4,77
PE	PALMARES	26	1000	4	-6.210.379,46	113.583.682,84	-
PE	PARNAMIRIM	26	1040	0	-1.453.281,17	35.406.785,62	-
PE	PASSIRA	26	1050	9	8.104.928,64	41.142.625,05	19,70
PE	PAUDALHO	26	1060	6	29.960.571,78	75.331.231,82	39,77
PE	PEDRA	26	1080	6	-1.961.473,82	33.537.439,72	-
PE	PESQUEIRA	26	1090	6	32.818.896,17	86.442.546,36	37,97
PE	PETROLÂNDIA	26	1100	2	-10.282.123,46	80.859.232,01	-
PE	PETROLINA	26	1110	1	31.011.604,27	430.734.808,34	18,81
PE	POCAO	26	1120	0	-724.358,09	20.011.181,16	-
PE	POMBOZ	26	1130	8	-1.359.216,45	40.360.018,02	-
PE	RECIFE	26	1180	8	201.889.845,43	3.501.503.309,92	5,77
PE	RIACHO DAS ALMAS	26	1170	5	5.080.237,03	35.779.624,32	14,20
PE	RIBEIRAC	26	1180	4	-4.110.746,54	61.504.146,17	-
PE	RIO FORMOSO	26	1190	3	18.917.110,97	43.757.990,41	43,23
PE	SAIRE	26	1200	0	17.431.003,84	22.459.043,38	77,61
PE	SALGADINHO	26	1210	3	2.200.560,23	14.781.176,27	14,89
PE	SALGUEIRO	26	1220	9	-7.100.461,39	92.986.740,92	-
PE	SALOA	26	1230	7	1.642.343,14	28.600.292,23	5,74
PE	SANHARO	26	1240	5	4.997.600,89	34.069.140,73	14,64
PE	SANTA CRUZ	26	1245	5	0,00	29.092.607,29	0,00
PE	SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE	26	1247	1	-670.374,96	19.771.604,84	-
PE	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	26	1250	5	25.519.709,83	113.293.505,14	22,53

PE	SANTA FILOMENA	26	1255	4	4.136.835,18	24.438.701,54	-6,92
PE	SANTA MARIA DA BOA VISTA	26	1260	4	10.167.425,11	65.801.514,94	-5,45
PE	SÃO BENEDITO DO SUL	26	1290	1	5.102.057,77	22.895.908,67	22,28
PE	SÃO BENTO DO UNA	26	1300	8	5.980.238,48	71.132.942,83	8,41
PE	SÃO CAITANO	26	1310	7	0,00	47.876.909,09	0,00
PE	SÃO JOÃO	26	1320	3	-5.984.155,50	38.220.232,71	-
PE	SÃO JOAQUIM DO MONTE	26	1330	5	5.534.981,36	34.746.845,49	15,93
PE	SÃO JOSE DO BELMONTE	26	1350	3	726.768,10	45.436.898,29	1,60
PE	SÃO LOURENÇO DA MATA	26	1370	1	2.169.701,48	128.863.307,54	1,71
PE	SÃO VICENTE FERRER	26	1380	0	882.471,09	27.828.532,30	3,21
PE	SERTANIA	26	1410	5	-2.146.423,16	51.257.107,22	-
PE	SIRINHAEM	26	1420	4	21.028.638,42	55.919.085,90	37,61
PE	SOLIDÃO	26	1440	2	1.308.405,46	14.794.101,80	8,84
PE	TABIRA	26	1460	0	-3.580.053,29	37.245.790,68	-
PE	TACAIMBO	26	1470	9	-3.270.986,44	20.942.644,71	-
PE	TACARATU	26	1480	8	-5.112.498,26	41.562.959,18	-
PE	TACUARITINGA DO NORTE	26	1500	3	20.293.538,22	38.937.405,16	54,94
PE	TERRA NOVA	26	1520	1	-1.388.715,10	16.646.654,51	-
PE	TIMBAUBA	26	1530	0	8.225.030,41	78.879.588,67	13,43
PE	TORITAMA	26	1540	9	14.437.688,01	58.484.464,91	25,57
PE	TRINDADE	26	1560	7	2.466.789,84	48.152.490,81	5,34
PE	TUPANATINGA	26	1580	5	613.411,63	44.708.992,70	1,37
PE	TUPARETAMA	26	1590	4	-354.207,16	17.075.082,70	-
PE	VENTUROSA	26	1600	1	4.151.296,01	30.386.548,12	13,67
PE	VERDEJANTE	26	1610	0	-982.945,58	19.142.752,80	-
PE	VERTENTE DO LERIO	26	1818	3	-888.080,33	10.501.049,22	-
PE	VERTENTES	26	1820	9	-3.685.885,38	31.824.533,94	-
PE	VICENCIA	26	1830	8	0,00	45.833.781,91	0,00
PE	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	26	1640	7	-1.050.425,66	196.556.697,02	-
PE	XEXEU	26	1650	3	-944.407,90	28.145.862,55	-
PR	ALVORADA DO SUL	41	80	9	-835.302,05	26.641.757,08	-
PR	ARAPONGAS	41	150	7	-19.987.051,39	187.304.545,43	-
PR	ARAUCÁRIA	41	180	4	-32.763.200,86	572.249.534,18	-
PR	CAMPO MOURÃO	41	430	3	-20.731.607,16	189.054.741,72	-
PR	CIANORTE	41	550	8	-30.123.685,77	162.916.987,78	-
PR	CORONEL DOMINGOS SOARES	41	845	5	-2.802.100,84	20.686.734,10	-
PR	FOZ DO IGUAÇU	41	830	4	76.473.214,71	588.208.085,48	12,93
PR	LONDRINA	41	1370	3	73.629.314,54	1.108.398.654,10	5,64
PR	MARCHEL CANDIDO RONDON	41	1480	9	-24.552.438,76	115.478.439,64	-
PR	MARINGÁ	41	1520	3	437.204.778,87	812.758.813,40	-
PR	PARANAVAI	41	1840	2	28.372.997,01	133.087.840,71	21,32
PR	PEROLA D'OESTE	41	1900	4	399.520,20	1.465.124,38	27,27
PR	PINHAI	41	1915	2	-37.986.890,17	252.543.497,06	-
PR	PONTA GROSSA	41	1990	5	164.486.453,31	523.226.920,17	31,44
PR	TOLEDO	41	2770	0	-18.077.829,96	298.668.829,24	-
PR	UNIÃO DA VITÓRIA	41	2820	3	-44.796.924,56	109.668.068,38	-
RJ	ANGRA DOS REIS	33	10	0	50.661.871,30	792.552.764,30	6,39
RJ	BELFORD ROXO	33	45	6	79.571.127,00	543.749.081,80	14,83
RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	33	100	9	408.370.073,80	2.405.406.430,20	18,98
RJ	ITABORAÍ	33	190	0	-20.803.458,80	633.879.145,10	-
RJ	ITALVA	33	205	6	-3.057.964,50	47.185.767,51	-
RJ	MANGARATIBA	33	260	1	9.656.404,50	267.893.953,60	3,60
RJ	MARICÁ	33	270	0	-37.946.685,00	453.702.314,00	-
RJ	NOVA FRIBURGO	33	340	1	-0.028.503,00	353.202.108,10	-
RJ	NOVA IGUAÇU	33	350	0	-41.628.925,10	1.018.021.868,00	-
RJ	RESENDE	33	420	1	85.612.168,10	404.350.329,00	2,17
RJ	SÃO JOÃO DE MERITI	33	510	9	-118.534.877,80	440.815.136,70	-
RJ	TANQUE	33	575	2	-18.697.773,40	77.724.799,20	-
RJ	TRES RIOS	33	600	8	13.325.355,20	209.347.732,30	6,87
RN	MOSSORÓ	24	800	3	86.973.175,28	459.311.097,84	13,94
RN	NATAL	24	810	2	359.703.910,31	1.643.488.451,89	21,89
RO	ARIQUEMES	11	2	3	46.985.430,72	156.980.188,18	-
RO	CACOAL	11	4	9	-26.587.002,54	135.203.056,51	-
RO	JARU	11	11	4	9.430.985,79	81.203.177,41	11,61
RO	JI-PARANA	11	12	2	-43.859.252,25	167.403.201,65	-
RO	OURO PRETO DO OESTE	11	15	5	-14.943.385,78	60.076.016,31	-

RO	PIMENTA BUENO	11	18	9	-1.968.357,71	56.801.345,06	-
RO	PRESIDENTE MEDICI	11	25	4	23.049.373,06	35.372.619,92	65,16
RO	ROLIM DE MOURA	11	28	9	-13.568.364,51	83.178.330,80	-
RS	ALEGRETE	43	40	3	-29.532.454,75	131.127.302,58	-
RS	ALPESTRE	43	50	5	-5.793.626,38	31.499.177,17	-
RS	AI TO AI FGRF	43	55	4	0,00	10.600.137,05	0,00
RS	BACE	43	150	2	-1.836.146,91	229.107.322,08	-
RS	BENTO GONCALVES	43	210	5	-34.960.052,34	297.564.754,59	-
RS	CACHOEIRA DO SUL	43	300	4	-7.321.934,74	144.019.360,04	-
RS	CAMAQUA	43	350	9	-4.353.017,85	108.885.230,82	-
RS	CAMPO BOM	43	390	5	-25.062.751,42	158.355.000,47	-
RS	CANGUCU	43	450	7	-13.629.846,39	96.540.925,12	-
RS	CARAZINHO	43	470	5	-13.253.542,76	122.604.769,80	-
RS	CAXIAS DO SUL	43	510	8	-73.017.524,74	1.297.785.038,28	-
RS	ERECHIM	43	700	5	-32.786.195,15	178.166.162,48	-
RS	ESTEIO	43	770	8	-42.515.473,59	159.597.965,57	-
RS	FARROUPILHA	43	790	8	-11.821.401,00	165.881.397,77	-
RS	GRAVATAI	43	920	9	221.014.712,10	491.497.408,11	44,97
RS	GUAIABA	43	930	8	13.012.741,56	180.861.640,94	7,16
RS	IJUI	43	1020	7	-53.070.090,04	216.285.922,12	-
RS	IMBE	43	1033	3	60.317.215,37	72.953.251,93	66,97
RS	ITAQUI	43	1060	3	-2.363.529,06	77.888.379,84	-
RS	JULIO DE CASTILHOS	43	1120	5	-1.839.358,06	47.688.529,72	-
RS	LAJEADO	43	1140	3	-31.996.255,32	204.871.021,04	-
RS	MANCEL VIANA	43	1175	9	-985.716,53	16.294.941,50	-
RS	MONTE ALEGRE DOS CAMPOS	43	1237	7	-1.642.736,44	14.881.188,84	-
RS	MONTENEGRO	43	1240	1	39.208.800,39	129.990.494,54	30,16
RS	MORRINHOS DO SUL	43	1244	3	171.941,53	9.367.543,78	1,84
RS	NOVA SANTA RITA	43	1337	5	-10.544.635,91	60.853.851,51	-
RS	NOVO HAMBURGO	43	1340	9	55.268.930,17	628.118.310,43	6,75
RS	NOVO MACHADO	43	1342	5	-2.192.086,33	13.015.918,39	-
RS	PAROBE	43	1405	0	-1.108.834,04	90.878.567,20	-
RS	PASSO FUNDO	43	1410	0	-41.507.763,37	366.547.867,36	-
RS	PINHAL GRANDE	43	1447	2	-3.254.511,99	19.119.491,20	-
RS	PINHEIRO MACHADO	43	1450	6	315.477,96	34.759.478,74	0,91
RS	PINTO BANDEIRA	43	1454	0	-873.821,22	9.154.963,14	-
RS	PORTO ALEGRE	43	1490	2	272.012.147,97	4.347.786.501,51	6,26
RS	RIO GRANDE	43	1580	2	-103.670.573,40	467.955.457,45	-
RS	ROLANTE	43	1600	6	314.041,72	38.566.315,78	0,81
RS	SALTO DO JACUI	43	1645	1	-799.193,95	30.589.300,55	-
RS	SANTA CRUZ DO SUL	43	1680	8	9.014.944,14	302.055.437,20	2,96
RS	SANTA MARGARIDA DO SUL	43	1697	2	-110.001,52	14.954.244,50	-
RS	SANTA MARIA	43	1690	7	-72.559.584,63	388.847.045,26	-
RS	SANTANA DA BOA VISTA	43	1700	4	-1.952.447,49	17.786.152,63	-
RS	SANTIAGO	43	1740	0	-1.601.460,64	81.045.535,32	-
RS	SANTO ANGELO	43	1750	9	-9.721.877,85	114.029.994,06	-
RS	SAO GABRIEL	43	1830	9	-3.849.541,98	93.951.009,55	-
RS	SAO LEOPOLDO	43	1870	5	189.831.336,08	526.084.920,99	36,08
RS	SAO MARCOS	43	1900	0	-1.110.952,82	51.946.292,23	-
RS	SAPIRANGA	43	1930	1	-39.570.758,78	146.547.014,28	-
RS	SAPUCAIA DO SUL	43	2000	8	19.309.512,87	219.775.571,64	8,79
RS	SETE DE SETEMBRO	43	2057	8	1.486.025,91	10.876.849,90	13,65
RS	SOLEDADE	43	2080	0	-8.263.802,24	50.812.438,02	10,36
RS	TAQUARA	43	2120	4	3.903.491,43	88.280.150,27	4,42
RS	TORRES	43	2150	1	-4.747.956,14	92.594.785,15	-
RS	URUGUAIANA	43	2240	0	91.956.669,31	192.096.501,02	47,87
RS	VACARIA	43	2250	9	-13.907.882,38	130.244.249,73	-
RS	VENANCIO AIRES	43	2280	8	-7.438.359,30	126.400.798,83	-
RS	VILA FLORES	43	2330	9	-2.359.032,75	15.540.295,02	-
SC	BALNEARIO ARROIO DO SILVA	42	195	0	-7.172.850,60	22.742.890,01	-
SC	BALNEARIO CAMBORIU	42	200	9	-186.906.766,25	496.503.700,96	-
SC	BIGUACU	42	230	5	2.063.200,51	119.088.685,50	1,76
SC	BLUMENAU	42	240	4	-4.066.183,87	949.002.229,15	4,65
SC	BRUNOPOLIS	42	287	5	2.264.601,28	10.817.474,29	-
SC	BRUSQUE	42	290	9	5.527.488,23	262.700.154,04	2,10
SC	CALMON	42	315	4	0,00	13.309.595,30	0,00

SC	CAMBORIÚ	42	320	4	-25.484.121,65	135.203.815,61	-
SC	CAMPO ERE	42	350	1	-1.714.234,21	20.289.796,67	-
SC	CANOINHAS	42	380	8	-16.098.946,32	101.070.848,11	-
SC	CHAPECO	42	420	2	965.967,49	474.676.307,48	0,20
SC	CONCORDIA	42	430	1	-29.731.571,68	183.714.888,26	-
SC	CRICIÚMA	42	460	8	67.408.585,59	469.581.839,84	14,36
SC	FLORIANÓPOLIS	42	540	7	289.033.667,94	1.143.702.534,93	25,28
SC	GALVÃO	42	560	5	-1.339.573,80	11.306.248,20	-
SC	HERVAL D'OESTE	42	670	2	-2.827.382,94	41.953.788,42	-
SC	IBIAM	42	675	1	-1.763.271,51	9.926.544,91	-
SC	INDAIAL	42	750	2	-12.218.851,66	130.693.598,77	-
SC	IRANI	42	760	9	-467.028,20	20.749.781,18	-
SC	ITAJAÍ	42	820	3	-94.005.729,10	987.205.283,25	-
SC	ITAPEMA	42	830	2	-8.597.570,58	144.173.856,18	-
SC	JABOARA	42	860	9	-1.668.637,40	15.292.778,95	-
SC	JARAGUÁ DO SUL	42	880	6	13.357.926,89	517.743.268,12	2,58
SC	JOACABA	42	900	3	-20.693.742,32	96.924.689,50	-
SC	JOINVILLE	42	910	2	546.038.780,42	1.478.196.508,19	36,94
SC	LAGES	42	930	0	46.289.214,93	372.613.703,46	12,42
SC	LAGUNA	42	940	9	0,00	88.873.161,25	0,00
SC	LEBON REGIS	42	970	6	-3.951.689,50	22.096.042,12	-
SC	NAVEGANTES	42	1130	6	-16.459.138,81	174.434.660,21	-
SC	NOVA VENEZA	42	1160	3	-1.677.158,46	32.494.152,46	-
SC	OTACILIO COSTA	42	1175	1	8.661.329,34	42.716.356,41	20,28
SC	PETROLÂNDIA	42	1270	0	-1.940.174,32	14.504.858,06	-
SC	PLANALTO ALEGRE	42	1315	3	-919.193,53	10.176.048,37	-
SC	RIO DO SUL	42	1480	5	-18.609.298,85	187.287.525,14	-
SC	SANTA ROSA DE LIMA	42	1560	4	-843.057,60	10.375.281,41	-
SC	SAO BENTO DO SUL	42	1580	2	-8.349.811,31	208.680.218,61	-
SC	SAO CARLOS	42	1600	8	1.448.764,81	22.932.826,34	6,32
SC	SIDERÓPOLIS	42	1760	0	480.727,15	26.820.179,84	1,79
SC	TAIO	42	1780	8	-3.910.258,88	38.771.346,63	-
SC	TREZE ILHAS	42	1850	9	-5.066.310,67	22.380.288,10	-
SC	VIDAL RAMOS	42	1920	0	-1.952.484,48	17.524.711,80	-
SC	XANXERE	42	1950	7	-2.611.032,25	86.583.380,49	-
SC	XAXIM	42	1970	5	4.558.178,87	81.458.370,42	7,41
SE	ARACAJU	28	30	8	122.483.313,37	1.314.729.643,07	9,32
SP	AGUAÍ	35	30	3	-1.667.609,18	66.326.297,81	-
SP	ALTÂIR	35	90	7	-627.091,74	15.265.195,04	-
SP	AMPARO	35	190	5	-29.415.231,28	190.672.578,37	-
SP	ANGATUBA	35	220	0	-1.874.834,00	62.375.941,00	-
SP	APARECIDA	35	250	7	12.568.156,70	97.239.600,19	12,92
SP	APIÁI	35	270	5	9.005.148,26	52.953.030,09	17,00
SP	ARACATUBA	35	280	4	179.468.017,99	400.604.695,68	44,80
SP	ARACOIABA DA SERRA	35	290	3	-9.171.686,55	67.707.293,05	-
SP	ARANDU	35	310	9	-706.168,03	19.878.967,66	-
SP	ARARAQUARA	35	320	8	40.746.575,77	598.064.930,37	6,84
SP	ARUJA	35	390	1	-32.485.109,30	198.128.587,89	-
SP	ATIBAIA	35	410	7	-57.047.181,44	345.876.984,15	-
SP	AVANHANDAVA	35	440	4	-738.368,08	26.881.213,76	-
SP	BARIRI	35	520	3	-5.881.884,61	74.988.385,59	-
SP	BARRA BONITA	35	530	2	-7.123.740,53	84.588.924,32	-
SP	BASTOS	35	580	7	-216.807,75	44.048.142,68	-
SP	BAURU	35	600	3	120.418.462,58	794.489.455,34	15,16
SP	BEBEDOURO	35	610	2	-7.341.890,12	175.532.010,31	-
SP	BERTIÓGA	35	635	9	14.177.253,56	309.495.932,31	4,58
SP	BILAC	35	640	9	-3.675.459,07	19.536.410,32	-
SP	BIRIGUI	35	650	8	-17.552.920,12	250.357.975,84	-
SP	DOM JESUS DOS PERDOES	35	710	0	-2.442.142,09	58.308.360,90	-
SP	BOCAEIRA	35	730	8	-4.351.445,87	16.022.630,30	-
SP	BOREBOREMA	35	740	7	2.367.891,07	39.173.848,20	6,02
SP	BOTUCATU	35	750	6	-121.208.910,10	283.288.713,49	-
SP	BREJO ALEGRE	35	775	3	-1.705.136,62	15.440.112,71	-
SP	CACAPAVA	35	850	4	9.711.730,96	198.788.281,56	4,89
SP	CAFELÂNDIA	35	880	1	-2.196.632,08	42.429.558,63	-
SP	CAJUA	35	910	6	-430.227,95	18.088.311,96	-

SP	GAJATI	35	925	4	-11.684.504,38	75.442.309,97	-
SP	CAMPINAS	35	950	2	1.066.267.532,97	3.351.296.179,78	31,02
SP	CANDIDO MOTA	35	1000	5	16.929.237,32	77.643.543,24	21,80
SP	CAPAO BONITO	35	1020	3	0,00	93.947.698,48	0,00
SP	CAPELA DO ALTO	35	1030	2	-7.078.151,83	41.703.026,53	-
SP	CARAPICUIBA	35	1030	9	-8.524.832,15	383.907.285,25	-
SP	CASTILHO	35	1100	3	0,00	74.338.209,09	0,00
SP	CERQUEIRA CESAR	35	1140	9	-710.982,15	48.681.446,88	-
SP	CESARIO LANGE	35	1130	7	-3.909.840,71	40.491.224,65	-
SP	CHARQUEADA	35	1170	6	-2.232.810,34	35.342.465,76	-
SP	CORDEIROPOLIS	35	1240	7	-2.688.115,34	102.712.095,40	-
SP	CORUMBATAI	35	1270	4	-1.896.860,36	19.007.342,77	-
SP	COTIA	35	1320	9	-9.535.494,65	638.095.795,56	-
SP	CRAVINHOS	35	1310	8	434.037,34	83.958.338,26	0,50
SP	DIADEMA	35	1330	1	218.419.548,56	935.235.220,05	23,35
SP	DOURADO	35	1430	4	0,00	21.193.144,14	0,00
SP	ELIAS FAUSTO	35	1430	8	-4.344.099,31	43.993.080,64	-
SP	EMBU DAS ARTES	35	1600	4	80.487.063,35	424.399.607,02	14,25
SP	ESPIRITO SANTO DO PINHAL	35	1518	6	-14.084.260,14	82.108.122,34	-
SP	FERNANDO PRESTES	35	1560	8	437.077,51	15.530.453,62	2,64
SP	FERNANDOPOLIS	35	1550	9	-10.789.747,64	123.057.920,60	-
SP	FRANCO DA ROCHA	35	1640	8	-20.207.331,36	203.975.145,03	-
SP	GENERAL SALGADO	35	1690	3	57.011.568,15	29.146.069,48	202,56
SP	GLICERIO	35	1710	9	-1.890.145,97	13.392.904,77	-
SP	GUAPIACU	35	1750	5	-5.512.207,18	47.867.243,83	-
SP	GUARA	35	1770	3	-1.366.834,62	51.827.415,17	-
SP	GUARACI	35	1790	1	2.641.229,70	35.283.997,42	7,28
SP	GUARAREMA	35	1830	5	-13.716.388,06	51.620.256,74	-
SP	GUARATINGUETA	35	1840	4	14.142.888,51	239.786.854,88	5,90
SP	GUARUJA	35	1870	1	448.858.929,81	1.057.688.704,51	43,26
SP	GUARULHOS	35	1880	0	2.364.477.901,14	3.263.780.678,92	72,31
SP	HORTOLANDIA	35	1807	1	-63.665.199,00	563.619.404,00	-
SP	ILHABELA	35	2040	0	-89.106.410,86	203.957.336,03	-
SP	INDAIATUBA	35	2050	8	1.028.476.734,22	762.409.728,88	-
SP	INUBIA PAULISTA	35	2080	6	-2.248.453,47	13.052.013,54	-
SP	IPAUSSU	35	2090	5	-680.272,51	34.071.843,35	-
SP	ITABERA	35	2170	5	-1.778.800,18	33.808.441,78	-
SP	ITAI	35	2180	4	-8.027.979,81	61.774.132,61	-
SP	ITAJOBÍ	35	2190	3	-3.112.240,17	42.679.888,48	-
SP	ITAJU	35	2200	0	-1.404.388,18	14.954.914,94	-
SP	ITAPECERICA DA SERRA	35	2220	8	-85.086.747,11	327.706.956,65	-
SP	ITAPEVA	35	2240	6	11.320.185,85	221.724.152,14	5,11
SP	ITAPORANGA	35	2280	2	0,00	29.898.098,32	0,00
SP	ITAQUAQUECETUBA	35	2310	7	109.080.697,15	445.258.849,15	24,50
SP	ITATIBA	35	2340	4	9.590.464,91	278.695.305,37	3,44
SP	ITIRAPINA	35	2360	2	5.314.208,07	46.578.340,38	-
SP	ITORÍ	35	2380	0	218.717,72	15.028.065,72	-
SP	ITU	35	2390	9	-98.875.553,05	438.341.787,84	-
SP	ITUPEVA	35	2400	6	1.981.743,83	170.693.857,68	1,16
SP	JACAREÍ	35	2440	2	-94.385.915,05	565.932.467,52	-
SP	JACUPIRANGA	35	2480	0	-1.842.231,33	37.595.829,36	-
SP	JARDINOPOLIS	35	2510	2	-23.745.649,12	97.975.484,64	-
SP	LEME	35	2670	4	24.175.761,72	215.109.724,11	11,24
SP	LENÇOIS PAULISTA	35	2680	3	-28.879.370,51	157.619.862,56	-
SP	LIMEIRA	35	2690	2	-18.915.448,14	674.038.301,62	-
SP	LINS	35	2710	8	-11.611.982,83	151.254.803,37	-
SP	LOURDES	35	2725	8	0,00	11.586.378,17	0,00
SP	LOUVEIRA	35	2730	6	-375.567.759,69	47.721.647,54	-
SP	LUCIANOPOLIS	35	2750	4	0,00	2.215.912,98	0,00
SP	MARACAI	35	2880	9	-1.078.135,90	36.169.109,49	-
SP	MARTINOPOLIS	35	2920	3	4.159.811,62	60.040.495,04	6,93
SP	MATAO	35	2930	2	46.692.122,02	174.931.102,12	26,69
SP	MAUA	35	2940	1	900.574.673,88	782.300.579,25	115,12
SP	MIGUELÓPOLIS	35	2970	0	-1.257.395,71	62.410.541,04	-
SP	MINÉIROS DO TIETÊ	35	2830	7	921.394,75	23.911.150,29	3,85
SP	MOJI MIRIM	35	3080	5	34.346.205,74	288.609.286,60	11,98

SP	MONGAGUA	35	3110	0	-10.486.201,18	159.799.291,81	
SP	MONTE AZUL PAULISTA	35	3150	6	-4.622.810,74	48.380.286,41	
SP	MONTE MOR	35	3180	3	-4.325.747,46	180.060.840,09	-
SP	MORUNGABA	35	3200	9	-6.762.033,45	31.739.737,21	-
SP	NHANDEARA	35	3280	3	-1.028.459,53	26.649.603,14	-
SP	NOVA GUATAPORANGA	35	3310	6	-618.772,05	10.312.137,60	-
SP	NOVA LUZITANIA	35	3330	4	-4.135.291,64	11.976.895,67	-
SP	NOVA ODESSA	35	3340	3	-3.931.820,80	135.430.932,27	-
SP	ONDA VERDE	35	3400	5	-9.365.819,47	17.197.042,70	-
SP	GRINDIUA	35	3420	3	-10.226.207,70	20.493.365,96	-
SP	PACAEMBU	35	3490	6	-982.035,89	29.070.592,27	-
SP	PALMITAL	35	3530	9	-4.741.988,47	59.001.526,83	-
SP	PARANAPANEMA	35	3580	4	0,00	51.176.585,23	0,00
SP	PEDERNEIRAS	35	3670	3	-17.166.849,79	98.696.584,43	-
SP	PEDRANOPOLIS	35	3690	1	-2.048.058,03	12.164.839,56	-
SP	PEDREGULHO	35	3700	8	-2.900.087,94	40.591.058,56	-
SP	PEDRO DE TOLEDO	35	3720	6	-2.346.711,38	27.282.558,23	-
SP	PENAPOLIS	35	3730	5	28.861.322,26	150.339.468,38	19,20
SP	PINDAMONHANGABA	35	3800	6	-61.215.998,32	333.057.068,61	-
SP	PIQUEROBI	35	3830	3	-2.276.219,00	15.570.921,00	-
SP	PIQUETE	35	3840	1	-5.119.020,21	22.972.570,99	-
SP	PIRACAIA	35	3860	0	-2.176.910,16	57.616.521,44	-
SP	PIRACICABA	35	3870	9	-133.759.844,86	1.113.561.317,72	-
SP	PITANGUEIRAS	35	3950	9	-8.168.049,65	80.652.693,96	-
SP	PLATINA	35	3970	7	-2.924.899,47	14.404.975,32	-
SP	POA	35	3980	6	-42.659.781,09	334.282.426,12	-
SP	PORTO FERREIRA	35	4070	5	3.852.882,66	119.119.668,12	3,23
SP	PRAIA GRANDE	35	4100	0	-157.003.100,89	951.606.606,28	-
SP	PRATANIA	35	4105	9	-2.612.658,46	15.191.233,98	-
SP	PRESIDENTE PRUDENTE	35	4140	8	-191.589.920,63	459.911.562,20	-
SP	PROMISSAO	35	4160	4	-10.640.516,51	87.391.987,64	-
SP	RAFARD	35	4210	7	-18.526.258,14	26.314.078,35	-
SP	REGISTRO	35	4260	2	-8.359.622,97	135.973.364,32	-
SP	RIBEIRAO BONITO	35	4290	9	104.326,46	30.255.973,64	0,34
SP	RIBEIRAO PIRES	35	4330	3	49.445.692,56	229.292.839,76	21,56
SP	RIBEIRAO PRETO	35	4340	2	235.466.662,80	1.712.623.969,10	13,75
SP	RIO CLARO	35	4390	7	133.547.385,62	557.057.532,44	23,97
SP	RIO DAS PEDRAS	35	4400	4	8.966.889,26	84.205.058,98	10,67
SP	RIO GRANDE DA SERRA	35	4410	3	38.374.487,65	53.739.775,64	71,41
SP	RIOLANDIA	35	4420	2	-5.458.066,33	28.951.555,89	-
SP	RIVERSUL	35	4350	1	1.854.291,40	14.181.842,07	13,08
SP	ROSEIRA	35	4430	1	-1.490.529,15	25.090.131,24	-
SP	RUBIACEA	35	4440	0	-568.452,45	12.044.869,17	-
SP	SALTO	35	4520	9	1.899.475,38	174.038.310,90	1,09
SP	SALTO DE PIRAPORA	35	4530	8	-25.045.864,61	97.352.785,21	-
SP	SANTA CRUZ DA CONCEICAO	35	4620	7	-1.559.930,01	17.062.508,42	-
SP	SANTA CRUZ DA ESPERANCA	35	4625	6	-550.402,06	14.194.191,58	-
SP	SANTA CRUZ DO RIO PARDO	35	4640	5	-13.606.020,32	103.349.219,58	-
SP	SANTA FE DO SUL	35	4660	3	-3.327.711,57	101.382.738,45	-
SP	SANTA ROSA DE VITERBO	35	4760	1	-258.572,11	48.078.192,59	-
SP	SANTO ANASTACIO	35	4770	0	0,00	41.125.042,45	0,00
SP	SANTO ANDRE	35	4780	9	586.778.819,20	1.775.308.906,65	33,05
SP	SANTOS	35	4850	0	84.494.120,23	1.744.181.450,83	4,84
SP	SAO BENTO DO SAPUCAI	35	4860	9	44.805,12	23.377.903,69	0,19
SP	SAO BERNARDO DO CAMPO	35	4870	8	683.670.126,59	2.616.120.190,19	31,38
SP	SAO CAETANO DO SUL	35	4880	7	171.928.326,27	1.097.482.521,36	15,67
SP	SAO JOAO DA BOA VISTA	35	4910	2	-136.795.265,05	216.787.327,51	-
SP	SAO JOAQUIM DA BARRA	35	4940	9	9.588.737,35	98.955.046,38	9,69
SP	SAO JOSE DO RIO PARDO	35	4970	6	7.346.859,69	141.693.250,97	5,19
SP	SAO JOSE DO RIO PRETO	35	4990	5	-96.550.421,68	1.106.622.212,49	-
SP	SAO JOSE DOS CAMPOS	35	4990	4	-49.633.254,49	2.130.194.983,09	-
SP	SAO MANUEL	35	5010	0	-55.640.929,91	37.716.977,40	-
SP	SAO MIGUEL ARCANJO	35	5020	9	-17.880.935,54	56.973.489,47	-
SP	SAO PEDRO DO TURVO	35	5050	6	-2.713.371,63	21.642.846,53	-
SP	SAO SEBASTIAO	35	5070	4	30.867.281,91	439.406.103,26	7,02
SP	SAC VICENTE	35	5100	9	435.766.841,86	685.439.175,68	63,57

SP	SERRA NEGRA	35	5160	3	437.616,31	71.399.203,62	0,61
SP	SILVEIRAS	35	5200	7	-2.129.939,21	21.335.936,80	-
SP	SOROCABA	35	5220	5	-31.028.221,99	1.894.096.997,75	-
SP	SUMARE	35	5240	8	324.272.407,35	533.666.252,22	60,75
SP	SUZANO	35	5250	2	114.261.035,49	608.748.790,91	22,43
SP	TAIUVA	35	5320	3	-515.536,00	15.810.412,00	-
SP	TAMBAU	35	5330	2	8.228.472,80	58.944.040,80	13,95
SP	TAPIRAI	35	5350	0	-3.952.208,60	20.207.483,93	-
SP	TAQUARIVAI	35	5385	6	-3.068.512,35	18.706.464,79	-
SP	TARUMA	35	5395	5	-3.018.487,51	46.494.637,98	-
SP	TAUBATE	35	5410	2	-68.295.446,47	740.077.919,80	-
SP	TIETE	35	5450	8	-9.568.013,14	112.530.752,78	-
SP	TUPA	35	5500	0	-8.211.030,00	119.512.542,64	-
SP	URATUBA	35	5540	6	7.154.094,77	227.772.520,80	3,27
SP	UCHOA	35	5560	4	188.455,82	28.403.444,44	0,71
SP	UNIAO PAULISTA	35	5570	3	-6.402.231,20	11.668.941,53	-
SP	URUPES	35	5600	6	0,00	30.490.200,16	0,00
SP	VALENTIM GENTIL	35	5810	7	-5.332.295,40	26.285.299,66	-
SP	VARGEM GRANDE DO SUL	35	5540	4	-12.829.124,49	69.334.482,09	-
SP	VISTA ALEGRE DO ALTO	35	5690	9	-2.728.824,30	22.556.831,60	-
SP	VITORIA BRASIL	35	5695	8	-1.943.496,26	9.600.341,59	-
SP	VOTUPORANGA	35	5710	5	-14.843.778,12	196.753.703,36	-
TO	ARAGUAÍNA	17	210	9	-8.221.821,50	241.228.958,45	-
TO	PALMAS	17	2100	0	-202.145.402,38	735.853.831,03	-
TO	PORTO NACIONAL	17	1820	4	10.229.025,84	79.964.747,24	12,79

Ass. Gler. Amg
h

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

DCL/RCL - RGF 1º Semestre de 2014

data-base 30/06/2014

Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes que optaram por divulgar semestralmente o Relatório de Gestão Fiscal, nos termos do artigo 63 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei da Responsabilidade Fiscal)

Dados extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal homologados no SISTN

Posição: 14/10/2014

UF	Nome do Município	Cód. IBGE Estado	Cód. IBGE Município	DVIBGE Município	DCL 1º Semestre 2014	RCL 1º Semestre 2014	DCL/RCL
AC	ACRELÂNDIA	12	1	3	28.189,68	20.350.515,57	0,14
AL	BATALHA	27	70	6	-2.478.859,21	33.109.010,72	-
BA	BOA VISTA DO TUPIM	29	380	5	13.693.448,65	32.974.685,30	41,50
BA	CAMPO ALEGRE DE LOURDES	29	590	9	3.463.002,30	43.172.582,74	8,02
BA	INHAMBUE	29	1370	5	33.830.333,39	56.567.791,02	59,80
BA	ITIUBA	29	1700	3	-1.550.800,77	56.725.727,10	-
CE	ALTANEIRA	23	60	6	2.351.998,52	13.538.259,13	17,37
CE	ARARENDÁ	23	125	7	3.105.618,23	21.065.764,51	15,03
CE	CARIRIACU	23	320	4	-2.475.102,30	49.805.154,49	-
CE	EUSEBIO	23	428	5	-80.674.521,00	162.327.745,18	-
CE	GUAIUBA	23	495	4	10.216.308,52	42.484.760,77	24,05
CE	JAGUARIBE	23	690	0	-3.538.290,26	80.543.277,26	-
CE	MASSAPE	23	800	5	7.757.828,75	50.233.956,72	15,44
CE	MISSÃO VELHA	23	840	1	31.635.272,18	52.733.024,76	59,93
CE	PIQUET CARNEIRO	23	1090	2	5.461.487,16	25.910.648,21	21,08
CE	POIENGI	23	1120	7	176.395,49	19.881.767,15	0,89
CE	SANTANA DO CARIRI	23	1210	6	608.282,43	30.104.595,02	2,02
CE	SÃO JOÃO DO JAGUARIBE	23	1250	2	-651.344,67	15.348.085,79	-
CE	SENADOR POMPEU	23	1270	0	7.931.534,55	39.572.754,53	19,97
ES	AFONSO CLAUDIO	32	10	2	-14.541.283,93	64.995.161,73	-
ES	ALEGRE	32	20	1	-13.130.947,02	84.205.218,27	-
ES	ATILIO VIVACQUA	32	70	6	-7.577.877,00	28.584.581,00	-
ES	CASTELO	32	140	7	-17.853.361,99	74.977.550,12	-
ES	CONCEIÇÃO DO CASTELO	32	170	4	-11.627.338,99	31.853.267,24	-
ES	DOMINGOS MARTINS	32	190	2	-20.873.341,68	86.899.314,33	-
ES	GERONIMO MONTEIRO	32	310	6	-7.935.976,98	27.157.625,28	-
ES	MANTENOPOLIS	32	330	4	-2.102.549,44	32.210.097,67	-
ES	MARATÁZES	32	332	0	-96.679.940,00	149.888.854,00	-
ES	MARILÂNDIA	32	335	3	-8.172.361,03	30.548.135,65	-
ES	PANCAS	32	400	5	0,00	41.892.042,45	0,00
ES	PEDRO CANÁRIO	32	405	4	-17.148.624,48	47.128.673,42	-
ES	PIUMA	32	420	3	-30.670.346,68	64.130.859,30	-
ES	PRESIDENTE KENNEDY	32	430	2	781.536.143,17	323.141.171,10	-
ES	SANTA LEOPOLDINA	32	450	0	29.478.418,17	29.264.728,41	100,73
ES	SANTA TERESA	32	480	9	-10.461.097,30	58.028.895,83	-
ES	SÃO DOMINGOS DO NORTE	32	465	8	-10.739.133,35	24.703.581,31	-
ES	SÃO ROQUE DO CANAÃ	32	495	5	-8.543.576,12	26.456.990,73	-
ES	VARGEM ALTA	32	503	6	0,00	49.851.442,07	0,00
ES	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	32	508	8	-12.490.825,36	49.293.330,98	-
ES	VILA VALÉRIO	32	517	6	-2.516.542,06	35.880.518,29	-
GO	SANTA HELENA DE GOIAS	52	1930	8	15.900.671,22	69.416.928,63	22,47
MG	ABADIA DOS DOURADOS	31	10	4	5.049.668,51	14.113.901,33	35,78
MG	ABAETE	31	20	3	10.238.492,63	32.700.002,55	31,31
MG	ABRE CAMPO	31	30	2	-3.724.846,27	23.818.581,76	-
MG	ÁGUA COMPRIDA	31	70	8	-534.675,86	12.786.770,76	-
MG	AGUAS FORMOSAS	31	90	6	-11.320.343,99	27.527.450,28	-
MG	AGUAS VERMELHAS	31	100	3	2.260.598,65	17.501.634,53	13,03
MG	AIMORÉS	31	110	2	509.693,81	42.778.361,49	1,19
MG	ALEM PARAIBA	31	150	8	-17.557.171,54	52.648.450,71	-
MG	ALFREDO VASCONCELOS	31	163	1	-964.193,10	11.551.247,58	-
MG	ALMENARA	31	170	6	2.691.991,50	54.945.472,25	4,90
MG	ALPERCATA	31	180	5	834.272,14	15.139.191,62	5,51
MG	ALTEROSA	31	200	1	-2.145.366,91	22.783.600,41	-
MG	ALTO CAPARAÓ	31	205	0	-663.226,88	11.835.119,60	-
MG	ALVINÓPOLIS	31	230	8	3.823.547,79	22.085.831,02	17,58
MG	ALVORADA DE MINAS	31	240	7	-1.151.215,18	37.178.673,22	-
MG	AMPARO DO SERRA	31	250	6	-780.199,56	10.360.809,99	-

MG	ANDRADAS	31	260	5	-3.782.466,62	60.530.148,74	-
MG	ANGELANDIA	31	285	2	-1.958.620,30	15.425.453,49	-
MG	ANTONIO PRADO DE MINAS	31	310	3	-1.801.193,46	8.356.077,48	-
MG	ARACAI	31	320	7	-1.265.071,27	9.580.843,53	-
MG	ARAPONGA	31	370	2	-6.799.242,54	12.982.772,18	-
MG	ARAÚJOS	31	390	0	-3.614.148,86	16.430.632,06	-
MG	ARCEBURGO	31	410	6	646.828,42	20.822.853,63	3,11
MG	AREADO	31	430	4	-3.387.968,60	21.810.107,24	-
MG	ARGIRITA	31	440	3	0,00	10.094.627,31	0,00
MG	AUGUSTO DE LIMA	31	480	9	-1.513.429,52	12.260.057,17	-
MG	BAEPENDI	31	490	3	-2.389.774,44	32.250.569,57	-
MG	BALDIM	31	500	4	3.279.522,58	6.277.564,98	52,24
MG	BAMBUI	31	510	3	0,00	38.364.635,64	0,00
MG	BARAO DE COCAIS	31	640	0	-48.482.760,00	85.161.839,06	-
MG	BARRA LONGA	31	570	7	-357.979,69	10.904.813,83	-
MG	BELA VISTA DE MINAS	31	600	2	1.736.737,93	22.713.693,40	7,65
MG	BERILO	31	650	7	-1.789.266,42	16.786.709,33	-
MG	BIAS FORTES	31	680	4	-868.540,97	9.040.103,02	-
MG	BICAS	31	690	3	-3.996.701,47	23.506.617,33	-
MG	BIQUINHAS	31	700	0	-4.259.318,23	9.555.722,07	-
MG	BOA ESPERANCA	31	710	9	21.636.899,52	63.702.712,58	33,97
MG	BOCAIUVA	31	730	7	20.488.852,40	67.883.277,27	30,16
MG	BOM JESUS DA PENHA	31	760	4	-10.076.872,87	13.258.419,17	-
MG	BOM JESUS DO AMPARO	31	770	3	-917.594,49	11.432.079,70	-
MG	BOM REPOUSO	31	790	1	-21.708,40	17.640.824,73	-
MG	BONFIM	31	810	7	192.203,73	12.426.994,96	1,55
MG	BONITO DE MINAS	31	825	6	-569.859,75	15.786.443,38	-
MG	BORDA DA MATA	31	830	5	-2.569.817,71	27.809.227,21	-
MG	BOTELHOS	31	840	4	-3.527.822,65	23.535.555,04	-
MG	BOTUMIRIM	31	850	3	-518.829,08	12.052.353,65	-
MG	BRASILANDIA DE MINAS	31	855	2	-5.817.839,51	22.787.871,64	-
MG	BRASOPOLIS	31	890	9	-2.918.307,56	20.391.067,10	-
MG	BUENO BRANDAO	31	910	5	-5.438.192,78	15.634.913,45	-
MG	BUENOPOLIS	31	920	4	1.920.012,33	19.050.302,26	10,63
MG	BURITIZEIRO	31	940	2	2.520.212,04	42.896.821,08	5,97
MG	CACHOEIRA DE MINAS	31	970	9	-6.979.632,06	18.146.971,50	-
MG	CACHOEIRA DE PAJEU	31	270	4	245.350,51	14.592.145,30	1,68
MG	CAETANOPOLIS	31	990	7	-2.339.302,42	16.896.376,97	-
MG	CAETE	31	1000	4	-10.181.539,59	62.092.730,65	-
MG	CAJURI	31	1020	2	-3.759.044,59	10.670.747,84	-
MG	CALDAS	31	1030	1	-928.675,82	23.708.575,07	-
MG	CAMANDUCAIA	31	1050	9	-8.494.631,98	39.290.465,59	-
MG	CAMBUI	31	1080	8	-33.052.720,14	49.214.361,20	-
MG	CAMBUQUIRA	31	1070	7	3.255.102,84	19.061.363,63	17,08
MG	CAMPANHA	31	1090	5	-1.394.767,28	26.902.578,15	-
MG	CAMPO FLORIDO	31	1140	8	-2.323.105,48	26.086.958,65	-
MG	CANA VERDE	31	1190	3	2.064.820,70	11.936.456,09	17,30
MG	CAPARAO	31	1210	9	0,00	10.917.756,29	0,00
MG	CAPELA NOVA	31	1220	8	-123.520,21	9.597.624,10	-
MG	CAPIM BRANCO	31	1250	5	2.582.314,25	14.007.652,19	18,51
MG	CAPINOPOLIS	31	1260	4	0,00	31.236.778,88	0,00
MG	CAPITAO ANDRADE	31	1265	3	-746.775,77	11.199.414,26	-
MG	CAPITOLIO	31	1280	2	-4.324.231,01	23.430.389,87	-
MG	CARANAIBA	31	1310	7	248.978,99	10.368.040,90	2,40
MG	CARBONITA	31	1350	3	-687.099,64	15.063.109,60	-
MG	CAREACU	31	1360	2	1.150.692,84	12.408.406,32	9,27
MG	CARMO DE MINAS	31	1410	5	2.442.508,26	22.175.753,54	11,01
MG	CARMO DO CAJURU	31	1420	4	-20.338.533,11	39.177.940,21	-
MG	CARMO DO PARANAIBA	31	1430	3	-12.101.255,80	49.066.194,86	-
MG	CARMO DO RIO CLARO	31	1440	2	4.135.240,73	37.237.616,87	11,11
MG	CARMOPOLIS DE MINAS	31	1450	1	4.844.340,18	32.784.747,85	-
MG	CARNEIRINHO	31	1455	0	1.291.243,13	36.366.451,59	3,55
MG	CARRANCAS	31	1460	0	-1.490.059,36	11.524.436,94	-
MG	CARVALHOPOLIS	31	1470	9	-4.260.168,53	11.077.474,93	-
MG	CATAS ALTAS	31	1535	8	-7.570.710,89	29.541.032,56	-
MG	CECILIO DO ABRAO	31	1560	7	1.004.507,07	8.159.293,16	-

MG	CENTRALINA	31	1580	5	857.315,42	17.467.304,25	5,47
MG	CHACARA	31	1590	4	277.593,35	9.656.348,56	2,37
MG	CHAPADA DO NORTE	31	1610	0	314.537,65	22.786.462,36	1,38
MG	COLUNA	31	1680	3	0,00	13.240.265,06	0,00
MG	COMENDADOR GOMES	31	1690	2	0,00	12.291.076,14	0,00
MG	CONCEICAO DA BARRA DE MINAS	31	1520	*	-806.921,65	9.589.121,35	-
MG	CONCEICAO DAS PEDRAS	31	1720	7	-415.902,86	8.751.816,31	-
MG	CONCEICAO DO PARA	31	1750	3	-7.217.280,12	15.888.391,28	-
MG	CONCEICAO DOS OUROS	31	1780	1	0,00	19.050.269,45	0,00
MG	CONGONHAL	31	1790	0	-2.290.257,76	16.502.507,59	-
MG	CONGONHAS DO NORTE	31	1810	3	1.101.857,81	10.290.226,78	10,71
MG	CONQUISTA	31	1820	5	1.155.483,71	17.962.297,08	6,43
MG	CONSOLACAO	31	1850	2	-1.028.975,08	8.255.071,01	-
MG	CORDISBURGO	31	1890	8	1.511.850,88	12.079.027,38	2,52
MG	CORDISLANDIA	31	1900	5	315.703,75	9.905.649,71	3,19
MG	CORINTO	31	1910	4	3.241.314,68	34.586.490,50	9,37
MG	COROACI	31	1920	3	-6.229.857,61	20.047.294,06	-
MG	COROMANDEL	31	1930	2	0,00	50.504.176,07	0,00
MG	CORONEL MURTA	31	1950	0	-599.528,50	14.599.586,94	-
MG	CORREGO DO BOM JESUS	31	1990	6	-2.954.664,90	9.287.491,00	-
MG	CORREGO FUNDO	31	1995	5	-2.905.955,63	15.783.643,00	-
MG	CRISOLITA	31	2015	1	-3.783.865,11	12.673.457,51	-
MG	CRISTAIS	31	2020	1	-1.671.638,57	21.559.765,44	-
MG	CRISTINA	31	2050	8	-1.471.320,84	16.564.104,05	-
MG	CRUCILANDIA	31	2050	7	235.877,98	10.638.603,73	2,22
MG	CRUZILIA	31	2080	5	-2.153.144,07	22.023.783,02	-
MG	CURRAL DE DENTRO	31	2087	0	0,00	12.781.708,23	0,00
MG	DATAS	31	2100	*	1.922.197,30	12.435.765,67	15,43
MG	DELFIN MOREIRA	31	2110	0	-3.235.558,73	13.579.727,61	-
MG	DESTERRO DO MELO	31	2150	6	-1.649.866,67	10.270.121,38	-
MG	DIVINO	31	2200	9	-673.433,32	29.023.604,82	-
MG	DIVINO DAS LARANJEIRAS	31	2210	3	-539.305,20	11.051.202,13	-
MG	DIVISA ALEGRE	31	2235	5	-5.017.008,90	14.463.845,60	-
MG	DIVISA NOVA	31	2240	5	-3.678.761,98	11.583.792,58	-
MG	DOM JOAQUIM	31	2260	3	312.930,41	15.497.228,69	2,02
MG	DOM SILVERIO	31	2270	2	-2.422.111,39	11.235.099,50	-
MG	DOM VICOSO	31	2280	1	-1.078.115,69	8.476.412,08	-
MG	DONA EUSEBIA	31	2290	0	2.229.399,79	13.881.148,79	16,08
MG	DORES DE GUANHAES	31	2310	8	-3.649.564,35	15.368.369,63	-
MG	DORES DO INDAIA	31	2320	5	9.844.002,41	23.953.886,37	41,51
MG	DORESOPOLIS	31	2340	3	2.893.096,60	9.161.368,01	31,59
MG	DOURADOQUARA	31	2350	2	1.143.573,85	10.085.737,60	11,34
MG	ELOI MENDES	31	2360	1	-8.598.391,00	42.367.814,00	-
MG	ENTRE FOLHAS	31	2385	8	242.535,97	11.323.641,71	2,14
MG	ERVALIA	31	2400	5	6.741.208,01	26.854.072,33	25,29
MG	ESPERA FELIZ	31	2420	3	66.268,59	34.347.314,94	0,19
MG	FARIA LEMOS	31	2530	9	0,00	9.213.828,70	0,00
MG	FELICIO DOS SANTOS	31	2540	8	-985.835,88	11.910.345,18	-
MG	FERROS	31	2590	3	-1.235.268,50	16.381.602,30	-
MG	FREI INOCENCIO	31	2690	1	73.708,68	13.740.852,79	0,54
MG	FREI LAÇONEIRO	31	2695	0	118.803,23	10.257.011,03	1,10
MG	GALILEIA	31	2730	5	-1.368.183,14	13.809.980,02	-
MG	GONCALVES	31	2740	4	408.329,78	10.546.317,33	8,85
MG	GOUVEIA	31	2760	2	-731.541,72	16.715.716,82	-
MG	GRAO MOGOL	31	2780	0	-2.581.294,69	33.681.815,05	-
MG	GUARACIAMA	31	2825	3	-1.263.207,79	10.845.336,32	-
MG	GUARANESIA	31	2830	2	-5.708.493,22	32.731.764,11	-
MG	GUARDA-MOR	31	2860	0	-3.398.111,79	19.176.445,98	-
MG	GUIMARANIA	31	2880	7	-1.985.718,88	16.023.966,00	-
MG	IBIA	31	2890	8	-3.148.419,73	48.039.789,74	-
MG	IBIRACI	31	2970	7	-3.759.183,94	24.948.486,67	-
MG	IBITIURA DE MINAS	31	2990	5	854.412,53	9.301.379,62	9,19
MG	IGARAPE	31	3010	1	11.770.044,75	66.295.315,22	17,75
MG	INCONFIDENTES	31	3060	6	-2.028.404,83	12.830.463,72	-
MG	INDAIALIRA	31	3085	5	2.049.680,26	14.435.730,42	14,20
MG	INCAI	31	3090	4	-2.180.800,51	9.393.188,71	-

MG	INHAUMA	31	3100	C	-5.039.697,33	13.824.348,63	-
MG	IPANEMA	31	3120	E	2.986.615,08	27.332.810,35	10,88
MG	IPUIUNA	31	3150	E	1.713.345,10	15.504.256,43	11,05
MG	ITABIRITO	31	3190	1	-42.362.700,76	226.138.518,03	-
MG	ITAMARANDIBA	31	3250	3	2.861.501,35	45.039.053,14	6,25
MG	ITAMARATI DE MINAS	31	3260	2	-801.827,27	12.590.157,79	-
MG	ITAMOGI	31	3290	9	67.385,69	18.907.271,98	0,36
MG	ITANHANDU	31	3310	5	-4.737.138,59	27.658.077,38	-
MG	ITAPAGIPE	31	3340	2	5.294.618,65	34.383.282,94	15,40
MG	ITAPECERICA	31	3350	1	-8.434.186,42	29.578.284,82	-
MG	ITAPEVA	31	3360	0	1.731.058,05	20.309.164,81	8,62
MG	ITURAMA	31	3440	0	31.077.146,50	92.598.967,59	33,55
MG	JABOTICATUBAS	31	3460	6	-507.571,62	31.013.567,05	-
MG	JACUTINGA	31	3490	5	-2.022.059,14	47.360.202,25	-
MG	JAGUAPARÁ	31	3500	1	0,00	10.094.844,10	0,00
MG	JAPARAÍBA	31	3530	8	-1.984.609,10	10.794.292,50	-
MG	JECEABA	31	3540	7	-2.808.718,14	28.990.552,39	-
MG	JEQUITAI	31	3560	5	-619.756,30	14.150.721,31	-
MG	JEQUITINHONHA	31	3580	3	16.864.885,58	36.599.183,24	46,05
MG	JESUANIA	31	3590	2	806.950,59	10.808.381,85	7,47
MG	JOSE GONÇALVES DE MINAS	31	3552	C	75.315,68	11.100.512,01	0,68
MG	JOSE RAYDAN	31	3655	3	-963.101,21	10.727.064,22	-
MG	JURAMENTO	31	3680	1	0,00	10.145.785,02	0,00
MG	JURUAIA	31	3590	C	-4.294.639,70	16.726.570,15	-
MG	JUVENILIA	31	3595	E	0,00	12.159.853,50	0,00
MG	LAGOA DA PRATA	31	3720	E	-17.942.349,40	73.715.214,02	-
MG	LAGOA FORMOSA	31	3750	2	-6.139.510,36	33.952.146,64	-
MG	LAMBARI	31	3780	E	-7.757.480,63	33.508.961,49	-
MG	LEME DO PRADO	31	3835	1	-1.536.028,38	11.686.005,92	-
MG	LIMEIRA DO OESTE	31	3862	E	1.330.495,09	21.804.549,38	8,10
MG	LUISBURGO	31	3867	4	0,00	11.633.346,17	0,00
MG	LUMINARIAS	31	3870	E	-1.956.038,08	11.154.585,57	-
MG	MACHACALIS	31	3980	6	1.740.176,34	12.614.051,93	13,60
MG	MANTENA	31	3960	7	-176.259,02	45.687.594,53	-
MG	MARIA DA FE	31	3980	4	-3.006.343,33	22.595.341,97	-
MG	MÁRIO CAMPOS	31	4015	9	-8.301.231,97	72.874.708,44	-
MG	MARLIÉRA	31	4030	8	-1.864.130,80	12.282.253,22	-
MG	MARMELOPOLIS	31	4040	7	0,00	8.856.281,81	0,00
MG	MARTINHO CAMPOS	31	4050	6	2.785.435,67	23.770.665,40	11,72
MG	MATA VERDE	31	4055	5	-909.854,12	13.896.823,33	-
MG	MATIAS BARBOSA	31	4080	3	-8.729.639,26	37.891.276,32	-
MG	MATIPÓ	31	4090	2	-798.842,60	29.690.828,93	-
MG	MATOZINHOS	31	4110	8	13.758.273,90	56.662.061,89	23,45
MG	MATUTINA	31	4120	7	-1.163.593,70	10.664.722,96	-
MG	MEDINA	31	4140	5	10.046.647,42	28.918.121,15	35,74
MG	MENDES PIMENTEL	31	4150	4	2.413.923,40	11.457.513,58	21,07
MG	MINDURI	31	4190	3	1.141.133,37	10.282.693,09	11,10
MG	MIRADOURO	31	4210	6	-3.490.960,42	17.338.422,69	-
MG	MONJOLIS	31	4250	2	2.253.329,35	9.072.019,99	-
MG	MONTALVANIA	31	4270	3	6.282.011,08	20.706.777,25	-
MG	MONTE ALEGRE DE MINAS	31	4280	9	-3.811.308,62	43.017.245,19	-
MG	MONTE AZUL	31	4290	3	-1.543.581,10	29.831.574,13	-
MG	MONTE BELO	31	4300	5	-2.617.371,39	19.462.275,15	-
MG	MONTE CARMELO	31	4310	4	0,00	74.871.260,45	0,00
MG	MONTE SANTO DE MINAS	31	4320	3	-7.482.843,69	33.652.295,73	-
MG	MORADA NOVA DE MINAS	31	4350	3	211.479,56	25.794.090,19	0,82
MG	MORRO DA GARÇA	31	4360	9	-672.993,53	10.990.927,68	-
MG	MUZAMBEIHO	31	4410	2	-34.030.793,68	35.204.822,37	-
MG	NATÉRCIA	31	4440	9	-537.929,60	10.437.467,27	-
MG	NEPOMUCENO	31	4460	7	1.328.697,53	35.251.757,92	3,77
MG	NOVA BELEM	31	4467	2	194.572,60	11.173.184,28	1,74
MG	NOVA MODICA	31	4480	4	-556.932,04	9.789.545,57	-
MG	NOVA RESENDE	31	4510	9	-20.684.433,75	28.951.314,13	-
MG	NOVA UNIAO	31	3860	8	-2.397.820,50	10.907.104,00	-
MG	OLARIA	31	4540	6	-1.925.014,85	9.334.546,58	-
MG	OLÍMPIO NORONHA	31	4550	5	-1.439.327,63	10.899.070,66	-

MG	OLIVEIRA	31	4560	4	-11.779.259,83	68.371.118,64	-
MG	OURO FINO	31	4600	8	-12.363.002,06	49.068.738,40	-
MG	PAINS	31	4650	3	520.261,37	22.492.762,01	2,31
MG	PALMA	31	4670	1	142.415,47	10.904.620,14	1,31
MG	PAPAGAIOS	31	4690	9	-1.102.052,33	24.562.471,23	-
MG	PARACUACU	31	4720	4	-6.117.712,58	32.842.563,64	-
MG	PAULISTAS	31	4840	0	-1.103.452,80	11.139.313,16	-
MG	PEDRA AZUL	31	4870	7	6.570.130,79	37.758.354,38	17,40
MG	PEDRA BONITA	31	4875	6	-1.462.029,87	17.134.529,08	-
MG	PEDRA DO ANTA	31	4880	6	888.739,50	9.890.122,05	-
MG	PEDRALVA	31	4910	1	-2.738.747,99	16.858.858,85	-
MG	PERDIGAO	31	4970	5	1.183.039,35	16.694.640,46	7,00
MG	PERDIZES	31	4980	4	4.347.851,81	40.026.463,12	10,86
MG	PERDOES	31	4990	3	4.549.908,41	34.616.734,47	13,14
MG	PIAU	31	5010	9	-4.243.539,24	9.284.275,43	-
MG	PIEDADE DE CARATINGA	31	5015	8	0,00	13.989.360,32	0,00
MG	PIMENTA	31	5050	5	-65.219,94	7.822.366,63	-
MG	PIRAJUBA	31	5070	3	1.923.561,24	19.212.324,52	10,01
MG	PIRANGUINHO	31	5100	8	665.747,65	4.246.197,88	4,67
MG	PITANGUI	31	5140	4	3.076.681,90	19.639.719,17	16,67
MG	PIUMHI	31	5160	3	-12.180.705,04	62.636.046,08	-
MG	POCO FUNDO	31	5170	1	-19.929.372,40	23.339.021,78	-
MG	POMPEU	31	5200	6	2.648.500,60	51.630.537,60	4,93
MG	PONTO CHIQUE	31	5213	1	-19.904,68	10.798.910,74	-
MG	PONTO DOS VOLANTES	31	5217	0	0,00	24.672.952,13	0,00
MG	PRATA	31	5260	6	-1.325.480,52	48.947.962,79	-
MG	PRESIDENTE KUBITSCHEK	31	5330	1	3.600.648,61	9.932.025,78	36,14
MG	PRUDENTE DE MORAIS	31	5380	8	3.681.043,35	16.282.412,37	22,00
MG	REDUTO	31	5415	0	142.523,77	12.078.711,63	1,18
MG	RIO CASCA	31	5490	3	-3.584.515,53	23.305.545,35	-
MG	RIO DOCE	31	5500	8	-545.926,52	10.356.350,68	-
MG	RIO MANO	31	5530	6	-1.490.418,88	9.978.310,79	-
MG	RIO PARANAIBA	31	5550	4	5.492.535,74	30.186.828,80	19,20
MG	RIO PARDO DE MINAS	31	5560	3	2.197.890,64	40.125.022,00	5,48
MG	RIO PIRACICABA	31	5570	2	-1.808.634,18	30.655.070,31	-
MG	RODEIRO	31	5630	4	-5.345.943,51	14.835.060,15	-
MG	RUBIM	31	5650	1	8.509.781,15	16.205.585,28	53,84
MG	SABINOPOLIS	31	5680	9	-1.560.142,37	25.678.134,21	-
MG	SACRAMENTO	31	5690	8	-3.820.065,63	59.178.741,48	-
MG	SANTA BARBARA DO LESTE	31	5725	2	-670.886,53	12.638.369,72	-
MG	SANTA MARGARIDA	31	5790	6	-1.147.355,66	23.661.361,69	-
MG	SANTA MARIA DE ITABIRA	31	5800	3	-5.948.793,00	19.886.160,66	-
MG	SANTA MARIA DO SUACUI	31	5820	1	0,00	20.187.309,51	0,00
MG	SANTA RITA DE CALDAS	31	5920	9	-231.356,02	14.911.757,30	-
MG	SANTA RITA DE JACUTINGA	31	5930	8	-3.135.935,63	11.275.330,92	-
MG	SANTA RITA DO ITUETO	31	5950	6	-1.449.411,53	11.725.365,67	-
MG	SANTA VITORIA	31	5990	3	14.951.303,81	75.910.450,91	19,70
MG	SANTANA DE PIRAPAMA	31	5850	8	-503.050,30	12.912.060,67	-
MG	SANTANA DO DESERTO	31	5860	7	0,00	10.953.873,68	0,00
MG	SANTANA DO GARAMBEU	31	5870	6	-725.890,82	8.865.369,69	-
MG	SANTANA DOS MONTES	31	5610	0	-956.887,37	9.909.782,75	-
MG	SANTO ANTONIO DO AMPARO	31	5690	2	1.399.547,46	31.210.623,72	4,49
MG	SANTO ANTONIO DO ITAMBE	31	6020	7	1.204.732,07	10.453.842,17	11,52
MG	SANTO ANTONIO DO RETIRO	31	6045	4	-2.051.710,45	14.465.776,78	-
MG	SANTOS DUMONT	31	6070	2	-10.371.296,62	58.572.969,60	-
MG	SAO FELIX DE MINAS	31	6105	6	689.742,61	10.569.922,94	6,51
MG	SAO FRANCISCO DE PAULA	31	6120	5	1.661.300,77	13.844.222,08	12,00
MG	SAO GERALDO DO BAIXO	31	6105	0	-1.285.486,99	9.447.737,46	-
MG	SAO GONCALO DO RIO PRETO	31	2550	7	1.371.017,22	10.129.964,34	13,53
MG	SAO GONCALO DO SAPUCAI	31	6200	5	-3.384.388,23	34.980.522,14	-
MG	SAO GOTARDO	31	6210	4	-1.244.503,27	50.367.051,57	-
MG	SAO JOAO BATISTA DO GLORIA	31	6220	3	-2.017.208,30	21.351.362,53	-
MG	SAO JOAO DO MANHUACU	31	6255	9	-2.010.271,96	19.363.497,10	-
MG	SAO JOAO NEPOMUCENO	31	6290	6	-4.039.196,22	37.509.669,69	-
MG	SAO JOSE DA VARGINHA	31	6310	2	0,00	11.312.315,30	0,00
MG	SAO JOSE DO ALEGRE	31	6320	1	0,00	9.183.159,94	0,00

MG	SÃO JOSE DO JACURI	31	6350	3	-2.944.791,06	13.058.287,18	-
MG	SÃO LOURENÇO	31	6370	6	10.637.140,54	86.844.919,62	12,25
MG	SÃO MIGUEL DO ANT	31	6380	5	189.654,45	11.997.882,58	1,68
MG	SÃO PEDRO DA UNIÃO	31	6390	4	-971.703,73	11.824.235,74	-
MG	SÃO PEDRO DO SUACUI	31	6410	0	574.294,00	11.541.145,01	4,98
MG	SÃO ROQUE DE MINAS	31	6430	3	5.454.297,31	15.040.064,10	54,00
MG	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	31	6440	7	99.624,82	11.548.173,66	0,60
MG	SÃO SEBASTIÃO DO MARANHÃO	31	6450	5	-1.876.771,46	15.882.541,48	-
MG	SÃO SEBASTIÃO DO RIO VERDE	31	6490	2	1.726,93	9.156.403,36	0,02
MG	SÃO THOME DAS LETRAS	31	6520	3	-612.980,85	11.765.353,76	-
MG	SÃO TOMÁS DE AQUINO	31	6510	7	285.910,19	15.221.074,50	1,88
MG	SARZEDO	31	6553	7	3.811.094,89	79.773.803,05	4,78
MG	SENADOR AMARAL	31	6557	3	-1.206.930,59	11.592.358,90	-
MG	SENADOR JOSÉ BENTO	31	6590	0	-768.204,66	8.655.442,89	-
MG	SENADOR MODESTINO CONCALVES	31	6590	3	1.375.003,32	11.488.499,06	11,37
MG	SENHORA DE OLIVEIRA	31	6600	6	-2.367.035,39	11.090.183,51	-
MG	SENHORA DO PORTO	31	6610	5	-834.049,02	11.430.835,47	-
MG	SENHORA DOS REMÉDIOS	31	6620	4	-1.832.054,69	13.478.657,08	-
MG	SERICITA	31	6630	3	-1.887.558,65	12.605.095,36	-
MG	SERITINGA	31	6640	2	909.849,87	8.746.105,97	10,40
MG	SERRA DOS AIMORES	31	6670	9	-1.212.530,14	13.909.413,72	-
MG	SERRANOS	31	6700	4	1.502,39	7.218.531,72	0,02
MG	SERRO	31	6710	3	-4.890.105,59	32.662.200,78	-
MG	SILVEIRANIA	31	6730	1	120.427,51	8.880.004,18	1,38
MG	TAPARUBÁ	31	6805	1	-1.354.247,42	9.336.211,26	-
MG	TAPIRAÍ	31	6820	0	84.663,68	8.711.842,51	0,97
MG	TOLEDO	31	6810	9	-2.440.834,94	12.429.677,34	-
MG	TUPACIGUARA	31	6960	4	-1.571.187,84	48.250.352,01	-
MG	UDAPORANGA	31	7005	7	2.119.161,06	16.183.194,89	13,09
MG	UNIÃO DE MINAS	31	7043	8	1.279.616,59	14.391.631,42	9,89
MG	URUCANIA	31	7050	3	0,00	18.795.463,01	0,00
MG	VARGEM BONITA	31	7060	2	1.565.218,51	9.886.655,86	15,83
MG	VARGEM GRANDE DO RIO PARDO	31	7065	1	370.322,71	10.300.325,01	3,60
MG	VARJÃO DE MINAS	31	7075	0	-1.870.694,79	14.973.834,32	-
MG	VIEIRAS	31	7140	2	-1.290.322,95	10.639.951,20	-
MG	VIRGOLÂNDIA	31	7190	7	0,00	12.587.665,12	0,00
MS	ALCINÓPOLIS	50	25	2	-2.914.065,58	28.379.843,10	-
MS	ANTÔNIO JOÃO	50	90	6	-7.043.002,81	23.231.933,90	-
MS	APARECIDA DO TABOADO	50	100	3	-6.281.205,92	60.408.107,73	-
MS	AQUIDAUANA	50	110	2	-18.417.902,46	101.320.173,89	-
MS	DELA VISTA	50	210	0	18.720.143,47	46.046.109,64	40,63
MS	BONITO	50	220	9	-18.851.472,01	58.457.390,76	-
MS	CAMAPUA	50	260	5	-1.744.726,88	37.576.901,84	-
MS	CARACOL	50	280	3	8.041.580,99	17.973.803,48	44,74
MS	COSTA RICA	50	320	6	-30.105.286,62	77.317.437,20	-
MS	COXIM	50	330	8	0,00	70.428.733,81	0,00
MS	DOIS IRMÃOS DO BURITI	50	348	8	0,00	28.728.088,80	0,00
MS	FIGUEIRÃO	50	390	0	-2.046.717,11	15.331.197,24	-
MS	IGUAPEMI	50	430	4	-4.950.365,76	37.912.693,25	-
MS	INOCÊNCIA	50	440	3	-5.809.109,05	30.917.026,50	-
MS	ITAQUIRAÍ	50	460	1	-1.454.636,31	40.170.579,38	-
MS	IVINHEMA	50	470	0	0,00	71.679.318,66	0,00
MS	JAPORA	50	480	9	-1.815.724,73	23.374.088,72	-
MS	JATEÍ	50	510	3	0,00	33.471.161,52	0,00
MS	JUTI	50	515	2	-2.193.789,64	19.132.267,26	-
MS	LAGUNA CARAPÁ	50	525	-	-695.910,41	28.013.988,61	-
MS	NOVA ALVORADA DO SUL	50	600	2	-5.612.841,03	54.127.061,80	-
MS	NOVA ANDRADINA	50	620	0	-20.845.781,00	104.523.804,00	-
MS	NOVO HORIZONTE DO SUL	50	625	9	-1.649.390,40	15.840.422,27	-
MS	PARAÍSO DAS ÁGUAS	50	627	5	-2.155.575,80	20.738.910,81	-
MS	PEDRO GOMES	50	640	8	3.583.599,33	20.928.171,84	7,12
MS	RIBAS DO RIO PARDO	50	710	9	4.084.447,68	70.477.512,31	-
MS	RIO BRILHANTE	50	720	8	-8.670.481,59	105.803.149,03	-
MS	RIO NEGRO	50	730	7	12.489.831,11	16.198.872,85	82,19
MS	ROCHEDO	50	750	5	-11.162.829,43	17.065.747,73	-
MS	SANTA RITA DO PARDO	50	755	4	-2.760.949,89	24.377.050,40	-

MS	TERENOS	50	800	0	-13.436.108,58	42.571.587,26	-
MS	VICENTINA	50	840	4	528.078,29	8.669.561,87	8,09
MT	CAMPO NOVO DO PARECIS	51	263	7	-15.912.445,80	93.781.958,25	-
MT	ITUIQUIRA	51	480	9	285.483,94	46.624.505,26	0,63
MT	PORTO ESTRELA	51	885	1	0,00	11.363.160,42	0,00
PB	BERNARDINO BATISTA	25	205	2	-1.911.674,86	11.440.538,85	-
PE	AFOGADOS DA INGAZEIRA	26	10	4	-4.213.507,02	54.399.080,04	-
PE	BETANIA	26	180	5	-22.057,98	22.559.449,82	-
PE	BODOCO	26	200	1	0,00	54.685.811,87	0,00
PE	BREJINHO	26	250	6	0,00	10.610.511,69	0,00
PE	CAMUTANGA	26	360	3	1.990.881,18	21.803.210,37	9,13
PE	CARNAIBA	26	390	0	1.481.070,91	34.337.986,82	4,31
PE	GRANITO	26	630	5	-3.753.841,56	18.987.517,17	-
PE	IGUARACI	26	690	3	-2.277.749,85	18.952.480,40	-
PE	ILHA DE ITAMARACA	26	760	4	0,00	42.931.654,78	0,00
PE	INGAZEIRA	26	710	9	543.173,03	14.475.723,22	3,75
PE	ITACURUBA	26	740	6	6.134.756,64	23.355.658,96	23,27
PE	ITAPETIM	26	770	3	-2.751.316,46	32.078.233,06	-
PE	JUPI	26	830	5	-2.784.872,95	28.595.720,05	-
PE	MACHADOS	26	910	5	-8.501.910,03	24.013.608,34	-
PE	PRIMAVERA	26	1140	8	-472.866,82	23.454.465,18	-
PE	QUIXABA	26	1153	3	814.905,23	16.451.130,75	3,74
PE	SANTA TEREZINHA	26	1280	2	3.110.808,13	19.048.733,89	18,32
PE	SAO JOSE DA COROA GRANDE	26	1340	4	1.229.001,64	33.100.580,34	3,71
PE	SAO JOSE DO EGITO	26	1360	2	-770.935,68	47.915.547,97	-
PE	TAMANDARE	26	1485	7	20.319.470,18	45.541.632,33	43,98
PE	IRIUNFO	26	1570	6	-8.140.603,83	26.506.363,01	-
PR	ADRIANOPOLIS	41	20	2	-2.121.852,89	20.360.193,53	-
PR	ALTAMIRA DO PARANA	41	45	9	-144.834,80	12.069.965,29	-
PR	AMPERE	41	100	2	-49.097,56	33.047.414,30	-
PR	ANAHY	41	105	1	974.928,70	10.753.958,06	9,07
PR	ANDARA	41	110	1	11.037.341,16	42.931.115,46	25,71
PR	ANGULO	41	115	0	-451.392,05	10.683.153,46	-
PR	ARAPOTI	41	160	6	-2.037.363,22	47.001.318,61	-
PR	ARARUNA	41	170	5	533.202,28	25.365.465,13	2,10
PR	ASSAI	41	190	3	1.725.095,03	34.785.401,22	4,96
PR	ASSIS CHATEAUBRIAND	41	200	0	-7.329.195,83	63.411.644,23	-
PR	ASTORGA	41	210	9	-3.059.910,49	47.429.179,24	-
PR	BALSA NOVA	41	230	7	-10.530.376,15	35.364.718,45	-
PR	BARBOSA FERREIRA	41	250	5	871.373,81	21.581.075,30	4,04
PR	BARRAÇAO	41	260	4	-1.332.126,49	19.824.905,70	-
PR	BELA VISTA DA CAROBA	41	275	2	-1.069.201,34	11.539.560,75	-
PR	BOA ESPERANCA	41	300	8	414.021,31	14.381.465,78	2,99
PR	BOA ESPERANCA DO IGUAÇU	41	302	4	-1.605.126,29	11.929.619,19	-
PR	BOA VISTA DA APARECIDA	41	305	7	-1.466.873,45	20.409.080,85	-
PR	BOM SUCESSO	41	320	6	-671.878,26	14.523.987,52	-
PR	BOM SUCESSO DO SUL	41	322	2	0,00	12.913.532,79	0,00
PR	BORRAZOPOLIS	41	330	5	3.260.489,36	15.022.255,93	21,70
PR	BRASILANDIA DO SUL	41	337	0	851.975,04	12.464.533,57	8,84
PR	CAFEARA	41	340	4	-684.709,45	10.411.998,09	-
PR	CAFELANDIA	41	345	3	-4.652.664,76	41.341.605,32	-
PR	CALIFORNIA	41	350	3	-3.876.072,73	15.982.850,12	-
PR	CAMBIRA	41	380	0	1.610.440,90	18.821.834,43	9,69
PR	CAMPINA DO SIMAO	41	395	8	-1.716.069,40	12.154.630,29	-
PR	CAMPO MAGRO	41	425	3	-1.360.057,21	48.362.733,54	-
PR	CANDIDO DE ABREU	41	440	2	-12.323.111,34	29.400.006,28	-
PR	CANTAGALO	41	445	1	206.918,94	22.739.720,91	0,07
PR	CAPANEMA	41	450	1	-4.872.803,75	41.689.687,19	-
PR	CARAMBEI	41	465	9	-5.645.775,28	56.278.021,64	-
PR	CARLOPOLIS	41	470	9	2.574.214,41	26.383.949,81	9,79
PR	CEU AZUL	41	530	0	-8.017.850,77	31.753.386,55	-
PR	CHOPINZINHO	41	540	9	0,00	54.660.643,13	0,00
PR	CLEVELANDIA	41	570	6	-2.172.336,50	29.983.657,24	-
PR	CONTENDA	41	620	9	-9.520.829,77	30.209.857,46	-
PR	CORONEL VIVIDA	41	650	6	-2.528.293,79	43.117.749,81	-
PR	CORUMBATAI DO SUL	41	855	5	-1.388.906,28	11.751.562,11	-

PR	CRUZEIRO DO IGUAÇU	41	657	1	-4.774.827,21	15.318.479,22	-
PR	DOIS VIZINHOS	41	720	7	0,00	74.185.247,58	0,00
PR	ENEAS MARQUES	41	740	5	-3.183.083,52	16.209.616,49	-
PR	ENTRE RIOS DO OESTE	41	753	8	-2.211.876,89	21.131.916,95	-
PR	ESPERANÇA NOVA	41	752	0	-1.705.998,89	9.531.094,31	-
PR	ESPIGAÇO ALTO DO IGUAÇU	41	754	6	1.264.876,33	13.624.021,02	0,28
PR	FAROL	41	755	3	213.773,56	12.114.591,01	1,70
PR	FERNANDES PINHEIRO	41	773	8	-2.713.471,29	18.189.686,62	-
PR	FLOR DA SERRA DO SUL	41	785	0	-3.719.270,35	15.312.734,70	-
PR	FLORAÍ	41	780	1	183.404,09	13.124.511,39	1,37
PR	FLORESTA	41	790	0	-3.481.486,78	15.178.925,76	-
PR	FLORESTÓPOLIS	41	800	7	8.293.704,59	23.074.577,74	35,97
PR	FORMOSA DO OESTE	41	820	5	0,00	16.395.807,76	0,00
PR	GENERAL CARNEIRO	41	850	2	1.734.949,02	26.178.523,37	6,63
PR	GODOY MOREIRA	41	855	1	-1.352.177,12	10.031.003,32	-
PR	GUAIRÁ	41	880	9	-14.861.448,78	63.274.483,98	-
PR	GUAPORÉ	41	910	4	-485.921,40	9.855.001,19	-
PR	GUARANIACU	41	930	2	-4.424.980,55	30.810.651,47	-
PR	GUARATUBA	41	980	9	-13.504.304,86	83.148.821,61	-
PR	HONÓRIO SERPA	41	985	8	-749.833,72	12.878.081,60	-
PR	IGUAÇU	41	1090	3	-2.831.223,88	13.784.084,61	-
PR	IGUAÇU	41	1005	2	-175.691,26	5.226.205,73	-
PR	INDIANÓPOLIS	41	1040	9	431.502,07	13.798.864,40	3,13
PR	IPIRANGA	41	1050	8	-3.675.112,00	29.536.605,03	-
PR	IRETAMA	41	1080	5	3.009.502,76	21.832.394,57	13,78
PR	ITAMBARACÁ	41	1100	1	-2.913.163,08	14.114.614,96	-
PR	ITAJAÍ	41	1120	9	2.002.484,79	22.783.777,69	8,79
PR	ITAPERUCU	41	1125	8	276.414,64	38.067.637,22	0,77
PR	ITAUNA DO SUL	41	1130	8	-704.928,32	10.383.457,58	-
PR	IVAPERÓ	41	1150	6	-4.338.865,34	48.480.552,99	-
PR	JABOTI	41	1170	4	-2.645.207,60	12.068.493,37	-
PR	JACAREZINHO	41	1180	3	10.378.447,07	70.330.237,01	14,76
PR	JAGUARIÁ	41	1200	9	-14.808.763,45	59.638.807,31	-
PR	JAPURA	41	1240	5	-2.121.441,39	17.775.051,35	-
PR	JARDIM ALEGRE	41	1250	4	-16.359.855,07	21.524.295,81	-
PR	JESUITAS	41	1275	1	-252.361,43	17.873.792,03	-
PR	JURANDA	41	1285	0	-597.527,15	16.736.646,57	-
PR	JUSSARA	41	1300	7	-1.940.289,00	20.894.626,56	-
PR	LARANJEIRAS DO SUL	41	1330	4	-762.983,83	52.956.439,70	-
PR	LIDIANÓPOLIS	41	1342	9	-1.041.213,07	10.345.982,46	-
PR	LUNARDELLI	41	1375	9	1.953.532,02	13.599.186,53	14,37
PR	MAMBORE	41	1400	5	-4.224.124,94	32.764.747,78	-
PR	MANDAGUAÍ	41	1420	3	6.863.986,49	68.575.284,67	9,99
PR	MARIALVA	41	1480	7	-3.875.631,01	58.538.786,78	-
PR	MARILÉIA	41	1500	2	-1.213.908,33	14.598.938,70	-
PR	MARILUZ	41	1510	1	1.164.138,72	21.916.188,55	5,40
PR	MARIPÓLIS	41	1530	9	-310.242,10	17.285.195,03	-
PR	MARUMBI	41	1550	7	554.864,51	12.509.631,18	4,44
PR	MATINHOS	41	1570	5	-15.438.703,41	82.028.379,03	-
PR	MAJÁ DA SERRA	41	1575	4	-7.000.049,02	20.313.980,83	-
PR	MEDIANEIRA	41	1580	4	1.528.372,59	79.841.994,24	1,91
PR	MERCEDES	41	1585	3	-2.177.838,91	19.574.598,38	-
PR	MIRADOR	41	1600	3	5.428.430,55	10.982.804,11	49,43
PR	MISSAL	41	1605	9	0,00	32.870.588,79	0,00
PR	MOREIRA SALES	41	1610	9	-899.419,57	23.444.131,50	-
PR	MUNHOZ DE MELO	41	1630	7	245.092,97	11.780.923,48	2,09
PR	NOVA AMÉRICA DA COLINA	41	1660	4	622.717,44	11.632.244,00	5,35
PR	NOVA CANTU	41	1680	2	-1.015.218,52	14.588.118,55	-
PR	NOVA ESPERANÇA	41	1690	1	206.329,92	44.960.252,88	0,43
PR	NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE	41	1695	0	1.112.506,37	13.783.068,75	8,07
PR	NOVA LARANJEIRAS	41	1705	7	83.064,42	22.711.378,80	0,28
PR	NOVA SANTA ROSA	41	1722	2	1.138.239,13	20.324.428,27	-
PR	NOVA TEBAS	41	1727	1	-621.659,58	16.360.968,97	-
PR	ORTIGUEIRA	41	1730	5	-11.776.453,14	49.706.345,97	-
PR	OURO VERDE DO OESTE	41	1745	3	-5.746.407,05	15.967.935,40	-
PR	PAICANDU	41	1750	3	-13.265.868,18	48.486.351,85	-

PR	PALMEIRA	41	1770	1	-563.075,10	62.167.713,28	-
PR	PALMITAL	41	1780	0	799.339,08	25.868.490,17	3,09
PR	PARAÍSO DO NORTE	41	1800	6	-3.205.442,07	22.625.775,46	-
PR	PATO BRAGADO	41	1845	1	-7.008.696,32	24.302.473,97	-
PR	PEROLA	41	1890	7	-2.416.198,61	23.161.985,55	-
PR	PIEN	41	1910	3	-84.363,52	28.804.127,34	-
PR	PINHALAO	41	1920	2	-1.931.648,49	6.234.295,66	-
PR	PINHÃO	41	1930	1	-19.931.398,31	57.989.928,90	-
PR	PLANALTINA DO PARANÁ	41	1970	7	-2.206.605,19	12.417.725,16	-
PR	PLANALTO	41	1980	6	-6.685.177,68	25.025.693,74	-
PR	PORTO BARREIRO	41	2015	0	-2.692.399,92	14.680.894,78	-
PR	PORTO RICO	41	2020	0	215.144,98	12.287.716,86	1,75
PR	QUEDAS DO IGUAÇU	41	2090	3	3.057.409,00	53.090.532,34	5,78
PR	RAMILÂNDIA	41	2125	7	-1.278.487,70	12.594.154,46	-
PR	REALEZA	41	2140	6	-7.383.451,16	30.902.420,14	-
PR	REBOUCAS	41	2150	5	-3.530.789,35	26.778.290,68	-
PR	RENASÇENÇA	41	2160	4	-1.478.526,96	17.636.710,41	-
PR	RIO AZUL	41	2200	8	-11.589.868,57	27.749.919,27	-
PR	RIO BOM	41	2210	7	3.950.316,50	10.158.096,81	38,89
PR	RIO BRANCO DO SUL	41	2220	6	17.101.350,47	64.581.439,79	26,49
PR	RIO NEGRO	41	2230	5	-5.515.414,31	60.151.527,80	-
PR	ROSÁRIO DO IVAÍ	41	2265	1	-649.391,83	12.735.194,94	-
PR	SALGADO FILHO	41	2280	0	77.557,02	12.321.186,36	0,63
PR	SALTO DO LONTRA	41	2300	6	2.050.404,19	25.918.432,39	7,62
PR	SANTA FE	41	2340	2	-2.482.000,46	21.400.261,96	-
PR	SANTA HELENA	41	2350	1	-40.070.348,16	101.220.182,61	-
PR	SANTA IZABEL DO OESTE	41	2380	8	1.839.932,25	24.880.387,98	7,40
PR	SANTA LUCIA	41	2382	4	-3.731.836,96	11.392.564,56	-
PR	SANTA MARIANA	41	2390	7	-951.130,58	22.932.404,86	-
PR	SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	41	2405	3	-12.118.574,57	50.316.049,20	-
PR	SANTO ANTONIO DA PLATINA	41	2410	3	0,00	66.551.935,37	0,00
PR	SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	41	2440	0	-3.786.085,28	33.826.706,86	-
PR	SÃO CARLOS DO IVAÍ	41	2460	8	-337.142,72	18.489.015,46	-
PR	SAC JERONIMO DA SERRA	41	2470	7	2.789.496,35	20.155.341,10	13,84
PR	SAC JOAO DO IVAÍ	41	2500	1	-237.196,23	21.505.091,37	-
PR	SAC JOAO DO TRIUNFO	41	2510	0	-2.307.327,14	26.014.106,74	-
PR	SAC JORGE D'OESTE	41	2520	9	-5.932.905,51	33.259.035,52	-
PR	SAC JORGE DO PATROCÍNIO	41	2535	7	-1.648.641,22	21.048.799,85	-
PR	SAC JOSE DAS PALMEIRAS	41	2545	6	-4.947.737,38	11.370.286,78	-
PR	SAC MIGUEL DO IGUAÇU	41	2570	4	-6.005.756,81	72.907.191,45	-
PR	SAÚDE DO IGUAÇU	41	2627	2	70.608,51	32.169.497,89	0,22
PR	SENGES	41	2630	6	-13.164.556,43	34.686.923,89	-
PR	SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU	41	2635	5	0,00	18.690.883,12	0,00
PR	SERTANEJA	41	2640	5	-2.670.789,05	20.121.008,76	-
PR	SIQUEIRA CAMPOS	41	2660	3	799.954,15	33.159.853,55	2,41
PR	TAMBOARA	41	2670	2	1.043.505,09	11.415.880,26	9,14
PR	TAPEJARA	41	2680	1	900.920,50	31.136.209,13	2,89
PR	TAPIRA	41	2690	0	-458.807,63	13.856.314,56	-
PR	TEIXEIRA SOARES	41	2700	7	-804.284,08	23.195.187,15	-
PR	TERRA RICA	41	2730	4	-4.959.698,57	31.654.143,06	-
PR	TERRA ROXA	41	2740	3	-1.807.744,65	35.391.374,38	-
PR	TIJUCAS DO SUL	41	2760	1	11.004.801,71	27.716.987,43	39,70
PR	TRES BARRAS DO PARANÁ	41	2785	8	1.325.996,08	30.476.302,04	4,36
PR	TUPASSI	41	2795	7	0,00	20.924.364,58	0,00
PR	VERA CRUZ DO OESTE	41	2855	9	-1.664.001,31	17.879.616,74	-
PR	VITORINO	41	2870	8	-3.964.604,73	16.945.415,86	-
PR	XAMBRE	41	2880	7	2.527.777,11	13.550.092,06	19,66
RJ	CASIMIRO DE ABREU	33	130	6	-38.475.535,60	269.768.991,70	-
RJ	ITATIAIA	33	225	4	5.565.768,80	128.266.268,00	4,29
RJ	LAJE DO MURIAE	33	230	4	-3.362.244,40	34.591.133,30	-
RJ	MACIÇO	33	245	2	4.011.948,30	31.834.150,60	12,60
RJ	MIGUEL PEREIRA	33	290	8	-17.684.171,40	74.400.071,70	-
RJ	PINHEIRAL	33	395	5	-3.476.296,90	58.300.834,20	-
RJ	PORTO REAL	33	411	0	-10.421.199,30	202.489.420,60	-
RJ	QUATIS	33	412	8	-10.661.631,40	50.149.027,00	-
RJ	RIO CLARO	33	440	9	5.857.395,00	39.468.815,20	14,84

RJ	RIO DAS FLORES	33	450	8	-4.511.088,60	42.903.384,80	-
RN	AUGUSTO SEVERO	24	33	5	-3.724.128,59	19.218.954,45	-
RN	GUAMARE	24	450	7	-27.997.786,32	164.067.310,17	-
RN	JARDIM DO SERIDO	24	570	2	-2.196.491,33	17.486.695,65	-
RN	PARELHAS	24	890	4	1.565.751,64	29.361.849,03	5,24
RN	SANTANA DO MATOS	24	1.140	3	4.108.599,58	20.368.827,20	20,16
RN	SANTANA DO SERIDO	24	1.142	9	71.813,92	9.372.682,67	-
RO	ALTA FLORESTA D'OESTE	11	1	5	-10.038.957,32	42.561.467,61	-
RO	ALTO ALEGRE DOS PARCIS	11	37	9	-3.530.301,40	23.931.912,55	-
RO	ALTO PARAISO	11	40	3	-5.381.574,35	28.581.642,47	-
RO	BURITIS	11	45	2	8.549.875,83	51.053.588,44	-
RO	CABIXI	11	3	1	-5.206.784,58	15.589.214,27	-
RO	CACAULANDIA	11	60	1	-4.799.575,64	15.912.890,44	-
RO	CASTANHEIRAS	11	60	8	-840.168,86	14.161.718,26	-
RO	GOI GRADO DO OESTE	11	6	4	-8.554.931,64	27.883.308,20	-
RO	ESPIGÃO DO OESTE	11	9	8	0,00	47.752.653,60	0,00
RO	MACHADINHO DO OESTE	11	13	0	-14.232.985,01	49.247.196,54	-
RO	PRIMAVERA DE RONDONIA	11	147	6	-2.671.337,71	10.784.777,84	-
RO	SERINGUEIRAS	11	150	0	-3.797.260,26	25.660.134,26	-
RO	URUPA	11	170	8	0,00	20.541.353,25	0,00
RO	VALE DO PARAISO	11	180	7	-4.551.775,09	17.825.216,10	-
RS	ACEGUA	43	3	4	-4.742.550,89	19.730.201,78	-
RS	AGUA SANTA	43	5	9	-360.280,99	14.142.644,47	-
RS	AJURICABA	43	20	8	-4.054.978,07	17.160.488,37	-
RS	ALECRIM	43	30	7	-3.277.566,64	13.583.888,37	-
RS	ALEGRIA	43	45	5	-1.333.926,43	11.804.068,95	-
RS	ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL	43	47	1	-1.843.188,03	10.388.301,54	-
RS	ALTO FELIZ	43	57	0	-1.673.423,25	11.013.761,21	-
RS	AMARAL FERRADOR	43	63	8	364.712,60	13.539.555,44	2,69
RS	AMETISTA DO SUL	43	64	6	-15.511.819,00	18.680.962,00	-
RS	ANDRÉ DA ROCHA	43	66	1	-1.695.209,91	9.806.913,91	-
RS	ANTA GORDA	43	70	3	-2.457.811,51	15.321.506,04	-
RS	ANTÔNIO PRADO	43	80	2	-1.245.826,10	29.951.809,85	-
RS	ARAMBARE	43	85	1	-2.704.055,02	18.448.661,24	-
RS	ARANICA	43	87	7	-2.482.802,92	15.530.675,60	-
RS	ARATIBA	43	90	1	0,00	37.337.070,15	0,00
RS	ARROIO DO PADRE	43	107	3	-4.594.727,04	10.538.400,74	-
RS	ARROIO DO SAL	43	105	7	-6.299.914,53	28.707.449,02	-
RS	ARROIO DO TIGRE	43	120	6	-2.758.242,20	23.879.068,88	-
RS	ARROIO GRANDE	43	130	5	0,00	38.050.292,28	0,00
RS	ARVOREZINHA	43	140	4	0,00	20.354.963,38	0,00
RS	AUGUSTO PESTANA	43	150	3	-5.426.311,14	18.143.330,10	-
RS	BALNEÁRIO PINHAL	43	153	6	581.253,14	33.163.050,66	1,75
RS	BARÃO	43	155	1	284.580,58	15.544.701,66	1,83
RS	BARÃO DE COTEGIPE	43	170	1	-1.979.854,00	15.630.276,00	-
RS	BARRA DO QUARAÍ	43	187	5	-2.103.955,70	15.632.743,00	-
RS	BARRA DO RIO AZUL	43	192	5	-1.480.445,01	10.700.300,00	-
RS	BARRA FUNDA	43	195	8	-1.099.548,12	11.480.957,77	-
RS	BARRAÇÃO	43	190	0	-374.381,03	15.132.774,82	-
RS	BARROS CASSAL	43	200	6	-16.634.329,24	24.484.673,14	-
RS	BENJAMIN CONSTANT DO SUL	43	205	5	-2.072.049,61	10.415.033,60	-
RS	BOA VISTA DO BURICA	43	220	4	-4.885.352,94	18.212.531,92	-
RS	BOA VISTA DO CADEADO	43	222	0	-1.286.279,25	14.397.000,45	-
RS	BOA VISTA DO NCRA	43	223	8	-2.078.742,24	13.193.288,43	-
RS	BOM JESUS	43	230	3	9.698.030,66	28.014.692,46	34,52
RS	BOM PRINCÍPIO	43	235	2	-2.672.105,68	38.146.140,47	-
RS	BOM RETIRO DO SUL	43	240	2	3.383.240,07	21.984.983,24	-
RS	BOQUEIRÃO DO LEÃO	43	245	1	-1.424.623,02	14.399.225,38	-
RS	BOSSOROCA	43	250	1	-1.027.251,75	18.294.214,47	-
RS	BOZANO	43	253	4	-1.265.030,14	9.135.802,94	-
RS	BRAGA	43	280	0	575.823,69	10.975.852,03	5,25
RS	BROCHIER	43	285	9	-1.348.807,15	13.041.203,98	-
RS	BUTIA	43	270	9	6.992.618,64	36.138.475,80	19,35
RS	CACAPAVA DO SUL	43	280	8	999.441,68	55.142.213,49	1,81
RS	CACQUI	43	290	7	440.749,58	26.238.615,78	1,68

RS	CACIQUE DOBLE	43	320	2	-880.800,87	11.735.089,2	-
RS	CAIBATE	43	330	1	-1.954.716,99	12.993.978,75	-
RS	CAICARA	43	340	0	-048.036,59	13.572.949,28	-
RS	CAMARGO	43	355	8	-2.245.303,89	12.582.545,48	-
RS	CAMPESTRE DA SERRA	43	367	3	-734.889,93	13.252.381,12	-
RS	CAMPINA DAS MISSOES	43	370	7	-2.826.340,48	13.996.767,77	-
RS	CAMPINAS DO SUL	43	380	6	-6.189.492,62	15.744.137,29	-
RS	CAMPO NOVO	43	400	2	-1.584.467,08	13.888.417,54	-
RS	CAMPOS BORGES	43	410	1	-2.031.629,65	10.950.308,31	-
RS	CANDELARIA	43	420	0	-6.366.212,23	55.143.086,15	-
RS	CAND DO GODOI	43	430	9	-2.630.282,84	15.225.829,46	-
RS	CANELA	43	440	8	-10.797.504,05	100.483.262,84	-
RS	CANUDOS DO VALE	43	451	4	-1.815.037,00	9.349.864,28	-
RS	CAPAO BONITO DO SUL	43	462	2	-851.888,11	10.981.785,38	-
RS	CAPAO DO CIPÓ	43	485	5	-3.873.114,27	14.781.035,87	-
RS	CAPELA DE SANTANA	43	498	9	-525.014,90	20.667.428,59	-
RS	CAPITAO	43	496	7	-2.027.574,35	13.455.767,26	-
RS	CAPIVARI DO SUL	43	487	1	-4.583.284,83	15.950.104,40	-
RS	CARLOS BARBOSA	43	480	4	-10.298.901,73	71.177.540,98	-
RS	CARLOS GOMES	43	485	3	-882.614,39	8.208.788,84	-
RS	CASEIROS	43	495	2	-2.733.211,42	11.067.763,46	-
RS	CATUIPE	43	500	8	-3.582.489,57	20.058.361,04	-
RS	CENTENARIO	43	511	8	-1.847.679,39	10.586.561,76	-
RS	CERRO BRANCO	43	513	2	-88.350,29	12.323.345,70	-
RS	CERRO GRANDE	43	515	7	-9.757.966,00	9.118.106,00	-
RS	CERRO GRANDE DO SUL	43	517	3	-11.857.597,64	19.249.757,39	-
RS	CERRO LARGO	43	520	7	-3.479.883,99	28.253.532,50	-
RS	CHAPADA	43	530	6	-920.728,54	22.537.886,92	-
RS	CHARQUEADAS	43	535	5	2.809.182,36	80.086.188,95	3,48
RS	CHARRUA	43	537	1	-2.084.221,13	9.713.282,15	-
RS	CHIAPETTA	43	540	5	-759.105,38	14.376.545,37	-
RS	CHUVISCA	43	544	7	-2.110.938,22	12.536.135,81	-
RS	COLINAS	43	558	7	119.860,78	11.031.678,33	1,09
RS	COLORADO	43	560	3	-10.115.386,78	12.876.905,78	-
RS	CONDOR	43	570	2	-2.335.692,12	17.604.804,84	-
RS	CONSTANTINA	43	580	1	-3.731.307,39	21.866.462,15	-
RS	COQUEIRO BAIXO	43	533	5	-1.396.189,61	9.115.076,50	-
RS	COQUEIROS DO SUL	43	535	0	2.018.578,17	10.819.431,10	-
RS	CORONA BARROS	43	587	1	-3.062.753,06	17.715.806,91	-
RS	CORONA BICAGO	43	590	0	461.824,29	18.030.171,88	2,56
RS	CORONA PILAR	43	593	4	-2.795.594,08	9.058.542,82	-
RS	COTIPORA	43	595	9	-2.774.599,00	13.793.826,00	-
RS	CRISTIUMAL	43	600	7	-2.338.677,19	27.723.753,55	-
RS	CRISTAL	43	605	6	-7.834.268,87	15.225.750,38	-
RS	CRUZEIRO DO SUL	43	620	5	-3.290.142,32	23.381.306,71	-
RS	DAVID CANABARRO	43	680	4	-1.017.571,15	12.523.588,11	-
RS	DERRUBADAS	43	632	0	-741.695,78	12.186.180,29	-
RS	DOIS IRMAOS	43	640	3	-15.748.253,55	62.121.195,33	-
RS	DOM FELICIANO	43	650	2	-6.026.758,24	29.441.841,32	-
RS	DOM PEDRITO	43	660	1	-8.547.895,25	70.634.037,58	-
RS	DOM PEDRO DE ALCANTARA	43	655	1	0,00	9.040.271,06	0,00
RS	DOCTOR MAURICIO CARDOSO	43	673	4	-2.006.375,07	16.476.734,00	-
RS	DOCTOR R. CARDOSO	43	675	8	-746.332,40	9.405.827,21	-
RS	ELDORADO DO SUL	43	678	7	-8.334.339,02	79.182.942,78	-
RS	ENTRE RIOS DO SUL	43	695	7	-4.612.050,59	15.182.845,78	-
RS	ENTRE-IJUIS	43	693	2	-3.045.146,44	19.432.344,02	-
RS	ERNESTINA	43	705	4	673.459,46	13.506.981,30	4,99
RS	ERVAL GRANDE	43	720	3	-229.293,82	14.425.107,06	-
RS	ESMERALDA	43	740	1	0,00	14.135.191,84	0,00
RS	ESPERANCA DO SUL	43	745	0	0,00	11.031.318,70	0,00
RS	ESTANCIA VELHA	43	760	9	-9.780.216,10	88.565.485,04	-
RS	ESTRELA	43	780	7	-12.356.906,93	70.494.982,24	-
RS	EUGENIO DE CASTRO	43	783	1	-548.257,88	12.313.764,15	-
RS	FAGUNDES VARELA	43	796	4	-2.470.183,90	12.578.320,21	-
RS	FAXINAL DO SOTURNO	43	800	3	184.482,27	13.441.356,87	1,45
RS	FAXINALZINHO	43	805	2	-2.078.682,12	10.510.650,29	-

RS	FAZENDA VILANOVA	43	807	8	-1.707.650,00	13.786.920,00	-
RS	FELIZ	43	810	2	-6.754.881,78	31.732.873,39	-
RS	FLORES DA CUNHA	43	820	1	-16.838.644,81	68.327.431,83	-
RS	FLORIANO PEIXOTO	43	825	0	-8.350.805,16	9.321.413,83	-
RS	FONTOURA XAVIER	43	830	0	371.850,68	19.367.221,84	1,92
RS	FORMIGUEIRO	43	840	9	6.090,54	12.477.537,71	0,05
RS	FORQUETINHA	43	843	3	-2.533.004,84	9.924.777,05	-
RS	GARIBALDI	43	860	7	-22.818.100,47	77.204.801,93	-
RS	GARRUCHOS	43	865	6	-374.255,59	13.919.606,23	-
RS	GAURAMA	43	870	6	-7.043.450,34	16.903.439,23	-
RS	GETULIO VARGAS	43	890	4	2.018.422,99	31.165.537,10	6,47
RS	GIRUA	43	900	1	-3.800.159,49	45.314.231,22	-
RS	GLORINHA	43	908	0	-4.129.139,49	24.416.048,28	-
RS	GRAMADO	43	910	0	-29.358.604,02	148.556.054,87	-
RS	GRAMADO XAVIER	43	915	9	-2.325.542,27	11.253.540,09	-
RS	GUABU	43	926	8	-2.435.153,01	8.319.478,09	-
RS	GUAPORE	43	940	7	-5.129.026,03	58.122.838,63	-
RS	GUARANI DAS MISSOES	43	950	8	1.321.699,92	18.331.666,10	7,85
RS	HARMONIA	43	955	5	-5.107.124,02	16.309.839,23	-
RS	HERVAL	43	710	4	-1.813.727,92	18.005.303,47	-
RS	HERVEIRAS	43	957	1	-1.904.241,74	8.986.756,63	-
RS	HORIZONTINA	43	980	5	-10.068.518,24	51.243.678,34	-
RS	HULHA NEGRA	43	965	4	-3.853.995,54	13.306.644,60	-
RS	HUMAITA	43	970	4	-18.912.527,63	13.937.766,09	-
RS	IBARAMA	43	975	3	-1.610.408,36	12.638.717,36	-
RS	IBIACA	43	980	3	-2.826.815,31	15.332.823,62	-
RS	IBIRAIARAS	43	980	2	-1.221.621,09	15.799.023,92	-
RS	IBIRAPUITA	43	995	1	0,00	13.546.323,58	0,00
RS	IBIRUBA	43	1000	9	-2.490.592,89	41.736.837,08	-
RS	IGREJINHA	43	1010	8	7.697.237,41	73.778.842,94	10,39
RS	ILOPCLIS	43	1030	6	-2.617.921,79	12.180.450,38	-
RS	IMIGRANTE	43	1035	3	-2.420.133,41	15.138.568,79	-
RS	INDEPENDENCIA	43	1040	5	-4.335.035,62	15.527.876,63	-
RS	INHACORA	43	1041	3	1.325.367,87	9.905.254,15	13,30
RS	IPIRANGA DO SUL	43	1046	2	-3.454.459,97	10.932.791,14	-
RS	IRAI	43	1050	4	-1.212.144,70	14.232.280,21	-
RS	ITACURUBI	43	1055	3	-2.737.265,13	12.951.366,21	-
RS	ITAPUA	43	1057	9	-1.608.319,17	9.105.977,16	-
RS	ITATIBA DO SUL	43	1070	2	-1.580.692,07	12.164.109,38	-
RS	IVOTI	43	1080	1	-5.344.933,97	49.345.610,02	-
RS	JACUZZINHO	43	1097	6	-1.333.407,12	10.411.070,74	-
RS	JACUTINCA	43	1090	0	44.956,38	11.433.838,50	0,39
RS	JAGUARI	43	1110	8	-1.268.188,28	25.762.342,97	-
RS	JARI	43	1113	0	-2.746.352,69	12.634.647,79	-
RS	JOIA	43	1115	5	-3.486.006,57	23.131.193,89	-
RS	LAGOA BONITA DO SUL	43	1123	9	-2.402.339,51	9.429.156,53	-
RS	LAGOA DOS TRÊS CANTOS	43	1127	0	-1.476.006,56	10.295.446,02	-
RS	LAGOA VERMELHA	43	1130	4	-13.691.474,61	50.830.796,39	-
RS	LAJEADO DO BUGRE	43	1142	9	-423.893,91	9.895.920,25	-
RS	LAVRAS DO SUL	43	1150	2	-2.298.606,15	21.098.249,75	-
RS	LIBERATO SAZANO	43	1160	1	-3.577.049,13	14.309.432,21	-
RS	LINDOLFO COLLOR	43	1162	7	-1.366.332,43	14.444.181,52	-
RS	MACHADINHO	43	1170	0	-4.104.852,29	15.696.186,96	-
RS	MAMPITUBA	43	1173	4	-9.354.476,79	12.101.989,77	-
RS	MARATA	43	1179	1	-3.461.097,78	11.354.659,80	-
RS	MARAU	43	1180	9	-7.766.166,54	87.369.394,88	-
RS	MARCELIANO RAMOS	43	1190	8	-3.976.528,59	13.793.780,38	-
RS	MARIAVOLO	43	1200	5	-1.602.039,10	10.671.676,40	-
RS	MARQUES DE SOUZA	43	1205	4	-1.808.660,18	12.808.552,35	-
RS	MATA	43	1210	4	83.077,87	12.648.389,66	0,65
RS	MATO LEITÃO	43	1215	3	-3.294.365,82	13.609.726,20	-
RS	MINAS DO LEÃO	43	1225	2	-4.792.556,95	17.262.288,92	-
RS	MIRAGUAI	43	1230	2	940.725,83	11.175.892,31	8,42
RS	MONTAURI	43	1235	1	-2.390.072,59	10.364.321,95	-
RS	MONTE BELO DO SUL	43	1238	5	-3.214.236,35	11.727.909,64	-
RS	MORMACC	43	1242	7	-1.080.736,01	10.703.675,54	-

RS	MORRO REDONDO	43	1245	0	-4.079.571,47	13.743.859,06	-
RS	MORRO REUTER	43	1247	6	-1.482.032,06	14.132.985,97	-
RS	MOSTARDAS	43	1250	0	494.751,29	30.297.800,01	1,63
RS	MUCUM	43	1260	9	-1.090.074,42	13.265.495,40	-
RS	MUITOS CAPOES	43	1261	7	0,00	15.828.542,74	0,00
RS	MULITERNO	43	1262	5	-862.315,93	10.587.962,79	-
RS	NAC-ME-TOQUE	43	1265	8	-5.210.948,16	43.427.710,94	-
RS	NONOAÍ	43	1270	8	4.341.385,32	24.593.089,27	17,65
RS	NOVA ALVORADA	43	1275	7	-2.230.842,84	13.312.069,94	-
RS	NOVA ARACA	43	1280	7	-2.195.762,47	14.871.339,68	-
RS	NOVA BASSANO	43	1290	6	-8.435.866,97	25.297.003,09	-
RS	NOVA BOA VISTA	43	1295	5	-2.108.574,95	10.743.775,90	-
RS	NOVA CANDELARIA	43	1301	1	-4.140.198,49	11.384.243,90	-
RS	NOVA ESPERANCA DO SUL	43	1303	7	-764.240,21	11.846.910,53	-
RS	NOVA PADUA	43	1308	6	-2.110.915,39	10.932.049,42	-
RS	NOVA PALMA	43	1310	2	-248.911,78	16.422.354,70	-
RS	NOVA PETROPOLIS	43	1320	1	-16.743.612,95	48.718.910,25	-
RS	NOVA PRATA	43	1330	0	-14.045.819,65	58.808.883,74	-
RS	NOVA RAMADA	43	1333	4	-4.915.243,95	11.338.371,95	-
RS	NOVA ROMA DO SUL	43	1335	9	0,00	14.860.998,80	0,00
RS	NOVO BARREIRO	43	1349	0	-7.897.001,43	11.272.321,37	-
RS	NOVO CABRAIS	43	1339	1	-2.619.232,37	12.908.386,39	-
RS	NOVO TIRADENTES	43	1344	1	-1.532.539,37	9.852.772,88	-
RS	OSÓRIO	43	1350	8	-71.001.230,23	170.322.202,49	-
RS	PAIM FILHO	43	1360	7	-1.669.563,23	12.210.687,21	-
RS	PALMARES DO SUL	43	1365	6	-4.519.535,09	26.260.872,10	-
RS	PALMEIRA DAS MISSOES	43	1370	6	-23.591.067,02	53.794.807,28	-
RS	PANAMBI	43	1390	4	-14.565.267,37	93.270.759,93	-
RS	PANTANO GRANDE	43	1396	3	901.927,78	20.252.347,18	4,45
RS	PARAI	43	1400	1	-5.255.504,57	19.578.382,38	-
RS	PARAÍSO DO SUL	43	1402	7	-985.750,93	14.979.842,28	-
RS	PARECI NOVO	43	1403	5	-3.970.406,70	14.506.702,59	-
RS	PASSA SETE	43	1406	8	0,00	13.105.105,31	0,00
RS	PASSO DO SCBRADO	43	1407	6	-3.797.778,93	15.112.449,96	-
RS	PAULO BENTO	43	1413	4	-1.898.320,43	9.504.701,81	-
RS	PAVERAMA	43	1415	9	-1.492.477,00	15.173.389,82	-
RS	PEDRAS ALTAS	43	1417	5	-4.909.521,71	15.757.851,44	-
RS	PEJUCARA	43	1430	8	-980.583,46	15.330.686,02	-
RS	PICADA CAFE	43	1442	3	-3.668.978,37	18.995.102,95	-
RS	PINHAL DA SERRA	43	1446	4	-3.143.277,51	18.262.504,14	-
RS	PINHEIRINHO DO VALE	43	1449	0	-900.035,74	12.594.132,55	-
RS	PIRAPO	43	1455	5	-2.001.569,83	9.939.680,52	-
RS	PIRATINI	43	1460	5	106.059,08	38.869.884,79	0,53
RS	PLANALTO	43	1470	4	-3.039.112,06	18.803.057,85	-
RS	POCO DAS ANTAS	43	1475	3	-2.685.075,86	10.403.455,95	-
RS	PONTAG	43	1477	9	-3.685.568,10	18.500.376,70	-
RS	PONTE PRETA	43	1478	7	-2.800.837,00	10.083.314,00	-
RS	PORTAO	43	1480	3	-8.284.718,57	62.017.389,76	-
RS	PORTO MAUA	43	1505	7	-7.225.863,57	10.537.253,31	-
RS	PORTO VERA CRUZ	43	1507	3	-179.549,29	9.721.404,26	-
RS	PORTO XAVIER	43	1510	7	-1.053.833,88	20.538.011,50	-
RS	PRESIDENTE LUCENA	43	1514	9	-1.988.683,02	10.465.817,35	-
RS	PROGRESSO	43	1515	6	-3.928.043,56	14.041.306,96	-
RS	PROTASIO ALVES	43	1517	2	-2.363.841,34	9.851.958,58	-
RS	PUTINGA	43	1520	6	-3.825.200,70	12.494.270,36	-
RS	QUATRO IRMAOS	43	1531	3	-1.547.906,74	9.629.116,87	-
RS	QUINZE DE NOVEMBRO	43	1535	4	-2.163.273,58	14.890.089,58	-
RS	REDENTORA	43	1540	4	2.222.013,49	17.635.281,37	12,60
RS	RELVADO	43	1545	3	-1.562.044,54	9.829.509,76	-
RS	RESTINGA SECA	43	1550	3	-2.525.473,84	30.033.817,88	-
RS	RIO DOS INDIOS	43	1555	2	-26.365,20	12.138.261,09	-
RS	RIO PARDO	43	1570	1	-4.363.678,48	73.006.638,97	-
RS	ROCA SALES	43	1580	0	-386.196,44	22.858.442,14	-
RS	RODEIO BONITO	43	1590	9	-2.004.965,02	14.411.777,78	-
RS	ROLADOR	43	1595	8	-3.745.814,05	12.517.360,50	-
RS	RONDA ALTA	43	1610	5	-1.532.175,78	21.778.124,19	-

RS	RONDINHA	43	1620	4	-768.059,75	13.266.516,10	-
RS	ROSARIO DO SUL	43	1640	2	-1.205.627,54	56.625.628,98	-
RS	SALDANHA MARINHO	43	1643	6	1.083.913,21	11.558.897,31	9,20
RS	SALVADOR DAS MISSOES	43	1647	7	-2.323.054,19	12.584.624,71	-
RS	SALVADOR DO SUL	43	1650	1	-2.378.200,39	19.126.049,95	-
RS	SANANDUVA	43	1660	0	-2.730.890,49	31.674.838,78	-
RS	SANTA BARBARA DO SUL	43	1670	9	1.190.972,23	24.321.245,10	4,90
RS	SANTA MARIA DO HERVAL	43	1695	6	-2.001.739,13	14.759.830,28	-
RS	SANTA TEREZA	43	1725	1	-1.829.267,09	8.909.720,33	-
RS	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	43	1760	8	-10.420.864,03	74.758.573,67	-
RS	SANTO ANTONIO DO PALMA	43	1755	8	-1.588.722,29	11.081.554,43	-
RS	SANTO AUGUSTO	43	1780	6	-6.926.267,23	28.686.455,78	-
RS	SANTO EXPEDITO DO SUL	43	1795	4	-643.378,04	10.490.580,41	-
RS	SAO DOMINGOS DO SUL	43	1805	1	-1.728.114,84	11.041.656,00	-
RS	SAO FRANCISCO DE ASSIS	43	1810	1	-3.526.921,50	39.651.923,16	-
RS	SAO FRANCISCO DE PAULA	43	1820	0	-8.101.466,35	40.537.830,47	-
RS	SAO JERONIMO	43	1840	8	-22.517.000,78	40.158.092,85	-
RS	SAO JOAO DA URTIGA	43	1842	4	0,00	13.125.803,61	0,00
RS	SAO JORGE	43	1844	0	-2.200.004,52	9.948.543,43	-
RS	SAO JOSE DO HERVAL	43	1846	5	-987.400,42	10.027.687,29	-
RS	SAO JOSE DO HORTENCIO	43	1848	1	-6.479.174,06	13.355.386,09	-
RS	SAO JOSE DO INHACORA	43	1849	9	0,00	10.431.427,75	0,00
RS	SAO JOSE DO NORTE	43	1850	7	-18.590.042,81	50.772.582,13	-
RS	SAO JOSE DO OURO	43	1860	6	-2.067.511,02	15.413.038,20	-
RS	SAO JOSE DO SUL	43	1861	4	-2.727.584,15	12.152.958,57	-
RS	SAO LOURENCO DO SUL	43	1880	4	-21.679.895,97	81.112.520,05	-
RS	SAO LUIZ GONZAGA	43	1890	3	-10.667.154,04	55.557.212,51	-
RS	SAO MARTINHO	43	1910	9	135.237,58	14.599.189,94	0,93
RS	SAO MARTINHO DA SERRA	43	1912	5	-1.003.986,32	10.310.671,69	-
RS	SAO MIGUEL DAS MISSOES	43	1915	8	-5.159.324,47	23.079.862,51	-
RS	SAO PAULO DAS MISSOES	43	1930	7	-2.930.111,64	13.755.709,05	-
RS	SAO PEDRO DA SERRA	43	1935	6	-1.874.908,80	13.172.691,08	-
RS	SAO PEDRO DAS MISSOES	43	1936	4	-256.858,68	9.848.953,15	-
RS	SAO PEDRO DO BUTIA	43	1937	2	-9.948.364,66	11.815.126,49	-
RS	SAO PEDRO DO SUL	43	1940	5	-8.134.973,93	35.290.816,40	-
RS	SAO SEBASTIAO DO CAI	43	1950	5	790.580,33	46.763.946,06	1,59
RS	SAO SEPE	43	1960	4	-37.419.333,00	44.643.502,00	-
RS	SAO VALENTIM	43	1970	3	-1.740.865,12	11.806.399,33	-
RS	SAO VALENTIM DO SUL	43	1971	1	-1.775.557,13	9.669.081,56	-
RS	SAO VALERIO DO SUL	43	1973	7	-2.083.216,22	9.243.174,06	-
RS	SAO VENDELINO	43	1975	2	-2.965.667,09	11.821.168,18	-
RS	SAO VICENTE DO SUL	43	1980	2	-2.659.815,88	19.844.568,68	-
RS	SARANDI	43	2010	7	-9.253.804,79	42.195.928,27	-
RS	SEBERRI	43	2020	6	-1.736.177,84	22.077.543,73	-
RS	SEDE NOVA	43	2023	0	-2.642.844,48	11.478.212,74	-
RS	SEGREDO	43	2026	3	-3.220.185,01	16.367.134,92	-
RS	SELBACH	43	2030	5	-1.156.910,52	15.468.422,79	-
RS	SENADOR SALGADO FILHO	43	2032	1	-1.349.100,69	10.233.874,95	-
RS	SERAFINA CORREA	43	2040	4	-4.054.798,75	38.059.761,94	-
RS	SERIO	43	2045	3	-2.055.493,49	10.207.828,50	-
RS	SEVERIANO DE ALMEIDA	43	2060	2	-1.362.443,39	12.675.131,86	-
RS	SILVEIRA MARTINS	43	2065	1	-360.691,72	9.870.064,87	-
RS	SINIMBU	43	2067	7	-5.497.245,69	19.949.427,49	-
RS	SOBRADINHO	43	2070	1	-13.403.580,40	29.185.501,81	-
RS	TABAI	43	2085	9	-1.521.215,19	11.611.182,07	-
RS	TAPEJARA	43	2090	9	-7.099.475,63	43.374.517,00	-
RS	TAPERA	43	2100	5	-746.512,10	24.484.123,75	-
RS	TAPES	43	2110	5	-3.576.301,96	32.051.948,41	-
RS	TAQUARI	43	2130	3	-4.377.996,48	43.034.893,37	-
RS	TAQUARUCU DO SUL	43	2132	9	-634.083,46	10.879.617,84	-
RS	TAVARES	43	2135	2	117.112,91	12.525.177,75	0,94
RS	TRUTONIA	43	2145	1	-2.171.019,18	63.846.558,04	-
RS	TIO HUGO	43	2146	9	775.518,03	10.943.587,01	7,09
RS	TIRADENTES DO SUL	43	2147	7	-2.710.031,38	13.341.389,20	-
RS	TOROPÍ	43	2149	3	-2.564.950,97	9.630.876,01	-
RS	TRAMANDAÍ	43	2160	0	-11.758.881,78	140.641.258,14	-

RS	TRES ARROIOS	43	2163	4	-864.944,38	11.776.002,55	-
RS	TRES CACHOEIRAS	43	2166	7	-5.443.376,86	19.834.964,10	-
RS	TRES DE MAIO	43	2189	8	-6.046.933,61	41.058.601,63	-
RS	TRES PALMEIRAS	43	2185	7	-1.128.413,75	13.754.358,21	-
RS	TRES PASSOS	43	2190	7	-9.135.928,52	47.318.193,70	-
RS	TRINDADE DO SUL	43	2195	6	2.056.199,81	13.567.894,91	15,17
RS	TRIUNFO	43	2200	4	32.690.354,47	162.610.955,96	20,11
RS	TUCUNDUVA	43	2210	3	-1.297.694,50	12.625.401,28	-
RS	TUPANCI DO SUL	43	2218	6	-1.186.853,31	9.609.194,18	-
RS	TUPANDI	43	2225	1	-1.284.009,33	22.522.468,66	-
RS	TUPARENDI	43	2230	1	119.042,97	17.721.042,52	0,67
RS	TURUCU	43	2232	7	-3.820.714,21	12.815.907,01	-
RS	UBIRETAMA	43	2234	3	-1.693.656,80	9.409.794,48	-
RS	VALE DO SOL	43	2253	3	-2.031.394,80	21.641.246,25	-
RS	VALE REAL	43	2254	1	-2.104.539,17	13.711.480,59	-
RS	VALE VERDE	43	2252	5	-2.227.251,14	11.408.704,44	-
RS	VANINI	43	2255	8	-1.259.110,78	10.079.608,91	-
RS	VERA CRUZ	43	2270	7	-5.907.108,59	49.895.677,39	-
RS	VERANOPOLIS	43	2280	6	-12.101.069,09	63.564.690,38	-
RS	VESPASIANO CORREA	43	2285	5	-2.497.050,99	10.315.035,25	-
RS	VIADUTOS	43	2290	5	-2.809.136,05	13.176.038,46	-
RS	VICENTE DUTRA	43	2310	1	-2.526.176,64	11.987.338,97	-
RS	VILA LANGARO	43	2335	8	-75.845,32	10.744.990,04	-
RS	VILA MARIA	43	2340	8	-1.642.978,95	16.729.441,37	-
RS	VILA NOVA DO SUL	43	2345	7	-2.102.240,08	12.033.432,83	-
RS	VISTA ALEGRE	43	2350	7	-2.593.733,95	10.798.838,58	-
RS	VISTA ALEGRE DO PRATA	43	2360	6	-888.737,33	11.561.372,33	-
RS	VISTA GAUCHA	43	2370	5	-689.548,46	12.395.687,46	-
RS	VITORIA DAS MISSOES	43	2375	4	-1.247.417,25	10.748.101,81	-
RS	WESTFALIA	43	2377	0	1.707.389,66	14.950.691,88	11,42
SC	ABELARDO LUZ	42	10	1	-5.611.131,13	47.493.176,94	-
SC	AGROLANDIA	42	20	0	-2.781.907,84	19.326.193,16	-
SC	AGRONOMICA	42	30	9	-1.686.711,78	13.220.358,13	-
SC	AGUA DOCE	42	40	8	-6.358.979,84	20.605.042,65	-
SC	AGUAS DE CHAPECO	42	50	7	-1.119.135,54	13.413.578,26	-
SC	AGUAS FRIAS	42	55	6	-3.568.137,42	10.612.240,41	-
SC	AGUAS MORNAS	42	60	6	-1.055.548,51	14.099.287,12	-
SC	ALFREDO WAGNER	42	70	5	-2.814.203,45	16.825.840,28	-
SC	ANTONIO CARLOS	42	120	8	-2.197.849,90	22.885.515,23	-
SC	APIUNA	42	125	7	-2.305.837,63	25.249.271,81	-
SC	ARABUTA	42	127	3	-1.213.453,08	14.501.903,95	-
SC	ARAQUARI	42	130	7	1.273.223,58	60.799.972,66	2,09
SC	ARVOREDO	42	165	3	-387.243,00	11.511.074,00	-
SC	ASCURRA	42	170	3	-2.610.357,90	15.412.400,28	-
SC	AURORA	42	190	1	-774.370,84	13.744.270,79	-
SC	BALNEARIO GAIVOTA	42	207	3	-3.986.154,79	22.584.914,96	-
SC	BALNEARIO PICARRAS	42	1280	9	-19.217.601,27	56.473.354,87	-
SC	BALNEARIO RINCAO	42	2000	0	-3.530.880,00	22.593.406,10	-
SC	BARRA VELHA	42	210	7	-7.974.491,55	58.776.271,39	-
SC	BELA VISTA DO TOLDO	42	213	1	-2.042.412,54	17.225.102,82	-
SC	BELMONTE	42	215	6	-1.620.256,45	10.242.600,46	-
SC	BENEDITO NOVO	42	220	8	-3.052.012,28	19.441.248,82	-
SC	BOCAINA DO SUL	42	243	8	-1.151.402,22	11.337.265,88	-
SC	BOM JARDIM DA SERRA	42	250	3	-7.361.557,89	12.295.581,67	-
SC	BOM JESUS	42	253	7	-1.649.584,86	11.076.283,61	-
SC	BOM JESUS DO OESTE	42	257	8	-1.401.129,84	9.894.620,95	-
SC	BOM RETIRO	42	260	2	-1.557.303,43	16.824.375,87	-
SC	BOTUVERA	42	270	1	-5.369.783,84	12.946.943,58	-
SC	BRACO DO TROMBUDO	42	285	9	-2.296.284,25	13.825.562,40	-
SC	CAIBI	42	310	5	-454.273,45	15.981.090,73	-
SC	CAMPO ALEGRE	42	330	3	-3.002.952,37	27.494.527,97	-
SC	CAMPO BELO DO SUL	42	340	2	-1.585.042,91	16.961.364,85	-
SC	CAMPOS NOVOS	42	360	0	-795.097,19	94.520.547,06	-
SC	CANELINHA	42	370	9	-1.788.942,39	21.872.063,71	-
SC	CAPAO ALTO	42	325	3	-790.506,41	14.104.523,54	-
SC	CAPINZAL	42	390	7	-5.633.088,22	56.284.002,03	-

SC	CAXAMBU DO SUL	42	410	3	-535.971,77	16.304.458,16	-
SC	COCAL DO SUL	42	425	1	-4.071.226,84	38.477.540,40	-
SC	CORDILHEIRA ALTA	42	435	0	-2.792.348,08	15.938.484,48	-
SC	CORONEL FREITAS	42	440	0	-4.657.873,42	23.193.567,16	-
SC	CORONEL MARTINS	42	445	9	-584.831,04	10.190.300,19	-
SC	CORREIA PINTO	42	456	8	-2.945.821,58	37.151.897,84	-
SC	CORUPÁ	42	450	9	-444.107,58	34.386.232,84	-
SC	CUNHA PORA	42	470	7	-1.969.721,97	23.361.224,04	-
SC	CUNHATAÍ	42	476	8	-1.398.831,91	8.123.863,17	-
SC	CURITIBANOS	42	480	6	-14.886.342,38	68.906.939,60	-
SC	DESCANSO	42	490	5	-3.477.099,19	17.429.547,32	-
SC	DIONÍSIO CERQUEIRA	42	500	1	-5.678.080,88	33.993.466,20	-
SC	DONA EMMA	42	610	0	1.743.098,64	11.296.868,97	-
SC	DOUTOR PEDRINHO	42	616	9	-1.081.325,83	10.673.497,74	-
SC	ENTRE RIOS	42	617	5	-1.720.128,17	10.224.763,70	-
SC	ERMO	42	519	1	0,00	9.787.398,24	0,00
SC	ERVAL VELHO	42	520	9	-3.019.730,47	13.454.629,07	-
SC	FORMOSA DO SUL	42	543	1	-1.386.730,98	10.130.794,17	-
SC	FORQUILHINHA	42	545	6	-5.495.929,61	53.569.309,98	-
SC	FRAIBURGO	42	550	6	-8.754.948,35	75.877.395,47	-
SC	FREI ROGERIO	42	555	5	-1.919.345,59	9.686.262,34	-
SC	GAROPABA	42	570	4	4.738.184,65	44.883.790,04	-
SC	GARUVA	42	580	3	-5.634.782,57	43.375.533,91	-
SC	GOVERNADOR CELSO RAMOS	42	500	9	-5.331.477,23	36.648.425,47	-
SC	GRAVATAL	42	620	7	-798.823,84	16.899.559,47	-
SC	GUABIRUBA	42	630	6	-7.435.488,89	44.534.391,72	-
SC	GUARACIABA	42	640	5	-2.543.940,03	19.787.508,60	-
SC	GUARAMIRIM	42	650	4	-7.564.654,15	33.987.565,15	-
SC	GUARUJÁ DO SUL	42	680	3	-2.031.816,11	13.181.688,18	-
SC	GUATAMBU	42	685	2	-1.234.590,06	16.279.700,50	-
SC	IBIRAMA	42	690	0	-5.157.433,17	36.830.815,98	-
SC	ILHOTA	42	710	8	3.366.254,43	27.937.848,58	12,05
SC	IMBITUBA	42	730	4	-7.075.693,57	30.832.065,41	-
SC	IMBUÍ	42	740	3	-5.474.696,03	13.980.596,84	-
SC	IOMERE	42	757	7	-844.632,04	12.808.125,47	-
SC	IPORÁ DO OESTE	42	765	0	-2.592.799,45	19.369.655,34	-
SC	IPUMIRIM	42	770	0	-2.857.106,30	21.767.386,36	-
SC	IRACEMINHA	42	775	9	-1.400.197,45	11.749.999,44	-
SC	IRATI	42	785	8	874.950,34	9.544.261,24	9,17
SC	IRINEÓPOLIS	42	790	8	-704.135,71	23.291.345,35	-
SC	ITA	42	800	5	2.654.161,50	31.831.256,25	8,34
SC	ITAIOPOLIS	42	810	4	-6.957.070,22	41.431.671,27	-
SC	ITAPIRANGA	42	840	1	-3.417.111,95	43.772.295,51	-
SC	ITUPORANGA	42	860	0	-2.200.560,07	43.086.587,00	-
SC	JACINTO MACHADO	42	870	8	-1.341.835,11	23.444.265,50	-
SC	JARDINÓPOLIS	42	895	5	-893.765,59	9.235.850,04	-
SC	JOSE BOITEUX	42	915	1	-2.010.262,64	12.559.864,69	-
SC	JUPIÁ	42	917	7	-1.221.205,74	9.638.354,84	-
SC	LAJEADO GRANDE	42	945	8	-2.238.613,07	9.733.095,40	-
SC	LAURENTINO	42	950	8	-1.020.132,33	14.649.555,03	-
SC	LEOBERTO LEAL	42	980	5	-235.135,47	10.888.088,30	-
SC	LINDÓIA DO SUL	42	985	4	2.087.775,03	14.000.896,15	-
SC	LONTRAS	42	990	4	-2.162.975,61	22.412.160,55	-
SC	LUÍZ ALVES	42	1000	1	-7.569.721,50	26.572.952,40	-
SC	LUZERNA	42	1003	5	-4.168.750,24	15.852.343,88	-
SC	MACIEIRA	42	1005	0	-2.339.058,08	10.142.066,29	-
SC	MAJOR GERCINO	42	1020	9	-1.680.812,38	8.739.257,57	-
SC	MARACAJÁ	42	1040	7	-988.990,20	15.213.005,85	-
SC	MARAVILHA	42	1050	6	-4.447.287,00	50.754.217,75	-
SC	MAREMA	42	1055	5	-1.116.256,04	10.325.171,56	-
SC	MASSARANDUBA	42	1060	5	-3.139.689,21	33.589.782,48	-
SC	MATOS COSTA	42	1070	4	-376.745,91	10.798.217,87	-
SC	MELEIRO	42	1080	3	-2.260.425,49	17.766.698,20	-
SC	MIRIM DOCE	42	1085	2	-1.559.185,07	10.450.737,19	-
SC	MOJÓ	42	1090	2	-1.904.487,98	13.683.970,40	-
SC	MONTE CASTELO	42	1110	8	-1.310.805,05	15.666.058,97	-

SC	MORRO DA FUMACA	42	1120	7	-1.116.519,99	36.204.491,37	
SC	MORRO GRANDE	42	1125	6	-909.534,35	12.833.425,94	
SC	NOVA ERECHIM	42	1140	5	-499.622,35	14.312.152,58	-
SC	NOVA ITABERABA	42	1145	4	-1.423.947,15	13.498.889,11	-
SC	NOVA TRENTO	42	1150	4	-3.903.119,63	29.737.563,59	-
SC	NOVO HORIZONTE	42	1165	2	-831.973,91	11.674.902,34	-
SC	ORLEANS	42	1170	2	-5.956.207,84	49.383.065,37	-
SC	OURO	42	1180	1	-2.838.123,08	15.912.991,38	-
SC	OURO VERDE	42	1185	0	-641.111,81	11.231.510,21	-
SC	PALMITOS	42	1210	6	-4.413.213,23	32.173.585,78	-
SC	PAPANDUVA	42	1220	5	1.201.616,88	38.181.885,13	3,32
SC	PARAISO	42	1223	9	-1.554.122,93	11.359.111,78	-
SC	PASSOS MAIA	42	1227	0	-3.121.113,31	14.730.546,10	-
SC	PAULO LOPES	42	1230	4	365.712,72	13.940.994,52	2,62
SC	PEDRAS GRANDES	42	1240	3	-1.648.060,58	11.100.707,90	-
SC	PENHA	42	1250	2	-9.016.478,54	57.946.439,64	-
SC	PERITIBA	42	1260	1	-1.333.618,78	10.742.675,20	-
SC	PINHALZINHO	42	1290	8	-4.560.551,08	40.370.677,01	-
SC	PINHEIRO PRETO	42	1300	5	514.180,06	12.525.773,17	4,10
SC	POMERODE	42	1320	3	-18.804.403,71	93.287.598,94	-
SC	PONTE ALTA DO NORTE	42	1335	1	-2.639.981,40	11.313.397,54	-
SC	PONTE SERRADA	42	1340	1	-5.423.430,78	24.309.598,50	-
SC	PORTO BELO	42	1350	0	-12.662.703,86	47.987.214,77	-
SC	PORTO UNIAO	42	1360	9	-2.936.236,48	54.565.085,51	-
SC	POUSO REDONDO	42	1370	0	0,00	31.576.169,16	0,00
SC	PRAIA GRANDE	42	1380	7	-956.585,34	14.910.575,19	-
SC	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	42	1390	6	-512.689,71	10.293.672,47	-
SC	PRESIDENTE GETULIO	42	1400	3	-1.955.789,91	35.143.210,26	-
SC	PRESIDENTE NEREU	42	1410	2	-952.920,79	8.411.688,26	-
SC	QUILOMBO	42	1420	1	-3.992.549,33	24.411.123,69	-
SC	RIO DAS ANTAS	42	1440	9	-1.081.659,28	18.099.666,70	-
SC	RIO DO CAMPO	42	1450	6	-380.504,73	14.183.946,33	-
SC	RIO DOS CEDROS	42	1470	6	-4.350.167,89	22.313.102,96	-
SC	RIO FORTUNA	42	1490	4	-2.478.210,53	11.505.923,46	-
SC	RIO RUFINO	42	1505	9	-128.034,05	9.213.574,31	-
SC	RIQUEZA	42	1507	5	-2.985.782,75	12.327.994,79	-
SC	RODEIO	42	1510	9	-2.259.197,78	20.417.848,15	-
SC	ROMELANDIA	42	1520	8	1.032.663,72	11.738.554,58	8,60
SC	SANGAO	42	1545	5	-377.693,57	21.021.981,28	-
SC	SANTA CECILIA	42	1550	6	2.113.643,74	32.313.118,39	6,54
SC	SANTA HELENA	42	1555	4	-1.566.058,86	10.171.389,04	-
SC	SANTA ROSA DO SUL	42	1565	3	3.396,53	14.206.308,71	0,02
SC	SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	42	1588	7	-703.246,67	9.587.755,60	-
SC	SANTIAGO DO SUL	42	1589	5	-2.088.732,83	9.238.601,56	-
SC	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	42	1570	3	-4.482.116,66	42.022.660,40	-
SC	SAO BERNARDINO	42	1575	2	-1.587.439,82	10.809.261,12	-
SC	SAO BONIFACIO	42	1580	1	-1.797.433,41	10.066.341,80	-
SC	SAO DOMINGOS	42	1610	7	-5.315.624,83	20.012.081,91	-
SC	SAO JOAO BATISTA	42	1630	5	-6.041.177,77	55.272.088,36	-
SC	SAO JOAO DO ITAPERIU	42	1635	4	-870.629,73	10.966.203,70	-
SC	SAO JOAO DO OESTE	42	1625	5	-2.719.302,13	16.834.675,42	-
SC	SAO JOAO DO SUL	42	1640	4	-1.420.150,80	15.400.804,10	-
SC	SAO JOSE DO CEDRO	42	1670	1	-2.002.093,39	27.200.146,00	-
SC	SAO JOSE DO CERRITO	42	1680	0	-1.139.155,43	15.747.890,17	-
SC	SAO LOURENCO DO OESTE	42	1690	9	-6.473.822,95	51.592.178,67	-
SC	SAO LUDGERO	42	1700	6	-5.201.230,08	27.841.685,04	-
SC	SAO MARTINHO	42	1710	5	-766.069,51	10.221.938,45	-
SC	SAO MIGUEL DO OESTE	42	1720	4	2.331.720,25	72.801.675,92	3,20
SC	SAC PEDRO DE ALCANTARA	42	1725	3	-2.424.319,27	12.302.108,92	-
SC	SAUDADES	42	1730	3	191.248,38	19.047.267,68	1,00
SC	SEARA	42	1750	1	-4.570.605,19	40.285.060,08	-
SC	SERRA ALTA	42	1755	0	-153.060,57	10.544.888,54	-
SC	SOMBRIÓ	42	1770	9	1.424.485,86	48.462.464,07	2,94
SC	SUL BRASIL	42	1775	8	-2.008.175,45	11.062.517,80	-
SC	TANGARA	42	1790	7	210.302,85	24.278.068,57	0,87
SC	TIGRINHOS	42	1795	6	-1.079.745,73	9.111.619,71	-

SC	TQUCAS	42	1800	4	4.456.758,57	79.732.101,85	5,59
SC	TIMBO	42	1820	2	-24.211.784,89	103.062.972,82	-
SC	TRES BARRAS	42	1830	1	1.389.840,34	48.042.728,17	2,79
SC	TREZE DE MAIO	42	1840	0	-4.479.196,05	13.898.183,03	-
SC	TUNAPOLIS	42	1875	6	-1.522.053,98	14.432.887,50	-
SC	TURVO	42	1880	6	-7.036.884,30	27.883.233,61	-
SC	UNIAO DO OESTE	42	1885	5	-585.514,76	11.063.034,78	-
SC	URUPEMA	42	1895	4	-2.130.657,39	9.195.348,15	-
SC	URLUSSANGA	42	1900	2	-1.240.245,71	47.869.659,62	-
SC	VARGEM BONITA	42	1917	8	-3.097.615,88	18.528.308,13	-
SC	VIDEIRA	42	1930	9	-18.733.762,13	112.199.743,13	-
SC	VITOR MEIRELES	42	1935	8	-1.607.438,79	12.860.034,21	-
SC	WITMARSUM	42	1940	8	-2.707.090,42	11.709.951,13	-
SC	XAVANTINA	42	1960	6	-835.250,50	15.310.975,63	-
SC	ZORTEA	42	1985	3	-1.684.700,55	12.879.512,03	-
SE	MOITA BONITA	26	410	2	8.166.206,05	17.354.930,04	47,05
SE	SANTA ROSA DE LIMA	26	650	3	-2.254.462,76	129.360.414,16	-
SP	AGUAS DE SAO PEDRO	35	80	0	1.263.405,89	17.407.684,24	7,26
SP	AGUDOS	35	70	9	4.248.620,99	114.255.379,42	3,72
SP	ALVARES FLORENCE	35	120	2	-1.033.557,59	15.026.130,62	-
SP	AMERICO BRASILIENSE	35	170	7	-9.530.050,97	75.577.087,75	-
SP	APARECIDA D'OESTE	35	280	6	-2.025.402,06	13.859.457,17	-
SP	AREIAS	35	350	5	-2.097.486,36	12.761.086,39	-
SP	ARIRANHA	35	370	3	165.606,78	34.937.335,95	0,47
SP	ARTUR NOGUEIRA	35	380	2	26.275.498,32	95.971.632,28	27,38
SP	ASPASIA	35	395	0	-886.175,55	10.577.865,95	-
SP	AVAI	35	430	5	-396.264,78	17.411.219,70	-
SP	BADY BASSITT	35	460	2	4.196.218,13	38.428.134,38	10,92
SP	BARRINHA	35	580	9	0,00	58.768.254,51	0,00
SP	BOCAINA	35	680	5	-6.214.129,84	29.840.865,38	-
SP	BOREBI	35	745	6	-262.912,43	13.758.169,97	-
SP	BURITAMA	35	810	8	-501.667,12	44.270.204,04	-
SP	CAJOBI	35	930	4	460.083,61	23.258.070,28	1,98
SP	CEDRAL	35	1130	0	-3.314.585,33	24.588.807,02	-
SP	CLEMENTINA	35	1190	4	-2.829.531,62	20.499.865,27	-
SP	CONCHAS	35	1230	8	-1.106.386,42	38.183.368,40	-
SP	COSMORAMA	35	1290	2	-1.900.271,56	21.559.135,51	-
SP	CRISTAIS PAULISTA	35	1320	7	575.495,86	21.933.708,78	2,63
SP	CUNHA	35	1360	3	-6.448.608,74	41.729.648,88	-
SP	DIRCE REIS	35	1385	0	-1.409.063,59	9.507.513,40	-
SP	DOIS CORREGOS	35	1410	6	-8.310.980,27	59.929.802,34	-
SP	DRACENA	35	1440	3	-5.228.954,54	88.679.739,85	-
SP	ECHAPORA	35	1470	0	-2.507.650,95	17.760.982,62	-
SP	ESTRELA D'OESTE	35	1520	2	-2.843.707,08	21.616.962,42	-
SP	FLOREAL	35	1590	5	-17.493.441,23	9.153.333,55	-
SP	FLORIDA PAULISTA	35	1600	2	-4.890.892,71	28.372.774,97	-
SP	GABRIEL MONTEIRO	35	1650	7	-689.138,85	10.520.978,28	-
SP	GARÇA	35	1670	5	-9.549.642,99	104.107.695,91	-
SP	GASTAO VIDIGAL	35	1690	4	-51.840,26	13.032.145,30	-
SP	GAVIAO PEIXOTO	35	1695	3	0,00	28.828.652,89	0,00
SP	GUAICARA	35	1720	3	-2.644.580,56	24.847.783,83	-
SP	GUARARAPES	35	1820	6	-4.535.985,84	63.105.195,88	-
SP	GUATAPARA	35	1885	9	-28.444,04	24.258.633,69	-
SP	IACANGA	35	1910	5	-2.807.311,47	34.520.240,39	-
SP	IACRI	35	1920	4	-1.788.470,20	16.412.262,89	-
SP	IBATE	35	1930	3	-2.290.883,96	66.442.176,99	-
SP	IBIRA	35	1940	2	71.339,00	28.824.553,00	0,25
SP	ICEM	35	1960	8	-1.787.591,53	34.484.471,38	-
SP	IGARAPAVA	35	2010	3	32.120.941,87	65.329.559,07	49,17
SP	IRACEMAPOLIS	35	2140	6	-2.917.659,68	51.011.610,11	-
SP	JABORANDI	35	2420	4	1.243.265,30	20.636.388,01	0,01
SP	JARINU	35	2520	1	-870.979,68	80.091.182,15	-
SP	JOAO RAMALHO	35	2550	7	-2.836.619,11	16.631.292,25	-
SP	JOSE BONIFACIO	35	2570	6	-13.508.244,81	72.732.261,58	-
SP	JUMIRIM	35	2585	4	-1.252.387,61	12.865.079,76	-
SP	JUNQUEIROPOLIS	35	2600	1	1.002.458,22	47.316.503,94	2,12

SP	LARANJAL PAULISTA	35	2640	7	-11.363.620,45	65.199.804,41	-
SP	LAVÍNIA	35	2650	6	-1.461.616,67	19.111.150,71	-
SP	LAVRINHAS	35	2660	5	704.179,12	18.149.312,49	4,16
SP	MACATUBA	35	2800	7	-6.570.837,91	21.661.441,02	-
SP	MACAUBAL	35	2810	6	336.673,09	17.817.992,28	1,89
SP	MACEDONIA	35	2820	5	-1.629.321,68	6.920.657,16	-
SP	MAIRINQUE	35	2840	3	-4.786.729,29	111.772.858,71	-
SP	MERIDIANO	35	2860	9	3.655.261,11	16.891.620,74	21,64
SP	MESOPOLIS	35	2885	8	-406.316,48	11.979.232,14	-
SP	MONTE ALTO	35	3130	8	-17.553.873,94	48.603.247,56	-
SP	MONTE CASTELO	35	3160	5	-3.228.263,83	14.703.114,91	-
SP	NATIVIDADE DA SERRA	35	3230	6	-101.473,17	20.780.828,44	-
SP	NIPÓIA	35	3270	2	440.375,00	12.945.248,00	3,40
SP	NOVA ALIANÇA	35	3280	1	-1.658.342,48	17.059.717,89	-
SP	NOVAIS	35	3325	4	-215.594,43	13.804.459,32	-
SP	ORIENTE	35	3410	4	-1.023.213,58	14.053.607,89	-
SP	ORLANDIA	35	3430	2	-2.226.805,59	119.754.781,49	-
SP	PALMARES PAULISTA	35	3510	1	-4.467.121,11	19.188.188,67	-
SP	PARDINHO	35	3610	9	-1.207.539,97	22.101.898,98	-
SP	PARIQUERA-ACU	35	3620	8	-8.616.752,57	35.103.840,23	-
SP	PARISI	35	3625	7	1.246.801,48	11.800.661,07	-
SP	PEDRA BELA	35	3680	2	0,00	14.656.160,40	0,00
SP	PONTAL	35	4020	0	18.456.974,75	78.228.131,98	24,21
SP	PORANGABA	35	4050	7	0,00	19.397.502,04	0,00
SP	POTIRENDABA	35	4080	4	-4.048.245,52	44.330.431,31	-
SP	QUATA	35	4170	3	-2.344.826,50	31.613.947,24	-
SP	RIBEIRÃO GRANDE	35	4325	3	-19.227.906,92	23.344.271,30	-
SP	RINCAO	35	4370	9	1.283.803,37	24.645.621,67	5,13
SP	RINOPOLIS	35	4380	8	-2.250.889,39	20.828.290,00	-
SP	SALES OLIVEIRA	35	4490	5	-2.682.327,94	28.722.428,91	-
SP	SALMOURAO	35	4510	0	-631.615,64	11.808.136,27	-
SP	SALTINHO	35	4515	9	-2.110.064,96	20.208.341,76	-
SP	SANTA ADELIA	35	4560	5	-3.619.937,16	35.116.870,41	-
SP	SANTA CLARA DO OESTE	35	4610	8	-1.147.052,29	11.789.809,46	-
SP	SANTA ERNESTINA	35	4650	4	0,00	13.682.173,88	0,00
SP	SANTA LUCIA	35	4690	0	402.780,93	15.802.799,75	2,55
SP	SANTA SALETE	35	4765	0	-1.131.168,00	10.823.518,48	-
SP	SANTO ANTONIO DO PINHAL	35	4820	3	-5.868.463,34	20.188.796,79	-
SP	SANTOPOLIS DO AGUAPEI	35	4840	1	-2.285.562,69	12.211.358,50	-
SP	SAO FRANCISCO	35	4900	3	397.043,89	11.294.555,94	3,25
SP	SAC JOAO DAS DUAS PONTES	35	4920	1	-198.591,87	10.674.364,64	-
SP	SAO JOSE DO BARREIRO	35	4960	7	-2.240.022,66	15.738.958,84	-
SP	SAC PEDRO	35	5040	7	-30.528.973,67	78.830.385,13	-
SP	TABATINGA	35	5270	0	-10.198.431,08	30.685.406,33	-
SP	TERRA ROXA	35	5440	0	213.353,16	12.797.230,67	1,67
SP	TORRE DE PEDRA	35	5465	6	0,00	10.453.975,95	0,00
SP	UBARANA	35	5535	6	-2.683.023,61	19.637.291,86	-
SP	URANIA	35	5580	2	-3.625.773,24	18.043.203,74	-
SP	VAL PARAISO	35	5630	5	-3.962.005,00	53.138.771,00	-
TO	BRASILANDIA DO TOCANTINS	17	360	2	-302.669,15	7.481.865,16	-
TO	NOVA OLINDA	17	1488	0	-103.571,89	17.651.646,79	-
TO	SANTA MARIA DO TOCANTINS	17	1663	1	1.694.583,01	7.895.912,24	21,19

ANEXO 3

Tabela contendo cada uma das operações de crédito deferidas e não deferidas no período, bem como o número de instituições financeiras participantes das operações de crédito autorizadas no período, classificadas por tipo de operação em atendimento aos incisos II e III, art. 41 da RSF nº 43/2001.



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/08/2014 a 30/09/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
		<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Prazo:</u>	<u>Valor:</u>	<u>Juros Efetivos:</u>
17944.001194/2013-36	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Ibimirim	Operação Contratual Interna	54 meses	1.250.000,00	4,0% a.a. acrescida da TJLP
	<u>Credor:</u> Banco do Brasil S/A	<u>Data:</u> 01/09/2014	<u>Status:</u> ARQUIVADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
		<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Prazo:</u>	<u>Valor:</u>	<u>Juros Efetivos:</u>
17944.001046/2014-8	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Inciutuba	Operação Contratual Interna	72 meses	13.901.000,00	8,0% a.a. acrescidos da IPC-FIPE
	<u>Credor:</u> Agência de Fomento do Estado de São Paulo	<u>Data:</u> 01/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
		<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Prazo:</u>	<u>Valor:</u>	<u>Juros Efetivos:</u>
17944.001120/2012-19	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Limoeiro	Operação Contratual Interna	78 meses	1.009.606,43	5% a.a. acrescidos da índice estabelecido pela legislação vigente para a correção monetária dos débitos do financiamento com recursos da RGR
	<u>Credor:</u> Companhia Ilumina do São Francisco	<u>Data:</u> 01/05/2014	<u>Status:</u> ARQUIVADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
		<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Prazo:</u>	<u>Valor:</u>	<u>Juros Efetivos:</u>
17944.001593/2014-46	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Santo Ângelo	Operação Contratual Interna	60 meses	3.000.000,00	4% a.a. acrescidos da Selic
	<u>Credor:</u> BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS	<u>Data:</u> 01/08/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2014 a 30/09/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.00122/2014-04	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Anápolis	<u>UF:</u> GO	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 288 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 0% a.a. acrescidos de TR
	<u>Credor:</u> Caixa Econômica Federal	<u>Data:</u> 02/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001520/2013-13	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Bonito	<u>UF:</u> BA	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 120 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 5% a.a. acrescidos de TJLP
	<u>Credor:</u> Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A	<u>Data:</u> 02/09/2014	<u>Status:</u> ARQUIVADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001530/2013-51	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Bonito	<u>UF:</u> BA	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 96 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. acrescido de TJLP
	<u>Credor:</u> Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A	<u>Data:</u> 02/09/2014	<u>Status:</u> ARQUIVADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000081/2014-02	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Hortolândia	<u>UF:</u> SP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 72 meses	<u>Juros Efetivos:</u> IPCA
	<u>Credor:</u> Pessoa Jurídica	<u>Data:</u> 02/09/2014	<u>Status:</u> ARQUIVADO - REGULARIZADO		



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPÊM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2014 a 30/09/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001023/2005-06	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Marília <u>Credor:</u> Companhia Paulista de Força e Luz	<u>UF:</u> SP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 65 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 1% ao mês com parcelas reajustadas anualmente pelo Índice RGR - Eletrobrás
		<u>Data:</u> 02/09/2014	<u>Status:</u> ARQUIVADO - REGULARIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000657/2014-11	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Ourinhos <u>Credor:</u> Caixa Econômica Federal	<u>UF:</u> SP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 269 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 6% a.a. acrescidos de TR
		<u>Data:</u> 02/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001-95/2014-81	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Santa Antônio da Palma <u>Credor:</u> BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS	<u>UF:</u> RS	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 54 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. acrescidos do SELIC
		<u>Data:</u> 02/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001272/2014-83	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Seta Lagoas <u>Credor:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	<u>UF:</u> MG	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 60 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 8% a.a. acrescidos de IPCA
		<u>Data:</u> 02/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2014 a 30/09/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
		<u>Ente:</u>	<u>UF:</u>	<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Juros Efetivos:</u>
17944.001321/2014-38		Prefeitura Municipal de Iloraciândia	SP	Operação Contratual Interna	12% a.a.
	<u>Credor:</u>	Pessoa Jurídica		<u>Prazo:</u>	<u>Valor:</u>
				0 meses	29.851.063,91
		<u>Data:</u>	<u>Status:</u>		
		03/09/2014	ARQUIVADO - REGULARIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
		<u>Ente:</u>	<u>UF:</u>	<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Juros Efetivos:</u>
17944.001534/2013-29		Prefeitura Municipal de Marialva	PR	Operação Contratual Interna	2% a.a. acrescidos de TJLP
	<u>Credor:</u>	Banco do Brasil S/A		<u>Prazo:</u>	<u>Valor:</u>
				72 meses	556.000,00
		<u>Data:</u>	<u>Status:</u>		
		04/09/2014	AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
		<u>Ente:</u>	<u>UF:</u>	<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Juros Efetivos:</u>
17944.001931/2013-09		Prefeitura Municipal de Araras	SP	Operação Contratual Interna	8% a.a. acrescidos de IPC-Fipe
	<u>Credor:</u>	Agência de Fomento do Estado de São Paulo		<u>Prazo:</u>	<u>Valor:</u>
				72 meses	3.317.629,93
		<u>Data:</u>	<u>Status:</u>		
		05/09/2014	AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
		<u>Ente:</u>	<u>UF:</u>	<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Juros Efetivos:</u>
17944.001339/2014-35		Prefeitura Municipal de Araruama	RO	Operação Contratual Interna	2,0% a.a. acrescidos de TJLP
	<u>Credor:</u>	Caixa Econômica Federal		<u>Prazo:</u>	<u>Valor:</u>
				54 meses	4.360.700,00
		<u>Data:</u>	<u>Status:</u>		
		05/09/2014	AUTORIZADO		

Car

de
 Página: 4 de 28



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2014 a 30/09/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001172/2014-57	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Caladina	<u>UF:</u> ES	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 94 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 8% a.a., sem previsão de atualização monetária
	<u>Credor:</u> Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A	<u>Data:</u> 05/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001348/2014-71	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Içara	<u>UF:</u> SC	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 96 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 4,074% a.a. acrescidos de TJLP
	<u>Credor:</u> Caixa Econômica Federal	<u>Data:</u> 05/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001383/2014-19	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Munhoz da Rocha	<u>UF:</u> PR	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 96 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 3,5% ao ano acrescidos de TJLP
	<u>Credor:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A	<u>Data:</u> 05/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000421/2013-14	<u>Ente:</u> Governador do Estado de Pernambuco	<u>UF:</u> PE	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 283 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 6% a.a. acrescidos da TR
	<u>Credor:</u> Caixa Econômica Federal	<u>Data:</u> 08/09/2014	<u>Status:</u> ARQUIVADO		



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2014 a 30/09/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001370/2014-11	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Boa Esperança	<u>UF:</u> PR	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 96 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 3,5% a.a. acrescidos de TJLP
	<u>Credor:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A	<u>Data:</u> 09/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001371/2014-65	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Boa Esperança	<u>UF:</u> PR	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 60 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 3,5% a.a. acrescidos de TJLP
	<u>Credor:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A	<u>Data:</u> 09/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001200/2014-59	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Niterói	<u>UF:</u> RJ	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 96 meses	<u>Juros Efetivos:</u> Subcrédito A: TJLP + 2% a.a.; Subcrédito B: SELIC + 2,2% a.a.
	<u>Credor:</u> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	<u>Data:</u> 09/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001308/2014-96	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Umuarama	<u>UF:</u> PR	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 96 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 4,5% a.a. acrescidos de TJLP
	<u>Credor:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A	<u>Data:</u> 09/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MIF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2014 a 30/09/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001368/2014-41	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Umuarama	<u>UF:</u> PR	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 268 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 9% a.a. acrescido da TR
	<u>Credor:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A		<u>Data:</u> 09/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001205/2014-89	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Palmares do Sul	<u>UF:</u> RS	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 60 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. acrescido de SELIC
	<u>Credor:</u> RADISUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS		<u>Data:</u> 10/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001357/2013-12	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Tapejara	<u>UF:</u> PR	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 72 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 2% a.a. acrescido de TJLP
	<u>Credor:</u> Banco do Brasil S/A		<u>Data:</u> 10/09/2014	<u>Status:</u> ARQUIVADO	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001365/2014-89	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Tapejara	<u>UF:</u> PR	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 96 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. acrescido da TJLP
	<u>Credor:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A		<u>Data:</u> 10/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO	

Ass *W*
 Página: 7 de 28



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2014 a 30/09/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000717/2014-16	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Anápolis	<u>UF:</u> GO	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 258 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 6% a.a. acrescidos da TR
	<u>Credor:</u> Caixa Econômica Federal		<u>Data:</u> 11/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001354/2014-63	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Caramuru	<u>UF:</u> SC	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 96 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 4,074% a.a. + TJLP
	<u>Credor:</u> Caixa Econômica Federal		<u>Data:</u> 11/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000650/2014-10	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Dorcas do Indaiá	<u>UF:</u> MG	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 72 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 8% a.a. acrescidos do IPCA
	<u>Credor:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		<u>Data:</u> 11/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000647/2014-98	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Dorcas do Indaiá	<u>UF:</u> MG	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 60 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 8% a.a. acrescidos do IPCA
	<u>Credor:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		<u>Data:</u> 11/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO	

Handwritten signature

Handwritten signature
 Página: 8 de 28



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS								Período de 01/09/2014 a 30/09/2014	
PROCESSO	ENTE / CREDOR		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES						
17944.001205/2013-88	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Mirangaba	<u>UF:</u> BA	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 54 meses	<u>Valor:</u> 1.250.000,00	<u>Juros Efetivos:</u> 4 % a.a. acrescidos de TJLP			
	<u>Credor:</u> Banco do Brasil S/A		<u>Data:</u> 11/09/2014	<u>Status:</u> ARQUIVADO					
PROCESSO	ENTE / CREDOR		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES						
17944.001316/2014-75	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto	<u>UF:</u> SP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 120 meses	<u>Valor:</u> 11.013.745,09	<u>Juros Efetivos:</u> 3,4% a.a. acrescidos de TJLP			
	<u>Credor:</u> Banco do Brasil S/A		<u>Data:</u> 11/08/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO					
PROCESSO	ENTE / CREDOR		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES						
17944.001315/2014-21	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto	<u>UF:</u> SP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 120 meses	<u>Valor:</u> 4.969.649,37	<u>Juros Efetivos:</u> 3,4% a.a. acrescidos de TJLP			
	<u>Credor:</u> Banco do Brasil S/A		<u>Data:</u> 11/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO					
PROCESSO	ENTE / CREDOR		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES						
17944.001236/2014-10	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Ibitiré	<u>UF:</u> MG	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 72 meses	<u>Valor:</u> 5.000.000,00	<u>Juros Efetivos:</u> 3% a.a acrescidos de IPCA			
	<u>Credor:</u> Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		<u>Data:</u> 12/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO					

[Assinatura]



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2014 a 30/09/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000090/2014-95	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Teixeira Soares <u>Credor:</u> Caixa Econômica Federal	<u>UF:</u> PR	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Data:</u> 12/09/2014 <u>Status:</u> AUTORIZADO	<u>Prazo:</u> 72 meses <u>Valor:</u> R\$ 686.000,00 <u>Juros Efetivos:</u> 2% a.a. acrescidos de TJLP	
17944.001343/2014-12	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Cantagalo <u>Credor:</u> AgeRio - Agência Estadual de Fomento	<u>UF:</u> RJ	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Data:</u> 15/09/2014 <u>Status:</u> AUTORIZADO	<u>Prazo:</u> 114 meses <u>Valor:</u> R\$ 6.382.582,89 <u>Juros Efetivos:</u> Selic acrescida 4% a.a.	
17944.000086/2014-78	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Doutor Maurício Cardoso <u>Credor:</u> Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A	<u>UF:</u> RS	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Data:</u> 15/09/2014 <u>Status:</u> AUTORIZADO	<u>Prazo:</u> 54 meses <u>Valor:</u> R\$ 600.000,00 <u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a., acrescido da TJLP	
17944.001383/2014-80	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Iguaraçu <u>Credor:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A	<u>UF:</u> PR	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Data:</u> 15/09/2014 <u>Status:</u> AUTORIZADO	<u>Prazo:</u> 60 meses <u>Valor:</u> R\$ 565.500,00 <u>Juros Efetivos:</u> TJLP + 3,5% a.a.	

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2014 a 30/09/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001382/2014-45	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Iguaraçu	<u>UF:</u> PR	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 96 meses	<u>Juros Efetivos:</u> TJLP + 3,5% a.a.
	<u>Credor:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A	<u>Data:</u> 15/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001384/2014-34	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Itaipua do Sul	<u>UF:</u> PR	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 96 meses	<u>Juros Efetivos:</u> TJLP + 3,5% a.a.
	<u>Credor:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A	<u>Data:</u> 15/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001221/2014-51	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Jacareí	<u>UF:</u> SP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 96 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 4,074% a.a. acrescido da TJLP
	<u>Credor:</u> Caixa Econômica Federal	<u>Data:</u> 15/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001407/2014-19	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Marilena	<u>UF:</u> PR	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 96 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 3,5% a.a. acrescidos da TJLP
	<u>Credor:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A	<u>Data:</u> 15/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		

Cf. w. 044



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2014 a 30/09/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
		<u>UF:</u>	<u>UF:</u>	<u>Prazo:</u>	<u>Juros Efetivos:</u>
17944.001413/2014-68	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Porto Rico	PR		96 meses	3,5% a.a. acrescido da TJLP
	<u>Credor:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A		<u>Data:</u> 15/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
		<u>UF:</u>	<u>UF:</u>	<u>Prazo:</u>	<u>Juros Efetivos:</u>
17944.001299/2013-95	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Camaragibe	PE		54 meses	4% a.a. acrescidos de T.J.P
	<u>Credor:</u> Banco do Nordeste do Brasil S/A		<u>Data:</u> 16/09/2014	<u>Status:</u> ARQUIVADO	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
		<u>UF:</u>	<u>UF:</u>	<u>Prazo:</u>	<u>Juros Efetivos:</u>
17544.001050/2014-61	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Camboriú	SC		96 meses	4,0/4% a.a. acrescidos da TJLP
	<u>Credor:</u> Caixa Econômica Federal		<u>Data:</u> 16/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
		<u>UF:</u>	<u>UF:</u>	<u>Prazo:</u>	<u>Juros Efetivos:</u>
17944.001295/2014-98	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo	SP		113 meses	3,4% a.a., acrescido da TJLP
	<u>Credor:</u> Caixa Econômica Federal		<u>Data:</u> 16/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO	

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2014 a 30/09/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001118/2013-31	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Senécia <u>Credor:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	<u>UF:</u> MG	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Data:</u> 16/09/2014 <u>Status:</u> AUTORIZADO	<u>Prazo:</u> 72 meses <u>Valor:</u> 360.000,00 <u>Juros Efetivos:</u> 2% a.a. acrescidos da TJLP	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001873/2013-07	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Serra Talhada <u>Credor:</u> Banco do Nordeste do Brasil S/A	<u>UF:</u> PE	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Data:</u> 16/09/2014 <u>Status:</u> ARQUIVADO	<u>Prazo:</u> 54 meses <u>Valor:</u> 2.890.000,00 <u>Juros Efetivos:</u> 4,0% a.a. acrescidos da TJLP	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001388/2014-12	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Tamboara <u>Credor:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A	<u>UF:</u> PR	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Data:</u> 16/09/2014 <u>Status:</u> AUTORIZADO	<u>Prazo:</u> 60 meses <u>Valor:</u> 350.000,00 <u>Juros Efetivos:</u> 3,5% a.a. acrescidos da TJLP	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001387/2014-79	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal do Tamboara <u>Credor:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A	<u>UF:</u> PR	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Data:</u> 16/09/2014 <u>Status:</u> AUTORIZADO	<u>Prazo:</u> 90 meses <u>Valor:</u> 1.000.000,00 <u>Juros Efetivos:</u> 3,5% a.a. acrescidos da TJLP	

Assinatura
 Página: 13 de 28

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2014 a 30/09/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001150/2014-97	<p><u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Treza Tilias</p> <p><u>Credor:</u> Caixa Econômica Federal</p>	<p><u>UF:</u> SC</p> <p><u>Data:</u> 16/09/2014</p> <p><u>Status:</u> AUTORIZADO</p>	<p><u>Operação:</u> Operação Contratual Interna</p> <p><u>Prazo:</u> 96 meses</p> <p><u>Valor:</u> R\$2.938,00</p>	<p><u>Juros Efetivos:</u> 4,074% a.a. acrescidas da TJLP</p>	
17944.001395/2014-14	<p><u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Brodier</p> <p><u>Credor:</u> BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS</p>	<p><u>UF:</u> RS</p> <p><u>Data:</u> 17/09/2014</p> <p><u>Status:</u> AUTORIZADO</p>	<p><u>Operação:</u> Operação Contratual Interna</p> <p><u>Prazo:</u> 80 meses</p> <p><u>Valor:</u> 700.000,00</p>	<p><u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. acrescidas de SELIC</p>	
17944.001393/2014-25	<p><u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Coronel Buaiz</p> <p><u>Credor:</u> Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A</p>	<p><u>UF:</u> RS</p> <p><u>Data:</u> 17/09/2014</p> <p><u>Status:</u> AUTORIZADO</p>	<p><u>Operação:</u> Operação Contratual Interna</p> <p><u>Prazo:</u> 72 meses</p> <p><u>Valor:</u> 450.000,00</p>	<p><u>Juros Efetivos:</u> 2% a.a. acrescidos do TJLP</p>	
17944.0014.7/2014-46	<p><u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Jussara</p> <p><u>Credor:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A</p>	<p><u>UF:</u> PR</p> <p><u>Data:</u> 17/09/2014</p> <p><u>Status:</u> AUTORIZADO</p>	<p><u>Operação:</u> Operação Contratual Interna</p> <p><u>Prazo:</u> 96 meses</p> <p><u>Valor:</u> 1.700.000,00</p>	<p><u>Juros Efetivos:</u> TJLP acrescida de 3,5% a.a.</p>	

de
 Página: 14 de 20



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2014 a 30/09/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
17944.001709/2013-64	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Luminárias <u>Credor:</u> Banco de Desenvolvimento da Minas Gerais S/A	<u>UF:</u> MG <u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Data:</u> 17/09/2014 <u>Status:</u> AUTORIZADO <u>Prazo:</u> 54 meses <u>Valor:</u> R\$ 800.000,00 <u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. acrescidos da TJLP
17944.001424/2014-43	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Palm Filho <u>Credor:</u> BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS	<u>UF:</u> RS <u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Data:</u> 17/09/2014 <u>Status:</u> AUTORIZADO <u>Prazo:</u> 60 meses <u>Valor:</u> R\$ 700.000,00 <u>Juros Efetivos:</u> até 4% a.a., acrescidos da SELIC
17944.001555/2013-11	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Teresopolis <u>Credor:</u> Banco do Brasil S/A	<u>UF:</u> RJ <u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Data:</u> 17/08/2014 <u>Status:</u> ARQUIVADO <u>Prazo:</u> 40 meses <u>Valor:</u> R\$ 2.891.900,00 <u>Juros Efetivos:</u> 4,0% a.a. acrescidos de TJLP
17944.001265/2014-81	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Belo Horizonte <u>Credor:</u> Caixa Econômica Federal	<u>UF:</u> MG <u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Data:</u> 13/09/2014 <u>Status:</u> AUTORIZADO <u>Prazo:</u> 120 meses <u>Valor:</u> R\$ 200.000.000,00 <u>Juros Efetivos:</u> 3,4% a.a. acrescidos de TJLP

Ass: [assinatura]

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2014 a 30/09/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
		<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Prazo:</u>	<u>Valor:</u>	<u>Juros Efetivos:</u>
17944.001402/2014-83	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Minas do Leão	Operação Contratual Interna	60 meses	700.000,00	4% a.a. acrescidos da SELIC
	<u>Credor:</u> BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS	<u>Data:</u> 18/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
		<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Prazo:</u>	<u>Valor:</u>	<u>Juros Efetivos:</u>
17944.000123/2014-03	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Abra Campo	Operação Contratual Interna	54 meses	820.000,00	4% a.a. acrescidos do TJLP
	<u>Credor:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	<u>Data:</u> 19/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
		<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Prazo:</u>	<u>Valor:</u>	<u>Juros Efetivos:</u>
17944.001234/2014-21	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Celso	Operação Contratual Interna	96 meses	7.907.310,00	4,074% ao ano acrescido de TJLP
	<u>Credor:</u> Caixa Econômica Federal	<u>Data:</u> 19/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
		<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Prazo:</u>	<u>Valor:</u>	<u>Juros Efetivos:</u>
17944.001335/2014-00	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Jovianito	Operação Contratual Interna	54 meses	400.000,00	4% a.a. acrescidos de TJLP
	<u>Credor:</u> Caixa Econômica Federal	<u>Data:</u> 19/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		

CDM

João de

Página: 16 de 28



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2014 a 30/09/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001433/2014-39	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Nova Tebas <u>Credor:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A	<u>UF:</u> PR	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Data:</u> 19/09/2014 <u>Status:</u> AUTORIZADO	<u>Prazo:</u> 96 meses <u>Valor:</u> 600.000,00 <u>Juros Efetivos:</u> 3,5% ao ano acrescidos de TJLP	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001434/2014-83	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Nova Tebas <u>Credor:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A	<u>UF:</u> PR	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Data:</u> 19/09/2014 <u>Status:</u> AUTORIZADO	<u>Prazo:</u> 60 meses <u>Valor:</u> 400.000,00 <u>Juros Efetivos:</u> 3,5% acrescidos de TJLP	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001362/2014-74	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Guarapuava <u>Credor:</u> Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul	<u>UF:</u> PR	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Data:</u> 22/09/2014 <u>Status:</u> AUTORIZADO	<u>Prazo:</u> 202 meses <u>Valor:</u> 5.000.000,00 <u>Juros Efetivos:</u> 0% a.a. acrescidos de TR	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001439/2014-4	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Nova Itarana <u>Credor:</u> Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A	<u>UF:</u> BA	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Data:</u> 22/09/2014 <u>Status:</u> AUTORIZADO	<u>Prazo:</u> 120 meses <u>Valor:</u> 917.346,46 <u>Juros Efetivos:</u> 5% a.a. acrescido da TJLP	

Handwritten signature



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS							Período de 01/09/2014 a 30/09/2014
PROCESSO	ENTE / CREDOR		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
7944.000828/2014-14	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Taubaté	<u>UF:</u> SP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 72 meses	<u>Valor:</u> 4.397.934,92	<u>Juros Efetivos:</u> 8% a.a. acrescidos de IPC-FIPE	
	<u>Credor:</u> Agência de Fomento do Estado de São Paulo		<u>Data:</u> 22/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO			
PROCESSO	ENTE / CREDOR		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
7944.001452/2014-65	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Assis Chateaubriand	<u>UF:</u> PR	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 96 meses	<u>Valor:</u> 5.500.000,00	<u>Juros Efetivos:</u> 4% ao ano acrescido de TJLP	
	<u>Credor:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A		<u>Data:</u> 23/03/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO			
PROCESSO	ENTE / CREDOR		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001936/2013-23	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Cristina	<u>UF:</u> MG	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 72 meses	<u>Valor:</u> 7.000.000,00	<u>Juros Efetivos:</u> 8% a.a. acrescidos do IPCA	
	<u>Credor:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		<u>Data:</u> 23/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO			
PROCESSO	ENTE / CREDOR		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001453/2014-18	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Doutor Maurício Cardoso	<u>UF:</u> RS	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 80 meses	<u>Valor:</u> 688.000,00	<u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. acrescidos da SELIC	
	<u>Credor:</u> BANESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS		<u>Data:</u> 23/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO			



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2014 a 30/09/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.00082/2014-70	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Taubaté	<u>UF:</u> SP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 77 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 8% a.a. acrescidos de IPC-FIPE
	<u>Credor:</u> Agência de Fomento do Estado de São Paulo	<u>Data:</u> 23/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001465/2014-34	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Campo Magro	<u>UF:</u> PR	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 96 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 4% ao ano acrescidos de TJLP
	<u>Credor:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A	<u>Data:</u> 21/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000718/2014-52	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Itapellinha	<u>UF:</u> SP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 72 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 8% a.a. acrescidos de IPC-FIPE
	<u>Credor:</u> Agência de Fomento do Estado de São Paulo	<u>Data:</u> 24/08/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001467/2014-23	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Leme	<u>UF:</u> SP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 72 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 6,00% ao ano acrescidos de IPC-FIPE
	<u>Credor:</u> Agência de Fomento do Estado de São Paulo	<u>Data:</u> 24/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		

Handwritten signature
 Página 19 de 20

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2014 a 30/09/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001110/2014-45	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré	<u>UF:</u> PR	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 96 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 4,074% ao ano acrescido de TJLP
	<u>Credor:</u> Caixa Econômica Federal		<u>Data:</u> 25/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001029/2014-65	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Blumenau	<u>UF:</u> SC	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna (com garantia)	<u>Prazo:</u> 114 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 2,10% a.a. acrescidos da TJLP
	<u>Credor:</u> Caixa Econômica Federal		<u>Data:</u> 25/09/2014	<u>Status:</u> ARQUIVADO	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000779/2014-10	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Caatiba	<u>UF:</u> BA	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 48 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. acrescidos de TJLP
	<u>Credor:</u> Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A		<u>Data:</u> 25/09/2014	<u>Status:</u> ARQUIVADO	
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17544.000398/2014-31	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Canuaru	<u>UF:</u> PE	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 78 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 5% a.a. acrescidos de índice estabelecido pela legislação vigente para a correção monetária dos débitos do financiamento com recursos da RGR
	<u>Credor:</u> Companhia Hidro Elétrica do São Francisco		<u>Data:</u> 25/09/2014	<u>Status:</u> ARQUIVADO	

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2014 a 30/09/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
		<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Prazo:</u>	<u>Valor:</u>	<u>Juros Efetivos:</u>
17944.001192/2013-47	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Pinheiral	Operação Contratual Interna	114 meses	2.500.000,00	4% a.a. acrescidos da SELIC
	<u>Credor:</u> AgarRio - Agência Estadual de Fomento	<u>Data:</u> 25/09/2014	<u>Status:</u> ARQUIVADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
		<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Prazo:</u>	<u>Valor:</u>	<u>Juros Efetivos:</u>
17944.001470/2014-47	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de São Roque de Minas	Operação Contratual Interna	72 meses	1.209.700,00	2% a.a. acrescidos de TJLP
	<u>Credor:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	<u>Data:</u> 25/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
		<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Prazo:</u>	<u>Valor:</u>	<u>Juros Efetivos:</u>
17944.001430/2014-03	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Vitória	Operação Contratual Interna	269 meses	30.034.201,23	6% a.a. acrescidos do TX
	<u>Credor:</u> Caixa Econômica Federal	<u>Data:</u> 25/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
		<u>Tipo de Operação:</u>	<u>Prazo:</u>	<u>Valor:</u>	<u>Juros Efetivos:</u>
17944.000089/2014-61	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Wanderley	Operação Contratual Interna	86 meses	750.000,00	4% a.a. acrescidos da TJLP
	<u>Credor:</u> Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A	<u>Data:</u> 25/09/2014	<u>Status:</u> ARQUIVADO		



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS				Período de 01/09/2014 a 30/09/2014			
PROCESSO	ENTE / CREDOR	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:	
17944.00014712/2014-91	Ente: Prefeitura Municipal de Blumenau	SC	Operação Contratual Interna	120 meses	2.880.948,06	3,4% a.a. acrescidos da TJLP	
	Credor: Caixa Econômica Federal		Data: 26/09/2014	Status: AUTORIZADO			
PROCESSO	ENTE / CREDOR	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:	
17944.001472/2014-36	Ente: Prefeitura Municipal de Blumenau	SC	Operação Contratual Interna	120 meses	2.378.019,97	3,4% a.a. acrescidos da TJLP	
	Credor: Caixa Econômica Federal		Data: 26/09/2014	Status: AUTORIZADO			
PROCESSO	ENTE / CREDOR	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:	
17944.001464/2014-90	Ente: Prefeitura Municipal de Itagibá	BA	Operação Contratual Interna	120 meses	3.500.000,00	5% a.a. acrescidos da TJLP	
	Credor: Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A		Data: 26/09/2014	Status: AUTORIZADO			
PROCESSO	ENTE / CREDOR	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:	
17944.000394/2014-52	Ente: Prefeitura Municipal de Montes Claros	MG	Operação Contratual Interna	255 meses	25.123.198,19	6% a.a. acrescidos da TR	
	Credor: Caixa Econômica Federal		Data: 20/08/2014	Status: AUTORIZADO			

Yvon de Amp
 Página: 22 de 28



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2014 a 30/09/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001463/2014-45	<u>Ente:</u> Governo do Estado de Pernambuco <u>Credor:</u> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	<u>UF:</u> PE	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 144 meses <u>Valor:</u> 14.000.000,00	<u>Juros Efetivos:</u> taxa composta por 78% de TJLP + 2% de spread, 22% de SELIC + 2,2% de spread, além de sobretaxa fixa incidente na parcela de SELIC, determinada no momento da contratação
		<u>Data:</u> 29/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001305/2014-95	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Carajá <u>Credor:</u> Caixa Econômica Federal	<u>UF:</u> SP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 54 meses <u>Valor:</u> 1.250.000,00	<u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. acrescidos do TJLP
		<u>Data:</u> 29/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001217/2005-01	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Guarujá <u>Credor:</u> Eletro Eletricidade e Serviços S.A.	<u>UF:</u> SP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 0 meses <u>Valor:</u> 367.416,41	<u>Juros Efetivos:</u> 6,6% a.a. acrescidos de B4b
		<u>Data:</u> 29/09/2014	<u>Status:</u> ARQUIVADO - REGULARIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001156/2013-53	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Mossoró <u>Credor:</u> Caixa Econômica Federal	<u>UF:</u> RN	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 262 meses <u>Valor:</u> 39.023.334,91	<u>Juros Efetivos:</u> 5% a.a. acrescidos de TR
		<u>Data:</u> 29/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		

Página: 23 de 28



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MIF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2014 a 30/09/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001436/2014-80	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de São Paulo <u>Credor:</u> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	<u>UF:</u> SP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 96 meses <u>Valor:</u> 102.188.828,75	<u>Juros Efetivos:</u> subcrédito A: 2,2% a.a. acréscimos da Taxa de Roteirização do BNDES e de IPCA; subcrédito B: 2,0% a.a. acréscimos de TJLP
		<u>Data:</u> 29/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001436/2014-95	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Arapongas <u>Credor:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A	<u>UF:</u> PR	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 60 meses <u>Valor:</u> 2.710.000,00	<u>Juros Efetivos:</u> TJLP + 4,5% a.a.
		<u>Data:</u> 30/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001497/2014-30	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Arapongas <u>Credor:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A	<u>UF:</u> PR	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 288 meses <u>Valor:</u> 5.000.000,00	<u>Juros Efetivos:</u> 9% a.a. acréscimos de TR
		<u>Data:</u> 30/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001498/2014-84	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Arapongas <u>Credor:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A	<u>UF:</u> PR	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 60 meses <u>Valor:</u> 470.000,00	<u>Juros Efetivos:</u> TJLP + 4% a.a.
		<u>Data:</u> 30/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2014 a 30/09/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001491/2014-02	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Caiavini	<u>UF:</u> SP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 72 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 8,00% ao ano acrescidos de IPC-FIPE
	<u>Credor:</u> Agência de Fomento do Estado de São Paulo	<u>Data:</u> 30/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001497/2014-04	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Esperança Nova	<u>UF:</u> PR	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 96 meses	<u>Juros Efetivos:</u> TJLP + 3,5% a.e.
	<u>Credor:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A	<u>Data:</u> 30/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001498/2014-82	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Jacareí	<u>UF:</u> SP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 72 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 8% a.a acrescido do IPC-FIPE
	<u>Credor:</u> Agência de Fomento do Estado de São Paulo	<u>Data:</u> 30/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001495/2014-41	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Mandaguari	<u>UF:</u> PR	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 96 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 4% ao ano acrescidos de TJLP
	<u>Credor:</u> Agência de Fomento do Paraná S/A	<u>Data:</u> 30/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		

[Assinatura]



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2014 a 30/09/2014

PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001319/2014-17	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Patrocínio	<u>UF:</u> MG	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 120 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. acrescidos do SELIC
	<u>Credor:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	<u>Data:</u> 30/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.000369/2014-92	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Patrocínio	<u>UF:</u> MG	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 249 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 6% a.a. acrescidos da TR
	<u>Credor:</u> Caixa Econômica Federal	<u>Data:</u> 30/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001450/2014-18	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Procel das Antas	<u>UF:</u> RS	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 60 meses	<u>Juros Efetivos:</u> até 4% a.a. acrescidos da SELIC
	<u>Credor:</u> DADEGUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS	<u>Data:</u> 30/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		
PROCESSO	ENTE / CREDOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
17944.001416/2014-00	<u>Ente:</u> Prefeitura Municipal de Viana	<u>UF:</u> ES	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 120 meses	<u>Juros Efetivos:</u> 8% a.a.
	<u>Credor:</u> Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A	<u>Data:</u> 30/09/2014	<u>Status:</u> AUTORIZADO		

Ass. de Conf. Y.
 Página: 28 de 28



MINISTÉRIO DA FAZENDA - F
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2014 a 30/09/2014

ARQUIVADO

TIPO DE ENTE	CREDOR	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R\$)
Estado	Caixa Econômica Federal	1	94.824.706,95
	Total de operações - Estados	1	94.824.706,95
Município	Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A	4	1.815.000,00
Município	AgeRio - Agência Estadual de Fomento	1	2.400.000,00
Município	Banco do Brasil S/A	4	5.758.680,00
Município	Banco do Nordeste do Brasil S/A	2	5.880.000,00
Município	Caixa Econômica Federal	1	5.038.963,03
Município	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco	2	2.780.594,65
	Total de operações - Municípios	14	23.783.237,68
	Total de operações	15	118.607.944,63

ARQUIVADO - REGULARIZADO

TIPO DE ENTE	CREDOR	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R\$)
Município	Companhia Paulista de Força e Luz	1	129.551,34
Município	Elektro Eletricidade e Serviços S.A.	1	367.416,41
Município	Pessoa Jurídica	2	33.573.924,45
	Total de operações - Municípios	4	34.070.892,20
	Total de operações	4	34.070.892,20

[Assinaturas manuais]



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/09/2014 a 30/09/2014

AUTORIZADO

TIPO DE ENTE	CREDOR	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R\$)
Estado	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	1	14.000.000,00
	Total de operações - Estados	1	14.000.000,00
Município	Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A	2	4.417.340,46
Município	Agência de Fomento do Estado de São Paulo	8	60.634.030,31
Município	Agência de Fomento do Paraná S/A	23	41.570.000,00
Município	AgeRio - Agência Estadual de Fomento	1	6.382.582,89
Município	BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS	8	7.696.000,00
Município	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	10	35.439.700,00
Município	Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A	2	4.653.000,00
Município	Banco do Brasil S/A	3	17.039.394,46
Município	Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A	2	1.050.000,00
Município	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	2	130.277.529,75
Município	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul	1	5.000.000,00
Município	Caixa Econômica Federal	22	597.794.277,39
	Total de operações - Municípios	84	911.853.861,26
	Total de operações	85	925.953.861,26

Handwritten signature and initials.

Status das Operações de Crédito analisadas (Integrante do Anexo 3)

Status	Descrição
Arquivado	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o não envio dos documentos e informações solicitados
Arquivado – A Regularizar	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o não envio dos documentos e informações solicitados. A contratação de novas operações de crédito fica condicionada à regularização da operação de crédito em questão
Arquivado – Regularizado	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o recebimento dos documentos e informações solicitados necessários para sua regularização ou comprovante de quitação (PGFN/CAF/Nº 1.252, de 22/06/2006)
Autorizado	O pleito atendeu os requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da LRF
Autorizado pela Resolução 48 – Operação Contratual Interna (com garantia)	Não há nada a opor à concessão da pleiteada garantia da União, desde que, previamente à assinatura do contrato de garantia, seja: <ul style="list-style-type: none"> i) verificada pelo Ministério da Fazenda a adimplência do Ente com a União e suas entidades controladas; ii) formalizado o respectivo contrato de contragarantia.
Indeferido	O pleito sob exame não atende os requisitos mínimos previstos no art. 32 da RSF nº 43/2001

ANEXO 4

Tabela contendo informações sobre as irregularidades constatadas de que trata o § 2º art. 24 da RSF nº 43/2001.



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Período de 01/09/2014 a 30/09/2014

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS -- complemento (Anexo 4)

OPERAÇÕES INTERNAS - informações sobre a comunicação de que trata o § 2º art. 24 da RSF 43/2001

TIPO DE ENTE	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/NÃO-FINANCEIRA	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R\$)
Santo Amaro - BA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A	1	564.126,19
São José de Ribamar - MA	CAEMMA - Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão	1	230.406,09
Hortolândia - SP	Consórcio Hortolândia	1	29.851.063,91
Guarujá - SP	Companhia Piratininga de Força e Luz	1	20.276,72
Total de operações		4	30.665.872,91

Assinaturas manuscritas:

Status das Operações de Crédito analisadas (Integrante do Anexo 4)

Status	Descrição
Arquivado	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o não envio dos documentos e informações solicitados
Arquivado – A Regularizar	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o não envio dos documentos e informações solicitados. A contratação de novas operações de crédito fica condicionada à regularização da operação de crédito em questão
Arquivado – Regularizado	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o recebimento de documentos e informações solicitados necessários para sua regularização ou comprovante de quitação (PGFN/CAF/Nº 1.252, de 22/06/2006)
Autorizado	O pleito atendeu os requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da LRF
Autorizado pela Resolução 48 – Operação Contratual Interna (com garantia)	Não há nada a opor à concessão da pleiteada garantia da União, desde que, previamente à assinatura do contrato de garantia, seja: i) verificada pelo Ministério da Fazenda a adimplência do Ente com a União e suas entidades controladas; ii) formalizado o respectivo contrato de contragarantia.
Indeferido	O pleito sob exame não atende os requisitos mínimos previstos no art. 32 da RSF nº 43/2001



ANEXO 5

Tabela contendo informações sobre a situação das análises de irregularidades concluídas no período, passíveis de regularização (artigo 24 da RSF nº 43/2001 e §§ 1º e 3º artigo 33 da LRF) ou passíveis de cancelamento (artigos 35 ou 37 da LRF).

Período de 01/09/2014 a 30/09/2014

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS (Anexo 5)

Passíveis de regularização (art. 24 da RSF 43/2001 e §§ 1º e 3º artigo 33 da LRF)

Nº de processo	Ente	Arquivados - a Regularizar			
		Credor	Nº operações	Valor (R\$) (*)	Data
-	-	-	-	-	-
Total de operações			-	-	-

Passíveis de regularização (art. 24 da RSF 43/2001)

Nº de processo	Ente	Arquivados - Regularizado			
		Credor	Nº operações	Valor (R\$) (*)	Data
17944.000081/2014-02	Hortolândia - SP	CAF Brasil Indústria e Comércio Ltda	1	3.722.860,54	02/09/2014
17944.001023/2005-05	Marília - SP	Companhia Paulista de Força e Luz	1	129.551,34	02/09/2014
17944.001321/2014-83	Hortolândia - SP	Consórcio Hortolândia	1	29.851.063,91	03/09/2014
17944.001217/2005-01	Guarujá - SP	Elektro Eletricidade e Serviços S.A.	2	367.416,41	29/09/2014
Total de operações			5	34.070.892,20	-

Passíveis de cancelamento (artigos 35 ou 37 da LRF)

TIPO DE ENTE	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/NÃO-FINANCEIRA	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R\$) (*)
-	-	-	-
Total de operações		-	-

(*) Os valores apresentados referem-se aos montantes originais das dívidas. Eventuais consultas sobre os saldos devedores atuais dessas dívidas poderão ser feitas junto aos respectivos entes.

Assinatura
Assinatura

Status das Operações de Crédito analisadas (Integrante do Anexo 5)

Status	Descrição
Arquivado	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o não envio dos documentos e informações solicitados
Arquivado – A Regularizar	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o não envio dos documentos e informações solicitados. A contratação de novas operações de crédito fica condicionada à regularização da operação de crédito em questão
Arquivado – Regularizado	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o recebimento dos documentos e informações solicitados necessários para sua regularização ou comprovante de quitação (PGFN/CAF/Nº 1.252, de 22/06/2006)
Autorizado	O pleito atendeu os requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da LRF
Autorizado pela Resolução 48 – Operação Contratual Interna (com garantia)	Não há nada a opor à concessão da pleiteada garantia da União, desde que, previamente à assinatura do contrato de garantia, seja: <ul style="list-style-type: none"> i) verificada pelo Ministério da Fazenda a adimplência do Ente com a União e suas entidades controladas; ii) formalizado o respectivo contrato de contragarantia.
Indeferido	O pleito sob exame não atende os requisitos mínimos previstos no art. 32 da RSF nº 43/2001

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

Handwritten signatures and initials, including a large signature on the left and several smaller ones on the right, some with dates like '20/10'.

ABERTURA DE PRAZO

Com referência ao **Ofício nº 127, de 2014**, poderão ser oferecidas emendas ao Substitutivo do **Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2010**, até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 127/2014-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 29 de outubro de 2014

Assunto: Turno Suplementar

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação do Substitutivo, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, ao Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2010, de autoria da Deputada Perpétua Almeida, que “Altera o art. 69 e o item 6 do Anexo II – Sinalização, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a travessia de pedestres em passagem sinalizada”.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Convido a fazer uso da palavra o primeiro orador inscrito, Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul. Em seguida, eu convido o Senador Mozarildo Cavalcanti, do nosso Estado, para falar como Líder.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Angela Portela, Presidenta da sessão, é uma satisfação estar na tribuna com V. Exª presidindo.

Senadora, hoje, 29 de outubro, é o Dia Nacional do Livro. Aproveito este momento para comunicar ao Plenário, àqueles que estão assistindo à TV Senado e, claro, ao povo gaúcho que, no dia 15 de novembro, data da Proclamação da República, estarei, como faço todos os anos, participando da Feira do Livro, lá em Porto Alegre, a partir das 16 horas, lançando o livro *Nau Solitária*.

Todos os livros que eu lanço, Senadora, são livros da caminhada ao longo da minha vida. *Nau Solitária* mostra como foi cada momento, cada debate, cada história dentro ou fora do Congresso, nas caminhadas que fiz na busca sempre de defender os interesses daqueles que mais precisam, dos homens, das mulheres, combatendo preconceitos, buscando avanços no campo social.

O título é simbólico, mostrando a importância de navegar de forma coletiva, guiado – sempre digo – não por coisas, mas por causas. Sempre digo, Senador, que aqueles que capitaneiam não são liderados por pessoas. O que nos lidera são as grandes causas. E as causas, as que vão nessa *Nau Solitária*, que não pode ser abandonada.

Quero dizer que esse lançamento vai ser no pavilhão central da Feira do Livro de Porto Alegre, na Praça da Alfândega. É o livro que sempre imprimo na minha quota.

Em “Breves Palavras” – texto introdutório do livro –, digo que os anos me mostraram que as coisas acontecem ao seu tempo, no seu devido lugar, na paciência das horas e dos dias.

Eu percorri muitos caminhos, deixei muitas pegadas. Eu vivi, sobrevivi, continuo sobrevivendo... Sim! Talhando no presente a pedra da sabedoria, esculpindo sonhos e esperança, para firmar novos passos rumo ao futuro.

Renasço todos os dias, a cada pôr do sol, a cada frio das madrugadas, a cada gota d'água. Sim, sou de carne e osso: choro, rio, canto, grito, bato palmas. Se a causa for justa [como eu disse], contem sempre comigo. Já recebi muitas críticas e em todas guardei as pedras para refinar a paciência, como fez Fernando Pessoa, que as guardou para construir um castelo.

Em *Nau Solitária*, você, gaúcho e gaúcha, principalmente – mas, na feira, encontramos brasileiros de todos os Estados –, vai encontrar algumas das pegadas que o nosso povo vem deixando ao longo desse renascer permanente.

Trata-se de uma coletânea de artigos de minha autoria publicados em jornais, revistas, sites, com ampla circulação nas redes sociais, principalmente, nos anos de 2011 a 2014, quando marquei o segundo mandato de Senador da República.

Vários assuntos de interesse da vida dos brasileiros e do nosso País, ali ou aqui, neste livro, são tratados. Minha intenção é refletir esse momento e pensar o agora, dando cor às imagens, dando vida às palavras.

Por isso, meu querido leitor, você está sendo convidado a tomar posse desta obra e navegar, atentamente, página por página. Esse mundo que agora lhe apresento é somente e tão somente todo de alma, todo de coração, clamando a você que curta com a gente esta leitura pela passagem dos anos.

Srª Presidenta, os temas e assuntos de *Nau Solitária* são variados, de alcance nacional e regional. Por exemplo, expus minhas ações em defesa do Rio Grande no artigo *Na Ponta da Lança e dos Cascos*:

Temos que avançar, olhar para o futuro, percorrer o caminho das estrelas [aqui, eu me lembro do debate da renegociação da dívida, que pode ser votado na semana que vem]. Podem até me chamar de sonhador. Talvez eu o seja. Mas podem ter certeza de que dentro do meu peito sempre haverá um luzeiro iluminando e buscando boas-novas para o Rio Grande, para o País.

Srª Presidenta, falo das mulheres. As mulheres brasileiras estão, cada vez mais, ocupando espaço na sociedade e – que bom! – espaços que eram negados. Reelegemos, e reelegemos pela primeira vez, uma mulher para Presidente da República. Elas, eu escrevo ali: “sabem o que querem, têm foco, abrem caminho, são donas de si.” Para homenageá-las, assim escrevi:

Da janela, ela olhava o mundo, mirava o rio e os seus cristais, uma ponte de pedra e madeira com pilares de saudade...

(...) O sol, a lua, o vento, a chuva... A terra em flor pedindo semente. Um beija-flor, uma andorinha, uma aquarela nos olhos de Cora Coralina.

Tendo como inspiração as manifestações de junho de 2013, assim nasceu “Palavras aos jovens”. Ali escrevi, e viraram panfletos aos milhares.

Jamais deixa adormecer a indignação que guardas no teu peito. Sim, vai às ruas! Pois é assim que as pedras são cortadas e lapidadas. É assim que as vitórias são alcançadas. E é assim que nós escolhemos o sol que irá nos acordar.

Em outro artigo, chamado “Reforma da Previdência?”, faço uma avaliação se há ou não necessidade de reformá-la. Continuarei sempre defendendo uma Previdência mais justa e uma seguridade cada vez mais ampla a todo povo brasileiro, sempre – sempre – buscando melhoria para os nossos idosos, aposentados e pensionistas.

Faço um artigo específico sobre o Estatuto do Idoso, que tive a alegria de apresentar e aprovar. Faço um artigo específico sobre o Estatuto da Igualdade Racial, que tive a alegria de apresentar e aprovar. Faço um artigo específico sobre a luta do salário mínimo, que apresentamos, peleamos e peleamos, até que aprovamos.

Enfim, outro artigo, “A omissão em tempos de democracia”, em que afirmo que o Congresso Nacional precisa assumir, de fato, as suas atribuições e prerrogativas. Está aí, não faz, e o Supremo poderá fazer a reforma política. Está aí, não votou o nosso projeto que está aqui, lá na comissão, e o Supremo deve votar, hoje, a questão da desaposentadoria.

O Congresso precisa ser, cada vez mais, tem que ser a caixa de ressonância da indignação da sociedade.

Em “Vigiai e orai”, faço um chamamento em defesa da CLT, pois ela é patrimônio do nosso povo e foi forjada a duras penas. Os trabalhadores não podem ser chamados, novamente, a pagar a conta toda vez que inventam uma reforma buscando tirar direitos que estão na CLT ou mesmo na Constituição.

“Uma luta histórica”, artigo sobre o fim de uma luta que travo quase há 15 anos, a do Fator Previdenciário. E me parece que, agora, enfim, veremos o projeto que aqui aprovei e está lá na Câmara ser aprovado pela vontade da sociedade brasileira, do povo brasileiro, do Congresso Nacional e também da Presidenta da República, que assumiu esse compromisso na campanha.

Fato é que a luta pelo fim do Fator precisa ser encampada por todos, independentemente de pensamento partidário. Escrevo lá:

... uma vez que estamos diante de uma questão de justiça social, de respeito e de reconhecimento para com todos os trabalhadores que diariamente contribuem na construção de um país melhor para todos.

Direitos humanos e intolerância são temas de que trato há muitos anos. Um Brasil generoso, aberto, democrático, conciliador e plural haverá de reforçar, em todo o mundo, os melhores exemplos de tolerância e de hospitalidade, primando pelas garantias inerentes à liberdade humana – vejam só a posição do Papa recentemente.

Em “Questão de Justiça”, assunto que acompanho desde o início, ou seja, 1993: os heróis do Aerus não se rendem, são exemplos para todos nós. Homens de cabelos brancos que peleiam, peleiam e peleiam na busca de seus direitos, que eu espero e sonho que, este ano, efetivamente, não no ano que vem, avancem, já que a data do depósito dos primeiros R\$35 milhões tem que ser agora no mês de outubro. Essa luta ali é contada de geração em geração. Vocês sabem fazer o bom combate com a paciência e a sabedoria dos mestres e a fúria dos tigres.

Esse é o artigo que eu dedico no livro ao Aerus.

Citei alguns trechos, Srª Presidenta, de *Nau Solitária*. Outros assuntos estão no livro, como: aposentadorias e pensões, seguridade social, medidas provisórias – por que eu sou contra –, violência, racismo, homofobia, mobilidade urbana, trabalho escravo, ensino técnico, fim do voto secreto no Congresso, entre outros tantos.

Portanto, dia 15 de novembro, a partir das 16 horas, estarei autografando *Nau Solitária*, Senadora Angela.

Normalmente, são em torno de duas mil pessoas, que ficam em fila – aqui homenageando o meu querido povo do Rio Grande –, esperando para receber o livro. E, para minha alegria enorme, é um abraço, um aperto de mão, um beijo, um carinho, e recebem o livro com um autógrafo, que ali eu dedico com muito coração.

Lá na Praça da Alfândega, será feita essa distribuição. Todos estão convidados. Mais informações no meu site www.senadorpaim.com.br, nas minhas redes sociais, Twitter e Facebook.

(Soa a campanha.)

Finalizo, Srª Presidente...

O Sr. Wilson Matos (Bloco Minoría/PSDB – PR) – Senador Paim, um aparte, por favor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pois não, Senador. Depende agora da nossa Presidenta, porque estou no último minuto.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Pois não.

O Sr. Wilson Matos (Bloco Minoría/PSDB – PR) – Quero parabenizá-lo pela iniciativa, mais uma vez, de escrever um livro. Eu sei que essa é uma ação muito nobre de todos aqueles que se dedicam a registrar fatos, opiniões, ideias e publicar.

E o senhor tem feito isso muito bem. No Brasil nós ainda somos um povo de pouca leitura. Sabemos que os que escrevem o fazem por ideal, porque o consumo médio brasileiro em compra de livros é de R\$50,00 ao ano. Isso equivale a pouco mais do que um livro. Realmente as estatísticas têm mostrado que o consumo *per capita* é de dois livros em média. Então, sabemos que...

(Interrupção do som.)

O Sr. Wilson Matos (Bloco Minoría/PSDB – PR) – ... realmente como um...

(Interrupção do som.)

O Sr. Wilson Matos (Bloco Minoría/PSDB – PR) – ... ato para deixar registrada a história e levar os fatos aos leitores brasileiros. Parabéns, Senador, por essa iniciativa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Obrigado, Senador, o seu aparte enriquece, porque aponta a importância da leitura e lembra que hoje é o Dia do Livro.

Srª Presidenta, terminando, busco a igualdade, que significa acesso a mais oportunidades, independentemente de raça, religião, aptidão. Não importa a idade, se é ou se não é deficiente nem o gênero. Igualdade significa, enfim, poder andar pelas ruas sem ter vergonha ou medo.

Permita-me só, Srª Presidenta, que eu leia o que está na capa do livro, um pedacinho que eu tirei lá de dentro. Eu digo o seguinte, Senadores e Senadoras:

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) –

Triste do homem que não tem sonhos. Triste daquele que acorda pela manhã e é incapaz de vislumbrar um mundo melhor. Triste daquele que é incapaz de ver um futuro em que os homens se vejam como irmãos. Devemos, pois, sonhar. [Sonhar, sim, ninguém pode nos proibir de sonhar.] Sonhar com o dia em que todos serão respeitados e vistos como iguais. Sonhar com o dia em que todas as crianças estarão na escola. Sonhar com o dia em que ninguém dormirá de estômago vazio.

Srª Presidenta, eu só queria que V. Exª, se pudesse, registrasse um outro pronunciamento. Não vou apresentá-lo, mas vou resumi-lo em um minuto, dizendo que hoje o Supremo Tribunal Federal deve, por fim, aprovar o projeto que vai garantir...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ... a desaposentação, ou seja, a desaposentadoria. E, pelas informações que tenho do próprio Relator, o Supremo vai dar seis meses ao Congresso para que vote o meu projeto, que está aqui há mais de três ou quatro anos engavetado e não é votado.

O Supremo vai dizer que ou o Congresso vota ou ele vai, de uma vez por todas, arbitrar como é que vai ser a questão da desaposentadoria para todos aqueles aposentados que tiveram que voltar a trabalhar.

Era isso, Srª Presidenta. Muito obrigado pela tolerância de V. Exª, como sempre.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Registro sobre o lançamento do livro 'Nau Solitária'.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, aproveitando que o dia de hoje, 29 de outubro, é o Dia Nacional do Livro, com satisfação comunico a este plenário, aos espectadores da TV Senado, aos ouvintes da Rádio Senado, e a aqueles que estão sempre se informando pela Agência Senado, que no dia 15 de Novembro, data da Proclamação da República, estarei autografando, a partir das 16 horas, o livro 'Nau Solitária', no pavilhão central da feira do Livro de Porto Alegre, na Praça da Alfândega. A publicação terá distribuição gratuita.

Em Breves Palavras – texto introdutório do livro -, eu digo que os anos me mostraram que as coisas acontecem ao seu tempo, no seu devido lugar na paciência das horas e dos dias.

Eu percorri muitos caminhos, deixei muitas pegadas. Eu vivi, sobrevivi, continuo sobrevivendo... Sim! Talhando no presente a pedra da sabedoria, esculpindo sonhos e esperança para firmar novos passos rumo ao futuro.

Renasço todos os dias, a cada por do sol, a cada frio das madrugadas, a cada gota d'água. Sou de carne e osso: choro, rio, canto, grito, bato palmas.

Se a causa for justa, contem comigo. Já recebi muitas críticas e em todas guardei as pedras para refinar a paciência, como fez Fernando Pessoa que as guardou para construir um castelo.

Em Nau Solitária você encontrará algumas das pegadas que venho deixando ao longo deste meu renascer.

Trata-se de uma coletânea de artigos de minha autoria publicados em jornais, revistas, sites e com ampla circulação nas redes sociais nos primeiros anos (2011/2014) do meu segundo mandato de Senador da República.

Vários assuntos de interesse da vida dos brasileiros e do nosso país aqui são tratados.

Minha intenção é refletir esse momento e pensar o agora: dando cor às imagens, vida às palavras.

Por isso, meu querido leitor, você está convidado a tomar posse desta obra e navegar atentamente por suas páginas. Esse mundo que agora lhe apresento é somente e tão somente todo alma e coração... Boa leitura!

Sr. Presidente, os temas e assuntos de 'Nau Solitária' são variados, de alcance nacional e regional.

Expus minhas ações em defesa do Rio Grande do Sul no artigo 'Na ponta da lança e dos cascos': temos que avançar. Olhar para o futuro. Percorrer o caminho das estrelas.

Podem até me chamar de sonhador. Talvez eu o seja. Mas podem ter certeza de que dentro do meu peito sempre haverá um luzeiro iluminando e buscando boas-novas para o nosso querido Rio Grande do Sul.

Senhoras e Senhores, as mulheres brasileiras estão cada vez mais ocupando espaço na sociedade, que antes era negado. Elas sabem o que querem, tem foco, abrem caminhos, são donas de si.

Para homenageá-las assim escrevi: Da janela ela olhava o mundo. Mirava o rio e os seus cristais. Uma ponte de pedra e madeira com pilares de saudade.

O sol, a lua, o vento, a chuva... A terra em flor pedindo semente. Um beija-flor, uma andorinha, uma aquarela nos olhos de Cora Coralina.

Tendo como inspiração as manifestações de junho de 2003 assim nasceu "Palavras aos jovens":

Jamais deixa adormecer a indignação que guardas no teu peito. Pois é assim que as pedras são cortadas e lapidadas. É assim que as vitórias são alcançadas. E é assim que nós escolhemos o sol que irá nos acordar.

Em ‘Reforma da Previdência?’... faço uma avaliação se há ou não necessidade de reformá-la: Continuarei sempre defendendo uma previdência mais justa e uma seguridade cada vez mais ampla aos cidadãos e cidadãs deste país, de forma responsável e republicana.

Em “A omissão em tempos de democracia” afirmo que o Congresso Nacional precisa assumir, de fato, as suas atribuições e prerrogativas. Precisa ser, cada vez mais, a caixa de ressonância de indignação da sociedade”.

“Vigiai e orai” faço um chamamento em defesa da CLT, pois ela é patrimônio do nosso povo e foi forjada a duras penas. Os trabalhadores e aposentados não podem ser chamados para novamente pagar a conta.

“Uma luta histórica”, artigo sobre o fim do fator previdenciário: Fato é que a luta pelo fim do Fator Previdenciário precisa ser encampada por todos, independentemente de pensamento partidário, uma vez que estamos diante de uma questão de justiça social, de respeito e de reconhecimento para com todos os trabalhadores que diariamente contribuem na construção e no desenvolvimento do nosso país.

Direitos Humanos e intolerância são temas que trato há muitos anos: O Brasil generoso, aberto, democrático, conciliador e plural haverá de reforçar, em todo o mundo, os melhores exemplos de tolerância e de hospitalidade, primando pelas garantias inerentes à liberdade humana.

Em uma “Questão de justiça”, assunto que acompanho desde o início, ou seja, 1993: Os heróis do Aerus não se rendem. São exemplos para todos nós. Essa luta será contada de geração em geração. Vocês sabem fazer o bom combate... com a paciência e a sabedoria dos mestres e a fúria dos tigres.

Sr. Presidente, citei alguns trechos de “Nau Solitária”. Outros assuntos e temas estão no livro, como aposentadorias e pensões, seguridade social, medidas provisórias, violência, racismo e discriminação, mobilidade urbana, trabalho escravo, ensino técnico, fim do voto secreto no Congresso, entre outros.

Por tanto, dia 15 de novembro, a partir das 16 horas, estarei autografando “Nau Solitária”, no pavilhão central da feira do livro de Porto Alegre, na Praça da Alfândega. Distribuição gratuita.

Todos estão convidados. Mais informações no meu site www.senadorpaim.com.br, nas minhas redes sociais, twitter e facebook.

E, finalizo, senhor Presidente, senhoras e senhores, dizendo que busco não apenas a igualdade formal ou legal.

Busco a igualdade que significa respeitar o próximo e ser, da mesma forma, respeitado.

Busco a igualdade que significa acesso às mesmas oportunidades, independentemente de raça, religião, aptidão física, sexo ou idade.

Igualdade significa, enfim, poder andar pelas ruas sem ter vergonha ou medo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Registro sobre a retomada do julgamento da desaposentação no STF.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos sabem da minha luta pela desaposentação ou desaposentadoria. Inclusive tenho projeto nesse sentido tramitando aqui no Senado Federal.

Por isso eu estou registrando aqui, que o STF (Supremo Tribunal Federal) está retomando no dia de hoje o julgamento da desaposentação, que havia sido interrompido após o voto do ministro Luís Roberto Barroso, relator do processo. Faltam os votos de nove ministros.

A desaposentadoria garante que o aposentado peça a revisão do benefício por ter voltado a trabalhar e a contribuir para a Previdência Social.

De acordo com o ministro Barroso, o aposentado tem o direito de ter o benefício revisado, porque voltou a contribuir para a Previdência como um trabalhador que não se aposentou.

Ao reconhecer a desaposentação, o ministro entendeu que o pedido de revisão deverá levar em conta o tempo e o valor de todo o período de contribuição, englobando a fase anterior e posterior da primeira aposentadoria.

Era o que tinha a dizer.

A SR^a PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

Parabéns por mais uma obra de sua autoria e pelo excelente trabalho que desenvolve aqui, neste Senado Federal.

Convido para fazer uso da palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti como Líder do PTB.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Angela Portela, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, ontem eu fiz aqui uma homenagem ao servidor público ao tempo em que denunciei a forma como os funcionários públicos são tratados no período eleitoral por governantes que não têm nenhum

tipo de pudor em coagir, comprar, perseguir, para fazer com que o funcionário se sinta refém do desejo do mandatário. E explicitiei isso de maneira muito clara.

É lógico que esse tema eleição deve ser debatido muito intensamente ainda este ano para que, no ano que vem, na próxima legislatura, se possa concluir uma reforma política para valer e não essa história de minirreforma política feita às vésperas da eleição, na correria, e que não muda nada.

Eu quero cumprimentar a Governadora eleita do meu Estado, a Sr^a Suely Campos, que coincidentemente é a primeira mulher a ser eleita Governadora do meu Estado. É uma honra muito grande, portanto, para todos os roraimenses ter uma mulher, Senadora Ana Amélia, do PP eleita Governadora do nosso Estado.

Foi uma campanha dura. No primeiro turno éramos apenas três partidos: o PP, o PTB e o Democratas, enfrentando uma máquina poderosíssima do Governo do Estado e da Prefeitura da capital, Boa Vista.

Impressionante. Já vi discussões sobre a questão da unificação das eleições, e nesta eleição me convenci, porque a Prefeita fazia campanha, ou melhor, o que devia ser informe institucional das obras, etc., que ela estava fazendo passou a ser verdadeira propaganda eleitoral.

Ao mesmo tempo, na propaganda eleitoral, a Prefeita aparecia defendendo o candidato a governador que estava no Governo e defendendo o candidato a senador que ela patrocinava. Então, é realmente uma desigualdade em relação aos outros candidatos.

Por isso eu também me inclino a pensar que o melhor para o Brasil seria realmente que, numa eleição só, elegêssemos do presidente da república ao vereador. Qual diferença que tem? Quando votamos na eleição passada, votamos em cinco: deputados estaduais, deputados federais, governadores, senadores e presidente da república. Qual é o problema a mais de se votar em vereador e prefeito? Nenhum. Aliás, é uma economia processual, desafoga os tribunais eleitorais, tanto os regionais quanto o Superior, ao tempo em que também nivela, mesmo que relativamente, a chance daqueles que disputam.

A reeleição é outro tema que devemos debater, porque não pode haver uma reeleição nos moldes atuais, em que a pessoa é candidata à reeleição, a governador, a presidente da república ou a prefeito no cargo. Ao mesmo tempo em que inaugura obras e faz visitas oficiais, faz campanha publicitária eleitoral. Tem que haver realmente um equilíbrio. Se é democracia significa igualdade no tratamento de todos os candidatos. Dessa forma, não há, na reeleição atual do Brasil... É uma desproporção. Seja no nível do prefeito, do governador, do presidente da república, é uma desproporção enorme. Quem está no cargo tem a visibilidade do cargo, tem a oportunidade de viajar no cargo e, ao mesmo tempo, fazer campanha no horário eleitoral gratuito.

Um tema que também se discute, e acho que deve ser um grande tema – venho falando disso desde o ano passado –, é que essa próxima legislatura deveria se encarregar dessa reforma. Esse modelo nosso está exaurido.

Financiamento de campanha. Essa estória de financiamento misto é complicada. Ao mesmo tempo dizer: será que o ideal é o financiamento público? Em tese, sim, porque o povo há de entender que o dinheiro sujo entra na campanha através de doações espúrias que depois são pagas com obras, etc., são com o dinheiro público, não são com o dinheiro das empresas. As empresas tiram e se repõem, e têm facilitação nas licitações. Isso precisa também acabar.

Qual é o modelo mais ideal? Eu tenho dúvidas se é o financiamento exclusivo público ou se é o financiamento misto de pessoas físicas e público. Físico significa que um cidadão qualquer pode dar R\$10, R\$20, enfim, para a campanha do seu candidato, mas não é o caso de uma empreiteira que dá R\$5 milhões para um partido. Algum empresário daria R\$5 milhões só para ver a democracia funcionar? É evidente que não, não somos tão inocentes assim.

Outro fator perverso do atual modelo é o das pesquisas. As pesquisas são as coisas mais prejudiciais, eu diria, ao desempenho livre do ato de votar. Até vi nas redes sociais durante a campanha dizerem: “Não deixe o lbope votar por você”, porque, na verdade, quando começam a sair as primeiras pesquisas, aqueles que estão mais atrás começam a perder militância até, e os próprios, digamos assim, cabos eleitorais se desanimam, muitos até mudam de posição, porque querem mudar, mas, já que o que ele quer não vai dar, ele vota no outro. E o pior: às vésperas da eleição, sai uma pesquisa que coloca fulano numa posição vencedora, e aí vem aquela história do voto útil: o eleitor quer votar para ganhar e vota não pela sua consciência e pela análise que faz do candidato, mas sim induzido pelas pesquisas.

Então, tudo isso deve acontecer sob regras mais rígidas. Eu entendo que o Brasil pode dar um grande passo agora, depois dessa eleição presidencial, que mostrou que o Brasil está praticamente dividido meio a meio em termos de projetos de governo. É uma hora para se discutir essa reforma para promover, justamente, a união nacional, promover que haja, de fato, a cidadania respeitada e que nós possamos ter, daqui para a frente, eleições, de fato, limpas, transparentes, sem corrupção e em igualdade de condições para todos.

Muita gente gosta de comparar o Brasil com os Estados Unidos. Ontem algum orador aqui disse: os Estados Unidos também têm cerca de 40 partidos, só que existem regras para que esses partidos possam de fato ter representação.

Aqui no Brasil, não. Qualquer pessoa insatisfeita com o partido comanda um movimento e cria – como foram criados recentemente – vários partidos.

O nosso modelo é realmente falho, no sentido de que permite essa barganha de parlamentares que são eleitos por um partido, meses depois passam para outro partido, alegando isso ou aquilo, depois saem daquele partido para fundar outro partido junto com outros parlamentares. E, assim, nós temos partidos que, na verdade, como alguns jornalistas costumam dizer, são verdadeiros partidos de aluguel, que servem para se oferecer à questão das coligações, para se coligar em troca de pagamento.

Então, isso de fato tem que ser saneado. Se nós queremos uma democracia para valer no nosso País, nós temos que passar por uma reforma político-partidária-eleitoral profunda, porque senão não adianta ficar fazendo remendos. É o mesmo que ficar dando somente analgésicos, anti-inflamatórios a um paciente, e não atacando a causa do problema. E eu entendo que a causa maior são justamente esses pontos que precisam ser debatidos e concluídos num prazo razoável. Se não valer para a eleição de 2018, que possa valer para a seguinte, já com a unificação dos mandatos e com durações que possam ser definidas, de cinco, seis. Aí é uma questão do debate que vai ser feito pela nova Legislatura.

Eu quero, portanto, Senadora Angela, concluir, mais uma vez parabenizando a nossa Governadora Suely Campos, que é uma mulher que tem oito anos de experiência como Secretária do Trabalho e Bem-Estar Social do meu Estado, foi Deputada Federal, foi Vice-Prefeita de Boa Vista, e tenho certeza de que, pelo amor que ela tem tanto pelas pessoas quanto pelo meu Estado, fará um grande Governo.

Quero dizer que foi um passo muito grande não só acabar com uma espécie de domínio oligárquico que existia já há mais de sete anos no nosso Estado, como também o fato de elegermos, contra tudo e contra todos, uma mulher...

(Soa a campanha.)

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – ... e contando, digamos assim, com nenhum tipo de recursos comparativamente com os deles.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Muito obrigada, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Eu também parabenizo a nossa Governadora eleita, Suely Campos, do PP.

Convido, para fazer uso da palavra, numa permuta com o Senador Ruben Figueiró, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Cara Presidente desta sessão, Senadora Angela Portela; caros colegas Senadores, Senadoras, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, antes de falar sobre o que aconteceu ontem na Câmara e que nós teremos de decidir agora, a tal política de participação social, eu queria endossar a opinião do Senador Mozarildo Cavalcanti e agradecer-lhe, porque não podia eu, enquanto V. Exª estava na tribuna, fazer aparte, pois V. Exª estava falando como Liderança, e, nessa condição, o Regimento impede apartes. Então, eu o faço agora.

A Senadora Angela Portela, da mesma maneira, referiu-se à eleição da única Governadora mulher no pleito de 2014, exatamente em Roraima – nós, no Rio Grande, pronunciamos Roraima com assento fechado –, terra da minha correligionária, para o meu orgulho, Suely Campos, com quem pretendo conversar ainda hoje e conhecê-la pessoalmente. Eu já conhecia o esposo dela, Neudo Campos, que pretendeu disputar o Governo, mas, por dispositivo legal, a escolha, afinal, caiu acertada. Ouvi algumas declarações da Governadora eleita e percebi nela uma segurança muito grande, de uma pessoa que sabe o que quer, sabe o que vai fazer e tem muito preparo técnico para comandar bem um Estado como Roraima. Então, ela representa as mulheres, do meu Partido especialmente. Eu, que disputei uma eleição no Rio Grande do Sul, sei que não é fácil uma eleição, especialmente a eleição deste ano, em que foi um vale-tudo, Senador.

O senhor falou da força que havia. Imagine eu, com um Governador disputando a reeleição, com toda a máquina do Governo, com todo o sindicalismo, com todos os chamados movimentos sociais, todos contra mim.

Do mesmo modo, o próprio Partido que eu apoiei também fez uma campanha, mas foi inteligente, porque, 24 horas antes do pleito, disse: “Você tem 24 horas para tomar uma decisão. Com um voto só, você tira o PT do Governo, você elege o Sartori e você mantém no Senado a melhor Senadora do Rio Grande.” Então, Senador Blairo, foi uma forma inteligente, e eu não poderia reclamar, porque estava sendo qualificada como uma boa Senadora.

Então, eu penso que essa foi uma forma criativa, inteligente e respeitosa, porque ninguém poderia reclamar. Eu não podia nem fazer uma queixa à Justiça Eleitoral, porque, politicamente, foi muito correta a atitude e a estratégia do PMDB. Apoiamos, e os meus votos foram todos transferidos para Sartori, que acabou eleito com uma esmagadora decisão, deliberação dos eleitores e das eleitoras no Rio Grande do Sul. É uma demonstração clara do desejo de mudança, da mesma forma como o candidato que apoiamos, Aécio Neves, foi o mais votado também no Rio Grande do Sul, nas eleições deste ano.

Então, cumprimos o nosso dever, e com muita alegria esse resultado foi obtido.

Coloquei isso ao Sartori naquele momento, quando reconheci o desejo dos eleitores gaúchos de que eu ficasse no Senado. Já estou, desde que vim para cá, dois dias depois de terminada a eleição, cumprindo com o meu dever de defender o Rio Grande.

Um desses meus deveres diz respeito à renegociação da dívida do Estado com a União. A situação mais agônica, eu diria, mais difícil é a do Rio Grande do Sul, se comparada com a de outros Estados. E espero que o acordo seja cumprido para votar essa matéria neste ano.

Penso também que nós temos que revisar as formas dessa...

O Sr. Blairo Maggi (Bloco União e Força/PR – MT) – Senadora, V. Exª me permite um aparte?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pois não, Senador Blairo Maggi. Com muito prazer.

O Sr. Blairo Maggi (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Antes de a senhora entrar propriamente no seu discurso, quero dizer que, quando faz referência às eleições no Rio Grande do Sul, eu acho que o PMDB, como a senhora falou, usou de uma estratégia correta ao elogiar o seu trabalho aqui no Senado, embora eu tenha ficado na torcida imensa para que V. Exª pudesse ter conquistado o Rio Grande do Sul. Seria uma honra para V. Exª governar aquele Estado, Estado dos meus pais. Eu oficialmente sou gaúcho, embora tenha nascido no Paraná. A senhora, aqui nesta Casa, aqui no Senado Federal, tem demonstrado uma garra e um trabalho fantástico, tem o respeito de todos os colegas que frequentam esta Casa e trabalham nela, não só aqui no plenário, mas nas comissões, onde efetivamente as coisas acontecem neste Senado. A grande maioria daqueles que acompanham a TV Senado e a Rádio Senado não têm a oportunidade de ver os Senadores, porque os trabalhos são sempre pela manhã, e temos várias comissões. Mas eu sou testemunha do quanto V. Exª é presente, persistente e trabalhadora. Quero aqui, então, deixar o meu reconhecimento pelo trabalho. Não conheço o Sartori – espero que ele faça um grande trabalho também, pelo Rio Grande do Sul –, mas conheço V. Exª e sei que seria uma excepcional governadora. Não deu desta vez, quem sabe no futuro? Parabéns. A senhora é muito benquista e muito bem-vinda no retorno a esta Casa. Parabéns.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada. Fico sensibilizada, Senador Blairo Maggi. Aliás, V. Exª me ajudou muito, porque, no dia em que cheguei do Rio Grande do Sul, da disputa no primeiro turno, estávamos votando, na Comissão Mista, o 651, a famosa medida provisória da competitividade. Tive o prazer de apoiar uma emenda do Senador Cidinho Santos – que tem muito interesse não só no seu Mato Grosso, mas também no Rio Grande do Sul –, que trata da recuperação de pneus usados, que resolve um passivo ambiental, e há uma questão econômica importante. Digo que envolve até uma prevenção contra a dengue, porque o pneu velho, jogado ao léu, ao tempo, fica enchendo d'água, o mosquito ali se aloja, e ali nós temos um grande problema.

Só peço sua ajuda, Senador, porque há um movimento de não acolher as emendas que fizemos e que enriqueceram o relatório do Deputado Newton Lima na Comissão, exatamente nessa matéria. Se há algum excesso, que esse excesso seja retirado num veto da Presidente da República! É mais simples. Mas frustrar o que foi decidido aqui para melhorar a competitividade?

O que era esse projeto, que interessa muito ao Rio Grande do Sul? Temos um grande empreendimento em Nova Prata, foi um dos primeiros do País, está trabalhando nisto há muitos anos: a recuperação de pneus usados. Há um aspecto econômico: a tributação era bitributação. A tributação no processo da industrialização – a transformação de um pneu usado num pneu novo, em condições de uso, de boa qualidade e mais barato do que um pneu novo – e a tributação também na venda do produto, com PIS/Pasep e Cofins. Ora, bitributação, na industrialização e na comercialização.

Então, nós conseguimos a acolhida do Relator Newton Lima. Lamento se voltarmos atrás, não incluindo essas matérias para as farmácias, para as distribuidoras de medicamentos, da mesma forma. Tudo isso foi acolhido pelo Relator e melhora muito o texto original. Reconheço que há um excesso, digamos, um penduricalho indesejado, mas, na hora de votarmos essa matéria, vamos fazer.

Eu quero apenas dizer que, ao contrário do Presidente Lula – e aí o Senador Blairo Maggi falou “na próxima” –, eu não quero. Acho que cada dia com a sua agonia, Senador. Acho que foi um grande risco para a Presidente da República recém-eleita o fato de o principal líder do PT já lançar candidato a Presidente da República. E dizer que vai interferir no governo da Presidente não é politicamente correto. Mas quem sou eu para julgar

quem ganhou a eleição? Não posso fazer isso. Só quero dizer, do ponto de vista político, que cada dia com a sua agonia. Quanto a essa antecipação, eu zelo pela tranquilidade da Presidente de ela ter a independência necessária para...

(Soa a campanha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – ... fazer jus à confiança dos eleitores que a levaram à reeleição, levando-os a ter a certeza de que ela, por ela mesma, pela sua competência, vai comandar o País, como fez nesses primeiros quatro anos de mandato.

Penso que a Presidente Dilma não precisa de tutela de ninguém, porque demonstrou a sua capacidade de governar. Agora, politicamente, é outra coisa, e esta Casa vai dar a resposta necessária e adequada, como fez a Câmara ontem quando eu reconheci o trabalho feito, recusando-se a aprovar o decreto presidencial da política de participação social. Hoje, para se ter uma ideia, já se pratica essa participação, já se pratica!

Agradeço muito, Senadora Angela Portela.

Hoje, existem funcionando 40 conselhos e comissões de políticas públicas no País – 40! –, formados por 668 integrantes do Governo e 818 representantes da sociedade.

(Soa a campanha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – As atribuições variam de acordo com cada conselho, que podem ser consultivos, deliberativos ou as duas coisas ao mesmo tempo.

Portanto, se nós já temos um mecanismo de consulta da sociedade, para que criar mais uma estrutura de poder ou estrutura de consulta?

Então, eu queria cumprimentar a decisão da Câmara federal ontem, e lamento, como jornalista, que talvez, nessa iniciativa, esteja uma tentativa não velada, mas muito aberta de cerceamento à livre expressão, à liberdade da imprensa e, de algum modo, talvez esteja embutida nesse decreto uma imposição de caráter eminentemente ideológico, e não de interesse democrático e social! É, sem dúvida, mais uma tentativa de reduzir a democracia ao gosto e ao prazer de um único partido político.

Qualquer ação que desconsidere as funções básicas de cada um dos Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário –, menosprezando o papel que tem este Congresso recém-saído das urnas, é uma inaceitável “armadilha” contra as instituições. É também mais uma barreira contra toda a sociedade, contra o povo e contra os movimentos populares, inclusive.

Ives Gandra Martins, respeitado advogado e professor da Universidade Mackenzie, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e da Escola Superior de Guerra, foi quem melhor conseguiu explicar, a meu ver, o que significa, na prática, a Política Nacional de Participação Social – estou terminando, Presidente.

Segundo ele, esse decreto é uma forma de “suprimir as funções constitucionais do Parlamento e introduzir entre nós...

(Soa a campanha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – ... o modelo bolivariano das Constituições da Venezuela, Bolívia ou Equador”. Nesses países – é importante que se esclareça –, o Executivo e o “povo” são os verdadeiros e únicos poderes, enquanto Legislativo, Judiciário e Ministério Público não passam de poderes “acólitos”, “vicários”, “secundários” e “sem nenhuma ou pouca expressão”. Democracia, definitivamente, não é isso. Revirem as bibliotecas mais antigas do Brasil e do mundo ou pesquisem as fontes confiáveis na internet para constatar que o conceito real e verdadeiro de democracia é o fortalecimento das instituições democráticas e a defesa real da livre expressão.

Não podemos admitir, portanto, que esse decreto tire os poderes do Congresso Nacional. Isso ampliaria, ainda mais, os poderes do Poder Executivo, do poder central, desequilibrando, assim, as relações de poder e colocando as nossas instituições umas contra as outras.

Essa tentativa “autoritária” de “fragilizar” tudo o que não é o Poder Executivo é, na verdade, uma “enorme vontade” de beneficiar alguns poucos “amigos do rei” – no caso, os beneficiados pelas indicações às comissões de consulta popular – para aparelhar o Executivo e torná-lo tão forte e “ultranacionalista” que ninguém possa questioná-lo ou contrapor-se a ele. A história da humanidade mostra que isso é muito perigoso! Todas as instituições precisam, por isso, de fortalecimento! O diálogo real só ocorre quando é direcionado às instituições. A nossa democracia já demonstrou que instituições fortes e respeitadas são indispensáveis e necessárias para o saudável e maduro desenvolvimento da democracia.

Aliás, a propósito disso, fico com a frase...

(Soa a campanha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – ... do falecido Eduardo Campos: “Não vamos desistir do Brasil!”; ou com a frase de Tancredo Neves, repetida pelo seu neto, Aécio Neves: “Não vamos nos dispersar!”
Muito obrigada, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Muito obrigada, Senadora Ana Amélia. Chamo, para fazer uso da palavra, o Senador Blairo Maggi, do PR, como Líder do seu Partido.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Srª Presidente.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores, ouvintes da TV e Rádio Senado e todos aqueles aqui presentes, boa tarde!

As eleições deste ano foram, sem dúvida, um novo marco na nossa história política. Passamos o País a limpo. Amplos debates foram feitos, ideias inovadoras surgiram, tivemos a exposição das mazelas administrativas, a recomposição das forças políticas e testemunhamos um *show* de participação por parte da população via mídia digital.

Senhoras e senhores, com tudo isso, saímos, a meu ver, um País melhor, menos acomodado e mais participativo. Foi ressemado o gosto pela política e despertamos um velho sentimento nos brasileiros de que, se quisermos mudar o Brasil, o caminho é o exercício do voto. Nos números, a Presidenta Dilma foi vencedora e, de forma legítima e democrática, será nossa Chefe de Estado por mais quatro anos.

No entanto, a realidade demonstrará que, a partir de janeiro do próximo ano, o que prevalecerá será a fundamental força do diálogo com a sociedade e seus segmentos organizados. Acabou, a meu ver, a política do amém e percebo o início de uma ampla discussão nacional, com prioridade para a reforma política e o fim da reeleição para cargos executivos. Também se faz necessário ao País um novo pacto federativo, em que não haja duplicidade de órgãos e ações administrativas ineficazes, como existem hoje em todos os Estados e no País.

Outro grande desafio para o novo governo será o de superar os entraves burocráticos gigantescos que existem hoje. É a famosa guerra do papel que tem derrotado governo após governo. Entendo que, para o sucesso do Governo da Presidente Dilma, assim como para o de qualquer outro que a suceda, será preciso reunir amplos esforços para superar a burocracia que se impõe à Administração Pública, para atingir as ambiciosas metas de infraestrutura de que o Brasil tanto precisa.

Senadoras e Senadores, desaparelhar o Estado, diminuir o seu tamanho e modernizar a administração são atitudes ousadas que se impõem como contrapartida a tudo aquilo se ouviu nos palanques e nas ruas, tornando, desse modo, a campanha eleitoral um grande eco para o País que todos nós queremos. É um Brasil socialmente justo, no caminho do desenvolvimento e na geração contínua de oportunidades.

Podemos enaltecer a Presidente Dilma pela sua obstinação, mas não podemos desprezar a grandeza dos adversários, aguerridos e dispostos a fazer prevalecer, na força do voto, conceitos e ideais. O Brasil de tantos Brasis, dos rincões, das caatingas, das bacias aluviais, das favelas e litoral, de sentimentos comuns que expressam sonhos: vida melhor, filhos estudando, oportunidades e uma imensa esperança no amanhã expressada no mais humilde voto e na totalização deles. Presidente Dilma, o resultado das urnas é uma grande responsabilidade para V. Exª.

No romance francês mundialmente conhecido “O Pequeno Príncipe”, há um trecho que diz: “Somos eternamente responsáveis por aquilo que cativamos”, e V. Exª cativou muitos milhões de brasileiros. No entanto, terá que governar para todos os quase 202 milhões de habitantes, para todos os Estados, para todos os Municípios; enfim, para todo o País. Que Deus a ilumine nesses próximos quatro anos!

Ao meu colega Senador Aécio Neves, e ao Senador Aloysio Nunes, candidato favorito de uma vivaz metade deste País, deixo aqui a minha deferência pela forte campanha que conduziu e que tornou histórica a eleição de 2014. Foram mais de 51 milhões de votos, em todo o Brasil, contra os 54,5 milhões obtidos pela nossa Presidente Dilma – uma disputa democrática e acirrada até os últimos momentos da apuração. A vitória de Aécio em 11 Estados mais o Distrito Federal sinaliza um desejo de mudança que impera em todo o País e que certamente servirá de roteiro para o novo mandato da Presidente Dilma, que começa em janeiro.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de parabenizar também o Governador eleito do meu Estado de Mato Grosso, nosso colega aqui no Senado Federal, Senador Pedro Taques, vencedor no primeiro turno das eleições. Que o V. Exª tenha sucesso e que, com determinação, leve nosso amado Estado de Mato Grosso a continuar nos trilhos do progresso e do desenvolvimento! Desejo, então, ao nosso querido Senador Pedro Taques sucesso nos próximos quatro anos como Governador e, de antemão – já disse isso pessoalmente a ele, mas digo aqui de público –, que poderá contar com meu apoio irrestrito aqui no Senado Federal sempre, naquelas questões que dizem respeito às coisas de Mato Grosso e às coisas para Mato Grosso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Blairo Maggi, a Srª Angela Portela, 2ª Secretária, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Davim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco Maioria/PV – RN) – Obrigado, Senador Blairo Maggi.

Convido, para fazer uso da palavra, a Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Davim, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, assim como muitos já fizeram ontem e hoje, nós também queremos falar sobre as eleições de 2014. Quero inicialmente parabenizar a Presidenta Dilma pela reeleição, que foi reeleita com 51,64% dos votos válidos apurados pelo Tribunal Superior Eleitoral. Mulher guerreira que, em 2010, entrou para a História como a primeira mulher Presidente da República em nosso País, Dilma anunciou, logo após a confirmação de sua reeleição, que seu primeiro compromisso seria com o diálogo.

A Presidenta acerta no chamamento das forças políticas do País à união e ao diálogo, como forma de atender aos anseios da sociedade brasileira, que ficaram muito claros neste pleito de 2014. Apesar de tantas mudanças ocorridas no Brasil, na última década, o resultado destas eleições nos mostrou, claramente, que a sociedade brasileira quer ver nosso País avançar, com mais mudanças sociais, econômicas, culturais, estruturais e de cidadania. E, mais uma vez, a Presidenta Dilma acerta o tom, ao anunciar que vai dar prioridade à reforma política, levando adiante sua proposta de fazer uma consulta popular sobre este assunto.

O PT, que já deu demonstrações de sua organização, assume o compromisso de lutar pela reforma política que o Brasil tanto precisa. Passada a disputa eleitoral, voltamos à vida real. E, como afirmou a Presidenta, não considero que o Brasil esteja dividido; penso o contrário, que há um sentimento em favor da união e o diálogo entre as forças políticas envolvidas neste processo eleitoral, que foi um dos mais acirrados da História recente do nosso País.

O meu Estado de Roraima também demonstrou vontade de ver o Brasil avançar com muito mais mudanças. Esta vontade está expressa em números. Nas eleições presidenciais de 2010, a Presidenta Dilma conseguiu 33,44% dos votos do eleitorado de Roraima; nas eleições de 2014, a Presidenta Dilma alcançou 41% do total de votantes do Estado, perfazendo, portanto, um aumento de mais de 37% de votos, em relação ao pleito de 2010.

Queria enfatizar aqui que, embora obtendo menos votos que seu adversário, Dilma conferiu mais apoios ao projeto de mais mudanças que ela defendeu, com coragem e valentia. Portanto, o nosso Estado de Roraima concedeu um aumento, entre o pleito de 2010 e de 2014, de 37% a mais para Presidenta Dilma. E este anseio de mudanças se refletiu no cenário estadual: de forma ordeira, mas determinada, o eleitorado de Roraima escolheu um projeto político, que se comprometeu a salvar o Estado da grave crise financeira em que se encontra.

Os ventos de mudança que lá sopraram reafirmaram a democracia e também a relevância da mulher na política. A ex-Deputada Federal Suely Campos, do PP, obteve 54,85% dos votos válidos e será a primeira mulher Governadora do Estado de Roraima. Aliás, Suely foi a única mulher eleita Governadora neste pleito, nestas eleições de 2014, em nosso País; o que nos deixa muito felizes, muito honradas, porque conhecemos a pessoa séria, trabalhadora e honrada que é a nossa Governadora eleita Suely Campos.

Parabenizo os eleitores e as eleitoras roraimenses que confiaram a ela a responsabilidade de conduzir, de solucionar os inúmeros problemas que afligem a todos nós, em nosso Estado. Suely derrotou a proposta de continuidade, representada pelo atual Governador, Chico Rodrigues, que obteve 45% dos votos. Participei deste processo eleitoral, como candidata a Governadora, em uma coligação composta por cinco partidos políticos, que ajudaram a eleger um Senador, o economista Telmário Mota, do PDT, que será nosso colega de Parlamento.

Agradeço, de todo o coração, a todos os eleitores e eleitoras de Roraima que externaram seu desejo de ver uma professora, uma senadora governando o nosso Estado. E estou plenamente representada pela Governadora eleita, a quem dei apoio político, no segundo turno, e trabalhei para eleger, porque acredito que ela tem todas as condições de corrigir os graves problemas que Roraima enfrenta com endividamento do Estado, falta de segurança, calamidade na área de saúde e de educação, corrupção na estrutura governamental. Com o respaldo do eleitorado, Suely Campos poderá cumprir os compromissos que firmou durante a sua campanha eleitoral e, entre estes compromissos, está o de promover o desenvolvimento socioeconômico do nosso querido Estado de Roraima.

Tenho certeza de que Suely Campos irá dar prioridade ao investimento na agricultura, à modernização da gestão das receitas do Estado, à situação difícil da saúde e da educação e à adoção de medidas que deem mais segurança ao sistema penitenciário do nosso Estado, que, inclusive, neste momento, passa por sérios problemas. E, amanhã, eu vou ter a oportunidade de fazer um pronunciamento sobre a grave situação do sistema prisional do nosso Estado de Roraima.

Suely Campos precisará do apoio da Bancada de Roraima para administrar o nosso Estado. Da minha parte, farei o que for possível para ajudar a Governadora eleita a fazer uma gestão voltada para todas as pessoas, especialmente aquelas que mais necessitam da presença e da eficiência do Estado em suas vidas.

Desta forma, não medirei esforços para buscar, junto ao Governo Federal, junto ao Governo da Presidenta Dilma, recursos e projetos federais que possam ajudar Roraima a avançar e melhorar a vida da nossa população.

No geral, em que pesem os momentos de forte tensão que se deu entre militantes de um lado e de outro, essas eleições foram um momento importante de esclarecimentos, paixões e escolhas do eleitorado. De uma ponta a outra do País, eleitores e eleitoras discutiram propostas, ideias e comportamentos, configurando, sem sombra de dúvida, um período de grande participação do povo na vida política do nosso País.

O resultado mostrou a escolha pela justiça social, o fim das desigualdades, mais mudanças, mais melhorias para todas as camadas da sociedade, mais moradia, mais segurança pública, mais cidadania.

Por fim, nessa festa em favor da democracia, ganharam os brasileiros e as brasileiras, que querem mais seriedade na política, mais seriedade e um futuro mais digno para todos nós.

Quero aqui desejar, de todo o coração, que a nossa Presidenta Dilma consiga fazer um excelente trabalho e, com as bênçãos de Deus, consiga continuar colocando o nosso País para avançar nas mudanças de que tanto necessita o povo brasileiro.

Quero também pedir a Deus que proteja e abençoe a nossa Governadora eleita, Suely Campos; que ela consiga colocar o nosso Estado, Roraima, nos rumos do desenvolvimento social e econômico, com inclusão social.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco Maioria/PV – RN) – Obrigado, Senadora Angela Portela.

Convido para fazer uso da palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes que nos acompanham pela Rádio Senado, estamos em um momento decisivo em que tratamos de ampliar ou não os mecanismos legais de participação popular na definição dos destinos do Brasil.

Os brasileiros que foram às ruas em junho de 2013 deixaram clara pelo menos uma grande mensagem para quem não quis tentar entender o resto: o sistema representativo que hoje funciona no País está exaurido.

Nós precisamos reformá-lo. Nós precisamos acabar com as decisões de gabinete, com a relação de poder unilateral e construir caminhos efetivos de diálogo com uma sociedade que está cada vez mais queixosa de ser tratada com tanta desimportância.

Não há dificuldade em entender o que disseram os cidadãos nas suas manifestações. A voz das ruas só é rouca para quem faz ouvidos moucos.

Quando assumiu o governo, o Presidente Lula argumentou reiteradas vezes que o Brasil não podia seguir nos porões de miséria e atraso em que nosso povo estava confinado havia mais de 500 anos. E conclamou todos a selar um novo pacto social. Assim foi feito. E o Brasil deu um dos maiores saltos de sua história, retirando mais de 50 milhões de brasileiros e brasileiras da pobreza extrema e se transformando numa referência mundial em combate à fome e à desigualdade social.

Precisamos agora é de um novo pacto político, um pacto que reforme o nosso sistema político vigente e eleve o Brasil à altura das aspirações dos brasileiros.

Mas, obviamente, já começaremos errando, se tentarmos fazer isso sem os brasileiros. Estamos diante da necessidade de promover no Brasil uma nova abertura política: uma abertura política que franqueie ao povo brasileiro o direito de construir e de participar da agenda de mudanças e de reformas a que ele aspira; uma abertura política que chame a nossa sociedade a ser agente ativa dos processos decisórios. É nesse contexto que se insere a urgência de uma reforma política.

Temos travado, nos últimos dias, pelos jornais, uma batalha, nem sempre produtiva, sobre a melhor maneira de darmos um passo significativo rumo a ela: se por meio de um plebiscito ou por meio de um referendo.

Defendo, assim como o meu Partido, que um plebiscito é o instrumento mais legítimo para isso.

Mas é importante dizer que tanto o plebiscito como o referendo estão previstos na Constituição brasileira. Causa-me espécie a ignorância ou a má-fé de alguns colunistas de jornais e revistas brasileiros que dizem que querer fazer a reforma, tendo, antes, um plebiscito, é uma forma de bolivarianismo – palavra mágica para tentar designar tudo o que não se coaduna com a democracia.

Esses débeis mentais propriamente ditos precisam ler a Constituição, precisam lembrar que o Brasil já teve plebiscito para definir se nós seríamos uma república ou uma monarquia e se seríamos um regime presidencialista ou parlamentarista. Portanto, não é esse o debate. O debate que está colocado é o seguinte: qual dessas duas formas melhor se adapta ao momento que o País vive, hoje, e ao tema que está em questão?

Reforma política é um assunto que diz respeito, obviamente, a todos aqueles que estão envolvidos no jogo eleitoral, os partidos, os Parlamentares. E, se o Congresso, os partidos e os Parlamentares decidem antes para, depois, ouvir a população, nós vamos ter a influência do interesse de cada Parlamentar e de cada partido.

Não é à toa que setores da sociedade defendem uma Constituinte exclusiva para debater a reforma política. Por quê? Porque quem está aqui, em princípio, defenderá o interesse de permanecer aqui. Então, o plebiscito é melhor, não porque o referendo não seja democrático, mas porque o plebiscito se harmoniza com o sentimento da sociedade que quer decidir, e não, simplesmente, dizer “sim” ou “não” ao que o Congresso decidiu. E ele é melhor porque não serão somente os Parlamentares, no seu interesse próprio, que decidirão primeiro.

Então, esta é uma decisão bizantina. Também, se não for o plebiscito, tudo bem, pode ser o referendo. O importante é que nós tenhamos a reforma política – isso é que é fundamentalmente importante.

Defendo, então, que o plebiscito é a melhor maneira. Mas não faremos disso um verdadeiro cavalo de batalha. Nós queremos, concretamente, é que essa decisão, a definição da reforma política aconteça, porque o País não suporta mais que as empresas privadas sejam as responsáveis pelo financiamento das campanhas eleitorais.

Vejam bem: um dos jornais brasileiros publicou que 19 empresas foram responsáveis pelo financiamento de metade das campanhas eleitorais. Portanto, quem não conhece, quem não se relaciona, quem não tem contato com essas 19 empresas não terá recursos para financiar sua campanha eleitoral. E quem financia a campanha eleitoral? É empreiteira, é banco, é quem tem interesse no setor público.

Então, mais importante do que ser plebiscito ou ser referendo é fazer a reforma política. A reforma política é importante porque, agora, na Câmara dos Deputados, nós temos 28 partidos, como se no Brasil existissem 28 ideologias diferentes. E não existem. O que existem são pessoas que se apossam de um livro de atas e, a partir dali, têm acesso ao Fundo Partidário, têm acesso ao programa de televisão e muitas vezes até a lançar candidatos à Presidência da República, figuras folclóricas que nada, nada acrescentam ao debate político deste País.

Nós precisamos fazer a reforma política para garantir a fidelidade partidária, para garantir uma série de valores que vão contribuir para a ampliação da democracia no Brasil e também para o combate à corrupção. Por isso, entendemos que o plebiscito é o melhor.

Porém, não é essa a questão principal que está em jogo. Está em jogo o debate sobre participação popular. E aí quero manifestar a minha preocupação com a decisão tomada ontem pela Câmara dos Deputados e que nós aqui poderemos reformar.

Dizem os jornais que o Presidente da Câmara nos impôs uma derrota porque foi derrotado no seu Estado para disputar o governo. Eu não acredito. Sinceramente, não acredito. Seria muita pequenez. E, se isso fosse verdade, eu ousaria dizer que o povo do Rio Grande do Norte merece aplausos.

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Se é verdade que ele bancou essa decisão porque está com raiva do Governo ou com raiva do PT – e eu não acredito –, palmas para o Rio Grande do Norte.

Mas aqui nós vamos poder mudar aquilo que foi feito lá. É mais uma mistificação. O decreto que trata de representação e participação popular não procura ignorar o Congresso Nacional; pelo contrário, apenas sistematizou modelos de participação que já existem. Já existem o Conselho Nacional de Saúde, o Conselho Nacional de Educação, da Assistência Social, a Ouvidoria da Anvisa, a Ouvidoria do Senado, a Ouvidoria da ANS. Já existem as conferências em termos de participação popular. E mais uma vez...

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – ... os escribas de aluguel – estou como orador inscrito, Presidenta, me desculpe; tenho um pouco mais de tempo, tenho 20 minutos e quero pedir a V. Ex^a que seja condescendente – de vários órgãos da mídia nacional novamente vêm com esse discurso de que isso é bolivarianismo. Que bolivarianismo? Na verdade, nós estamos tão somente sistematizando o que já existe.

Se querem questionar que essa proposta teria que vir por um projeto de lei, eu até acho que poderíamos discutir essa questão, mas simplesmente barrar esse mecanismo por um decreto legislativo me parece um enorme equívoco, porque nada do que está ali proposto é diferente do que criar mecanismos consultivos do Poder Executivo. Em nada se interfere na vida do Congresso Nacional, do Senado ou da Câmara dos Deputados.

Por essa razão é que nós vamos debater aqui. Poderemos até perder. Poderemos perder. Vitória de Pirro de quem derrotar essa proposta, porque nós estamos defendendo algo que é consentâneo com o que a população brasileira deseja hoje. O povo não quer mais apenas ser caudatário das decisões do Congresso Nacional ou do Governo Federal.

Ora, Mais Médicos, um grande programa do Governo, foi discutido no Conselho Nacional de Saúde e aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde. Isso reduziu a importância do Congresso Nacional? O Samu, a Farmácia Popular, tudo isso foi objeto de debate de Conselho Nacional de Saúde, de Conferência Nacional de Saúde, de reuniões das Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite, do Ministério da Saúde. E isso é bolivarianismo? A democracia brasileira foi arranhada em algum momento por conta disso? Não.

Então, será uma derrota, se vier a acontecer, que fazemos questão de ter. Aqueles que derrotarem essa proposta, aqueles que quiserem um Parlamento e um Governo distantes da sociedade que assumam a sua posição, mas não falsifiquem a verdade.

Nada há de bolivarianismo ou de modelo venezuelano nisso que ontem a Câmara dos Deputados cometeu o equívoco de decidir.

Espero que aqui no Senado nós tenhamos uma posição diferente, porque quem tem a ganhar com a manutenção dessa proposta é a população brasileira.

Eu espero que, da mesma forma como as corporações enchem essas galerias do Senado para defender aumento de salário, para defender gratificação, o movimento social venha para cá discutir este tema, para nós podermos fazer um debate rico, um debate que discuta como é melhor fazer com que a população exerça um controle social.

É o desafio que eu faço a todos esses segmentos: que aqui estejamos não para debater contra moinhos de vento, porque essa ideia de que é bolivarianismo, de que é tentativa de ditadura não existe. Vamos discutir quais são os melhores...

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – ... meios e caminhos para se produzir isso.

Então, eu queria, Sr^a Presidente, agradecer a oportunidade de poder aqui falar e dizer que nós não vamos aqui fazer este debate de forma acanhada.

Nós vamos discutir, porque temos a visão correta, adequada de que a sociedade quer isso. Essa é uma das mudanças que a população brasileira quer. E aqui no Senado, diferentemente da Câmara, onde dizem aí que a revanche prevaleceu, ou a ideologização prevaleceu, que aqui prevaleça o debate sobre o melhor conceito de democracia.

Muito obrigado, Sr^a Presidente, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras.

Durante o discurso do Sr. Humberto Costa, o Sr. Paulo Davim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Angela Portela, 2^a Secretária.

A SR^a PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Parabéns ao nosso Líder, Senador Humberto Costa.

Convido para fazer uso da palavra o Senador Paulo Davim, inscrito pela Liderança do seu partido, o PV.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna na tarde de hoje, depois de um processo eleitoral, para, a exemplo do Brasil, levar as minhas congratulações ao Governador eleito do meu Estado, o atual Vice-Governador Robinson Faria, que, a despeito de não ter sido o candidato que recebeu o apoio do meu partido e o meu apoio, já que nós compúnhamos outra coligação, desejo desta tribuna que ele tenha êxito na sua gestão e que tenha sabedoria para administrar o Estado do Rio Grande do Norte, com as suas particularidades, que todos conhecemos, com as suas dificuldades, que todos conhecemos, com os desafios hercúleos que ele terá que enfrentar. Mas, enquanto for detentor de mandato aqui no Senado Federal, terei uma postura republicana e, no que depender do nosso mandato, do meu partido, não faltarei ao povo do meu Estado.

Quero aproveitar a oportunidade e parabenizar também a Deputada Fátima Bezerra, que foi a Senadora eleita pelo meu Estado, fazendo jus à sua dedicação de muitos anos e ao seu trabalho pelo povo do Rio Grande do Norte.

Mas, Presidente, todos nós, neste processo eleitoral, caminhamos pelos nossos Estados, nos Municípios, nas cidades, nas vilas, nos povoados; conversamos com milhares e milhares de pessoas e detectamos que há uma necessidade premente de que se promova a tão propalada reforma política no Brasil, sob pena de a nossa democracia se distanciar, cada vez mais, da representatividade que fortalece o destino da Nação, através do voto.

Eu vejo que o atual sistema de escolha política do Brasil está quase inviabilizando a possibilidade de se fazer uma escolha adequada, está inviabilizando os pequenos partidos, está inviabilizando os candidatos que não dispõem de grandes estruturas financeiras e estão sendo mutilados talentos, pessoas, segmentos, representatividades legítimas por essa esdrúxula legislação eleitoral vigente.

Eu espero que, dessa feita, se promova definitivamente essa reforma política. Todas as vezes que se conclui o processo eleitoral, volta-se a discutir essa questão da necessidade de uma reforma política no Brasil. O tempo passa, os anos se arrefecem e, mais uma vez, essa proposta dormita nas gavetas do Congresso Nacional.

Eu sinto que não só o segmento político do Brasil sente essa necessidade de uma reforma política que garanta a sua representatividade na escolha, mas também a sociedade brasileira. Precisamos ter a capacidade de interpretar com precisão o recado que nos foi dado das urnas.

Não foi à toa que tivemos mais de 26 milhões de votos nulos, brancos e abstenções. Isso denota uma credibilidade da sociedade com o processo político e com os políticos. Precisamos criar instrumento para motivar, para esclarecer a importância da sociedade nessa escolha.

O cidadão e a cidadã precisam ter a garantia de saber que o seu voto vai ter peso na escolha do destino do seu Município, da sua cidade, do seu País.

O que a gente viu por onde andou foi que, praticamente, virou um esporte nacional se falar mal de político. De certa forma, a sociedade tem razão; mas, por outro lado, a sociedade precisa entender que, do jeito que existem os bons médicos, existem os maus médicos, os bons engenheiros, os maus engenheiros, existem os bons políticos e os maus políticos. Nem os bons políticos, nem os maus políticos chegam aqui com os próprios pés, é a sociedade que os elege. O que precisamos fazer para melhorar essa representatividade? Precisamos dotar a sociedade de instrumentos adequados para que ela promova uma boa escolha; precisamos dar as condições para que a sociedade ouça as propostas, para que a sociedade escolha os seus candidatos, para que conviva com ele o mais próximo possível. Do jeito que acontece no Brasil atualmente, onde o candidato que tem a atividade e uma vida inteira numa região metropolitana, para ele ser candidato a Deputado Estadual, Federal, a Senador da República ou a governador, terá que correr pelo Estado inteiro. Imagine um Estado que tem mais de 800 Municípios, um Estado que tem mais de 400, 500 Municípios. Isso se torna humanamente impossível com a campanha presencial e exige do candidato o preposto, que são as famosas lideranças, e isso onera, é uma porta para a corrupção eleitoral; abre espaço e a necessidade para que empresas, pessoas e o capital privado entrem na disputa eleitoral, entrem na campanha, e, aí, criam-se compromissos espúrios, e, aí, está degradingado todo o processo de escolha no Brasil.

É importante que se faça esse debate, considerando o número de partidos, para que não haja as legendas de aluguel, para que a disputa eleitoral no Brasil não seja um balcão de negócios através das legendas, mas que se considere também a forma mais adequada de o eleitor escolher os seus candidatos.

Teremos que discutir o voto distrital. Teremos que discutir o voto distrital misto. Teremos que discutir o financiamento de campanha. Teremos que discutir as legendas que estão se multiplicando no Brasil como se estivessem brotando do chão ao bel prazer de grupos e de pessoas. Não pode acontecer isso. Não temos tantas ideologias.

Precisamos racionalizar o surgimento de legendas no Brasil. Precisamos discutir com responsabilidade o financiamento das campanhas. Agora, precisamos, sobretudo e principalmente, levar esse debate à frente. Não podemos ficar apenas no discurso estéril que acontece costumeiramente depois dos processos eleitorais. Esta Casa tem uma responsabilidade muito grande: ouvir os clamores da sociedade e, definitivamente, levar a cabo o que a sociedade espera de todos nós.

Quero, mais uma vez, parabenizar os eleitos do meu Estado e dizer que, encerrado o processo eleitoral, voltaremos ao nosso cotidiano, com as responsabilidades que nos são inerentes, e que vamos trabalhar para fortalecer o nosso Brasil e o nosso Rio Grande do Norte.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Muito obrigada, Senador Paulo Davim.

Registro a presença, aqui no plenário da Casa, dos estudantes da Escola Estadual Catharina Casale Pado-vani, de Piracicaba, São Paulo. Obrigada pela presença.

Convido para fazer uso da palavra agora o Senador Luiz Henrique, do PMDB de Santa Catarina.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vencemos as eleições em Santa Catarina pela quarta vez. Eu fui eleito governador duas vezes – aliás, fui o primeiro reeleito da história de Santa Catarina – e o Governador Raimundo Colombo acaba de ser reeleito, no primeiro turno, duas vezes. Ressalto: eleito no primeiro turno.

Além da eleição do governador, a nossa coligação elegeu dez dos dezesseis Deputados Federais. Elegeu Senador da República o Ex-Prefeito de Florianópolis, Dário Berger; e elegeu 22 dos 40 Deputados Estaduais.

Por que o povo catarinense, nesses últimos doze anos, vem mantendo a nossa coligação no poder? Por influência, acaso, da máquina administrativa? Não. Por influência, acaso, do poder econômico? Não. Por influência, acaso, da predominância do fisiologismo? Não. Por que, então, em Santa Catarina, a coligação vencedora – que elegeu o Governador Raimundo Colombo, do PSD; o Vice-Governador Eduardo Pinho Moreira, do

PMDB; o Senador Dário Berger, do PMDB – reelegeu praticamente toda a Bancada Federal do PMDB? Por que em Santa Catarina o povo catarinense não manifestou nenhum sentimento de mudança?

Por que não prosperou nenhuma das propostas de mudança? Por que, enfim, o Governador Raimundo Colombo é eleito pela segunda vez no primeiro turno?

Porque em Santa Catarina, em 2003, no primeiro mês do meu primeiro governo, implantamos uma nova forma de governar: o governador abre mão do seu poder autoritário, discricionário, e o delega às comunidades. Porque fizemos algo que transformaria este País, caso contaminasse a gestão federal, na terceira, na quarta – sei lá –, na quinta potência mundial. Simplesmente porque descentralizamos o governo, reconhecendo as 36 microrregiões diferenciadas do Estado. Criamos, em cada uma delas, uma Agência de Desenvolvimento Regional, que é monitorada por um Conselho de Desenvolvimento Regional, integrado por todos os prefeitos, pelos presidentes das Câmaras de Vereadores dos Municípios integrantes daquela microrregião e por dois representantes da comunidade de cada Município indicados através dos mecanismos de representação popular mais legítimos.

Em Santa Catarina, quem decide a obra a fazer não é o governador. Em Santa Catarina, quem decide a obra a fazer não é o secretário de Estado. Quem decide a obra a fazer é o Conselho de Desenvolvimento Regional.

Eu vejo, aqui em Brasília, uma dolorosa, uma triste procissão de prefeitos submissos, de chapéu na mão, vindo mendigar uma quirera do polpudo Orçamento Federal.

Em Santa Catarina, o prefeito não precisa ir à capital, não precisa ir ao Governo. Não há prefeito de chapéu na mão, porque ele tem o poder de decidir no Conselho de Desenvolvimento Regional. Isso deu às pessoas a consciência clara do exercício mais legítimo da democracia.

O que ocorre em Santa Catarina? Não há uma região privilegiada. Todas são beneficiadas, porque em todas há uma Agência de Desenvolvimento prospectando as realidades, as necessidades e as demandas de cada região e decidindo sobre o que fazer, como fazer e quando fazer. Por isso nós vencemos, e vamos vencer sempre.

É incrível que o nosso modelo vencedor não tenha sido cortejado, ainda, por nenhum governador eleito, não tenha sido ouvido pelos candidatos a Presidente da República. É incrível, porque a descentralização que nós viabilizamos em Santa Catarina, Senadora Ana Amélia, levou-nos a fazer, via prefeitos, o acesso asfaltado a todos os Municípios. E o seu Estado, Senadora Ana Amélia, ainda tem 108 Municípios sem acesso asfaltado. O poderoso Rio Grande do Sul – que teve quantos generais presidentes? – tem ainda 108 Municípios mendigando a sua integração à rede rodoviária pavimentada. Santa Catarina, nenhum. Pavimentamos todos. Decidi do pelo Conselho de Desenvolvimento Regional e executado pelos prefeitos, com recurso dos governadores.

Mas a descentralização nos permitiu muito mais coisas. O Prefeito de São Miguel do Oeste, João Valar, construiu um mega-hospital. Nós repassamos os recursos, ele construiu e nos entregou a chave, para o Governo do Estado. Custou um terço do que custaria uma obra convencional. A descentralização realizou o milagre de levar a luz elétrica para cada moradia, a mais recôndita do Estado.

Houve caso em que uma linha demandou uma extensão de 200km. Mas nós vamos lá, no grotão, levar a luz elétrica. Eu me lembro de uma frase de um agricultor de 90 anos, que disse, quando iluminamos a sua casa: “Governador, esse clarão, eu achava que só ia ver na outra vida, no outro mundo.”

Pois bem, companheiros, a descentralização é uma realidade. O governador não foi reeleito no primeiro turno por ter usado nenhuma das opções de influência de poder econômico, administrativo, de máquina, essas coisas todas que nos deixam triste. Ele foi eleito porque tem um governo descentralizado, e um governo descentralizado é um governo realizador, é um governo que erra menos, porque, em vez de ser o governador, que está na capital, a decidir que seja feita uma ponte, uma estrada, um hospital, uma creche, uma escola, um posto de saúde, quem decide é o Conselho de Desenvolvimento Regional.

Essa é uma realidade nova. O Brasil precisa prestar atenção nisso. E nós, aqui, temos que fazer a reforma do Pacto Federativo. Nós sabemos que a reforma política é fundamental. Acabar com esse marquetismo político, que torna as campanhas eleitorais na tevê uma fortuna spielberguiana, que recruta os maiores técnicos em computação gráfica e em divulgação eletrônica.

Precisamos acabar com a eleição a cada dois anos. Todo mundo sabe disso. Precisamos estabelecer mandatos. Eu prefiro de seis anos sem ...

A Srª Ana Amélia (Bloco Maioria/PP – RS) – Reeleição.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) ... essa nódoa da reeleição. Eu posso falar aqui nesta tribuna, de cabeça erguida, porque fui o único governador que renunciei ao mandato para disputar a reeleição em igualdade de condições com os meus concorrentes. Abri mão do poder. Entreguei celular, entreguei automóvel, entreguei o poder e disputei a reeleição como um cidadão igual a outro.

Então é preciso acabar com a reeleição, estabelecer mandatos de seis anos, acabar com essa situação sempre emergente de uma eleição a cada dois anos. Acabou esta, já estamos pensando na outra.

Hoje mesmo almocei com alguns companheiros da minha base, que me disseram vieram para tratar da eleição na minha cidade. Por amor de Deus, que país pobre é esse que não se planeja? Que não tem tempo para se tornar uma nação desenvolvida, porque está sempre na emergência das eleições?

Nós já aprovamos, aqui no Congresso, a cláusula de barreira para acabar com essa vergonhosa política de aluguel de legenda, de venda de 10 segundos, de 5 segundos, de 20 segundos, de 15 segundos de horário de televisão, e não fazemos a reforma política vedando a coligação nas proporcionais e estabelecendo a cláusula de barreira. Estabelecendo como propus na minha emenda à Constituição, a proibição de divulgação de pesquisas quinze dias antes da eleição. Já falei sobre isso ontem.

O Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Antonio Dias Toffoli, disse numa entrevista recente que o Supremo já decidiu que era inconstitucional estabelecer essa proibição, mas ele entende que o Supremo, hoje, é outro e que vários países adotam isso. É uma falácia falar em liberdade da informação permitindo essa pletera de pesquisas, umas corretas, matemáticas, mas muitas preparadas e encomendadas para induzir a vontade popular.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Já concederei.

Então, é preciso fazer a reforma política, mas, sobretudo, descentralizar o País.

Se continuarmos com dois, três fiscais, aqui em Brasília, licenciando as obras do Brasil todo, este País não vai se desenvolver; se continuarmos fazendo com que o Brasil entenda que conhece os brasis; se continuarmos entendendo que, aqui, em um gabinete refrigerado, deve-se decidir se o dinheiro vai para cá ou vai para lá, não iremos a lugar nenhum. O momento é de reflexão. O País votou, e ficou claro o desejo de mudanças estruturais. Não podemos adiá-las mais. E a mudança fundamental é essa do Pacto Federativo.

Concedo a V. Exª a palavra, Senador Casildo.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Primeiro, vamos ouvir a Senadora Ana Amélia, que estava na frente.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Senadora Ana Amélia.

A Srª Ana Amélia (Bloco Maioria/PP – RS) – Senador Luiz Henrique, parabéns. Pensamos igual sobre reeleição, mesmo que eu ache que cinco anos seriam mais adequados. Mas esse é outro tema. Eu queria cumprimentá-lo quando V. Exª fala sobre descentralização. Já tive oportunidade de ir, em Nova Iorque, a uma reunião internacional onde V. Exª defendeu a descentralização como uma forma muito democrática. Vou lhe dizer: talvez, o insucesso do atual governo no Rio Grande do Sul tenha decorrido exatamente de não respeitar a descentralização. Existe no Estado uma chamada consulta popular. Essa consulta popular, regionalmente, faz a descentralização, consultando as comunidades sobre as suas prioridades. O que significa isso? Um exercício de análise daquilo que é mais importante. E quem sabe da prioridade é quem mora ali, naquele Município...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – É lógico.

A Srª Ana Amélia (Bloco Maioria/PP – RS) – ... pequeno, médio ou grande, naquela região. Nós viemos dos chamados Coredes, que foi uma engenharia política muito bem feita pelo ex-Governador Alceu Collares, que é seu amigo também. Depois, elas se transformaram em regiões geográficas nessa consulta popular. Criaram até cargos comissionados para atender a consulta popular. Só que da consulta popular é executado, no orçamento, menos da metade, Senador Luiz Henrique. Aí é que está o problema. Acho que, quando se faz uma consulta popular para valer, ela tem que ser, no mínimo, de orçamento impositivo, como queremos em relação ao orçamento, porque ali é resultado de uma consulta a toda a comunidade. Então, penso que o fato de não ter respeitado essa consulta popular é que levou ao insucesso, ao contrário de Santa Catarina, onde a descentralização foi motivo de uma vitória muito importante no seu Estado, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Avançamos dessa política proposta pelo ex-Governador Alceu Collares. Não demos às regiões simplesmente o direito de serem consultadas. Elas são consultadas lá, e lá tem um agente de desenvolvimento regional incumbido de executar lá as obras.

O problema é que, para uma obra que é recomendada pela comunidade Camaquã, é Porto Alegre que vai licitar. Uma licitação feita na capital para executar obra no interior, vamos dizer, em Tapejara ou Marau ou Getúlio Vargas, em qualquer comunidade do interior...

A Srª. Ana Amélia (Bloco Maioria/PP – RS) – Também Lagoa Vermelha, fala em Carazinho também, nossa terra.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Em Lagoa Vermelha, sua cidade, em Carazinho, terra do Senador Casildo...

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Vacaria.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – ... uma licitação feita na capital, a empresa da capital ganha, quando ela chega no interior tem 25% a mais só para ela se instalar.

O que é que aconteceu em Santa Catarina? Não havia empreiteiras em Santa Catarina no interior e, hoje, as empreiteiras cresceram. A regional de Chapecó contrata a obra e a empresa que ganha é de Chapecó; a regional de São Miguel do Oeste, a mesma coisa; a regional de Lajes...

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – ... a regional de São João do Sul, de Araranguá, a mesma coisa.

Agora, a consulta popular é um avanço, mas não resolve. O que tem que ter é um instrumento de resolução lá onde está o cidadão.

Eu agradeço a V. Ex^a.

Concedo um aparte ao Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Serei breve, e vejo que a Presidência já assinala que o tempo está se esgotando. Mas eu não poderia deixar de dizer que, afora a reforma política, afora essa pregação que V. Ex^a incessantemente vem defendendo, há um reconhecimento de que, até nos debates nacionais da Presidência da República, as mudanças precisam acontecer, mas a coisa central, e V. Ex^a tem sido pioneiro em nosso Estado, é a questão da descentralização. E a descentralização que V. Ex^a implantou no Governo, com coragem, que no começo até eu...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – V. Ex^a é testemunha.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – ... até eu não entendi – mas como é que vai funcionar o negócio? Eu questionava até na campanha, quando elaborava...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu chamava V. Ex^a de São Tomé.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – De São Tomé. E aí o Luiz me dizia: “Até tu, Casildo. Até você banca o São Tomé para ver, para sentir, para acreditar.” E não deu outra. É isso aí que estamos debatendo: realiza no local, a mão de obra é mais barata, contempla empresas da região – dentro de licitações, é claro –, descentraliza em todos os sentidos, valoriza cada microrregião, ela sente o direito de ser a própria capital, nos mesmos direitos de dependência, de orgulho, de ufanismo, de realização. Aí é que ocorreu, e V. Ex^a declinou, eu vinha escutando no sistema de som, de que a primeira vez elegeu-se governador no primeiro turno em Santa Catarina, que foi o Colombo, e na reeleição, da mesma forma. Está aí um exemplo muito claro do que V. Ex^a prega para o Brasil inteiro. Cumprimento V. Ex^a, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Mas além do Governador, o Senador, dez dos dezesseis Deputados Federais e quase dois terços dos estaduais. Foi o que o caboclo chama de “barba, cabelo, bigode e unha desencravada”. Uma vitória incontestável, mas que não foi a vitória da máquina, do dinheiro, do poder, do tráfico de influência.

(Soa a campanha.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Foi a vitória da democracia através da descentralização.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Luiz Henrique, permite-me um aparte? Um minuto, dentro do seu tempo. Paim, aqui.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Paim, depende do meu Presidente.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito rápido. Primeiro, Senador, quero dizer que estive no seu Estado, claro, fazendo campanha para os candidatos do campo de atuação do meu partido, e tive um testemunho lá do carinho que aquele povo tem por V. Ex^a. Por isso que eu não estranho o resultado. Saí de lá convencido disso, de que V. Ex^a é uma liderança respeitadíssima em nível nacional, mas um carinho muito, muito grande do povo de Santa Catarina, pela sua história e pela sua vida. E permita agora que eu conclua, só dizendo: a renegociação da dívida dos Estados, que muitos duvidaram, vai sair. Estou convencido, pelo trabalho brilhante que fez V. Ex^a com a relatoria. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu agradeço a V. Ex^a.

Já concito todos os Srs. Senadores que são integrantes da CAE para, na próxima terça-feira, nós aprovarmos essa matéria tão importante para os Estados.

Mas eu quero dizer a V. Ex^a o seguinte: lamentavelmente, o PT, que eu quis três vezes como parceiro, que não quis ser parceiro dessa caminhada democrática da descentralização, fez uma campanha lamentável, combatendo a descentralização. Sabe qual foi o resultado? O poderoso PT de Santa Catarina, que já governou Blumenau, já governou Joinville, já governou Criciúma, já governou Chapecó, fez apenas 15% dos votos, exatamente porque combateu aquilo que é absolutamente contrário ao sentimento do povo catarinense.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Luiz Henrique, a Srª Angela Portela, 2ª Secretária, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Davim.

Durante o discurso do Sr. Luiz Henrique, o Sr. Paulo Davim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Antes de passar a palavra ao próximo orador, coloco em votação o **Requerimento nº 819, de 2014**, de prorrogação do prazo previsto no art. 3º da Resolução do Senado nº 2, de 2001, para o encaminhamento de indicações para a 14ª Premiação do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Com a palavra o Senador Acir Gurgacz, para uma comunicação inadiável.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sras e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado, em primeiro lugar, quero fazer um cumprimento a meus amigos e minhas amigas de Rondônia e também a todos os brasileiros que exerceram sua cidadania no último domingo, nessa importante festa cívica que, mais uma vez, fortaleceu – e muito! – a democracia brasileira.

Os rondonienses reelegeram o Governador Confúcio Moura, e todos nós brasileiros reelegemos nossa Presidenta Dilma. No dia 05 de outubro, no primeiro turno, os brasileiros já haviam me dado a honra de mais um mandato como Senador da República, representando nosso Estado de Rondônia aqui no Senado Federal.

Agradeço o apoio, a confiança e os votos dos que estiveram do nosso lado. Agradeço a cada um dos rondonienses e reafirmo que honrarei todos os votos, cumprindo todos os compromissos de campanha e trabalhando junto com nosso Governador Confúcio Moura para uma Rondônia melhor, e também junto com nossa Presidenta Dilma, por um Brasil melhor para todos.

Agradeço, também, a participação e compreensão de quem não esteve do nosso lado, mas que soube fazer o bom combate político, o combate no plano das ideias e propostas, e soube respeitar a decisão soberana das urnas. Isso é democracia e é assim que se constrói um País democrático e livre. Portanto, meus parabéns, também, a todos os candidatos que disputaram cargos eletivos nas eleições deste ano. Mesmo que não tenham sido eleitos, proporcionaram o bom debate político e engrandeceram nossa democracia.

Minhas congratulações ao Senador Aécio Neves e ao Senador Aloysio Nunes, que fizeram uma boa campanha e também apontaram rumos para o futuro de nosso País, assim como, também, parabéns aos demais candidatos que disputaram a Presidência da República. Todos deixaram grandes e importantes contribuições para nosso País.

Parabéns, especialmente, ao Governador Confúcio Moura e à Presidenta Dilma, que souberam sensibilizar a maior parte dos rondonienses e dos brasileiros para as mudanças que estão fazendo em seus governos e para as transformações que estão realizando em Rondônia e no nosso País. De fato, são mudanças verdadeiras, reais e visíveis. Mudanças que estão melhorando as condições de vida de toda nossa gente.

Vamos continuar trabalhando pelo fortalecimento da agroindústria de Rondônia, pela retomada do crescimento da indústria brasileira e por mais mudanças sustentadas na solidez de nossa economia, na amplitude das políticas sociais que conquistamos e na força do trabalho da nossa gente.

Independentemente de a reeleição da Presidenta Dilma ter sido apertada, o sentimento agora tem que ser o de união, como sinalizou a própria Presidenta em seu discurso de vitória e na primeira entrevista em rede nacional. Temos que pensar agora no Brasil como um todo e nos unirmos em favor do futuro da nossa Pátria, do País e do nosso povo. É da maior importância a disposição da Presidenta Dilma de governar para todos os brasileiros e de dialogar com todos os setores, o que inclui também a oposição.

Eu também não acredito que essas eleições tenham dividido o País ao meio. Os votos vieram de uma totalidade que representa um só Brasil, integrado pelas políticas públicas inclusivas e tratado de maneira igualitária pelo Governo Federal. Não é o momento de se ampliarem as divergências regionais ou ideológicas, e tenho forte esperança de que a energia mobilizadora de nossa gente tenha preparado um bom terreno para a construção de alianças, de pontes para o diálogo entre posições divergentes e que possamos todos contribuir para um futuro melhor para o Brasil. O calor da disputa eleitoral pode e deve agora ser transformado em energia construtiva de um novo momento para o nosso País.

Esta é a grande oportunidade que temos de aprimorar os mecanismos de combate à corrupção, aprimorando a gestão pública, fortalecendo os controles internos dos órgãos públicos e das empresas públicas e aperfeiçoando a transparência, a ética e o controle social em todas as instâncias.

Essa é uma tarefa que cabe à Presidenta Dilma, ao Judiciário e a todas as forças policiais e cabe também a cada um de nós aqui no Congresso Nacional. Vamos nos unir e trabalhar de forma integrada para combater a corrupção e impedir que esse câncer contamine toda a sociedade.

É preciso que todas as denúncias sobre o desvio de recursos da Petrobras sejam apuradas e os envolvidos exemplarmente punidos. Os diretores, funcionários, fornecedores, políticos, doleiros e lobistas envolvidos em corrupção precisam ser identificados e punidos. O combate à corrupção foi um dos compromissos assumidos pela Presidenta Dilma...

(Soa a campanha.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – ... e todos nós devemos cobrar dia após dia...

(Interrupção do som.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – ... tudo o que foi prometido em campanha. *(Fora do microfone.)*

Democracia não é só votar ou ser votado.

Construímos a nossa democracia diariamente. Então vamos, todos juntos, todos nós, brasileiros, continuar participando da vida política de nossa cidade, de nosso Estado, de nosso País, de forma crítica e com liberdade.

Eu tenho comigo que a reeleição da Presidenta Dilma já está promovendo um novo equilíbrio das forças políticas no Brasil, especialmente aqui, no Congresso Nacional. O resultado das eleições alterou consideravelmente o Parlamento, tanto aqui no Senado como na Câmara dos Deputados. E tenho certeza de que esse novo equilíbrio trará as condições necessárias para que possamos realizar as grandes reformas que tanto almejamos, como a reforma política, a reforma fiscal ou a reforma tributária.

Portanto, temos uma responsabilidade muito grande nestes próximos anos e vamos nos manter alertas, vigilantes e cooperativos com o Governo de Confúcio Moura e da Presidenta Dilma. Seremos parceiros no que for do interesse de Rondônia e do Brasil, sugerindo ideias, propondo políticas públicas e também criticando o que não concordarmos, os malfeitos, e combatendo sistematicamente a corrupção.

Com prazer, ouço o nobre Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Senador Acir Gurgacz, não poderia deixar de cumprimentá-lo. Estávamos aqui discutindo, há pouco, eu, a Senadora Ana Amélia e o Senador Moka também, o que não faz uma campanha... Uma campanha, sem dúvida, é uma academia permanente. Tira-se o peso? Tira-se, não há dúvida nenhuma; dá para notar. V. Exª está bem. Está bem. Agora, vale a pena. Para tudo que é bom tem de haver lutas, e Rondônia ganhou com isso. Eu diria que não só Rondônia, mas o Brasil ganhou com a reeleição de V. Exª, uma reeleição extraordinária.

(Soa a campanha.)

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Quando vim para cá, eu o conheci como Presidente da Comissão de Agricultura do Senado Federal, o homem que encabeçou o projeto do Código Florestal, essas transformações, que percorreu o Brasil. Inclusive, em Santa Catarina V. Exª é muito querido, não só porque a primeira-dama de V. Exª é catarinense, de Gaspar, mas porque V. Exª tem ido a Chapecó, ao Oeste, ao encontro das reivindicações, presidindo a Comissão. E os colegas nossos, todos com V. Exª. V. Exª percorreu o Brasil. Acho que não só Rondônia, mas o Brasil não poderia abrir mão de V. Exª. Por isso, todos nós ganhamos com a continuação de V. Exª aqui, no Senado Federal. Meus cumprimentos, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Casildo, pelas suas palavras e pelo apoio sempre, na Comissão de Agricultura, andando pelo Brasil, nas nossas audiências públicas, aproximando o Senado da população e ouvindo a sociedade nas suas cidades sobre aquilo que ela pensa e quer com relação à nossa agricultura, principalmente a agricultura familiar, que é a base da agricultura de Santa Catarina e também do nosso Estado de Rondônia.

Com prazer, ouço o Senador Moka.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Senador Moka, eu queria apenas dizer ao Senador Acir que ele está falando como comunicação. Não caberiam apartes. Mesmo assim, V. Exª faz este aparte, e não concedemos mais.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Waldemir Moka (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu vou ser muito breve, do mesmo jeito que o Senador Casildo Maldaner, embora mais suspeito do que ele, porque nós temos... Ao longo desses três anos e meio que estou aqui, sempre ao lado de V. Ex^a, liderado por V. Ex^a na Comissão de Agricultura, com todos os companheiros, da mesma forma, eu acho que o Senador Casildo tem razão: ganhou Rondônia com a eleição de V. Ex^a, do Governador Confúcio Moura, meu colega médico, que foi meu colega lá na Comissão de Agricultura, na época, como Deputado Federal. Então, quero desejar realmente... V. Ex^a renovou o mandato. Tem agora... Na verdade são mais oito anos que a população de Rondônia lhe outorgou. Então, Senador Acir Gurgacz, com muita alegria e muita sinceridade, tenho certeza de que a população brasileira vê o retorno de V. Ex^a a esta Casa. Parabéns pela eleição.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Moka, V. Ex^a sempre muito ativo aqui, no Congresso, mas principalmente na nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Vamos continuar os trabalhos em defesa dos nossos agricultores, da nossa Embrapa querida, que precisa de apoio. Todos os dias, nós precisamos estar atentos, dando o apoio necessário para a nossa Embrapa.

Eu concluo, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: o Brasil do futuro...

(Soa a campanha.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – ... exige responsabilidade, trabalho sério, transparência e, sobretudo, respeito aos cidadãos e à população brasileira. É assim que nós vamos continuar o nosso trabalho.

Muito obrigado pela sua presteza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos, por permuta com o Senador Kaká Andrade.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoridade/DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. recentemente, a opinião pública brasileira foi tomada de surpresa com a notícia, publicada em jornal da capital paulista, de que cerca de três mil pessoas foram, ao longo dos últimos quinze anos, enterradas em valas públicas como indigentes, mesmo estando identificadas, muitas delas com o documento de identidade no bolso.

Algumas dessas famílias buscam seus parentes mortos havia mais de uma década.

Em face dessa informação jornalística, o Ministério Público do Estado de São Paulo decidiu requerer ao Poder Judiciário a exumação desses corpos. Em nome das famílias que tiveram parentes enterrados nessas circunstâncias, o órgão estava prestes a mover ação coletiva contra o Estado, requerendo, além de exame de DNA para a comprovação cabal da identidade, traslado para o túmulo, de preferência da família, e mudança dos registros oficiais em que consta a indigência, indenização em dinheiro aos familiares.

Evidentemente, as providências requeridas pelo Ministério Público irão acarretar vultosos gastos para o Estado. Isso sem falar no constrangimento a que serão submetidos os familiares dessas pessoas. E tudo isso poderia ter sido evitado se tivessem sido tomadas suas impressões digitais antes do sepultamento e confeccionados os laudos necropsicológicos correspondentes.

Esse é, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o objeto do projeto de lei que hoje trago à elevada consideração de V. Ex^{as}.

Por meio da iniciativa a que me refiro – e que reputo de considerável relevância –, proponho seja determinada a obrigatoriedade de identificação de cadáveres de vítimas de morte violenta, suspeita ou acidental por meio da coleta de impressão digital. Com a aprovação do projeto, estaremos assegurando a devida identificação de indivíduos mortos nessas circunstâncias e evitando a necessidade de dispendiosas exumações.

É por inexistir hoje obrigatoriedade legal da identificação datiloscópica que se impõe a exumação do cadáver caso não identificado ou caso parem dúvidas quanto a sua identificação civil. Esse é um procedimento oneroso, que acarreta inegável desgaste emocional às famílias desses indivíduos.

Caso os dispositivos constantes no projeto de lei que hoje apresento já estivessem em vigor, todas as providências requeridas pelo Ministério Público paulista, no caso daqueles três mil sepultamentos, seriam desnecessárias.

O fulcro do meu projeto é, portanto, o respeito pelo cidadão e por famílias inteiras que vivem sob as incertezas geradas pela não identificação correta dos cadáveres humanos em circunstâncias nebulosas. Não podem ser menosprezadas as graves consequências acarretadas para a cidadania por esses sepultamentos de cadáveres não identificados.

Ademais, não se pode olvidar o dever do Estado democrático brasileiro, enquanto garantidor dos direitos e garantias individuais, de assegurar a cabal identificação civil de todos os cidadãos, seja no momento do nascimento, seja por ocasião da morte.

O princípio da dignidade da pessoa humana se materializa no direito de qualquer pessoa ser reconhecida como ser distinto dos demais, portador de características próprias, de identidade e de um nome. Nessa medida, não pode o Estado ser conivente com a prática corrente de sepultamento de seres humanos como indigentes quando possível a sua identificação por meio da coleta das impressões digitais.

É importante ressaltar que o Poder Público já tem ao seu dispor o sistema de identificação pela perícia necropapiloscópica, bastando regulamentá-lo. Veja-se que, no caso noticiado pela imprensa paulista, aquele Estado da Federação será obrigado a despendar imensa quantia se a ação proposta pelo Ministério Público for acatada pelo Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Pois não, Senador. Com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Permita interromper um pouquinho o seu pronunciamento para fazer o registro nas nossas galerias dos estudantes do colégio da Polícia Militar de Goiás, Colégio César Toledo.

Sejam bem-vindos a nossa sessão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Saúdo também...

Estou vendo o pessoal da escola do Estado de Goiás, parece que do Município de Anápolis. Lá em Mato Grosso, nós temos a Escola Tiradentes, que é gerenciada também pela Polícia Militar daquele Estado, que eu tive a honra e o privilégio de criar quando fui Governador do meu Estado de Mato Grosso.

Sejam bem-vindos todos vocês.

Tanto desperdício de recursos públicos e tanto sofrimento de familiares poderiam ter sido evitados se as medidas propostas em meu projeto de lei já estivessem sendo praticadas.

Para se ter uma pálida ideia dos gastos que advirão em decorrência daqueles sepultamentos irregulares, basta multiplicar o custo de cada exame de DNA pelo número de pessoas enterradas como indigentes.

Já no que tange ao sofrimento humano implicado pela prática, podemos tomar por base, numa estimativa muito conservadora, uma média de três pessoas por cada família envolvida. Esse cálculo nos levaria a nada menos que nove mil pessoas padecendo as consequências desse grave problema somente no Estado de São Paulo.

Considerando-se que idêntica prática é também adotada nos demais Estados, deve-se supor que um gigantesco número de brasileiros passa por mortificação que pode ser evitada.

Quero mais uma vez enfatizar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a identificação por meio de perícia necropapiloscópica não acarretará gasto adicional ao Poder Público, que já possui quadros de especialistas incumbidos dessa tarefa.

O problema que demanda imediata solução é a falta de legislação nacional que regule o tema e obrigue a uniformização de atuação dos órgãos competentes. Basta regulamentar a identificação necropapiloscópica para darmos resposta efetiva ao problema. Se a medida não soluciona de uma vez por todas a questão, ela reduz quase a zero suas consequências.

Por fim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço questão de salientar que os especialistas dos Institutos de Identificação têm trabalhado com determinação em prol da cidadania no Brasil. Todos somos devedores do papel que desempenham ao solucionar dúvidas de identificação quando da ocorrência de acidentes com numerosas vítimas.

Eu estou seguro, portanto, de que terei de contar com o apoio de meus ilustres pares para a rápida tramitação e aprovação do projeto de lei que hoje submeto à consideração do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda, pela Liderança da Minoria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Mozarildo Cavalcanti; Sr^{as} e Srs. Senadores, Rádio Senado, Agência Senado e TV Senado, senhoras e senhores, desejamos sorte e êxito à Presidente Dilma Rousseff neste novo mandato que se inicia.

Queremos dizer que, apesar de todos os absurdos que disseram de nosso candidato, apesar de todos os boatos e calúnias, saímos desta eleição de cabeça erguida. Primeiro, porque o PSDB se reafirmou como uma força política no Brasil, com a conquista de importantes Estados da Federação.

Governaremos São Paulo por mais uma vez, recebendo o aval dos paulistas para administrar a maior força da economia brasileira. Mas que se diga e se reafirme aqui: são paulistas natos e por adoção. São paulistas nordestinos, sulistas e nortistas. São cearenses, sulistas, paraenses, nordestinos. Enfim, são paulistas de todo o Brasil. Assim como boa parte da população de diversas unidades federativas, os paulistas pertencem à maravilhosa diversidade de culturas que se espraia por todo nosso rico território. Não adiantou a tentativa – nem

vai adiantar – de dividir o Brasil, Presidente Dilma, porque, por imposição constitucional, seu governo precisa ser e deve ser para todos os brasileiros.

Nós perdemos as eleições para Presidente da República, mas ficou claro que foi uma derrota por uma pequena margem de votos. Tivemos a expressiva preferência de quase metade do Brasil, o que nos credencia para continuarmos a exercer o papel de oposição no Congresso Nacional.

Queremos seguir na mesma direção, a de ser uma oposição responsável, extremamente crítica e atenta à condução econômica do País. Mas uma oposição compromissada com a construção de um País unido. Unido sim, em torno de ideais comuns, em favor da diversidade cultural, étnica, política e ideológica.

Não compartilhamos de um espírito divisionista do Brasil e repudiamos qualquer tentativa de se estabelecer uma oposição entre ricos e pobres, brancos e negros, incluídos e excluídos. Enquanto Nação, o Brasil tem-se notabilizado pela pacífica convivência entre as diversas etnias e por uma vontade coletiva de superar as desigualdades sociais.

Isso não pode se dar apenas pelos valorosos programas sociais, até porque esses programas não pertencem a um ou outro partido. Esse é um programa que pertence ao povo porque é o povo que paga. São os impostos daqueles que trabalham quatro meses e meio que contribuem para esses programas. Portanto, eles não têm dono. Sim, têm um dono: o povo brasileiro. São, na verdade, um imperativo para uma Nação com tanta desigualdade como é o Brasil.

Os programas sociais colocam-se como uma forma justa de gastar parte do dinheiro dos impostos arrecadados no Brasil. Diga-se que temos uma das maiores cargas tributárias do mundo, mas nem de longe serviços públicos à altura das demandas da sociedade. É nossa obrigação devolver esses impostos em forma de educação, de saúde e de segurança – e não o fazemos.

Não por acaso, o Senador Aécio Neves propôs que os programas sociais se tornem programas de Estado. Mas é preciso ousar e ser criativo e ir além dos programas sociais.

O Brasil não pode adiar a implantação de uma educação pública de qualidade. A democracia consolida-se e funciona, de fato, quando todos, independentemente da origem social ou étnica, têm condições de acesso à educação que potencializa as vocações e nivela as oportunidades pelo conhecimento.

Concedo, com muito prazer, a palavra ao Senador Fleury, do meu Estado de Goiás.

O Sr. Fleury (Bloco Minoridade/DEM – GO) – Senador Cyro Miranda, nós ficamos aqui hoje, nós de Goiás, numa posição privilegiada, em que nosso Governador trouxe uma grande vitória, não só pela quarta candidatura dele ao Governo do Estado. Eu acho que, até hoje neste País, só um político conseguiu governar um Estado por quatro vezes consecutivas. Também é vitória a do jovem candidato Aécio Neves, Senador, e podemos falar alto e bom som que a situação nunca ganhou, nesses doze últimos anos, em Goiás. E sou do Democratas, oposição ao Governador, mas não faço oposição a ele. Sou ao lado do Governador, sempre estive ao lado dele. E aproveito aqui para expressar que, para ser o nosso futuro presidente da República, ninguém mais credenciado do que o Senador Marconi Perillo, que hoje é conhecido nacionalmente na Liderança do PSDB.

(Soa a campanha.)

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoridade/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador, pelas palavras carinhosas para com nosso Governador.

A educação é capaz não só de preparar as futuras gerações para o mercado de trabalho, mas também de oferecer as bases para o contínuo aperfeiçoamento.

Melhorar a educação fundamental no Brasil é um desafio prioritário e inadiável como forma de legar às futuras gerações um País com mais oportunidades de trabalho e menos desigual.

Ao longo desses doze anos do Governo do Partido dos Trabalhadores, essa melhoria não ocorreu, o que implica adiamento de um dos pilares do desenvolvimento. São os índices internacionais que nos dizem.

Nós esperamos que, entre os novos compromissos de seu novo Governo, a Presidente Dilma Rousseff faça a União assumir o papel de liderança no fincar das bases de uma educação fundamental libertadora e fecunda.

A União não pode nem deve empurrar, para os Estados e os Municípios, a árdua tarefa de educar e formar os brasileiros. É da União a tarefa inadiável de dotar todos os Municípios – sem distinção de qual partido o governa – de uma escola à altura da sociedade do conhecimento.

Esperamos que a Presidente eleita tenha uma leitura realista do que as urnas disseram. Não pode ignorar o somatório dos votos da oposição, tampouco o de votos nulos ou brancos. Temos hoje, no Brasil, mais de 30 milhões de abstenções e um contingente de mais de 7 milhões de eleitores que votaram branco ou nulo. São 37 milhões de brasileiros que, de uma forma ou de outra, se negaram a fazer uma escolha entre os candidatos.

Isso precisa ser levado em consideração, sim, por qualquer governo, porque mostra descontentamento com o quadro geral do cenário político.

(Soa a campanha.)

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Nós, como oposição, estaremos atentos à condução econômica do Brasil. Queremos que a Presidente eleita entenda que ou ela retoma uma política voltada para o superávit primário e o controle da inflação, ou haverá consequências imprevisíveis para o futuro do País.

É preciso reverter, com a máxima urgência, esse quadro de estagnação econômica, que já coloca os últimos quatro anos como um dos piores períodos de toda a história republicana.

Como oposição, jamais torceremos pelo fracasso da economia, porque o Brasil não é de nenhum partido político. O Brasil é dos brasileiros, independentemente de terem votado Aécio ou Dilma. Todos nós sofreremos se a Presidente não reconquistar a confiança de investidores e empresários.

Sr. Presidente, as eleições foram mais uma lição do amadurecimento político do Brasil, da liberdade política e da livre expressão do pensamento. A democracia amadureceu, porque todos os brasileiros, nos quatro cantos do País, pararam para ponderar sobre propostas e alternativas de governo.

Tivemos, do ponto de vista eleitoral, uma pequena diferença de votos, que acabou por dar a vitória à Presidente Dilma. Exatamente por isso, o Partido dos Trabalhadores e as bases de sustentação do Governo não podem ignorar a força das ideias da oposição e do expressivo contingente que preferiu anular o voto, ou votar em branco.

Não nos é possível mais conviver com 39 Ministérios, e termos Ministros, Presidentes de estatais despreparados e muitos ocupando as páginas policiais. Não se pode mais ter cargos apaniguados, por amigos, aparelhamentos do nosso Estado de gente sem competência.

O Governo da Presidente Dilma só se mostrará, de fato, como um novo governo, como ideias novas, como ela mesma...

(Soa a campanha.)

(Interrupção do som.)

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – ... tem colocado nos meios de comunicação (*Fora do microfone.*), se for capaz de compreender o recado das urnas de forma objetiva, sem mitos ou sectarismos.

Não poderíamos encerrar este discurso sem render justa homenagem ao Governador Marconi Perillo, que, pela quarta vez, estará à frente do Palácio das Esmeraldas. É o único governador a alcançar essa marca.

Marconi tem sido a escolha de Goiás porque arriscamos dizer que existe um Estado de Goiás antes de Perillo e outro depois desse grande e obstinado tocador de obras. Marconi encarna o espírito realizador de grandes feitos e, sem perder o foco na tradicional vocação agropastoril de Goiás, tem dinamizado a economia do Estado. Sob a batuta de Perillo, Goiás tem melhorado os indicadores sociais e econômicos. Desponta hoje como expoente da indústria nacional em diversos ramos.

Queremos também render nossas homenagens aos governadores eleitos de todos os Estados da Federação e, em particular, aos nossos valorosos correligionários Geraldo Alckmin, Beto Richa, Simão Jatene e Reinaldo Azambuja.

Muito obrigado, senhoras e senhores.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Com a palavra, como oradora inscrita, a Senadora Vanessa Grazziotin.

Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB – DF. Sem revisão do orador.) – Eu queria só que V. Ex^a, por favor, registrasse para mim que, no último esforço concentrado, foi votada a urgência do PLC 82, de 2014, que transforma cargos de auxiliar judiciário em técnico judiciário, e do PLC 83, de 2014 também – os PLCs 82 e 83 são todos de 2014; este transforma os cargos de juiz de direito em juiz de direito de turma recursal do quadro permanente.

Solicito, então, que eles possam constar da próxima pauta da Ordem do Dia, Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti. Não há aumento de despesa e é importantíssimo. É do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, aqui do nosso Distrito Federal. Então, é um pedido que foi feito pelo Sr. Presidente, nós já colocamos e votamos na CCJ no último esforço concentrado, tem urgência para vir para o Plenário.

O que eu lhe peço só é que V. Exª coloque na Ordem do Dia na próxima votação que nós tivermos, para que este Plenário possa apreciar e votar esses dois projetos, que são muito importantes para o Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Sr. Presidente.

Esse é o meu pleito. Muito obrigado, Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – A Mesa diligenciará sobre o pedido de V. Exª.

Com a palavra, a Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, companheiros e companheiras, no calor do segundo turno das eleições, creio que não tenha chamado muita atenção, principalmente dos Parlamentares, políticos brasileiros, o fato ocorrido no último dia 22.

Eu aqui gostaria muito da atenção dos meus companheiros, colegas Senadores e Senadoras. No último dia 22 deste mês de outubro, Senador Randolfe, o Supremo Tribunal Federal julgou e condenou o Deputado Delegado Protógenes, Deputado que faz parte da minha Bancada do PCdoB e foi eleito no ano de 2010. Condenou o Deputado, Sr. Presidente, não por razões político-partidárias. Não! Condenou o Deputado por ações que envolvem a sua função e o seu trabalho profissional como delegado da Polícia Federal.

É do conhecimento de todos que o Delegado Protógenes coordenou, no ano de 2008, uma operação que ficou famosa, conhecida no Brasil inteiro, chamada Satiagraha. Dessa operação, resultaram inúmeras matérias na imprensa, e o delegado, à época, foi acusado de ter vazado informações para a imprensa brasileira e, exatamente por essa razão, foi julgado e condenado.

Agora, vejam bem os senhores: havia outra denúncia que dizia respeito a uma possível fraude processual; nessa de fraude processual, o Delegado Protógenes foi absolvido. Mas o que teria a dizer, Sr. Presidente – não quero entrar no mérito; eu aqui, sinceramente, não quero entrar no mérito –, é que considero excessiva a condenação do Delegado Protógenes: dois anos e meio de prisão, proibição de sair de casa nos finais de semana, multa, perda do cargo funcional de delegado da Polícia Federal, além da comunicação à Câmara dos Deputados para que seja instaurado um processo de cassação do seu mandato parlamentar.

Vejam bem os senhores: foi condenado nessa proporção, nessa tamanha proporção, por ter vazado, possivelmente, informações relativas a uma operação para a imprensa. E onde está o Sr. Daniel Dantas, banqueiro, que era o alvo central daquela operação? Solto. Nada, absolutamente nada, aconteceu.

Mas, enfim, eu venho e esta tribuna, Sr. Presidente, não para entrar no mérito; creio que no mérito deve entrar, com muita força, com muita responsabilidade, a Justiça brasileira.

O que eu venho levantar aqui é um fato que nos levou hoje ao Supremo Tribunal Federal, Senador Aloysio Nunes, inclusive com a presença do Presidente da Câmara, Deputado Henrique Alves, Líderes de vários partidos políticos – vários – de situação e de oposição. Lá nós tivemos uma audiência com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Lewandowski, e levamos o nosso posicionamento e, ao mesmo tempo, questionamos o fato de um membro do Congresso Nacional, que, constitucionalmente, tem um foro no Supremo Tribunal Federal para ser julgado, ter sido julgado e condenado por três Ministros do Supremo Tribunal Federal. Três! Numa Corte de onze membros, cujo Pleno tem onze membros, três não representam a maioria. Isso decorre da formação de uma Turma, uma decisão tomada pelo Supremo, ainda no mandato e sob a jurisdição do Presidente anterior. Mas foi uma decisão coletiva, da qual, nós manifestamos a nossa discordância. Porque fere o princípio constitucional.

Vejam bem o que diz a Constituição da República, no seu art. 102. O art. 102 diz o seguinte:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:
I – processar e julgar, originariamente:

b) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República;

Isso é o que diz o Texto Constitucional. O Supremo Tribunal Federal. Mas o Supremo Tribunal Federal delega a uma Turma de cinco membros, que não é nem a maioria do Supremo, e, com a ausência de uns, três – que já fazem a maioria da Turma – votaram, julgaram e condenaram um Parlamentar, um membro, um igual a nós, um dos nossos do Congresso Nacional.

E repito: não estou aqui levantando a questão de mérito, e sim da constitucionalidade de poder o Pleno do Supremo ter delegado a uma Turma.

Então, vamos levantar um outro artigo da Constituição Federal, o art. 52, para vermos a similitude dos casos.

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

[...]

II – processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.

Compete ao Senado. Seria a mesma coisa se este Plenário mudasse o seu Regimento e delegasse, Senador Cyro, a uma Comissão, a uma Turma, portanto, de Senadores a competência para o julgamento dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Então, senhores, estivemos lá de forma a representar o Parlamento brasileiro, a Câmara dos Deputados. E creio que devemos debater este assunto, esta questão, o Senado Federal, porque ontem ocorreu com um Deputado. E digo “ontem” figurativamente, porque o julgamento ocorreu no dia 22, por 3 membros do Supremo. Mas ontem a mesma Turma do Supremo tomou uma outra decisão envolvendo um Parlamentar, e dessa vez um Senador da República. A Turma decidiu abrir um processo de ação penal contra o Senador Alfredo Nascimento. Uma Turma, quando deveria ser o Pleno.

Enfim, foi um diálogo extremamente amistoso, não entramos em momento algum, no diálogo com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Lewandowski, na questão do mérito. Essa é uma questão que cabe à Justiça brasileira, não a todos nós, mas levantamos essa questão – a Câmara dos Deputados. E espero que faça o mesmo o Senado. Na verdade, espero que façamos juntos, porque é o Congresso Nacional, uma petição formal ao Supremo Tribunal Federal para que reveja essa decisão.

Isso ficou acertado. O Presidente disse que, assim que chegar a petição, esta será encaminhada imediatamente ao Pleno para que este possa se manifestar – digo o agravo – para que o Pleno possa se manifestar.

Esse foi o diálogo. E quero aqui dizer da forma amistosa como nós dialogamos com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, que, em vários momentos, considerou importante esse diálogo.

Esperamos que isso seja resolvido da melhor forma possível, até para que não paire qualquer sentimento de estar havendo um conflito de Poderes. Não! O que há neste momento é divergência de opinião em relação à interpretação que se dá à própria Constituição Federal.

Não sei se o Senador Suplicy solicita o aparte? *(Pausa.)*

Pois não, Senador.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Prezada Senadora Vanessa Grazziotin, V. Exª nos fala a respeito da inocência do Deputado Federal Protógenes Queiroz. Espero que possa ser inteiramente comprovada a sua inocência nos episódios que o fazem agora estar numa condição difícil de indiciado e condenado. Mas o que eu quero aqui afirmar é que, na minha convivência nestes últimos dez anos com o Deputado Protógenes Queiroz, eu sempre – e aqui quero dar o meu testemunho – vi nele procedimentos da maior correção de caráter, de seriedade e também de uma pessoa que, inclusive por ter sido delegado da Polícia Federal, sempre soube agir no cumprimento das leis, inclusive como policial. Se em algum momento houve alguma ação que pudesse ser considerada uma infringência à legislação, acredito que isso deva ser examinado com muito discernimento porque, sobretudo, por tudo que eu conheço do Deputado Protógenes Queiroz, ele sempre procurou agir no cumprimento do seu dever de policial e em defesa do interesse público. Espero que a iniciativa que V. Exª aqui recomenda possa ter frutos positivos. Era o testemunho que eu gostaria de aqui expressar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Senador Suplicy, agradeço a participação, o testemunho de V. Exª, e quero dizer que, para além do mérito no caso do Deputado Protógenes, há esse fato de que membros do Congresso Nacional estão sendo submetidos a julgamentos por Turmas no Supremo Tribunal Federal, o que permite que um parlamentar seja julgado e condenado apenas por três membros da Suprema Corte. Se quiséssemos trabalhar ou trazer para cá a mesma atitude, seria o mesmo que uma Comissão do Senado Federal ser a responsável, e não o Plenário da Casa, pelo julgamento do Procurador-Geral da União ou de qualquer membro do Supremo Tribunal Federal. Então, é esse o questionamento que creio que vamos fazer, até por iniciativa dos parlamentares da Câmara, porque lá aconteceu efetivamente o primeiro caso.

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Mas, Sr. Presidente, para concluir o meu pronunciamento, eu quero cumprimentar, neste momento, e parabenizar, ao mesmo tempo, a brasileira Luiza Carvalho, que foi nomeada Diretora Regional da ONU Mulheres, que é o órgão de mulheres no âmbito das Nações Unidas – ONU Mulheres para América Latina e Caribe.

Doutora que é Luiza Carvalho em sociologia pela Universidade Essex, no Reino Unido, ela foi Coordenadora Residente das Nações Unidas, Representante do PNUD nas Filipinas, cargo que ocupou até o ano de 2012.

A carreira da nova Diretora Regional das Nações Unidas, da ONU Mulheres, no sistema, começou em 1999, no Brasil. Ela foi oficial de programas e, posteriormente, Coordenadora da Unidade de Políticas Setoriais.

De 2005 a 2008, Luiza atuou como Representante Residente Adjunta no programa de operações do PNUD na Venezuela e, depois, como Coordenadora da ONU e representante também do PNUD na Costa Rica. Trabalhou mais de 15 anos aqui, no Distrito Federal, onde fez parte, coordenou projetos importantes de desenvolvimento social.

Então, por tudo isso e como procuradora do Senado, cumprimento aqui Luiza Carvalho por ter assumido um posto tão importante, que é a diretoria da América Latina e Caribe da ONU Mulheres, o órgão que trabalha no sentido de lutar contra a discriminação que a mulher sofre no mundo inteiro e, sobretudo, no nosso continente, no nosso País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Com a palavra, o Senador Walter Pinheiro, para uma comunicação inadiável.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente Mozarildo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Pela ordem, tem a palavra V. Exª

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Presidente Mozarildo, aproveite o tempo até que o Senador Walter Pinheiro chegue à tribuna.

Eu queria apenas lembrar que hoje é o Dia Mundial do AVC (acidente vascular cerebral). V. Exª, que é médico, sabe da relevância disso.

Lembrado hoje, em 29 de outubro, é importante destacar que apenas dois minutos podem salvar vidas, Senador Mozarildo, Presidente desta sessão. Esse é o tempo para reconhecer os sintomas de um acidente vascular cerebral.

No caso de suspeitas, peça para que a pessoa incline o rosto ou sorria, verifique se a pessoa consegue levantar os braços ou se tem dificuldade para falar. Em caso de dificuldades para a execução dessas tarefas simples, entre em contato imediatamente com o serviço de emergência.

É importante lembrar que uma em cada seis pessoas irá ter AVC na vida.

Então, hoje é o Dia Mundial do AVC, e é importante fazer a prevenção. O senhor, que é médico, sabe disso. Obrigada, Senador Mozarildo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Obrigado, Senadora Ana Amélia. Com a palavra, o Senador Walter Pinheiro.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, mais uma vez, eu não quero ser o cuco do Senado Federal, mas nós já estamos nos aproximando das 17 horas, e o nosso Regimento determina que impreterivelmente a Ordem do Dia deva começar às 16 horas. Então, peço a V. Exª, por gentileza, que encaminhe ao Presidente da Casa a nossa reclamação. Nós queremos votar, deliberar essas matérias importantes da Ordem do Dia, e já está mais do que na hora de começarmos as votações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Tem V. Exª razão. Encaminharei a solicitação ao Presidente Renan.

Com a palavra, o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esta semana em que retomamos os trabalhos aqui, no Senado Federal, nós começamos com – como eu poderia chamar – os velhos caminhos, meu caro Senador Ferraço, que nós até vimos combatendo há muito tempo.

Ontem nós votamos uma medida provisória que, se vacilássemos aqui, à meia-noite, meu caro Moka – como na história do sapatinho, ou da abóbora, ou da carroça, coisa do gênero –, entre a meia-noite e os primeiros segundos do dia seguinte, a medida provisória morreria. E uma carreira importante na Polícia Federal, os peritos, enfim, ou do povo da agricultura, ou até o velho debate que nós vimos tanto conclamando em relação à reestruturação das carreiras...

Aliás, estão aí os juízes, ou seja, a magistratura está toda aqui no Congresso Nacional, como antes do recesso, agora já na volta, e nenhuma expectativa de que isso entre na pauta ou que uma solução se apresente.

No dia de hoje, Senador Moka, nós vamos apreciar uma medida provisória importantíssima, que mexe na economia. Aliás, neste ano nós já tratamos de quatro medidas provisórias iguais a essa. O Líder do PMDB, eu não sei se ele será o relator, já relata uma medida provisória que trata do mesmo tema, a 656. Eu vou ter até a oportunidade de ser o vice-presidente lá da comissão, aliás, nem sei se vou, porque, de repente, dá até vontade de sair; mas o tema é o mesmo.

E aí a gente vai convivendo com esses afogadilhos, e acho que é importante chamar a atenção para isso, porque se essas medidas são tão importantes, a própria garantia de que o que foi colocado de forma equivocada deveria, inclusive, merecer o veto. A solução para essas coisas, inclusive, seria ela poder vir ao Congresso Nacional de pronto. Ou até melhor, Senador Eunício, os erros da 651 já poderiam constar da 656, de que V. Exª parece que vai ser o relator, para a gente não ficar nessa coisa do afogadilho e, às vezes, até sendo acusados de que estaríamos prejudicando esse ou aquele setor.

Reconheço aqui a importância dessa Medida 651, importantíssima – importantíssima – para o BNDES, para a indústria, para a economia, principalmente porque você reabre alguma coisa. Eu me lembro, inclusive, Senador Eunício, que nós discutimos isso até na sala da Liderança do PMDB; era uma oportunidade para o Governo reabrir quando nós discutimos aqui pela primeira vez o Refis; dar a amplitude. Não havia eleição, Senador Eunício, ainda na roda, porque nós discutimos isso no início do ano, portanto, a gente poderia antecipar os fatos e não vir para o afogadilho.

Então, eu estou colocando isso como uma preocupação – o Senador Moka até é testemunho disso –; fiquei aqui o tempo inteiro clamando e cobrando pelo tal Pacto Federativo. Semana que vem Renan já deve anunciar que nós vamos discutir a questão das dívidas dos Estados. E a convalidação, meu caro Eunício de Oliveira, que atende ao seu Ceará e à nossa Bahia, pela qual podemos nos irmanar com o Mato Grosso do Sul, estender a Santa Catarina?

Porque não tem como fazer, meu caro Maldaner, o desenvolvimento em Santa Catarina sem a atração de empresas com benefício. Agora, convalida isso? Quem tem que fazer isso é a gente aqui.

Então, quero votar a matéria que trata das dívidas de Estados e Municípios, mas quero também, meu caro Casildo, resolver de uma vez por todas qual deve ser o plano de desenvolvimento de Santa Catarina, da Bahia. É óbvio que tenho que cuidar, como diria, meu caro Paim, o velho ditado usado por Getúlio Vargas, a frase de Getúlio Vargas, meu São Borja primeiro. Qual o problema? Não é nada ilícito eu defender a minha Bahia! Não resolvemos o problema do comércio eletrônico, não resolvemos o problema da dívida, não resolvemos o problema do indexador, não resolvemos a questão, principalmente, da proposta de um plano de desenvolvimento econômico. O qual, aliás, nós colocamos na Medida Provisória nº 599, e ela não morreu, ela foi matada! Eu fui o Relator da 599.

Portanto, esse tema é tão importante quanto a reforma política que estamos tratando. Se não, os governadores que vão tomar posse no dia 1º de janeiro de 2015 já vão tomar posse, ao mesmo tempo, tendo que resolver o problema da sua tosse. Vão atrás de xarope, porque as contas vão estar todas elas comprometidas, grau de endividamento, incapacidade de investimento, problemas sérios com o custeio. Isso é um drama e essa é a nossa função como Senadores. Essa é a tarefa desta Casa.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – V. Exª permite um aparte?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – É claro que permito, principalmente vindo lá das maçãs.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Da serra catarinense. Gostei dessa. Se não fizer isso, se não houver indexador, se não revir os pactos, se não revir as dívidas, o que está aqui sendo discutido ano passado e este ano – V. Exª tem sido relator, inclusive –, se não fizermos esse debate agora, como disse V. Exª muito bem, com a posse dos governadores, vamos precisar, eu diria que a posse vai virar uma tosse, e aí vai virar uma coisa porque não há como começar. Essa é a grande verdade. Acho que aí está o nó górdio da questão, mais urgente do que a reforma política. A reforma política pode ficar para o ano que vem, um debate grande, sem dúvida alguma, porque é para mais tarde.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Eleição só há em 2016.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco Maioria/PMDB – SC) – A partir do ano que vem, a partir de 1º de janeiro, já existe um novo sistema. Como é que nós vamos enfrentar? Como é que vai ser o debate? Como é que vai ser a descentralização? Como é que vamos debater as normas? Como é que vamos encarar as situações? Gostei de V. Exª, Senador Walter Pinheiro, chegando com essa tese. Tomemos já as providências agora, há tempo ainda para isso. Meus cumprimentos.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Obrigado, Senador Casildo. Eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/ PTB – RR) – Senador Walter, queria só alertar V. Ex^a. V. Ex^a está falando por uma comunicação inadiável, portanto, não é permitido apartes.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – É porque Casildo é inadiável, não há como não conceder uma fala...

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/ PTB – RR) – Tanto que não o interrompi.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – V. Ex^a tem toda a razão para fazer a correção.

Quero concluir, chamando a atenção para esse ponto. Nós falamos aqui. Começamos em 2011; reverberamos em 2012; chegamos, talvez, no ponto que poderia, associando à minha profissão, chamar de casamento de impedância, permitindo fluir de um lado para outro as condições; e chegamos em 2014, Moka, com isso tudo jogado, com todo o respeito, na lata do lixo.

Fizemos até uma comissão geral com a presença do Ministro Guido Mantega, que veio aqui, reapresentou aquelas transparências bonitas, PowerPoint bem feito. Mas, assim, daqui para ali as coisas... Tudo bem que enfrentamos um processo eleitoral. Agora, saídos do processo eleitoral, fora da agonia, da correria, precisamos, inclusive, botar em ordem as coisas, não só pelos governadores que vão tomar posse, mas, principalmente pelo povo que recebeu, a partir dessa campanha, dezenas e dezenas de propostas, falando em modificações, falando em reestruturação, falando em novo plano de educação, novo plano de saúde. Não há como fazer isso no Mato Grosso do Sul se não houver a reforma tributária, se não houver o ajuste, meu caro Moka. Não há. Isso vale para o seu Mato Grosso do Sul, como vale para os outros Estados aqui representados por nós.

Portanto, esse é um tema que diria crucial, crucial. E nós aceitamos o desafio até de fazer por partes, até porque não acredito mais que nós vamos fazer só no todo. Então, vamos lá, se era para fazer por partes, vamos botar a mão e fazer isso. Vamos começar. Está na hora. Até o dia 17 de dezembro, para não falar dia 31...

(Soa a campanha.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – ... porque não vai funcionar depois do dia 17 a 31 de dezembro. mas, até o dia 17, esse mesmo empenho de votar as coisas aqui, “vamos votar”, vamos votar”, “vamos votar porque há compromisso aqui de não vetar ali, não vetar acolá”. Vamos fazer esse mesmo compromisso com esses pontos centrais da reforma tributária, com essa questão da dívida, com a questão da convalidação.

Do outro lado, está o projeto que passou aqui do comércio eletrônico. Vamos votar isso, redefinir essas questões, e a gente, de uma vez por todas, resolver a aflição de Estados e Municípios brasileiros, e, de uma vez por todas, consagrar um Pacto Federativo que pense na população, principalmente para quem mora nos lugares mais distantes e com pouco desenvolvimento, como a sua querida Roraima, meu caro Mozarildo.

Era isso o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Com a palavra o Senador Casildo Maldaner, como orador inscrito.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Caro Presidente, Mozarildo Cavalcanti, prezados colegas, não há dúvida de que nós estamos a sair de um pleito, de um pleito não só de assembleias legislativas, da Câmara dos Deputados, do Senado – que renovou 1/3 –, de governos estaduais, e, principalmente, também da Presidência da República.

No último domingo, os brasileiros compareceram às urnas para exercer seu direito de voto, e numa eleição que entra para história do País, por diferentes aspectos, reeleger a Presidente Dilma Rousseff para mais um mandato.

Eu diria que essa missão não será fácil, e a responsabilidade perante o País será imensa. O cenário econômico interno e externo exigirá, ao mesmo tempo, ousadia e austeridade para que possamos retomar o caminho do crescimento com desenvolvimento social, até porque o debate desta eleição mexeu com o Brasil em todos os sentidos.

Foi uma disputa acirrada, uma disputa que praticamente dividiu o Brasil em duas tendências. Eu diria que a responsabilidade da Presidente da República aumentou, para encontrar os caminhos, para dialogar com o Brasil, para encontrarmos saída. Acho que a posição do Senador Aécio Neves foi uma grande contribuição. Tanto ele como o vice, o colega Aloysio Nunes, aqui na Casa, mexeram com o Brasil, do Oiapoque ao Chuí e do oriente ao ocidente do País. Nas últimas semanas, comentava-se no País: mexeu com todo mundo, e a coisa ficou efervescente.

Houve a opção por continuar este projeto. Mas, para buscar o entendimento nacional, tem que trazer propostas que venham, não esperar para o ano que vem. Precisamos refletir sobre isso profundamente, sem dúvida alguma, até para acalmar o mercado, até para chamar o mundo externo, até para os países observadores pensarem no que fazer no ano que vem em relação a um país que fica na América do Sul, o Brasil, tudo isso, para ter este espelho na virada do ano.

Eu diria que este tema é algo que, numa relação de cerca de 3% dos brasileiros – ficou nessa diferença –, mexeu com todo o mundo. Se, até então, as manifestações da Polícia e da sociedade eram esparsas, de conteúdo difuso, que se clarificavam somente através do voto, agora tudo é diferente. As redes sociais deram voz, palavras e imagens ao eleitor. A mensagem está lá, explícita, para ser vista e compartilhada por todos, com tudo o que isso traz de melhor e de pior.

Registramos, com grande satisfação, discussões acerca de importantes temas nacionais: política econômica, independência do Banco Central, infraestrutura, relações exteriores, entre outros assuntos antes restritos a pequenos grupos de “especialistas” – eu diria entre aspas –, invadir as redes e migrar para conversas informais de amigos e familiares.

Resta evidente uma muito saudável popularização do debate político, que, em última análise, implica ampliação da construção da cidadania, na participação e envolvimento na vida política do País. Que esse movimento se amplifique, tornando-se cotidiano.

Infelizmente, o fenômeno revela também sua face sombria. Somados os dois fatores de acirramento e polarização na disputa com ampliação do debate eleitoral, vimos recriada uma velha dicotomia social, em nada desejável num País que se quer maduro e democrático.

Foram colocados em oposição, muitas vezes, ricos e pobres, letrados e iletrados, Sul e Norte, Sudeste e Nordeste e assim por diante. Ouvimos uma quantidade preocupante de manifestações de preconceito, de xenofobia que em nada lembram a alma brasileira, que é múltipla, miscigenada e, por isso mesmo, única. Essa é a alma brasileira. Ela é única.

Se as urnas mostraram, como disse antes, uma divisão numérica do eleitorado, tal fato não pode ser convertido numa divisão do País. A eleição de um mandatário se dá com votos de todo o Brasil, ainda que a diferença entre um Município e outro e entre um Estado e outro aconteça. A democracia é, acima de tudo, o respeito às escolhas da maioria. Passado o processo eleitoral, temos um representante, que, sem dúvida, é legítimo, que governará o Brasil para todos. Esse é o grande objetivo.

A Presidente Dilma, pelo que manifestou em seu primeiro pronunciamento, logo após a confirmação do resultado, tem consciência da importância de unir a Nação nesse caminho.

É preciso agir, sem dúvida nenhuma, de maneira republicana, defendendo, em primeiro lugar, o diálogo, que é fundamental para a consecução das medidas tão necessárias e urgentes que temos de enfrentar.

Ainda há pouco, o Senador Walter Pinheiro aqui declinou suas preocupações. Ele, que é do Partido do Governo, da Base do Governo, defende algumas mudanças que precisamos enfrentar agora. Não há como deixá-las para o ano que vem, pois não há como transferir essas responsabilidades. Elas são prementes e estão aí na boca do pênalti para serem votadas, como o indexador das dívidas, a clarividência e as normas para os que vão assumir agora os Estados possam dizer:

“Vou pensar o meu Estado, vou pensar como enfrentá-lo, vou saber o que tenho de compromissos, como é que vamos delinear o desenvolvimento para buscarmos desenvolver e agir no Brasil como um todo?”

Inegavelmente, Sr. Presidente, vivemos um cenário econômico recessivo no Brasil. Um crescimento em queda e inflação com tendência de elevação. Para 2015, sabemos que virão alguns reajustes já previstos que podem tornar a situação ainda mais complexa, como o preço dos combustíveis e as tarifas de energia elétrica.

A reforma política, igualmente defendida pela Presidente – estava na pauta dos dois candidatos, inclusive –, é de fundamental importância, mas o Governo precisa, de uma vez por todas, assumir o compromisso com o crescimento do País. Somente uma ampla reforma tributária, aliada ao novo Pacto Federativo, como disse antes, terá o condão de colocar o Brasil nos trilhos, garantindo um ambiente propício ao desenvolvimento da atividade econômica em condições de competitividade.

Junto com o Poder Executivo, é importante destacar que o Congresso Nacional tem total responsabilidade nesse processo. São esses legisladores, eleitos pelo povo, que devem propiciar o arcabouço legal que dará sustentação ao nosso crescimento, exercendo seu poder/dever de legítimos representantes da vontade nacional.

E, para finalizar, Sr. Presidente e caros colegas, gostaria de deixar uma mensagem aos colegas aqui presentes e aos que nos assistem pela TV ou ouvem pela Rádio: a missão é árdua, há muito por fazer, e, por isso, tenhamos fé no Brasil. Coragem! Temos que lutar. Acho que o que não podemos é parar e olhar pelo retrovisor.

Muito obrigado, Sr. Presidente e caros colegas, pela oportunidade em trazermos essas reflexões, na tarde de hoje, aqui, na tribuna, logo após as últimas eleições, para colocarmos em pauta o que nós devemos cumprir, o que nós devemos levar ainda neste exercício...

(Soa a campainha.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – ... para clarear vários pontos em relação ao Brasil do futuro.

Muitas graças.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Com a palavra, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, pela Liderança do PSDB.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um ditado popular muito conhecido de nós todos diz que o lobo perde o pelo, mas não perde o vício. A Senhora Presidente Dilma Rousseff não perdeu o vício da candidata Dilma Rousseff. Depois de eleita, ao mesmo tempo em que oferece os salões do Palácio do Planalto para encontro com líderes da oposição, retoma um tema da chamada crise hídrica de São Paulo para guerrear o Governador Geraldo Alckmin, talvez despeitada pelo fato de ter perdido as eleições no Estado. O nosso Estado deu ao candidato da nossa coligação, Aécio Neves, cerca de 7 milhões de votos acima dos da Presidente Dilma Rousseff.

Ela – ainda hoje, está nos jornais – voltou a afirmar que o Governo de São Paulo teria recusado os oferecimentos de parceria generosamente oferecidos por ela para enfrentarmos a crise hídrica. Mentira! Mais uma mentira. A impressão que tenho é de que ela quer promover um terceiro turno das eleições em São Paulo.

A crise hídrica brasileira atinge 1.183 Municípios, que já decretaram estado de calamidade pública. A seca é um fato. A nascente do Rio São Francisco secou. A hidrovía Tietê-Paraná deixou de operar, porque o Rio Tietê, hoje, tem o seu volume muito reduzido que não comporta o tráfego das barcas. Nove Estados da Federação sofrem com a crise hídrica. Municípios de São Paulo operados pela Sabesp sofrem, mas também Municípios autônomos, como é o caso de Guarulhos, cujo Prefeito é do PT, também sofrem com o problema da falta d'água, com a seca, que é a maior nos últimos 80 anos do nosso País.

E, desde o início, Srs. Senadores...

O Sr. Fleury (Bloco Minoria/DEM – GO) – Senador Aloysio, um aparte por favor – Senador Aloysio, aqui na ponta esquerda.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Pois não, se o Presidente me conceder.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco União e Força/PTB – RR) – Senador Aloysio, a Presidência vai aceitar, mas V. Ex^a está falando como Líder.

O Sr. Fleury (Bloco Minoria/DEM – GO) – Em Goiás, nós também sofremos com o escoamento de grãos pelo Porto São Simão. As balsas não podem chegar, porque não há mais calagem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Exatamente isso. O exemplo que V. Ex^a cita é muito eloquente.

Desde o momento que essa crise se anunciou e que a gravidade dela se revelou, o Governo de São Paulo procurou o Governo Federal para enfrentarmos juntos esse desafio, assim como nós enfrentamos juntos o desafio de expandir em São Paulo o Programa Minha Casa, Minha Vida, que só existe em São Paulo, porque o Governo do Estado coloca R\$20 mil a fundo perdido, para cada beneficiário desse programa.

Criamos, em fevereiro, um fundo de acompanhamento da gestão do Sistema Cantareira, ou melhor, o Grupo Técnico de Assessoramento da Gestão do Sistema Cantareira, que reunia representantes do Governo estadual e do Governo Federal, inclusive a Agência Nacional de Águas, pelo seu Presidente, estava presente. Estranhamente, 15 dias antes do primeiro turno das eleições, o Presidente de ANA, Sr. Vicente Andreu, retirou-se desse grupo de gestão.

A Presidente Dilma disse que o Governo Federal nada tem a ver com a crise hídrica. Mais uma vez, ela se exime das suas responsabilidades, das responsabilidades que lhe incumbem pela Constituição e pelo sistema legal do nosso País, pois, seja através da ação da ANA (Agência Nacional de Águas),...

(Soa a campainha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – ... seja através da ação do Operador Nacional do Sistema, o Governo Federal tem – e tem, sim, Senhora Presidente – competência para velar pela harmonia dos entes federativos, no sentido de podermos aproveitar, da melhor maneira possível, as águas nos seus usos múltiplos: produção de energia elétrica e consumo humano.

Pois bem, no meio da crise, o Operador Nacional do Sistema Elétrico determinou o aumento da liberação de água de dois reservatórios de São Paulo, o Jaguari e o Paraibuna, para o Rio Paraíba do Sul. Com que objetivo? Com objetivo de impedir o racionamento de energia elétrica no Estado do Rio de Janeiro e de fornecer energia para Light e, através da Light, aos consumidores no Rio de Janeiro, porque a Presidente não queria de modo algum...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoridade/PSDB – SP) – ... que, no seu Governo, surgisse qualquer problema além daqueles que já estão existindo no fornecimento de energia.

Com isso, retirou-se água para o consumo humano em São Paulo para incrementar e garantir o fornecimento de energia ao Rio de Janeiro. Conflito federativo? Talvez, mas cabe ao Governo Federal, através dos seus órgãos já citados, a ANA e a Operação Nacional do Sistema, harmonizar esses conflitos ao invés de acirrá-los, como fez a Presidente da República, de forma eleitoreira, às vésperas das eleições.

A Presidente Dilma, como a gralha da fábula, que se enfeita das penas do pavão, alardeou que o Governo Federal estava financiando obras do Sistema Produtor São Lourenço, que é o sistema produtor de água, tratamento de água e fornecimento de água. Mentira! O Sistema Produtor São Lourenço resulta de um projeto de 2011, é uma Parceria Público-Privada. Os vencedores da licitação foram duas empresas que formaram um consórcio, a Andrade Gutierrez e a Camargo Corrêa. O contrato foi assinado em 2013. Não há nenhum dinheiro do Orçamento Federal para o Governo do Estado de São Paulo nesse empreendimento. Mais uma vez, a Presidente Dilma mente para atribuir a São Paulo falta de planejamento e falta de competência e para arrogar a si a generosidade que ela não tem.

Sr. Presidente, o Governo Federal poderia, sim, fazer muito para ajudar a Sabesp, assim como todas as empresas de saneamento. Bastaria que a Presidente Dilma cumprisse uma promessa que fez há quatro anos de desonerar as empresas de saneamento dos tributos que elas pagam, especialmente do Cofins e do PASEP. Esses tributos, apenas no orçamento da Sabesp, correspondem a R\$ 600 milhões por ano. Por que a Senhora Presidente Dilma Rousseff não cumpriu a promessa da candidata em 2010? Não apenas se recusou a cumprir, como sua base parlamentar bloqueou a aprovação de emendas parlamentares que fizemos – eu fiz uma, o Senador Aécio fez outra – para que, em duas medidas provisórias, fosse assegurada essa desoneração. São R\$600 milhões por ano para a Sabesp!

Mente ainda a Senhora Presidente Dilma...

(Soa a campanha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoridade/PSDB – SP) – ... quando diz que alertou o Governo de São Paulo sobre o risco de racionamento em fevereiro de 2014. Mentira! A ampla campanha publicitária do Governo de São Paulo já vinha sendo veiculada desde o dia 27 de fevereiro. E a população respondeu, e respondeu muito bem, poupando água, racionalizando o uso da água. Um exemplo admirável de colaboração da população, para o enfrentamento, ao lado do Governo, de uma grave crise que a todos afeta.

A verdade dos fatos, Sr. Presidente, é que, em matéria de fornecimento de água boa, água tratada e saneamento básico – já concluo –, a Presidente Dilma Rousseff não tem condições de dar lições a ninguém. Sabe por quê? Porque ela prometeu investir R\$34 bilhões em saneamento básico e abastecimento de água até o final do seu mandato. Pois bem, no fim do ano passado, ela tinha investido menos da metade disso. E o Brasil convive com índices vergonhosos de carência de água tratada, de esgotamento sanitário, num número de residências brasileiras que já beira os 50%.

Sr. Presidente, o lobo perde o pelo mas não perde o vício, repito. Ao mesmo tempo em que procura criar um factóide do diálogo com a oposição, ataca, golpeia e continua sua campanha contra um dos principais líderes da oposição do nosso País que é o Governador Geraldo Alckmin.

O povo de São Paulo não concedeu a ela o copo d'água que ela merecia no nosso Estado. Seis milhões e oitocentos mil votos na frente foi o que Aécio teve sobre Dilma Rousseff no nosso Estado.

Durante o discurso do Sr. Aloysio Nunes Ferreira, o Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) –

ORDEM DO DIA.

Consulto os Srs. Senadores se poderemos avançar, Senador Walter Pinheiro, que é o Relator da medida provisória.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, aguarde um pouquinho, porque o Líder do Governo no Congresso está chegando.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu faço um apelo aos Srs. Senadores que estão em outras dependências da Casa que, por favor, venham ao plenário.

Nós vamos começar, daqui a pouquinho, a Ordem do Dia. Nós vamos apreciar a medida provisória e, se houver acordo em relação à apreciação da medida provisória, nós poderemos votar um destaque ou fazer 12 votações.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu fui Presidente da comissão que coordenou os trabalhos da Medida Provisória nº 651. É uma medida provisória extremamente importante para a economia do Brasil, atende a diversos setores com desoneração, amplia, inclusive, o prazo do Refis, exatamente para reabrir a condição daqueles que não tiveram o prazo de 30 de outubro para optar pelo parcelamento.

E nós estamos construindo um entendimento com o Senador Walter Pinheiro, com o Senador Aloysio Nunes, com diversos membros do Senado, Sr. Presidente, de que nós votaríamos a medida provisória e votaríamos um destaque ao art. 35, uma posição marcada pelo Senador Aloysio Nunes, pelo Senador José Agripino, pelo Senador Ricardo Ferraço.

Nós, então, votaríamos esse destaque nominalmente, tendo em vista o pedido de verificação dos Senadores, e votaríamos o restante da medida provisória de forma simbólica. Portanto, facilitando.

Há um requerimento de votação de destaques em globo sobre a mesa, no qual nós estamos excetuando, dessa votação em globo, que será o encaminhamento contrário, exatamente esses destaques que dizem respeito ao art. 35 do PLV, Sr. Presidente. Então, esse é o entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu conversei com o Relator, Senador Walter Pinheiro, conversei com o Senador Romero Jucá sobre uma preocupação que eu tenho de uma emenda que entrou de paraquedas nessa matéria dessa medida provisória que trata de questões tributárias, de desonerações. E, de repente, entrou uma matéria que não tem nada a ver com o texto ou com o propósito da medida provisória, que é uma matéria que diz respeito a lixões, a aterros sanitários, à prorrogação de prazo para implantação de coleta de lixo de aterros sanitários.

Uma matéria de interesse do Governo, do Ministério do Meio Ambiente. Uma matéria de interesse da modernidade do País, que entrou de repente nessa história, abrindo um prazo de seis anos. Estranhíssimo!

Eu conversei com o Senador Romero Jucá, que se entendeu com o Palácio do Planalto, e eu gostaria de ouvir a manifestação de Sua Excelência com relação ao compromisso do Governo em relação a essa matéria, o disciplinamento dessa matéria, que eu sei que preocupa os prefeitos municipais. Eu sei disso, mas nem tanto ao céu nem tanto ao mar.

E é preciso que se construa um texto que diga respeito à preservação do meio ambiente e diga respeito à condição financeira dos Municípios de se ajustarem ao que se propõem.

Então, eu gostaria de ouvir, pública e claramente, a posição do Governo em relação a essa matéria, para que eu possa me posicionar, me associando evidentemente àquilo que ele já falou relativamente ao destaque que eu subscrevo e que diz respeito ao art. 35 deste projeto de lei de conversão.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senadora Ana Amélia, eu darei já a palavra a V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Para responder o Senador José Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós estamos aqui com absoluta disposição em contribuir para a convergência e para o acordo, mas é preciso que alguém em nome do Governo assuma o compromisso, publicamente, de que os arts. 34 e 35 serão vetados pelo Poder Executivo.

Esta medida provisória é muito importante para a economia brasileira. Ela reduz, Senador Romero Jucá, a carga tributária de um conjunto muito importante e muito relevante de arranjos econômicos, os mais diversos, que são sangrados por uma elevada carga tributária.

Mas esses dois artigos não têm qualquer conexão. Eles não dialogam com o escopo, com o objeto desta medida provisória. Eles parcelam multa relacionada à improbidade administrativa, ampliam os prazos para a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Então, é necessário que alguém do Governo assuma o compromisso de que esses artigos, o 34 e o 35, serão vetados para que possamos prosseguir no acordo desta matéria.

É o encaminhamento que faço a V. Ex^a.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoridade/PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Aloysio.

Senador Romero e Senadora Ana Amélia.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoridade/PSDB – SP. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, gato escaldado tem medo de água fria, segundo provérbio popular que repito na sessão de hoje.

Nós já fizemos acordos aqui, no Congresso Nacional, acordos solenes e firmados com pessoas autorizadas para falarem em nome da Presidente Dilma Rousseff. Esses acordos, no entanto, foram descumpridos. Ela não manteve a palavra empenhada com o Congresso Nacional. Cito dois exemplos.

Aqui, no Senado Federal, fizemos um acordo envolvendo todas as bancadas em torno de um projeto de lei sobre criação de Municípios, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti. Acordo firmado, sacramentado. O que aconteceu depois? Veto da Presidente da República.

Na Câmara dos Deputados, a Bancada do PSDB fez um acordo de que participou diretamente o então Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, em relação ao Programa Mais Médicos. O acordo consistia na boa obrigatoriedade, decorridos três anos, de os médicos cujo curso de Medicina havia sido feito no exterior passarem pelo Revalida. Acordo firmado, votamos a favor. O que aconteceu? Vetado.

De minha parte, Sr. Presidente, vou manter o meu destaque no art. 35 e peço desde já o apoio dos Senadores para que possamos levá-lo a votos nominalmente, porque esse artigo permite que devedores de débitos, por exemplo, de multas aplicadas pelo TCU e condenações por improbidade administrativa, possam parcelar, inclusive com redução de valor devido. Concede-se a administradores imprudentes, administradores que cometeram irregularidades o mesmo benefício de uma empresa que passe, eventualmente, por necessidade e que, portanto, precise aderir ao Refis. Esse artigo será objeto de um destaque, como já anunciei ao Relator desta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Antes de conceder a palavra ao Senador Walter Pinheiro, eu concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – É o Senador Walter Pinheiro primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Walter Pinheiro.

Senador Walter Pinheiro, com a palavra V. Ex^a.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa é uma matéria, inclusive, de suma importância. Eu, antes, inclusive, até, da chegada de V. Ex^a, tinha dito, da tribuna, que essa é uma das quatro medidas provisórias, este ano, que tratam desse mesmo tema. Aliás, uma delas, até, nós vamos ter oportunidade de tratar logo depois, a nº 656. Mas são medidas provisórias que tratam desse mesmo tema: a nº 627, a nº 612, agora a nº 651, a nº 656 – é tanta meia, tanta meia, tanto cinco, que eu já não sei nem como é que a gente consegue botar isso inteiro.

Então, na realidade, Sr. Presidente, ela é de suma importância, para a economia. Agora, há pouco, ali, representantes do setor fármaco, a própria Anvisa, o BNDES, a economia. Eu, inclusive, fiz, Senador Romero, emenda a essa medida provisória, para que um setor importante de TI pudesse ter o mesmo tratamento que os outros setores da indústria.

Essa é uma matéria de suma importância, principalmente, levando-se em consideração quais os aspectos para você permitir a retomada de determinadas atividades, mas, lamentavelmente, algumas coisas entraram na medida provisória, que não têm muito a ver com esse espírito positivo apresentado na medida provisória.

Então, Sr. Presidente, eu quero, aqui, dizer da nossa concordância com o texto, inclusive, original, com essas mudanças a que eu me referi aqui, agora, que foram positivas. Acho que é importante, inclusive, até, pelo clamor que esse Plenário fez aqui, agora há pouco, Senador Aloysio. E eu brinco muito assim: pênalti é tão importante que devia ser batido pelo presidente do clube.

Então, eu chamei o meu Líder aqui, Senador José Pimentel, que é quem pode trazer exatamente essa palavra que foi, aqui, tão pleiteada por diversos oradores, já que eu não recebi de ninguém do Governo autorização alguma, eu diria, para, em nome do próprio Governo, falar, aqui, que essa ou aquela seria vetada.

Acho que é importante que o Líder do Governo traga, exatamente, essa palavra que foi, aqui, tão pleiteada, por diversos oradores.

Eu conversei com o Líder José Pimentel.

Portanto, a matéria vai à votação com esse texto, e o Líder faz a reafirmação dos pontos que têm compromisso do Governo,

ou seja, que não tem compromisso do Governo em acatar esses pontos que foram inseridos na medida provisória. Então, ninguém melhor do que o Líder do Governo para dar esse atestado.

Portanto, Sr. Presidente, nesse sentido, não vejo nenhuma necessidade da relatoria dessa matéria, já que a matéria que está aí é na sua inteireza. Portanto, não há nenhuma necessidade para que se possa confrontar essa com aquela. Agora, estou deixando claramente isso, passando a tarefa para quem efetivamente tem, inclusive, autoridade para fazer a condução desse processo na sessão de hoje à tarde, que é o Senador José Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de responder a todos os Senadores que aqui colocaram essa questão.

Como eu tratei com o Governo no que diz respeito à necessidade e ao compromisso de retirar do texto, através de veto, dois dispositivos, eu quero aqui reafirmar o contato que fiz com o Ministro Aloizio Mercadante, com o Ministro Ricardo Berzoini, no sentido de o Governo se comprometer a vetar o art. 35, que é exatamente esse artigo que parcela as dívidas de improbidade administrativa. O Governo vetará essa matéria, assim como o art. 107, que é o artigo que prorroga por mais quatro anos a questão dos resíduos sólidos. Para esse artigo, nós inclusive articulamos com o Governo e apresentaremos na Medida Provisória nº 656 um dispositivo que dirá que essa questão será prorrogada por dois anos. Haverá recursos federais que eu vou colocar, como Relator do orçamento, para que se possa dar sustentação à implementação de políticas de resíduos sólidos pelos Municípios. Se nós apenas prorrogarmos o prazo, sem nenhum tipo de ajuda aos Municípios para realizarem esses aterros sanitários, nós estaremos apenas postergando o cumprimento de uma lei que não será cumprida. Então, é importante que, junto com a ampliação do prazo, venha um mecanismo que possa efetivamente financiar a questão e a implantação da nova política de resíduos sólidos do Brasil, que eu ajudei a implantar e ajudei a aprovar nesta Casa.

Além disso, Sr. Presidente, no art. 43, será preciso colocar uma vírgula. Não é nem emenda de redação, mas eu gostaria que constasse em ata. Logo após o que diz “seja considerada controladora” – vírgula –, “controlada” – vírgula –, “direta ou indireta”, exatamente para dar sentido à formulação que foi feita pela comissão.

Feitos esses esclarecimentos, eu gostaria também de ouvir a palavra do Líder do Governo, porque na verdade eu não sou Líder do Governo. Eu ajudei a construir o entendimento. Todo mundo sabe a minha posição política. Registro a importância dessa medida provisória, a importância do trabalho do Deputado Newton Lima para aprovar temas importantes, inclusive negociando com o Governo Federal a ampliação de desonerações importantes e o aumento do prazo para que optantes do Refis tenham quinze dias após a sanção da lei para fazer a opção.

Portanto, essa medida provisória é uma medida do bem. É uma medida que ajuda as empresas, ajuda a economia, ajuda a manter empregos e ajuda a desonerar a folha de pagamento, que é algo extremamente importante no País.

Era esse o esclarecimento que gostaria de fazer, Sr. Presidente, e pedir o endosso do Líder do Governo, porque ele sim pode falar pelo Governo. Eu estou falando aqui como se fosse apenas Presidente da Comissão e um Senador interessado em ver a economia do País se fortalecer e, portanto, em ajudar a construir esse entendimento, para aprovarmos hoje essa medida provisória, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a palavra, a Senadora Ana Amélia. O Senador Pimentel vem na sequência.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente Renan Calheiros, sobre o esclarecimento prestado pelo Senador Romero Jucá, que presidiu a Comissão Mista que tratou da Medida Provisória nº 651, de grande relevância para a competitividade econômica do nosso País, eu queria aqui fazer duas observações. Esse acordo firmado resolve vários problemas, que eram as grandes dúvidas.

Eu queria cumprimentar o Senador Aloysio Nunes Ferreira pelo destaque apresentado, rejeitando essa matéria, e dizer que esse é um ponto inaceitável sob todos os aspectos. Da mesma forma, o art. 107, muito bem es-

clarecido pelo Senador Romero Jucá, serve à condição de encontrar uma solução, porque também as prefeituras municipais estão, em muitos casos, com sérias dificuldades do ponto de vista técnico e do ponto de vista financeiro. O Governo, com o seu Ministério das Cidades e com o Ministério do Meio Ambiente, pode trabalhar para resolver essa questão de uma vez por todas, com prazo regimental. Com isso, nós não devolvemos essa matéria.

Eu queria cumprimentar também o Relator, Deputado Newton Lima, que conseguiu acomodar tantas demandas relevantes. Hoje, se nós não votássemos, estaríamos jogando no lixo – não no lixo –, no lixo legislativo, uma matéria que representou muita energia e muito esforço de vários setores, inclusive do setor farmacêutico, e que vai representar para os consumidores de medicamentos uma redução do preço ou pelo menos a estabilização desses preços.

Então, esses dois acordos foram firmados – acredito na palavra do Senador Romero Jucá – para salvar a Medida Provisória nº 651, que tem grande relevância para o nosso País.

Então, o Partido Progressista, Senador Romero Jucá... Tenho a certeza de que o Senador José Pimentel, pela liderança do Governo, e os ministros responsáveis pela articulação da Casa Civil, da Presidência da República e da articulação internacional confirmarão esses acordos. Acordo não precisa ser assinado, basta a palavra do presidente da comissão mista. Penso que essa é uma saída extremamente relevante para o interesse nacional. O Partido Progressista apóia a posição e o acordo fechado pelo Senador Romero Jucá, que, tenho certeza, será confirmado pelo Senador José Pimentel.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador José Pimentel, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, e Srs. Líderes, inicialmente, quero registrar que toda matéria de natureza fiscal e tributária precisa de ajustes permanentes, particularmente quando nossa economia precisa voltar a crescer em patamares que a sociedade sempre exigiu.

Em segundo lugar, quero parabenizar o nosso Deputado Newton Lima pela forma conduziu esse processo, um processo com muitas emendas apresentadas e com uma série de itens que já haviam figurado em outras medidas provisórias e que, fatalmente, estarão presentes também nas próximas medidas provisórias que tratam dessa matéria.

Quero saudar o nosso Relator revisor, o nosso Senador Walter Pinheiro, que também é um profundo estudioso dessa matéria, principalmente com um olhar no mundo fiscal. Aqui, ele foi relator de várias medidas provisórias que tratavam da desoneração, da construção do financiamento do pacto federativo na renegociação das dívidas dos Estados e dos Municípios, na tentativa da reforma do ICMS, que foi a Medida Provisória nº 599, entre muitas outras.

Quero saudar o Senador Romero Jucá, que hoje não é líder formal, mas que tem uma presença, uma condução muito forte de várias matérias, entre estas a parte tributária e a parte fiscal, ora como presidente, ora como relator.

Na própria Medida Provisória nº 656, que está tramitando, cabe a relatoria ao PMDB do Senado. Foi indicado o Líder Eunício Oliveira, mas tenho a certeza de que todos os nossos Pares contribuirão para que possamos encontrar uma saída tanto para o Imposto de Renda das donas de casa, das empregadoras domésticas, como também para outros itens ali abordados.

Na construção desse texto que vem da Comissão Mista e que passou pela Câmara dos Deputados, o Governo sempre deixou claro que há dois artigos que ele vetará. Portanto, é uma decisão já tomada, já comunicada na Câmara, através do Líder do Governo, o nosso Deputado Henrique Fontana, a qual aqui nós estamos reafirmando. O nosso Presidente da Comissão, o Senador Romero Jucá, já afirmou que, quanto ao art. 35 e ao art. 107 do PLV, há a decisão do Governo de vetá-los. Ele tem deixado claro isso desde a tramitação na Comissão Especial, como também na sua votação na Câmara Federal, e, aqui, nós estamos reafirmando.

O Governo também está analisando outros artigos e não tem posição ainda se vai vetá-los ou mantê-los. Mas está em um processo de discussão, de avaliação e, ao mesmo tempo, de possibilidade de isso ser conduzido para a próxima medida provisória.

Então, quanto a esses outros artigos, quanto a uma parte deles, o Governo tem também essa discussão, quer construir redações, quer construir saídas. Mas os dois artigos, o art. 35 e o art. 107, já estão decididos, o que já foi informado através do Líder Henrique Fontana, na Câmara. E, aqui, José Pimentel está reafirmando isso, acompanhando a posição dos nossos Pares que aqui já se expressaram, seja o Relator, seja o nosso Presidente, o Senador Romero Jucá.

Portanto, Sr. Presidente, são esses os nossos encaminhamentos. Esperamos concluirmos essa votação nesta data.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Roberto Requião, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, uma vez que há o compromisso do Governo de vetar os esdrúxulos contrabandos que prorrogam o fim dos lixões no Brasil, acredito que nós temos um consenso para a votação. Seria interessante que V. Ex^a colocasse em votação rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Faremos isso, Senador Requião.

Item 1 da pauta:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 15, DE 2014

Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2014 (proveniente da Medida Provisória nº 651, de 2014), que *dispõe sobre os fundos de índice de renda fixa, sobre a responsabilidade tributária na integralização de cotas de fundos ou clubes de investimento por meio da entrega de ativos financeiros, sobre a tributação das operações de empréstimos de ativos financeiros e sobre a isenção de imposto sobre a renda na alienação de ações de empresas pequenas e médias; prorroga o prazo de que trata a Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011; altera as Leis nºs 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; 12.431, de 24 de junho de 2011; 9.718, de 27 de novembro de 1998; 10.637, de 30 de dezembro de 2002; 10.833, de 29 de dezembro de 2003; 12.996, de 18 de junho de 2014; 11.941, de 27 de maio de 2009; 12.249, de 11 de junho de 2010; 10.522, de 19 de julho de 2002; 12.546, de 14 de dezembro de 2011; 11.774, de 17 de setembro de 2008; 12.350, de 20 de dezembro de 2010; 9.430, de 27 de dezembro de 1996; 11.977, de 7 de julho de 2009; 12.409, de 25 de maio de 2011; 5.895, de 19 de junho de 1973; 11.948, de 16 de junho de 2009; 12.380, de 10 de janeiro de 2011; 12.087, de 11 de novembro de 2009; 12.712, de 30 de agosto de 2012; 12.096, de 24 de novembro de 2009; 11.079, de 30 de dezembro de 2004; 11.488, de 15 de junho de 2007; 6.830, de 22 de setembro de 1980; 9.532, de 10 de dezembro de 1997; 11.196, de 21 de novembro de 2005; 10.147, de 21 de dezembro de 2000; 12.860, de 11 de setembro de 2013; 9.393, de 19 de dezembro de 1996; 9.250, de 26 de dezembro de 1995; 12.598, de 21 de março de 2012; 12.715, de 17 de setembro de 2012; 11.371, de 28 de novembro de 2006; 9.481, de 13 de agosto de 1997; 12.688, de 18 de julho de 2012; 12.101, de 27 de novembro de 2009; 11.438, de 29 de dezembro de 2006; 11.478, de 29 de maio de 2007; 12.973, de 13 de maio de 2014; 11.033, de 21 de dezembro de 2004; 9.782, de 26 de janeiro de 1999; 11.972, de 6 de julho de 2009; 5.991, de 17 de dezembro de 1973; 10.406, de 10 de janeiro de 2002; 9.514, de 20 de novembro de 1997; 11.775, de 17 de setembro de 2008; 10.150, de 21 de dezembro de 2000; e 10.865, de 30 de abril de 2004; e o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 1.569, de 8 de agosto de 1977; das Leis nºs 5.010, de 30 de maio de 1966; e 8.666, de 21 de junho de 1993; da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977; e dá outras providências.*

O Parecer da Comissão Mista, que teve como Relator o nobre Deputado Newton Lima e como Relator revisor o Senador Walter Pinheiro, é pela aprovação da Medida Provisória e aprovação, total ou parcial, das Emendas nºs 2, 5, 25, 42, 44 a 46, 52, 68, 74, 83, 111, 148, 153, 155, 158, 159, 161, 163 a 166, 168, 171, 172, 176, 179, 180, 183, 184, 190, 192 a 194, 196, 205, 229, 239, 245, 247, 254, 258, 259, 262, 264, 265, 271, 272, 282, 283, 300, 301, 303, 304, 310, 312, 318, 324 e 329, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2014, que apresenta; e pela rejeição das demais emendas.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– foram apresentadas à Medida Provisória trezentas e trinta e quatro emendas;

– O Projeto de Lei de Conversão foi aprovado na Câmara dos Deputados no dia 14 de outubro, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2014, apresentado pela Comissão Mista, com a exclusão dos arts. 99, 102, 103, 104, 105, 109, 110, 113, 116 e 124, IV, pelo Presidente da Câmara dos Deputados, por não guardarem relação com a matéria; do art. 111, destacado; e aprovação da Emenda nº 101;

– o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 34, de 2014, e se esgotará no dia 6 de novembro;

– o Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2014, foi lido no plenário do Senado Federal no dia 22 de outubro. Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o encaminhamento da matéria foi feito pelo Líder do Governo, José Pimentel.

É o seguinte o Parecer:

PARECER Nº 730, DE 2014 – PLEN

EMENDA Nº - PLLENÁRIO (REDAÇÃO)

Dê-se ao § 1º do art. 43, da Lei 12.431, de 24 de junho de 2011, constante do art. 37 do PLV 15 de 2014, a seguinte redação:

Art. 37.....

“Art. 43.....

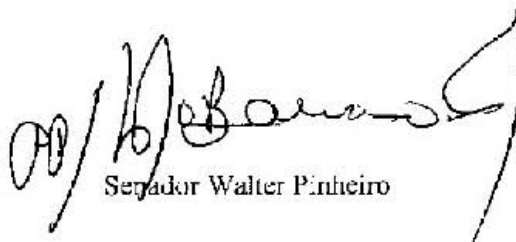
§ 1º O disposto no *caput* deste artigo aplica-se ao precatório federal de titularidade de pessoa jurídica que, em 31 de dezembro de 2012, seja considerada controladora, controlada, direta ou indireta, ou coligada do devedor, nos termos dos arts. 1.097 a 1.099 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A nova redação apenas incluiu uma vírgula após a palavra “controlada” para deixar claro que os adjetivos direta ou indireta se referem à pessoa jurídica controlada.

Sala das Sessões,



Senador Walter Pinheiro

Solicito uma correção no § 1º do artigo 43 da Lei 12.431 de 2011, constante do Artigo 37 do PLV 15 de 2014, colocando uma vírgula após a palavra “controlada” para deixar claro que os adjetivos direta ou indireta se referem à pessoa jurídica controlada.

(À publicação)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós agradecemos a V. Ex^a.

Em votação os pressupostos de relevância, de urgência e de adequação financeira e orçamentária da medida provisória.

As S^{ras} Senadoras e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Discussão do projeto de lei de conversão, da medida provisória e das emendas, em turno único. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir a matéria, antes de declarar encerrada a discussão, nós concedemos a palavra ao Senador...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE. *Fora do microfone.*) – É para ler o destaque?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Chegaremos já. Chamarei V. Ex^a.

Encerrada a discussão.

Passamos à votação.

Há um requerimento de destaque sobre a mesa, que será lido pelo Senador Eunício Oliveira. Aliás, são dois requerimentos.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – São dois requerimentos. Leio o primeiro requerimento:

REQUERIMENTO Nº 822, DE 2014

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 312, II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da expressão “estão dispensadas de fazer suas publicações no órgão oficial da União ou do Estado ou do Distrito Federal”, constante do §1º do art. 19 do PLV nº 15, de 2014.

O autor é o Senador Paulo Paim.

Este é o segundo requerimento:

REQUERIMENTO Nº 823, DE 2014

Sr. Presidente, nos termos do art. 312, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro destaque para votação em separado do art. 35 do PLV nº 15, de 2014, proveniente da Medida Provisória nº 651, de 2014.

O autor é o Senador Aloysio Nunes Ferreira, Líder do PSDB.

São os seguintes os Requerimentos na íntegra:

REQUERIMENTO Nº 822, DE 2014

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 312, II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da expressão “estão dispensadas de fazer suas publicações no órgão oficial da União, ou do Estado ou do Distrito Federal”, constante no § 1º, do art. 19, do PLV 15/2014.

JUSTIFICAÇÃO

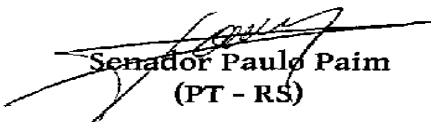
É louvável que o Governo tenha a preocupação com a desoneração dos custos para as empresas beneficiadas pelo regime instituído pela MP nº 651/2014.

Contudo, há valores que devem preponderar sobre os custos financeiros. Dentre tais valores, encontra-se o da proteção aos sócios anônimos e/ou minoritários das empresas que devem ter assegurados o acesso amplo aos balanços e demais informações financeiras e contábeis das empresas; bem como o da transparência para a sociedade e para os cotistas que em geral não têm acesso à administração das empresas.

Assim, a despeito de toda a evolução tecnológica, a publicação nos Diários Oficiais ainda se constitui como a forma mais segura para a publicização de tais informações. Além do que, constitui a forma mais acessível e segura de publicidade dos atos contábeis das empresas, uma vez que ainda são impressos e também estão disponibilizados nos sítios das Imprensas Oficiais na Internet.

Por tais razões não se mostra aconselhável a dispensa de publicação dos atos ordenados pela lei das S/As nos órgãos da Imprensa Oficial. O mesmo não podendo se dizer dos jornais de grande circulação, uma vez que os custos são maiores neste caso e a vida útil é muito menor do que os Diários, que são perenes, seguros e amparados pela fé-pública.

Sala das Sessões, 28 de outubro de 2014.


Senador Paulo Paim
(PT - RS)

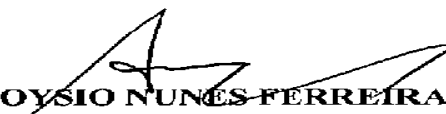
(Prejudicado)

REQUERIMENTO Nº 823, DE 2014

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro **Destaque para a Votação em Separado do art. 35 do PLV nº 15, de 2014, proveniente da MPV nº 651, de 2014.**

Sala das Sessões, em de outubro de 2014.


Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA
Líder do PSDB

(Aprovado)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Há um terceiro requerimento, que também será lido pelo Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) –

REQUERIMENTO Nº 824, DE 2014

Requeiro, nos termos regimentais, a votação em globo dos requerimentos de destaque para votação em separado de dispositivo do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2014, exceto os referentes ao art. 35 do PLV.

É de autoria dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Agripino.

É o seguinte o Requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO Nº 824, DE 2014

Requeiro, nos termos regimentais, votação em globo dos requerimentos de destaque para votação em separado de dispositivos do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2014. Exceto os referentes ao artigo 35 do PLV, dos Senadores Aloysio Nunes e José Agripino.

Sala das Sessões, em de de 2014.


Senador

(À publicação)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Exatamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com a palavra, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para registrar que, com o acordo, nós votaremos em globo, negativamente, todos os destaques, a não ser esses destaques do Senador José Agripino e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, referentes ao art. 35, Sr. Presidente.

Portanto, esse é o entendimento. É assim que eu solicito a V. Exª que possa colocar em votação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Existem requerimentos meus de destaque aí, sobre a mesa?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Existem. Acabaram de chegar mais quatro requerimentos de destaque. Eu pediria ao Senador Eunício Oliveira que fizesse, por favor, a leitura desses requerimentos que chegaram. Novos requerimentos.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) –

REQUERIMENTO Nº 825, DE 2014

Requerimento de destaque de disposição para votação em separado, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno: requeiro destaque para votação em separado do art. 35 do PLV nº 15, de 2014. Senador Randolfe Rodrigues.

REQUERIMENTO Nº 826, DE 2014

Requerimento de destaque de disposição para votação em separado, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno: requeiro destaque para votação em separado do art. 103 do PLV nº 15, de 2014. Senador Randolfe Rodrigues.

Destaque de disposição para votação em separado, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno.

REQUERIMENTO Nº 827, DE 2014

Requeiro destaque para votação em separado do art. 101 do PLV nº 15, de 2014, oriundo da MP nº 651, de 2014. Senador Randolfe Rodrigues.

REQUERIMENTO Nº 828, DE 2014

Requeiro destaque de disposição para votação em separado, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno.

Requeiro destaque para votação em separado do art. 102 do PLV nº 15, de 2014.

Senador Randolfe Rodrigues.

São os seguintes os Requerimentos na íntegra:

REQUERIMENTO Nº 825, DE 2014

**Destaque de disposição para votação para
em separado**

**Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento
Interno, requeiro destaque, para votação em separado, do
art. 35 do PLV nº 15, de 2014.**

Sala das Sessões, em

(À publicação)

REQUERIMENTO Nº 826, DE 2014

Destaque de disposição para
Votação em separado.

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, requero destaque, para votação em separado, do art. 103 ao PLV nº 15, de 2014.

Sala das Sessões, em
(À publicação)



REQUERIMENTO Nº 827, DE 2014

Destaque de Disposição para votação em
separado.

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, requero destaque, para votação em separado, do art. 101 do PLV nº 15, de 2014, oriundo da MP nº 651, de 2014.

Sala das Sessões, em
(À publicação)



REQUERIMENTO Nº 828, DE 2014

Destaque de Disposição para votação em
separado.

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, requero destaque, para votação em separado, do art. 102 do PLV nº 15, de 2014.

Sala das Sessões, em
(À publicação)



O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Para facilitar os trabalhos, eu queria sugerir a V. Exª que nós pudéssemos votar em globo todos os requerimentos, exceto os requerimentos que dizem respeito ao art. 35 e que fazem parte do acordo. Nós votaríamos em globo todos os requerimentos. Posteriormente votaríamos os três requerimentos: o do Senador Aloysio, o do Senador Randolfe e o do Senador José Agripino, que dizem respeito ao art. 35. Então, votaríamos em duas partes os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – A proposta do Senador Romero, que parece consensual, é que nós votemos em globo todos os requerimentos, à exceção dos requerimentos do Senador Aloysio e do Senador Randolfe, que se referem ao art. 35.

Então, nós vamos submeter à votação os outros requerimentos em globo.

Votação do requerimento para votação em globo dos requerimentos de destaque lidos, salvo quanto aos requerimentos referentes ao art. 35 do PLV. **(Requerimento nº 824, de 2014)**

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Rejeitado, melhor dizendo.

Votação dos requerimentos para votação em separado do art. 35 do PLV. **(Requerimentos nºs 823 e 825, de 2014)**

Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira para discutir o requerimento.

Com a palavra V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP. Para discutir. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, nesta legislatura e neste ano, votamos um projeto de lei de conversão da Medida Provisória nº 627, que tratava de tributação de lucros obtidos pelas multinacionais no exterior. Havia inserido nessa MP, fruto de uma emenda, no projeto de lei de conversão artigo que beneficiava os planos de saúde, reduzindo as multas aplicáveis aos planos de saúde, no caso de descumprimento de contratos.

Aqui se fez um grande acordo: “Vamos votar assim, porque, se não, a medida provisória perde eficácia e haverá um prejuízo muito grande para a economia brasileira.” Eu concordei com o acordo. A Presidente Dilma vetou, efetivamente, conforme havia prometido, mas, a partir daquele momento, a partir dos comentários nas redes sociais, nos artigos de imprensa que nos acusaram, a nós, Senadores, de termos, numa votação leviana, facilitado a vida de planos de saúde desleais com seus clientes, assumi comigo mesmo o compromisso de numa mais votar nada que contrariasse a minha consciência e a consciência dos meus eleitores, confiando depois no veto da Presidente da República. Eu quero cumprir. Creio que este é o sentimento geral da Casa: cumprir fielmente os meus deveres de Senador, votando corretamente as matérias, sem esperar que a Presidente Dilma exerça a sua prerrogativa constitucional do veto.

O art. 35, inserido no projeto de lei de conversão, prevê que débitos, por exemplo, de multas aplicadas pelo Tribunal de Contas da União ou condenações por improbidade administrativa possam vir a ser parcelados, inclusive com redução do valor devido.

O que é improbidade administrativa? Improbidade administrativa é o ato de o agente público ou privado enriquecer ou obter vantagem econômica indevida em razão do exercício do cargo. Comete improbidade administrativa todo aquele que cause dano ao patrimônio público, que facilite o enriquecimento de terceiros à custa do dinheiro público, que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições públicas. Isso é improbidade administrativa. E a lei que define o que seja improbidade administrativa comina penas: perda dos bens e dos valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento do dano e pagamento de multa proporcional ao valor do acréscimo patrimonial líquido.

Um exemplo que cito sem mencionar o nome do agente público condenado, uma ação de improbidade que correu perante uma vara da fazenda pública aqui de Brasília. Foi julgado procedente o pedido de condenação por ato de improbidade. Condenou-se ao pagamento de uma multa equivalente a 20 vezes o valor da sua atual remuneração. No caso concreto, o agente público receberia um salário de R\$16 mil e pagaria uma multa de R\$326 mil.

Aprovado esse art. 35 tal como foi inserido na medida provisória, esse agente público, ímprobo, que enriqueceu à custa do Erário, que facilitou enriquecimento de outros, que faltou com seus deveres de lealdade, de probidade, de respeito às leis, teria essa multa facilitada, entraria no Refis. Com isso, o pagamento seria parcelado. Além do parcelamento do valor da multa, essa multa também seria reduzida, e os juros acrescidos a ela também seriam abatidos. Portanto, nós estaríamos facilitando a vida daquele que, no exercício de uma função pública, agrediu o dinheiro de todos, o dinheiro público.

O Senado votará essa matéria no momento em que o tema da corrupção de agentes públicos está na ordem do dia de todos os jornais, de todos os noticiários de televisão, de todos os debates de campanha eleitoral.

Eu vou votar contra e peço aos meus colegas que me acompanhem na rejeição desse artigo. Dirão alguns: “Mas, depois, a medida provisória perde a eficácia.” Não, não perde não, porque volta para a Câmara apenas o exame desse artigo, do art. 35, e a Câmara tem uma semana para se reunir e para deliberar, ainda que seja em sessão extraordinária, para examinar esse único artigo.

Portanto, Srs. Senadores, peço a aprovação desse requerimento e, posteriormente, a votação no mérito, para que possamos rejeitar o art. 35, que é um artigo ímprobo. É um artigo que não pode conviver com a moralidade pública pela qual todos nós devemos zelar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós vamos votar os requerimentos. Requerimentos de destaque para o art. 35, para votação em separado do art. 35 do PLV.

Antes, porém, vou conceder a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem. Nós vamos votar em globo, da forma como foi combinado, não é?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Não. Os requerimentos em globo já foram rejeitados.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Rejeitados. O outro já foi aprovado e agora nós vamos discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós estamos agora discutindo os requerimentos para a votação em separado do art. 35.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Nós somos a favor, Sr. Presidente. Essa é uma matéria pacificada. Todos nós vamos votar a favor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Mas nós concedemos a palavra ao Senador Aloysio, na forma do acordo, e vamos conceder a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Eu só quero registrar que nós votaremos a favor do requerimento, porque foi pactuado aqui, e não haverá nenhum tipo de encaminhamento contrário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Muito bom. Portanto, como disse o Senador Romero, há um acordo para se votar favoravelmente os requerimentos que destacam o art. 35.

Senador Randolfe, consulto V. Ex^a se quer usar da palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Não, Presidente. Eu usarei a palavra no mérito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Então, vamos passar à votação dos requerimentos para votação em separado do art. 35. **(Requerimentos nºs 823 e 825, de 2014)**

As Senadoras e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Aprovados os requerimentos, a matéria destacada será votada oportunamente.

Votação do projeto de lei de conversão que tem, como todos sabem, preferência regimental, nos termos do texto aprovado e encaminhado pela Câmara dos Deputados, sem prejuízo, evidentemente, da matéria destacada.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passa-se agora, portanto, como consequência, à votação do destaque.

Votação do destaque do art. 35 do PLV destacado.

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero aqui reafirmar, e o Senador Pimentel deverá também fazê-lo, a todos os Senadores e Senadoras, inclusive aos autores dos destaques, Senador Aloysio Nunes, Senador José Agripino, Senador Randolfe Rodrigues, que o Governo se comprometeu e se compromete a vetar o art. 35. O art. 107 também, que já foi aprovado, mas diz respeito à questão dos resíduos sólidos. É compromisso do Governo vetar também. Mas agora quero registrar que o Governo vetará o art. 35. Portanto, faço um apelo aos Senadores e Senadoras para que votem “sim”, a favor da manutenção desse artigo, para que essa matéria não volte à Câmara dos Deputados, já que a matéria cai na quarta-feira, e, efetivamente, tenhamos condição de encaminhá-la rapidamente para a sanção.

Por que é importante sancionar rapidamente essa matéria? Porque essa matéria, depois de sancionada, dá quinze dias de prazo para que as empresas possam optar pelo novo Refis. É importante que isso ocorra ainda

dentro do prazo do ano, exatamente pelo princípio da anualidade e da programação financeira das empresas. A posição assumida pelo Governo, que será reafirmada aqui pelo Senador José Pimentel, Líder do Governo, é de que o artigo será vetado.

Portanto, solicito voto “sim” para manter na íntegra a medida provisória e enviá-la, amanhã, para sanção da Presidente da República, que terá os vetos do art. 35 e do art. 107.

É o esclarecimento que eu gostaria de prestar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Wellington Dias, com a palavra V. Ex^a.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco Apoio Governo/PT – PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero afirmar que conversei com o Líder do Governo no Congresso, Senador Pimentel.

Sou levado a concordar com os argumentos usados aqui pelo Senador Aloysio Nunes. Por outro lado, quero dizer, meu querido Senador, que o meu Líder está assumindo esse compromisso do veto da Presidenta. Acho que não é possível, não é razoável que a gente tenha um benefício como esse dado a pessoas que cometeram crime de improbidade, crimes de desvios de toda a natureza, como foi dito aqui. Agora, com esse compromisso do veto, quero dizer que compreendo também as questões do prazo. Por essa razão, votarei confiado no compromisso afirmado pelo meu Líder, do veto pela Presidenta Dilma Rousseff.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Randolfe e Senadora Lúcia Vânia, na sequência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, este art. 35 é um elogio ao malfeito e à improbidade. Ele diz o seguinte: “O previsto no art. 34 estende-se aos débitos de qualquer natureza – estende-se aos débitos de qualquer natureza – perante a Fazenda Nacional, administrados pela Procuradoria-Geral da União”.

Ou seja, de que ele trata? Ele aprova o parcelamento de dívidas, por improbidade, pelo prazo de 15 anos. Na prática, é uma anistia, Senador Aloysio, quase *ad aeternum* por dívidas de improbidade.

Então, é esta a razão pela qual, Sr. Presidente, nós pedimos destaque para esse art. 35, porque esse artigo trata, na verdade, de um elogio ao malfeito, de uma homenagem à improbidade. É uma anistia por 15 anos. É uma anistia por 15 anos. A essa altura, trata-se, na prática, de uma anistia, de um elogio à improbidade.

É inaceitável. Não sei de onde veio a autoria desse artigo. Seja de onde veio a autoria, quis fazer um totem, quis fazer uma elegia, uma homenagem à improbidade e ao malfeito.

Não há por que ela prosperar, não há por que, em bom senso, ela ser aprovada pelo Congresso Nacional. Esta é a razão do nosso destaque e a razão do porquê nós não queremos que ela passe pelo nosso crivo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senadora Lúcia Vânia, com a palavra, V. Ex^a.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria, aqui, de dizer que, por mais meritória que seja esta Medida Provisória, eu concordo inteiramente com o Senador Aloysio Nunes. Uma matéria dessa natureza não pode ser aprovada pelo Congresso Nacional, mesmo com compromisso de veto da Presidência da República. É a imagem da Casa que está em jogo.

Portanto, eu voto a favor da posição do Senador Aloysio Nunes.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente, para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Ricardo Ferraço, com a palavra, V. Ex^a.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, superados os problemas que trouxeram grande parte das preocupações, ou seja, o parcelamento relacionado ou decorrente de improbidade administrativa, e superada a questão relacionada à prorrogação do prazo para a Política Nacional de Resíduos Sólidos, com a afirmação do Líder do Governo nesta Casa, o Senador Pimentel, o questionamento que faço a V. Ex^a é o seguinte: o prazo para a aprovação desta matéria é na próxima quarta-feira; resolvidas essas questões, o que volta para a Câmara é a totalidade da Medida Provisória ou somente as emendas? Qual é o risco, ou seja, de, no limite do prazo, nós não concedermos ao País, e aos arranjos econômicos, essa redução de carga tributária que vai contribuir de maneira efetiva para a ativação da economia brasi-

leira? Porque há uma grande expectativa de diversos setores nessa redução da carga tributária, do Reintegra, e assim por diante. Nós estaríamos diante desse risco?

Esse é o esclarecimento que queria fazer a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – É exatamente o que V. Ex^a coloca, Senador Ricardo Ferraço. É que qualquer alteração de mérito ensejaria a volta da Medida Provisória para a Câmara dos Deputados, e ela precisaria, portanto, ser aprovada no prazo de vigência da Medida Provisória.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Não. Não é só a emenda que volta, é a Medida Provisória inteira?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Tudo. Volta a Medida Provisória como um todo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Se a emenda não for apreciada até quarta-feira, cai a MP por inteiro?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – É. Exatamente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – É isso?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – É isso. É isso. Exatamente isso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, a Câmara deve deliberar sobre a alteração, só sobre o art. 35. É isso. Essa é a informação que é bom que todos nós dominemos. A Câmara vai deliberar apenas sobre um artigo, o art. 35. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Mas ela precisaria deliberar...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – A Câmara tem de trabalhar. As pessoas ganham para trabalhar. Meu Deus do céu! Será que a Câmara não vai poder votar um artigo em uma semana?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – V. Ex^a tem razão. A Câmara precisaria, no prazo, deliberar sobre a Medida Provisória como um todo e sobre a novidade que é essa votação do art. 35...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sim, mas eu ainda... Sr. Presidente, perdoe-me, mas o que vai a votos é a emenda, é o art. 35. A Câmara não votará toda a Medida Provisória. Ela votará apenas um item, esse destaque.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – É. É exatamente com o que V. Ex^a concorda. Vai a voto só a emenda, mas se a Câmara não votar... É isso que o Senador Ferraço perguntou.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sim. Mas admitamos, Sr. Presidente, que, em uma semana, uma Câmara dos Deputados pode votar um artigo tão simples e que é consensual.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Tem razão. Tem razão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Apenas eu não quero pôr a minha impressão digital nesse negócio. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Sem dúvida. V. Ex^a tem razão. Passa-se à votação do art. 35 do PLV, destacado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo encaminha o voto “sim” à manutenção do texto da matéria, para que esse texto não volte à Câmara dos Deputados.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – O Partido dos Trabalhadores e o Bloco encaminham o voto “sim”. E o Líder do Governo no Congresso Nacional, que trata desta matéria tanto na Câmara como no Senado, também encaminha o voto “sim”, com o compromisso de veto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Eunício Oliveira, como vota o PMDB?

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente, diante do compromisso do veto dos arts. 35 e 107, encaminho o voto “sim”, pela manutenção da matéria, tendo em vista que há um compromisso do veto aos dois artigos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senadora Ana Amélia, como vota o PP?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Esse também é o entendimento do Partido Progressista, respeitando muito a posição do Senador Aloysio Nunes Ferreira, mas entendendo que isso criaria um problema da executabilidade, da entrada em vigor desta matéria tão importante que trata da competitividade da economia brasileira. Então, votamos “sim”, conforme acordado pelo Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Aloysio Nunes Ferreira

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, entendendo que a Câmara dos Deputados não terá nenhuma dificuldade em se pronunciar sobre um único e singelo artigo na próxima semana, o artigo que compromete – e gravemente, no meu entender – a imagem desta Casa, eu me mantenho na posição da rejeição deste artigo, portanto votando “não”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Roberto Requião.

Na sequência, temos inscritos o Senador Rollemberg, o Senador José Agripino...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco Maioria/PMDB – PR) – Presidente, a Câmara dos Deputados já incluiu os artigos que perpetuam o sistema de lixões no Brasil. É evidente que, se esta matéria vier a voltar para a Câmara, a Câmara vai reafirmar a barbaridade.

Portanto, embora concordando com o Senador Aloysio em tese, objetivamente, eu voto pela rejeição do destaque, para que não volte à Câmara esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (PROS – TO) – Sr. Presidente, o PROS vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O PROS vota “não”.

Senador Rodrigo Rollemberg

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, nós vamos encaminhar “sim”, porque nós queremos manifestar a nossa posição radicalmente contrária ao art. 35, confiando no acordo feito aqui, de que a Presidente vetará este artigo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Com os cumprimentos de todos nós, pela brilhante eleição aqui no Distrito Federal.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Presidente, eu sou subscritor da emenda e, evidentemente, que eu acompanho a posição que já tornei pública.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, para encaminhar pelo Bloco União e Força. Nós encaminhamos o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O Bloco União e Força encaminha o voto “sim”.

Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente, a orientação do voto do PSD é “sim”.

Quero aproveitar para registrar aqui a presença do Senador Gladson Cameli, recém-eleito. É o Senador mais jovem da história do Senado. Quero parabenizar Gladson Cameli.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós cumprimentamos V. Exª pela grande vitória. Parabéns!

Em votação o art. 35.

Os Srs. Senadores e as Sras Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Na forma do Regimento, nós atendemos à verificação pedida pelo Senador Aloysio, pelo Senador José Agripino, pelo Senador Ataídes, pelo Senador Flexa, pelo Senador Cícero e por outras Sras e Srs. Senadores.

Peço à Secretaria-Geral da Mesa que, por favor, prepare o painel.

(Procede-se à votação.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo encaminha o voto “sim”, para manter o texto e aprovar a Medida Provisória, levando à sanção essa importante matéria para a economia brasileira. O voto é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Os Senadores...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Minoria/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o PSDB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O PSDB vota “não”.

Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores vota “sim”, para manter o texto, para que vá à sanção, e com o veto do art. 35, que é objeto do destaque.

Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB – CE) – Sr. Presidente, o PMDB discorda do art. 35 e do art. 107. Mas, tendo em vista o compromisso assumido aqui pelo Líder do Governo e pelo Líder do Congresso, vou encaminhar o voto para a manutenção do texto originário, para que não volte para a Câmara e para que o Brasil possa avançar nessa questão da desoneração tributária.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoridade/DEM – RN) – O Democratas vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O Democratas vota “não”.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – O PP vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senadora Ana Amélia. O PP vota “sim”. Peço aos Senadores que estão em outras dependências da Casa que venham ao plenário. Estamos realizando uma votação nominal. Estamos apreciando um requerimento de destaque do art. 35 do PLV.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS. Sem revisão da oradora.) – Presidente, aproveitando o quórum, existe o PLC 34. Gostaria de saber se está na pauta, porque é importante, determina os casos em que as forças estrangeiras possam transitar pelo Território nacional ou nele permanecer temporariamente.

Esse PLC, a relatoria na CRE é do Senador Ricardo Ferraço. Se puder entrar em votação, seria importante.

Da mesma forma, o Parecer nº 640, da indicação da Srª Maria Helena Mallmann para o Tribunal Superior do Trabalho, que já está criando um problema lá na sucessão do Tribunal. E eu gostaria então de, se possível, aproveitar o quórum hoje, quarta-feira, para votarmos também essa matéria.

E, por fim, o Decreto Legislativo nº 151, que trata do... Veda o pagamento de ajuda de custo dos membros do Congresso Nacional em caso de reeleição.

Obrigada.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, Sr. Presidente.

Presidente Renan.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM. Sem revisão da oradora.) – Como V. Exª, quero aproveitar para cumprimentar – já o fiz com os demais Senadores – o Senador Rodrigo, que agora está voltando ao plenário. Quero cumprimentá-lo pela eleição e desejar-lhe que faça um belo trabalho aqui no Distrito Federal, que, afinal de contas, é a cidade onde vivemos também, Sr. Presidente.

Ouvi os pronunciamentos acerca desta medida provisória, da possibilidade de veto da Presidenta Dilma não apenas à questão da anistia, com a qual concordo plenamente, mas também ao art. 54, que trata da ampliação do prazo para o cumprimento da lei por parte dos Municípios, das prefeituras, que obriga todos eles a fazerem os seus aterros sanitários, a substituírem os lixões por aterros sanitários.

Creio, Sr. Presidente, que o que não podemos é ficar na situação atual. Nós, daqui a alguns dias, possivelmente na semana que vem, votaremos o relatório de uma comissão especial presidida pelo Senador Cícero Lucena – eu estava procurando V. Exª aqui em sua bancada, Senador Cícero. Essa é uma questão sobre a qual vamos ter que nos pronunciar. O prazo acabou, mas os prefeitos solicitaram, através de suas entidades, da Frente dos Prefeitos do Brasil e de várias outras, que fosse prorrogado. O Poder Executivo não o fez, mas a Câmara dos Deputados tomou essa iniciativa, atendendo, repito, à reivindicação dos Municípios.

Obviamente que somente prorrogar o prazo sem dar condições efetivas aos Municípios não resolve absolutamente nada.

Mas também não resolve, Sr. Presidente, revogar, manter a lei que não foi cumprida e fazer de conta que está tudo bem.

Então, quero dizer o seguinte, Senador Cícero: temos uma grande responsabilidade. A decisão de vetar ou não é da Presidenta Dilma. Eu, por mim, não vetaria, apenas colocaria os instrumentos à disposição dos prefeitos para viabilizar o que determina a legislação aprovada por nós, mas a decisão cabe à Presidenta da República.

De toda sorte, creio que o mais importante é que seja garantido aos Municípios o acesso aos recursos, para que possam viabilizar uma questão que é importante não só para o meio ambiente, mas é fundamental, é importante, para a saúde pública brasileira.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. Sem revisão do orador.) – Presidente Renan, queria aproveitar este momento porque sei que a partir de amanhã muitos Senadores retornarão a seus Estados.

Conversamos com V. Ex^a ontem e hoje, e V. Ex^a aponta na linha de que o projeto de renegociação das dívidas poderá ser votado terça-feira na comissão e quarta no plenário. Queria saber de V. Ex^a se isso está confirmado para que façamos um chamamento, inclusive aos governadores, para que estejam aqui na semana que vem, para que possamos, então, permitir que essa dívida seja renegociada via novo indexador.

Agradeço também a V. Ex^a por ter apontado a possibilidade desse grande entendimento que interessa a todos os Estados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Quero comunicar ao Plenário, em função da oportunidade que o Senador Paulo Paim nos concede, que na quarta-feira da próxima semana nós incluiremos, como item primeiro da pauta, a troca do indexador da dívida dos Estados.

Senador Luiz Henrique, Senadora Ana Amélia, Senador Pedro Simon, Srs. Líderes, Srs. Senadores, nós assumimos este compromisso com o Governo, com a área econômica do Governo: que logo após o segundo turno das eleições nós votaríamos a troca do indexador.

Então, para que nós todos, de uma vez só, possamos nos desincumbir da atribuição que assumimos, essa votação já está marcada, apazada, para quarta-feira.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a e quero salientar que, durante a campanha eleitoral do primeiro turno, a Presidenta Dilma Rousseff, em entrevista à Rede Brasil Sul de Comunicações, a famosa RBS, deixou claro que ela concordava plenamente que essa matéria fosse votada no mês de novembro.

Eu não tenho dúvidas, e quero fazer um apelo a todos os Senadores para que, na semana que vem, aprovemos definitivamente essa matéria, de acordo com o texto aprovado pela Câmara, que já veio.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós é que agradecemos aos senhores.

Nós vamos, também na quarta-feira, receber as honrosas visitas do Governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro; do Governador de Alagoas, Teotônio Vilela; do Prefeito do Município de São Paulo, Fernando Haddad; do Governador do Rio de Janeiro; e do Prefeito do Município do Rio de Janeiro. Vamos, com os Líderes e com os Senadores, conversar um pouco a respeito da apreciação dessa matéria, que é muito importante para os Estados brasileiros.

Como todos sabem, os Estados brasileiros estão submetidos ao pagamento do IGP-DI mais 6% a 9% e não tem sentido, absolutamente nenhum sentido, que os Estados, alguns muito pobres, continuem remunerando o Tesouro Nacional dessa forma.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente, aproveite e convide o Governador do Acre também.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – E o Governador do Acre.

Senador Waldemir Moka.

Obrigado, Senador Paim.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS. Sem revisão do orador.) – Senador Renan, duas coisas.

Primeiro: saudar a votação relativa à dívida, ao indexador da dívida. Realmente, não há como continuar com isso, é uma sangria nos Estados essa questão. Mato Grosso do Sul foi, talvez, um dos primeiros, mas o nosso juro é de 15%. É um negócio que não tem mais sentido!

Mas a minha fala aqui, Sr. Presidente, é para dizer que, numa outra oportunidade, nós já votamos aqui com o compromisso do Executivo, no caso a Presidente Dilma, de vetar, mas a cobertura que se dá a essa matéria, meu caro Romero Jucá, é sempre no sentido de que o Senado é relapso, de que somos relapsos, porque, na verdade, vamos ter de aprovar essas duas emendas – com as quais eu não concordo, nem o Líder. Mas nós não temos outra maneira de resolver o assunto: ou nós votamos isso ou vamos perder tudo aquilo que é tratado pela medida provisória.

E aí nós vamos prejudicar vários segmentos importantes contemplados pela medida provisória.

Mas eu quero registrar, porque, da outra vez, Senador Romero Jucá, ficou a impressão de que nós deixamos passar, de que nós não tivemos cuidado com essa questão. E aí ficou o Executivo como o herói que vetou o artigo. Então, vamos deixar claro: isso está sendo votado num acordo em que o Governo se compromete a vetar esses dois artigos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – E eu votei “sim”, acompanhando a Liderança do meu Partido, mas fiz questão de registrar a minha posição.

Pois não, Senador.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Senador Moka, apenas para registrar, primeiro, que a questão foi levantada pelo Parlamento. Foram Senadores e Senadoras que levantaram essa questão e que levaram o caso ao Governo para que o Governo definisse o veto. Portanto, o mérito do veto, a definição política do veto foi dada por esta Casa.

Segunda questão: nós temos que cobrar da Câmara dos Deputados que vote a emenda constitucional que redefine os prazos de tramitação das medidas provisórias, exatamente para não ficarmos sempre na marca do pênalti, como nós temos ficado aqui.

V. Exª tem toda a razão, mas essa medida provisória, sem dúvida nenhuma, é tão relevante para o Brasil que, mais uma vez, o Senado se curva à questão dos prazos e marca uma posição. Apesar de marcar a posição do veto, o Senado aprova a matéria, porque é importante para a economia brasileira.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu entendo, Senador Romero Jucá, e sei do esforço que V. Exª fez para aprovar a medida. E todos nós estamos votando confiando na palavra de V. Exª e do Senador Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

Senador Odacir Soares.

Há um pedido do Senador Odacir Soares – eu queria compartilhá-lo com o Plenário – para que nós façamos uma votação nominal, que é a indicação de um nome para o Tribunal Superior do Trabalho.

O SR. ODACIR SOARES (Bloco Maioria/PP – RO) – Da Ministra Maria Helena Mallmann para o TST.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Se houver a concordância do Plenário, nós a realizaremos rapidamente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Eu consultaria a Mesa para saber se o TST também é considerado Tribunal Superior e se, portanto, existe a necessidade do quórum de 41 votos “sim”. Se houver, eu entendo que este é um quórum baixo para apreciar a indicação de uma autoridade como o Ministro de Tribunal Superior, que tem que ter 41 votos “sim”. Eu queria fazer essa ponderação exatamente para que não haja risco ao nome da autoridade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Por isso a necessidade da concordância do Plenário.

Talvez, Senador Odacir, seja mais recomendável nós deixarmos essa apreciação para a próxima semana, quando, com certeza, nós teremos um quórum diferenciado.

O SR. ODACIR SOARES (Bloco Maioria/PP – RO) – V. Exª tem razão, Presidente, eu concordo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Agradecemos a V. Exª.

Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Se V. Exª puder aguardar mais um minutinho...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Aguardaremos, aguardaremos.

O Senador Casildo Maldaner está chegando. Nós estamos aguardando que S. Exª vote para encerrarmos a votação e proclamarmos o resultado.

Senador Benedito de Lira.

Enquanto os Srs. Senadores votam, eu queria rapidamente comunicar a publicação do *Boletim Administrativo do Senado Federal* com ato da Comissão Diretora, o Ato nº 13, que dispõe sobre a ocupação dos gabinetes parlamentares e dos membros titulares da Comissão Diretora para a 55ª Legislatura. Esse boletim já foi publicado e nós o mandaremos para todos os gabinetes dos Srs. Senadores e das Sras Senadoras.

Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

Senador Casildo Maldaner, Senador Wellington Dias, Senadora Gleisi.

Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

VOTAÇÃO NOMINAL

Senado Federal
54ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

ART.35 DO PROJ. DE LEI DE CONVERSÃO Nº15 DE 2014(VERIFICAÇÃO)

Num.Sessão: **1**
 Data Sessão: **29/10/2014**

Num.Votação: **1**
 Hora Sessão: **14:00**

Abertura: **29/10/14 18:10**
 Encerramento: **29/10/14 18:30**

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	SIM
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	SIM
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	NÃO
PP	RS	ANA AMÉLIA	SIM
PT	ES	ANA RITA	SIM
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	SIM
PT	AC	ANIBAL DINIZ	SIM
Bloco-PSDB	MG	ANTONIO AURELIANO	NÃO
PR	SP	ANTONIO CARLOS RODRIGUES	SIM
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PROS	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	NÃO
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	SIM
PR	MT	BLAIRO MAGGI	SIM
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	SIM
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	NÃO
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	NÃO
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	NÃO
Bloco-PTB	PE	DOUGLAS CINTRA	SIM
PT	SP	EDUARDO SUPICY	SIM
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	SIM
DEM	GO	FLEURY	NÃO
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	NÃO
PT	PR	GLEISI HOFFMANN	SIM
PT	PE	HUMBERTO COSTA	SIM
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM
PMDB	RN	IVONETE DANTAS	SIM
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	NÃO
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	SIM
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	SIM
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	NÃO
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	SIM
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	SIM
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	NÃO
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	SIM
PR	ES	MAGNO MALTA	SIM
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	NÃO
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM
Bloco-PCdoB	RO	ODACIR SOARES	SIM
PSDB	SC	PAULO BAUER	NÃO
PV	RN	PAULO DAVIM	SIM
PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
PDT	MT	PEDRO TAQUES	SIM
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	SIM
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	SIM
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	SIM
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	ABST.
PMDB	RR	ROMERO JUCA	SIM
PSDB	MS	RUBEN FIGUEIRÓ	NÃO
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	SIM
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
PCdoB	AM	VANESSA CRAZZIOTIN	SIM
SD	TO	VICENTINHO ALVES	SIM

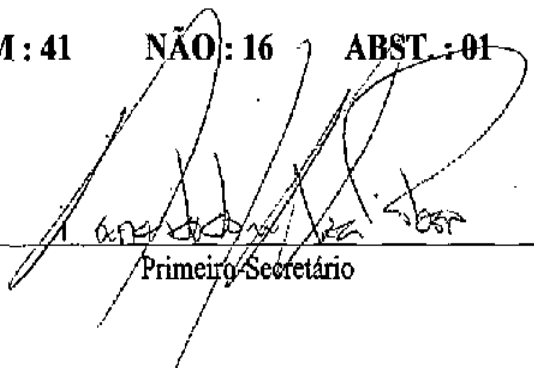
ART.35 DO PROJ. DE LEI DE CONVERSÃO Nº15 DE 2014(VERIFICAÇÃO)

Num.Sessão: 1 Num.Votação: 1 Abertura: 29/10/14 18:10
Data Sessão: 29/10/2014 Hora Sessão: 14:00 Encerramento: 29/10/14 18:30

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	SIM
PT	BA	WALTER PINHEIRO	NÃO
PT	PI	WELLINGTON DIAS	SIM
PSDB	PR	WILSON MATOS	NÃO

Presidente: RENAN CALHEIROS

SIM : 41 NÃO : 16 ABST. : 01 PRESIDENTE : 1 TOTAL : 59


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) –SIM 41; NÃO, 16.

Uma abstenção.

Está, portanto, aprovado o art. 35 do Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2014.

Nós vamos, agora, votar a emenda de redação, apresentada pelo Relator revisor, Senador Walter Pinheiro, que acrescenta apenas uma vírgula.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Aprovado o projeto de lei de conversão, com emenda de redação.

Ficam prejudicadas a medida provisória e as demais emendas a ela apresentada.

A Presidência determina que seja corrigido nos autógrafos o conteúdo da emenda de redação aprovada.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto de lei de conversão encaminhado à sanção:

Dispõe sobre os fundos de índice de renda fixa, sobre a responsabilidade tributária na integralização de cotas de fundos ou clubes de investimento por meio da entrega de ativos financeiros, sobre a tributação das operações de empréstimos de ativos financeiros e sobre a isenção de imposto sobre a renda na alienação de ações de empresas pequenas e médias; prorroga o prazo de que trata a Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011; altera as Leis nºs 10.179, de 6 de fevereiro de 2001, 12.431, de 24 de junho de 2011, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 12.996, de 18 de junho de 2014, 11.941, de 27 de maio de 2009, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 11.977, de 7 de julho de 2009, 12.409, de 25 de maio de 2011, 5.895, de 19 de junho de 1973, 11.948, de 16 de junho de 2009, 12.380, de 10 de janeiro de 2011, 12.087, de 11 de novembro de 2009, 12.712, de 30 de agosto de 2012, 12.096, de 24 de novembro de 2009, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 11.488, de 15 de junho de 2007, 6.830, de 22 de setembro de 1980, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.147, de 21 de dezembro de 2000, 12.860, de 11 de setembro de 2013, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 12.598, de 21 de março de 2012, 12.715, de 17 de setembro de 2012, 11.371, de 28 de novembro de 2006, 9.481, de 13 de agosto de 1997, 12.688, de 18 de julho de 2012, 12.101, de 27 de novembro de 2009, 11.438, de 29 de dezembro de 2006, 11.478, de 29 de maio de 2007, 12.973, de 13 de maio de 2014, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 9.782, de 26 de janeiro de 1999, 11.972, de 6 de julho de 2009, 5.991, de 17 de dezembro de 1973, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 11.775, de 17 de setembro de 2008, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e 10.865,

de 30 de abril de 2004, e o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 1.569, de 8 de agosto de 1977, das Leis nºs 5.010, de 30 de maio de 1966, e 8.666, de 21 de junho de 1993, da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977; e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I **DA LEGISLAÇÃO FISCAL E FINANCEIRA**

Seção I

Da Responsabilidade Tributária na Integralização de Cotas de Fundos ou Clubes de Investimento por meio da Entrega de Ativos Financeiros

Art. 1º Na integralização de cotas de fundos ou clubes de investimento por meio da entrega de ativos financeiros, fica o administrador que receber os ativos a serem integralizados responsável pela cobrança e recolhimento do imposto sobre a renda devido sobre o ganho de capital, observado o disposto no item I da alínea *b* do inciso I do **caput** do art. 70 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

§ 1º Em relação aos ativos financeiros sujeitos a retenção do imposto sobre a renda na fonte, a responsabilidade pelo recolhimento do imposto será da instituição ou entidade que faça o pagamento ao beneficiário final, ainda que não seja a fonte pagadora inicial.

§ 2º Cabe ao investidor que integralizar cotas de fundos e clubes de investimento com ativos financeiros a responsabilidade de comprovar o custo de aquisição dos ativos, bem como o valor de mercado pelo qual será realizada a integralização.

§ 3º Cabe ao investidor disponibilizar previamente ao responsável tributário os recursos necessários para o recolhimento do imposto sobre a renda devido nos termos deste artigo e do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF, quando aplicável.

§ 4º A comprovação do que dispõe o § 2º será feita por meio da disponibilização ao responsável tributário de nota de corretagem de aquisição, de

boletim de subscrição, de instrumento de compra, venda ou doação, de declaração do imposto sobre a renda do investidor, ou de declaração do custo médio de aquisição, conforme instrução da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 5º O investidor é responsável pela veracidade, integridade e completude das informações prestadas e constantes dos documentos mencionados no § 4º.

§ 6º O custo de aquisição ou o valor da aplicação financeira não comprovado será considerado igual a 0 (zero), para fins de cômputo da base de cálculo do imposto sobre a renda devido sobre o ganho de capital.

§ 7º É vedada a integralização de cotas de fundos ou de clubes de investimento por meio da entrega de ativos financeiros que não estejam registrados em sistema de registro ou depositados em depositário central autorizado pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários.

§ 8º Não se aplica o disposto neste artigo à integralização de cotas de fundos ou clubes de investimento por meio da entrega de imóveis, hipótese em que cabe ao cotista o recolhimento do imposto sobre a renda, na forma prevista na legislação específica.

Seção II

Dos Fundos de Índice de Renda Fixa e das Emissões de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional

Art. 2º Os rendimentos e ganhos de capital auferidos por cotistas de fundos de investimento cujas cotas sejam admitidas à negociação no mercado secundário administrado por bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado, cujas carteiras sejam compostas por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade de índices de renda fixa (Fundos de Índice de Renda Fixa) e cujos regulamentos determinem que suas carteiras sejam compostas, no mínimo, por 75% (setenta e cinco por cento) de ativos financeiros que integrem o índice de renda fixa de referência, sujeitam-se ao imposto sobre a renda às seguintes alíquotas:

I - 25% (vinte e cinco por cento), no caso de Fundos de Índice de Renda Fixa cuja carteira de ativos financeiros apresente prazo médio de repactuação igual ou inferior a 180 (cento e oitenta) dias;

II - 20% (vinte por cento), no caso de Fundos de Índice de Renda Fixa cuja carteira de ativos financeiros apresente prazo médio de repactuação superior a cento e oitenta dias e igual ou inferior a 720 (setecentos e vinte) dias; e

III - 15% (quinze por cento), no caso de Fundos de Índice de Renda Fixa cuja carteira de ativos financeiros apresente prazo médio de repactuação superior a 720 (setecentos e vinte) dias.

§ 1º Os Fundos de Índice de Renda Fixa que descumprirem o percentual mínimo de composição definido no **caput** ficarão sujeitos à incidência do imposto sobre a renda à alíquota de 30% (trinta por cento) durante o prazo do descumprimento.

§ 2º No caso de alteração do prazo médio de repactuação da carteira dos Fundos de Índice de Renda Fixa que implique modificação de seu enquadramento para fins de determinação do regime tributário, será aplicada a alíquota correspondente ao prazo médio de repactuação do Fundo até o dia imediatamente anterior ao da alteração da condição, sujeitando-se os rendimentos auferidos a partir de então à alíquota correspondente ao novo prazo médio de repactuação.

§ 3º É obrigatório o registro das cotas dos Fundos de Índice de Renda Fixa em depositária central de ativos autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ou pelo Banco Central do Brasil.

§ 4º O imposto sobre a renda de que trata este artigo incidirá na fonte e exclusivamente por ocasião do resgate ou da alienação das cotas ou da distribuição de rendimentos.

§ 5º A periodicidade e a metodologia de cálculo do prazo médio de repactuação a que se refere este artigo serão estabelecidas em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 6º Ficam isentos de imposto sobre a renda os rendimentos, inclusive ganhos de capital, pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, exceto em país com tributação favorecida, nos termos do art. 24 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, produzidos por cotas de Fundo de Índice de Renda Fixa cujo regulamento determine que sua carteira de ativos financeiros apresente prazo de repactuação superior a 720 (setecentos e vinte) dias.

Art. 3º A base de cálculo do imposto sobre a renda incidente sobre os rendimentos e ganhos auferidos por cotistas de Fundo de Índice de Renda Fixa será:

I - no resgate de cotas, a diferença entre o valor da cota efetivamente utilizado para resgate, conforme condições estipuladas no regulamento do Fundo, e o valor de integralização ou de aquisição da cota no mercado secundário, excluídos o valor do IOF e o dos custos e despesas incorridos, necessários à realização das operações;

II - na alienação de cotas em mercado secundário, a diferença entre o valor da alienação e o valor de integralização ou de aquisição da cota no mercado secundário, excluídos o valor do IOF e o dos custos e despesas incorridos, necessários à realização das operações; e

III - na distribuição de qualquer valor, o valor distribuído.

Art. 4º São responsáveis pelo recolhimento do imposto sobre a renda devido:

I - na alienação de cotas em mercado secundário, a instituição ou entidade que faça o pagamento dos rendimentos ou ganhos ao beneficiário final, ainda que não seja a fonte pagadora original; e

II - no resgate de cotas e na distribuição de qualquer valor, o administrador do fundo.

§ 1º A bolsa de valores ou a entidade de balcão organizado na qual as cotas do Fundo de Índice de Renda Fixa sejam negociadas deverá enviar à instituição ou entidade a que se refere o inciso I do **caput** as informações sobre o custo de aquisição dos ativos para a apuração da base de cálculo do imposto sobre a renda devido pelo investidor, caso a aquisição do ativo tenha sido realizada por intermédio dessa instituição ou entidade e ela não disponha das referidas informações.

§ 2º Nos casos em que a alienação das cotas seja realizada por intermédio de instituição ou entidade diferente da que foi utilizada para aquisição do ativo, o investidor poderá autorizar, expressamente, a bolsa de valores ou a entidade de balcão organizado na qual as cotas do Fundo de Índice de Renda Fixa sejam negociadas a enviar as informações sobre o custo de aquisição dos ativos para apuração da base de cálculo do imposto devido pelo investidor aos responsáveis tributários referidos no **caput**.

§ 3º Nas negociações de cotas no mercado secundário que não tenham sido realizadas em bolsas de valores ou em balcão organizado, ou no resgate de cotas, caberá ao investidor fornecer aos responsáveis tributários referidos no **caput** a data de realização do negócio, a quantidade e o custo dos ativos negociados e outras informações que se façam necessárias para apuração da base de cálculo do imposto sobre a renda devido, cuja comprovação será feita por meio de nota de corretagem de aquisição, de boletim de subscrição, de instrumento de compra, venda ou doação, de declaração do imposto sobre a renda do investidor ou de declaração do custo médio de aquisição, conforme modelo a ser disponibilizado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 4º A falta da autorização de que trata o § 2º ou a falta de comprovação do custo de aquisição ou do valor da aplicação financeira a que se refere o § 3º implicam considerar o custo de aquisição ou o valor da aplicação financeira igual a 0 (zero), para fins de cômputo da base de cálculo do imposto sobre a renda devido.

§ 5º O investidor é responsável pela veracidade, integridade e completude das informações prestadas.

§ 6º O recolhimento do imposto sobre a renda deverá ser efetuado com observância do disposto no item I da alínea b do inciso I do **caput** do art. 70 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

Art. 5º A Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º.....

.....
X - realizar operações, definidas em lei, com autarquia, fundação, empresa pública ou sociedade de economia mista, integrantes

da administração pública federal, a critério do Ministro de Estado da Fazenda; e

XI - realizar operações relacionadas ao Programa de Financiamento às Exportações - PROEX, instituído pela Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001.

..... ”(NR)

“Art. 3º.....

I - oferta pública, com a realização de leilões, nas hipóteses dos incisos I e VII do **caput** do art. 1º;

II - oferta pública para pessoas físicas, na hipótese do inciso I do **caput** do art. 1º;

III - direta, com interessado específico e a critério do Ministro de Estado da Fazenda, nas hipóteses dos incisos VI e VII do **caput** do art. 1º;

IV - direta, com interessado específico e a critério do Ministro de Estado da Fazenda, com colocação ao par, na hipótese do inciso II do **caput** do art. 1º;

V - direta, sem contrapartida financeira, a critério do Ministro de Estado da Fazenda, não podendo ser colocados por valor inferior ao par, na hipótese do inciso XI do **caput** do art. 1º;

VI - direta, sem contrapartida financeira, a critério do Ministro de Estado da Fazenda, nas hipóteses dos incisos VIII e IX do **caput** do art. 1º;

VII - direta, a critério do Ministro de Estado da Fazenda, com colocação nas condições definidas na lei a que se refere o inciso X do **caput** do art. 1º, na hipótese do mesmo inciso; e

VIII - direta, com contrapartida financeira, em favor de Fundo de Índice com cotas negociadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários, em decorrência de contrato celebrado entre a União, por intermédio da Secretaria do Tesouro Nacional, e o Gestor, na hipótese do inciso I do **caput** do art. 1º.

.....

§ 2º Os títulos a que se refere o inciso XI do **caput** do art. 1º poderão ser emitidos com prazo inferior ao do financiamento a ser equalizado, observada a equivalência econômica da operação.

§ 3º As emissões anteriores em favor de interessado específico, previstas no inciso XI do **caput** do art. 1º, poderão, desde que haja prévia anuência do interessado e a critério do Ministro de Estado da Fazenda, ser canceladas, emitindo-se, em substituição, títulos com as características do disposto no § 2º.

.....
§ 5º O contrato a que se refere o inciso VIII do **caput** deverá resultar de processo seletivo conduzido pela Secretaria do Tesouro Nacional, com o objetivo de apontar o Gestor de Fundos de Índice em referência.

§ 6º No processo seletivo a que se refere o § 5º, o Gestor de Fundos de Índice em referência deverá indicar instituição para exercer a função de Administrador, caso ele próprio não exerça essa função.”(NR)

“Art. 3º-A O processo seletivo a que se refere o § 5º do art. 3º desta Lei será realizado na modalidade convite, de acordo com os critérios, condições e prazos a serem estabelecidos em ato do Poder Executivo, e observará o seguinte rito:

I - realização de etapa técnica e etapa comercial, pontuadas de acordo com os pesos definidos no ato do Poder Executivo a que se refere o **caput**, observadas, no mínimo, as seguintes condições:

a) na etapa técnica, as instituições deverão demonstrar capacitação técnica e a estratégia de colocação e desenvolvimento do Fundo de Índice, nos moldes definidos no ato do Poder Executivo a que se refere o **caput**; e

b) na etapa comercial, as instituições deverão apresentar uma única proposta, nos moldes definidos no ato do Poder Executivo a que se refere o **caput**;

II - será desclassificada do processo seletivo a instituição que apresentar mais de uma ou nenhuma proposta técnica ou mais de uma ou nenhuma proposta comercial;

III - em caso de empate entre os 2 (dois) primeiros colocados, será considerada vencedora aquela que obtiver maior nota na etapa técnica;

IV - encerradas as etapas técnica e comercial e ordenadas as propostas, serão avaliados os documentos de habilitação da instituição que apresentou a melhor proposta, para verificação das condições fixadas no ato do Poder Executivo a que se refere o **caput**; e

V - se a instituição classificada em primeiro lugar desatender às exigências habilitatórias, serão examinados os documentos de habilitação da segunda classificada e, sucessivamente, caso haja tal necessidade, das demais instituições, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda às condições fixadas no ato do Poder Executivo a que se refere o **caput**, sendo a instituição declarada vencedora.

§ 1º A modalidade disposta no **caput** observará o número mínimo de 3 (três) convidados, escolhidos dentre os interessados no

ramo pertinente ao seu objeto, com disponibilização do instrumento convocatório do processo seletivo no sítio eletrônico do Tesouro Nacional na internet com antecedência de, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas da apresentação das propostas.

§ 2º O convite será estendido àqueles que manifestarem seu interesse por meio da apresentação de propostas no prazo definido no ato do Poder Executivo a que se refere o **caput**.”

Seção III

Da Tributação nas Operações de Empréstimo de Ações e Outros Títulos e Valores Mobiliários

Art. 6º A remuneração auferida pelo prestador nas operações de empréstimo de ações de emissão de companhias abertas realizadas em entidades autorizadas a prestar serviços de compensação e liquidação de operações com valores mobiliários será tributada pelo imposto sobre a renda de acordo com as regras estabelecidas para aplicação de renda fixa às alíquotas previstas no art. 1º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004.

§ 1º No caso de pessoa jurídica tributada com base no lucro real, a remuneração de que trata o **caput** será reconhecida pelo prestador ou pelo tomador como receita ou despesa, conforme o caso, segundo o regime de competência, sem prejuízo do imposto de que trata o **caput**, considerado como antecipação do devido.

§ 2º Quando a remuneração for fixada em percentual sobre o valor das ações objeto do empréstimo, as receitas ou despesas terão por base de cálculo o preço médio da ação verificado no mercado à vista da bolsa de valores em que as ações estiverem admitidas à negociação no dia útil anterior à data de concessão do empréstimo ou no dia útil anterior à data do vencimento da operação, conforme previsto no contrato.

§ 3º Fica responsável pela retenção e recolhimento do imposto de que trata este artigo a entidade autorizada a prestar serviços de compensação e liquidação de operações com valores mobiliários.

Art. 7º O valor, integral ou parcial, reembolsado ao prestador pelo tomador, decorrente dos proventos distribuídos pela companhia emissora das ações durante o decurso do contrato de empréstimo, é isento do imposto sobre a renda retido na fonte para o prestador, pessoa física ou jurídica, domiciliado no País ou no exterior.

§ 1º O valor do reembolso de que trata este artigo será:

I - integral em relação aos proventos correspondentes às ações tomadas em empréstimo, caso ocorra o reembolso em decorrência do pagamento de valor equivalente:

a) aos dividendos, em qualquer hipótese; e

b) aos juros sobre o capital próprio - JCP, quando o prestador não for sujeito à retenção do imposto sobre a renda de que trata o § 2º do art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, por ser entidade imune, fundo ou clube de investimento, ou entidade de previdência complementar, sociedade seguradora e Fundo de Aposentadoria Programada Individual - FAPI, no caso de aplicações dos recursos de que trata o art. 5º da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004; ou

II - parcial em relação ao JCP correspondente às ações tomadas em empréstimo, deduzido o valor equivalente ao imposto sobre a renda na fonte que seria retido e recolhido pela companhia em nome do prestador na hipótese de o prestador não ter colocado suas ações para empréstimo nas entidades de que trata o **caput** do art. 6º.

§ 2º No caso de tomador pessoa jurídica tributada com base no lucro real, presumido ou arbitrado, o valor do imposto sobre a renda a que se refere o inciso II do § 1º não poderá ser compensado como antecipação do devido na apuração do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ.

§ 3º No caso de prestador pessoa jurídica, o valor do reembolso a que se refere o inciso II do § 1º deverá ser incluído na apuração da base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, adicionado do valor correspondente ao imposto sobre a renda retido pela fonte pagadora do JCP em nome do tomador.

§ 4º O valor correspondente ao imposto sobre a renda que foi adicionado na forma do § 3º poderá ser compensado como antecipação do devido na apuração do IRPJ devido pelo prestador pessoa jurídica, ainda que não tenha sido retido em seu nome.

§ 5º Na hipótese de alienação das ações pela pessoa jurídica tomadora, não se aplicará a isenção prevista no **caput**, ficando a entidade referida no art. 6º responsável pela retenção e recolhimento do imposto sobre a renda correspondente ao JCP que seria devido caso não houvesse alienado as ações.

§ 6º O valor correspondente ao JCP reembolsado ao prestador poderá ser dedutível na apuração do IRPJ, no caso de tomador pessoa jurídica tributada com base no lucro real.

Art. 8º Será devido pelo tomador o imposto sobre a renda à alíquota de 15% (quinze por cento) incidente sobre o valor correspondente ao JCP distribuído pela companhia emissora do papel objeto do empréstimo em ambientes de que trata o art. 6º, na hipótese de operação de empréstimo de ações que tenha como parte prestadora pessoa física ou jurídica sujeita ao imposto sobre a renda, e como parte tomadora:

I - fundo ou clube de investimento; ou

II - no caso de aplicações dos recursos de que trata o art. 5º da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004:

- a) entidade de previdência complementar;
- b) sociedade seguradora; ou
- c) Fapi.

§ 1º Para fins do disposto no **caput**, a base de cálculo do imposto a ser recolhido é o valor correspondente ao montante originalmente distribuído pela companhia, a título de JCP, em relação ao saldo das ações emprestadas ao tomador mantidas em custódia em sua titularidade acrescido do saldo de ações emprestadas a terceiros.

§ 2º Cabe ao administrador do fundo ou clube de investimento ou entidade responsável pela aplicação dos recursos de que trata o art. 5º da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, efetuar o recolhimento do imposto sobre a renda à alíquota de 15% (quinze por cento) prevista no **caput**.

§ 3º Para a hipótese de tomador previsto no **caput** que, na data do pagamento do JCP pela companhia emissora, seja também titular de ações não tomadas por meio de empréstimo ou também tenha emprestado ações, a base de cálculo para o imposto sobre a renda será o valor bruto do JCP pago por ação, multiplicado pelo somatório do saldo de ações de sua titularidade e do saldo de ações que o tomador tenha emprestado a terceiros, observando-se para o somatório o limite máximo do número de ações tomadas em empréstimo pelo tomador.

§ 4º O imposto sobre a renda de que trata este artigo será:

I - definitivo, sem direito a qualquer restituição ou compensação por parte do tomador das ações em empréstimo; e

II - recolhido até o terceiro dia útil subsequente ao decêndio de ocorrência dos fatos geradores.

Art. 9º No caso do tomador de ações por empréstimo, a diferença positiva ou negativa entre o valor da alienação e o custo médio de aquisição desses valores será considerada ganho líquido ou perda do mercado de renda variável, sendo esse resultado apurado por ocasião da recompra das ações.

Parágrafo único. Na apuração do imposto de que trata o **caput**, poderão ser computados como custo da operação as corretagens e demais emolumentos efetivamente pagos pelo tomador.

Art. 10. Aplica-se, no que couber, o disposto no art. 6º aos empréstimos de títulos e outros valores mobiliários.

§ 1º No caso do tomador, a diferença positiva entre o valor de alienação e o valor de aquisição será considerada:

I - ganho líquido ou perda, em relação a valores mobiliários de renda variável negociados em bolsa de valores, sendo esse resultado apurado por ocasião da recompra dos valores mobiliários a serem devolvidos; e

II - rendimento, nos demais casos, sendo esse rendimento apurado por ocasião da recompra dos títulos ou valores mobiliários a serem devolvidos.

§ 2º Na apuração do imposto de que trata o inciso I do § 1º, poderão ser computados como custos da operação as corretagens e demais emolumentos efetivamente pagos pelo tomador.

Art. 11. O valor reembolsado ao prestador pelo tomador, decorrente dos rendimentos distribuídos durante o decurso do contrato de empréstimo de títulos e outros valores mobiliários, é isento do imposto sobre a renda retido na fonte para o prestador, pessoa física ou jurídica, domiciliado no País ou no exterior.

Parágrafo único. O valor do reembolso de que trata este artigo será deduzido:

I - do valor equivalente ao imposto sobre a renda na fonte que seria devido pelo prestador; ou

II - do valor equivalente ao imposto de renda retido na fonte previsto no § 1º do art. 12, para as hipóteses previstas no **caput** do art. 12.

Art. 12. O imposto de que trata o art. 8º também incidirá sobre os rendimentos pagos durante o decurso do contrato de empréstimo de títulos e valores mobiliários sujeitos à tributação pelo imposto sobre a renda de acordo com o disposto no art. 1º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, quando tenham como parte prestadora pessoa física ou jurídica sujeita ao imposto sobre a renda, e como parte tomadora:

I - fundo ou clube de investimento; ou

II - no caso de aplicações dos recursos de que trata o art. 5º da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004:

a) entidade de previdência complementar;

b) sociedade seguradora; ou

c) Fapi.

§ 1º O tomador será responsável pelo pagamento do imposto de renda à alíquota de 15% (quinze por cento), incidente sobre os rendimentos distribuídos pelo título ou valor mobiliário.

§ 2º O prestador dos ativos, pessoa física ou jurídica, será responsável pelo pagamento da diferença entre o valor do imposto que seria devido na hipótese em que o rendimento fosse pago diretamente ao prestador e o valor devido pelo tomador nos termos do § 1º deste artigo, aplicando-se, no que couber, os procedimentos previstos nos §§ 1º a 4º do art. 8º desta Lei.

Art. 13. No caso do tomador de títulos ou valores mobiliários sujeitos à tributação pelo imposto sobre a renda de acordo com o disposto no art. 1º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, a diferença positiva entre o valor da alienação, líquido do IOF, eventualmente incidente, e o valor da aplicação financeira é considerada rendimento, sendo apurada por ocasião da recompra dos referidos títulos e valores mobiliários.

Parágrafo único. Caberá ao tomador o pagamento do imposto de renda de que trata o **caput**.

Art. 14. No caso do prestador de títulos, ações e outros valores mobiliários, não constitui fato gerador do imposto sobre a renda a liquidação do empréstimo efetivada pela devolução do mesmo título, ação ou valor mobiliário de mesma classe, espécie e emissor.

Parágrafo único. Quando a operação for liquidada por meio de entrega de numerário, o ganho líquido ou rendimento será representado pela diferença positiva entre o valor da liquidação financeira do empréstimo e o custo médio de aquisição dos títulos, ações e outros valores mobiliários.

Art. 15. São responsáveis pela retenção do imposto sobre a renda:

I - a entidade autorizada a prestar serviços de compensação e liquidação, na hipótese prevista no art. 6º; e

II - a instituição que efetuar a recompra dos títulos e dos valores mobiliários, na hipótese prevista no inciso II do § 1º do art. 10.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no inciso II do **caput**:

I - o tomador deverá entregar à instituição responsável pela retenção do imposto a nota de corretagem ou de negociação referente à alienação dos títulos ou valores mobiliários; e

II - será aplicada sobre o rendimento:

a) uma das alíquotas de que trata o art. 1º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, em função do prazo decorrido entre as datas de alienação e de recompra dos títulos e dos valores mobiliários;

b) a alíquota de 15% (quinze por cento), no caso de investidor residente ou domiciliado no exterior, individual ou coletivo, que realizar operações financeiras no País de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional; ou

c) as alíquotas previstas na legislação em vigor para o investidor residente ou domiciliado em país com tributação favorecida, nos termos do art. 24 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

Seção IV

Da Isenção de Imposto de Renda sobre Alienação em Bolsa de Valores de Ações de Pequenas e Médias Empresas

Art. 16. Fica isento de imposto sobre a renda o ganho de capital auferido por pessoa física, até 31 de dezembro de 2023, na alienação, realizada no mercado à vista de bolsas de valores, de ações que tenham sido emitidas por companhias que, cumulativamente:

I - tenham as suas ações admitidas à negociação em segmento especial, instituído por bolsa de valores, que assegure, por meio de vínculo contratual entre a

bolsa e o emissor, práticas diferenciadas de governança corporativa, contemplando, no mínimo, a obrigatoriedade de cumprimento das seguintes regras:

a) realização de oferta pública de aquisição de ações - OPA, quando exigida pela bolsa de valores, a valor econômico estabelecido em laudo de avaliação, em caso de saída da companhia do segmento especial;

b) resolução de conflitos societários por meio de arbitragem;

c) realização de oferta pública de aquisição para todas as ações em caso de alienação do controle da companhia, pelo mesmo valor e nas mesmas condições ofertadas ao acionista controlador (**tag along**); e

d) previsão expressa no estatuto social da companhia de que seu capital social seja dividido exclusivamente em ações ordinárias;

II - tenham valor de mercado inferior a R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais):

a) na data da oferta pública inicial de ações da companhia;

b) em 10 de julho de 2014, para as ações das companhias que já tinham efetuado oferta pública inicial de ações antes dessa data; ou

c) na data das ofertas públicas subsequentes de ações, para as companhias já enquadradas nos casos a que se referem as alíneas *a* e *b*;

III - tenham receita bruta anual inferior a R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), apurada no balanço consolidado do exercício social:

a) imediatamente anterior ao da data da oferta pública inicial de ações da companhia;

b) de 2013, para as ações das companhias que já tinham efetuado oferta pública inicial de ações antes de 10 de julho de 2014;

c) imediatamente anterior ao da data das ofertas públicas subsequentes de ações, para as companhias já enquadradas nos casos a que se referem as alíneas *a* e *b*; e

IV - em que se verifique distribuição primária correspondente a, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do volume total de ações de emissão pela companhia:

a) na oferta pública inicial de ações da companhia;

b) em 10 de julho de 2014, para as ações das companhias que já tinham efetuado oferta pública inicial de ações antes dessa data; ou

c) caso exista, na data da oferta pública de ações subsequente, para as companhias já enquadradas nos casos a que se referem as alíneas *a* e *b*.

§ 1º Para efeitos do disposto no inciso II do **caput**, entende-se por valor de mercado da companhia:

I - para a hipótese prevista na alínea *a* do inciso II do **caput**, o valor apurado ao fim do processo de formação de preço (**bookbuilding** ou leilão em bolsa de valores) na oferta pública inicial de ações;

II - para a hipótese prevista na alínea *b* do inciso II do **caput**, o valor apurado pela média do preço de fechamento das ações, ponderada pelo volume negociado, nos 30 (trinta) pregões imediatamente anteriores a 10 de julho de 2014; ou

III - para a hipótese prevista na alínea *c* do inciso II do **caput**, o valor apurado pela média do preço de fechamento das ações, ponderada pelo volume negociado, nos 30 (trinta) pregões imediatamente anteriores à data de pedido de registro de oferta pública subsequente.

§ 2º Para efeito da isenção de que trata o **caput**, as companhias de que trata este artigo estão obrigadas à apuração do imposto sobre a renda com base no lucro real.

§ 3º A Comissão de Valores Mobiliários disponibilizará, em seu sítio na internet, a relação das ofertas cujo objeto sejam ações beneficiadas por esta Seção, juntamente com o montante de cada emissão.

§ 4º A companhia que atenda aos requisitos previstos neste artigo deve destacar esse fato, por ocasião da emissão pública de ações, na primeira página do Prospecto, ou documento equivalente, e do Anúncio de Início de Distribuição.

§ 5º As companhias de que trata este artigo estão obrigadas a disponibilizar à Secretaria da Receita Federal do Brasil, na forma estabelecida em ato do Secretário da Receita Federal do Brasil, sua base acionária:

I - do dia anterior ao da entrada em vigor do benefício; e

II - do último dia de vigência do benefício.

Art. 17. Para gozo da isenção de que trata o **caput** do art. 16, as ações devem ser adquiridas a partir de 10 de julho de 2014:

I - por ocasião da oferta pública inicial e de ofertas públicas subsequentes de ações;

II - em bolsas de valores, inclusive para as ações das companhias que já tinham efetuado oferta pública inicial de ações antes de 10 de julho de 2014 com observância das condições estabelecidas nesta Seção;

III - no exercício do direito de preferência do acionista, conforme previsto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; ou

IV - por meio de bonificações em ações distribuídas até 31 de dezembro de 2023.

§ 1º A manutenção da isenção prevista no **caput** depende da permanência das ações em depositários centrais de ações, nos termos da legislação em vigor.

§ 2º Até 31 de dezembro de 2023, é vedada a compensação de perdas ou prejuízos incorridos na alienação das ações nos termos do **caput**.

§ 3º Até 31 de dezembro de 2023, o valor de alienação das ações referidas neste artigo não será computado para fins de cálculo do limite a que se refere o inciso I do **caput** do art. 3º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004.

§ 4º O empréstimo das ações referidas neste artigo não afasta a manutenção do direito à isenção pelo prestador, pessoa física.

§ 5º Em relação ao investidor que já tinha adquirido as ações a que se refere o inciso II do **caput** até 10 de julho de 2014, o custo de aquisição dessas ações será ajustado, para fins de apuração da base de cálculo do imposto sobre a renda, ao maior valor entre o custo de aquisição efetivamente pago e a média do preço de fechamento, ponderada pelo volume negociado, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores a 10 de julho de 2014.

§ 6º As ações adquiridas e não alienadas até 31 de dezembro de 2023 terão seus custos de aquisição ajustados, para fins de apuração da base de cálculo do imposto sobre a renda, ao maior valor entre o custo de aquisição efetivamente pago e a média do preço de fechamento, ponderada pelo volume negociado nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores a 31 de dezembro de 2023.

§ 7º As entidades responsáveis pelo depósito centralizado deverão disponibilizar à Secretaria da Receita Federal do Brasil, em relação às companhias de que trata o art. 16 desta Lei, o valor correspondente à média do preço de fechamento das ações de sua emissão, ponderada pelo volume negociado, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores a:

I - 10 de julho de 2014; e

II - 31 de dezembro de 2023.

§ 8º Não se aplica às ações de emissão das companhias que cumpram os requisitos do art. 16, quando negociadas em bolsa de valores, o disposto no § 1º do art. 2º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, e no art. 8º da Lei nº 9.959, de 27 de janeiro de 2000.

Art. 18. Ficam isentos de imposto sobre a renda os rendimentos auferidos por pessoa física no resgate de cotas de fundos de investimento em ações constituídos sob a forma de condomínio aberto e que atendam aos requisitos previstos neste artigo.

§ 1º Os fundos de investimento em ações de que trata o **caput** deverão:

I - possuir, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) de seu patrimônio aplicado em ações cujos ganhos sejam isentos do imposto sobre a renda conforme disposto no art. 16;

II - ter prazo mínimo de resgate de 180 (cento e oitenta) dias; e

III - ter a designação “FIA-Mercado de Acesso”.

§ 2º Os fundos de ações tratados neste artigo deverão ter um mínimo de 10 (dez) cotistas, sendo que cada cotista, individualmente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, não poderá deter mais de 10% (dez por cento) das cotas emitidas.

§ 3º Para fins do disposto no § 2º, considera-se pessoa ligada ao cotista:

I - a pessoa física que for parente ou afim até o terceiro grau, cônjuge ou companheiro; ou

II - a pessoa física que seja sua associada, na forma de consórcio ou condomínio, conforme definido na legislação brasileira, em qualquer empreendimento.

§ 4º Os fundos de investimento em ações referidos neste artigo cujas carteiras deixarem de observar o disposto neste artigo terão os seus rendimentos, produzidos a partir do momento do desenquadramento da carteira, tributados na forma estabelecida no inciso I do § 3º do art. 1º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, salvo no caso de, cumulativamente:

I - a proporção a que se refere o inciso I do § 1º não se reduzir abaixo de 50% (cinquenta por cento) do total da carteira;

II - a situação de que trata o inciso I deste parágrafo ser regularizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias; e

III - não ocorrer nova hipótese de desenquadramento até o último dia do exercício subsequente àquele em que ocorreu o desenquadramento.

§ 5º A Comissão de Valores Mobiliários notificará a Secretaria da Receita Federal do Brasil sempre que for comunicada por administradores de fundos a respeito de desenquadramentos de um FIA-Mercado de Acesso.

Art. 19. As publicações ordenadas pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, das companhias que atendam aos requisitos estabelecidos no art. 16 serão feitas por meio do sítio na internet da Comissão de Valores Mobiliários e da entidade administradora do mercado em que as ações da companhia estiverem admitidas à negociação.

§ 1º As companhias de que trata o **caput** estão dispensadas de fazer suas publicações no órgão oficial da União, ou do Estado ou do Distrito Federal, mantida a publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da companhia, que deverá ser efetuada de forma resumida e com divulgação simultânea da íntegra dos documentos no sítio do mesmo jornal na internet, durante o período em que fizerem jus ao benefício estabelecido no art. 16.

§ 2º A publicação de forma resumida, no caso de demonstrações financeiras, deverá conter, no mínimo, comparativamente com os dados do exercício social anterior, informações ou valores globais relativos a cada grupo e respectiva classificação de contas ou registros, assim como extratos das informações relevantes contempladas nas notas explicativas, no parecer dos auditores independentes e do conselho fiscal, se houver.

§ 3º Incumbe ao respectivo jornal providenciar certificação digital da autenticidade dos documentos mantidos no sítio próprio, por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil.

Seção V

Da Tributação Incentivada de Títulos e Valores Mobiliários

Art. 20. A Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º.....

.....

§ 10. Aplica-se o disposto neste artigo aos fundos soberanos que realizarem operações financeiras no País de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, ainda que domiciliados ou residentes em países com tributação favorecida nos termos do art. 24 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

.....”(NR)

“Art. 2º.....

§1º O disposto neste artigo aplica-se somente aos ativos que atendam ao disposto nos §§ 1º, 1º-A, 1º-B, 1º-C e 2º do art. 1º, emitidos entre a data da publicação da regulamentação mencionada no § 2º do art. 1º e 31 de dezembro de 2030.

.....”(NR)

Seção VI

Do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras

Art. 21. Fica reinstituído o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - REINTEGRA, que tem por objetivo devolver parcial ou integralmente o resíduo tributário remanescente na cadeia de produção de bens exportados.

Art. 22. No âmbito do Reintegra, a pessoa jurídica que exporte os bens de que trata o art. 23 poderá apurar crédito, mediante a aplicação de percentual estabelecido pelo Poder Executivo, sobre a receita auferida com a exportação desses bens para o exterior.

§ 1º O percentual referido no **caput** poderá variar entre 0,1% (um décimo por cento) e 3% (três por cento), admitindo-se diferenciação por bem.

§ 2º Excepcionalmente, poderá ser acrescido em até 2 (dois) pontos percentuais o percentual a que se refere o § 1º, em caso de exportação de bens em cuja cadeia de produção se verifique a ocorrência de resíduo tributário que justifique a

devolução adicional de que trata este parágrafo, comprovado por estudo ou levantamento realizado conforme critérios e parâmetros definidos em regulamento.

§ 3º Considera-se também exportação a venda a empresa comercial exportadora - ECE, com o fim específico de exportação para o exterior.

§ 4º Para efeitos do **caput**, entende-se como receita de exportação:

I - o valor do bem no local de embarque, no caso de exportação direta; ou

II - o valor da nota fiscal de venda para ECE, no caso de exportação via ECE.

§ 5º Do crédito de que trata este artigo:

I - 17,84% (dezessete inteiros e oitenta e quatro centésimos por cento) serão devolvidos a título da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Contribuição para o PIS/Pasep; e

II - 82,16% (oitenta e dois inteiros e dezesseis centésimos por cento) serão devolvidos a título da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

§ 6º O valor do crédito apurado conforme o disposto neste artigo não será computado na base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins, do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

§ 7º Na hipótese de exportação efetuada por cooperativa ou por encomendante, admite-se que os bens sejam produzidos pelo cooperado ou pelo encomendado, respectivamente.

Art. 23. A apuração de crédito nos termos do Reintegra será permitida na exportação de bem que cumulativamente:

I - tenha sido industrializado no País;

II - esteja classificado em código da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, e relacionado em ato do Poder Executivo; e

III - tenha custo total de insumos importados não superior a limite percentual do preço de exportação, limite este estabelecido no ato de que trata o inciso II do **caput**.

§ 1º Para efeitos do disposto no inciso I do **caput**, considera-se industrialização, nos termos da legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, as operações de:

I - transformação;

II - beneficiamento;

III - montagem; e

IV - renovação ou recondicionamento.

§ 2º Para efeitos do disposto no inciso III do **caput**:

I - os insumos originários dos demais países integrantes do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL que cumprirem os requisitos do Regime de Origem do MERCOSUL serão considerados nacionais;

II - o custo do insumo importado corresponderá a seu valor aduaneiro, adicionado dos montantes pagos do Imposto de Importação e do Adicional sobre Frete para Renovação da Marinha Mercante, se houver;

III - no caso de insumo importado adquirido de empresa importadora, o custo do insumo corresponderá ao custo final de aquisição do produto colocado no armazém do fabricante exportador; e

IV - o preço de exportação será o preço do bem no local de embarque.

Art. 24. O crédito referido no art. 22 somente poderá ser:

I - compensado com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, observada a legislação específica; ou

II - ressarcido em espécie, observada a legislação específica.

Art. 25. A ECE é obrigada ao recolhimento de valor correspondente ao crédito atribuído à empresa produtora vendedora se:

I - revender, no mercado interno, os produtos adquiridos para exportação; ou

II - no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data da emissão da nota fiscal de venda pela empresa produtora, não houver efetuado a exportação dos produtos para o exterior.

Parágrafo único. O recolhimento do valor referido no **caput** deverá ser efetuado:

I - acrescido de multa de mora ou de ofício e de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da emissão da nota fiscal de venda dos produtos para a ECE até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês do pagamento;

II - a título da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, nas proporções definidas no § 5º do art. 22; e

III - até o 10º (décimo) dia subsequente:

a) ao da revenda no mercado interno; ou

b) ao do vencimento do prazo estabelecido para a efetivação da exportação para o exterior.

Art. 26. O Reintegra não se aplica à ECE.

Art. 27. Poderão também fruir do Reintegra as pessoas jurídicas de que tratam os arts. 11-A e 11-B da Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, e o art. 1º da Lei nº 9.826, de 23 de agosto de 1999.

Art. 28. No caso de industrialização por encomenda, somente a pessoa jurídica encomendante poderá fruir do Reintegra.

Art. 29. O Poder Executivo regulamentará o disposto nos arts. 21 a 28, contemplando a relação de que trata o inciso II do **caput** do art. 23.

Seção VII

Da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins Incidentes sobre a Receita de Alienação de Participação Societária

Art. 30. A Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º.....

§ 2º.....

IV - as receitas de que trata o inciso IV do **caput** do art. 187 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, decorrentes da venda de bens do ativo não circulante, classificado como investimento, imobilizado ou intangível; e

§ 14. A pessoa jurídica poderá excluir da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita decorrente da alienação de participação societária o valor despendido para aquisição dessa participação, desde que a receita de alienação não tenha sido excluída da base de cálculo das mencionadas contribuições na forma do inciso IV do § 2º do art. 3º.”(NR)

“Art. 8º-B A Cofins incidente sobre as receitas decorrentes da alienação de participações societárias deve ser apurada mediante a aplicação da alíquota de 4% (quatro por cento).”

Art. 31. A Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 8º.....

XIII - as receitas decorrentes da alienação de participações societárias.”(NR)

Art. 32. A Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 10.....

XXX - as receitas decorrentes da alienação de participações societárias.

.....”(NR)

Seção VIII

Do Aproveitamento de Créditos Fiscais no Pagamento de Débitos e Demais Disposições sobre Parcelamentos

Art. 33. O contribuinte com parcelamento que contenha débitos de natureza tributária, vencidos até 31 de dezembro de 2013, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB ou a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN poderá, mediante requerimento, utilizar créditos próprios de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da CSLL, apurados até 31 de dezembro de 2013 e declarados até 30 de junho de 2014, para a quitação antecipada dos débitos parcelados.

§ 1º Os créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL poderão ser utilizados, nos termos do **caput**, entre empresas controladora e controlada, de forma direta ou indireta, ou entre empresas que sejam controladas direta ou indiretamente por uma mesma empresa, em 31 de dezembro de 2013, domiciliadas no Brasil, desde que se mantenham nesta condição até a data da opção pela quitação antecipada.

§ 2º Poderão ainda ser utilizados pelo contribuinte a que se refere o **caput** os créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL do responsável ou corresponsável pelo crédito tributário que deu origem ao parcelamento.

§ 3º Os créditos das empresas de que tratam os §§ 1º e 2º somente poderão ser utilizados após a utilização total dos créditos próprios.

§ 4º A opção de que trata o **caput** deverá ser feita mediante requerimento apresentado em até 15 (quinze) dias após a publicação desta Lei, observadas as seguintes condições:

I - pagamento em espécie equivalente a, no mínimo, 30% (trinta por cento) do saldo do parcelamento; e

II - quitação integral do saldo remanescente mediante a utilização de créditos de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido.

§ 5º Para fins de aplicação deste artigo, o valor do crédito a ser utilizado para a quitação de que trata o inciso II do § 4º será determinado mediante a aplicação das seguintes alíquotas:

I - 25% (vinte e cinco por cento) sobre o montante do prejuízo fiscal;

II - 15% (quinze por cento) sobre a base de cálculo negativa da CSLL, no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos

incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001; e

III - 9% (nove por cento) sobre a base de cálculo negativa da CSLL, no caso das demais pessoas jurídicas.

§ 6º O requerimento de que trata o § 4º suspende a exigibilidade das parcelas até ulterior análise dos créditos utilizados.

§ 7º A RFB dispõe do prazo de 5 (cinco) anos para análise dos créditos indicados para a quitação.

§ 8º Na hipótese de indeferimento dos créditos, no todo ou em parte, será concedido o prazo de 30 (trinta) dias para o contribuinte, o responsável ou o corresponsável promover o pagamento em espécie do saldo remanescente do parcelamento.

§ 9º A falta do pagamento de que trata o § 8º implicará rescisão do parcelamento e prosseguimento da cobrança dos débitos remanescentes.

§ 10. Aos débitos parcelados de acordo com as regras descritas nos arts. 1º a 13 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, o disposto nos §§ 1º a 3º do art. 7º daquela Lei somente é aplicável para os valores pagos em espécie, nos termos do inciso I do § 4º deste artigo.

§ 11. A RFB e a PGFN editarão os atos necessários à execução dos procedimentos de que trata este artigo.

§ 12. Para os fins do disposto no § 1º, inclui-se também como controlada a sociedade na qual a participação da controladora seja igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento), desde que existente acordo de acionistas que assegure de modo permanente a preponderância individual ou comum nas deliberações sociais, assim como o poder individual ou comum de eleger a maioria dos administradores.

Art. 34. A Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º Fica reaberto, até o 15º (décimo quinto) dia após a publicação da Lei decorrente da conversão da Medida Provisória nº 651, de 9 de julho de 2014, o prazo previsto no § 12 do art. 1º e no art. 7º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, bem como o prazo previsto no § 18 do art. 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, atendidas as condições estabelecidas neste artigo.

.....
§ 2º A opção pelas modalidades de parcelamentos previstas no art. 1º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e no art. 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, ocorrerá mediante:

I - antecipação de 5% (cinco por cento) do montante da dívida objeto do parcelamento, após aplicadas as reduções, na hipótese de o valor total da dívida ser menor ou igual a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

II - antecipação de 10% (dez por cento) do montante da dívida objeto do parcelamento, após aplicadas as reduções, na hipótese de o valor total da dívida ser maior que R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e menor ou igual a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

III - antecipação de 15% (quinze por cento) do montante da dívida objeto do parcelamento, após aplicadas as reduções, na hipótese de o valor total da dívida ser maior que R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e menor ou igual a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); e

IV - antecipação de 20% (vinte por cento) do montante da dívida objeto do parcelamento, após aplicadas as reduções, na hipótese de o valor total da dívida ser maior que R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

§ 3º Para fins de enquadramento nos incisos I a IV do § 2º, considera-se o valor total da dívida na data do pedido, sem as reduções.

§ 4º As antecipações a que se referem os incisos I a IV do § 2º deverão ser pagas até o último dia para a opção, resguardado aos contribuintes que aderiram ao parcelamento durante a vigência da Medida Provisória nº 651, de 9 de julho de 2014, o direito de pagar em até 5 (cinco) parcelas.

§ 5º

II - os valores constantes do § 6º do art. 1º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, ou os valores constantes do § 6º do art. 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, quando aplicável esta Lei.

§ 7º Aplicam-se aos débitos parcelados na forma deste artigo as regras previstas no art. 1º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, independentemente de os débitos terem sido objeto de parcelamento anterior.”(NR)

Art. 35. O previsto no art. 34 estende-se aos débitos de qualquer natureza perante a Fazenda Nacional administrados pela Procuradoria-Geral da União.

Art. 36. Na hipótese de indeferimento dos créditos de prejuízos fiscais e de bases de cálculo negativas da CSLL utilizados para liquidar os débitos parcelados com base no art. 3º da Medida Provisória nº 470, de 13 de outubro de 2009, e nos arts. 1º a 13 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, cabe manifestação de inconformidade que observará o rito do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972.

Parágrafo único. O contribuinte será intimado a pagar o saldo remanescente do parcelamento no prazo de 30 (trinta) dias da intimação do indeferimento dos créditos de prejuízos fiscais e de bases de cálculo negativas da CSLL ou da intimação da última decisão administrativa no processo administrativo fiscal de que trata o **caput**.

Art. 37. O art. 43 da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 43.

§ 1º O disposto no **caput** deste artigo aplica-se ao precatório federal de titularidade de pessoa jurídica que, em 31 de dezembro de 2012, seja considerada controladora, controlada, direta ou indireta, ou coligada do devedor, nos termos dos arts. 1.097 a 1.099 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

§ 2º Para os fins do disposto no § 1º, inclui-se também como controlada a sociedade na qual a participação da controladora seja igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento), desde que existente acordo de acionistas que assegure de modo permanente a preponderância individual ou comum nas deliberações sociais, assim como o poder individual ou comum de eleger a maioria dos administradores.”(NR)

Art. 38. Não serão devidos honorários advocatícios, bem como qualquer sucumbência, em todas as ações judiciais que, direta ou indiretamente, vicem a ser extintas em decorrência de adesão aos parcelamentos previstos na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, inclusive nas reaberturas de prazo operadas pelo disposto no art. 17 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, no art. 93 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, no art. 2º da Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014, e no art. 65 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010.

Parágrafo único. O disposto no **caput** aplica-se somente:

I - aos pedidos de desistência e renúncia protocolados a partir de 10 de julho de 2014; ou

II - aos pedidos de desistência e renúncia já protocolados, mas cujos valores de que trata o **caput** não tenham sido pagos até 10 de julho de 2014.

Art. 39. O art. 10 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

“Art. 10.

§ 1º

§ 2º Tratando-se de depósito judicial, o disposto no **caput** somente se aplica aos casos em que tenha ocorrido desistência da ação ou recurso e renúncia a qualquer alegação de direito sobre o qual se funda a ação, para usufruir dos benefícios desta Lei.”(NR)

Art. 40. O art. 127 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 127. Até que ocorra a indicação de que trata o art. 5º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, os débitos de devedores que apresentaram pedidos de parcelamentos previstos nos arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, inclusive nas reaberturas de prazo operadas pelo disposto no art. 17 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de

2013, no art. 93 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, e no art. 2º da Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014, que tenham sido deferidos pela administração tributária devem ser considerados parcelados para os fins do inciso VI do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

.....”(NR)

Art. 41. Os débitos relativos à Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF podem ser parcelados nos termos da Lei nº 12.996, de 18 junho de 2014, não se aplicando a vedação contida no art. 15 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996.

Art. 42. Os débitos com a Fazenda Nacional relativos ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL decorrentes do ganho de capital ocorrido até 31 de dezembro de 2008 pela alienação de ações que tenham sido originadas da conversão de títulos patrimoniais de associações civis sem fins lucrativos, poderão ser:

I - pagos à vista com redução de 100% (cem por cento) das multas, de mora e de ofício, e de 100% (cem por cento) dos juros de mora;

II - parcelados em até 60 (sessenta) prestações, sendo 20% (vinte por cento) de entrada e o restante em parcelas mensais, com as mesmas reduções estabelecidas no inciso I.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se à totalidade dos débitos, constituídos ou não, com exigibilidade suspensa ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, mesmo que em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior não integralmente quitado, ainda que excluído por falta de pagamento.

§ 2º Da totalidade dos débitos referidos no § 1º, serão deduzidos os valores eventualmente pagos.

§ 3º Para usufruir dos benefícios previstos neste artigo, a pessoa jurídica deverá comprovar a desistência expressa e irrevogável de todas as ações judiciais que tenham por objeto os débitos que serão pagos ou parcelados na forma deste artigo e renunciar a qualquer alegação de direito sobre as quais se fundam as referidas ações.

§ 4º Os percentuais de redução serão aplicados sobre o valor do débito atualizado à época do depósito e somente incidirão sobre o valor das multas de mora e de ofício, das multas isoladas, dos juros de mora e do encargo legal efetivamente depositado.

§ 5º As reduções previstas no **caput** não serão cumulativas com quaisquer outras reduções admitidas em lei.

§ 6º Na hipótese de anterior concessão de redução de multas ou de juros em percentuais diversos dos estabelecidos no **caput**, prevalecerão os percentuais nele referidos, aplicados sobre o saldo original das multas ou dos juros.

§ 7º Enquanto não consolidada a dívida, em relação às parcelas mensais referidas no inciso II do **caput**, o contribuinte deve calcular e recolher mensalmente o valor equivalente ao montante dos débitos objeto do parcelamento dividido pelo número de prestações pretendidas.

§ 8º O pagamento ou pedido de parcelamento deverá ser efetuado até 29 de novembro de 2014 e independerá de apresentação de garantia, mantidas aquelas decorrentes de débitos transferidos de outras modalidades de parcelamento ou de execução fiscal.

§ 9º Implicará imediata rescisão do parcelamento, com cancelamento dos benefícios concedidos, a falta de pagamento:

I - de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não; ou

II - de até 2 (duas) prestações, estando pagas todas as demais ou estando vencida a última prestação do parcelamento.

§ 10. É considerada inadimplida a parcela parcialmente paga.

§ 11. Rescindido o parcelamento:

I - será efetuada a apuração do valor original do débito, restabelecendo-se os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores;

II - serão deduzidas do valor referido no inciso I as prestações pagas.

§ 12. Aplica-se ao parcelamento de que trata este artigo o disposto no **caput** e nos §§ 2º e 3º do art. 11, no art. 12, no **caput** do art. 13 e no inciso IX do **caput** do art. 14 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

§ 13. Ao parcelamento de que trata este artigo não se aplicam:

I - o § 1º do art. 3º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000; e

II - o § 10 do art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

Art. 43. A Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 10-A:

“Art. 10-A. O empresário ou a sociedade empresária que pleitear ou tiver deferido o processamento da recuperação judicial, nos termos dos arts. 51, 52 e 70 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, poderão parcelar seus débitos com a Fazenda Nacional, em 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais e consecutivas, calculadas observando-se os seguintes percentuais mínimos, aplicados sobre o valor da dívida consolidada:

I - da 1ª à 12ª prestação: 0,666% (seiscentos e sessenta e seis milésimos por cento);

II - da 13ª à 24ª prestação: 1% (um por cento);

III - da 25ª à 83ª prestação: 1,333% (um inteiro e trezentos e trinta e três milésimos por cento); e

IV - 84ª prestação: saldo devedor remanescente.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se à totalidade dos débitos do empresário ou da sociedade empresária constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, mesmo que discutidos judicialmente em ação proposta pelo sujeito passivo ou em fase de execução fiscal já ajuizada, ressalvados exclusivamente os débitos incluídos em parcelamentos regidos por outras leis.

§ 2º No caso dos débitos que se encontrarem sob discussão administrativa ou judicial, submetidos ou não à causa legal de suspensão de exigibilidade, o sujeito passivo deverá comprovar que desistiu expressamente e de forma irrevogável da impugnação ou do recurso interposto, ou da ação judicial, e, cumulativamente, renunciou a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundem a ação judicial e o recurso administrativo.

§ 3º O empresário ou a sociedade empresária poderá, a seu critério, desistir dos parcelamentos em curso, independentemente da modalidade, e solicitar que eles sejam parcelados nos termos deste artigo.

§ 4º Além das hipóteses previstas no art. 14-B, é causa de rescisão do parcelamento a não concessão da recuperação judicial de que trata o art. 58 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, bem como a decretação da falência da pessoa jurídica.

§ 5º O empresário ou a sociedade empresária poderá ter apenas um parcelamento de que trata o **caput**, cujos débitos constituídos, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, poderão ser incluídos até a data do pedido de parcelamento.

§ 6º A concessão do parcelamento não implica a liberação dos bens e direitos do devedor ou de seus responsáveis que tenham sido constituídos em garantia dos respectivos créditos.

§ 7º O parcelamento referido no **caput** observará as demais condições previstas nesta Lei, ressalvado o disposto no § 1º do art. 11, no inciso II do § 1º do art. 12, nos incisos I, II e VIII do art. 14 e no §2º do art. 14-A.”

Art. 44. A Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, inclusive por meio de ato conjunto quando couber, editarão os atos necessários à efetivação do disposto nesta Seção.

Seção IX

Do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS

Art. 45. Não serão inscritos em Dívida Ativa os débitos de um mesmo devedor com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS cujo valor consolidado seja igual ou inferior a R\$ 1.000,00 (mil reais).

Art. 46. Não serão ajuizadas execuções fiscais para a cobrança de débitos de um mesmo devedor com o FGTS cujo valor consolidado seja igual ou inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Parágrafo único. Entende-se por valor consolidado o resultante da atualização do débito originário, somado aos encargos e acréscimos legais ou contratuais, vencidos até a data da apuração.

Art. 47. Ficam cancelados os débitos com o FGTS inscritos em Dívida Ativa de valor consolidado igual ou inferior a R\$ 100,00 (cem reais).

Art. 48. O Procurador da Fazenda Nacional requererá o arquivamento, sem baixa na distribuição, das execuções fiscais de débitos com o FGTS, cujo valor consolidado seja igual ou inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), desde que não conste dos autos garantia, integral ou parcial, útil à satisfação do crédito.

Art. 49. O disposto nesta Seção não prejudica o direito conferido ao trabalhador de buscar a satisfação do crédito fundiário de que é titular, qualquer que seja o valor, mediante o ajuizamento de reclamação trabalhista, nos termos do art. 25 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990.

Seção X

Da Substituição da Contribuição Previdenciária sobre Folha de Pagamentos

Art. 50. A Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 7º Contribuirão sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, à alíquota de 2% (dois por cento):

.....
XII - as empresas de engenharia e arquitetura enquadradas no Grupo 711 do CNAE 2.0;

XIII - as empresas de transporte rodoviário de passageiros sob regime de fretamento.

.....”(NR)

“Art. 8º Contribuirão sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, à alíquota de 1% (um por cento), em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do **caput** do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, as empresas que fabricam os produtos classificados na Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, nos códigos referidos no Anexo I.

.....”(NR)

“Art. 9º

.....

II -

.....

c) reconhecida pela construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento da infraestrutura, cuja contrapartida seja ativo intangível representativo de direito de exploração, no caso de contratos de concessão de serviços públicos;

.....

X - no caso de contrato de concessão de serviços públicos, a receita decorrente da construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento da infraestrutura, cuja contrapartida seja ativo financeiro representativo de direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, integrará a base de cálculo da contribuição à medida do efetivo recebimento.

§ 1º No caso de empresas que se dedicam a outras atividades além das previstas nos arts. 7º e 8º, o cálculo da contribuição obedecerá:

.....”(NR)

Art. 51. Ficam excluídos do Anexo I da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, os produtos classificados nos seguintes códigos da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011:

I - 1901.20.00;

II - 1901.90.90;

III - 5402.46.00, 5402.47.00 e 5402.33.10.

Art. 52. Ficam incluídas no Anexo II a que se refere o inciso XII do § 3º do art. 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, as empresas de varejo que exercem as seguintes atividades:

I - comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas, enquadrado na Subclasse CNAE 4771-7/01;

II - comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas, enquadrado na Subclasse CNAE 4771-7/02.

Art. 53. O art. 14 da Lei nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 14.....

§ 4º.....

IX - execução continuada de procedimentos de preparação ou processamento de dados de gestão empresarial, pública ou privada, e gerenciamento de processos de clientes, com o uso combinado de mão de obra e sistemas computacionais.

.....”(NR)

Seção XI

Da Legislação Aduaneira

Art. 54. Na situação de calamidade pública, assim reconhecida por ato da autoridade competente, em que haja risco de desabastecimento para atendimento das necessidades básicas da população, poderá ser autorizada a entrega antecipada da mercadoria ao importador, previamente à formalização dos registros associados aos controles administrativos e aduaneiros, em conformidade com o estabelecido em ato do Poder Executivo.

§ 1º Na hipótese do **caput**, o importador terá prazo de 30 (trinta) dias para formalizar os registros exigidos e apresentar os documentos comprobatórios da regular importação e da destinação das mercadorias importadas.

§ 2º A ausência de regularização da importação no prazo estabelecido ensejará a apreensão da mercadoria importada e a instauração de processo administrativo para a aplicação da pena de perdimento.

§ 3º Os órgãos intervenientes no comércio exterior poderão estabelecer normas específicas e outros procedimentos excepcionais de controle para atender ao disposto no **caput**.

§ 4º Os Ministros de Estado da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior editarão ato conjunto estabelecendo a lista de mercadorias que poderão receber o tratamento excepcional a que se refere o **caput**.

Art. 55. Os tributos decorrentes de importação realizada nos termos do art. 54 serão calculados na data do registro da respectiva Declaração de Importação, observado o prazo máximo previsto no § 1º daquele artigo.

Art. 56. A Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 67. Na impossibilidade de identificação da mercadoria importada, em razão de seu extravio ou consumo, e de

descrição genérica nos documentos comerciais e de transporte disponíveis, será aplicada, para fins de determinação dos impostos e dos direitos incidentes na importação, alíquota única de 80% (oitenta por cento) em regime de tributação simplificada relativa ao Imposto de Importação - II, ao Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, à Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep, à Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e ao Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM.

§ 1º A base de cálculo da tributação simplificada prevista neste artigo será arbitrada em valor equivalente à mediana dos valores por quilograma de todas as mercadorias importadas a título definitivo, pela mesma via de transporte internacional, constantes de declarações registradas no semestre anterior, incluídas as despesas de frete e seguro internacionais.

.....”(NR)

“Art. 69.

.....

§ 3º Quando aplicada sobre a exportação, a multa prevista neste artigo incidirá sobre o preço normal definido no art. 2º do Decreto-Lei nº 1.578, de 11 de outubro de 1977.”(NR)

“Art. 76.

I -.....

.....

d) emissão de documento de identificação ou quantificação de mercadoria sob controle aduaneiro em desacordo com o previsto em ato normativo, relativamente a sua efetiva qualidade ou quantidade;

e) prática de ato que prejudique a identificação ou quantificação de mercadoria sob controle aduaneiro;

.....

g) consolidação ou desconsolidação de carga efetuada em desacordo com disposição estabelecida em ato normativo e que altere o tratamento tributário ou aduaneiro da mercadoria;

.....

j) descumprimento de obrigação de apresentar à fiscalização, em boa ordem, os documentos relativos à operação em que realizar ou em que intervier, bem como outros documentos exigidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil; ou

k) descumprimento de determinação legal ou de outras obrigações relativas ao controle aduaneiro previstas em ato normativo não referidas às alíneas c a j;

II -

.....
d) delegação de atribuição privativa a pessoa não credenciada ou habilitada;

e) prática de qualquer outra conduta sancionada com suspensão de registro, licença, autorização, credenciamento ou habilitação, nos termos de legislação específica; ou

f) agressão ou desacato à autoridade aduaneira no exercício da função;

III -

.....
d) prática de ato que embarace, dificulte ou impeça a ação da fiscalização aduaneira, para benefício próprio ou de terceiros;

.....
§ 1º A aplicação das sanções previstas neste artigo será anotada no registro do infrator pela administração aduaneira, após a decisão definitiva na esfera administrativa, devendo a anotação ser cancelada após o decurso de 5 (cinco) anos de sua efetivação.

§ 2º Para os efeitos do disposto neste artigo, consideram-se intervenientes o importador, o exportador, o beneficiário de regime aduaneiro ou de procedimento simplificado, o despachante aduaneiro e seus ajudantes, o transportador, o agente de carga, o operador de transporte multimodal, o operador portuário, o depositário, o administrador de recinto alfandegado, o perito ou qualquer outra pessoa que tenha relação, direta ou indireta, com a operação de comércio exterior.

.....
§ 4º Na aplicação da sanção prevista no inciso I do **caput** e na determinação do prazo para a aplicação das sanções previstas no inciso II do **caput** serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - os danos que dela provierem; e

III - os antecedentes do infrator, inclusive quanto à proporção das irregularidades no conjunto das operações por ele realizadas e seus esforços para melhorar a conformidade à legislação, segundo os critérios estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 5º Para os fins do disposto na alínea *a* do inciso II do **caput** deste artigo, será considerado reincidente o infrator que:

I - cometer nova infração pela mesma conduta já sancionada com advertência, no período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contado da data da aplicação da sanção; ou

II - não sanar a irregularidade que ensejou a aplicação da advertência, depois de um mês de sua aplicação, quando se tratar de conduta passível de regularização.

§ 5º-A Para os efeitos do § 5º, no caso de operadores que realizam grande quantidade de operações, poderá ser observada a proporção de erros e omissões em razão da quantidade de documentos, declarações e informações a serem prestadas, nos termos, limites e condições disciplinados pelo Poder Executivo.

.....
§ 10. Feita a intimação, a não apresentação de impugnação no prazo de 20 (vinte) dias implicará revelia, cabendo a imediata aplicação da penalidade.

§ 10-A. A intimação a que se refere o § 10 deste artigo será:

I - pessoal, pelo autor do procedimento ou por agente preparador, na repartição ou fora dela, produzindo efeitos com a assinatura do sujeito passivo, seu mandatário ou preposto, ou, no caso de recusa, com declaração escrita de quem o intimar;

II - por via postal, telegráfica ou por qualquer outro meio ou via, produzindo efeitos com o recebimento no domicílio indicado à Secretaria da Receita Federal do Brasil pelo interveniente na operação de comércio exterior ou, se omitida a data do recebimento, com o decurso de 15 (quinze) dias da expedição da intimação ao referido endereço;

III - por meio eletrônico, com prova de recebimento, mediante envio ao domicílio tributário do sujeito passivo ou registro em meio magnético ou equivalente utilizado pelo sujeito passivo, produzindo efeitos:

a) 15 (quinze) dias contados da data registrada no comprovante de entrega no domicílio tributário do sujeito passivo;

b) na data em que o sujeito passivo efetuar consulta ao endereço eletrônico a ele atribuído pela administração tributária, se ocorrida antes do prazo previsto na alínea a deste inciso; ou

c) na data registrada no meio magnético ou equivalente utilizado pelo sujeito passivo; ou

IV - por edital, quando resultarem improficuos os meios previstos nos incisos I a III deste parágrafo, ou no caso de pessoa jurídica declarada inapta perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, produzindo efeitos com o decurso de 15 (quinze) dias da

publicação ou com qualquer manifestação do interessado no mesmo período.

.....”(NR)

Art. 57. O art. 37 da Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 37.

§ 1º Para os fins do disposto no inciso II do **caput**, será considerado reincidente o infrator que, no período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados da data da aplicação da sanção, cometer nova infração pela mesma conduta já penalizada com advertência ou que não sanar, depois de 1 (um) mês da aplicação da sanção ou do prazo fixado em compromisso de ajuste de conduta, a irregularidade que ensejou sua aplicação.

§ 2º A aplicação da multa referida no art. 38 poderá ser reduzida em 75% (setenta e cinco por cento) mediante a adesão a compromisso de ajuste de conduta técnica e operacional do infrator com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, a partir da assinatura do respectivo termo, condicionada a referida redução ao cumprimento do respectivo compromisso.

§ 3º Para a aplicação da sanção de suspensão do alandegamento que atinja local ou recinto de estabelecimento prestador de serviço público portuário ou aeroportuário, deverão ser adotadas medidas para preservar, tanto quanto possível, as operações dos usuários cujas atividades estejam concentradas no recinto atingido pela sanção, mediante:

I - a realização de despachos aduaneiros para a retirada ou embarque de mercadorias que estavam armazenadas no momento da aplicação da suspensão ou para aquelas que estavam em vias de chegar ao local ou recinto;

II - postergação, por até 3 (três) meses, do início da execução da suspensão, para que os intervenientes afetados possam realocar atividades; e

III - limitação dos efeitos da sanção ao segmento de atividades do estabelecimento onde se verificou a respectiva infração.

§ 4º A postergação prevista no inciso II do § 3º poderá ser condicionada à:

I - adesão da empresa interessada a compromisso de ajustamento de conduta técnica e operacional com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, caso ainda não tenha aderido; e

II - substituição de administrador ou dirigente responsável pela área de gestão onde ocorreu a infração.

§ 5º Em qualquer caso, o descumprimento de requisito técnico ou operacional para o alfandegamento deverá ser seguido de:

I - ressarcimento pelo órgão ou ente responsável pela administração do local ou recinto de qualquer despesa incorrida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil para suprir o requisito descumprido ou mitigar os efeitos de sua falta, mediante recolhimento ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF, criado pelo Decreto-Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975, no prazo de 60 (sessenta) dias da apresentação do respectivo auto de cobrança; e

II - instauração pelo órgão ou ente público responsável pela administração do local ou recinto de processo disciplinar para apuração de responsabilidades; ou

III - verificação da inadimplência da concessionária ou permissionária pelo órgão ou ente responsável pela fiscalização contratual, na forma do § 2º do art. 38 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, caso não tenha firmado compromisso de ajuste de conduta com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, ou se o tiver descumprido.

§ 6º As providências referidas nos incisos II e III do § 5º deverão ser tomadas pelo órgão ou ente público responsável pela administração do local ou do recinto ou pela fiscalização da concessão ou permissão, no prazo de 10 (dez) dias do recebimento da representação dos fatos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.”(NR)

Art. 58. As alterações de matérias processuais introduzidas no art. 76 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, por meio do art. 54 desta Lei, aplicar-se-ão aos processos em curso, sem prejuízo dos atos realizados na forma do rito anterior.

Seção XII

Da Dispensa de Retenção de Tributos Federais na Aquisição de Passagens Aéreas pelos Órgãos da Administração Pública Federal

Art. 59. A Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 64.

.....

§ 9º Até 31 de dezembro de 2017, fica dispensada a retenção dos tributos na fonte de que trata o **caput** sobre os pagamentos efetuados por órgãos ou entidades da administração pública federal, mediante a utilização do Cartão de Pagamento do Governo

Federal - CPGF, no caso de compra de passagens aéreas diretamente das companhias aéreas prestadoras de serviços de transporte aéreo.”(NR)

Seção XIII

Do Programa Nacional de Habitação Urbana e do Fundo Garantidor da Habitação Popular

Art. 60. A Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º O Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU tem por objetivo promover a produção ou aquisição de novas unidades habitacionais ou a requalificação de imóveis urbanos, desde 14 de abril de 2009.

.....”(NR)

“Art. 6º-A.....

.....

§ 9º Uma vez consolidada a propriedade em seu nome, em virtude do não pagamento da dívida pelo beneficiário, o FAR e o FDS, na qualidade de credores fiduciários, ficam dispensados de levar o imóvel a leilão, devendo promover sua reinclusão no respectivo programa habitacional, destinando-o à aquisição por beneficiário a ser indicado conforme as políticas habitacionais e regras que estiverem vigentes.”(NR)

“Art. 11. O PNHR tem como finalidade subsidiar a produção ou reforma de imóveis para agricultores familiares e trabalhadores rurais, por intermédio de operações de repasse de recursos do orçamento geral da União ou de financiamento habitacional com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, desde 14 de abril de 2009.

.....”(NR)

“Art. 29. O FGHab concederá garantia para até 2.000.000 (dois milhões) de financiamentos imobiliários contratados exclusivamente no âmbito do PMCMV.”(NR)

“Art. 30. As coberturas do FGHab descritas no art. 20 serão prestadas às operações de financiamento habitacional a partir de 14 de abril de 2009, nos casos de:

.....”(NR)

Seção XIV

Da Casa da Moeda do Brasil

Art. 61. O art. 10 da Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 10.

.....
§ 2º A despesa envolvida na doação prevista no **caput** não poderá ultrapassar R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais), e os custos serão suportados pela CMB.”(NR)

Art. 62. A Lei nº 5.895, de 19 de junho de 1973, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

§ 1º Para fins interpretativos, a fabricação de cadernetas de passaporte para fornecimento ao Governo brasileiro e as atividades de controle fiscal de que tratam os arts. 27 a 30 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e o art. 58-T da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, equiparam-se às atividades constantes do **caput**.

§ 2º Sem prejuízo do disposto neste artigo, a Casa da Moeda do Brasil poderá exercer outras atividades compatíveis com suas atividades industriais, bem como a comercialização de moedas comemorativas nas quantidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil.”(NR)

Seção XV

Do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e do Banco da Amazônia S.A.

Art. 63. Fica a União autorizada a renegociar as condições financeiras e contratuais das operações de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES firmadas com fundamento no art. 1º da Lei nº 12.397, de 23 de março de 2011, no art. 2º da Lei nº 12.453, de 21 de julho de 2011, e no art. 3º da Lei nº 12.872, de 24 de outubro de 2013.

Parágrafo único. As condições financeiras e contratuais da renegociação de que trata o **caput** serão definidas em ato do Ministro de Estado da Fazenda, observado o seguinte:

I - as dívidas originais e os saldos renegociados deverão ser considerados pelo seu valor de face; e

II - a remuneração será equivalente à Taxa de Juros de Longo Prazo.

Art. 64. O inciso I do **caput** do art. 2º-A da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º-A.....”

I - até o montante de R\$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de reais), visando ao seu enquadramento como instrumento híbrido de capital e dívida, conforme definido pelo Conselho Monetário Nacional, ficando, neste caso, assegurada ao Tesouro Nacional remuneração compatível com o seu custo de captação; e

.....”(NR)

Art. 65. Fica a União autorizada, até o montante de R\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais), a renegociar ou estabelecer as condições financeiras e contratuais definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda de operações de crédito realizadas com o BNDES, que permitam o seu enquadramento como instrumento elegível ao capital principal, nos termos das normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, devendo a remuneração a ser recebida pelo Tesouro Nacional ser variável e limitada à Taxa de Juros de Longo Prazo.

Art. 66. O art. 1º da Lei nº 12.380, de 10 de janeiro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Ficam a União, inclusive mediante fundos, por meio de ato do Poder Executivo, e as entidades da administração pública federal indireta autorizadas a contratar, reciprocamente ou com fundo privado do qual o Tesouro Nacional seja cotista majoritário:

.....
II - a cessão de valores mobiliários e de créditos decorrentes de adiantamentos efetuados para futuro aumento de capital; e

.....
§ 1º Nas operações de que tratam os incisos I e II do **caput**, poderão ser aceitos em pagamento valores mobiliários, observado o princípio da equivalência econômica, e bens imóveis, na forma do decreto regulamentar.

.....”(NR)

Art. 67. O art. 7º da Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 7º.....”

I -.....”

.....
d) empresas de qualquer porte dos setores definidos pelo Poder Executivo federal, nos termos do regulamento, como estratégicos para a política industrial e tecnológica, nos limites definidos pelo estatuto do fundo;

.....”(NR)

Art. 68. A Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 8º Fica a União autorizada a subscrever e integralizar ações do Banco da Amazônia S.A. ou conceder crédito em condições financeiras e contratuais definidas em ato do Ministro de Estado da Fazenda que permitam o seu enquadramento como instrumento elegível ao capital principal na formação do patrimônio de referência, nos termos de normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, até 31 de dezembro de 2014, no montante de até R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).

§ 1º Para a cobertura do crédito de que trata o **caput**, a União poderá emitir, sob a forma de colocação direta, em favor do Banco da Amazônia S.A., títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal, cujas características serão definidas em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 2º No caso de emissão de títulos, será respeitada a equivalência econômica com o valor previsto no **caput**.

§ 3º A remuneração a ser recebida pelo Tesouro Nacional deverá ser variável e limitada ao seu custo de captação.”(NR)

“Art. 33.....

§ 2º O fundo poderá oferecer, direta ou indiretamente, cobertura para quaisquer riscos relacionados às operações de que trata o § 7º, inclusive não gerenciáveis relacionados a concessões, observadas as condições e formas previstas em seu estatuto.

§ 9º Em caso de cobertura de risco de engenharia, o fundo não exigirá contragarantia.”(NR)

Art. 69. A alínea *a* do inciso I do art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º.....

I -.....

a) à aquisição, produção e arrendamento mercantil de bens de capital, incluídos componentes e serviços tecnológicos relacionados, e o capital de giro associado; à produção de bens de consumo para exportação; ao setor de energia elétrica, a estruturas para exportação de grãos líquidos; a projetos de engenharia; à inovação tecnológica; a projetos de investimento destinados à constituição de capacidade tecnológica e produtiva em setores de alta intensidade de conhecimento e engenharia; a projetos e equipamentos de reciclagem e tratamento

ambientalmente adequados de resíduos; e a investimentos no setor de
armazenagem nacional de grãos e açúcar; e
.....”(NR)

Seção XVI

Da Desoneração Tributária na Venda de Equipamentos ou Materiais Destinados a Uso Médico, Hospitalar, Clínico ou Laboratorial

Art. 70. Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita decorrente da venda de equipamentos ou materiais destinados a uso médico, hospitalar, clínico ou laboratorial, quando adquiridos:

I - pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, bem como pelas suas autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público; ou

II - por entidades beneficentes de assistência social que atendam ao disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

§ 1º O disposto no **caput** aplica-se:

I - exclusivamente aos equipamentos ou materiais listados pelo Poder Executivo;

II - inclusive na venda dos equipamentos ou materiais por pessoa jurídica revendedora às pessoas jurídicas de que trata o **caput**, hipótese em que as reduções de alíquotas ficam condicionadas à observância dos procedimentos estabelecidos pelo Poder Executivo.

§ 2º A pessoa jurídica industrial, ou equiparada, e a pessoa jurídica revendedora ficam solidariamente responsáveis pelas contribuições não pagas em decorrência de aplicação irregular das reduções de alíquotas de que trata este artigo, acrescidas de juros e de multa, na forma da lei.

Seção XVII

Da Legislação Tributária e Financeira Aplicável aos Contratos de Concessão de Serviços Públicos

Art. 71. A Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º.....

.....
§ 3º.....

III - da base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB devida pelas empresas referidas nos arts. 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, a partir de 1º de janeiro de 2015.

§ 4º Até 31 de dezembro de 2013, para os optantes conforme o art. 75 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, e até 31 de dezembro de 2014, para os não optantes, a parcela excluída nos termos do § 3º deverá ser computada na determinação do lucro líquido para fins de apuração do lucro real, da base de cálculo da CSLL e da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, na proporção em que o custo para a realização de obras e aquisição de bens a que se refere o § 2º deste artigo for realizado, inclusive mediante depreciação ou extinção da concessão, nos termos do art. 35 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

.....
§ 6º A partir de 1º de janeiro de 2014, para os optantes conforme o art. 75 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, e de 1º de janeiro de 2015, para os não optantes, a parcela excluída nos termos do § 3º deverá ser computada na determinação do lucro líquido para fins de apuração do lucro real, da base de cálculo da CSLL e da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins em cada período de apuração durante o prazo restante do contrato, considerado a partir do início da prestação dos serviços públicos.

§ 7º No caso do § 6º, o valor a ser adicionado em cada período de apuração deve ser o valor da parcela excluída dividida pela quantidade de períodos de apuração contidos no prazo restante do contrato.

§ 8º Para os contratos de concessão em que a concessionária já tenha iniciado a prestação dos serviços públicos nas datas referidas no § 6º, as adições subsequentes serão realizadas em cada período de apuração durante o prazo restante do contrato, considerando o saldo remanescente ainda não adicionado.

§ 9º A parcela excluída nos termos do inciso III do § 3º deverá ser computada na determinação da base de cálculo da contribuição previdenciária de que trata o inciso III do § 3º em cada período de apuração durante o prazo restante previsto no contrato para construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento da infraestrutura que será utilizada na prestação de serviços públicos.

§ 10. No caso do § 9º, o valor a ser adicionado em cada período de apuração deve ser o valor da parcela excluída dividida pela quantidade de períodos de apuração contidos no prazo restante previsto

no contrato para construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento da infraestrutura que será utilizada na prestação de serviços públicos.

§ 11. Ocorrendo a extinção da concessão antes do advento do termo contratual, o saldo da parcela excluída nos termos do § 3º, ainda não adicionado, deverá ser computado na determinação do lucro líquido para fins de apuração do lucro real, da base de cálculo da CSLL e da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins e da contribuição previdenciária de que trata o inciso III do § 3º no período de apuração da extinção.

§ 12. Aplicam-se às receitas auferidas pelo parceiro privado nos termos do § 6º o regime de apuração e as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins aplicáveis às suas receitas decorrentes da prestação dos serviços públicos.”(NR)

“Art. 8º

Parágrafo único. O regime de garantias previsto neste artigo aplica-se às contratações em que houver transferência ou desenvolvimento local de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde - SUS, no âmbito da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, conforme elencados em ato da direção nacional do SUS, inclusive por ocasião da aquisição desses produtos durante as etapas de absorção tecnológica.”(NR)

Art. 72. A Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º

§ 4º Os benefícios previstos no **caput** aplicam-se também na hipótese de, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis, as receitas das pessoas jurídicas titulares de contratos de concessão de serviços públicos reconhecidas durante a execução das obras de infraestrutura elegíveis ao Rcdi terem como contrapartida ativo intangível representativo de direito de exploração ou ativo financeiro representativo de direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, estendendo-se, inclusive, aos projetos em andamento, já habilitados perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil.”(NR)

“Art. 4º

§ 3º Os benefícios previstos no **caput** aplicam-se também na hipótese de, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis, as receitas das pessoas jurídicas titulares de contratos de concessão de

serviços públicos reconhecidas durante a execução das obras de infraestrutura elegíveis ao Reidi terem como contrapartida ativo intangível representativo de direito de exploração ou ativo financeiro representativo de direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, estendendo-se, inclusive, aos projetos em andamento, já habilitados perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil.”(NR)

Seção XVIII

Da Execução Fiscal e do Arrolamento de Bens e Direitos

Art. 73. A Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 7º

II - penhora, se não for paga a dívida, nem garantida a execução, por meio de depósito, fiança ou seguro garantia;

.....”(NR)

“Art. 9º

II - oferecer fiança bancária ou seguro garantia;

§ 2º Juntar-se-á aos autos a prova do depósito, da fiança bancária, do seguro garantia ou da penhora dos bens do executado ou de terceiros.

§ 3º A garantia da execução, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia, produz os mesmos efeitos da penhora.

.....”(NR)

“Art. 15

I - ao executado, a substituição da penhora por depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia; e

.....”(NR)

“Art. 16

II - da juntada da prova da fiança bancária ou do seguro garantia;

.....”(NR)

Art. 74. As execuções fiscais de créditos de natureza não tributária cuja prescrição ficou suspensa por mais de 5(cinco) anos por força da revogação do

parágrafo único do art. 5º do Decreto-Lei nº 1.569, de 8 de agosto de 1977, constante do inciso VIII do art. 114 desta Lei, deverão ser extintas.

Art. 75. A revogação do inciso I do art. 15 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, constante do inciso IX do art. 114 desta Lei, não alcança as execuções fiscais da União e de suas autarquias e fundações públicas ajuizadas na Justiça Estadual antes da vigência desta Lei.

Art. 76. O art. 64 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 12:

“Art. 64.

§ 12. A autoridade fiscal competente poderá, a requerimento do sujeito passivo, substituir bem ou direito arrolado por outro que seja de valor igual ou superior, desde que respeitada a ordem de prioridade de bens a serem arrolados definida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, e seja realizada a avaliação do bem arrolado e do bem a ser substituído nos termos do § 2º do art. 64-A.”(NR)

Seção XIX

Da Legislação Tributária Aplicável ao Gás Natural e à Nafta

Art. 77. O parágrafo único do art. 56 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso III:

“Art. 56.

Parágrafo único.

III - às vendas, por distribuidor autorizado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, de gás natural para indústrias químicas para ser utilizado como insumo na produção de álcool metílico.”(NR)

Seção XX

Das demais Disposições sobre a Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins

Art. 78. O art. 3º da Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“Art. 3º.

§ 4º O saldo credor da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins apurado pelas pessoas jurídicas de que trata este artigo, na forma

do art. 3º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, do art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e do art. 15 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, em relação a custos, despesas e encargos vinculados à produção e à comercialização dos produtos referidos no **caput**, acumulado ao final de cada trimestre do ano-calendário, poderá ser objeto de:

I - compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, observada a legislação específica aplicável à matéria; ou

II - pedido de ressarcimento em espécie, observada a legislação específica aplicável à matéria.”(NR)

Art. 79. O inciso XX do art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10.

XX - as receitas decorrentes da execução por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil;

.....”(NR)

Art. 80. A ementa da Lei nº 12.860, de 11 de setembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Dispõe sobre a redução a 0 (zero) das alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre as receitas decorrentes da prestação de serviços de transporte público coletivo rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.”

Art. 81. O art. 1º da Lei nº 12.860, de 11 de setembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços de transporte público coletivo municipal de passageiros, por meio rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário.

Parágrafo único. A desoneração de que trata o **caput** alcança também as receitas decorrentes da prestação dos serviços nele referidos no território de região metropolitana regularmente constituída e

da prestação dos serviços definidos nos incisos XI a XIII do art. 4º da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, por qualquer dos meios citados no **caput.**”(NR)

Seção XXI

Do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural e do Imposto de Renda das Pessoas Físicas

Art. 82. A Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 3º-A:

“Art. 3º-A Os imóveis rurais oficialmente reconhecidos como áreas ocupadas por remanescentes de comunidades de quilombos que estejam sob a ocupação direta e sejam explorados, individual ou coletivamente, pelos membros destas comunidades são isentos do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR.

§ 1º Ficam dispensados a constituição de créditos da Fazenda Nacional, a inscrição na Dívida Ativa da União e o ajuizamento da respectiva execução fiscal, e cancelados o lançamento e a inscrição relativos ao ITR referentes aos imóveis rurais de que trata o **caput** a partir da data do registro do título de domínio previsto no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 2º Observada a data prevista no § 1º, não serão aplicadas as penalidades estabelecidas nos arts. 7º e 9º para fatos geradores ocorridos até a data de publicação da lei decorrente da conversão da Medida Provisória nº 651, de 9 de julho de 2014, e ficam anistiados os valores decorrentes de multas lançadas pela apresentação da declaração do ITR fora do prazo.”

Art. 83. O art. 8º da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 8º.....

.....

§ 3º O contribuinte cujo imóvel se enquadre nas hipóteses estabelecidas nos arts. 2º, 3º e 3º-A fica dispensado da apresentação do DIAT.”(NR)

Art. 84. A Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º.....

.....

VII - as contribuições para as entidades fechadas de previdência complementar de natureza pública de que trata o § 15 do art.

40 da Constituição Federal, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social.

.....”(NR)

“Art. 8º

.....

II -

.....

i) às contribuições para as entidades fechadas de previdência complementar de natureza pública de que trata o § 15 do art. 40 da Constituição Federal, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social.

.....”(NR)

Art. 85. O art. 11 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 6º e 7º:

“Art. 11.

.....

§ 6º As deduções relativas às contribuições para entidades de previdência complementar a que se referem o inciso VII do art. 4º e a alínea *i* do inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, desde que limitadas à alíquota de contribuição do ente público patrocinador, não se sujeitam ao limite previsto no **caput**.

§ 7º Os valores de contribuição excedentes ao disposto no § 6º poderão ser deduzidos desde que seja observado o limite conjunto de dedução previsto no **caput**.”(NR)

Seção XXII

Do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares

Art. 86. A Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 15.

.....

§ 4º Aplica-se o disposto neste artigo aos projetos aprovados até 31 de dezembro de 2017.”(NR)

“Art. 16.

.....

§ 5º No caso da suspensão aplicável ao Imposto de Importação, fica dispensado, exceto para materiais de construção, o

exame de similaridade de que trata o art. 17 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966.”(NR)

“Art. 16-A. No caso de venda no mercado interno ou de importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao ativo imobilizado, fica suspensa a exigência da:

I - Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a venda no mercado interno quando os referidos bens ou materiais de construção forem adquiridos por pessoa jurídica beneficiária do Renuclear;

II - Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação quando os referidos bens ou materiais de construção forem importados diretamente por pessoa jurídica beneficiária do Renuclear.

§ 1º Nas notas fiscais relativas às vendas de que trata o inciso I do **caput** deverá constar a expressão “Venda efetuada com suspensão do pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins”, com a especificação do dispositivo legal correspondente.

§ 2º As suspensões de que trata este artigo convertem-se em alíquota 0 (zero) após a utilização ou incorporação do bem ou material de construção na obra de infraestrutura.”

“Art. 16-B. No caso de venda no mercado interno ou de importação de serviços destinados a obras de infraestrutura para incorporação ao ativo imobilizado, fica suspensa a exigência da:

I - Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a prestação de serviços efetuada por pessoa jurídica estabelecida no País quando os referidos serviços forem prestados à pessoa jurídica beneficiária do Renuclear; ou

II - Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação incidentes sobre a prestação de serviços quando os referidos serviços forem importados diretamente por pessoa jurídica beneficiária do Renuclear.

§ 1º Nas notas fiscais relativas às prestações de serviço de que trata o inciso I do **caput**, deverá constar a expressão “Prestação de serviço efetuada com suspensão do pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins”, com a especificação do dispositivo legal correspondente.

§ 2º As suspensões de que trata este artigo convertem-se em alíquota 0 (zero) após o serviço ser aplicado na obra de infraestrutura.”

“Art. 16-C. No caso de locação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos à pessoa jurídica beneficiária do Renuclear para utilização em obras de infraestrutura a serem incorporadas ao ativo imobilizado, fica suspensa a exigência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita auferida pelo locador.

Parágrafo único. As suspensões de que trata este artigo convertem-se em alíquota 0 (zero) após a aplicação do bem locado na obra de infraestrutura.”

“Art. 16-D. Para efeitos dos arts.16 e 16-A, equipara-se ao importador a pessoa jurídica adquirente de bens estrangeiros, no caso de importação realizada por sua conta e ordem por intermédio de pessoa jurídica importadora.”

“Art. 16-E. A pessoa jurídica habilitada ao Renuclear que não utilizar ou incorporar o bem ou material de construção na obra de infraestrutura ou que não aplicar o serviço ou o bem locado na citada obra, fica obrigada a recolher os tributos não pagos em decorrência das suspensões usufruídas, acrescidas de juros e multa de mora, na forma da legislação específica, contados a partir do vencimento do tributo relativo à aquisição, locação ou prestação, ou do registro da Declaração de Importação - DI, na condição:

I - de contribuinte, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep-Importação, à Cofins-Importação, ao IPI vinculado à importação e ao Imposto de Importação;

II - de responsável, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep, à Cofins e ao IPI.

Parágrafo único. A incorporação ou utilização do bem ou material de construção na obra de infraestrutura deve ocorrer no prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da respectiva aquisição.”

“Art. 17. Os benefícios de que tratam os arts. 16 a 16-C poderão ser usufruídos nas aquisições, importações e locações realizadas até 31 de dezembro de 2020 pela pessoa jurídica habilitada ou coabilitada ao Renuclear.”(NR)

Seção XXIII

Das Prorrogações Referentes a Regimes Especiais de Tributação

Art. 87. O art. 11 da Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. Os benefícios de que tratam os arts. 9º, 9º-A, 9º-B e 10 poderão ser usufruídos em até 20 (vinte) anos contados da data de publicação desta Lei, nas aquisições e importações realizadas depois da habilitação das pessoas jurídicas beneficiadas pelo Retid.”(NR)

Art. 88. O art. 29 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 29.

.....
§ 3º O projeto de que trata o **caput** deverá ser apresentado ao Ministério das Comunicações até 30 de junho de 2015.

.....”(NR)

Art. 89. O art. 16 da Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16. Fica reduzida a 0 (zero), em relação aos fatos geradores que ocorrerem até 31 de dezembro de 2022, a alíquota do imposto sobre a renda na fonte incidente nas operações de que trata o inciso V do art. 1º da Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, na hipótese de pagamento, crédito, entrega, emprego ou remessa, por fonte situada no País, a pessoa jurídica domiciliada no exterior, a título de contraprestação de contrato de arrendamento mercantil de aeronave ou de motores destinados a aeronaves, celebrado por empresa de transporte aéreo público regular, de passageiros ou cargas, até 31 de dezembro de 2019.”(NR)

Art. 90. O inciso I do art. 1º da Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º.....

I - receitas de fretes, afretamentos, alugueis ou arrendamentos de embarcações marítimas ou fluviais ou de aeronaves estrangeiras ou motores de aeronaves estrangeiros, feitos por empresas, desde que tenham sido aprovados pelas autoridades competentes, bem como os pagamentos de aluguel de contêineres, sobrestadia e outros relativos ao uso de serviços de instalações portuárias;

.....”(NR)

Seção XXIV

Das Demais Alterações na Legislação Tributária

Art. 91. O art. 13 da Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, passa a vigorar acrescido do seguinte § 12:

“Art. 13.

.....

§ 12. Caso o certificado não tenha sido emitido até o mês imediatamente posterior ao da concessão da bolsa, poderá ser utilizado, quando emitido, para pagamento da prestação do mês posterior ao da concessão da bolsa ou das prestações vencidas após esta, de forma retroativa, não incidindo a mantenedora em hipótese de rescisão, desde que tenha pago regularmente o valor mínimo, em moeda corrente, de 10% (dez por cento) do valor da prestação.”(NR)

Art. 92. As perdas incorridas em Certificados de Operações Estruturadas - COE, emitidos de acordo com as normas do Conselho Monetário Nacional, serão dedutíveis na apuração do lucro real.

Art. 93. A Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.13.

.....

§ 2º Será facultado à entidade substituir até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade das bolsas de estudo definidas no inciso III do **caput** e no § 1º por benefícios concedidos a beneficiários cuja renda familiar mensal **per capita** não exceda o valor de um salário mínimo e meio, tais como transporte, uniforme, material didático, moradia, alimentação e outros benefícios, ações e serviços definidos em ato do Ministro de Estado da Educação.

.....”(NR)

“Art. 13-A.

§ 1º As entidades que atuam concomitantemente no nível de educação superior e que tenham aderido ao Prouni e no de educação básica estão obrigadas a cumprir os requisitos exigidos no art. 13, para cada nível de educação, inclusive quanto à complementação eventual da gratuidade por meio da concessão de bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) e de benefícios, conforme previsto nos §§ 1º e 2º do art. 13.

.....”(NR)

“Art.13-B.

.....

§ 2º Será facultado à entidade substituir até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade das bolsas de estudo definidas no inciso II do **caput** e no § 1º por benefícios concedidos a beneficiários cuja renda familiar mensal **per capita** não exceda o valor de um salário mínimo e meio, tais como transporte, uniforme, material didático, moradia, alimentação e outros benefícios, ações e serviços definidos em ato do Ministro de Estado da Educação.

.....

§ 5º As entidades que atuam concomitantemente na educação superior e na educação básica são obrigadas a cumprir os requisitos exigidos no art. 13 e neste artigo de maneira segregada, por nível de educação, inclusive quanto à eventual complementação da gratuidade por meio da concessão de bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) e de benefícios.

.....”(NR)

“Art. 17.

.....

§ 3º O Termo de Ajuste de Gratuidade poderá ser celebrado somente uma vez com a mesma entidade a cada período de 10 (dez) anos, a contar da data da assinatura do último termo e desde que este tenha sido devidamente cumprido.

.....”(NR)

Art. 94. O art. 8º da Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º O Ministério do Esporte informará à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB os valores correspondentes a doação ou patrocínio destinados ao apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos, no ano-calendário anterior.

Parágrafo único. A RFB estabelecerá, em ato normativo próprio, a forma, o prazo e as condições para o cumprimento da obrigação acessória a que se refere o **caput** deste artigo.”(NR)

Art. 95. O § 1º do art. 2º da Lei nº 11.478, de 29 de maio de 2007, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

“Art. 2º

§ 1º

.....

IV - à alíquota 0 (zero), quando pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, individual ou coletivo, que realizar operações financeiras no País de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, exceto no caso de residente ou domiciliado em país

com tributação favorecida, nos termos do art. 24 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

.....”(NR)

Art. 96. O art. 89 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 89. A matriz e a pessoa jurídica controladora ou a ela equiparada, nos termos do art. 83, domiciliadas no Brasil poderão considerar como imposto pago, para fins da dedução de que trata o art. 87, o imposto sobre a renda retido na fonte no Brasil e no exterior, na proporção de sua participação, decorrente de rendimentos recebidos pela filial, sucursal ou controlada, domiciliadas no exterior.

§ 1º O disposto no **caput** somente será permitido se for reconhecida a receita total auferida pela filial, sucursal ou controlada, com a inclusão do imposto retido.

§ 2º Para o imposto sobre a renda retido na fonte no exterior, o valor do imposto a ser considerado está limitado ao valor que o país de domicílio do beneficiário do rendimento permite que seja aproveitado na apuração do imposto devido pela filial, sucursal ou controlada no exterior.”(NR)

Art. 97. As receitas auferidas pelos fundos garantidores constituídos nos termos das Leis nºs 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 11.786, de 25 de setembro de 2008, 11.977, de 7 de julho de 2009, 12.087, de 11 de novembro de 2009, e 12.712, de 30 de agosto de 2012, ficam isentas do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, inclusive no tocante aos ganhos líquidos mensais e à retenção na fonte sobre os rendimentos de aplicação financeira de renda fixa e de renda variável.

Parágrafo único. Ficam reduzidas a 0 (zero) as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre as receitas e ganhos líquidos de que trata o **caput**.

Art. 98. O § 8º do art. 14 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14.

.....

§ 8º O disposto no **caput** deste artigo aplica-se também aos bens utilizados na execução de serviços de transporte de mercadorias em ferrovias e nas operações de carga e descarga de mercadorias, classificados nas posições 84.26 e 84.28 e 86.01, 86.02 e 86.06 da Nomenclatura Comum do Mercosul, e aos trilhos e demais elementos de vias férreas classificados na posição 73.02 da Nomenclatura Comum do Mercosul, relacionados pelo Poder Executivo.

.....”(NR)

CAPÍTULO II DAS DEMAIS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO

Seção I Da Vigilância Sanitária

Art. 99. Os itens 3.1, 3.2, 5.1 e 7.1, bem como seus respectivos subitens, do Anexo II da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, passam a vigorar na forma do Anexo desta Lei.

Art. 100. O art. 1º da Lei nº 11.972, de 6 de julho de 2009, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º Os prazos para renovação das Certificações de Boas Práticas dos produtos sujeitos ao regime de vigilância sanitária, que constam dos subitens dos itens 1.4, 2.4, 4.3, 6.4, 7.2 e 7.3 da tabela do Anexo II da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.190-34, de 23 de agosto de 2001, ficam alterados para até 4 (quatro) anos, conforme regulamentação específica da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, observado o risco inerente à atividade da empresa.

.....”(NR)

Seção II Da Alienação Fiduciária

Art. 101. O Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º No caso de inadimplemento ou mora nas obrigações contratuais garantidas mediante alienação fiduciária, o proprietário fiduciário ou credor poderá vender a coisa a terceiros, independentemente de leilão, hasta pública, avaliação prévia ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, salvo disposição expressa em contrário prevista no contrato, devendo aplicar o preço da venda no pagamento de seu crédito e das despesas decorrentes e entregar ao devedor o saldo apurado, se houver, com a devida prestação de contas.

.....

§ 2º A mora decorrerá do simples vencimento do prazo para pagamento e poderá ser comprovada por carta registrada com aviso

de recebimento, não se exigindo que a assinatura constante do referido aviso seja a do próprio destinatário.

.....
§ 4º Os procedimentos previstos no **caput** e no seu § 2º aplicam-se às operações de arrendamento mercantil previstas na forma da Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974.”(NR)

“Art. 3º O proprietário fiduciário ou credor poderá, desde que comprovada a mora, na forma estabelecida pelo § 2º do art. 2º, ou o inadimplemento, requerer contra o devedor ou terceiro a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, a qual será concedida liminarmente, podendo ser apreciada em plantão judiciário.

.....
§ 9º Ao decretar a busca e apreensão de veículo, o juiz, caso tenha acesso à base de dados do Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM, inserirá diretamente a restrição judicial na base de dados do Renavam, bem como retirará tal restrição após a apreensão.

§ 10. Caso o juiz não tenha acesso à base de dados prevista no § 9º, deverá oficiar ao departamento de trânsito competente para que:

I - registre o gravame referente à decretação da busca e apreensão do veículo; e

II - retire o gravame após a apreensão do veículo.

§ 11. O juiz também determinará a inserção do mandado a que se refere o § 9º em banco próprio de mandados.

§ 12. A parte interessada poderá requerer diretamente ao juízo da comarca onde foi localizado o veículo com vistas à sua apreensão, sempre que o bem estiver em comarca distinta daquela da tramitação da ação, bastando que em tal requerimento conste a cópia da petição inicial da ação e, quando for o caso, a cópia do despacho que concedeu a busca e apreensão do veículo.

§ 13. A apreensão do veículo será imediatamente comunicada ao juízo, que intimará a instituição financeira para retirar o veículo do local depositado no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 14. O devedor, por ocasião do cumprimento do mandado de busca e apreensão, deverá entregar o bem e seus respectivos documentos.

§ 15. As disposições deste artigo aplicam-se no caso de reintegração de posse de veículos referente às operações de arrendamento mercantil previstas na Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974.”(NR)

“Art. 4º Se o bem alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, fica facultado ao credor requerer, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, na forma prevista no Capítulo II do Livro II da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.”(NR)

“Art. 5º Se o credor preferir recorrer à ação executiva, direta ou a convertida na forma do art. 4º, ou, se for o caso ao executivo fiscal, serão penhorados, a critério do autor da ação, bens do devedor quantos bastem para assegurar a execução.

.....”(NR)

“Art. 6º-A O pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pelo devedor nos termos da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, não impede a distribuição e a busca e apreensão do bem.”

“Art. 7º-A Não será aceito bloqueio judicial de bens constituídos por alienação fiduciária nos termos deste Decreto-Lei, sendo que, qualquer discussão sobre concursos de preferências deverá ser resolvida pelo valor da venda do bem, nos termos do art. 2º.”

Art. 102. A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1.367. A propriedade fiduciária em garantia de bens móveis ou imóveis sujeita-se às disposições do Capítulo I do Título X do Livro III da Parte Especial deste Código e, no que for específico, à legislação especial pertinente, não se equiparando, para quaisquer efeitos, à propriedade plena de que trata o art. 1.231.”(NR)

“Art. 1.368-B. A alienação fiduciária em garantia de bem móvel ou imóvel confere direito real de aquisição ao fiduciante, seu cessionário ou sucessor.

Parágrafo único. O credor fiduciário que se tornar proprietário pleno do bem, por efeito de realização da garantia, mediante consolidação da propriedade, adjudicação, dação ou outra forma pela qual lhe tenha sido transmitida a propriedade plena, passa a responder pelo pagamento dos tributos sobre a propriedade e a posse, taxas, despesas condominiais e quaisquer outros encargos, tributários ou não, incidentes sobre o bem objeto da garantia, a partir da data em que vier a ser imitado na posse direta do bem.”

Art. 103. A Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 26.

.....

§ 4º Quando o fiduciante, ou seu cessionário, ou seu representante legal ou procurador encontrar-se em local ignorado, incerto

ou inacessível, o fato será certificado pelo serventuário encarregado da diligência e informado ao oficial de Registro de Imóveis, que, à vista da certidão, promoverá a intimação por edital publicado durante 3 (três) dias, pelo menos, em um dos jornais de maior circulação local ou noutro de comarca de fácil acesso, se no local não houver imprensa diária, contado o prazo para purgação da mora da data da última publicação do edital.

.....”(NR)

Seção III

Da Advocacia-Geral da União

Art. 104. O § 7º do art. 8º-A da Lei nº 11.775, de 17 de setembro 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º-A.....

.....

§ 7º A liquidação e a renegociação de que trata este artigo serão regulamentadas por ato do Advogado-Geral da União.”(NR)

Seção IV

Disposições Finais

Art. 105. A Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º.....

.....

§ 9º A taxa de juros referida na alínea *b* do inciso II do § 2º deste artigo é citada com arredondamento na segunda casa decimal, correspondendo à taxa de juros de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, e tem a finalidade única de estabelecer o percentual, fixo e invariável, dos juros remuneratórios, a ser adotado nas novações celebradas a partir da data de vigência desta Lei, independentemente de eventual alteração na taxa de juros remuneratórios aplicável aos depósitos de poupança.”(NR)

“Art. 3º.....

.....

§ 13. Na forma definida pelo Conselho Curador do FCVS, a comprovação do pagamento das contribuições devidas ao FCVS de que trata o § 3º do art. 1º desta Lei pode ser efetuada de maneira consolidada

por instituição financeira recolhadora da contribuição, sendo, nesse caso, obrigatória a apresentação de relatório de auditoria independente.

§ 14. Na instrução do processo de novação de créditos originados pela instituição financiadora, os débitos a que se refere o inciso I do **caput** deste artigo compreendem aqueles gerados:

I - pelos contratos de financiamento por ela originados; e

II - pelos contratos de financiamento adquiridos, a partir da data da aquisição.

§ 15. Na instrução do processo de novação de créditos adquiridos, adicionalmente ao previsto no § 14 deste artigo, incluem-se os débitos a que se refere o inciso I do **caput** deste artigo, devidos pelas instituições cedentes, relativamente ao período em que essas permaneceram como titular dos créditos que integram o processo de novação.”(NR)

Art. 106. O art. 1º da Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 2º a 8º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

“Art. 1º.....

§ 1º.....

§ 2º No caso do inciso I do **caput** deste artigo, quando ocorrer execução simultânea do contrato de afretamento ou aluguel de embarcações marítimas e do contrato de prestação de serviço, relacionados à prospecção e exploração de petróleo ou gás natural, celebrados com pessoas jurídicas vinculadas entre si, do valor total dos contratos a parcela relativa ao afretamento ou aluguel não poderá ser superior a: .

I - 85% (oitenta e cinco por cento), no caso de embarcações com sistemas flutuantes de produção e/ou armazenamento e descarga (**Floating Production Systems - FPS**);

II - 80% (oitenta por cento), no caso de embarcações com sistema do tipo sonda para perfuração, completação, manutenção de poços (navios-sonda); e

III - 65% (sessenta e cinco por cento), nos demais tipos de embarcações.

§ 3º Para cálculo dos percentuais previstos no § 2º, o contrato celebrado em moeda estrangeira deverá ser convertido para Real à taxa de câmbio da moeda do país de origem, fixada para venda pelo Banco Central do Brasil, correspondente à data da apresentação da proposta pelo fornecedor, que é parte integrante do contrato.

§ 4º Em caso de repactuação ou reajuste dos valores de quaisquer dos contratos, as novas condições deverão ser consideradas

para fins de verificação do enquadramento do contrato de afretamento nos limites previstos no § 2º.

§ 5º Para fins de verificação do enquadramento das remessas de afretamento nos limites previstos no § 2º, deverá ser desconsiderado o efeito da variação cambial.

§ 6º A parcela do contrato de afretamento que exceder os limites estabelecidos no § 2º sujeita-se à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), quando a remessa for destinada a país ou dependência com tributação favorecida, ou quando o arrendante ou locador for beneficiário de regime fiscal privilegiado, nos termos dos arts. 24 e 24-A da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

§ 7º Para efeitos do disposto no § 2º, será considerada vinculada a pessoa jurídica proprietária da embarcação marítima sediada no exterior e a pessoa jurídica prestadora do serviço quando forem sócias, direta ou indiretamente, em sociedade proprietária dos ativos arrendados ou locados.

§ 8º O Ministro da Fazenda poderá elevar ou reduzir em até 10 (dez) pontos percentuais os limites de que trata o § 2º.”(NR)

Art. 107. Os arts. 54 e 55 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 54. A disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos deverá ser implantada em, no máximo, 8 (oito) anos após a data de publicação desta Lei, nos termos do plano estadual de resíduos sólidos e do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.”(NR)

“Art. 55. O disposto nos arts. 16 e 18 entra em vigor 6 (seis) anos após a data de publicação desta Lei.”(NR)

Art. 108. Ficam reduzidas a 0% (zero por cento) as alíquotas das contribuições para PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre as receitas de venda dos produtos classificados nas posições 40.11 (pneus novos de borracha) e 40.13 (câmaras de ar de borracha).

Parágrafo único. A redução a que se refere o **caput** aplica-se às receitas de venda realizadas por pessoas jurídicas fabricantes que utilizarem no processo de industrialização, em estabelecimentos implantados na Zona Franca de Manaus, de acordo com o processo produtivo básico fixado em legislação específica, borracha natural produzida por extrativismo não madeireiro na região Norte.

Art. 109. O § 10 do art. 87 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.87.....

.....

§ 10. Até o ano-calendário de 2022, a controladora no Brasil poderá deduzir até 9% (nove por cento), a título de crédito presumido sobre a renda incidente sobre a parcela positiva computada no lucro real, observados o disposto no § 2º deste artigo e as condições previstas nos incisos I e IV do art. 91 desta Lei, relativo a investimento em pessoas jurídicas no exterior que realizem as atividades de fabricação de bebidas, de fabricação de produtos alimentícios e de construção de edifícios e de obras de infraestrutura, além das demais indústrias em geral.

.....”(NR)

Art. 110. O art. 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 28.....

.....
XXXVII – serviços de reforma de pneumáticos usados, enquadrados na subclasse 2212-9/00 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0).

.....”(NR)

CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 111. A Secretaria da Receita Federal do Brasil regulamentará o disposto nos arts. 1º a 3º e 6º a 15 desta Lei.

Art. 112. A Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários, no âmbito de suas competências, regulamentarão a aplicação do disposto nos arts. 16 a 19 desta Lei.

Art. 113. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, exceto:

I - os arts. 21 a 28, que entram em vigor a partir da data de publicação do ato do Poder Executivo que estabelecer o percentual de que trata o **caput** do art. 22;

II - os arts. 1º a 15, 30 a 32, 97, 106 e os artigos da Seção XXI do Capítulo I, que entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015;

III - os arts. 16-A a 16-C da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, incluídos pelo art. 86, que entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015;

IV - os seguintes dispositivos, que entram em vigor a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente ao da publicação desta Lei:

a) os incisos XII e XIII do **caput** do art. 7º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, com redação dada pelo art. 50, e os arts. 51 a 53; e

b) o art. 98 e os artigos das Seções XVI, XVII, XIX e XX do Capítulo I.

Art. 114. Ficam revogados:

I - os incisos IV e V do **caput** do art. 1º da Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001;

II - o § 3º do art. 20 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002;

III - as seguintes alíneas do art. 76 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003:

a) *a*, *b* e *f* do inciso I do **caput**;

b) *c* do inciso II do **caput**;

c) *e* do inciso III do **caput**;

IV - o § 6º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

V - a alínea *a* do inciso I e os §§ 1º, 2º e 4º do art. 57 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001;

VI - o art. 8º-A do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977;

VII - os §§ 3º e 4º do art. 16 da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011;

VIII - o parágrafo único do art. 5º do Decreto-Lei nº 1.569, de 8 de agosto de 1977;

IX - o inciso I do art. 15 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966.

Senado Federal, em de de 2014.

Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

ANEXO
(ANEXO II DA L.EI Nº 9.782, DE 26 DE JANEIRO DE 1999)

“ANEXO II
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Itens	Fatos Geradores	Valores em R\$	Prazo para Renovação
3.1	Autorização e autorização especial de funcionamento de empresa	---	---
3.1.1	Indústria de medicamentos	20.000	---
3.1.2	Indústria de insumos farmacêuticos	20.000	---
3.1.3	Distribuidora, importadora, exportadora, transportadora, armazenadora, embaladora e reembaladora e demais previstas em legislação específica de medicamentos e insumos farmacêuticos	15.000	---
3.1.4	Fracionamento de insumos farmacêuticos	15.000	---
3.1.5	Drogarias e farmácias	500	---
3.1.6	Indústria de cosméticos, produtos de higiene e perfumes	6.000	---
3.1.7	Distribuidora, importadora, exportadora, transportadora, armazenadora, embaladora e reembaladora e demais previstas em legislação específica de cosméticos, produtos de higiene e perfumes	6.000	---
3.1.8	Indústria de saneantes	6.000	---
3.1.9	Distribuidora, importadora, exportadora, transportadora, armazenadora, embaladora e reembaladora e demais previstas	6.000	---

	em legislação específica de saneantes		
3.2	Autorização e autorização especial de funcionamento de farmácia de manipulação	5.000	---
5.1	Autorização de funcionamento	---	---
5.1.1	Autorização de funcionamento de empresas que prestam serviços de armazenagem e distribuição de medicamentos, matérias-primas e insumos farmacêuticos em terminais alfandegados de uso público	15.000	---
5.1.2	Autorização de funcionamento de empresas que prestam serviços de armazenagem e distribuição de substâncias e medicamentos sob controle especial em terminais alfandegados de uso público	15.000	---
5.1.3	Autorização de funcionamento de empresas que prestam serviços de armazenagem e distribuição de cosméticos, produtos de higiene ou perfumes e matérias-primas em terminais alfandegados de uso público	6.000	---
5.1.4	Autorização de funcionamento de empresas que prestam serviços de armazenagem e distribuição de produtos saneantes domissanitários e matérias-primas em terminais alfandegados de uso público	6.000	---
5.1.5	Autorização de funcionamento de empresas que prestam serviços de armazenagem e distribuição de materiais e equipamentos médico-hospitalares e produtos de diagnóstico de uso <i>in vitro</i> (correlatos) em terminais	6.000	---

	alfandegados de uso público		
5.1.6	Autorização de funcionamento de empresas que prestam serviços de armazenagem e distribuição de alimentos em terminais alfandegados de uso público	6.000	---
5.1.7	Autorização de funcionamento de empresas que prestam serviços alternativos de abastecimento de água potável para consumo humano a bordo de aeronaves, embarcações e veículos terrestres que operam transporte coletivo internacional de passageiros	6.000	---
5.1.8	Autorização de funcionamento de empresas que prestam serviços de desinsetização ou desratização em embarcações, veículos terrestres em trânsito por estações e passagens de fronteira, aeronaves, terminais portuários e aeroportuários de cargas e viajantes, terminais aduaneiros de uso público e estações e passagens de fronteira	6.000	---
5.1.9	Autorização de funcionamento de empresas que prestam serviços de limpeza, desinfecção e descontaminação de superfícies de aeronaves, veículos terrestres em trânsito por estações e passagens de fronteira, embarcações, terminais portuários e aeroportuários de cargas e viajantes, terminais aduaneiros de uso público e estação e passagem de fronteiras	6.000	---
5.1.10	Autorização de funcionamento de empresas que prestam serviços de limpeza e recolhimento de	6.000	---

	resíduos resultantes do tratamento de águas servidas e dejetos em terminais portuários e aeroportuários de cargas e viajantes, terminais aduaneiros de uso público e estações e passagens de fronteira		
5.1.11	Autorização de funcionamento de empresas que prestam serviços de esgotamento e tratamento de efluentes sanitários de aeronaves, embarcações e veículos terrestres em trânsito por estações e passagens de fronteira em terminais aeroportuários, portuário e estações e passagens de fronteira	6.000	---
5.1.12	Autorização de funcionamento de empresas que prestam serviços de segregação, coleta, acondicionamento, armazenamento, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos resultantes de aeronaves, veículos terrestres em trânsito por estações e passagens de fronteira, embarcações, terminais portuários e aeroportuários de cargas e viajantes, terminais alfandegados de uso público e estações e passagens de fronteira	6.000	---
5.1.13	Autorização de funcionamento de empresas que operam a prestação de serviços, nas áreas portuárias, aeroportuárias e estações e passagens de fronteira, de lavanderia, atendimento médico, hotelaria, drogarias, farmácias e ervanários, comércio de materiais e equipamentos hospitalares,	500	---

	salões de barbeiros e cabeleireiros, pedicuros e institutos de beleza e congêneres		
5.1.14	Autorização de funcionamento de empresas prepostas para gerir, representar ou administrar negócios, em nome de empresa de navegação, tomando as providências necessárias ao despacho de embarcação em porto (agência de navegação)	6.000	---
7.1	Autorização e renovação de funcionamento de empresas por estabelecimento ou unidade fabril para cada tipo de atividade	---	---
7.1.1	Por estabelecimento fabricante de uma ou mais linhas de produtos para saúde (equipamentos, materiais e produtos para diagnóstico de uso in vitro)	10.000	---
7.1.2	Distribuidora, importadora, exportadora, transportadora, armazenadora, embaladora, reembaladora e demais previstas em legislação específica de produtos para saúde	8.000	---
7.1.3	Por estabelecimento de comércio varejista de produtos para saúde	5.000	---

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Está encerrada a Ordem do Dia. São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

2

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 417, DE 2007
(Em urgência – Requerimento nº 750/2014)**

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 417, de 2007 (nº 4.569/2008, naquela Casa), do Senador Marcelo Crivella, que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para obrigar entidades a terem, em seus quadros, pessoal capacitado para reconhecer e reportar maus-tratos em crianças e adolescentes.*

Pendente de parecer da CDH.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2005

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.*

Parecer sob nº 105, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação para o segundo turno.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2010

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2010, tendo como primeiro signatário o Senador Valter Pereira, que *altera os arts. 92 e 111-A da Constituição Federal, para explicitar o Tribunal Superior do Trabalho como órgão do Poder Judiciário, alterar os requisitos para o provimento dos cargos de Ministros daquele Tribunal e modificar-lhe a competência.*

Parecer favorável, sob nº 1.846, de 2010, da CCJ, Relator: Senador Demóstenes Torres.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 15, DE 2011

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Ricardo Ferraço, que *altera os arts. 102 e 105 da Constituição, para transformar os recursos extraordinário e especial em ações rescisórias.*

Parecer nº 1.470, de 2013, da CCJ, Relator: Senador Aloysio Nunes Ferreira, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo), que oferece.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2013

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para vincular a duração dos benefícios fiscais concedidos às Áreas de Livre Comércio (ALC) e à Amazônia Ocidental ao prazo de vigência da Zona Franca de Manaus.*

Parecer favorável, sob nº 462, de 2013, da CCJ, Relator: Senador Valdir Raupp, com voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 63, DE 2013

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador Gim, que *acrescenta os §§ 9º e 10 ao art. 39 da Constituição, para instituir a parcela indenizatória de valorização por tempo na Magistratura e Ministério Público, e dá outras providências.*

Parecer sob nº 461, de 2014, da CCJ, Relator: Senador Vital do Rêgo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy, Armando Monteiro, Aloysio Nunes Ferreira e da Senadora Gleisi Hoffmann.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 46, DE 2013

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador Vital do Rêgo, que *altera a Constituição Federal para disciplinar a instituição de consórcio público destinado à atuação exclusiva no âmbito do sistema único de saúde e na atenção básica à saúde*.

Parecer nº 1.228, de 2013, da CCJ, Relator: Senador Paulo Davim, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

9

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 1999

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 264, de 1999 (nº 4.812/2001, naquela Casa), da Senadora Emília Fernandes, que *acrescenta §§ 3º e 4º ao art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*.

Parecer sob nº 264, de 2014, da CE, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável com adequação redacional que propõe.

10

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2005

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2005 (nº 1.098/2007, naquela Casa), do Senador Antônio Carlos Valadares, que *altera as Leis nºs 10.289, de 20 de setembro de 2001, que institui o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata, a fim de garantir maior efetividade no combate à doença, e 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do Planejamento Familiar, estabelece penalidades e dá outras providências*.

Pareceres sob nºs 120 e 121, de 2010, respectivamente:

- da CAS, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande, pela rejeição parcial do Substitutivo da Câmara, exceto quanto ao inciso V do art. 4º da Lei nº 10.289, de 20 de setembro de 2001, alterada pelo art. 2º do Substitutivo, restabelecendo os demais dispositivos do Projeto de Lei original aprovado pelo Senado; e
- da CDH, Relator: Senador Papaléo Paes, reiterando a decisão da CAS.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 15, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2009 (nº 1.960/2007, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo ao art. 10 da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, com o objetivo de instituir a semana de educação ambiental nas escolas de ensino fundamental e médio*.

Pareceres sob nºs 183 e 184, de 2014:

- da CMA, Relatora: Senadora Ana Rita, favorável, com a Emenda nº 1-CMA, que apresenta; e
- da CE, Relator: Senador João Vicente Claudino, favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CMA, nos termos de subemenda, apresentando ainda, as Emendas nºs 2 e 3-CE.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2013

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2013 (nº 5.171/2013, na Casa de origem), que *altera a redação do § 1º do art. 53 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os Registros Públicos, para dispor sobre o registro do nome e do prenome que forem dados ao natimorto*. Parecer sob nº 249, de 2014, da CCJ, Relator ad hoc: Senador Gim, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta.

13**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 117, DE 2013**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2013 (nº 1.009/2011, na Casa de origem), que *altera os arts. 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para estabelecer o significado da expressão “guarda compartilhada” e dispor sobre sua aplicação*. Pareceres sob os nºs 724 e 725, de 2014:

- da CDH, Relatora: Senadora Angela Portela, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CDH (Substitutivo); e
- da CCJ, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a rejeição da Emenda nº 1 – CDH (Substitutivo).

14**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2014 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2014 – Complementar (nº 276/2002 – Complementar, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que *altera a Lei Complementar nº 90, de 1º de outubro de 1997, que determina os casos em que forças estrangeiras possam transitar pelo território nacional ou nele permanecer temporariamente*.

Parecer favorável, sob nº 626, de 2014, da CRE, Relator ad hoc: Senador Luiz Henrique.

15**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 250, DE 2005-COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2005 – Complementar, do Senador Paulo Paim, que *estabelece requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos portadores de deficiência*.

Parecer sob nº 1.207, de 2013, da CCJ, Relator: Senador Armando Monteiro, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

16**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 559, DE 2013**

Projeto de Lei do Senado nº 559, de 2013 (apresentado como conclusão do Relatório nº 4, de 2013, da Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos), que *institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências*.

Pendente de Parecer da CCJ, CI e CAE sobre o Projeto e as Emendas nºs 1 a 56-Plen

17**REQUERIMENTO Nº 1237, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.237, de 2013, do Senador Francisco Dornelles, *solicitando o desamparamento do Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2009-Complementar, dos Projetos de Lei do Senado nºs 150, de 2005; 90, 180, 298, 414 e 540, de 2007; 66, 72, 265 e 482, de 2008; 12, 128, 175, 230, 243, 248, 302, 315, 350, 450 e 507, de 2009; 21, 75, 538 e 719, de 2011; 113, 135 e 382, de 2012, Complementares, a fim de que tenha tramitação autônoma (alteram a Lei de Responsabilidade Fiscal)*.

18**REQUERIMENTO Nº 84, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 84, de 2014, do Senador José Pimentel, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2013, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (formação dos professores de educação física)*.

19**REQUERIMENTO Nº 122, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 122, de 2014, do Senador Ruben Figueiró, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2009 (que já se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 501, de 2007), com o Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008, por regularem matéria correlata (Lei dos Cartórios).*

20**REQUERIMENTO Nº 172, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 172, de 2014, do Senador Humberto Costa, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 196, de 2009, e 31, de 2010, por regularem matéria correlata (exercício das profissões de pedagogo e psicopedagogo).*

21**REQUERIMENTO Nº 175, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 175, de 2014, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 501, de 2013 – Complementar, além da Comissão constante do despacho de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (incidência do ICMS nos serviços de rastreamento).*

22**REQUERIMENTO Nº 210, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2014, do Senador Cássio Cunha Lima, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2011 (que já se encontra apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 551, de 2011), com os Projetos de Lei do Senado nºs 339 e 453, de 2008; e 541, de 2009 (que já se encontram apensados), por regularem matéria correlata (desfiliação partidária).*

23**REQUERIMENTO Nº 211, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 211, de 2014, do Senador Walter Pinheiro, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 337, de 2003; e 236, de 2012, por regularem matéria correlata (reforma do Código Penal).*

24**REQUERIMENTO Nº 234, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 234, de 2014, do Senador Eduardo Braga, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2013, com os Projetos de Lei do Senado nºs 103 e 443, de 2012, por regularem matéria correlata (formação dos professores de educação física).*

25**REQUERIMENTO Nº 236, DE 2014**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 236, de 2014, do Senador Jarbas Vasconcelos, *solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 65, de 2007, e 48, de 2012, por regularem matéria correlata (afastamento para reeleição dos chefes do Poder Executivo).*

26

REQUERIMENTO Nº 245, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 245, de 2014, do Senador Valdir Raupp, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 405, de 2011, além da Comissão constante do despacho de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (suspensão da construção de novas usinas termoeletricas).*

27

REQUERIMENTO Nº 474, DE 2014

Votação, em turno único, do Requerimento nº 474, de 2014, do Senador Paulo Paim, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2014, além da Comissão constante do despacho, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (medidas de prevenção e combate a incêndios e desastres).*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Eu queria comunicar ao Plenário que a Mesa Diretora do Senado Federal vai ser – e acho que isso atende ao conjunto da Casa – mais rígida com a permanência de convidados no plenário do Senado Federal. Essa era uma decisão que, há muito, estava sendo construída.

A partir da próxima semana, conversando com todos, os Senadores poderão trazer qualquer convidado. No entanto, o convidado não poderá permanecer indefinidamente no plenário. Ele poderá entrar, cumprimentar as pessoas, mas não poderá permanecer. E cada gabinete de Senador terá apenas uma pessoa credenciada para transitar em plenário.

Com esse esforço, nós vamos evitar a superpopulação no plenário do Senado Federal durante as votações, sobretudo de matérias importantes.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Presidente.

O item 10 da pauta vai ser votado nesta sessão?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Não. Nós já acabamos a Ordem do Dia. Só teremos Ordem do Dia na próxima terça-feira.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Mas ele estará na pauta?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Amanhã nós teremos sessão normal, sem Ordem do Dia.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – O evento é segunda, Presidente. O Novembro Azul é segunda-feira, Presidente.

Seria importante que a gente aprovasse.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – O Senador Valadares, ontem, nos pediu, e todos nós havíamos assumido um compromisso, no sentido de que essa matéria pudesse ser aprovada, porque nós temos uma data de comemoração prevista para a próxima semana.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente. Presidente Renan.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Só para, aqui, advogar a causa dos nossos servidores. Ouviu, Presidente? Presidente Renan.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Petecão.

Há um pedido...

É evidente que nós já encerramos a Ordem do Dia.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Ouviu, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Mas poderemos, por acordo, votar essa matéria amanhã, por acordo, simbolicamente.

Há um pedido do Senador Valadares. Nós todos havíamos nos comprometido com essa sugestão do Senador Valadares, no sentido...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – ...de que nós possamos votar, amanhã, um Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 34, que tem como autor o Senador Valadares, que

altera a Lei nº 10.809, de 20 de setembro, que institui o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata, a fim de garantir maior efetividade no combate à doença, e a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que regula o §7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente Renan.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Senador José Pimentel, pela ordem.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente Renan.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O Partido dos Trabalhadores e o Bloco do Governo têm acordo: Ordem do Dia, amanhã, com um único item de pauta que fosse aprovado por aclamação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós agradecemos a V. Exª e vamos fazer exatamente dessa forma.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE) – Presidente, agradeço a V. Exª.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC. Sem revisão do orador.) – Presidente Renan.

Presidente Renan, é só para advogar a causa. O senhor levantou um problema muito sério, a respeito do fluxo de pessoas aqui, dentro do plenário. Mas todas as pessoas que adentram o plenário são trazidas por parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Mas nós estamos regulamentando exatamente isso.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Porque a culpa não é do servidor da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Qualquer Senador, qualquer um de nós...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – ... pode trazer ao plenário qualquer convidado.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Qualquer convidado, a qualquer lugar do Senado Federal.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Exatamente. A culpa não é dos servidores do Senado; a culpa é dos próprios parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Nós podemos levar qualquer convidado; o que não pode é o convidado permanecer indefinidamente no plenário, porque tivemos muitos problemas durante votações, principalmente votações importantes. E a Mesa se sente no dever, como havia se comprometido, de ser mais rígida nessa questão. Então, todo mundo será muito bem recebido, mas não pode permanecer, porque os Senadores, muitas vezes, ficaram expostos a pressões dentro do plenário de pessoas representando ilegitimamente determinados interesses.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – O senhor está correto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Por isso, nós podemos...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – O senhor está correto, mas só lembrando que quem traz essas pessoas são os próprios Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Continuarão a trazer, mas elas não poderão permanecer. E cada gabinete vai credenciar apenas um.

Senador Ciro Nogueira.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Maioria/PP – PI. Sem revisão do orador.) – Está corretíssima essa atitude, Sr. Presidente. Parabéns!

Só para informar que, na votação anterior, o Senador Ciro votou “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – A Mesa, com muita satisfação, registra o voto de V. Exª.

Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Apoio Governo/PSB – SE. Sem revisão do orador.) – Presidente, é para agradecer a V. Exª ter aberto uma exceção, colocando esse projeto, apoiado pelo Senador Pimentel e por acordo, para ser votado amanhã. Projeto esse que é da mais alta importância para a saúde pública, principalmente dos homens brasileiros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Tem a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP. Sem revisão do orador.) – Só uma retificação no voto no destaque. Por gentileza, para que V. Ex^a retifique meu voto no destaque ao art. 35: havia votado “sim”, o voto é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – A Mesa registra a alteração proposta por V. Ex^a, Senador Randolfe.

Senador Valadares, parabéns a V. Ex^a. Amanhã estaremos aqui para aprovarmos essa importantíssima matéria.

Voltamos à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna para manifestar uma preocupação muito grande, em nome dos capixabas, em nome do Espírito Santo, mas uma preocupação acompanhada de uma enorme expectativa.

Uma expectativa que possa ser corrigida a partir de uma interferência direta da Dr^a Graça Foster, Presidente da Petrobras. Uma iniciativa que, se mantida, trará um enorme prejuízo ao Estado do Espírito Santo, que, após diversos ciclos econômicos, após o ciclo econômico da cafeicultura, após o ciclo econômico da diversificação da sua base econômica, com grandes projetos industriais exportadores, vive nos últimos anos um ciclo muito importante, que tem produzido extraordinárias oportunidades para o capixaba, que é o ciclo da exploração do petróleo e do gás.

Já é o Espírito Santo o segundo produtor brasileiro de petróleo e de gás, já respondendo por, aproximadamente, 15%, 17% de toda a produção brasileira de petróleo e gás. E, ao longo dos últimos anos, tem sido grande o nosso esforço no Espírito Santo para agregação de valor à cadeia do petróleo e do gás.

Claro que é muito bom para o nosso Estado a produção do petróleo e do gás. Mas nós estamos indo além, na produção de medidas, de iniciativas, de articulações, de um ambiente que possa fazer a cadeia se desenvolver. Foi por esse esforço que ainda, quando estávamos no governo, lá trás, junto com o Governador Paulo Hartung, nós conseguimos levar para o nosso Estado o Estaleiro Jurong, lá de Cingapura, que está construindo sondas para a exploração do petróleo e gás.

Foi assim também que nós levamos para o Espírito Santo um terminal para a recepção de GLP. Também foi assim quando nós implantamos no Município de Linhares a nossa base para o processamento de gás. A unidade de Cacimbas, que já produz aproximadamente 14 milhões de metros cúbicos/dia, ou seja, aproximadamente 50% do gás que o nosso País importa da Bolívia através do Gasbol.

Como parte desse esforço, ainda em 2007, assinamos com a Petrobras um protocolo de intenções, em que deveres e responsabilidades do meu Estado e da Petrobras ficaram acertadas, e que a esse esforço pudessem ser dado continuidade. Foi através desse protocolo que acertamos com a Petrobras a construção em nosso Estado de uma fábrica de fertilizantes, que continua presente no plano de negócios da Petrobras, mas que tem sido adiada, ano após ano, em razão das dificuldades dos investimentos por parte da Petrobras.

E um desses esforços que fazem parte desse protocolo de intenções é exatamente o desenvolvimento dos terminais para oferecer suporte à atividade de *supply offshore*, que sustenta as nossas plataformas de petróleo, não apenas no Espírito Santo, assim como no Estado do Rio de Janeiro, que responde aproximadamente, Deputado Rodrigo Maia, por 85% talvez da produção de petróleo.

Muito bem, o desenvolvimento desses terminais é, portanto, uma prioridade estratégica para o nosso Estado. A Petrobras chegou a finalizar um terminal para *supply offshore* no Município de Anchieta, na localidade de Ubu, integrado ao complexo industrial da Samarco, que traz minério de Minas Gerais e processa esse minério lá no Espírito Santo, transformando-o em *pellets*, sendo hoje uma grande planta, em nível global.

No tempo, também a Petrobras não levou adiante a construção desse terminal. Fez o que me parece adequado. Em lugar de gastar energia, investimento com a construção e operação de terminal, evoluiu adequadamente, a meu juízo, para a publicação de um edital para contratar a operação portuária por completo. Em lugar de construir terminal e o operar, faz uma concorrência pública para que o setor privado empreendedor possa construir o terminal e possa fazer a operação desse terminal. Até aí tudo perfeito, tudo adequado, tudo compatível com as expectativas de um Estado que tem sustentado grande impacto por demandas na sua infraestrutura, ou mesmo impacto ambiental.

Ocorre, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Edital publicado pela Petrobras, pelos critérios estabelecidos, condena à inviabilidade qualquer desses empreendimentos no Espírito Santo. Porque, por esse critério, somente o Estado do Rio de Janeiro, terá competitividade. O que me parece equivocado, à medida que o Edital propõe a contratação de serviços de seis terminais. Porque não a construção de três desses terminais no Estado do Rio de Janeiro e três desses terminais no Estado do Espírito Santo? Considerando o esforço que esta-

mos desenvolvendo para a atração de empreendimentos no Sul do Estado do Espírito Santo, inclusive já tendo possibilidade de três empreendimentos que estão com os seus licenciamentos em fase de evolução por parte do órgão ambiental do Espírito Santo. São três empreendimentos, um deles da Edison Chouest, no Município de Itapemirim, em Itaipava. O outro empreendimento, importante empreendimento, Itaoca Offshore, também no Município de Itapemirim. E o terceiro empreendimento possível no Município de Presidente Kennedy, qual seja, o Porto Central, um porto de multipropósitos, mas também especializado na construção de *supply offshore*.

O apelo que estamos fazendo aqui da tribuna do Senado à Petrobras, à sensibilidade da Presidente Graça Foster, que é uma Presidente, que é uma técnica admirada pelo Brasil inteiro – porque chegou na posição em que chegou pelo mérito, por ser uma servidora e uma funcionária técnica de carreira – que possa intervir diretamente nesse processo, reabrindo esse processo para que nós possamos corrigir esta profunda injustiça que será perpetrada contra o Espírito Santo.

A manifestação que faço é nessa direção. Encaminhei correspondência formal à Presidente Graça Foster. Nos próximos dias, em companhia do Governador Eleito, Paulo Hartung, do Espírito Santo, nós estaremos dialogando com a Presidente Graça Foster nessa direção, mas, desde já, eu quero aqui, da tribuna do Senado, apelar à Petrobras, para que a Petrobras não leve a cabo essa concorrência pública, porque essa concorrência pública vai causar um extraordinário prejuízo, Senador Valadares, ao meu Estado, ao Estado do Espírito Santo, que tem feito um esforço muito grande para sustentar a produção de petróleo e gás em mar e em terra, em nosso território. Não seria justo, não será justo se nós, capixabas, que fizemos um esforço muito grande para atrairmos empreendedores do Brasil e de fora do País, para implantarmos terminais de *supply* e *offshore* no nosso Estado, agora fiquemos eliminados dessa concorrência dos serviços que serão contratados pela Petrobras.

Não! Não estamos aqui reivindicando qualquer tipo de privilégio – não seria justo; nós estamos aqui reivindicando igualdade de oportunidade na competição da atração desses investimentos. Nós não nos limitamos à condição de produtor; nós vamos além e, para irmos além, precisamos de que a Petrobras reconheça o valor do nosso Estado e o peso que o meu Estado tem hoje na produção de petróleo e gás, até porque, do ponto de vista histórico, há 10 anos, o que produzíamos? Dezesseis mil barris/dia. O que produzimos hoje? Aproximadamente, Senador Flexa, 500 mil barris/dia. E a extração da matéria-prima tem que vir acompanhada da agregação de valor e da verticalização, para que os efeitos e as consequências disso possam produzir oportunidades para os capixabas nesse ciclo definitivo de inserção do Espírito Santo na cadeia nacional de produção de petróleo e gás.

É o apelo que faço, é a manifestação que trago à tribuna do Senado, de muita confiança e de muita esperança de que esse processo licitatório será corrigido e que nós teremos, diante dessa possibilidade, uma extraordinária justiça sendo feita com o Estado do Rio de Janeiro, mas, assim mesmo, com o Estado do Espírito Santo.

É a manifestação que faço, Sr. Presidente, de muita fé, de muita confiança e de muita esperança de que o meu Estado será reconhecido e que não será prejudicado ou mesmo inviabilizado num empreendimento desse porte e dessa importância.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro; em seguida, ao Senador Suplicy.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^{as} e Srs. Senadores, volto a esta tribuna para falar do desempenho do atual Governo da Presidenta Dilma Rousseff e de como os resultados de sua gestão são frustrantes.

Acabamos de sair de um debate eleitoral no qual, sem qualquer constrangimento, a Presidente Dilma desempenhou o papel que o jogo sujo do PT lhe designou, aceitando um dos *scripts* mais baixos de que se tem notícia na história recente da política brasileira.

Dilma se recusa a discutir o Brasil do presente. Recusa-se a discutir o Brasil real. Mistura sua gestão com algum êxito alcançado pelo seu antecessor para tentar dar algum tom positivo a resultados de coloração sempre negativa.

Dilma é Presidente há exatos três anos, nove meses e 29 dias, mas parece nunca ter pisado no Palácio do Planalto. Parece jamais ter tido qualquer responsabilidade pelos descabimentos em série que se revelam ou pela evidente piora dos serviços que dependem do Governo – do Governo que é o dela desde 1º de janeiro de 2011.

A Presidente não tem respostas para a saúde, que hoje é a maior preocupação dos brasileiros; não tem atitudes para a violência que, no Governo atual, bate recorde histórico, trata a educação à base de *slogan*, mas não se preocupa em transformá-la no passaporte para o futuro das novas gerações.

E, mais especificamente, em relação à economia, os indicadores que se sucedem a cada semana são apenas um conjunto de evidências de uma realidade que já é, infelizmente, muito conhecida de todos nós.

Dilma não tem respostas nem atitudes diante da inflação que, em nenhum dos 45 meses de seu mandato, atingiu a meta de 4,5% e ora se aproxima perigosamente dos 7% anuais em várias capitais do País.

E vejam que estamos sob uma enorme influência de uma política de controle e manipulação de preços como, por exemplo, energia, combustíveis e transporte público.

Se, apesar disso tudo, o IPCA de hoje já se encontra acima do limite da banda do sistema de metas, o que podemos esperar para um futuro próximo?

Com relação ao PIB, não há muito o que dizer. O boletim semanal *Focus*, divulgado no começo desta semana pelo Banco Central, informou que analistas e investidores mantiveram em 0,27% a expectativa de crescimento da economia para 2014. Vou repetir, para que os brasileiros que nos assistem pela TV Senado e nos ouvem pela Rádio Senado possam ter conhecimento da expectativa de crescimento do PIB do nosso País em 2014: míseros 0,27% de crescimento. Se 1% já era “pibinho”, 0,27% vai ter que ser “pibinho” à enésima potência.

Este é um governo que não oferece saídas para uma economia que simplesmente não cresce. Não oferece reação a um mercado de trabalho que, mês após mês, míngua, com geração de empregos bem abaixo dos números apresentados em 2013.

As contas públicas do País estão em frangalhos. Há tempos não se via tamanha irresponsabilidade no trato do dinheiro que o cidadão paga em tributos e espera ver devolvido na forma de prestação de melhores serviços.

As contas do Governo, incluindo Estados e Municípios, vêm apresentando resultados ruins com exagerada frequência. Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, o Governo, insistentemente, gasta mais do que arrecada. A regra é as despesas crescerem o dobro das receitas.

Sem muita surpresa, o Governo não cumprirá a meta de economia prometida para este ano, mesmo fazendo todas as maquiagens possíveis e imagináveis.

As contas públicas estão cada vez menos inteligíveis. Essas maquiagens e malabarismos só pioram a situação. Transparência? Nem pensar!

As previsões para o setor externo não são diferentes: déficit em conta corrente em torno de US\$81,5 bilhões. O saldo da balança comercial deverá cair para US\$2,10 bilhões.

A produção industrial, que já estava com previsão negativa, deverá fechar com uma queda de 2,24% no final deste ano. Tal dinâmica tem as digitais da Presidente Dilma. É fruto de sua política econômica intervencionista, pouco transparente, geradora de risco e incertezas para investidores e para a sociedade em geral.

O problema da economia brasileira hoje não é segredo para ninguém: falta de confiança, consequência do descontrole do atual Governo sobre variáveis centrais como o equilíbrio das contas públicas e a inflação, desaguando num nível de crescimento muito aquém do que poderíamos estar alcançando.

O fracasso amplo, geral e irrestrito da atual gestão na economia ilustra bem um País que cresce menos que qualquer outro na vizinhança e cujas contas estão em pandarecos. A realidade é que, mesmo com tanta coisa ruim à vista, nem dá para saber integralmente o tamanho da encrenca.

Portanto, um País estagnado, com taxas de crescimento econômico declinantes e inflação em alta; um processo de desindustrialização seguindo a todo vapor, com perda relevante de empregos mais qualificados e mais bem remunerados; uma economia com índices de produtividade, poupança e investimentos que só despencam.

Enfim, um País real em recessão, mas que é embalado pelo discurso ilusionista do Governo. É como se existissem dois Brasis: o da propaganda oficial do Governo e o da realidade sentida na pele pelos brasileiros.

Era o que tinha a dizer, Sr^a Presidente.

Durante o discurso do Sr. Flexa ribeiro, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Vanessa Grazziotin.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – A Mesa cumprimenta o Senador Flexa Ribeiro pelo pronunciamento.

Dando sequência à relação de oradores inscritos, como o Senador Flexa falou como orador inscrito, convidado agora para fazer uso da palavra no tempo da Liderança do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) o Senador Inácio Arruda.

Com a palavra, Senador.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Vanessa Grazziotin, caro Senador Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero destacar uma figura que não conheço pessoalmente, apenas dos escritos.

Antes, cumprimento o Senador Caiado, novo Senador eleito para a próxima Legislatura, e V. Ex^a que está acompanhando o Senador Caiado. Não sei se Caiado está alinhado com V. Ex^a ou se V. Ex^a está querendo se alinhar com Caiado. Há uma dúvida. Depois, vamos dirimir essa questão.

Quero cumprimentar a nossa Presidente Dilma Rousseff, eleita para o segundo mandato no processo de eleição do Brasil.

Quero destacar a atuação dos novos governadores, que foram eleitos num pleito muito disputado, especialmente no segundo turno, e a atuação daqueles que disputaram, mesmo não alcançando a eleição. Eles participaram dessa festa democrática que se consolida a cada dia no nosso País.

Quero registrar, Sr. Presidente, que não disputei eleição para o Senado. Eu disputei eleição para a Câmara Federal numa disputa, digamos assim, de última hora, substituindo um colega Parlamentar que, por condições de saúde, não pôde disputar. Entramos ali na metade do segundo tempo da disputa eleitoral e, mesmo assim, alcançamos a marca extraordinária de 55.403 votos no Estado do Ceará. Quero agradecer cada um desses votos e dizer que, mesmo não tendo sido suficiente para a eleição, eles são muito importantes na vida daqueles que se dispõem a disputar uma vaga para o Parlamento nacional, no caso a Câmara Federal. É muito importante para nós. E tenho certeza de que teremos condições de honrar esses votos com a atuação da nossa Bancada na Câmara Federal e aqui, no Senado, porque, nas grandes teses, nós agimos em uníssono. Então, quero agradecer a cada cearense por estes 55.403 votos. São muito importantes. E marcaram uma vitória. Não foi suficiente para a eleição, mas é uma conquista você entrar na reta final de uma eleição e conseguir essa quantidade de votos. Alguns acham pouco, mas é um contingente grande de eleitores do nosso Estado.

Sr. Presidente, feito esse registro da nossa batalha específica em que nós atuamos, de que nós participamos, queria, como disse logo no início, fazer um registro de uma pessoa que não conheço pessoalmente. Tenho concordância em grande parte com seus editoriais na sua revista, discordei já de muitos outros, mas quero destacar uma posição que demonstra o caráter das pessoas. Trata-se do jornalista Mino Carta. Essa figura, bem antes do pleito, anunciou a posição da sua revista dizendo o seguinte: "Aqui, faremos jornalismo, mas nós temos uma posição. A posição da revista é de apoio à Presidente Dilma Rousseff".

Isso demonstra o caráter e marca o posicionamento de um órgão de comunicação privado, particular, não é uma concessão, como as grandes cadeias de televisão e de rádio que atuam no nosso País, que agem de forma cínica em apoio a determinados candidatos, mas que se vestem com uma roupagem como se fossem independentes, como se não tivessem posição.

Eu quero destacar essa posição de uma figura extraordinária que não conheço, que pessoalmente não sei quem é, cuja família não conheço. Conheço a sua posição descrita por seus editoriais do ponto de vista político. E acho que isso demonstra o seu caráter, uma pessoa que tem caráter. Ele diz: "Não, eu tenho uma opinião, tenho uma posição". E firmou essa posição.

Isso eu digo para tratar da batalha central que ocorreu em nosso País, que foi a eleição presidencial, marcada por uma chuva meteórica de ações movidas pelos grandes veículos de comunicação. Era como se, no segundo turno, especialmente, nós tivéssemos uma disputa entre três candidatos, dois unidos de um lado e um do outro. Na verdade, os grandes veículos de comunicação, embora não tivessem anunciado a sua posição, atuaram como partido, agiram como partido, tramaram durante a campanha como um partido e se juntaram a um candidato contra a outra candidata.

É importante que fique clara para o povo brasileiro a posição dos grandes órgãos de comunicação do Brasil, que se posicionaram abertamente fazendo campanha, mas, cinicamente, disseram que não, que não estavam em campanha de ninguém, que estavam apenas informando a população. Então, isso é algo que precisa ser clareado no Brasil.

Por isso, fiz questão de destacar a posição de Mino Carta, porque esse teve caráter, esse deixou sua posição clara, a sua opinião clara, assim como outros jornalistas que atuaram não mais numa revista, mas nos blogues. Eles foram, em alguns momentos, até demonizados, mas eu quero destacar algumas figuras pelo papel que cumpriram e, em nome deles, esse conjunto de apoiadores da candidatura da Presidente Dilma, especialmente.

Registro a figura do Paulo Henrique Amorim, a figura do jornalista Rodrigo Vianna e a figura do Azenha. E também quero destacar a figura do Miro, no Barão de Itararé, um blogue importantíssimo da disputa política. Eles atuaram. Eles trabalharam de forma aberta em um combate sem trégua, permanente na chamada rede internacional de computadores. E eles agiram sem robô. Eles eram as pessoas agindo. Eles eram as figuras da vida política na área jornalista agindo diretamente, posicionados, sabendo o que estavam fazendo, sabendo qual era a razão da disputa política que acontecia no Brasil. E ganhou na disputa política. E é muito interessante como continua a batalha.

A Presidente já respondeu a uma posição explorada midiaticamente de que o País estaria dividido. Há pouco, eu vi exatamente nos blogues como se deu a eleição última do Barack Obama. Ele ganhou por uma merreca de votos, uma ninharia – acho que foi um percentual até menor do que o da Presidente Dilma, do ponto de vista da diferença. O Presidente Hollande, da França, também. Nenhum dos dois dividiu o seu país.

Não. É um processo democrático. É uma disputa democrática. Se ganhar por um, ganhou. É aquele que leva, mesmo por um voto.

Não há que se estender a disputa num cabo de força, em que, eleita a Presidente, no caso, reeleita a Presidente Dilma, se mantenha a tentativa de transformar essa movimentação que foi o resultado da eleição num terceiro turno incessante e permanente, para impedir, como alguns disseram, que se governe. Esse é o problema.

E, na batalha que se trava no Brasil, o que temos em disputa é esta busca dos caminhos do Brasil: se nós continuarmos numa trilha que permite o Brasil se desenvolver, crescer, distribuir a riqueza ou se nós voltamos para a velha teoria do desenvolvimento subordinado, de tirar os sapatos, de tirar os chinelos, de soberania minguada ou se nós reafirmamos o nosso caminho. O País é continental. O País tem força, inteligência, capacidade, um grande mercado. Então, por que nós temos que insistir neste caminho que os neoliberais locais querem impor ao Brasil de subordinação ao modelo, que não é praticado nos países centrais? Eles mesmos não o praticam e querem praticá-lo entre nós! Eu acho que essa foi a batalha que foi travada entre dois caminhos: o do retorno às teses liberais do famoso neoliberalismo recente de esfrangalhar a capacidade do Estado de reagir à necessidade de desenvolvimento da sua nação – isso que foi posto como debate – ou se aprofundamos o caminho em que o Estado tem um papel destacado no projeto de desenvolvimento da nação. E não há como esconder essa necessidade entre nós brasileiros.

Examinemos, se alguns querem ser consistentes nas suas posições, o que ocorre nas grandes nações nos dias de hoje. Vamos ver! Olhemos o que ocorre nos Estados Unidos da América, se eles abrem mão do papel destacado do Estado para definir a política de desenvolvimento da sua nação. Vejamos a Índia, um país emergente como o nosso, ou a China, que deu saltos mais rápidos em relação ao seu projeto de desenvolvimento, ou a Alemanha ou outros países da Europa como França e Inglaterra. Eles abrem mão do papel do Estado do seu país, da sua nação para que outros ditem a regra do seu desenvolvimento?! Por acaso, algum desses defendem a teoria enviesada dos bancos centrais independentes nas suas pátrias?! Nenhum deles. É essa a questão que esteve no fundo do debate político do Brasil.

Acho que a Presidente tem razão quando diz que, no episódio da Petrobras, não deve sobrar pedra sobre pedra. Vai ser muito interessante a gente ver o resultado final dessa investigação. Mas há algo maior por trás do embate em relação à Petrobras: é exatamente o fato de que, durante esse período mais recente de 12 anos, houve uma alteração substantiva no modelo de exploração de petróleo e gás quando se descobriu a camada do pré-sal. A camada do pré-sal tem uma distinção, porque se trata de campos gigantescos de petróleo. Com essa descoberta, o Presidente Lula considerou a hipótese de alterar a legislação.

Antes, no modelo de concessão, o que ocorria? Qualquer um, brasileiro ou estrangeiro, que participasse de um leilão, no modelo da concessão, ficava dono de 100% do óleo e poderia levar o óleo para onde quisesse, para qualquer lugar. Houve o episódio de uma empresa americana que ganhou um bloco no Município de Icapuí, na plataforma marinha de Icapuí, no Ceará. Ela colocou lá sua plataforma, tirou o óleo todo e não contratou um brasileiro sequer. Quando tirou o óleo, não deixando nem uma gota no Brasil, foi embora. Acabou-se. Esse era o modelo de concessão. Se, para áreas onde há algum risco, pode-se manter o modelo de concessão, na área em que não há risco nenhum, como a área do pré-sal, esse modelo não poderia prevalecer. Esse é outro problema de fundo em relação à Petrobras.

Aqui, a alteração que foi feita é de grande monta. Primeiro: no modelo de partilha, 100% do óleo pertencem ao Brasil – eu pago o serviço prestado por qualquer outro que se associe comigo para tirar o óleo. Então, primeiro, 100% do óleo são nossos. Segundo: há uma única operadora no pré-sal, uma única operadora que tem um nome e que se chama Petrobras. Esse é o problema, esse é o fundo da guerra. O óleo é 100% nosso e só há uma operadora chamada Petrobras. Terceiro: ainda se criou um fundo social do pré-sal. Então, essas alterações são muito fortes, elas criam perspectivas que vão além do pagamento dos dividendos das Bolsas de Nova York, de Londres, de Xangai e de São Paulo, elas vão muito além.

É isso que está sofrendo São Paulo agora, quando vendeu as ações da Sabesp, na Bacia das Almas: deixou o povo sem água. Mas, no caso da Petrobras, ao fazer um novo modelo de partilha, criou-se uma nova situação. A Petrobras tem que investir mais; ela tem que usar mais recursos na contratação de navios, de sondas, de plataformas, na construção das refinarias, para que a gente possa refinar o petróleo aqui.

Então, essa é uma nova realidade. Isso muda a realidade da exploração de petróleo e gás, no Brasil. Ajuda mais o nosso País. Melhora mais a capacidade dessa cadeia produtiva, da indústria e do petróleo em nosso País, essa alteração de grande valor, de grande substância, a que nós estamos assistindo no Brasil.

E digo para vocês, era esse modelo que estava no centro do embate político e que venceu, com grande mérito. Houve uma discussão sobre a discriminação dos nordestinos, infelizmente, mas é importante dizer que a tese defendida pela Presidente Dilma Rousseff foi vitoriosa no Brasil inteiro. No Brasil inteiro. Não houve um Estado em que ela não tivesse uma soma significativa de votos. E, dentre os maiores, se quisermos colocar os

dois maiores, ou os quatro maiores colégios eleitorais do Brasil, ela ganhou em três, dos quatro maiores: perdeu em São Paulo; ganhou em Minas; ganhou no Rio; ganhou na Bahia. São os quatro maiores colégios eleitorais.

E evidentemente houve o banho nordestino. E, se quiséssemos fazer algum trocadilho, usando a gaiatice cearense, o banho nordestino foi o banho que os nordestinos deram – digamos assim – nos paulistas – não é? – para poder mostrar também a força do Nordeste. E qual é o problema da força do Nordeste na batalha política recente? É que, no Nordeste, o Produto Interno Bruto cresce acima da média nacional. Por quê? Porque também esse modelo mais estratégico de desenvolvimento não é que privilegie o Norte ou o Nordeste; é que essas Regiões, ao receberem incentivos, têm mais capacidade de crescer numa velocidade maior do que as Regiões já mais desenvolvidas.

Esta é a questão objetiva: ao receber incentivos da chegada de uma refinaria, de uma fábrica de automóveis, de uma siderúrgica, duas siderúrgicas, de uma transposição de águas, as condições de desenvolvimento do Nordeste se ampliam; regiões inteiras passam a ser regiões ricas do Brasil, desconhecidas ainda por parte de brasileiros.

Mas quem quiser ver o que significa o crescimento do Nordeste desça em Juazeiro do Norte, no Ceará, e fique de boca aberta lá, assistindo ao que está acontecendo no interior do Ceará. Desça em Petrolina para assistir ao que está acontecendo em Juazeiro e Petrolina. Ou em Caruaru, onde um arranjo produtivo local dá saltos de desenvolvimento naquela região. Então, o potencial instalado naquela região, as condições que foram oferecidas estão sendo aproveitadas pelo povo da região, com grande capacidade de trabalho.

Houve ampliação da presença das universidades na nossa Região, e, evidentemente, foram feitas universidades, construídas por Lula e Dilma em quase todo o Brasil. São Paulo mesmo, que podemos dizer, assim, entre aspas, “não precisaria”, também recebeu uma nova universidade federal. Minas Gerais, que poderíamos dizer também que não precisaria mais de universidades federais, também recebeu novas universidades federais. Mas a Bahia recebeu duas; Pernambuco recebeu mais uma; o Ceará recebeu duas. Então, espalhou-se a capacidade de formação, de preparação do povo nessa Região.

No meu Estado, o Ceará, havia uma única Escola Técnica Federal, agora, são 33 Escolas Técnicas Federais, que é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, onde tive a felicidade de me graduar em dois cursos: de mecânica de máquinas e, depois, no curso de eletrotécnica. Era apenas uma na capital; hoje, são 32 no interior e mais a da capital.

Muda, isso muda. No meu Estado, isso tem um peso enorme, isso é investimento federal. Aconteceu no Ceará, mas aconteceu em todo o Nordeste, aconteceu em todo o Norte, aconteceu no Centro-Oeste, aconteceu no Sudeste e aconteceu no Sul. Esse que é o problema. Mesmo com precariedade, a infraestrutura também avançou com dificuldades.

Lembro dos embates que travamos na Câmara Federal ainda, quando começou a se discutir a construção ou se retomar a construção da Ferrovia Norte-Sul.

Foi uma confusão! Porque achavam que “não”. “Para que essa ferrovia?”. Isso só vai dar problema.” Porque essa ferrovia liga o Norte e o Sul do País; liga o Porto de Itaqui, no Maranhão, até São Paulo, o que permite um escoamento da produção larga em nosso País. É uma mudança grande!

Discutiu-se e começou-se a trabalhar o projeto da Transnordestina, da Leste-Oeste. Há uma ferrovia para ser construída ligando o oeste brasileiro aos países sul-americanos, ao Peru, atravessando por cima das cordilheiras, para ligar o País com os vizinhos. Essa é uma nova realidade. A integração forte interna do nosso País, que vai se dando ainda com dificuldades, porque sofre pressão para impedir. Determinadas regiões acham que o desenvolvimento deveria ficar parado só naquela região, que não deveria se estender para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Não! Temos que integrar o nosso País e o nosso Território inteiro num projeto de desenvolvimento arrojado. E isso quem tem coragem de fazer no Brasil é esse campo político, porque os setores conservadores, com a direita brasileira, demonstraram, ao longo da nossa história, desde a Independência até hoje, que não têm a capacidade, o compromisso e o arrojo para tocar um projeto largo de desenvolvimento.

Basta ver, meu caro Paim, que, sete meses depois da Independência, o Patriarca da Independência estava banido do País. Por quê? Porque tinha a ideia de um projeto arrojado de integração do Território, de desenvolvimento, de crescimento econômico e de independência e soberania do nosso País. Foi por isso!

Então, essa turma aí não tem condições de tocar um projeto arrojado de desenvolvimento. Isso é que estava no centro do debate, escamoteado, evidentemente, pelo cipoal de denúncias, porque ali é a forma de jogar areia nos olhos da população, para impedir que enxergue o que está acontecendo no nosso País, que são as condições novas, a escola técnica espalhada, a universidade espalhada, o ProUni, o Reuni, a ferrovia, a água que vai chegar do São Francisco, que antes ia parar no meio do mar, Paim, e que agora vai chegar no meio do Ceará. Essa é a nova realidade!

É a Norte-Sul concluída; são as refinarias no Nordeste brasileiro. Essa é uma situação nova, essa é uma política nova que está acontecendo no Brasil. É a taxa de desemprego menor da história do nosso País. E agora, recentemente, pressionado por um jornalista de uma dessas grandes empresas midiáticas, um analista de mercado, mas analista também de pesquisas sobre a taxa de desemprego, terminou dizendo: "Mas e esse desemprego? A juventude não está procurando emprego?". E o analista disse: "É, é que a juventude está na escola, está estudando." E vai sair de lá um profissional muito mais preparado, em melhores condições, com mais bagagem cultural, com mais conhecimento e em condições de ajudar mais no desenvolvimento do Brasil.

É isso mesmo, a juventude tem de estar na escola. Enquanto alguns pregam aqui, ali, alhures, que têm de reduzir a maioria penal, nós temos é que colocar o jovem na escola profissional. Essa é a diferença, essa é a mudança, essa é a política nova, que sempre desejaram esconder do nosso povo. Só a campanha eleitoral permitiu que a Presidente pudesse falar da política nova que estava em curso no País, ou voltar a falar da política nova que está em curso no País.

Acho, Sr. Presidente, que esse era o debate que estava sendo travado. Foi vitorioso aquele que a população compreendeu melhor como projeto que tinha mais capacidade de aprofundar as mudanças de que o País necessita para se manter, primeiro, como País soberano; segundo, como País desenvolvido; terceiro, com capacidade de distribuir a riqueza para o nosso povo através de mecanismos, tendo como principal a valorização do salário mínimo.

Aproveito para pedir a V. Ex^a que a gente faça um movimento forte para, na próxima semana, pedir aos relatores... V. Ex^a já relatou na Comissão de Assuntos Sociais o projeto de lei que amplia o prazo de permanência da atual política de salário mínimo, do ano de 2015, para o ano de 2019. V. Ex^a já relatou, agora está na Comissão de Assuntos Econômicos com a Senadora Gleisi Hoffmann, que pode relatar isso na próxima semana, e a gente já votar essa matéria como um dos compromissos, porque este foi um dos compromissos que a Presidente Dilma Rousseff assumiu com todas as centrais sindicais de trabalhadores do País: manter a atual política de valorização do salário mínimo na nossa Nação.

Então, Sr. Presidente, queria fazer esses registros da grande batalha travada pelo povo brasileiro.

É claro que um ganha e outro perde, e a Presidente Dilma ganhou. Ela é a Presidente legítima do nosso povo, consagrada pelos eleitores da nossa Nação. Com todo o respeito aos adversários, que travaram e usaram todas as armas que podiam. Todas! Aliás, as que podiam e até as que não podiam, porque o trabalho feito de boca de urna sendo usado por uma revista, na verdade, é caixa dois, que deveria ser apurado pelo Tribunal Eleitoral e pelo procurador eleitoral imediatamente. Deveriam fazer esse trabalho imediatamente, saber quem pagou, como foi feita aquela armação, porque aquilo ali é não só boca de urna, como caixa dois sendo usado para ajudar um candidato na disputa eleitoral.

Então, Sr. Presidente, eu faço esse registro para mostrar como foi a batalha do nosso ponto de vista. E é preciso que ele seja externado no sentido de esclarecer e, ao mesmo tempo, de mostrar que a Presidente está legitimada pelo voto popular do povo brasileiro para cumprir mais quatro anos de governo. E a nossa expectativa é de que esses quatro anos aprofundem o projeto de mudanças com mais arrojo na nossa Nação, permitindo um crescimento econômico mais eficaz, tratando essa política de juros, câmbio e superávit primário de forma que permita um crescimento que interesse mais ao nosso País, interesse mais ao Brasil e, ao mesmo tempo, que mantenha e fortaleça os laços com os nossos vizinhos.

A eleição da Presidente Dilma foi recebida de forma calorosa, posso dizer, por quase 100% dos países da América do Sul. Todos estavam nessa expectativa dessa vitória da Presidente Dilma, porque ela dá sentido e reforço ao movimento que ocorre em toda a América do Sul e em parte significativa da América Latina, porque são governos democráticos e populares, permitindo que o crescimento das suas nações ofereça também mais oportunidades aos povos dessa região do mundo.

A América Latina vive um momento, portanto, muito interessante da sua história, que é de governos do campo popular, democrático e de esquerda, comprometidos com o desenvolvimento e com uma melhor distribuição da riqueza.

Sr. Presidente, eram essas as questões que eu queria levantar, agradecendo, mais uma vez, aos eleitores do meu Estado pelos votos que me ofereceram, 55.403 votos, que, para mim, significam uma grande vitória. Tive uma eleição curta, só um mês e meio praticamente de eleição, e, assim mesmo, o eleitorado da nossa cidade, do meu Estado, da capital e também do Estado do Ceará me ofereceu uma votação muito significativa.

Quero deixar esse registro especialmente em relação à Presidente Dilma Rousseff. Ela sabe que vai poder contar com o PCdoB no Senado, com a nossa querida Senadora Vanessa Grazziotin, e na Câmara Federal, com a nossa bancada, para poder lutar ao lado dela por esse projeto de desenvolvimento em curso na nossa Pátria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Inácio Arruda, enquanto está na tribuna, permita que eu dê um rápido depoimento da minha tristeza de V. Exª não estar conosco no Congresso, seja na Câmara ou no Senado. V. Exª, digo isso com muita convicção, é um dos melhores Parlamentares de todos os tempos, de todos os tempos! Eu fui Deputado junto com V. Exª e sei das lutas que travamos lá, sempre com o viés de fazer o bem não olhando a quem, com responsabilidade social. Pode saber que este Senador está triste porque eu tinha uma enorme convicção de que V. Exª seria reeleito Senador.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – É claro!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sei que, por divergência no Estado, assunto em que não vou entrar, V. Exª foi para Deputado Federal. V. Exª, com a grandeza dos grandes homens e com a humildade dos grandes homens, agradeceu a votação no seu Estado. Mas tenho o direito de dizer, como gaúcho do sul do Brasil, que o Congresso perdeu momentaneamente um dos melhores Parlamentares da história do País. Meu carinho e meu respeito a V. Exª!

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Eu é que agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O povo brasileiro tem o orgulho de contar com Parlamentares como o senhor.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Um abraço! Neste minuto que V. Exª me oferece neste instante (*Fora do microfone.*), eu lhe agradeço o aparte.

V. Exª também me dá a oportunidade de dizer que estou aqui olhando para o Suplicy, essa figura magnânima da luta política do Brasil, e que o nosso compromisso – o meu, o seu, o do Suplicy e o de muitos companheiros que aqui estão – é tão forte com o Brasil, que as trincheiras onde nós atuamos se mantêm muito firmes, com muita convicção.

Nós atuamos durante muitos anos no Congresso Nacional.

Esta é uma escola gigantesca de aprendizado e de como você pode ajudar o País. Às vezes, sem ter uma rádio no seu Estado, sem ter uma linha de jornal, sem ter um programa, sem ter nada, você tem tanta convicção que você não se importa com isso, porque o mais importante é saber o que você fez, como você se conduziu, como você se comportou durante todo esse período. E acho que nós trabalhamos bem nesse sentido.

Mas queremos dizer o seguinte: as trincheiras estão abertas para nós. Vamos nos manter entrincheirados em torno desse projeto, que é onde atuam V. Exª, Suplicy, Anibal, Randolfe e muitos companheiros que aqui estão. Nós poderíamos citar uma fila de 20 ou 30 grandes camaradas que aqui estão conosco.

Então, Sr. Presidente, agradeço a V. Exª por essa gentileza. Digo que até abusei de V. Exª no meu Estado, porque usei ao máximo o pronunciamento de V. Exª durante toda a minha campanha por todos os meios que pude. E isso foi muito bem aceito, muito bem-vindo.

A campanha foi maravilhosa, foi muito boa. O povo é muito generoso. Agora, ele não podia responder à nossa emergência. Quer dizer, nós é que saímos de última hora. O povo respondeu bem, mas nós saímos de última hora. Acho que não foi um erro, porque entrei substituindo um camarada. Então, não foi um problema de erro, mas foi um problema de você não perder aquela vaga por w.o.. E ainda ajudamos a eleger outro camarada, o Chico Lopes, que foi eleito com votação consagradora, embora tenha sido o décimo quarto entre 14 da nossa chapa. Está eleito e vai representar muito bem os interesses do Ceará e do Brasil, meu caro Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Permita-me também retribuir. V. Exª tem sido, Senador Inácio Arruda, antes, na Câmara dos Deputados, e aqui, no Senado, um exemplo de luta, ao lado do Senador Paulo Paim e de outros, para que possamos construir um Brasil justo, um Brasil solidário, um Brasil fraterno. Aliás, de acordo com as recomendações, por exemplo, que o Papa Francisco fez ontem, no encontro com...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Vou lembrar a V. Exª que sou Inácio Francisco de Assis, e o Papa é da Companhia de Jesus, comandada por Santo Inácio, e adotou o nome de Francisco, que é de Assis.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Sim. Eu farei um pronunciamento agora justamente sobre o primeiro encontro mundial do Papa Francisco com os movimentos populares. Isso se dá muito na direção dos objetivos que V. Exª tem colocado para o Brasil.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Eu também quero aproveitar e fazer o registro da atitude corajosa do Papa Francisco de enfrentar, dentro da Igreja, setores conservadores e, muitas vezes, reações terríveis sobre determinados temas.

Ele, corajosamente, tem assumido isso. Inclusive, liquidou uma tese recente entre os conservadores, que sempre pregaram uma espécie de barreira sistemática em relação ao processo de evolução humana. O Papa disse: “Não, a humanidade surge daí mesmo. É isso mesmo”. Ele busca os caminhos que a Igreja sempre buscou para confirmar esse avanço que ele está realizando.

Eu acho que é um fato a ser registrado com energia, com força, e sei que V. Exª o fará. Acho que é um Papa que está enfrentando esses setores conservadores, e isso é muito positivo para a sociedade.

Muito obrigado a V. Exª.

Obrigado, Senador Paim.

Vamos continuar firmes nas nossas trincheiras, porque, como diz a expressão do movimento social, a luta continua.

Durante o discurso do Sr. Inácio arruda, a Srª Vanessa Grazziotin deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador! (*Palmas.*)

Com a palavra, como orador inscrito, o Senador Eduardo Suplicy.

Logo em seguida, falará o Senador Anibal Diniz.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Querido Presidente, Senador Paulo Paim, hoje, quero aqui registrar a fala do Papa no 1º Encontro Mundial de Movimentos Populares. Terra, casa, trabalho, esses foram os três pontos fundamentais em torno dos quais se desenvolveu o discurso do Papa Francisco aos participantes do 1º Encontro Mundial dos Movimentos Populares, recebidos, nessa terça-feira, ontem, na Sala Antiga do Sínodo, no Vaticano. O Pontífice ressaltou que é preciso revitalizar as democracias, erradicar a fome e a guerra, assegurar a dignidade a todos, sobretudo aos mais pobres e marginalizados.

Tratou-se de um veemente pronunciamento, ao mesmo tempo, de esperança e de denúncia. É um discurso que, por amplitude e profundidade, tem o valor de uma pequena encíclica de Doutrina Social. Ademais, era natural que os Movimentos Populares solicitassem esse encontro com o Papa Francisco.

Efetivamente, na Argentina, como Bispo e, depois, como cardeal, Bergoglio sempre se fez próximo das comunidades populares como as de “catadores de papel” e de “camponeses”.

No fundo, nessa audiência, retomou o fio de um compromisso jamais interrompido.

O Santo Padre evidenciou, já de início, no discurso, que a solidariedade, encarnada pelos movimentos populares, encontra-se “enfrentando os efeitos deletérios do império do dinheiro”.

O Papa observou que não se vence “o escândalo da pobreza promovendo estratégias de contenção que servem unicamente para transformar os pobres em seres domésticos e inofensivos”. Quem reduz os pobres à “passividade”, disse Francisco, Jesus “os chamaria de hipócritas”.

Em seguida, deteve-se sobre três pontos chave:

Terra, teto e trabalho. É estranho, mas quando falo sobre essas coisas, para alguns, parece que o Papa é comunista. Não se entende que o amor pelos pobres está no centro do Evangelho.

Portanto, como acrescentou, terra, casa e trabalho são “direitos sagrados”, “é a Doutrina social da Igreja”.

Dirigindo-se aos “camponeses”, Francisco disse que a saída deles do campo por causa “de guerras e desastres naturais” o preocupa. E acrescentou que é um crime que milhões de pessoas padeçam a fome, enquanto a “especulação financeira condiciona o preço dos alimentos, tratando esses alimentos como qualquer outra mercadoria”. Daí a exortação do Papa Francisco a continuar “a luta em prol da dignidade da família rural”.

Ressalto que, entre os representantes dos movimentos populares ali presentes no Vaticano ontem, estava um dos principais coordenadores nacionais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stédile, ao lado de inúmeros companheiros representantes de diversos países.

Em seguida, o Santo Padre dirigiu seu pensamento aos que são obrigados a viver sem uma casa, como experimentara também Jesus, obrigado a fugir com sua família para o Egito. Hoje, observou, vivemos em “cidades imensas, que se mostram modernas, orgulhosas e vaidosas”, cidades que oferecem “numerosos lugares” para uma minoria feliz e, porém, “negam a casa a milhares de nossos vizinhos, incluindo as crianças”.

Com pesar, Francisco ressaltou que, “no mundo globalizado das injustiças, proliferam-se os eufemismos para os quais uma pessoa que sofre a miséria se define simplesmente ‘sem moradia fixa’”.

O Papa denunciou que, muitas vezes, “por trás de um eufemismo, há um delito”. Vivemos em cidades que constroem centros comerciais e abandonam “uma parte de si às margens, nas periferias”.

Por outro lado, elogiou aquelas cidades onde se “segue uma linha de integração urbana”, onde “se favorece o reconhecimento do outro”. Em seguida, foi a vez de tratar da questão do trabalho: “Não existe uma pobreza material pior do que a que não permite ganhar o pão e priva da dignidade do trabalho”. Em particular, Francisco citou o caso dos jovens desempregados e ressaltou que tal situação não é inevitável, mas é o resultado “de uma opção social, de um sistema econômico que coloca os benefícios antes do homem”, de uma cultura que descarta o ser humano como “um bem de consumo”.

Falando espontaneamente, o Pontífice retomou a Exortação Apostólica “*Evangelii Gaudium*” para denunciar mais uma vez que as crianças e os anciãos são descartados. E agora se descartam os jovens, com milhões de desempregados, disse ainda. Trata-se de um desemprego juvenil que, em alguns países, supera 50%, constatou. Todos, reiterou, têm direito a “uma digna remuneração e à segurança social”.

Aqui, disse o Pontífice, encontram-se “catadores de papel”, vendedores ambulantes, mineiros, “camponezes” aos quais são negados os direitos do trabalho, “aos quais se nega a possibilidade de sindicalizar-se”. Hoje, afirmou, “desejo unir a minha voz à de vocês e acompanhá-los em sua luta”.

Em seguida, Francisco ofereceu sua reflexão sobre o binômio ecologia-paz, afirmando que são questões que devem concernir a todos, “não podem ser deixadas somente nas mãos dos políticos”. O Santo Padre afirmou mais uma vez que estamos vivendo a “III Guerra Mundial”, em pedaços, denunciando que “existem sistemas econômicos que têm que fazer a guerra para sobreviver”: “Quanto sofrimento, quanta destruição, quanta dor! Hoje, o grito da paz se eleva de todas as partes da terra, em todos os povos, em todo coração e nos movimentos populares: nunca mais a guerra!”

Um sistema econômico centralizado no dinheiro, acrescentou, explora a natureza “para alimentar o ritmo frenético de consumo”, e daí derivam feitos destrutivos como a mudança climática e o desmatamento. O Papa recordou que está preparando uma Encíclica sobre a ecologia, assegurando que as preocupações dos Movimentos Populares estarão presentes nela. O Pontífice perguntou-se por qual motivo assistimos a todas essas situações: “Porque neste sistema o homem foi expulso do centro e foi substituído por outra coisa”. “Porque, disse ainda, se presta um culto idolátrico ao dinheiro, globalizou-se a indiferença.” “Porque o mundo esqueceu-se de Deus, que é Pai, e tornou-se órfão porque colocou Deus de lado”.

Em seguida, o Papa exortou os Movimentos Populares a mudarem este sistema, a “construírem estruturas sociais alternativas”. Francisco advertiu que é preciso fazê-lo com coragem, mas também com inteligência. Com tenacidade, porém, sem fanatismo. Com paixão, mas sem violência”.

“Nós, cristãos, temos um bonito programa: as Bem-aventuranças e o Cap. 25 do Evangelho segundo Mateus”.

Francisco reiterou a importância da cultura do encontro para derrotar toda discriminação e disse que é preciso uma maior coordenação dos movimentos, sem, porém, criar ‘estruturas rígidas’.

“Os Movimentos Populares expressam a necessidade urgente de revitalizar nossas democracias, muitas vezes sequestradas por inúmeros fatores. É impossível imaginar um futuro para uma sociedade sem a participação protagonista da grande maioria das pessoas”.

É preciso superar o “assistencialismo paternalista” para ter paz e justiça, prosseguiu, criando “novas formas de participação que incluam os movimentos populares e “essa torrente de energia moral”.

O Pontífice concluiu seu discurso com um premente apelo:

“Nenhuma família sem casa. Nenhum camponês sem terra! Nenhum trabalhador sem direitos! Nenhuma pessoa sem a dignidade que o trabalho dá.”

Eu gostaria, Sr. Presidente, de requerer a transcrição completa do discurso do Papa Francisco aos Movimentos Populares, datado de ontem, 28 de outubro.

Foi promovido esse encontro pelo Pontifício Conselho Justiça e Paz, em colaboração com a Pontifícia Academia das Ciências Sociais. O discurso foi realizado ali, no Vaticano.

Gostaria ainda de assinalar alguns pontos que ressaltam este pronunciamento tão relevante.

Este encontro nosso não responde a uma ideologia. Vocês não trabalham com ideias, trabalham com realidades como as que eu mencionei e muitas outras que me contaram... têm os pés no barro, e as mãos, na carne. Têm cheiro de bairro, de povo, de luta! Queremos que se ouça a sua voz, que, em geral, se escuta pouco. Talvez porque incomoda, talvez porque o seu grito incomoda, talvez porque se tem medo da mudança que vocês reivindicam, mas, sem a sua presença, sem ir realmente às periferias, as boas propostas e projetos que frequentemente ouvimos nas conferências internacionais ficam no reino da ideia, é meu projeto.

Um pouco mais adiante, disse o Papa Francisco:

A outra dimensão do processo já global é a fome. Quando a especulação financeira condiciona o preço dos alimentos, tratando-os como qualquer mercadoria, milhões de pessoas sofrem e morrem de fome. Por outro lado, descartam-se toneladas de alimentos. Isso é um verdadeiro escândalo. A fome é criminosa, a alimentação é um direito inalienável. Eu sei que alguns de vocês reivindicam uma reforma agrária para solucionar alguns desses problemas, e deixem-me dizer-lhes que, em certos países, e aqui cito o Compêndio da Doutrina Social da Igreja, ‘a reforma agrária é, além de uma necessidade política, uma obrigação moral’”.

Ao referir-se ao teto, uma casa para cada família, ressaltou:

Nunca se deve esquecer de que Jesus nasceu em um estábulo porque na hospedagem não havia lugar, que a sua família teve que abandonar o seu lar e fugir para o Egito, perseguida por Herodes. Hoje há tantas famílias sem moradia, ou porque nunca a tiveram, ou porque a perderam por diferentes motivos. Família e moradia andam de mãos dadas. Mas, além disso, um teto, para que seja um lar, tem uma dimensão comunitária: é o bairro... e é precisamente no bairro onde se começa a construir essa grande família da humanidade, a partir do mais imediato, a partir da convivência com os vizinhos.

Mais adiante:

Desde já, todo trabalhador, esteja ou não no sistema formal do trabalho assalariado, tem direito a uma remuneração digna, à segurança social e a uma cobertura de aposentadoria. Aqui há papeleiros, recicladores, vendedores ambulantes, costureiros, artesãos, pescadores, camponeses, construtores, mineiros, operários de empresas recuperadas, todos os tipos de cooperativados e trabalhadores de ofícios populares que estão excluídos dos direitos trabalhistas, aos quais é negada a possibilidade de se sindicalizar, que não têm uma renda adequada e estável. Hoje, quero unir a minha voz à sua e acompanhá-los na sua luta.

Portanto, aqui o Papa Francisco deseja e expressa que todo trabalhador, esteja ou não no sistema formal de trabalho assalariado, deve ter o direito a uma remuneração digna.

Pode-se deduzir que aqui está implícita a defesa de uma renda básica de cidadania.

Neste encontro, falaram da paz e da ecologia. É lógico: não pode haver terra, não pode haver teto, não pode haver trabalho se não temos paz e se destruímos o Planeta. São temas tão importantes que os povos e suas organizações de base não podem deixar de debater. Não podem deixar só nas mãos dos dirigentes políticos. Todos os povos da Terra, todos os homens e mulheres de boa vontade têm que levantar a voz em defesa desses dois dons preciosos: a paz e a natureza. A irmã mãe Terra, como chamava São Francisco de Assis.

Assim, Sr. Presidente, avalio que este pronunciamento, expresso para os representantes dos movimentos populares dos mais diversos países do mundo, que se reuniram ontem, no Vaticano, e hoje também – por três dias estiveram ali reunidos –, merece a atenção de todos nós.

Muito obrigado, Presidente, Senador Paulo Paim.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR EDUARDO SUPLY EM SEU PRONUNCIAMENTO.
(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– Discurso do Santo Padre Francisco aos participantes do Encontro Mundial de Movimentos Populares.

Discurso do Santo Padre Francisco aos participantes do Encontro Mundial de Movimentos Populares

Bom dia de novo. Eu estou contente por estar no meio de vocês. Aliás, vou lhes fazer uma confidência: é a primeira vez que eu desço aqui [na Aula Velha do Sínodo], nunca tinha vindo.

Como lhes dizia, tenho muita alegria e lhes dou calorosas boas-vindas. Obrigado por terem aceitado este convite para debater tantos graves problemas sociais que afligem o mundo hoje, vocês, que sofrem em carne própria a desigualdade e a exclusão. Obrigado ao cardeal **Turkson** pela sua acolhida. Obrigado, Eminência, pelo seu trabalho e pelas suas palavras.

Este encontro de **Movimentos Populares** é um sinal, é um grande sinal: vocês vieram colocar na presença de Deus, da Igreja, dos povos, uma realidade muitas vezes silenciada. Os pobres não só padecem a injustiça, mas também lutam contra ela!

Não se contentam com promessas ilusórias, desculpas ou pretextos. Também não estão esperando de braços cruzados a ajuda de ONGs, planos assistenciais ou soluções que nunca chegam ou, se chegam, chegam de maneira que vão em uma direção ou de anestesiar ou de domesticar. Isso é meio perigoso. Vocês sentem que os pobres já não esperam e querem ser protagonistas, se organizam, estudam, trabalham, reivindicam e, sobretudo, praticam essa solidariedade tão especial que existe entre os que sofrem, entre os pobres, e que a nossa civilização parece ter esquecido ou, ao menos, tem muita vontade de esquecer.

Solidariedade é uma palavra que nem sempre cai bem. Eu diria que, algumas vezes, a transformamos em um palavrão, não se pode dizer; mas é uma palavra muito mais do que alguns atos de generosidade esporádicos. É pensar e agir em termos de comunidade, de prioridade de vida de todos sobre a apropriação dos bens por parte de alguns. Também é lutar contra as causas estruturais da pobreza, a desigualdade, a falta de trabalho, de terra e de moradia, a negação dos direitos sociais e trabalhistas. É enfrentar os destrutivos efeitos do Império do dinheiro: os deslocamentos forçados, as migrações dolorosas, o tráfico de pessoas, a droga, a guerra, a violência e todas essas realidades que muitos de vocês sofrem e que todos somos chamados a transformar. A solidariedade, entendida em seu sentido mais profundo, é um modo de fazer história, e é isso que os movimentos populares fazem.

Este encontro nosso não responde a uma ideologia. Vocês não trabalham com ideias, trabalham com realidades como as que eu mencionei e muitas outras que me contaram... têm os pés no barro, e as mãos, na carne. Têm cheiro de bairro, de povo, de luta! Queremos que se ouça a sua voz, que, em geral, se escuta pouco. Talvez porque incomoda, talvez porque o seu grito incomoda, talvez porque se tem medo da mudança que vocês reivindicam, mas, sem a sua presença, sem ir realmente às periferias, as boas propostas e projetos que frequentemente ouvimos nas conferências internacionais ficam no reino da ideia, é meu projeto.

Não é possível abordar o escândalo da pobreza promovendo estratégias de contenção que unicamente tranquilizem e convertam os pobres em seres domesticados e inofensivos. Como é triste ver quando, por trás de supostas obras altruístas, se reduz o outro à passividade, se nega ele ou, pior, se escondem negócios e ambições pessoais: Jesus lhes chamaria de hipócritas. Como é lindo, ao contrário, quando vemos em movimento os Povos, sobretudo os seus membros mais pobres e os jovens. Então, sim, se sente o vento da promessa que aviva a esperança de um mundo melhor. Que esse vento se transforme em vendaval de esperança. Esse é o meu desejo.

Este encontro nosso responde a um anseio muito concreto, algo que qualquer pai, qualquer mãe quer para os seus filhos; um anseio que deveria estar ao alcance de todos, mas que hoje vemos com tristeza cada vez mais longe da maioria: **terra, teto e trabalho**. É estranho, mas, se eu falo disso para alguns, significa que o papa é comunista.

Não se entende que o amor pelos pobres está no centro do Evangelho. **Terra, teto e trabalho** – isso pelo qual vocês lutam – são direitos sagrados. Reivindicar isso não é nada raro, é a doutrina social da Igreja. Vou me deter um pouco sobre cada um deles, porque vocês os escolheram como tema para este encontro.

Terra. No início da criação, Deus criou o homem, guardião da sua obra, encarregando-o de cultivá-la e protegê-la. Vejo que aqui há dezenas de camponeses e camponesas, e quero felicitá-los por cuidar da terra, por cultivá-la e por fazer isso em comunidade. Preocupa-me a erradicação de tantos irmãos camponeses que sobrem o desenraizamento, e não por guerras ou desastres naturais. A apropriação de terras, o desmatamento, a apropriação da água, os agrotóxicos inadequados são alguns dos males que arrancam o homem da sua terra natal. Essa dolorosa separação, que não é só física, mas também existencial e espiritual, porque há uma relação com a terra que está pondo a comunidade rural e seu modo de vida peculiar em notória decadência e até em risco de extinção.

A outra dimensão do processo já global é a **fome**. Quando a especulação financeira condiciona o preço dos alimentos, tratando-os como qualquer mercadoria, milhões de pessoas sofrem e morrem de fome. Por outro lado, descartam-se toneladas de alimentos. Isso é um verdadeiro escândalo. A fome é criminoso, a alimentação é um direito inalienável. Eu sei que alguns de vocês reivindicam uma reforma agrária para solucionar alguns desses problemas, e deixem-me dizer-lhes que, em certos países, e aqui cito o **Compêndio da Doutrina Social da Igreja**, "a reforma agrária é, além de uma necessidade política, uma obrigação moral" (CDSI, 300).

Não sou só eu que digo isso. Está no **Compêndio da Doutrina Social da Igreja**. Por favor, continuem com a luta pela dignidade da família rural, pela água, pela vida e para que todos possam se beneficiar dos frutos da terra.

Em segundo lugar, **teto**. Eu disse e repito: **uma casa para cada família**. Nunca se deve esquecer de que Jesus nasceu em um estábulo porque na hospedagem não havia lugar, que a sua família teve que abandonar o seu lar e fugir para o Egito, perseguida por Herodes. Hoje há tantas famílias sem moradia, ou porque nunca a tiveram, ou porque a perderam por diferentes motivos. Família e moradia andam de mãos dadas. Mas, além disso, um teto, para que seja um lar, tem uma dimensão comunitária: e é o bairro... e é precisamente no bairro onde se começa a construir essa grande família da humanidade, a partir do mais imediato, a partir da convivência com os vizinhos.

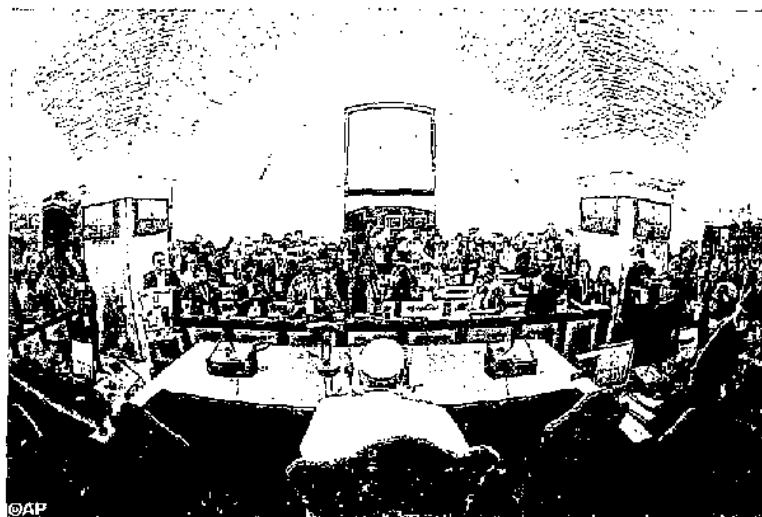
Hoje, vivemos em imensas cidades que se mostram modernas, orgulhosas e até vaidosas. Cidades que oferecem inúmeros prazeres e bem-estar para uma minoria feliz... mas se nega o teto a milhares de vizinhos e irmãos nossos, inclusive crianças, e eles são chamados, elegantemente, de "pessoas em situação de rua". É curioso como no mundo das injustiças abundam os eufemismos. Não se dizem as palavras com a contundência, e busca-se a realidade no eufemismo. Uma pessoa, uma pessoa segregada, uma pessoa apartada, uma pessoa que está sofrendo a miséria, a fome, é uma pessoa em situação de rua: palavra elegante, não? Vocês, busquem sempre, talvez me equivoque em algum, mas, em geral, por trás de um eufemismo há um crime.

Vivemos em cidades que constroem torres, centros comerciais, fazem negócios imobiliários... mas abandonam uma parte de si nas margens, nas periferias. Como dói escutar que os assentamentos pobres são marginalizados ou, pior, quer-se erradicá-los! São cruéis as imagens dos despejos forçados, dos tratores derrubando casinhas, imagens tão parecidas às da guerra. E isso se vê hoje.

Vocês sabem que, nos bairros populares, onde muitos de vocês vivem, subsistem valores já esquecidos nos centros enriquecidos. Os assentamentos estão abençoados com uma rica cultura popular: ali, o espaço público não é um mero lugar de trânsito, mas uma extensão do próprio lar, um lugar para gerar vínculos com os vizinhos. Como são belas as cidades que superam a desconfiança doentia e integram os diferentes e que fazem dessa integração um novo fator de

desenvolvimento. Como são lindas as cidades que, ainda não se desenvolveram, são cheias de espaços que conectam, relacionam, favorecem o reconhecimento do outro.

Por isso, nem erradicação, nem marginalização: **é preciso seguir na linha da integração urbana.** Essa palavra deve substituir completamente a palavra erradicação, desde já, mas também esses projetos que pretendem envernizar os bairros populares, ajeitar as periferias e maquiar as feridas sociais, em vez de curá-las, promovendo uma integração autêntica e respeitosa. É uma espécie de direito arquitetura de maquiagem, não? E vai por esse lado. Sigamos trabalhando para que todas as famílias tenham uma moradia e para que todos os bairros tenham uma infraestrutura adequada (esgoto, luz, gás, asfalto e contínuo: escolas, hospitais ou salas de primeiros socorros, clube de esportes e todas as coisas que criam vínculos e que unem, acesso à saúde – já disse – e à educação e à segurança.



Terceiro, **trabalho**. Não existe pior pobreza material – urge-me

ênfaticamente isto –, não existe pior pobreza material do que a que não permite ganhar o pão e priva da dignidade do trabalho. O desemprego juvenil, a informalidade e a falta de direitos trabalhistas não são inevitáveis, são o resultado de uma prévia opção social, de um sistema econômico que coloca os lucros acima do homem, se o lucro é econômico, sobre a humanidade ou sobre o homem, são efeitos de uma cultura do descarte que considera o ser humano em si mesmo como um bem de consumo, que pode ser usado e depois jogado fora.

Hoje, ao fenômeno da exploração e da opressão, soma-se uma nova dimensão, um matiz gráfico e duro da injustiça social; os que não podem ser integrados, os excluídos são resíduos, "sobrantes". Essa é a cultura do descarte, e sobre isso gostaria de ampliar algo que não tenho por escrito, mas que lembrei agora. Isso acontece quando, no centro de um sistema econômico, está o deus dinheiro e não o homem, a pessoa humana. Sim, no centro de todo sistema social ou econômico, tem que estar a pessoa, imagem de Deus, criada para que fosse o denominador do universo. Quando a pessoa é deslocada e vem o deus dinheiro, acontecesse essa inversão de valores.

E, para explicitar, lembro um ensinamento de cerca do ano 1200. Um rabino judeu explicava aos seus fiéis a história da torre de Babel e, então, contava como, para construir essa **torre de Babel**, era preciso fazer muito esforço, era preciso fazer os tijolos; para fazer os tijolos, era preciso fazer o barro e trazer a palha, e amassar o barro com a palha; depois, cortá-lo em quadrados; depois, secá-lo; depois, cozinhá-lo; e, quando já estavam cozidos e frios, subi-los, para ir construindo a torre.

Se um tijolo caía – o tijolo era muito caro –, com todo esse trabalho, se um tijolo caía, era quase uma tragédia nacional. Aquele que o deixara cair era castigado ou suspenso, ou não sei o que lhe faziam. E se um operário caía não acontecia nada. Isso é quando a pessoa está a serviço do deus dinheiro, e isso era contado por um rabino judeu no ano 1200, explicando essas coisas horríveis.

E, a respeito do descarte, também temos que estar um pouco atentos ao que acontece na nossa sociedade. Estou repetindo coisas que disse e que estão na *Evangelii gaudium*. Hoje em dia, descartam-se as crianças porque a taxa de natalidade em muitos países da terra diminuiu, ou se

descartam as crianças porque não se têm uma geração, ou porque são mortas antes de nascerem, descarte de crianças.

Descartam-se os idosos, porque, bom, não servem, não produzem. Nem crianças nem idosos produzem. Então, sistemas mais ou menos sofisticados vão os abandonando lentamente. E agora como é necessário, nesta crise, recuperar um certo equilíbrio. Estamos assistindo a um terceiro descarte muito doloroso, o descarte dos jovens. Milhões de jovens. Eu não quero dizer o dado, porque não o sei exatamente, e a que eu li parece um pouco exagerado, mas milhões de jovens descartados do trabalho, desempregados.

Nos países da Europa – e estas são estatísticas muito claras –, aqui na Itália, passou um pouquinho dos 40% de jovens desempregados. Sabem o que significa 40% de jovens? Toda uma geração, anular toda uma geração para manter o equilíbrio. Em outro país da Europa, está passando os 50% e, nesse mesmo país dos 50%, no sul são 60%. São dados claros, ou seja, do descarte. Descarte de crianças, descarte de idosos, que não produzem, e temos que sacrificar uma geração de jovens, descarte de jovens, para poder manter e reequilibrar um sistema em cujo centro está o deus dinheiro, e não a pessoa humana.

Apesar disso, a essa cultura de descarte, a essa cultura dos sobrantes, muitos de vocês, trabalhadores excluídos, sobrantes para esse sistema, foram inventando o seu próprio trabalho com tudo aquilo que parecia não poder dar mais de si mesmo... mas vocês, com a sua artesanidade que Deus lhes deu, com a sua busca, com a sua solidariedade, com o seu trabalho comunitário, com a sua economia popular, conseguiram e estão conseguindo... E, deixem-me dizer isto, isso, além de trabalho, é poesia. Obrigado.

Desde já, todo trabalhador, esteja ou não no sistema formal do trabalho assalariado, tem direito a uma remuneração digna, à segurança social e a uma cobertura de aposentadoria. Aqui há papeleiros, recicladores, vendedores ambulantes, costureiros, artesãos, pescadores, camponeses, construtores, mineiros, operários de empresas recuperadas, todos os tipos de cooperativados e trabalhadores de ofícios populares que estão excluídos dos direitos trabalhistas, aos quais é negada a possibilidade de se sindicalizar, que não têm uma renda adequada e estável. Hoje, quero unir a minha voz à sua e acompanhá-los na sua luta.

Neste encontro, também falaram da Paz e da Ecologia. É lógico: não pode haver terra, não pode haver teto, não pode haver trabalho se não temos paz e se destruímos o planeta. São temas tão importantes que os Povos e suas organizações de base não podem deixar de debater. Não podem deixar só nas mãos dos dirigentes políticos. Todos os povos da terra, todos os homens e mulheres de boa vontade têm que levantar a voz em defesa desses dois dons preciosos: a paz e a natureza. A irmã mãe Terra, como chamava São Francisco de Assis.

Há pouco tempo, eu disse, e repito, que estamos vivendo a terceira guerra mundial, mas em cotas. Há sistemas econômicos que, para sobreviver, devem fazer a guerra. Então, fabricam e vendem armas e, com isso, os balanços das economias que sacrificam o homem aos pés do ídolo do dinheiro, obviamente, ficam saneados. E não se pensa nas crianças famintas nos campos de refugiados, não se pensa nos deslocamentos forçados, não se pensa nas moradias destruídas, não se pensa, desde já, em tantas vidas ceifadas. Quanto sofrimento, quanta destruição, quanta dor. Hoje, queridos irmãos e irmãs, se levanta em todas as partes da terra, em todos os povos, em cada coração e nos movimentos populares, o grito da paz: nunca mais a guerra!

Um sistema econômico centrado no deus dinheiro também precisa saquear a natureza, saquear a natureza, para sustentar o ritmo frenético de consumo que lhe é inerente. As mudanças climáticas, a perda da biodiversidade, o desmatamento já estão mostrando seus efeitos devastadores nos grandes cataclismos que vemos, e os que mais sofrem são vocês, os humildes, os que vivem perto

das costas em moradias precárias, ou que são tão vulneráveis e bonitinhos e que, diante de um desastre natural, perdem tudo.

Irmãos e irmãs, a criação não é uma propriedade da qual podemos dispor ao nosso gosto; muito menos é uma propriedade só de alguns, de poucos: a criação é um dom, é um presente, um dom maravilhoso que Deus nos deu para que cuidemos dele e o utilizemos em benefício de todos, sempre com respeito e gratidão. Talvez vocês saibam que eu estou preparando uma encíclica sobre Ecologia: tenham a certeza de que as suas preocupações estarão presentes nela. Agradeço-lhes, aproveito para lhes agradecer, pela carta que os integrantes da **Via Campesina**, da **Federação dos Papeleiros** e tantos outros irmãos me fizeram chegar sobre o assunto.

Falamos da terra, de trabalho, de teto... falamos de trabalhar pela paz e cuidar da natureza... Mas por que, em vez disso, nos acostumamos a ver como se destrói o trabalho digno, se despejam tantas famílias, se expulsam os camponeses, se faz a guerra e se abusa da natureza? Porque, nesse sistema, tirou-se o homem, a pessoa humana, do centro, e substituiu-se por outra coisa. Porque se presta um culto idólatra ao dinheiro. Porque se globalizou a indiferença! Se globalizou a indiferença. O que me importa o que acontece com os outros, desde que eu defenda o que é meu? Porque o mundo se esqueceu de Deus, que é Pai; tornou-se um órfão, porque deixou Deus de lado.

Alguns de vocês expressaram: esse sistema não se aguenta mais. Temos que mudá-lo, temos que voltar a levar a dignidade humana para o centro, e que, sobre esse pilar, se construam as estruturas sociais alternativas de que precisamos. É preciso fazer isso com coragem, mas também com inteligência. Com tenacidade, mas sem fanatismo. Com paixão, mas sem violência. E entre todos, enfrentando os conflitos sem ficar presos neles, buscando sempre resolver as tensões para alcançar um plano superior de unidade, de paz e de justiça.

Os cristãos têm algo muito lindo, um guia de ação, um programa, poderíamos dizer, revolucionário. Recomendo-lhes vivamente que o leiam, que leiam as **Bem-aventuranças** que estão no capítulo 5 de **São Mateus** e 6 de **São Lucas** (cfr. Mt 5, 3; e Lc 6, 20) e que leiam a passagem de **Mateus 25**. Eu disse isso aos jovens no Rio de Janeiro. Com essas duas coisas, vocês têm o programa de ação.

Sei que entre vocês há pessoas de distintas religiões, ofícios, ideias, culturas, países, continentes. Hoje, estão praticando aqui a cultura do encontro, tão diferente da xenofobia, da discriminação e da intolerância que vemos tantas vezes. Entre os excluídos, dá-se esse encontro de culturas em que o conjunto não anula a particularidade, o conjunto não anula a particularidade. Por isso eu gosto da imagem do poliedro, uma figura geométrica com muitas caras distintas. O poliedro reflete a confluência de todas as particularidades que, nele, conservam a originalidade. Nada se dissolve, nada se destrói, nada se domina, tudo se integra, tudo se integra. Hoje, vocês também estão buscando essa síntese entre o local e o global. Sei que trabalham dia após dia no próximo, no concreto, no seu território, seu bairro, seu lugar de trabalho: convido-os também a continuarem buscando essa perspectiva mais ampla, que nossos sonhos voem alto e abranjam tudo.

Assim, parece-me importante essa proposta que alguns me compartilharam de que esses movimentos, essas experiências de solidariedade que crescem a partir de baixo, a partir do subsolo do planeta, confluam, estejam mais coordenadas, vão se encontrando, como vocês fizeram nestes dias. Atenção, nunca é bom espalhar o movimento em estruturas rígidas. Por isso, eu disse encontra-se. Também não é bom tentar absorvê-lo, dirigi-lo ou dominá-lo; movimentos livres têm a sua dinâmica própria, mas, sim, devemos tentar caminhar juntos. Estamos neste salão, que é o salão do Sínodo velho. Agora há um novo. E sínodo significa precisamente "caminhar juntos": que esse seja um símbolo do processo que vocês começaram e estão levando adiante.

Os movimentos populares expressam a necessidade urgente de revitalizar as nossas democracias, tantas vezes sequestradas por inúmeros fatores. É impossível imaginar um futuro para a sociedade

sem a participação protagonicã das grandes maiorias, e esse protagonismo excede os procedimentos lógicos da democracia formal. A perspectiva de um mundo da paz e da justiça duradouras nos exige superar o assistencialismo paternalista, nos exige criar novas formas de participação que inclua os movimentos populares e anime as estruturas de governo locais, nacionais e internacionais com essa torrente de energia moral que surge da incorporação dos excluídos na construção do destino comum. E isso com ânimo construtivo, sem ressentimento, com amor.

Eu os acompanho de coração nesse caminho. Digamos juntos com o coração: nenhuma família sem moradia, nenhum agricultor sem terra, nenhum trabalhador sem direitos, nenhuma pessoa sem a dignidade que o trabalho dá.

Queridos irmãos e irmãs: sigam com a sua luta, fazem bem a todos nós. É como uma bênção de humanidade. Deixo-lhes de recordação, de presente e com a minha bênção, alguns rosários que foram fabricados por artesãos, papaleiros e trabalhadores da economia popular da América Latina.

E nesse acompanhamento eu rezo por vocês, rezo com vocês e quero pedir ao nosso Pai Deus que os acompanhe e os abençoe, que os encha com o seu amor e os acompanhe no caminho, dando-lhes abundantemente essa força que nos mantém de pé: essa força é a esperança, a esperança que não desilude. Obrigado.

Para ler mais:

28/10/2014 - Papa Francisco e os movimentos sociais

27/10/2014 - Encontro Mundial de Movimentos Populares é promovido pelo Vaticano

27/10/2014 - Papa recebe os movimentos camponeses

23/10/2014 - Encontro Mundial de Movimentos Populares no Vaticano

20/10/2014 - Vaticano organiza encontro internacional de movimentos populares comprometidos com a justiça social

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Eduardo Suplicy. Eu sei que V. Exª fará, ainda no mês de novembro ou dezembro, um discurso do seu retorno, digamos, a São Paulo, por um período, espero, pequeno, para voltar para cá. Nesse dia, quero fazer-lhe a justa homenagem que V. Exª merece, pelo brilhantismo de toda a sua vida. Brilhantismo dos homens que têm uma postura gigante e com a humildade de V. Exª. V. Exª, para nós, é um gigante. É uma referência, pode ter certeza, para todos aqueles que pensam no bem comum.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

V. Exª é um exemplo. Todos os dias, V. Exª, com a sua atuação, nos estimula a fazer, daqui da tribuna do Senado, do nosso trabalho, como representantes do povo brasileiro, algo sempre e cada vez mais significativo. O exemplo de V. Exª é extraordinário para todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um abraço, Senador.

Senador Anibal Diniz. Em seguida, o Senador Douglas Cintra.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, telespectadores da TV e ouvintes da Rádio Senado, eu gostaria, Senador Paulo Paim, de fazer, neste meu pronunciamento de hoje, um breve registro e, ao mesmo tempo, um elogio, uma congratulação ao Tribunal Superior Eleitoral pela condução dessas eleições de 2014. Veja, Senador Paim, que foram 142,822 milhões de eleitores registrados, em um número de 428.894 mil urnas utilizadas em todos os Municípios do Brasil. Foram eleições tranquilas e republicanas. A população brasileira compareceu de forma ordeira e pacífica às urnas e escolheu livremente os governantes pelos próximos quatro anos.

Nessas eleições, tivemos muitas novidades políticas: a aplicação da Lei da Ficha Limpa, pela primeira vez em eleições gerais; o voto em trânsito nos Municípios com mais de 200 mil eleitores; a proibição de propaganda por *telemarketing* e a proibição de associar nome de candidato a órgão público, por exemplo.

As eleições de 2014 foram também marcadas pela inovação tecnológica, Senador Paim, muita inovação, que facilitou muito a vida de todos, tanto a dos candidatos quanto a dos eleitores. O sistema de identificação biométrica foi aperfeiçoado para o segundo turno e teve 100% de funcionamento em três Estados: Alagoas, Amapá e Sergipe e também no Distrito Federal, mas também funcionou em quase 800 Municípios de todo o País.

A Justiça Eleitoral registrou uma significativa redução, do primeiro para o segundo turno, na quantidade de urnas eletrônicas substituídas durante o pleito. Das 361.435 urnas sem identificação biométrica, incluindo as utilizadas para justificativas, no primeiro turno foram substituídas 3.693 urnas eletrônicas. Já no segundo turno, esse número caiu para 2.499 urnas, uma redução de 32,33%.

Ou seja, foi um processo aperfeiçoado do primeiro para o segundo turno. Se, no primeiro turno, tivemos 3.693 urnas substituídas, já no segundo turno, esse número baixou para 2.499 – uma redução de 32,33%.

Além disso, Senador Paim, a eleição contou com aplicativos disponíveis gratuitamente para as principais plataformas de *smartphones* existentes, tanto para os iPhones, como Android, iOS e Windows Phone, que foram de grande utilidade para quem desejou ficar a par do andamento das eleições.

Esses aplicativos foram muito interessantes, porque todos os eleitores que tiveram interesse em acompanhar o andamento das apurações tinham acesso gratuito a essas informações. Um aplicativo, por exemplo, permitiu que o usuário visualizasse os candidatos a cargos eletivos que estavam concorrendo este ano. A lista podia ser filtrada por cargo e por unidade da Federação. Por meio desse aplicativo, os eleitores tiveram acesso ainda ao nome completo do candidato, nome escolhido para urna, número, situação do registro de candidatura, cargo, partido e coligação. Todas as informações foram obtidas diretamente das bases de dados do Tribunal Superior Eleitoral e atualizadas diariamente.

Esse aplicativo foi utilizado no primeiro turno com uma quantidade enorme de informação, porque imagine só o número de candidatos a Deputados Estaduais, Deputados Federais, Senadores, Governadores e Presidente da República. Já no segundo turno, o número foi reduzido, porque nem todos os Estados tiveram segundo turno nas eleições governamentais, e os candidatos a Presidente só foram dois. Então, na realidade, o trabalho do segundo turno ficou bem mais simplificado.

Foi muito interessante, porque o aplicativo disponibilizou as informações no primeiro turno e foi atualizado para o segundo turno, de tal maneira que as pessoas pudessem ter acesso ao resultado, por exemplo, das eleições presidenciais no total do País, mas também pudessem obter informação especificamente em cada um dos Estados brasileiros, e havia a possibilidade também de obterem as informações em cada um dos Municípios. Com um pouco mais de pesquisa, chega-se, inclusive, ao resultado por urna.

Isso tudo mostra o quanto a nossa Justiça Eleitoral está preparada, do ponto de vista tecnológico, para oferecer total segurança no processo de eleição em nosso País.

Outro aplicativo funcionou como localizador de sessões eleitorais e para informar rotas e distâncias até o local de votação do eleitor.

E um terceiro aplicativo foi uma novidade muito relevante: o acompanhamento em tempo real da contagem dos votos por meio do aplicativo “Apuração 2014”, que pôde ser baixado gratuitamente em dispositivos móveis (*tablets* e *smarthphones*). Por meio desse aplicativo, foi possível acompanhar os dados de todo o Brasil e visualizá-los a partir de consulta nominal, que apresentou o quantitativo de votos totalizados para cada candidato, com a indicação dos eleitos ou dos que foram para o segundo turno – no caso da disputa de governador e de Presidente.

Também foi possível selecionar os candidatos favoritos e visualizá-los com destaque.

O eleitor pôde, ainda, selecionar a abrangência que deseja acompanhar a apuração. Por exemplo, pôde escolher “Brasil” para acompanhar a votação de Presidente da República e “Estados” para acompanhar a votação para governador, Senador, Deputado Federal, deputado estadual ou deputado distrital por unidade da Federação.

Também pôde acompanhar o resultado da eleição presidencial em cada um dos Estados, de tal maneira que estivesse completamente inteirado da performance de cada candidato em cada uma das unidades da Federação.

Também foi possível acompanhar o desempenho nas urnas do candidato a Presidente em cada Estado.

Além de verificar o número de votos, o eleitor pôde acompanhar o percentual de apuração das seções e compartilhar essas informações nas redes sociais.

Tivemos então, uma eleição marcadamente tecnológica e inclusiva. Antes, tínhamos de esperar o resultado pela televisão, pelas coberturas jornalísticas. Agora, cada um dos eleitores que estivesse em condição de acesso à internet com seu *tablet*, *smarthphone* ou qualquer outro equipamento, podia ter acesso a informações de primeira mão.

Os resultados foram atualizados automaticamente e, ao final da apuração, foram exibidos os eleitos com o quantitativo de votos obtidos e o percentual de votação por candidato.

Por todo o exposto, consideramos que as eleições de 2014 foram um marco para que cada vez mais cidadãos possam compartilhar conteúdo político e eleitoral, e cada vez mais pessoas possam se inserir num contexto político e democrático bastante inclusivo.

E, finalizando este meu pronunciamento, gostaria de fazer uma saudação ao Tribunal Superior Eleitoral e aos Tribunais Regionais Eleitorais pela presteza do serviço, pela eficiência apresentada, pela rapidez com que tivemos o resultado final dessas eleições. Se há algo de que o Brasil pode se orgulhar é justamente essa capacidade de apresentar o resultado das eleições em tempo cada vez mais reduzido.

As eleições de 2014 foram marcadas exatamente por essa eficiência. No segundo turno, terminadas as votações, às 17 horas, o Brasil inteiro ficou aguardando apenas a finalização das eleições no Estado do Acre em razão do fuso horário de três horas. Tão logo encerrou-se o processo de votação no Estado do Acre, às 17 horas, às 20 horas, portanto, na maioria dos Estados brasileiros, horário de Brasília, já se apresentou o conjunto da apuração nos veículos de comunicação. Mas as pessoas que estavam acompanhando pelo dispositivo disponibilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral conseguiram ficar à frente, inclusive, dos meios de comunicação que estavam fazendo a cobertura.

Por isso, o Tribunal Superior Eleitoral está de parabéns pela política de inclusão de todos, pela atenção que teve para com todos os cidadãos brasileiros no sentido de disponibilizar as informações e torná-las acessíveis a todos. Essa forma de utilização da tecnologia tem que servir de inspiração a todos os segmentos do Governo. Quanto mais inovação tecnológica, mais facilidade para que o cidadão tenha acesso aos serviços públicos que lhes são essenciais.

Nesse sentido, reforço aqui a convicção de que o Brasil tem que dar total prioridade ao Programa Nacional de Banda Larga, de tal maneira que possa levar internet de boa velocidade para todos os Municípios brasileiros.

Na semana que vem, dia 4 de novembro, estaremos realizando mais uma audiência pública da comissão encarregada do acompanhamento do Programa Nacional de Banda Larga. Essa comissão foi instituída pela Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado e tem a responsabilidade de produzir um relatório detalhado, circunstanciado, sobre a real situação do Programa Nacional de Banda Larga em todos os Estados brasileiros.

Eu sou o responsável pelo relatório na Comissão de Ciência e Tecnologia. Na próxima terça-feira, 4 de novembro, às 8h30, realizaremos nossa audiência final. Convido todos os Senadores que possam se fazer presentes para apresentarem seus questionamentos. Terminada a audiência pública e reunidas as informações de todas as audiências públicas e visitas técnicas que realizamos, apresentaremos um relatório justamente apontando os gargalos, as situações que dificultaram a plena execução do Programa Nacional de Banda Larga,

todos os gargalos e impeditivos que não permitiram que a ideia inicial do Programa Nacional de Banda Larga, de chegar a todos os Municípios, fosse concretizada.

Com esse relatório, o grande objetivo é dotar os órgãos executores do programa de condições adequadas e informações necessárias a fim de que, no período de 2015 a 2018, possamos, efetivamente, fazer a internet de banda larga chegar a todas as regiões. Principalmente às regiões mais isoladas, àqueles Municípios que ficam na Amazônia brasileira e no Nordeste brasileiro e que mais dependem de conexão. Exatamente por sua distância, dependem muito mais de internet para estarem conectados ao mundo, acompanhando as políticas públicas.

Vale ressaltar que estamos construindo esse relatório com muito cuidado, ouvindo todos os segmentos, ouvindo os usuários, ouvindo os operadores e, principalmente, reunindo informações que nos permitam entender qual será a modalidade, a tecnologia utilizada, por exemplo, para aquelas localidades em que não será possível a extensão da rede de fibra ótica.

Nesse sentido, fizemos uma visita a São José dos Campos para acompanhar o projeto do satélite geoes-tacionário contratado pelo Governo brasileiro, que entrará em órbita a partir de 2016, justamente para atender esse Programa Nacional de Banda Larga e, ao mesmo tempo, as necessidades de defesa estratégica do Governo.

Esse satélite geoestacionário vai permitir que internet de boa velocidade chegue àquelas localidades isoladas, que não serão, digamos, atendidas pela rede de fibra ótica.

Então, o exemplo que estou citando da necessidade de banda larga é justamente porque cada vez mais as informações estarão disponibilizadas. Mas, para que a população tenha acesso a essas informações, que são cada vez mais volumosas na rede mundial de computadores, precisamos que as pessoas tenham acesso a internet de boa velocidade, o que é considerado um bem essencial, um direito fundamental do cidadão. Nós temos que batalhar firme para que, no período de 2015 a 2018, a Presidenta Dilma possa concluir esse projeto fantástico de inclusão social e de inclusão econômica, pois quanto mais tecnologia, quanto mais conectividade, maiores as possibilidades de a região se desenvolver social e economicamente.

Senador Paim, terminado o meu registro de cumprimento ao Tribunal Superior Eleitoral e a todos os Tribunais pelo sucesso e pela eficiência na realização das eleições e na apuração dos votos, quero, nestes minutos que me restam, fazer uma referência ao Projeto de Lei do Senado nº 437, de 2012, de autoria do Senador José Agripino, que disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior.

O Projeto de Lei do Senado nº 437 foi aprovado hoje na Comissão de Constituição e Justiça. É um projeto da maior importância, já que vai incentivar alunos de nível superior de todas as instituições de ensino a buscarem a formação da sua associação, denominada empresa júnior, que vai incentivar os alunos a desenvolverem seu potencial empreendedor. O Senador José Agripino foi muito feliz nessa proposição.

Devo dizer que, no ato da aprovação da matéria, apresentei uma emenda, justamente a que permite que projetos desenvolvidos por essas empresas juniores, se porventura conseguirem alguma captação de recursos, que os recursos sejam destinados às instituições de ensino em que essas empresas funcionam.

Então, eu quero expressar a minha alegria pela aprovação da matéria.

Tive a oportunidade de participar da reunião de uma empresa júnior lá em Rio Branco, na Faculdade da Amazônia Ocidental (Faao), e pude perceber, Senador Paim, como a desenvoltura dos alunos que fazem parte de uma empresa júnior é maior. Eles são superativos, estão superatentos às possibilidades do mercado, superanteados com as novidades, têm um potencial empreendedor muito grande. E fortalecem esse potencial de maneira muito mais sólida quando existe a empresa júnior. Por isso fiz tantas menções elogiosas à proposição do Senador José Agripino, que foi brilhantemente relatada pelo Senador Cyro Miranda. Nós tivemos a sua aprovação hoje na Comissão de Constituição e Justiça, e espero que o restante da tramitação seja o mais breve possível para termos também a aprovação na Câmara e a matéria sancionada pela Presidenta Dilma. Dessa forma, facilitaremos a vida de universidades que queiram apostar na criação de empresas juniores, a fim de dar maior possibilidade de aprendizado no mundo do empreendedorismo a jovens estudantes de universidades brasileiras.

Concluo, Senador Paim, agradecendo a atenção de V. Exª e de todos que nos acompanham no plenário do Senado e pela TV Senado e Rádio Senado e pela rede mundial de computadores.

(Soa a campanha.)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Anibal Diniz.

Pode ter certeza que a Casa vai sentir sua falta, como tenho certeza de que V. Exª estará sempre na trincheira do bem. Nós perdemos um pouco, mas o Acre ganha, sua família ganha. Vai poder ficar mais perto deles e continuar defendendo as grandes causas, como fez na tribuna neste momento.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Naturalmente, V. Exª ainda fará seu discurso de despedida, de que vamos poder participar, com certeza absoluta. Essa foi uma despedida momentaneamente.

Por favor, Senador Douglas Cintra.

V. Exª pode usar a tribuna pelo tempo que for necessário para o seu pronunciamento.

Em seguida, o Senador Fleury, que está ali já há um longo tempo, atentamente assistindo ao pronunciamento dos colegas.

Senador Douglas Cintra.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, cidadãos e cidadãs de Pernambuco e de todo o Brasil que nos acompanham pela televisão, pelo rádio e pela internet, a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou 2014 o Ano Internacional da Agricultura Familiar.

O objetivo geral é reposicionar esse importante segmento do mundo rural como foco das políticas agrícolas, agrárias, sociais e ambientais nas agendas de todos os países, identificando lacunas e oportunidades, a fim de promover mudanças que conduzam a um desenvolvimento mais equitativo, equilibrado e humano.

Os objetivos específicos consistem em:

- apoiar a formulação de políticas que promovam a agricultura familiar sustentável;
- ampliar o conhecimento, a comunicação e a conscientização pública;
- melhorar a compreensão das necessidades, do potencial e das dificuldades da agricultura familiar, de forma a lhe assegurar crescente respaldo técnico;
- transformá-la em um aliado indispensável da sustentabilidade.

Sr. Presidente, o Brasil rural tem 4,3 milhões de unidades produtivas familiares (84% do total), que dão ocupação a 14 milhões de pessoas, algo em torno de 74% de todas as ocupações no campo.

Essa definição abrange as populações tradicionais, os assentados pela reforma agrária e as famílias rurais propriamente ditas.

Em nosso País, são gigantescos os avanços que beneficiaram o segmento durante os governos Lula e Dilma.

Desde 2003, o segmento passou por uma positiva transformação, decorrente da lógica do Fome Zero e da necessidade de aproximar cada vez mais a produção de alimentos das necessidades do conjunto da população.

A isso cumpre acrescentar que a agricultura familiar é ainda fundamental como fonte de biocombustíveis que asseguram a limpeza e a sustentabilidade renovável da matriz energética nacional.

Hoje, sob a liderança do Governo da União, todos os níveis da Federação conjugam esforços visando universalizar os principais programas e políticas públicas.

Bancos públicos federais, centros de pesquisa agropecuária, universidades, escolas técnicas, serviços de assistência técnica, a rede pública de armazenagem e muitas outras instituições se irmanam em prol do sucesso de políticas públicas fundamentais para transformar, para melhor, o mundo rural brasileiro.

Os progressos daí resultantes são palpáveis. Nunca foi tão expressiva a participação da agricultura familiar no PIB agropecuário, e alguns dos produtos mais importantes para a mesa dos brasileiros são oriundos desse segmento: 70% da produção de feijão; 54% do leite; 84% da mandioca (que nós, nordestinos, chamamos de macaxeira); 40% da avicultura; 58% da produção de suínos.

O Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015 disponibilizou mais de R\$24 bilhões em crédito para financiar a produção. Há 12 anos, esses recursos eram de apenas R\$2,3 bilhões.

Foi criado o Seguro da Agricultura Familiar e ampliado o Garantia Safra no Semiárido, que atendia 200 mil agricultores e agora atende 1,35 milhão.

Foi criado, ainda, o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar, cobrindo 50 produtos e assegurando preços diferenciados para os produtos da sociobiodiversidade.

Os chamados mercados institucionais também se abriram para que milhares de agricultores comercializassem sua produção, recebessem preços justos e participassem da construção da segurança alimentar e do direito humano de todos à alimentação.

Para isso, foram instituídos o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, com a exigência de que no mínimo 30% da alimentação fornecida nas escolas provenha da agricultura familiar.

A inovação tecnológica e a retomada da política nacional de assistência técnica e extensão rural possibilitam à agricultura familiar produzir mais e melhor.

Em 2002, a União investia apenas R\$56 milhões nessa atividade. Hoje, com a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, o Governo Federal está investindo R\$1,1 bilhão com maior integração

entre a inovação e a tecnologia desenvolvidas pela Embrapa e a área de assistência técnica aos produtores familiares.

Entre 2003 e 2013, 51 milhões de hectares foram incorporados ao Programa Nacional de Reforma Agrária, permitindo o acesso à terra para 751 mil famílias.

No ano passado, o Governo lançou o Programa Brasil Agroecológico, pelo qual os agricultores são incentivados a produzir de forma sustentável e sem uso de agrotóxicos, aumentando a oferta de alimentos mais saudáveis para todos os consumidores.

O Brasil também está fazendo justiça ao papel essencial desempenhado pelas mulheres na agricultura, como atestam as linhas de crédito específicas do Pronaf Mulher, a titulação conjunta obrigatória na reforma agrária e o Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural.

Mas não é só isso! Com o PAC Equipamentos foram doadas 18.071 máquinas para 5.071 Municípios, o que beneficiou a infraestrutura do meio rural brasileiro.

Pela primeira vez, o Brasil rural é contemplado com um programa habitacional específico: em sua primeira fase, o Minha Casa Minha Vida Rural beneficiou cerca de 180 mil famílias.

O Programa Água para Todos fez com que o número de domicílios rurais com acesso à água canalizada passasse de 53% em 2001 para 74% em 2012.

No mesmo período, o Programa Luz para Todos levou a energia elétrica a 97% dos domicílios rurais (contra 78% em 2001).

No Semiárido, hoje em dia, as cisternas se espalham por todas as comunidades, pondo fim à situação indigna de vastas populações que antes careciam do direito básico de ter água para beber.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a lista completa de avanços e conquistas do segmento agrícola familiar nos últimos anos é muito extensa, e eu precisaria de muito mais tempo para relacionar todos os programas e medidas que o beneficiam.

Isso não significa, é claro, que todos os problemas desse setor estejam resolvidos; apenas que o progresso já verificado até agora nos estimula a prosseguir rumo a novas e maiores conquistas!

Um bom exemplo é dado por Pernambuco, onde os assentamentos da reforma agrária equivalem a cerca de 600 mil hectares de terra disponibilizada a 48 mil famílias, e prevalece a agricultura familiar de subsistência.

No meu Estado, 75% da economia do Semiárido se origina de programas de transferência de renda, e a crise da Zona da Mata açucareira ainda não encontrou alternativas socioeconômicas sustentáveis que permitam realocar os mais de 100 mil postos de trabalho perdidos nos últimos 30 anos.

Ao mesmo tempo, a seca, um fenômeno climático recorrente e cada vez mais frequente, ainda é tratada como exceção, com piques e arrefecimentos ao longo do tempo.

O que Pernambuco e o Nordeste como um todo necessitam é de uma política de convivência com a estiagem, seguindo as boas práticas de países e regiões muito mais áridos do que o nosso sertão, como Israel e outras nações do Oriente Médio.

Sr. Presidente, para finalizar, aponto algumas providências que precisam ser adotadas a fim de ajudar o segmento da agricultura familiar a ir cada vez mais longe, aperfeiçoando e ampliando o alcance das atuais políticas públicas. Esclareço que esta lista reflete o consenso de técnicos com longa experiência profissional, bem como de importantes lideranças representativas do setor, a exemplo da Fetape (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco):

- inserir a agricultura familiar na lógica dos polos de desenvolvimento, com incremento de infraestrutura e aplicação de recursos além do financiamento direto às famílias;
- constituir programa que funcione como um PAC da Agricultura Familiar;
- organizar um sistema de gestão eficiente para a integração entre as empresas e a agricultura familiar, nos mesmos moldes dos Arranjos Produtivos Locais (APLs), a fim de construir uma cadeia de valor eficiente na qual seja relevante o papel do cooperativismo;
- organizar a agricultura familiar por ramo produtivo, segundo a lógica de câmaras setoriais, interligando os APLs desde o nível dos Municípios até o plano nacional;
- fomentar a cooperação entre o Executivo, o Legislativo e representantes dos legítimos interesses da agropecuária e da agroindústria, com ênfase no segmento da agricultura familiar, para a consolidação, por exemplo, da produção de biocombustíveis em todas as suas dimensões tecnológicas, econômicas, sociais e ambientais.

Estou certo de que medidas como essas não apenas prepararão melhor o setor da agricultura familiar para que se beneficie do progresso socioeconômico geral da Nação, mas também fortalecerão seu papel de protagonista em todo esse processo.

Era o que eu tinha a comunicar, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Desejamos que a agricultura familiar do nosso País continue neste ritmo de crescimento e desenvolvimento, com a certeza do apoio desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador Douglas Cintra, por seu pronunciamento, com números, com detalhes fundamentais para a nossa agricultura familiar e o desenvolvimento de uma política social que atenda a todo o nosso povo no campo e na cidade. É uma alegria ouvir o seu pronunciamento. É um pronunciamento simples, objetivo e com conteúdo, o que descrevemos como simples e com competência. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. DOUGLAS CINTRA (Bloco União e Força/PTB – PE) – Afirmo que escutar as pessoas do campo realmente vai contribuir muito para que possamos continuar mudando essa realidade. Temos a certeza de que esses programas não apenas continuarão, mas crescerão, e é fundamental que o processo educacional também esteja presente na área agrícola e que possamos, assim, elevar de forma consistente a nossa produtividade rural e, aí sim, termos como referência a produção para não só alimentação das suas comunidades, mas, sobretudo, do nosso Brasil como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senador, meus cumprimentos, é uma satisfação vê-lo na tribuna.

Passamos a palavra neste momento, com enorme satisfação, como foi com o Senador Douglas, ao Senador Fleury, que estava aguardando até o momento.

O tempo todo é seu, use-o da maneira que V. Ex^a melhor entender para o seu pronunciamento.

O SR. FLEURY (Bloco Minoria/DEM – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Presidente Paulo Paim. É uma grande satisfação poder fazer este pronunciamento tendo V. Ex^a como Presidente.

Sou um homem do campo. Desde que cheguei aqui faço questão de dizer isso. Moro em uma propriedade rural e tenho as minhas indignações com a falta de respeito do Governo Federal com o campo. A atual Presidente, nossa Presidente Dilma, reeleita agora, com legitimidade, hasteou uma bandeira branca para este mandato, e nós precisamos, no campo, ter essa bandeira branca.

Na parte das usinas, Senador Paulo Paim: hoje o Brasil tem mais de 50 usinas fechadas por falta de apoio. A Presidente ignora o setor, não aceita conversar com o setor, e estamos passando por uma dificuldade muito grande, não só os usineiros como os produtores de cana que fornecem para as usinas.

A minha região, sudoeste de Goiás, onde 100% da plantação de cana é mecanizada, está com grande dificuldade. Antigamente o sudoeste era voltado para pecuária, chegou a agricultura, vários ali se endividaram, porque a agricultura neste País não tem seguro, é uma indústria de céu aberto. Às vezes perdemos por 90 dias de falta de chuva, às vezes perdemos por 60 dias de excesso de chuva e, pior ainda Senador, às vezes perdemos depois de ter colhido por não ter onde armazenar.

Então, em meus pronunciamentos não falo que a vértebra deste País é a agricultura, porque tenho a minha quebrada, mas que seja a artéria deste País a agricultura.

O Governo Federal precisa olhar mais para o setor sucroalcooleiro.

O ex-Presidente Lula falava abertamente que nós produziríamos a energia mais limpa e renovável do mundo que poderia abastecer – hoje, 80% dos carros fabricados neste País são flex, usando esse combustível que produzimos para abastecê-los – não somente a Nação, mas grande parte do mundo, gerando divisas, riquezas e a tecnologia que só o Brasil tem: a indústria de carros a álcool.

Mas fico aqui pensando nas tantas dificuldades por que o homem do campo passa, que às vezes perde sua propriedade – e vários produtores da nossa região perderam. Houve produtores que, inclusive, se suicidaram porque não davam conta de pagar suas dívidas. E o Governo nunca entendeu que eles haviam perdido o que tinham trabalhando. Eram chamados de marginais, eram chamados de caloteiros do agronegócio, e nunca sequer foi feito um levantamento da sua vida pregressa para saber, de fato, onde ele colocou o dinheiro. Ele colocou na terra, plantou com alta tecnologia, com custo alto e, às vezes, na hora de vender, as *tradings* baixavam o preço do produto, por saberem de suas dívidas nos bancos, tendo eles de entregar naquele momento por R\$ 2,00 ou R\$ 3,00 a menos do preço estabelecido pelos produtores.

Estou aqui nesta Casa há algum tempo defendendo o homem do campo, que, para mim, é o coração, a engrenagem deste País. E, com essa bandeira branca que a Presidente Dilma hasteou, vamos pedir a ela que olhe um pouco para o setor produtivo primário deste País, pois é este que gera a grande fortuna, a grande riqueza do Brasil. Até porque vemos que, quando ela atravessa os oceanos, indo a outros países, fala com muito orgulho, do superávit que o País tem através do agronegócio.

Eram essas as minhas palavras.

Quero agradecer a paciência que V. Ex^a teve em me ouvir. Sou goiano, mas admiro muito não só o cavalo crioulo, mas o gaúcho, como o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Fleury.

Eu acho importante o seu pronunciamento. V. Exª cobra, mas ao mesmo tempo fala, de forma afirmativa, que é importante a bandeira branca e a discussão, a conciliação, o diálogo, o entendimento, para que o Brasil cresça no campo e na cidade.

Senador Fleury, eu venho de uma região do meu Rio Grande que é Caxias do Sul, e as férias do meu colégio eram nas colônias, e tenho clara a importância da produção agrícola. Tenho clara a importância da agricultura familiar, mas tenho clara também a importância do agronegócio, porque é isso que faz com que o alimento chegue à mesa da nossa gente com um preço acessível. Quanto mais investirmos, quanto mais houver produção, mais os produtos chegarão à mesa do nosso povo e da nossa gente. E estamos falando aqui de alimentos, não estamos falando de *commodities*, não estamos falando de política de exportação. Parabéns a V. Exª!

Eu estou convencido de que a Presidenta vai dialogar com todos. Ela, nos seus pronunciamentos últimos a que assisti pela TV, quando não estava aqui em Brasília, percebi que ela fez questão de dizer que vai conversar com os empresários do campo e da cidade, vai conversar com os movimentos sociais, vai conversar com o Parlamento, vai conversar com a oposição.

Enfim, eu discordo daqueles que dizem, Senador Fleury, permita-me que diga isso, que o País saiu dividido. Houve uma disputa natural, e a oposição, no meu entendimento, saiu mais fortalecida do que era antes da eleição. Mas isso não significa que o País está dividido.

Eu tenho convicção comigo, e conheço aqui os Líderes da oposição, de que eles não deixarão de votar naquilo que for melhor para o País. E saberão fiscalizar e até criticar quando entenderem que aquele projeto não é, digamos, o mais adequado. Sei também que a Presidenta Dilma terá sabedoria, humildade de avançar naquilo que for melhor para toda a nossa gente, ouvindo todos os setores.

Perfeito ninguém é, e todos somos como se diz naquela música: “nós somos eternos aprendizes”. E é aprendendo e crescendo juntos que nós faremos de fato um país para todos.

Parabéns a V. Exª! Conte comigo nessas lutas e na sua luta específica. Eu posso informá-lo que hoje eu tive uma conversa com o Senador Renan Calheiros, Presidente da Casa. Falei no seu nome e falei do PL 250.

V. Exª tinha me lembrado que eu falasse com o Presidente. Ele disse que vai botar o PL 250 em votação para garantir a aposentadoria especial para as pessoas com deficiência, para as quais V. Exª trabalha tanto.

E eu, que tive uma irmã que morreu cega, sei muito bem o que é a luta das pessoas com deficiência. Ninguém quer ser considerado coitadinho. V. Exª aqui tem firmeza, convicção e quer aquilo que entende ser o correto para as pessoas poderem viver, envelhecer, enfim, terem o direito a uma vida digna. Por isso, meus aplausos a V. Exª.

Mas, na conversa que tive com o Presidente, acertamos também a questão da dívida dos Estados, que é importante para todos. Ele disse: “Eu vou anunciar no plenário, pode falar lá porque eu vou anunciar”. E ele anunciou que, na semana que vem, vamos votar a renegociação da dívida, que é uma dívida impagável, lá dos tempos remotos. Do tempo do IGP-DI mais 6% a 9%. Isso ninguém consegue pagar.

E nós passaremos, com o novo indexador, a pagar o correspondente à inflação, o INPC mais 4% ou a taxa Selic, o que for menor. Para ter uma ideia, só para o Rio Grande do Sul, significa uma economia de mais de R\$15 bilhões. E os outros Estados, cada um na sua proporção, todos serão favorecidos e sairemos dessa situação desesperadora.

Mas eu queria fazer um convite também a V. Exª.

Na próxima segunda-feira, teremos aqui uma sessão de homenagem ao grande Lupicínio Rodrigues. Um ano atrás, dei entrada num requerimento, mas ele não tinha sido aprovado. Nesta semana, a Senadora Ana Amélia também entrou com um requerimento no mesmo sentido e, assim, os dois requerimentos, segundo o Presidente, estão aprovados e nós teremos uma sessão que vai lembrar os 100 anos de Lupicínio Rodrigues.

Vai ser uma sessão bonita, com a presença do filho dele aqui, que me visitou um ano atrás no meu gabinete em Canoas, e pediu que eu participasse, de uma forma ou de outra, desse importante momento da música e da história dos grandes compositores do nosso País.

Obrigado, Senador, por ficar me ouvindo aqui até esta hora.

Assim, eu encerro a sessão. Que Deus abençoe a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 38 minutos.)

Agenda cumprida pelo Presidente Renan Calheiros

29/10/2014
Quarta-feira

15h	Recebe Jorge Venerando, presidente do Sindicato dos Policiais Federais de Alagoas e representantes Sala de Audiências
15h30	Recebe o juiz André Granja, vice-presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE) Sala de Audiências
16h	Ordem do Dia Plenário

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

Bloco-PTB - Eptácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Douglas Cintra** (S)
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Antonio Aureliano* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Fleury** (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PCdoB - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Ivonete Dantas* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PDT - Kaká Andrade** (S)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Wilson Matos* (S)
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
Bloco-PMDB - Roberto Requião**

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Odacir Soares** (S)
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-PMDB - Kátia Abreu*
PROS - Ataídes Oliveira** (S)
Bloco-SD - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
PSB - João Capiberibe**
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 8ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 26 PMDB-19 / PP-5 / PSD-1 / PV-1

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Casildo Maldaner.	PMDB / SC
Ciro Nogueira.	PP / PI
Eduardo Braga.	PMDB / AM
Eunício Oliveira.	PMDB / CE
Francisco Dornelles.	PP / RJ
Ivonete Dantas.	PMDB / RN
Jader Barbalho.	PMDB / PA
Jarbas Vasconcelos.	PMDB / PE
João Alberto Souza.	PMDB / MA
José Sarney.	PMDB / AP
Kátia Abreu.	PMDB / TO
Lobão Filho.	PMDB / MA
Luiz Henrique.	PMDB / SC
Odacir Soares.	PP / RO
Paulo Davim.	PV / RN
Pedro Simon.	PMDB / RS
Renan Calheiros.	PMDB / AL
Ricardo Ferraço.	PMDB / ES
Roberto Requião.	PMDB / PR
Romero Jucá.	PMDB / RR
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Valdir Raupp.	PMDB / RO
Vital do Rêgo.	PMDB / PB
Waldemir Moka.	PMDB / MS

Bloco de Apoio ao Governo - 23 PT-13 / PDT-6 / PCdoB-2 / PSOL-1 PRB-1

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ana Rita.	PT / ES
Angela Portela.	PT / RR
Anibal Diniz.	PT / AC
Cristovam Buarque.	PDT / DF
Delcídio do Amaral.	PT / MS
Eduardo Suplicy.	PT / SP
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Inácio Arruda.	PCdoB / CE
João Durval.	PDT / BA
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Kaká Andrade.	PDT / SE
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Pedro Taques.	PDT / MT
Randolfe Rodrigues.	PSOL / AP
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM
Walter Pinheiro.	PT / BA
Wellington Dias.	PT / PI
Zeze Perrella.	PDT / MG

Bloco Parlamentar da Minoria - 17 PSDB-12 / DEM-4 / SD-1

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Antonio Aureliano.	PSDB / MG
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Cícero Lucena.	PSDB / PB
Cyro Miranda.	PSDB / GO
Fleury.	DEM / GO
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
Jayme Campos.	DEM / MT
José Agripino.	DEM / RN
Lúcia Vânia.	PSDB / GO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Mário Couto.	PSDB / PA
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ruben Figueiró.	PSDB / MS
Vicentinho Alves.	SD / TO
Wilson Matos.	PSDB / PR

Bloco Parlamentar União e Força - 10 PTB-6 / PR-4 / PSC

Alfredo Nascimento.	PR / AM
Antonio Carlos Rodrigues.	PR / SP
Blairo Maggi.	PR / MT
Douglas Cintra.	PTB / PE
Epitácio Cafeteira.	PTB / MA
Fernando Collor.	PTB / AL
Gim.	PTB / DF
João Vicente Claudino.	PTB / PI
Magno Malta.	PR / ES
Mozarildo Cavalcanti.	PTB / RR

PSB - 4

Antonio Carlos Valadares.	
João Capiberibe.	
Lídice da Mata.	
Rodrigo Rollemberg.	

PROS - 1

Ataídes Oliveira.	
Bloco Parlamentar da Maioria.	26
Bloco de Apoio ao Governo.	23
Bloco Parlamentar da Minoria.	17
Bloco Parlamentar União e Força.	10
PSB.	4
PROS.	1
TOTAL.	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)	Fleury** (Bloco-DEM-GO)	Marcelo Crivella** (Bloco-PRB-RJ)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)	Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)	Gim* (Bloco-PTB-DF)	Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)	Gleisi Hoffmann** (Bloco-PT-PR)	Odacir Soares** (Bloco-PP-RO)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)	Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)	Inácio Arruda* (Bloco-PCdoB-CE)	Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Ivonete Dantas* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Antonio Aureliano* (Bloco-PSDB-MG)	Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Antonio Carlos Valadares** (PSB-SE)	Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)	Randolfe Rodrigues** (Bloco-PSOL-AP)
Ataídes Oliveira** (PROS-TO)	João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)	Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)	João Capiberibe** (PSB-AP)	Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Blairo Maggi** (Bloco-PR-MT)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)	Rodrigo Rollemberg** (PSB-DF)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)	Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)	Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino** (Bloco-DEM-RN)	Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)	José Pimentel** (Bloco-PT-CE)	Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	Kaká Andrade** (Bloco-PDT-SE)	Vanessa Grazziotin** (Bloco-PCdoB-AM)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)	Kátia Abreu* (Bloco-PMDB-TO)	Vicentinho Alves** (Bloco-SD-TO)
Douglas Cintra** (Bloco-PTB-PE)	Lídice da Mata** (PSB-BA)	Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)	Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)	Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)	Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)	Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)	Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)	Wilson Matos* (Bloco-PSDB-PR)
Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Magno Malta** (Bloco-PR-ES)	Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**PRESIDENTE**

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Magno Malta - (PR-ES)

2º - Jayme Campos - (DEM-MT)

3º - João Durval - (PDT-BA)

4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 26</p> <p>Líder Eunício Oliveira - PMDB (63,70)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 19 Eunício Oliveira (63,70)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107)</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p>Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL/PRB) - 23</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (116,121)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,102) Inácio Arruda (89,96,115,127) Marcelo Crivella (36,120,128)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 13 Humberto Costa (116,121)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,95) Anibal Diniz (25,99) Paulo Paim (94) Eduardo Suplicy (103)</p> <p>Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (49,55,67,102)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p>Líder do PCdoB - 2 Vanessa Grazziotin (1,91,117)</p> <p>Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (89,96,115,127)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (36,120,128)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM/SD) - 17</p> <p>Vice-Líderes Mário Couto (34,61,123) Jayme Campos (28,106,110,124)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 12 Aloysio Nunes Ferreira (7,68,113)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (80) Paulo Bauer (5,35,74,79)</p> <p>Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,77)</p> <p>Líder do SD - 1 Vicentinho Alves (42,54,71,111)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 10</p> <p>Líder Gim - PTB (56,58,59)</p> <p>Vice-Líder Alfredo Nascimento (41,66)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino (125) Mozarildo Cavalcanti (57,126)</p> <p>Líder do PR - 4 Alfredo Nascimento (41,66)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p>Líder do PSC - 0 Eduardo Amorim (17,47,48,72,131)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - PMDB (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	<p>PSB - 4 Líder Rodrigo Rollemberg - PSB (69,101)</p> <p>Vice-Líder Lídice da Mata (29,38,82,129)</p> <p>PROS - 1 Líder Ataídes Oliveira - PROS (98,108,114)</p>

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.

11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Rauloff Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.

54. Em 17.10.2012, o Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVALV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2012, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
59. Em 19.12.2012, foi lido o Of. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
61. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
62. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
63. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
66. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
67. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
68. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
69. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme Of. GLPSB Nº 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
70. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o Of. GLPMDB nº 010/2013.
71. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
72. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
73. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
74. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
75. Em 05.02.2013, lido o Of. GSPDAV Nº 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
76. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.
77. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.
78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.
81. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
82. Senadora Lúcia da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme Of. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
83. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme Of. Nº 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
84. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme Ofício Nº 0014/2013-GLPSD.
85. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Vice-Líder do PSD, conforme Ofício Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme Ofício Nº 002/2013-GLDPDT.
87. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
88. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme Ofício Nº 08/2013-GLDPP.
89. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
90. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
93. Senador Wilder Moraes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
94. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme Of. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme Of. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme Of. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.

102. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
105. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. 25/13-GLDEM.
107. Senador Vital do Rêgo é designado 3º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. Nº 180/2013-GLPMDB
108. Em 05.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 580, de 2013, de prorrogação da licença do Senador João Ribeiro, até 07/08/13. Em consequência, o Senador Ataídes de Oliveira, 1º Suplente, continua no exercício do mandato.
109. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. 142/2013-BLUFOR, lido na sessão de 2 de julho de 2013.
110. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 13.09.13, conforme o Requerimento nº 1.047/2013, aprovado na sessão de 10.09.13.
111. Senador Vicentinho Alves é designado Líder do SDD, conforme Ofício/GSVALV. Nº 514/2013, lido na sessão de 2 de outubro de 2013.
112. Senador Wilder Moraes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDEM Nº 037/2013, lido na sessão de 23 de outubro de 2013.
113. Em 17.12.2013, foi lido o Ofício s/n do PSDB, comunicando a recondução do Senador Aloysio Nunes Ferreira como líder do PSDB para o exercício de 2014.
114. Senador Ataídes Oliveira é designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social, conforme MEMO Nº 13/2014 - GSAOL lido na sessão de 3 de fevereiro de 2014.
115. Senador Inácio Arruda é designado Vice-líder do PCdoB, conforme Memo. 7/2013-GSINAR, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
116. Senador Humberto Costa é designado Líder do PT, conforme Of. 1/2014-GLDPT, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
117. Senadora Vanessa Grazziotin é designada Líder do PCdoB, conforme Memo. 7/2013-GSINAR, lido na sessão de 4 de fevereiro de 2014.
118. Senador Wilder Moraes é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme expediente lido na sessão de 12 de março de 2014.
119. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
120. Senador Marcelo Crivella é designado Líder do PRB, conforme OF. 004/2014 - GSMC, lido na sessão do dia 19 de março de 2014.
121. Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. 31/2014-GLDBAG, lido na sessão de 26 de março de 2014.
122. Senador Alvaro Dias é designado 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDMIN 4/2014, lido na sessão de 3 de abril de 2014.
123. Senador Mário Couto é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDMIN 4/2014, lido na sessão de 3 de abril de 2014.
124. Senador Jayme Campos é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GLDMIN 4/2014, lido na sessão de 3 de abril de 2014.
125. Em 08.04.2014, lido o Of. nº 018/2014-GLPTB, que comunica a indicação do Senador João Vicente Claudino para a 1º Vice-Líder do PTB.
126. Em 08.04.2014, lido o Of. nº 018/2014-GLPTB, que comunica a indicação do Senador Mozarildo Cavalcanti para a 2º Vice-Líder do PTB.
127. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 047/2014, lido na sessão de 13 de maio de 2014.
128. Senador Marcelo Crivella é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 047/2014, lido na sessão de 13 de maio de 2014.
129. Em 22/05/2014, é lido o Of. 2/2014-GLGOV, que comunica o desligamento da Senadora Lídice da Mata do cargo de Vice-Líder da Liderança do Governo.
130. Senador Wilder Moraes licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 17/07/2014, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.
131. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 22/07/2014, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
132. Senador Alvaro Dias licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 05/08/2014, conforme Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, deferidos em 05/08/2014.

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Finalidade: Estudar o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010, que reforma do Código de Processo Civil.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

RELATOR: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

Designação: 30/04/2014

Instalação: 03/06/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senador Vital do Rêgo (PMDB)	2. Senador Luiz Henrique (PMDB)
Senador Romero Jucá (PMDB)	3. Senador Francisco Dornelles (PP)
Senador Eduardo Braga (PMDB)	4.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB)	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Inácio Arruda (PCdoB)
Senador Jorge Viana (PT)	2. Senador Pedro Taques (PDT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Senador Humberto Costa (PT)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁷⁾
Senador Fleury (DEM) ^(1,6)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Senador Blairo Maggi (PR) ^(2,3,5)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾	2.

Notas:

*. Em 28.05.2014, foi criada, nos termos do Ato do Presidente nº 8, de 2014, Comissão de Juristas para acompanhar os trabalhos da Comissão Temporária para estudo do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010, com os seguintes membros: Ministro Luiz Fux, presidente; Professora Tereza Arruda Alvim Wambier; Professor Paulo Cesar Pinheiro Carneiro; Professor José Roberto dos Santos Bedaque; e, Professor Bruno Dantas.

**. Em 03.06.2014, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores José Pimentel e Antônio Carlos Valadares para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Vital do Rêgo (Mem. 01/2014-CTCPC).

1. Em 17/07/2014, o Senador Wilder Morais licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.

2. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.

3. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.

4. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

5. Em 04.08.2014, O Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, na Comissão (Of. 542/2014-BLUFOR).

6. Em 5.8.2014, o Senador Fleury é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição ao Senador Wilder Morais (Of. nº 14/2014-GLDEM).

7. Em 05/08/2014, o Senador Alvaro Dias licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 05/08/2014, conforme Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, deferidos em 05/08/2014.

2) CT - REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽⁷⁾	
Senador José Pimentel (PT) ⁽⁴⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(5,9)
Senador Aníbal Diniz (PT) ⁽⁴⁾	2. Senadora Angela Portela (PT) ⁽⁵⁾
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁴⁾	3. Senadora Ana Rita (PT) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB) ⁽¹⁾	1. VAGO ^(1,8)
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽¹⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP) ⁽¹⁾
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽¹⁾	3. Senador Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹⁾
Senador Francisco Dornelles (PP) ⁽¹⁾	4. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁶⁾	
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	1.
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Senador Gim (PTB) ⁽²⁾	1.
	2.

Notas:

- Em 04.02.2014, os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Jader Barbalho e Francisco Dornelles são designados membros titulares e o Senador Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia e os Senadores Sérgio Petecão e Benedito de Lira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 322/2013-GLPMDB).
- Em 11.02.2014, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 6/2014-BLUFOR).
- Em 14.02.2014, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 12/2014-GLPSDB).
- Em 11.03.2014, os Senadores José Pimentel, Aníbal Diniz e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/2014-GLDBAG).
- Em 11.03.2014, o Senador João Capiberibe e a Senadora Angela Portela são designados membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/2014-GLDBAG).
- Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
- Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
- Em 15.07.2014, vago em virtude de o Senador Clésio Andrade ter deixado o mandato.
- Em 13.08.2014, o Senador João Capiberibe deixa a Comissão; e as Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Rita passam a integrar, como suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, a Comissão. (Of. 070/2014-GLDBAG)

3) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(3,6)

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁵⁾

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

5. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

6. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antioissio@senado.gov.br

4) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Designação: 04/04/2012

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

Instalação: 13/11/2012

Prazo final prorrogado: 22/12/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽⁷⁾	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PCdoB) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁶⁾	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.

** Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).

***. Em 12.12.2013, foi lido o Requerimento nº 1.456, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2014.

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 48/2012-GLDBAG).

4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB Nº 093/2012).

5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

6. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

7. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

Secretário(a): Guilherme Brandão

Telefone(s): 61 33033508

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

5) CT - ACOMPANHAMENTO DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA
EM PORTO VELHO, NOVA MAMORÉ E GUAJARÁ MIRIM

Finalidade: Acompanhar a situação de emergência nos municípios de Porto Velho, Nova Mamoré e Guarájá Mirim, nos Estados de Rondônia e Acre, em decorrência das enchentes causadas pelas fortes chuvas (Requerimento nº 141, de 2014, do Senador Valdir Raupp)

Número de membros: 6

MEMBROS

Senador Aníbal Diniz (PT)

Senador Jorge Viana (PT)

Senador Sérgio Petecão (PSD)

Senador Acir Gurgacz (PDT)

Senador Ivo Cassol (PP) ^(1,2)

Senador Valdir Raupp (PMDB)

Notas:

*. Em 27.02.2014 foi aprovado o Requerimento nº 141, de 2014, que cria a presente Comissão e indica os senadores Aníbal Diniz, Jorge Viana, Sérgio Petecão, Acir Gurgacz, Ivo Cassol e Valdir Raupp para compor o colegiado.

1. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.

2. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.

**6) CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES
PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL**

Finalidade: Debater e propor soluções para o financiamento da educação no Brasil, no prazo de 90 dias.
(Atos do Presidente nºs 36 e 55, de 2013)

Número de membros: 10

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

RELATOR: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

Instalação: 01/10/2013

Prazo final prorrogado: 22/12/2014

MEMBROS

Senador Cyro Miranda (PSDB)

Senador Cristovam Buarque (PDT)

Senadora Angela Portela (PT)

Senadora Ana Amélia (PP)

Senador Ciro Nogueira (PP)

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽²⁾

Senador Paulo Paim (PT)

Senador Acir Gurgacz (PDT)

Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

*. Em 23.04.2014, foi publicado o Ato do Presidente nº 3, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de maio de 2014.

** Em 28.05.2014, foi publicado o Ato do Presidente nº 7, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 27 de junho de 2014.

***. Em 02.07.2014, foi publicado o Ato do Presidente nº 10, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 9 de setembro de 2014.

****. Em 18.08.2014, foi publicado o Ato do Presidente nº 15, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2014.

1. Em 30.9.2013, o Senador Paulo Bauer é indicado para compor a Comissão (Ato do Presidente nº 40, de 2013).

2. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

Secretário(a): GUILHERME BRANDÃO

Telefone(s): 61 33033508

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

7) CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

Finalidade: Analisar os projetos em tramitação no Senado Federal que tratam de Segurança Pública no Brasil, bem como debater e propor soluções para o seu financiamento, no prazo de 90 (noventa) dias.

(Atos do Presidente n°s 37 e 39, de 2013)

Número de membros: 13

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

Instalação: 02/10/2013

Prazo final prorrogado: 22/12/2014

MEMBROS

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senador Pedro Taques (PDT)

Senador Lindbergh Farias (PT)

Senador Eduardo Braga (PMDB)

Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Douglas Cintra (PTB) ^(3,4)

Senador Eunício Oliveira (PMDB)

Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Senador Humberto Costa (PT)

VAGO ⁽²⁾

Senador Flexa Ribeiro (PSDB)

Senador João Capiberibe (PSB)

Senador Delcídio do Amaral (PT)

Notas:

*. Em 26.9.2013, foi publicado o Ato do Presidente n° 39, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente n° 37, de 2013.

**. Em 10.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente n° 46, de 2013, em aditamento ao Ato do Presidente n° 37, de 2013, designando os Senadores Humberto Costa, Sérgio Souza e Flexa Ribeiro para integrarem a Comissão.

***. Em 23.10.2013, foi publicado o Ato do Presidente n° 47, de 2013, em aditamento aos Atos do Presidente n°s 37 e 39, de 2013, designando os Senadores Lobão Filho e João Capiberibe para integrarem a Comissão.

****. Em 28.11.2013, foi publicado o Ato do Presidente n° 51, de 2013, em aditamento aos Atos do Presidente n°s 37 e 39, de 2013, designando o Senador Delcídio do Amaral para integrar a Comissão.

*****. Em 18.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente n° 53, de 2013, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 9.2.2014.

*****. Em 10.2.2014, foi publicado o Ato do Presidente n° 2, de 2014, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 10.5.2014.

*****. Em 8.5.2014, foi publicado o Ato do Presidente n° 4, de 2014, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 9.7.2014.

*****. Em 2.7.2014, foi publicado o Ato do Presidente n° 11, de 2014, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 21.9.2014.

*****. Em 28.8.2014, foi publicado o Ato do Presidente n° 16, de 2014, prorrogando o prazo final de funcionamento da Comissão até o dia 22/12/2014.

1. Em 21.10.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão, nos termos do Of. 174/2013-GLPSDB.

2. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. n° 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

3. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS n° 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.

4. Em 24.07.2014, o Senador Douglas Cintra é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. n° 529/2014 - BLUFOR).

Secretário(a): KENY CRISTINA RODRIGUES MARTINS

Telefone(s): 61 33033501

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** . Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

9) COMISSÃO DE JURISTAS PARA ACOMPANHAR A COMISSÃO TEMPORÁRIA DE REFORMA AO CPC

Finalidade: Acompanhar os trabalhos da Comissão Temporária para estudo do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010, que reforma o Código de Processo Civil.
(Ato do Presidente nº 8, de 2014)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Ministro Luiz Fux

MEMBROS

Ministro Luiz Fux
Professora Tereza Arruda Alvim Wambier
Professor Paulo Cesar Pinheiro Carneiro
Professor José Roberto dos Santos Bedaque
Professor Bruno Dantas Nascimento

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (2,7)	1. VAGO (2,7)
VAGO (2,7)	2.
VAGO (2,7)	3.
VAGO (2,7)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB)	
VAGO (5,8)	1. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	2. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Senador Magno Malta (PR-ES) (4)	1. VAGO (4,6)
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (4,9)	
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (1)	1. Senador Mário Couto (PSDB-PA) (3)

Notas:

*. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4º, do RISF.

** Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.17/2013-GLDEM).

2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 80/2013 - GLPMDB).

3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.86/2013-GLPSDB).

4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).

5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).

6. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

7. Em 24.04.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Jarbas Vasconcelos deixam de compor a Comissão (Of. nº 169/2013-GLPMDB).

8. Em 06.05.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques e Eduardo Lopes deixam de compor a Comissão (Of. nº 71/2013-GLDBAG).

9. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 61 33033511

Fax: 61 33031176

E-mail: sscepi@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1. VIOLACÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados – resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES

SUPLENTES

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)

VAGO ^(2,7)

1. VAGO ^(2,7)

VAGO ^(2,7)

2.

VAGO ^(2,7)

3.

VAGO ^(2,7)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB)

VAGO ^(5,8)

1. VAGO ^(5,8)

VAGO ^(5,8)

2. VAGO ^(5,8)

VAGO ^(5,8)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)

Magno Malta (PR/ES) ⁽⁴⁾

1. VAGO ^(4,6)

Eduardo Amorim (PSC/SE) ^(4,9)

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD)

Jayme Campos (DEM/MT) ⁽¹⁾

1. Mário Couto (PSDB/ PA) ⁽³⁾

Notas:

*. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4º, do RISF.

**. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.17/2013–GLDEM).

2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 80/2013 – GLPMDB).

3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.86/2013–GLPSDB).

4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013–BLUFOR).

5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013–GLDBAG).

6. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

7. Em 24.04.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Jarbas Vasconcelos deixam de compor a Comissão (Of. nº 169/2013–GLPMDB).

8. Em 06.05.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques e Eduardo Lopes deixam de compor a Comissão (Of. nº 71/2013–GLDBAG).

9. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 61 33033511

Fax: 61 33031176

E-mail: sscepi@senado.leg.br

2)CPI DA INVESTIGAÇÃO DO ASSASSINATO DE JOVENS NEGROS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.255, de 2013, da Senadora Lídice da Mata e outros Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar o assassinato de jovens negros no Brasil.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 25/10/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ⁽²⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽²⁾	2.
	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	1. Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽¹⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾	2. Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽¹⁾	
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
	1.

Notas:

*. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

1. Em 22.11.2013, os Senadores Paulo Paim, Lídice da Mata e Ana Rita são designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy e Ângela Portela são designados membros suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 137/2013 - GLDBAG).

2. Em 03.12.2013, os Senadores Sérgio Souza e Paulo Davim são designados membros titulares; e o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 318/2013-GLPMDB).

3. Em 04.12.2013, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 180/2013-GLPSDB).

Secretário(a): Guilherme Brandão

Telefone(s): 61 33033508

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.gov.br

3)CPI DOS TRANSPORTES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.467, de 2013, do Senador Roberto Requião e outros Senadores, composta por treze titulares e sete suplentes, destinada a, no prazo de seis meses, investigar (i) as razões das elevadas tarifas e os custos dos transportes rodoviários coletivos urbanos; (ii) a legalidade dos processos de licitação das concessões; (iii) a condução dos contratos de concessão; e (iv) legalidade e eficácia dos atos de definição tarifária e dos subsídios públicos (tributários e tarifários) às empresas detentoras das respectivas concessões.

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

Leitura: 18/03/2014

Notas:

*. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

4)CPI DA PETROBRAS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 302, de 2014, do Senador Alvaro Dias e outros Senadores, composta por treze titulares e oito suplentes, destinada a, no prazo de cento e oitenta dias, investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias.

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP)

RELATOR: Senador José Pimentel (PT-CE)

Leitura: 01/04/2014
Designação: 13/05/2014
Instalação: 14/05/2014
Prazo final: 09/11/2014

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁴⁾	1.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁴⁾	2.
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁴⁾	3.
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁴⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB)	
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	1. Senador Aníbal Diniz (PT-AC) ^(1,2)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(1,2)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD)	
Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)	1. Senador Jayme Campos (DEM-MT)
	2. Senador Vicentinho Alves (SD-TO)
VAGO ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) ⁽³⁾	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ^(3,6)
Senador Gim (PTB-DF) ⁽³⁾	

Notas:

1. Em 14.05.2014, os Senadores José Pimentel, Aníbal Diniz, Humberto Costa e Acir Gurgacz são designados como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana e Vanessa Grazziotin são designados como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 45/2014-GLDBAG).
2. Em 14.05.2014, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular, em substituição ao Senador Aníbal Diniz, que passa a ser membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 46/2014-GLDBAG).
3. Em 14.05.2014, os Senadores Antônio Carlos Rodrigues e Gim são designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim como membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Comissão (Of. 510/2014-BLUFOR).
4. Em 14.05.2014, os Senadores João Alberto Souza, Valdir Raupp, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira são designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 96/2014-GLPMDB).
5. Em 14.05.2014, o Senador Wilder Moraes solicita a sua retirada deste Colegiado (Of.29/2014-GSWMOR).
6. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

Secretário(a): Rogério Faleiro Machado

Telefone(s): 61 33033501

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ^(89,58,86)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(13,68,94)	
Senador Delcídio do Amaral (PT)	1. Senador Pedro Taques (PDT) ^(10,14,61)
Senador Eduardo Suplicy (PT)	2. Senador Walter Pinheiro (PT) ⁽³³⁾
Senador José Pimentel (PT) ^(9,10)	3. Senador Anibal Diniz (PT) ^(41,42)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT) ⁽⁹⁰⁾	4. Senador Humberto Costa (PT) ^(57,90)
Senador Lindbergh Farias (PT)	5. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT) ^(34,35,46,47,70)	6. Senador Acir Gurgacz (PDT) ^(8,70)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(62,65)	7. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(62,66)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	8. Senador Inácio Arruda (PCdoB)
	9. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	1. Senador Casildo Maldaner (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
VAGO ^(60,87)	2. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ^(17,22,60)
Senador Valdir Raupp (PMDB) ^(36,37,49,50,60,73)	3. Senador Lobão Filho (PMDB) ^(60,83)
Senador Roberto Requião (PMDB) ^(60,64)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB) ^(60,63)
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	5. Senador Waldemir Moka (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
Senador Romero Jucá (PMDB) ^(60,63)	6. VAGO ^(3,7,16,26,27,60,99)
Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	7. Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁶⁰⁾
Senador Odacir Soares (PP) ^(60,97,98,107)	8. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁰⁾
Senador Francisco Dornelles (PP) ^(11,12,18,20,60)	9. Senador Benedito de Lira (PP) ^(5,60)
Senadora Kátia Abreu (PMDB) ^(23,25,43,44,55,59,60,82)	
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁹³⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,56)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	2. Senador Vicentinho Alves (SD) ^(2,56,95,96)
Senador Alvaro Dias (PSDB) ^(56,109)	3. Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
Senador José Agripino (DEM)	4. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ^(30,31,32)
Senador Jayme Campos (DEM) ^(30,79,81,85,88)	5. Senador Fleury (DEM) ^(4,15,40,101,108)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ^(29,45,94)	
Senador Douglas Cintra (PTB) ^(67,100,105)	1. Senador Gim (PTB) ^(67,74)
Senador João Vicente Claudino (PTB) ^(67,74,78)	2. Senador Alfredo Nascimento (PR) ^(48,67,75,78)
Senador Blairo Maggi (PR) ^(26,27,28,53,67,91,92,102,103,106)	3. Senador Kaká Andrade (PDT) ^(38,39,51,52,67,71,72,76,104,110,111)
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) ^(6,54,67)	4. VAGO ^(21,67,77,80,84)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

**** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

***** Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

***** **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

***** **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLPMDB).

6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

12. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).

16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 271/2011 - GLPMDB).

17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).

21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).

26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 32/2012).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. Nº 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciou-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 007/2013 - CAE).
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferrago, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).

64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. 0012/2013-GLPDSB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 57/2013-GLDBAG).
71. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
72. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 88/2013-BLUFOR).
73. Em 24.04.2013, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Jader Barbalho (Of. 165/2013-GLPMDB).
74. Em 7.5.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Gim, que passa a ocupar a primeira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
75. Em 7.5.2013, o Senador João Vicente Claudino passa a ocupar a segunda suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
76. Em 7.5.2013, o Senador Eduardo Amorim passa a ocupar a terceira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
77. Em 7.5.2013, o Senador Vicentinho Alves passa a ocupar a quarta suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
78. Em 08.05.2013, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que passa a ocupar a vaga de membro suplente (Of. 104/2013-BLUFOR).
79. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
80. Em 18.09.2013, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 172/2013-BLUFOR).
81. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
82. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
83. Em 10.10.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 286/2013-GLPMDB).
84. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
85. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
86. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
87. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
88. Em 04.02.2014, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
89. Em 11.02.2014, a Comissão reunida elegeu o Senador Luiz Henrique Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2014 - CAE).
90. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a integrar a Comissão como membro suplente, no lugar do Senador Eduardo Lopes (Of. nº 13/2014 - GLDBAG).
91. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
92. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 16/2014-BLUFOR).
93. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
94. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
95. Vaga cedida temporariamente ao SD (Of. nº 34/2014-GLPSDB).
96. Em 29.04.2014, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Aécio Neves (Ofício nº241/2014-GSVALV).
97. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
98. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
99. Em 15.07.2014, vago em virtude de o Senador Clésio Andrade ter deixado o mandato.
100. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
101. Em 17/07/2014, o Senador Wilder Moraes licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.
102. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
103. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
104. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
105. Em 24.07.2014, o Senador Douglas Cintra é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 521/2014 - BLUFOR).
106. Em 04.08.2014, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, na Comissão (Of. 533/2014-BLUFOR).

107. Em 5.8.2014, o Senador Odacir Soares é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 155/2014-GLPMDB).

108. Em 5.8.2014, o Senador Fleury é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. nº 14/2014-GLDEM).

109. Em 05.08.2014, o Senador Alvaro Dias licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 05/08/2014, conforme Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, deferidos em 05/08/2014.

110. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 546/2014 - BLUFOR).

111. Em 18.9.2014, o Senador Kaká Andrade é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 73/2014-GLDBAG).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 / 3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

Instalação: 09/07/2013

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽⁶⁾	
Senador Walter Pinheiro (PT)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Inácio Arruda (PCdoB)	2. Senador Acir Gurgacz (PDT)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senadora Ana Amélia (PP)	1. Senador Benedito de Lira (PP)
Senador Casildo Maldaner (PMDB)	2. Senadora Kátia Abreu (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁵⁾	
Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁹⁾	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM) ^(1,7)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Senador João Vicente Claudino (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁸⁾

Notas:

1. Em 30.4.2013, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. 90/2013-CAE)
 2. Em 09.07.2013, a Senadora Ana Amélia e o Senador Waldemir Moka foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, na Subcomissão (Of. nº 183/2013-CAE).
 3. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
 4. Em 25.03.2014, vago em virtude de o Senador Jader Barbalho não pertencer mais à Comissão de Assuntos Econômicos (Of. nº 32/2014 - CAE).
 5. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
 6. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
 7. Em 17/07/2014, o Senador Wilder Morais licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.
 8. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
 9. Em 05/08/2014, o Senador Alvaro Dias licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 05/08/2014, conforme Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, deferidos em 05/08/2014.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ** Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 85/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Walter Pinheiro, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues, como titulares, e dos Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz e Eduardo Lopes, como suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo; da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Casildo Maldaner e Waldemir Moka, como titulares, e da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Benedito de Lira e Jader Barbalho, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; dos Senadores Alvaro Dias e José Agripino, como titulares, e da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplentes, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador João Vicente Claudino, como membro titular, e do Senador Eduardo Amorim, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 311-3516/4605

Fax: 3303-4344

E-mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(1,11)	
Senador Delcídio do Amaral (PT) ^(5,6)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁸⁾	1. VAGO ⁽⁹⁾
Senador Luiz Henrique (PMDB)	2. Senador Roberto Requião (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽¹⁰⁾	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁷⁾	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Senador Armando Monteiro (PTB) ⁽¹²⁾	1. Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
 4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDBAG).
 5. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
 6. Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. nº 014/2013 -CAE.
 7. Em 23.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 87/2013-CAE).
 8. Em 25.06.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Of. nº 165/2013-PRESIDÊNCIA/CAE).
 9. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
 10. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
 11. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
 12. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
- **. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 82/2013-CAE, que comunica a designação do Senador Delcídio do Amaral como membro titular e do Senador Antonio Carlos Valares como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, dos Senadores Francisco Dornelles e Luiz Henrique como membros titulares e dos Senadores Sérgio Souza e Roberto Requião como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Flexa Ribeiro como membro titular e do Senador Aloysio Nunes Ferreira como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Antonio Carlos Rodrigues como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽⁵⁾	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP)
	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Wilder Moraes (DEM) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Senador Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁾	1. VAGO ^(2,3,8,9)

Notas:

1. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
2. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
3. Em 25.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente na Subcomissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (Of. nº 35/2014 - CAE).
4. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
5. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
6. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
7. Em 17/07/2014, o Senador Wilder Moraes licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.
8. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
9. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
- *. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 83/2013-CAE, que comunica a designação do Senador José Pimentel e da Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares e do Senador Rodrigo Rollemberg como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, do Senador Sérgio Souza como membro titular e dos Senadores Ciro Nogueira e Eunício Oliveira como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Paulo Bauer como membro titular e do Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Blairo Maggi como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 / 3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽²⁾

Instalação: 25/06/2013

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽⁵⁾	
Senador Eduardo Suplicy (PT)	1. Senador Pedro Taques (PDT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB)	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
	2. Senador Ivo Cassol (PP) ^(6,7)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁴⁾	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Osvaldo Sobrinho (PTB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Senador Alfredo Nascimento (PR)	1. Senador João Costa (PPL)

Notas:

1. Em 23.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 88/2013/CAE).
 2. Em 25.6.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 167/2013 - Presidência/CAE).
 3. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. nº 254/2013/CAE).
 4. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
 5. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
 6. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
 7. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
- *. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 84/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, como titulares, e do Senador Pedro Taques, como suplente, do Bloco de Apoio ao Governo; do Senador Vital do Rêgo, como titular, e dos Senadores Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; do Senador Cyro Miranda, como titular, e do Senador Jayme Campos, como suplente, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador Alfredo Nascimento, como titular, e do Senador João Costa, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 / 3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽³⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽³⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(8,42,60)	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	2. Senadora Marta Suplicy (PT) ⁽²⁶⁾
Senador Humberto Costa (PT)	3. Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁸⁾
Senadora Ana Rita (PT) ⁽⁵⁷⁾	4. Senador Wellington Dias (PT) ⁽⁵⁷⁾
Senador João Durval (PDT)	5. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	7. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Senador Waldemir Moka (PMDB) ^(23,35)	1. VAGO ^(6,17,23,30,35,55)
Senador Roberto Requião (PMDB) ^(2,23,35,37)	2. VAGO ^(23,30,35,49)
Senador Casildo Maldaner (PMDB) ^(3,4,23,35)	3. Senador Eduardo Braga (PMDB) ^(23,30,35)
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ^(23,35)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB) ^(23,30,35,37)
Senador João Alberto Souza (PMDB) ^(23,35)	5. Senador Romero Jucá (PMDB) ^(23,30,35)
Senadora Ana Amélia (PP) ^(14,15,16,21,23,35)	6. Senador Benedito de Lira (PP) ^(10,23,30,35)
Senador Paulo Davim (PV) ^(23,25,30,35)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(23,30,35)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁵⁹⁾	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁴⁾	1. Senador Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁴⁾
Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽³⁴⁾	2. Senador Cyro Miranda (PSDB) ^(9,11,13,34)
Senador Fleury (DEM) ^(7,9,34,40,43,44,63,64)	3. Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁴⁾
Senador Jayme Campos (DEM) ^(50,52,54,56)	4. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ^(22,27,60)	
Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(31,38,41,45,46)	1. Senador Douglas Cintra (PTB) ^(41,61)
Senador Kaká Andrade (PDT) ^(1,5,41,62,65,66)	2. Senador João Vicente Claudino (PTB) ^(24,41)
Senador Gim (PTB) ^(28,29,32,39,41,47,48,51,53,58)	3. VAGO ^(19,20,33,41)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** . Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao

resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 044/2011-GLPTB).
2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (Of. nº 062/2011 - GLPMDb).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (Of. nº 81/2011 - GLPMDb)
5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (Of. nº 87/2011 - GLPTB)
6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (Of. nº 194/2011 - GLPMDb).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 - GLPSDB).
10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 - GLPSDB).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)
14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
15. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDb).
16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. GLPMDb nº 14/2012).
18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).
19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.
24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. Nº 024/2012-GLBUF/SF).
25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDb nº 166/2012).
26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVAlv nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012-BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (Of. GLPMDb nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDb nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB).
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM (Of. Nº 103/2013-GLPSDB).
45. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 80/2013-BLUFOR).
47. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
48. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 85/2013-BLUFOR).
49. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 192/2013-GLPMDB).
50. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
51. Em 18.09.2013, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 173/2013-BLUFOR).
52. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
53. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
54. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
55. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
56. Em 04.02.2014, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
57. Em 11.2.2014, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Wellington Dias, que passa a integrar a Comissão como membro suplente (Of. 14/2014-GLDBAG).
58. Em 24.02.2014, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 11/2014-BLUFOR).
59. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
60. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
61. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
62. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
63. Em 24.07.2014, o Senador Douglas Cintra é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 522/2014 - BLUFOR).
64. Em 05.08.2014, o Senador Fleury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição ao Senador José Agripino (Of. nº 15/2014 - GLDEM).
65. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 547/2014 - BLUFOR).
66. Em 18.9.2014, o Senador Kaká Andrade é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 74/2014-GLDBAG).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁷⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽⁷⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(23,82,118)	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senadora Angela Portela (PT) ^(9,87,89)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT) ^(54,55,110)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB) ^(9,55,56)
Senador Pedro Taques (PDT)	3. Senador Jorge Viana (PT) ^(7,9,75)
Senador Anibal Diniz (PT) ^(6,74)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) ^(24,25,49,51,60,61)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Senador Walter Pinheiro (PT) ^(8,78)
Senador Inácio Arruda (PCdoB) ^(124,130)	6. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)
Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(32,33,114,115)	7. Senador Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁸⁶⁾	8. Senador Paulo Paim (PT) ^(91,93,108)
Senador Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁸⁷⁾	9. Senadora Ana Rita (PT) ^(92,116)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁸⁾	
Senador Eduardo Braga (PMDB) ^(39,50,76)	1. Senador Ciro Nogueira (PP) ^(2,4,16,20,27,39,50,76,94,98)
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ^(1,15,39,50,76)	2. Senador Roberto Requião (PMDB) ^(3,16,36,39,46,50,76)
Senador Pedro Simon (PMDB) ^(39,50,76)	3. VAGO ^(13,16,39,50,52,53,63,64,76,119,121)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ^(39,50,76,109,111)	4. VAGO ^(14,16,39,50,76,122)
Senador Luiz Henrique (PMDB) ^(20,39,50,76)	5. Senador Valdir Raupp (PMDB) ^(39,76)
Senador Eunício Oliveira (PMDB) ^(26,39,76,103,105)	6. Senador Benedito de Lira (PP) ^(39,76)
Senador Francisco Dornelles (PP) ^(39,76)	7. Senador Waldemir Moka (PMDB) ^(39,76,106,107)
Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(40,41,43,70,73,76,120,121)	8. Senadora Kátia Abreu (PMDB) ^(29,30,31,37,40,41,43,57,58,68,69,73,76,104)
Senador Romero Jucá (PMDB) ⁽⁹⁴⁾	9. Senador Lobão Filho (PMDB) ^(88,95,96,97,102)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽¹¹⁷⁾	
Senador Aécio Neves (PSDB) ⁽⁷¹⁾	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ^(22,71)
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁷¹⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ^(71,72,99,100)
Senador Alvaro Dias (PSDB) ^(71,131)	3. Senador Cícero Lucena (PSDB) ^(11,71,85)
Senador José Agripino (DEM) ^(17,42)	4. Senador Paulo Bauer (PSDB) ^(18,42,44)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁸⁵⁾	5. Senador Cyro Miranda (PSDB) ^(85,100)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ^(38,59,118)	
Senador Douglas Cintra (PTB) ^(81,123,128)	1. Senador Gim (PTB) ^(5,45,65,80,81)
Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(62,81,83,84)	2. Senador Kaká Andrade (PDT) ^(10,45,79,81,127,132,133)
Senador Magno Malta (PR) ⁽⁸¹⁾	3. Senador Blairo Maggi (PR) ^(19,21,34,35,66,67,81,112,113,125,126,129)
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽⁸¹⁾	4. Senador Alfredo Nascimento (PR) ^(47,48,81,90,101)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

**** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

***** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCI.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCI.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL, determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

*****. Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à proporcionalidade partidária.

1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)
2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)
3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)
4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)
5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).
13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).
14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).

27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of.GLPMDDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCI.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. GLPMDB nº 106/2012).
47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (Of. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (Of. GLPMDB nº 168/2012).
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão (Ofício nº 013/2013-GLPSD).
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (Of. Nº 0013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
74. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
75. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
76. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
77. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 01/2013 - CCJ).
78. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
79. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
80. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 029/2013).
81. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
82. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
83. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
84. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 81/2013-BLUFOR).
85. Em 18.04.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
86. Em 23.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
87. Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013-GLDBAG).
88. Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDB).
89. Em 07.05.2013, a Senadora Angela Portela é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 078/2013-GLDBAG).
90. Em 14.05.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. nº 112/13 - BLUFOR).
91. Em 23.05.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 086/2013-GLDBAG).
92. Em 04.06.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 088/2013-GLDBAG).
93. Em 01.07.2013, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 096/2013-GLDBAG).
94. Em 09.07.2013, o Senador Romero Jucá deixa a suplência e passa a ser titular do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão (Of. 217/2013-GLPMDB).
95. Em 10.07.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 225/2013-GLPMDB).
96. Em 11.07.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. 243/2013-GLPMDB).
97. Em 06.08.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. 243/2013-GLPMDB).
98. Em 06.08.2013, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Ofício nº 236/2013-GLPMDB).
99. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
100. Em 15.08.2013, os Senadores Flexa Ribeiro e Cyro Miranda são designados como suplentes na Comissão (Ofício nº 158/2013-GLPSDB).
101. Em 17.09.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 171/2013 - BLUFOR).
102. Em 24.09.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Paulo Davim (Ofício nº 274/2013 - GLPMDB).
103. Em 02.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Ofício nº 278/2013-GLPMDB).
104. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.

105. Em 09.10.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Ofício nº 284/2013-GLPMD).
106. Em 30.10.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Waldemir Moka (Ofício nº 298/2013-GLPMD).
107. Em 14.11.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. GLPMD nº 308/2013).
108. Em 11.12.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. GLDBAG nº 141/2013).
109. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
110. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 11/2014 - GLDBAG).
111. Em 12.2.2014, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMD nº 29/2014).
112. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
113. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 17/2014-BLUFOR).
114. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
115. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes e cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 24/2014 - GLDBAG e Of. nº 44/2014 - BLUFOR).
116. Em 18.03.2014, a Senadora Ana Rita é designada suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 028/2014-GLDBAG).
117. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
118. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
119. Em 30.04.2014, o Senador Sérgio Petecão é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 94/2014-GLPMD).
120. Em 30.04.2014, o Senador José Sarney é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 95/2014-GLPMD).
121. Em 29.05.2014, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador José Sarney, na Comissão (Of. 116/2014-GLPMD).
122. Em 15.07.2014, vago em virtude de o Senador Clésio Andrade ter deixado o mandato.
123. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
124. Em 16.07.2014, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Inácio Arruda, na Comissão (Of. 63/2014-GLDBAG).
125. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
126. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
127. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
128. Em 24.07.2014, o Senador Douglas Cintra é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 523/2014 - BLUFOR).
129. Em 04.08.2014, O Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, na Comissão (Of. 534/2014-BLUFOR).
130. Em 05.08.2014, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, na Comissão (Of. 068/2014-GLDBAG).
131. Em 05/08/2014, o Senador Alvaro Dias licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 05/08/2014, conforme Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, deferidos em 05/08/2014.
132. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 548/2014 - BLUFOR).
133. Em 18.9.2014, o Senador Kaká Andrade é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 75/2014-GLDBAG).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽⁵⁾	
Senador Pedro Taques (PDT)	1.
Senador Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁴⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO ⁽²⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁾	
Senador Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁾	1.
PSOL	
Senador Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 - Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).
 - Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (Of. nº 56/2012-CCJ).
 - Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
 - Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
 - Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ** Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.
- ***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁶³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(15,68,90)	
Senadora Angela Portela (PT)	1. Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁶⁾
Senador Wellington Dias (PT)	2. Senador Anibal Diniz (PT)
Senadora Ana Rita (PT)	3. Senadora Marta Suplicy (PT) ⁽⁴⁷⁾
Senador Paulo Paim (PT)	4. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(13,23)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾	5. Senador Pedro Taques (PDT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	6. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁹⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB)	7. Senador Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁶⁾
Senador Inácio Arruda (PCdoB)	8. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(30,82)
Senador João Capiberibe (PSB) ^(80,82)	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁹⁾	
Senador José Sarney (PMDB) ^(41,60,88)	1. Senador Eduardo Braga (PMDB) ^(2,19,41,44,60)
Senador Roberto Requião (PMDB) ^(26,27,28,38,41,60)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB) ^(41,44,54,60)
Senador Romero Jucá (PMDB) ^(6,12,25,41,60)	3. Senador Valdir Raupp (PMDB) ^(41,60)
Senador João Alberto Souza (PMDB) ^(29,31,37,41,60)	4. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ^(41,44,60,87,88)
Senador Eunício Oliveira (PMDB) ^(17,41,60,74,84)	5. Senador Pedro Simon (PMDB) ^(41,44,75)
Senadora Ana Amélia (PP) ^(41,44,60)	6. VAGO ^(20,41,44)
Senador Benedito de Lira (PP) ^(41,44,45,46,52,53,60)	7. VAGO ^(10,41)
Senador Ciro Nogueira (PP) ^(41,44,60)	8. ⁽⁴¹⁾
Senadora Kátia Abreu (PMDB) ^(41,44,60,81)	9. ⁽⁴¹⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁸⁹⁾	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ^(3,59)	1. Senador Cícero Lucena (PSDB) ^(32,59)
Senador Wilson Matos (PSDB) ^(14,22,59,94,95)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ^(5,59,70)
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁹⁾	3. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(4,59)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ^(18,51,59)
Senador José Agripino (DEM) ⁽⁷⁾	5. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(8,42,43,59,61,62,76,78)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ^(39,48,90)	
Senador Douglas Cintra (PTB) ^(66,91,93)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ^(55,64,66,92)
Senador Gim (PTB) ^(66,71,72,73,77)	2. Senador João Vicente Claudino (PTB) ^(1,40,66,67)
VAGO ^(11,24,66,79,86)	3. Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(34,35,57,66,73)
VAGO ^(24,58,66,83,85)	4. Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) ^(49,50,56,65,66,83)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como

membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)

11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)

23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).

24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

27. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).

31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 330/2011).

32. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferreira, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o Of. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012/BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciou-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferreira, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodrê Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodrê Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDBAG).

70. Em 11.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Of. 118/2013-GLPSDB).
71. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
72. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 82/2013-BLUFOR).
73. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 111/13 - BLUFOR).
74. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 190/2013-GLPMDB).
75. Em 11.06.2013, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 197/13 - GLPMDB).
76. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
77. Em 26.8.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 163/2013-BLUFOR).
78. Em 23.9.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 169/2013-GLPSDB).
79. Em 24.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 178/2013-BLUFOR).
80. Em 26.9.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 121/2013-GLDBAG).
81. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
82. Em 6.11.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Capiberibe, que passa a compor a Comissão como membro titular (Of. nº 133/2013-GLDBAG).
83. Em 25.11.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular e o Senador Antonio Carlos Rodrigues membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 203/2013-BLUFOR).
84. Em 26.11.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 314/2013-GLPMDB).
85. Em 28.11.2013, vago em virtude de o Senador Alfredo Nascimento deixar de integrar a Comissão (Of. 204/2013 - BLUFOR).
86. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
87. Em 19.02.2014, vago em virtude de o Senador Luiz Henrique declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão (Of. GLPMDB nº 40/2014).
88. Em 3.4.2014, o Senador José Sarney é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. nº 72/2014-GLPMDB).
89. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
90. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
91. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
92. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
93. Em 24.07.2014, o Senador Douglas Cintra é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 526/2014 - BLUFOR).
94. Em 05/08/2014, o Senador Alvaro Dias licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 05/08/2014, conforme Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, deferidos em 05/08/2014.
95. Em 07.08.2014, o Senador Wilson Matos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 62/14-GLPSDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ^(58,81)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(64,87,11)	
Senador Anibal Diniz (PT)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(63,67)
Senador Acir Gurgacz (PDT) ^(8,12,35,36,43,44)	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(76,77,3)
Senador Jorge Viana (PT)	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senadora Ana Rita (PT) ⁽⁶²⁾	4. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Humberto Costa (PT) ^(77,80)	5. Senador Delcídio do Amaral (PT) ^(76,78,60)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³³⁾	
Senador Romero Jucá (PMDB) ^(13,55)	1. VAGO ^(79,37,38,47,48,55)
Senador Luiz Henrique (PMDB) ^(16,17,34,55)	2. Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁵⁵⁾
Senador Garibaldi Alves (PMDB) ^(85,94,98,55,57)	3. Senador João Alberto Souza (PMDB) ^(17,18,55)
Senador Valdir Raupp (PMDB) ^(4,55)	4. Senador Vital do Rêgo (PMDB) ^(68,14,55,61)
Senador Odacir Soares (PP) ^(88,89,96,55)	5. Senador Eunício Oliveira (PMDB) ^(28,29,31,57)
Senadora Kátia Abreu (PMDB) ^(75,9,10,19,21,55)	6. VAGO ^(6,25,26,27,32)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁸⁶⁾	
Senador Alvaro Dias (PSDB) ^(72,73,97,50,52)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁵⁰⁾
Senador Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7,50,53)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ^(50,54)
Senador José Agripino (DEM) ^(15,23,24)	3. Senador Mário Couto (PSDB) ^(74,84,23,45)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ^(87,33,40)	
Senador Blairo Maggi (PR) ^(65,82,1,22,46,59)	1. Senador Gim (PTB) ^(65,2,56,59)
Senador Eduardo Amorim (PSC) ^(65,93,41,42,49,51,59)	2. VAGO ^(65,69,70,71,83,91,92,39,59)
Senador Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁵⁾	3. Senador Douglas Cintra (PTB) ^(65,66,90,95)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Anibal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDb).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDb/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDb).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDb).
7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 143/11-GLPSDB).
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDb/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. nº 223/2011-GLPMDb).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 100/2011 - GLDBAG).
13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDb/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDb).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSIALB.
15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 059/2011-GLDEM).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDb).
18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. 292/2011 - GLPMDb).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (OF. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDb nº 294/2011).
22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (OF. nº 125/2011 - GLPTB).
23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (OF. 072/2011 - GLDEM).
24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 074/2011-GLDEM).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDb).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (OF. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDb/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDb nº 331/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF. nº 154/2012-GLPMDb).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (OF. nº 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDb nº 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 105/2012-BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício nº 16/13-GLPSDB).
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº. 13/2013-BLUFOR).
52. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício nº 31/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício nº 34/13-GLPSDB).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 -GLPMDB).
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. nº 27/2013-BLUFOR).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 33/2013 - CMA).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (Of. BLUFOR nº 37/2013).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. 040/2013 - GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (Of. nº 87/2013 - GLPMDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 - GLDBAG).
63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2013 - GLDBAG).
64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).
66. Em 08.04.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 78/2013-BLUFOR).
67. Em 11.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 64/2013 - GLDBAG).
68. Em 18.04.2013, o Senador Vital do Rego é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 154/2013-GLPMDB).
69. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
70. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 89/2013-BLUFOR).
71. Vago em virtude do desligamento do Senador Vicentinho Alves da Comissão (Of. nº 103/2013 - BLUFOR).
72. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
73. Em 12.08.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 155/2013-GLPSDB).
74. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente na Comissão (Of. nº 161/2013 - GLPSDB).
75. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
76. Em 31.10.2013, os Senadores Wellington Dias e José Pimentel são designados como membros suplentes, em substituição aos Senadores Delcídio do Amaral e João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 129/2013-GLDBAG).
77. Em 06.11.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a vaga de suplente (Of. nº 132/2013 - GLDBAG).
78. Em 06.11.2013, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 132/2013 - GLDBAG).
79. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
80. Em 11.2.2014, o Senador Humberto Costa é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 15/2014 - GLDBAG).
81. O Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
82. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
83. Em 19.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.19/2014-BLUFOR)

84. Em 25.3.2014, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 21/2014 - GLPSDB).
85. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 26.03.2014, conforme Requerimento nº 267, de 2014, aprovado no dia 26.03.2014.
86. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
87. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
88. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
89. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
90. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
91. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
92. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
93. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
94. Em 23.07.2014, foi deferido o Requerimento nº 714, de 2014, de prorrogação da licença do Senador Garibaldi Alves, pelo prazo de 60 dias, a contar do dia 25.07.2014. Em consequência, a Senadora Ivonete Dantas continua no exercício do mandato.
95. Em 24.07.2014, o Senador Douglas Cintra é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 527/2014 - BLUFOR).
96. Em 5.8.2014, o Senador Odacir Soares é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 156/2014-GLPMDB).
97. Em 05/08/2014, o Senador Alvaro Dias licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 05/08/2014, conforme Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, deferidos em 05/08/2014.
98. Em 22.09.2014, foi deferido o Requerimento nº 792, de 2014, de prorrogação da licença do Senador Garibaldi Alves, pelo prazo de 30 dias, a contar do dia 23.09.2014. Em consequência, a Senadora Ivonete Dantas continua no exercício do mandato.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(3,17)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. VAGO ⁽¹³⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Anibal Diniz (PT) ^(2,6)	3. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁰⁾	
VAGO ⁽⁹⁾	1. Senador Eduardo Braga (PMDB)
VAGO ^(7,15)	2. VAGO ^(4,9,11)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽¹⁶⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,8)	1. VAGO ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹⁰⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC) ^(5,14,18)	1. VAGO ⁽¹³⁾

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
8. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. nº 154/2012-GLPMDB).
12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013/CMA).
15. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
16. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
17. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
18. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ** Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.
- ***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽¹⁸⁾

RELATOR: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽¹⁸⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(2,24)	
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁷⁾	1. VAGO ^(7,16)
VAGO ⁽¹⁶⁾	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(1,5)
Senador Anibal Diniz (PT)	3. VAGO ^(7,9,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁶⁾	
VAGO ^(7,21,22)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾
Senador Ivo Cassol (PP) ^(20,25,26)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB) ^(8,19)
Senador Eduardo Braga (PMDB)	3. Senador Eunício Oliveira (PMDB) ^(16,20)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽²³⁾	
Senador Cícero Lucena (PSDB)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁶⁾	
Senador Blairo Maggi (PR) ^(3,7,12)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ^(7,13,14,15,17,27)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do Of. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (Of. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUE/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (Of. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).
15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

18. Em 16.04.2013, os Senadores Sérgio Souza e Aníbal Diniz foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, e designado relator o Senador Cícero Lucena, na Subcomissão (Of. nº 86/2013-CMA).
19. Em 08.05.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 155/2013-GLPOMDB).
20. Em 08.05.2013, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passará a exercer a suplência (Of. nº 153/2013-GLPOMDB).
21. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
22. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
23. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
24. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
25. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
26. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
27. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ** Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.
- ***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾

RELATOR: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹³⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾	1. Senador Anibal Diniz (PT) ^(6,9)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO ⁽¹⁴⁾
Senador Delcídio do Amaral (PT)	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
VAGO ^(1,3,4,7,15)	1. Senador Ivo Cassol (PP) ^(10,17,18)
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Senador Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽¹⁶⁾	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽⁸⁾	
Senador Blairo Maggi (PR) ^(5,9,12)	1. VAGO ⁽¹⁴⁾

Notas:

- Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 11.08.2011, o Senador Redirio Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
- Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Redirio Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
- Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
- Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
- Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.
- Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
- Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
- Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
- Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
- Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** . Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 33, de 2013, com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a implantação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(1,3)

Instalação: 01/10/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB)	
Senador Anibal Diniz (PT) ⁽²⁾	1. Senador Jorge Viana (PT) ⁽²⁾
VAGO ^(2,4)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁶⁾	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC) ^(2,7)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ^(2,5)

Notas:

1. Em 01.10.2013, foi instalada a Subcomissão; foram eleitos os Senadores Cícero Lucena e Eduardo Amorim, como Presidente e Vice-Presidente, respectivamente; e designado o Senador Rodrigo Rollemberg, como Relator (Of. 179/2013-CMA).
2. Em 01.10.2013, os Senadores Anibal Diniz, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Cícero Lucena e Eduardo Amorim, foram designados membros titulares; a Senadora Vanessa Grazziotin e os Senadores Jorge Viana, Vital do Rêgo, Flexa Ribeiro e Blairo Maggi, foram designados membros suplentes na Subcomissão (Of. 179/2013-CMA).
3. Em 19.02.2014, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Relatora da Subcomissão, em virtude do desligamento do Senador Rodrigo Rollemberg (Memo. nº 2/2014/CMARS).
4. Em 19.02.2014, o Senador Rodrigo Rollemberg deixa de compor a Subcomissão (Of. nº 4/2014-GLPSB).
5. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
6. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
7. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽⁶⁰⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(14,66,85)	
Senadora Ana Rita (PT)	1. Senadora Angela Portela (PT)
Senador João Capiberibe (PSB) ^(47,50,59)	2. Senador Eduardo Suplicy (PT) ^(12,23)
Senador Paulo Paim (PT)	3. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁸⁾	4. Senador Anibal Diniz (PT) ^(13,24,26)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	5. Senador João Durval (PDT)
Senador Wellington Dias (PT) ^(10,37,38,72)	6. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(21,59,77)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴¹⁾	
Senador Roberto Requião (PMDB) ^(58,67,75)	1. VAGO ^(6,8,25,32,58,75,81)
VAGO ^(2,11,27,28,29,40,58,70)	2. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ^(36,58)
Senador Paulo Davim (PV) ^(31,33,39,58)	3. VAGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(16,30,58,62,74,76)	4. VAGO ⁽¹⁹⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(18,58)	5. VAGO ⁽¹¹⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ^(74,76,78)	6.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁸⁴⁾	
Senador Jayme Campos (DEM) ^(3,7,15,34,44,61,71,86)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) ^(5,22,57,88)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ^(4,87)	2. Senador Alvaro Dias (PSDB) ^(56,88,91)
Senador Cícero Lucena (PSDB) ^(17,35,43,52,88)	3. Senador Fleury (DEM) ^(46,89,90)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁸⁸⁾	4. Senador Mário Couto (PSDB) ⁽⁸⁸⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ^(41,49,85)	
Senador Magno Malta (PR) ^(1,54,65)	1. Senador João Vicente Claudino (PTB) ^(45,53,65,79)
Senador Gim (PTB) ^(9,42,64,65,69)	2. VAGO ^(63,65,79,80)
Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(65,73,82,83)	3. VAGO ^(48,51,55,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11 -GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013)** "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários.

Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).
4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).
5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
7. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).
8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).
11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).
12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.
17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 133/2012-GLDBAG).
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)
23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).
27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
28. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
36. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 10/2012-GLBUF).

43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
50. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 133/2012-GLDBAG).
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012/BLUFOR/SF).
52. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Cabipiribe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Capiberibe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 59/2013- GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (Of. nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).
64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).
65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).
70. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (Of. nº 191/2013-GLPMDB).
71. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
72. Em 12.09.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Lopes (Of. nº 120/2013-GLDBAG).
73. Em 17.09.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 139/2013-BLUFOR).
74. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 289/2013-GLPMDB).
75. Em 17.10.2013, o Senador Roberto Requião deixa a suplência e passa a ser titular e o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Ofs. 287 e 288/2013-GLPMDB).
76. Em 18.10.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo em vagas cedidas pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 125/2013-GLDBAG).
77. Em 25.10.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 127/2013-GLDBAG).
78. Em 25.10.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, em vaga cedida (Of. nº 126/2013-GLDBAG).
79. Em 5.11.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Osvaldo Sobrinho são designados membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 194/2013-BLUFOR).
80. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
81. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
82. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
83. Em 17.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Lopes (Of. nº 29/2014-BLUFOR).
84. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

85. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
86. Em 28.05.2014, o Senador Jayme Campos é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 13/2014-GLDEM)
87. Em 29.05.2014, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 50/2014-GLPSDB)
88. Em 10.06.2014, foi lido o Ofício GLPSDB nº 51/2014, designando os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda, Alvaro Dias e Mário Couto, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
89. Em 17/07/2014, o Senador Wilder Moraes licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.
90. Em 5.8.2014, o Senador Fleury é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. nº 14/2014-GLDEM).
91. Em 05/08/2014, o Senador Alvaro Dias licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 05/08/2014, conforme Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, deferidos em 05/08/2014.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(2,9)	
Senadora Angela Portela (PT)	1. Senador Paulo Paim (PT) ⁽⁷⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB)	2. Senador João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Senador Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁸⁾	
VAGO ^(1,6)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUE/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).
7. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
8. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
9. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ** - Em 10.04.2013, foi lido o Of. 52/2013-CDH, que comunica a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria; e a eleição das Senadoras Lídice da Mata e Ângela Portela, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. TEMP. DE COMB. À PEDOFILIA, PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Instalação: 05/04/2013

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB)	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senador Eduardo Suplicy (PT)	2. Senador João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

2. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.48/2013-CDH, que comunica a designação dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e Aníbal Diniz como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

**. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 62/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria; a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar Minoria; e a eleição dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Finalidade: Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 10, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽¹⁾

Instalação: 03/04/2013

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽³⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	1. Senador Paulo Paim (PT)
Senador João Capiberibe (PSB)	2. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽²⁾	
	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

2. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

3. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.46/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; e a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽⁵⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senadora Lídice da Mata (PSB)	2. Senador Anibal Diniz (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁴⁾	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Paulo Davim e a Senadora Lídice da Mata como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).
 2. Em 10.04.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. 64/2013-CDH).
 3. Em 07.08.2013, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
 4. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
 5. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
- *. Em 05.04.2013, foi lido o Of.45/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata como membros titulares e do Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁴¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) ⁽⁴¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(48,64,7)	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁴³⁾	1. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Eduardo Suplicy (PT)	2. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(43,44,49)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(4,6)	3. Senadora Gleisi Hoffmann (PT) ^(60,3)
Senador Aníbal Diniz (PT) ^(44,5,8,9)	4. Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(61,62,17,18)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	5. Senador Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁶⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴²⁾	6. Senador João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	1. Senador Vital do Rêgo (PMDB) ^(40,57)
Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	2. Senador João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Senador Pedro Simon (PMDB) ^(40,23,24,27)	3. Senador Roberto Requião (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Senador Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	5. Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁰⁾
Senador Francisco Dornelles (PP) ⁽⁴⁰⁾	6. Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(40,12,13,14,21,28,32,33)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁶³⁾	
Senador Antonio Aureliano (PSDB) ^(38,39,68,69)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁸⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB) ^(38,2)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁸⁾
Senador José Agripino (DEM)	3. Senador Jayme Campos (DEM) ^(45,55,56,58,59,10,30)
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁰⁾	4. Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ^(64,22,29)	
Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(47,51,52)	1. Senador Gim (PTB) ^(46,47,34)
Senador Fernando Collor (PTB) ^(47,31)	2. Senador Kaká Andrade (PDT) ^(47,66,70,71,1)
Senador Magno Malta (PR) ^(47,25,26,35,36)	3. Senador Douglas Cintra (PTB) ^(37,47,54,65,67,19,20)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM,

PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).
2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).
9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).
11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.
12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
13. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)
16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)
17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).
19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (Of. GLPMDB nº 192/2012).
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 191/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. Nº 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciou-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.

39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 55/2013-GLPSDB).
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2013 - CRE).
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. GLDBAG nº 29/2013).
44. Em 07.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 14/2013-GLDEM).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
50. Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 83/2013-BLUFOR).
53. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPSDB).
54. Em 06.08.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 155/2013-BLUFOR).
55. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
56. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
57. Em 14.11.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (Of. GLPMDB nº 309/2013).
58. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
59. Em 04.02.2014, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
60. Em 12.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. GLDBAG nº 16/2014).
61. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
62. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes e cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 26/2014 - GLDBAG e Of. nº 46/2014 - BLUFOR).
63. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
64. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
65. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
66. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
67. Em 24.07.2014, o Senador Douglas Cintra é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 528/2014 - BLUFOR).
68. Em 05/08/2014, o Senador Alvaro Dias licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 05/08/2014, conforme Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, deferidos em 05/08/2014.
69. Em 07.08.2014, o Senador Antonio Aureliano é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. 63/14-GLPSDB).
70. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 554/2014 - BLUFOR).
71. Em 18.9.2014, o Senador Kaká Andrade é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 78/2014-GLDBAG).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁷⁾	
Senador Luiz Henrique (PMDB)	1. VAGO ^(5,6,14)
Senador Francisco Dornelles (PP)	2. Senador Inácio Arruda (PCdoB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(3,17)	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ^(8,9,10,11,12)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(2,4,13,15)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽¹⁶⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
 2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
 5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
 6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
 7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
 9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
 10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (Of. Nº 260/2012-CRE/PRES).
 11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
 12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Nº 265/2012-CRE/PRES).
 13. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
 14. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
 15. Em 20.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. 51/2014-CRE).
 16. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
 17. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** . Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

*** . Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

**** . Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Senador Luiz Henrique (PMDB)	1. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(2,14)	
Senador Blairo Maggi (PR) ^(6,7,8,9,10)	1. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(3,4,11,12)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽¹³⁾	
VAGO	1. Senador José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
- Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
- Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (Of. Nº 260/2012-CRE/PRES).
- Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
- Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Nº 265/2012-CRE/PRES).
- Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
- Em 20.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. 51/2014-CRE).
- Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
- Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
- Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
- Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(6,27)	
Senador Blairo Maggi (PR) ^(15,16,18,21,22)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(11,12,24,25)
Senador Jorge Viana (PT)	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Senador Delcídio do Amaral (PT)	3. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) ^(4,7)	4. VAGO ^(1,5,9,23)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹³⁾	
VAGO ^(14,17,19)	1. Senador Lobão Filho (PMDB)
Senadora Ana Amélia (PP)	2. Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽²⁶⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. VAGO ^(3,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹³⁾	
Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽²⁰⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (Of. nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
- Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e Of. Nº 167/2012-CRE/PRES).
- Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUD/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
- Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
- Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. Nº 257/2012-CRE/PRES).
- Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (Of. Nº 260/2012-CRE/PRES).
- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
- O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
- Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
- Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Nº 265/2012-CRE/PRES).

23. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).

24. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

25. Em 20.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. 51/2014-CRE).

26. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

27. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽⁵²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(8,59,84)	
Senador Lindbergh Farias (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senador Jorge Viana (PT)	3. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(19,20,80,82)
Senador Acir Gurgacz (PDT) ^(30,31,43,44)	5. Senador Pedro Taques (PDT)
VAGO ^(18,77)	6. Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽⁶⁷⁾
Senador Inácio Arruda (PCdoB)	7. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁴⁾	
VAGO ^(25,32,33,46,47,54,88)	1. Senador Romero Jucá (PMDB) ^(25,54)
Senador Lobão Filho (PMDB) ^(25,54)	2. VAGO ^(2,3,10,25,54,75)
Senador Eduardo Braga (PMDB) ^(25,54)	3. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ^(25,54)
Senador Valdir Raupp (PMDB) ^(25,54)	4. Senador Roberto Requião (PMDB) ^(9,25,54)
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ^(25,54,58)	5. Senador Waldemir Moka (PMDB) ^(11,21,22,25,54)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ^(25,54,64)	6. Senador Odacir Soares (PP) ^(25,54,86,87,94)
Senador Ciro Nogueira (PP) ^(25,54)	7. Senador Francisco Dornelles (PP) ^(15,16,17,23,25,54)
Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(26,29,38,39,49,50,53,54)	8. Senadora Kátia Abreu (PMDB) ^(5,6,12,14,26,27,29,50,53,54,71)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁸³⁾	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ^(51,55,65)	1. Senador Vicentinho Alves (SD) ^(51,85)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵¹⁾	2. Senador Alvaro Dias (PSDB) ^(51,96)
Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ^(1,4,51)	3. Senador Ruben Figueiró (PSDB) ^(4,7,51,61,72)
Senador Fleury (DEM) ^(28,36,89,95)	4. Senador Jayme Campos (DEM) ^(28,37,68,70,74,76)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ^(24,40,84)	
Senador Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁰⁾	1. Senador Gim (PTB) ⁽⁶⁰⁾
Senador Blairo Maggi (PR) ^(35,45,57,60,78,79,90,91,93)	2. Senador João Vicente Claudino (PTB) ^(60,66,81)
VAGO ^(34,60,62,63,69,73)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC) ^(41,42,48,56,60,92)
Senador Alfredo Nascimento (PR) ⁽⁶⁰⁾	4. Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽⁶⁰⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.
*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.
10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 272/2011 - GLPMDB).
11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
16. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).
21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 36/2012).
23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 19/2012-GLDEM).
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 088/2012-GLDBAG).
32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Of. Nº 093/2012-BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. Nº 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Moraes como titular (Of. Nº 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 104/2012-BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 140/2012 - GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2012).
48. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
49. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (Ofício nº 013/2013-GLPSD).
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2013 - CI).
53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).
56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).
57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).
58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (Of. GLPMDB nº 114/2013).
59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).
61. Vago em 09.04.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. nº 115/2013-GLPSDB).
62. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
63. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 86/2013-BLUFOR).
64. Em 24.04.2013, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. 164/2013-GLPMDB).
65. Em 20.05.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 134/2013-GLPSDB).
66. Vago, em 6.8.2013, em virtude de o Senador Armando Monteiro não pertencer mais à Comissão (Of. 154/2013-BLUFOR).
67. Em 13.08.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg (Of. nº 112/2013-GLDBAG).
68. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
69. Em 18.09.2013, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 174/2013-BLUFOR).
70. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
71. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
72. Em 24.10.2013, o Senador Rubem Figueiró é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 175/13-GLPSDB).
73. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
74. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.

75. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
76. Em 04.02.2014, O Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
77. Em 19.02.2014, vago em virtude de o Senador João Capiberibe deixar de integrar a Comissão (Of. nº 18/2014 - GLDBAG)
78. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
79. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 18/2014-BLUFOR).
80. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
81. Em 18.03.2014, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 40/2014-BLUFOR).
82. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes e cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 25/2014 - GLDBAG e Of. nº 45/2014 - BLUFOR).
83. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
84. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
85. Em 23.04.2014, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aécio Neves e cedida pela Liderança do PSDB (Ofs. 31/2014-GLPSDB e 235/2014-GSVALV).
86. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
87. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
88. Em 15.07.2014, vago em virtude de o Senador Clésio Andrade ter deixado o mandato.
89. Em 17/07/2014, o Senador Wilder Moraes licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.
90. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
91. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
92. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
93. Em 04.08.2014, O Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, na Comissão (Of. 535/2014-BLUFOR).
94. Em 5.8.2014, o Senador Odacir Soares é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 157/2014-GLPMDB).
95. Em 5.8.2014, o Senador Fleury é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. nº 14/2014-GLDEM).
96. Em 05/08/2014, o Senador Alvaro Dias licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 05/08/2014, conforme Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, deferidos em 05/08/2014.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: Quartas-Feiras 7:30 min - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: Quartas-Feiras 7:30 min - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Clésio Andrade (PMDB-MG) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽⁴⁾	
Senador Inácio Arruda (PCdoB)	1. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
VAGO ⁽²⁾	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO ⁽⁵⁾	1.
Senador Valdir Raupp (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽³⁾	
Senador Cícero Lucena (PSDB)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR)	1. Senador Alfredo Nascimento (PR)

Notas:

1. Em 5.11.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Inácio Arruda e Clésio Andrade, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 171/2013-CI).

2. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).

3. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

4. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

5. Em 15.07.2014, vago em virtude de o Senador Clésio Andrade ter deixado o mandato.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 29.10.2013, foi lido o Ofício nº 160/2013-CI/PRES, designando os Senadores Inácio Arruda, Walter Pinheiro e Eduardo Lopes como titulares e os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); os Senadores Clésio Andrade e Valdir Raupp como titulares (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); o Senador Cícero Lucena como titular e o Senador Flexa Ribeiro como suplente (pelo Bloco Parlamentar da Minoria); e os Senadores Antonio Carlos Rodrigues como titular e o Senador Alfredo Nascimento como suplente (pelo Bloco Parlamentar União e Força) para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: Quartas-Feiras 7:30 min - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Ivo Cassol (PP) ^(16,17)	1. Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(1,2)	2. VAGO ^(5,6,10)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽¹⁴⁾	
Senador Osvaldo Sobrinho (PTB) ^(12,13)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
	1. VAGO ^(3,4,7,8,9,11)

Notas:

1. Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
2. Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. Nº058/2012 - CI).
3. Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
4. Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
5. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
6. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
7. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).
10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
12. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
13. Em 25.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 146/2013-CI).
14. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
15. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
16. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
17. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.

*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.

**.. Em 10.05.2012, foi lido o OF. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: Quartas-Feiras 7:30 min - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽⁵⁾	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Inácio Arruda (PCdoB)
Senador Wellington Dias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP)
	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁴⁾	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁾	1. Senador Osvaldo Sobrinho (PTB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁷⁾	1. Senador Fernando Collor (PTB)

Notas:

1. Em 02.10.2013, os Senadores José Pimentel e Eduardo Amorim foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-presidente da Subcomissão (Ofício 154/2013-CI).
 2. Em 02.10.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 155/2013-CI).
 3. Em 09.10.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular na Subcomissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 157/2013-CI).
 4. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
 5. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
 6. Em 15.07.2014, vago em virtude de o Senador Clésio Andrade ter deixado o mandato.
 7. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
- *. Em 15.05.2013, foi lido o Ofício nº 56/2013-CI, designando os Senadores José Pimentel e Wellington Dias como titulares e o Senador Inácio Arruda como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo; o Senador Clésio Andrade como titular e os Senadores Ciro Nogueira e Vital do Rêgo como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; o Senador Flexa Ribeiro como titular e o Senador Jayme Campos como suplente do Bloco Parlamentar Minoria; o Senador Eduardo Amorim como titular e o Senador Fernando Collor como suplente na Comissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: Quartas-Feiras 7:30 min - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) ⁽⁴⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(10,49,64)	
Senador Wellington Dias (PT) ⁽¹⁾	1. Senador João Capiberibe (PSB) ⁽⁴⁴⁾
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁴³⁾	2. Senador Zeze Perrella (PDT) ^(7,11)
Senador Inácio Arruda (PCdoB) ⁽⁴⁵⁾	3. Senador Walter Pinheiro (PT) ^(2,47)
Senador João Durval (PDT)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) ^(32,33,38,39)
Senadora Lídice da Mata (PSB)	5. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Senador Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴²⁾	1. Senador Eduardo Braga (PMDB) ^(14,42)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ^(20,21,22,28,31,42)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴²⁾
Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁴²⁾	3. Senador João Alberto Souza (PMDB) ^(3,37,42)
Senador Ciro Nogueira (PP) ^(15,34,42)	4. Senador Odacir Soares (PP) ^(26,42,65,66,71)
Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴²⁾	5. VAGO ^(8,9,16,18)
Senadora Kátia Abreu (PMDB) ^(42,57)	6. VAGO ^(23,24,27)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁶³⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(5,12,19,41)	1. Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴¹⁾
Senador Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁴¹⁾	2. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ^(6,41)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Senador Fleury (DEM) ^(4,35,68,72)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ^(29,36,64)	
Senador Douglas Cintra (PTB) ^(40,48,50,67,70)	1. Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(50,59)
Senador Kaká Andrade (PDT) ^(30,50,51,52,55,58,61,62,69,73,74)	2. VAGO ⁽⁵⁰⁾
VAGO ^(50,53,54,56,60)	3. (50)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

*** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

***** Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

***** Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

***** Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
9. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 120/2011 - GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
21. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 326/2011).
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (Of. GLPMDB nº 151/2012).
32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 091/2012-GLDBAG).
34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. nº 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).

44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 034/2013).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013.
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 84/2013-BLUFOR).
53. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
54. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 87/2013-BLUFOR).
55. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 108/2013-BLUFOR).
56. Em 18.09.2013, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 175/2013-BLUFOR).
57. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
58. Em 06.11.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 197/2013-BLUFOR).
59. Em 06.11.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 197/2013-BLUFOR).
60. Vago em virtude do falecimento do Senador João Ribeiro, ocorrido em 18.12.2013.
61. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
62. Em 17.02.2014, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 009/2014-BLUFOR).
63. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
64. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
65. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
66. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
67. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licencia-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.
68. Em 17/07/2014, o Senador Wilder Moraes licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.
69. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
70. Em 24.07.2014, o Senador Douglas Cintra é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 525/2014 - BLUFOR).
71. Em 5.8.2014, o Senador Odacir Soares é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 158/2014-GLPMDB).
72. Em 5.8.2014, o Senador Fleury é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. nº 14/2014-GLDEM).
73. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 550/2014 - BLUFOR).
74. Em 18.9.2014, o Senador Kaká Andrade é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 77/2014-GLDBAG).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(1,10)	
Senador Wellington Dias (PT)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB)	1. Senador Ciro Nogueira (PP)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁹⁾	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Cícero Lucena (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC) ^(2,3,4,6,7,11)	1.

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
3. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
4. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
7. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).
8. Em 2.4.2014, o Presidente da CDR comunica que os Senadores José Pimentel e Magno Malta não integram mais a Subcomissão (Of. nº 18/2014-PRES/CDR).
9. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
10. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
11. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(3,13)	
VAGO ⁽⁹⁾	1. VAGO ^(6,7)
VAGO ⁽⁵⁾	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴⁾	
Senadora Ana Amélia (PP)	1. Senador Ivo Cassol (PP) ^(8,11,14,15)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽¹²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
	1. Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽¹⁰⁾

Notas:

1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
5. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
6. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
7. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
9. Em 2.4.2014, o Presidente da CDR comunica que a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Lobão Filho não integram mais a Subcomissão (Of. nº 18/2014-PRES/CDR).
10. Em 2.4.2014, o Presidente da CDR comunica que o Senador Mozarildo Cavalcanti foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. Nº 18/2014-PRES/CDR).
11. Em 2.4.2014, o Presidente da CDR comunica que o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcante (Of. Nº 18/2014-PRES/CDR).
12. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
13. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
14. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
15. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽²⁾	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
	1.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽¹⁾	
	1.

Notas:

1. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.

2. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ⁽²⁾	
Senador Zeze Perrella (PDT) ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁷⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁹⁾	
VAGO ^(3,6,8)	1. Senador Cícero Lucena (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC)	
	1.

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
 4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
 5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
 6. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
 7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 8. Em 2.4.2014, o Presidente da CDR comunica que os Senadores José Pimentel e Cássio Cunha Lima não integram mais a Subcomissão (Of. nº 18/2014-PRES/CDR).
 9. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
- *. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(15,65,85)	
Senador Delcídio do Amaral (PT)	1. Senadora Ângela Portela (PT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT) ^(10,22,23,57,80,7)	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁶⁷⁾
Senador Zeze Perrella (PDT) ^(11,16)	3. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT) ^(38,47)	4. Senador João Durval (PDT)
Senador Eduardo Suplicy (PT) ^(67,4)	5. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁷⁾	
VAGO ^(62,88)	1. Senador Romero Jucá (PMDB) ^(28,29,35,52,62)
VAGO ^(62,78)	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶²⁾
Senador Casildo Maldaner (PMDB) ^(25,26,27,36,49,62)	3. Senador João Alberto Souza (PMDB) ^(39,40,51,53,62)
Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁶²⁾	4. Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶²⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(12,13,19,21,62,76)	5. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶²⁾
Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶²⁾	6. Senador Odacir Soares (PP) ^(17,62,76,86,87,93)
Senadora Kátia Abreu (PMDB) ^(31,59,61,62,75)	7. Senador Garibaldi Alves (PMDB) ^(32,43,44,58,59,61,63,83,91,96)
Senador Waldemir Moka (PMDB) ^(24,33,34,46,66,68,69)	
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁸⁴⁾	
Senador Antonio Aureliano (PSDB) ^(60,71,73,95,2)	1. Senador Fleury (DEM) ^(60,94)
Senador Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁶⁰⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ^(9,14,60,3)
Senador Jayme Campos (DEM) ^(72,74,77,79)	3. Senador Cícero Lucena (PSDB) ^(18,48,70,5)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ^(37,45,85)	
Senador Gim (PTB) ^(49,50,1,8)	1. Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(54,6)
	2. Senador Blairo Maggi (PR) ^(24,41,42,55,56,81,82,89,90,92)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

*** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***** Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

***** Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

***** Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (Of. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSIALB.
18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cícinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).

45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. Nº 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB nº 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (Of. Nº 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. Nº 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (Ofício nº 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Of. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Cyro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 070/2013).
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 68/2013-BLUFOR).
67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 56/2013-GLDBAG).
68. Vaga cedida provisoriamente ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 75/2013-BLUFOR).
69. Em 04.04.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco União e Força (Ofício nº 138/2013-GLPMDB).
70. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 128/2013-GLPDSB).
71. Vago, em 11.9.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. 163/2013-GLPDSB).
72. 3. Em 13.09.2013, o Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na sessão de 10.09.2013.
73. Em 16.09.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 166/2013-GLPDSB).
74. Em 19.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. s/n das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas).
75. Em 08.10.2013, a Senadora Kátia Abreu filiou-se ao PMDB, nos termos do Ofício nº 800/2013-GSKAAB.
76. Em 23.10.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria em substituição ao Senador Ivo Cassol, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. 290/2013-GLPMDB).
77. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
78. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
79. Em 04.02.2014, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. 1/2014-GLDEM).
80. Em 11.2.2014, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antônio Russo (Of. nº 12/2014 - GLDBAG).
81. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
82. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 20/2014-BLUFOR).
83. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 26.03.2014, conforme Requerimento nº 267, de 2014, aprovado no dia 26.03.2014.
84. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
85. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
86. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
87. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
88. Em 15.07.2014, vago em virtude de o Senador Clésio Andrade ter deixado o mandato.

89. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.

90. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.

91. Em 23.07.2014, foi deferido o Requerimento nº 714, de 2014, de prorrogação da licença do Senador Garibaldi Alves, pelo prazo de 60 dias, a contar do dia 25.07.2014. Em consequência, a Senadora Ivonete Dantas continua no exercício do mandato.

92. Em 04.08.2014, O Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, na Comissão (Of. 536/2014-BLUFOR).

93. Em 5.8.2014, o Senador Odacir Soares é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 159/2014-GLPMDB).

94. Em 05.08.2014, o Senador Fleury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSDB (Ofícios nºs 64/2014-GLPSDB e 18/2014-GLDEM).

95. Em 07.08.2014, o Senador Antonio Aureliano é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 61/14-GLPSDB).

96. Em 22.09.2014, foi deferido o Requerimento nº 792, de 2014, de prorrogação da licença do Senador Garibaldi Alves, pelo prazo de 30 dias, a contar do dia 23.09.2014. Em consequência, a Senadora Ivonete Dantas continua no exercício do mandato.

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ⁽³⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) ⁽³⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(7,38,48)	
Senadora Angela Portela (PT)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Zeze Perrella (PDT) ⁽³²⁾	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(33,40)
Senador Walter Pinheiro (PT)	3. Senador Cristovam Buarque (PDT) ^(10,12)
Senador João Capiberibe (PSB) ^(8,9,17)	4. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Senador Anibal Diniz (PT) ⁽⁴⁰⁾	5. Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(1,19,20,44,45)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²¹⁾	
Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽³¹⁾	1. Senador Vital do Rêgo (PMDB) ^(2,4,11,31)
Senador João Alberto Souza (PMDB) ^(22,23,27,28,31)	2. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³¹⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽³¹⁾	3. Senador Odacir Soares (PP) ^(31,49,50,52)
Senador Luiz Henrique (PMDB) ^(31,36)	4. Senador Benedito de Lira (PP) ^(26,31)
Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽³¹⁾	5. VAGO ^(5,6,13,15,35,43)
Senador Sérgio Petecão (PSD) ⁽³¹⁾	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽⁴⁷⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(30,37)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(30,37,46)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁰⁾	2. Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁰⁾
Senador José Agripino (DEM)	3. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ^(21,24,48)	
Senador Gim (PTB) ^(25,39)	1. Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽³⁹⁾
Senador Alfredo Nascimento (PR) ^(3,16,39)	2. VAGO ^(16,29,39,41,42)
Senador Kaká Andrade (PDT) ^(39,51,53,54)	3. ⁽³⁹⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL ? determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).
11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDB).
12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).
21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
23. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB nº 346/2012).
27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (Of. GLPMDB nº 093/2013).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. GLPMDB nº 075/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. GLPSDB nº 087/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).

39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).
40. Em 26.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).
41. Em 17.09.2013, o Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 170/2013-BLUFOR).
42. Em 12.01.2014, vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos.
43. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann (Of. 1/2014 - GSGH e D.O.U. nº 23, Seção 2, de 3 de fevereiro de 2014).
44. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
45. Em 18.03.2014, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes e cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 27/2014 - GLDBAG e Of. nº 47/2014 - BLUFOR).
46. Em 1.4.2014, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente pelo Bloco da Minoria na Comissão (Of. nº 22/2014-GLPSDB).
47. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
48. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
49. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
50. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
51. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
52. Em 5.8.2014, o Senador Odacir Soares é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 160/2014-GLPMDB).
53. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 549/2014 - BLUFOR).
54. Em 18.9.2014, o Senador Kaká Andrade é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 76/2014-GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Reuniões:** Terças-Feiras 9:00 horas -**Telefone(s):** 3303-1120**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Luiz Henrique (PMDB-SC)**RELATOR:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾	
Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁾	1.
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾	2.
Senadora Ana Amélia (PP) ⁽²⁾	3.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PCdoB, PSOL, PRB) ^(1,12)	
Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽³⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	2. Senador Inácio Arruda (PCdoB) ⁽³⁾
Senador Walter Pinheiro (PT) ^(3,8)	3. Senador Pedro Taques (PDT) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD) ⁽¹¹⁾	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1.
Senador Fleury (DEM) ^(7,13,18)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC) ⁽¹²⁾	
Senador Blairo Maggi (PR) ^(4,9,10,14,15,17)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC) ^(4,16)	2.

Notas:

1. Vaga adicional compartilhada entre os dois Blocos.
2. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Luiz Henrique, Ricardo Ferraço e Ana Amélia, como membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 254/2013-GLPMDB).
3. Em 27.08.2013, foram designados os Senadores Cristovam Buarque, Humberto Costa e Paulo Paim, como membros titulares; a Senadora Lídice da Mata e os Senadores Inácio Arruda e Pedro Taques, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 95/2013-GLDBAG).
4. Em 27.08.2013, os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim são designados como membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 113/2013-BLUFOR).
5. Em 27.08.2013, o Senador Cyro Miranda é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 162/2013-GLPSDB).
6. Em 27.08.2013, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 29/2013-GLDEM).
7. Em 27.08.2013, o Senador Wilder Moraes é designado como membro titular pelo Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, de acordo com fala da Presidência da sessão deliberativa ordinária de 27.08.2013.
8. Em 17.10.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 124/2013-GLDBAG).
9. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 127 dias, a partir de 13.03.2014, conforme Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na sessão de 11.03.14.
10. Em 13.03.2014, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 21/2014-BLUFOR).
11. Em 09.04.2014, o Partido Solidariedade passa a integrar o Bloco Parlamentar Minoria, nos termos do Ofício nº 30/2014.
12. Em 23.04.2014, o Partido Republicano Brasileiro deixa de integrar o Bloco Parlamentar União e Força e passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício 41/2014 - GLDBAG.
13. Em 17/07/2014, o Senador Wilder Moraes licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.
14. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
15. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
16. Em 22/07/2014, o Senador Eduardo Amorim licencia-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
17. Em 04.08.2014, O Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, na Comissão (Of. 537/2014-BLUFOR).
18. Em 5.8.2014, o Senador Fleury é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. nº 14/2014-GLDEM).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda**Telefone(s):** 6133031095**E-mail:** csf@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/09/2013

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 17.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
VAGO ⁽³⁾	1. VAGO
Senador Valdir Raupp (RO)	2. VAGO
Senador João Alberto Souza (MA)	3. VAGO
Senador Romero Jucá (RR)	4. VAGO
PT	
Senador Wellington Dias (PI)	1. Senador Jorge Viana (AC)
Senadora Ana Rita (ES)	2. Senador Paulo Paim (RS)
Senador Anibal Diniz (AC)	3. Senadora Angela Portela (RR)
PSDB	
Senador Mário Couto (PA)	1. Senador Paulo Bauer (SC)
Senador Cyro Miranda (GO)	2. VAGO
PTB	
Senador Gim (DF)	1. Senador João Vicente Claudino (PI)
PP	
Senador Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Senador Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Senadora Lídice da Mata (BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (SE)
DEM	
Senador Jayme Campos (MT) ⁽²⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Senador Antonio Carlos Rodrigues (SP)	1. VAGO
PSD	
Senador Sérgio Petecão (AC)	1. Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB)	

Atualização: 03/02/2014

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

2. O Senador Jayme Campos licenciou-se a partir do dia 13.09.2013, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme Requerimento nº 1.047/2013, aprovado em 10.09.2013.

3. Em 03.02.2014, vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann.

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

SENADOR	CARGO
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) ⁽²⁾	COORDENADOR
Atualização: 05/11/2013	

Notas:

1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013
2. O Senador Antonio Carlos Rodrigues foi designado Coordenador conforme Ato do Presidente nº 34, de 2013, publicado no Boletim Administrativo do Senado Federal nº 5312, de 12.09.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA
Atualização: 06/03/2013	

Notas:

1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL*(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)*

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 05/11/2013**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽⁵⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Senador Pedro Simon (RS)

PT

Senadora Angela Portela (RR)

PSDB

Senadora Lúcia Vânia (GO)

PTB

VAGO

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PDTSenador João Durval (BA) ⁽²⁾**PSB**

Senadora Lídice da Mata (BA)

DEM

Senadora Maria do Carmo Alves (SE)

PR

VAGO

PSD

Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO)

PCdoBSenadora Vanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Senador Paulo Davim (RN)

PRBVAGO ⁽³⁾**PSC**Senador Eduardo Amorim (SE) ⁽⁶⁾**PSOL**

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 25/07/2014**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.

2. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLDPDT nº 005/2014, datado de 18.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.

3. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves foi eleita Vice-Presidente na 1ª reunião do Conselho, realizada em 07.05.2014.
5. A Senadora Angela Portela foi reconduzida ao cargo de Presidente na 1ª reunião do Conselho, realizada em 07.05.2014.
6. Em 22.07.2014, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos nessa data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258

Fax: 3303-5258

E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN)**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Senador Waldemir Moka (MS)

PT

Senador Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Senador Cyro Miranda (GO)

PTBSenador Douglas Cintra (PE) ^(6,7,9)**PP**Senador Ivo Cassol (RO) ^(4,5)**PDT**Senador Acir Gurgacz (RO) ⁽²⁾**PSB**

Senador Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PR

Senador Antonio Carlos Rodrigues (SP)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

PCdoBSenador Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾**PV**

Senador Paulo Davim (RN)

PRBVAGO ⁽³⁾**PSC**Senador Eduardo Amorim (SE) ⁽⁸⁾**PSOL**

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 28/07/2014**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB nº 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLDPDT nº 007/2014, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.
3. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
4. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.

5. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.

6. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 1 dia, a partir de 17.07.2014, conforme RQS nº 685/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.

7. Em 15.07.2014, o Senador Armando Monteiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, a partir de 18.07.2014, conforme RQS nº 686/2014, deferido na sessão de 15.07.2014.

8. Em 22.07.2014, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos nessa data.

9. Em 28.07.2014, o Senador Douglas Cintra foi designado para ocupar a vaga do PTB, em substituição ao Senador Armando Monteiro, conforme Of. nº 0524/2014-BLUFOR, datado de 18.07.2014, lido na sessão do Senado Federal de 28.07.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

MEMBROS

PMDB

Senadora Ivonete Dantas (RN) ⁽¹⁾

PT

Senadora Ana Rita (ES) ⁽²⁾

PSDB

Senador Cícero Lucena (PB) ⁽³⁾

PTB

Senador Gim (DF) ⁽⁴⁾

PP

Senadora Ana Amélia (RS) ⁽⁵⁾

PDT

Senador Cristovam Buarque (DF) ⁽⁶⁾

PSB

Senador João Capiberibe (AP) ⁽⁷⁾

DEM

Senadora Maria do Carmo Alves (SE) ⁽¹³⁾

PR

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC) ⁽⁸⁾

PCdoB

Senador Inácio Arruda (CE) ⁽⁹⁾

PV

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁰⁾

PSC

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP) ⁽¹¹⁾

PROS

SD

Senador Vicentinho Alves (TO) ⁽¹²⁾

Atualização: 29/05/2014**Notas:**

1. A Senadora Ivonete Dantas foi designada para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 098/2014, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
2. A Senadora Ana Rita foi designada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 007/2014-GLDPT, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
3. O Senador Cícero Lucena foi designado para ocupar a vaga do PSDB, conforme Of. nº 32/14-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
4. O Senador Gim foi designado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of. nº 507/2014 ? BLUFOR, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
5. A Senadora Ana Amélia foi designada para ocupar a vaga do PP, conforme o Memo. nº 023/2014- GLDPP , lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
6. O Senador Cristovam Buarque foi designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. GLDPDT-014/2014, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
7. O Senador João Capiberibe foi designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GLPSB nº 0019/2014, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
8. O Senador Sérgio Petecão foi designado para ocupar a vaga do PSD, conforme Of. nº 06/2014-GLPSD, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
9. O Senador Inácio Arruda foi designado para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of. GLPCdoB nº 003/2014, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
10. O Senador Marcelo Crivella foi designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Memo nº 042/2014-GSMC, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
11. O Senador Randolfe Rodrigues foi designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of. nº 0054-GSRR, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
12. O Senador Vicentinho Alves foi designado para ocupar a vaga do SD, conforme Of. nº 236/2014- GSVLV, lido na sessão do Senado Federal de 20.05.2014.
13. A Senadora Maria do Carmo Alves foi designada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of. nº 012/14-GLDEM, datado de 21.05.2014, lido na sessão do Senado Federal de 22.05.2014.
14. Os Senadores Cristovam Buarque e Ana Rita foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na reunião iniciada em 27.05.2014 e finalizada em 28.05.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁶⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

MEMBROS

PMDB

Senador Casildo Maldaner (SC)

PT

Senador Anibal Diniz (AC)

PSDB

VAGO

PTB

VAGO

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PDT

Senador Cristovam Buarque (DF) ⁽²⁾

PSB

Senador João Capiberibe (AP) ⁽⁴⁾

DEM

Senadora Maria do Carmo Alves (SE)

PR

Senador Blairo Maggi (MT) ^(7,8,10)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

PCdoB

VAGO ⁽¹⁾

PV

Senador Paulo Davim (RN)

PRB

VAGO ⁽³⁾

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE) ⁽⁹⁾

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

SD

Senador Vicentinho Alves (TO)

PROS

Atualização: 05/08/2014**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB nº 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLDPDT nº 008/2014, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.
3. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
4. O Senador João Capiberibe foi designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of.GLPB nº 0012/2014, datado de 31.03.2014, lido na sessão do Senado Federal de 1º.04.2014
5. O Senador Paulo Davim foi eleito Presidente na 1ª Reunião de 2014, realizada em 09.04.2014.
6. O Senador Randolfe Rodrigues foi eleito Vice-Presidente na 1ª Reunião de 2014, realizada em 09.04.2014.
7. Vago em virtude do fim da licença e o conseqüente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
8. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
9. Em 22.07.2014, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos nessa data.
10. O Senador Blairo Maggi foi designado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. nº 543/2014-BLUFOR, datado de 04.08.2014, lido na sessão do Senado Federal de 05.08.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255**Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽²⁾**1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Senador Luiz Henrique (SC)

PT

Senador Jorge Viana (AC)

PSDB**PTB**

Senador João Vicente Claudino (PI)

PPSenador Ivo Cassol (RO) ^(6,7)**PDT****PSB**

Senador Rodrigo Rollemberg (DF)

DEMSenador Wilder Moraes (GO) ⁽⁸⁾**PR**Senador Blairo Maggi (MT) ^(5,9,10,11)**PSD**

Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO)

PCdoBSenadora Vanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Senador Paulo Davim (RN)

PRBVAGO ⁽⁴⁾**PSC**

Senador Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Representante da sociedade civil organizadaVAGO ⁽³⁾**Pesquisador com produção científica relevante**VAGO ⁽³⁾**Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente**VAGO ⁽³⁾**Atualização:** 18/08/2014

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB nº 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 24.04.2013.
3. Designado conforme Of.nº 130, de 2013/CMA, datado de 10.07.2013, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
4. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
5. Designado para ocupar a vaga do PR, anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi, conforme Of. nº 027/2014-BLUFOR, datado de 13.03.2014, lido na sessão do Senado Federal de 17.03.2014.
6. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 15 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 7 dias, conforme o Requerimento nº 682, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
7. Em 15.07.2014, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, a partir de 22 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 120 dias, conforme o Requerimento nº 683, de 2014, aprovado na sessão de 15.07.2014.
8. O Senador Wilder Moraes licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 17/07/2014, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.
9. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
10. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
11. O Senador Blairo Maggi foi designado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. nº 540/2014-BLUFOR, datado de 04.08.2014, lido na sessão do Senado Federal de 05.08.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303.5258

Fax: 3303.5260

E-mail: saop@senado.leg.br

11) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros: 15 titulares****PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação: 22/08/2013****MEMBROS****PMDB**Senador Luiz Henrique (SC) ⁽¹⁰⁾**PT**Senador Paulo Paim (RS) ⁽¹¹⁾**PSDB**Senadora Lúcia Vânia (GO) ⁽⁸⁾**PTB****PP**Senadora Ana Amélia (RS) ⁽⁶⁾**PDT**Senador João Durval (BA) ⁽⁷⁾**PSB**Senadora Lídice da Mata (BA) ⁽¹²⁾**DEM**Senadora Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾**PR****PSD**Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ⁽³⁾**PCdoB**Senador Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾**PV****PRB**VAGO ^(2,13)**PSC**Senador Eduardo Amorim (SE) ^(9,14)**PSOL**Senador Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁴⁾**Atualização: 22/07/2014****Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GSINAR nº 169/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Of.nº 0235/2013-GSEL, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
3. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme Of.nº 0032/2013-GLPSD, datado 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.GSRR nº 00134/2013, datado 20.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
5. Designada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº34/2013-GLDEM, datado 19.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº55/2013-GLDPP, datado 22.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 23.08.2013.
7. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. nº 11/2013-GLDPDT, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 26.08.2013.
8. Designada para ocupar a vaga do PSDB, conforme Of. nº 160/2013-GLPSDB, datado de agosto de 2013, lido na sessão do Senado Federal de 27.08.2013.

9. Designado para ocupar a vaga do PSC, conforme nº 218/2013, datado de 16.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 28.08.2013.
10. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 256/2013, datado de 29.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
11. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. GLDPT nº 033/2013, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 29.08.2013.
12. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 0091/2013-GLPSB, datado de 27.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 06.09.2013.
13. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
14. Em 22.07.2014, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos nessa data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

12) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁴⁾**1ª Designação:** 20/12/2013**MEMBROS****PMDB**Senador Ricardo Ferraço (ES) ⁽⁸⁾**PT**Senador Paulo Paim (RS) ⁽⁹⁾**PSDB**Senador Aloysio Nunes Ferreira (SP) ⁽¹⁵⁾**PTB****PP****PDT**Senador Acir Gurgacz (RO) ⁽¹⁾**PSB**Senadora Lídice da Mata (BA) ⁽²⁾**DEM****PR**Senador Blairo Maggi (MT) ^(12,16,17,19)**PSD**Senador Sérgio Petecão (AC) ⁽³⁾**PCdoB**Senador Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾**PV**Senador Paulo Davim (RN) ⁽¹¹⁾**PRB**VAGO ^(5,13)**PSC**Senador Eduardo Amorim (SE) ^(6,18)**PSOL**Senador Randolfe Rodrigues (AP) ⁽⁷⁾**SD**Senador Vicentinho Alves (TO) ⁽¹⁰⁾**Atualização:** 05/08/2014**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of. GLDPDT nº 017, datado de 17.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
2. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. GLPSB nº 111, datado de 09.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
3. Designado para ocupar a vaga do PSD, conforme Of. GLPSD nº 0039, datado de 06.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of. GSINAR nº 313, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
5. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme Of. GSEL nº 0315, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
6. Designado para ocupar a vaga do PSC, conforme Of. nº 324, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.

7. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of. GSRR nº 212, datado de 11.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
8. Designado para ocupar a vaga do PMDB, conforme Of. GLPMDB nº 322, datado de 10.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 002/2014-GLDPT, datado de 17.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 18.02.2014.
10. Designado para ocupar a vaga do SDD, conforme Of. GSVALV nº 176, datado de 10.03.2014, lido na sessão do Senado Federal de 11.03.2014.
11. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme Of. GSPDAV nº 007, datado de 13.03.2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi, conforme Of. nº 028/2014-BLUFOR, datado de 13.03.2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. nº 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
14. Eleitos na 1ª reunião do Conselho, realizada em 19.03.2014.
15. O Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado para ocupar a vaga do PSDB, conforme Of. nº 41/2014-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal de 08.05.2014.
16. Vago em virtude do fim da licença e o consequente retorno do titular do mandato, Senador Blairo Maggi.
17. Vago em virtude de o Senador Cidinho Santos não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Blairo Maggi, em 18.07.2014.
18. Em 22.07.2014, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos nessa data.
19. O Senador Blairo Maggi foi designado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. nº 541/2014-BLUFOR, datado de 04.08.2014, lido na sessão do Senado Federal de 05.08.2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN) Processado referente à composição de 2013: OFN nº 11/2013

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Devanir Ribeiro (PT-SP) ⁽¹⁾

1º VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

2º VICE-PRESIDENTE: Deputado Luiz Fernando Machado (PSDB-SP) ⁽¹⁾

3º VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP) ⁽¹⁾

Relator do PLDO: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

Relator do PLOA: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Relator da Receita: Deputado Paulo Pimenta (PT-RS) ^(22,21)

Designação: 19/03/2014

Instalação: 25/03/2014

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	
Eunício Oliveira - PMDB/CE	1. João Alberto Souza - PMDB/MA
Romero Jucá - PMDB/RR	2. Vital do Rêgo - PMDB/PB
Waldemir Moka - PMDB/MS	3. Valdir Raupp - PMDB/RO ⁽²⁾
Ana Amélia - PP/RS	4. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
Gleisi Hoffmann - PT/PR	1. João Capiberibe - PSB/AP
Jorge Viana - PT/AC	2. Angela Portela - PT/RR
Zeze Perrella - PDT/MG	3. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD)	
Cyro Miranda - PSDB/GO	1. Ruben Figueiró - PSDB/MS
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	2. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR)	
Antonio Carlos Rodrigues - PR/SP	1. Gim - PTB/DF
Mozarildo Cavalcanti - PTB/RR ⁽¹⁵⁾	2. VAGO ⁽¹⁵⁾
SD	
TITULARES	SUPLENTES
Vicentinho Alves - TO	1. Ataídes Oliveira - PROS/TO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PT	
Beto Faro - PA	1. Assis Carvalho - PI
Devanir Ribeiro - SP	2. Geraldo Simões - BA ⁽¹⁷⁾
Luiz Alberto - BA	3. Cláudio Puty - PA ⁽⁸⁾
Paulo Pimenta - RS ^(22,21)	4. Reginaldo Lopes - MG
Waldenor Pereira - BA	5. Ronaldo Zulke - RS
PMDB	
Alexandre Santos - RJ ⁽⁵⁾	1. Alceu Moreira - RS ⁽⁵⁾
Geraldo Resende - MS ⁽⁵⁾	2. Hermes Parciannelo - PR ⁽¹⁰⁾
Lucio Vieira Lima - BA ⁽¹⁰⁾	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
PSDB	
Luiz Fernando Machado - SP	1. Izalci - DF ⁽¹¹⁾
Nilson Leitão - MT	2. Cesar Colnago - ES ⁽¹⁶⁾
Rodrigo de Castro - MG	3. Alfredo Kaefer - PR ⁽¹⁸⁾
PSD	
Eduardo Sciarra - PR	1. Eliene Lima - MT
Jaime Martins - MG	2. Roberto Dornier - MT
Urzeni Rocha - RR ⁽⁴⁾	3. Moreira Mendes - RO ⁽⁴⁾
PP	
Betinho Rosado - RN	1. Aline Corrêa - SP
João Leão - BA ⁽⁹⁾	2. Lázaro Botelho - TO
Vilson Covatti - RS	3. Sandes Júnior - GO
PR	
Luciano Castro - RR	1. João Carlos Bacelar - BA
Milton Monti - SP	2. João Maia - RN
PSB	
VAGO ⁽²⁰⁾	1. Alexandre Roso - RS
Sandra Rosado - RN	2. Paulo Foletto - ES
DEM	
Felipe Maia - RN	1. Carlos Melles - MG ⁽¹²⁾
Professora Dorinha Seabra Rezende - TO	2. VAGO
SD	
Henrique Oliveira - AM ⁽⁷⁾	1. Benjamin Maranhão - PB ⁽⁷⁾
PTB	
Wilson Filho - PB	1. Arnon Bezerra - CE
Bloco PV, PPS	
Paulo Wagner - PV/RN ⁽¹³⁾	1. Arnaldo Jardim - PPS/SP
PROS	
Givaldo Carimbão - AL ⁽⁶⁾	1. Dr. Jorge Silva - ES ⁽⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
PDT	
Marcos Rogério - RO ⁽¹⁹⁾	1. Félix Mendonça Júnior - BA ⁽¹⁹⁾
PCdoB	
Daniel Almeida - BA	1. João Ananias - CE
PSC	
Silvio Costa - PE	1. Filipe Pereira - RJ ⁽¹⁴⁾
PSOL	
Ivan Valente - SP ⁽³⁾	1. Chico Alencar - RJ ⁽³⁾
PRB	
Cleber Verde - MA	

Notas:

*. Designação na Sessão do Senado Federal de 19-3-2013.

**. Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

1. Mesa eleita em 25-3-2014.

2. Designado o Senador Valdir Raupp, como membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Henrique, em 24-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 58 de 2014, da Liderança do PMDB.

3. Designados, como membro titular, o Deputado Ivan Valente e, como membro suplente, o Deputado Chico Alencar em vagas existentes, em 19-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 10 de 2014, da Liderança do PSOL.

4. Designados, o Deputado Urzeni Rocha, como membro titular, em substituição ao Deputado Moreira Mendes, que passa à condição de suplente, em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 197 de 2014, da Liderança do PSD.

5. Designados os Deputados Sandro Mabel e Gastão Vieira, como titulares, e o Deputado João Magalhães, como suplente, em vagas existentes, em 27-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nos 241 e 242, de 2014, da Liderança do PMDB.

6. Designado o Deputado Givaldo Carimbão, como membro titular, em vaga existente, e o Deputado Dr. Jorge Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Miro Teixeira, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PROS.

7. Designados os Deputados Henrique Oliveira, como membro titular, e Benjamin Maranhão, como suplente, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 90 de 2014, da Liderança do SDD.

8. Designado o Deputado Cláudio Puty, como membro suplente, em substituição ao Deputado Marco Maia, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 307 de 2014, da Liderança do PT.

9. Designado o Deputado João Leão, como membro titular, em substituição ao Deputado Dimas Fabiano, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 182 de 2014, da Liderança do PP.

10. Designados o Deputado Hermes Parcianello, como membro suplente, e o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em vagas existentes, em 2-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 278 e 279, de 2014, respectivamente, da Liderança do PMDB.

11. Designado o Deputado Izalci, como membro suplente, em vaga existente, conforme o Ofício nº 414 de 2014, da Liderança do PSDB.

13. Designado o Deputado Paulo Wagner, como membro titular, em substituição ao Deputado Eurico Júnior, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, das Lideranças do PPS e do PV.

14. Designado o Deputado Filipe Pereira, como membro suplente, em vaga existente, em 14-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 152 de 2014, da Liderança do PSC.

15. Designado o Senador Mozarildo Cavalcante, como membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, em 15-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 59 de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

16. Designado o Deputado Cesar Colnago, como suplente, em vaga existente, em 30-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 492, de 2014, da Liderança do PSDB.

17. Designado o Deputado Geraldo Simões, em substituição ao Deputado Márcio Macêdo, em 13-5-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 528, de 2014, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.

18. Designado o Deputado Alfredo Kaefer, como suplente, em vaga existente, em 4-6-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 650, de 2014, da Liderança do PSDB.

19. Designado, como membro titular, o Deputado Marcos Rogério, em substituição ao Deputado Félix Mendonça Júnior, e, como membro suplente, o Deputado Félix Mendonça Júnior, em substituição ao Deputado Marcos Rogério, em 9-7-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 207, de 2014, da Liderança do PDT.

20. Vago em razão da afastamento do Deputado Alexandre Toledo em 10-7-2014, nos termos do art. 56, II e §1º, da Constituição Federal e arts. 235, II e III, e 236, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

21. Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Pimenta, em substituição ao Deputado Pedro Uczai, em 8-10-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 936, de 2014, da Liderança do PT.

22. Designado, como membro titular, o Deputado Paulo Pimenta, em substituição ao Deputado Pedro Uczai, em 8-10-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 936, de 2014, da Liderança do PT.

12. Designado o Deputado Carlos Melles, como membro suplente, em vaga existente, em 10-4-2014 (Senado Federal), conforme o Ofício nº 142 de 2014, da Liderança do DEM.

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I - Infraestrutura	Deputado Waldenor Pereira (PT-BA)
II - Saúde	Senador Jorge Viana (PT-AC)
III - Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Rodrigo de Castro (PSDB-MG)
IV - Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)
V - Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
VI - Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Geraldo Resende (PMDB-MS)
VII - Justiça e Defesa	Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP)
VIII - Poderes do Estado e Representação	Deputado João Leão (PP-BA)
IX - Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Deputado Eduardo Sciarra (PSD-PR)
X - Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado João Carlos Bacelar (PR-BA)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM****COORDENADOR:** Deputado Gastão Vieira (PMDB-MA)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
PSB	Senador João Capiberibe (PSB / AP)
PSDB	Senador Flexa Ribeiro (PSDB / PA)
PR	Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR / SP)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Gastão Vieira (PMDB)
PR	Deputado João Maia (PR)
PSD	Deputado Eliene Lima (PSD)
PTB	Deputado Arnon Bezerra (PTB)
PSB	Deputado Paulo Foletto (PSB)
PP	Deputado Sandes Júnior (PP)
PT	Deputado Ronaldo Zulke (PT)
PSDB	Deputado Cesar Colnago (PSDB)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**I - Comitê de Avaliação , Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS****COORDENADOR:** Deputado Izalci (PSDB-DF)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
PCdoB	Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB / AM)
PMDB	Senador João Alberto Souza (PMDB / MA)
SD	Senador Vicentinho Alves (SD / TO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSDB	Deputado Nilson Leitão (PSDB)
PSDB	Deputado Izalci (PSDB)
PSD	Deputado Urzeni Rocha (PSD)
PSC	Deputado Silvio Costa (PSC)
PSOL	Deputado Ivan Valente (PSOL)
PROS	Deputado Givaldo Carimbão (PROS)
PMDB	Deputado João Magalhães (PMDB)
DEM	Deputado Felipe Maia (DEM)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR****COORDENADOR:** Deputado Paulo Pimenta (PT-RS) ^(2,1)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Senador Vital do Rêgo (PMDB / PB)
PTB	Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB / RR)
PSDB	Senador Cyro Miranda (PSDB / GO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Deputado Paulo Pimenta (PT)
PMDB	Deputado Sandro Mabel (PMDB)
PSB	Deputado Alexandre Roso (PSB)
PSD	Deputado Roberto Dornier (PSD)
PDT	Deputado Marcos Rogério (PDT)
PP	Deputado Betinho Rosado (PP)
PPS	Deputado João Magalhães (PMDB)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e
Serviços com Índícios de Irregularidades Graves - COI****COORDENADOR:** Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
PT	Senadora Gleisi Hoffmann (PT / PR)
PP	Senadora Ana Amélia (PP / RS)
PMDB	Senador Valdir Raupp (PMDB / RO)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Deputado Assis Carvalho (PT)
PT	Deputado Luiz Alberto (PT)
PMDB	Deputado Alexandre Santos (PMDB)
PR	Deputado Luciano Castro (PR)
PSD	Deputado Moreira Mendes (PSD)
PP	Deputado Lázaro Botelho (PP)
PCdoB	Deputado Daniel Almeida (PCdoB)
SD	Deputado Benjamin Maranhão (SD)

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Alfredo Sirkis (PSB-RJ) { 38,57,61,15,26}

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) { 38,57,61,15,26}

RELATOR: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) { 38,57,61,17,26}

Instalação: 27/02/2013

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
Jorge Viana - PT/AC {5}	1. Wellington Dias - PT/PI {5}
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM {19,12,5}	2. Lindbergh Farias - PT/RJ {5}
VAGO {30,5,34,42}	3. Antonio Carlos Valadares - PSB/SE {5}
Cristovam Buarque - PDT/DF {5}	4. VAGO {19,5}
Inácio Arruda - PCdoB/CE {56,29}	5. VAGO {29}
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	
Valdir Raupp - PMDB/RO {2,14,52,44,54}	1. Vital do Rêgo - PMDB/PB {2,44}
Eduardo Braga - PMDB/AM {2,44}	2. Romero Jucá - PMDB/RR {2,44}
Ciro Nogueira - PP/PI {2,11,44}	3. VAGO {2,44}
Sérgio Petecão - PSD/AC {2,20,44}	4. VAGO {21,2,44}
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD)	
Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP {3}	1. Jayme Campos - DEM/MT {3,32,53}
Fleury - DEM/GO {33,6,9,62,65,63}	2. VAGO {6,9,50,51,40,49}
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR)	
João Vicente Claudino - PTB/PI {44,35}	1. VAGO {37,36}
Blairo Maggi - PR/MT {58,64}	2. VAGO
PSOL {1}	
Randolfe Rodrigues - AP {4,44}	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PT	
Fernando Ferro - PE ⁽⁷⁾	1. VAGO ^(7,45)
Márcio Macêdo - SE ⁽⁷⁾	2. Leonardo Monteiro - MG ⁽⁷⁾
PMDB	
Valdir Colatto - SC ^(16,13,7)	1. Colbert Martins - BA ^(7,48)
André Zacharow - PR ^(7,23,24)	2. Adrian - RJ
PSD	
Hugo Napoleão - PI ^(31,29)	1. Felipe Bornier - RJ ^(60,29)
Thiago Peixoto - GO ^(60,29)	2. VAGO ⁽²⁹⁾
PSDB	
Ricardo Tripoli - SP ^(7,25,46)	1. Antonio Carlos Mendes Thame - SP ^(7,46)
PP	
Gladson Cameli - AC ^(7,47)	1. Luis Carlos Heinze - RS ^(7,47)
DEM	
Rodrigo Maia - RJ ⁽⁷⁾	1. VAGO ^(7,22)
PR	
Gorete Pereira - CE ^(7,43,59)	1. VAGO ^(7,27)
PSB	
Alfredo Sirkis - RJ ^(7,55,41)	1. Janete Capiberibe - AP ^(7,28,18,41)
PDT	
Giovani Cherini - RS ⁽⁷⁾	1. Miro Teixeira - PROS/RJ ⁽⁷⁾
Bloco PV, PPS	
Sarney Filho - PV/MA ⁽⁷⁾	1. VAGO ⁽³⁹⁾
PTB ⁽¹⁾	
Jandira Feghali - PCdoB/RJ ^(7,8)	1. Arnaldo Jardim - PPS/SP ⁽¹⁰⁾

Notas:

*. Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2. Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

3. Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

4. Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

5. Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

6. Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7. Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

8. Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

9. Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

10. Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

11. Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12. Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

13. Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
14. Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.
15. Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.
16. Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.
17. Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.
18. Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.
19. Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011-GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
20. Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático? PSD.
21. Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
22. Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ithoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
23. Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
24. Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.
25. Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.
26. Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
27. Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.
28. Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.
29. Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
30. O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
31. Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.
32. Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
33. Designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
34. Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
35. Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.
36. Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.
37. Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.
38. Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
39. Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV na Câmara dos Deputados.
40. Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas ? DEM.
41. Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.
42. O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 127 dias, a partir de 13-3-2013, conforme os Requerimentos nºs 184 e 185, de 2014, aprovados na Sessão do Senado Federal de 11-3-2012.
43. Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.
44. Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade ? PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).
45. Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.
46. Em 22-5-2013 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.
47. Designado o o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luís Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.
48. Designado o Deputado Colbert Martins, como membro suplente, em substituição ao Deputado Celso Maldaner, em 9-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 634, de 2013, da Liderança do PMDB.
49. O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2012.
50. Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas. Câmara dos Deputados

51. - Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.
52. Vago em virtude de o Senador Sérgio Souza não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Gleisi Hoffmann, em 3-2-2014.
53. Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 2, de 2014, da Liderança do Democratas ? DEM.
54. Designado o Senador Valdir Raupp, como membro titular, em vaga existente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco da Maioria.
55. Designado o Deputado Alfredo Sirkis, como membro titular, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 5, de 2014, da Liderança do PSB.
56. Designado o Senador Inácio Arruda, como membro titular, em vaga existente, em 19-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 19, de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
57. Vago (arts. 5º e 6º da Resolução nº 4, de 2008).
58. Designado o Senador Cidinho Santos, como membro titular, em vaga existente, em 13-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 22, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
59. Em 26-3-2014 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, a Deputada Gorete Pereira, em substituição ao Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, conforme o Ofício nº 84, de 2014, da Liderança do PR.
61. Comissão instalada em 9-4-2014, eleitos Presidente Deputado Alfredo Sirkis, Vice-Presidente Senador Inácio Arruda e Relator Senador Valdir Raupp, conforme Ofício nº 003/2014-CMMC (lido em 16/4/2014 - SF)
62. Em 17.07.2014, o Senador Wilder Moraes licenciou-se, a partir de 17 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 3 dias, conforme o Requerimento nº 703, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.
63. Em 17.07.2014, o Senador Wilder Moraes licenciou-se, a partir de 20 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 118 dias, conforme o Requerimento nº 704, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.
64. Designado, como membro titular, o Senador Blairo Maggi, em substituição Cidinho Santos, em 4-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 538, de 2014, da Liderança do BLUFOR.
65. Designado, como membro titular, o Senador Fleury, em substituição ao Senador Wilder Moraes, em 6-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 16, de 2014, da Liderança do DEM.
60. Designados os Deputados Thiago Peixoto, como membro titular, e Felipe Bornier, como membro suplente, conforme o Ofício nº 274 de 2014, da Liderança do PSD.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3122
E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

**Comissão Mista Representativa do Congresso
Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas**

Finalidade: A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	
Roberto Requião - PMDB/PR ⁽³⁾	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD)	
Fleury - DEM/GO ^(1,8,10,9)	1. Jayme Campos - DEM/MT ^(4,5,6,7,1)
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
PSOL	
Randolfe Rodrigues - AP ⁽²⁾	1. VAGO

Notas:

- *. Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.
 - Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.
 - Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.
 - O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2012.
 - Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.
 - Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.

7. Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em 5-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 002, de 2014, da Liderança do Democratas.
8. Em 17.07.2014, o Senador Wilder Moraes licenciou-se, a partir de 17 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 3 dias, conforme o Requerimento nº 703, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.
9. Em 17.07.2014, o Senador Wilder Moraes licenciou-se, a partir de 20 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 118 dias, conforme o Requerimento nº 704, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.
10. Designado, como membro titular, o Senador Fleury, em substituição ao Senador Wilder Moraes, em 6-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 16, de 2014, da Liderança do DEM.

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999) (Resolução nº 02, de 2013-CN)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) { 3,4,6,10}

VICE-PRESIDENTE: Deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG) { 4,10}

Atualização: 22/11/2013

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
Líder da Maioria Deputado Vicentinho (PT/SP)	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) { 1}
Líder da Minoria Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) { 9}	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Wilder Moraes { 2,7,13,14}
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Nelson Pellegrino (PT/BA) { 12}	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Waldemir Moka (PMDB/MS) { 5}
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria VAGO
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Hugo Napoleão (PSD/PI) { 11}	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) { 8}

Notas:

1. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.
2. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.
3. Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (Of. nº 001/2013 ? CRE).
4. O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.
5. Em 13.2.2014, o Senador Waldemir Moka é indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, conforme Of. GLPMDB nº 033/2014.
6. Eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados em 26.02.2014.
7. Em 12.03.2014, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Wilder Moraes como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.
8. Em 17.3.2014, o Senador Mozarildo Cavalcanti é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no Senado Federal, conforme Ofício nº 038/2014 - CRE.
9. Em 19.3.2014, o Deputado Luiz Carlos Hauly é indicado pela Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme o Ofício nº 7, de 2014.
10. Em 20-3-2014 o Senador Ricardo Ferraço assume a presidência, e o Deputado Eduardo Barbosa a vice-presidência, nos termos do art. 7º da Resolução nº 2, de 2013-CN, conforme Ofício nº 1, de 2014, do Presidente da CCAI.
11. Em 7-4-2014, o Deputado Hogo Napoleão é indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 018/2014 - CREDN.
12. Designado o Deputado Nelson Pellegrino, em vaga destinada à Maioria da Câmara dos Deputados, em 15-4-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 255, de 2014, da Liderança do PT.

13. Em 17.07.2014, o Senador Wilder Moraes licenciou-se, a partir de 17 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 3 dias, conforme o Requerimento nº 703, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.

14. Em 17.07.2014, o Senador Wilder Moraes licenciou-se, a partir de 20 de julho de 2014, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 118 dias, conforme o Requerimento nº 704, de 2014, aprovado na sessão de 17.07.2014.

Secretário: Marcos Machado Melo

Telefone(s): 3303-3520

Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Resolução nº 2, de 2014

Número de membros: 4 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD)	
VAGO	1. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
VAGO	1. VAGO

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

Resolução nº 1, de 2014-CN

Número de membros: 12 Senadores e 31 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	
Kátia Abreu - PMDB/TO ⁽⁴⁾	1. Jarbas Vasconcelos - PMDB/PE ⁽⁴⁾
Ana Amélia - PP/RS ⁽⁴⁾	2. Sérgio Petecão - PSD/AC ⁽⁴⁾
Ricardo Ferraço - PMDB/ES ⁽⁴⁾	3. VAGO
Paulo Davim - PV/RN ⁽⁴⁾	4. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
Ana Rita - PT/ES ⁽³⁾	1. Cristovam Buarque - PDT/DF ⁽³⁾
Angela Portela - PT/RR ⁽³⁾	2. João Capiberibe - PSB/AP ⁽³⁾
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM ⁽³⁾	3. Eduardo Suplicy - PT/SP ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR)	
Eduardo Amorim ^(5,6)	1. Gim - PTB/DF ⁽⁵⁾
Mozarildo Cavalcanti - PTB/RR ⁽⁵⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD)	
VAGO	1. Lúcia Vânia - PSDB/GO ⁽²⁾
VAGO	2. VAGO
PROS ⁽¹⁾	
VAGO	1. VAGO

Notas:

*. Uma vaga acrescida ao Senado Federal e quatro vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

2. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em 25-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 14 de 2014, da Liderança do PSDB no Senado Federal.

3. Designadas as Senadoras Ana Rita, Angela Portela e Vanessa Grazziotin, como membros titulares; e os Senadores Cristovam Buarque, João Capiberibe e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, em 26-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 21 de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.

4. Designadas as Senadoras Kátia Abreu e Ana Amélia e os Senadores Ricardo Ferraço e Paulo Davim, como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos e Sérgio Petecão, como membros suplentes, em 12-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal.

5. Designados como membros titulares, os Senadores Eduardo Amorim e Mozarildo Cavalcanti e, como membro suplente, o Senador Gim, em 18-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal.

6. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 22/07/2014, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 15, de 2012

Finalidade: Elaborar em sessenta dias os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o DF, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria ⁽²⁾ (PV, PSD, PMDB, PP)	
Vital do Rêgo - PMDB/PB ⁽⁵⁾	1. Francisco Dornelles - PP/RJ ⁽⁵⁾
Eunício Oliveira - PMDB/CE ⁽⁵⁾	2. Garibaldi Alves - PSB/DF ⁽⁵⁾
VAGO ^(5,14)	3. VAGO ^(12,5)
Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
Rodrigo Rollemberg - PSB/DF ⁽³⁾	1. Pedro Taques - PDT/MT ⁽⁷⁾
Cristovam Buarque - PDT/DF ⁽³⁾	2. Antonio Carlos Valadares - PSB/SE ⁽⁷⁾
Paulo Paim - PT/RS ^(3,7)	3. Eduardo Suplicy - PT/SP ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD)	
Cyro Miranda - PSDB/GO ⁽³⁾	1. VAGO ^(6,10)
Wilder Moraes ^(6,3)	2. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR)	
Alfredo Nascimento - PR/AM ⁽⁴⁾	1. Eduardo Amorim - PTB/DF ^(4,15)
Gim - PTB/DF ⁽⁴⁾	2. João Vicente Claudino - PTB/PI ⁽⁴⁾
PSD ⁽¹⁾	
Sérgio Petecão - AC ⁽³⁾	1. VAGO ^(9,3,8,13)

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PT	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
PMDB	
Leandro Vilela - GO ⁽¹¹⁾	1. Geraldo Resende - MS ⁽¹¹⁾
Luiz Pitiman - PSDB/DF ⁽¹¹⁾	2. Sandro Mabel - GO ⁽¹¹⁾
PSDB	
VAGO	1. VAGO
PP	
Roberto Britto - BA ⁽¹¹⁾	1. Toninho Pinheiro - MG ⁽¹¹⁾
DEM	
Augusto Coutinho - SD/PE ⁽¹¹⁾	1. João Bittar - MG ⁽¹¹⁾
PR	
VAGO	1. VAGO
PSB	
VAGO	1. VAGO
PDT	
VAGO	1. VAGO
Bloco PV, PPS	
Augusto Carvalho - SD/DF ⁽¹¹⁾	1. VAGO
PTB ⁽¹⁾	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
2. Conforme Ofícios nos 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.
3. Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecção para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, a Comissão Especial Mista destinada a elaborar em sessenta dias os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional à matéria tratada na Emenda Constitucional nº 69, de 2012; nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.
4. Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim Argello, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.
5. Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.
6. Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofício nº 50/2012, da Liderança do DEM.
7. Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.
8. Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.
9. Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofício nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.
10. Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.
11. Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.
12. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.
13. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.
14. Vago em razão da renúncia do Senador Clésio Andrade ao cargo de Senador da República, em 15-7-2014 (Sessão do Senado Federal).

15. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 22/07/2014, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): (61) 3303-3490

E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATN Nº 1, DE 2013 - REFORMA DO REGIMENTO COMUM

Ato Conjunto nº 1, DE 2013, dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados

Finalidade: elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Instalação: 12/03/2013

Prazo final prorrogado: 11/07/2013

Prazo final prorrogado: 09/09/2013

Prazo final prorrogado: 23/12/2013

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Deputado Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
Deputado Mendonça Filho (DEM/PE)
Deputado Júlio Delgado (PSB/MG)
Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

SENADO FEDERAL
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Lobão Filho (PMDB/MA)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA)
Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Senador Jorge Viana (PT/AC)
Senadora Ana Amélia (PP/RS)

Notas:

*. Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.

**. Prazo final prorrogado para 11/07/2013, nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.

***. Prazo final prorrogado para 09/09/2013, nos termos no Ato Conjunto nº 6, de 16 de julho de 2013.

****. Prazo final prorrogado para 23/12/2013, nos termos no Ato Conjunto nº 8, de 9 de setembro de 2013.

*****. Prazo final prorrogado para 22/12/2014, nos termos no Ato Conjunto nº 15-A, de 18 de dezembro de 2013.

Secretário: ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO

Fax: 33031176

E-mail: antilossio@senado.gov.br

**ATN Nº 2, de 2013 - CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO
FEDERAL E REGULAMENTAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA CF.**

Ato Conjunto nº 2, de 2013, dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados

Finalidade: Consolidar a legislação federal e regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP)⁽¹⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Instalação: 02/04/2013

Prazo final prorrogado: 22/12/2014

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Romero Jucá - PMDB/RR	1. Kátia Abreu - PMDB/TO ^(3,4)
Vital do Rêgo - PMDB/PB	2. Waldemir Moka - PMDB/MS ⁽³⁾
Walter Pinheiro - PT/BA ⁽⁸⁾	3. Ruben Figueiró - PSDB/MS ⁽⁷⁾
Pedro Taques - PDT/MT	4. Wellington Dias - PT/PI ⁽¹¹⁾
Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP	5. Cristovam Buarque - PDT/DF ⁽¹¹⁾
Antonio Carlos Rodrigues - PR/SP	6. VAGO
Ana Amélia - PP/RS ⁽³⁾	7. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
Cândido Vaccarezza - PT/SP	1. Reinaldo Azambuja - PSDB/MS ⁽⁵⁾
Edinho Araújo - PMDB/SP	2. Moreira Mendes - PSD/RO ⁽⁶⁾
Eduardo Barbosa - PSDB/MG ⁽²⁾	3. Esperidião Amin - PP/SC ⁽⁸⁾
Sergio Zveiter - PSD/RJ	4. Júlio Delgado - PSB/MG ⁽⁹⁾
Arnaldo Jardim - PPS/SP	5. Rodrigo Maia - DEM/RJ ⁽⁹⁾
Miro Teixeira - PROS/RJ	6. Antonio Brito - PTB/BA ⁽⁹⁾
João Maia - PR/RN ⁽⁵⁾	7. Benedita da Silva - PT/RJ ^(9,10)

Notas:

*. Nos termos do Ato Conjunto nº 15-B, de 18 de dezembro de 2013.

**. Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.

***. Prazo final recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal.

1. Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto, de 2103.

2. Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.

3. Nos termos do Ato Conjunto nº 10, de 26 de setembro de 2013, ficam criadas vagas de suplentes na Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, bem como fica designada a Senadora Ana Amélia, como membro titular, em vaga existente, e, como membros suplentes, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Waldemir Moka.

4. Em 8-10-2013, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Partido da Social Democrático? PSD, e filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, conforme Ofício nº 0800/2013 ? GSKAAB.

5. Nos termos do Ato Conjunto nº 11, de 22 de outubro de 2013 (DSF 22-10-2013), ficam designados os Deputados João Maia, como membro titular, e Reinaldo Azambuja, como membro suplente.

6. Nos termos do Ato Conjunto nº 12, de 5 de novembro de 2013 (DSF 03-11-2013), fica designado o Deputado Moreira Mendes, como membro suplente.

7. Nos termos do Ato Conjunto nº 13, de 13 de novembro de 2013 (DSF 13-11-2013), fica designado o Senador Ruben Figueiró, como membro suplente.

8. Nos termos do Ato Conjunto nº 14, de 3 de dezembro de 2013 (DSF 3-12-2013), ficam designados o Deputado Esperidião Amin, como membro suplente, e o Senador Walter Pinheiro, como membro titular, em substituição ao Senador Jorge Viana.

9. Nos termos do Ato Conjunto nº 2, de 11 de março de 2014 (DSF 12-03-2014)

10. Nos termos do Ato Conjunto nº 3, de 30 de abril de 2014 (DSF 1º-5-2014), fica designada a Deputada Benedita da Silva, como membro suplente, em substituição ao Deputado Geraldo Simões.

11. Nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 30 de abril de 2014 (DSF 17-6-2014), ficam designados os Senadores Wellington Dias e Cristovan Buarque, como membros suplentes, em vagas existentes.

Secretário: Antonio Oscar Guimarães Lossio

Telefone(s): 61 33033511 **Fax:** 61 33031176

E-mail: sscepi@senado.leg.br

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO

CPMI do Metrô

Requerimento nº 4, de 2014-CN

Finalidade: Finalidade: destinada a investigar os fatos referentes à formação de cartel, corrupção de autoridades e outros ilícitos nos contratos, licitações, execução de obras e manutenção de linhas de trens e metrô no estado de São Paulo e no Distrito Federal, com o uso de recursos federais e em prejuízo na prestação do serviço público de transporte.

Número de membros: 14 Senadores e 14 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Designação: 16/07/2014

Instalação: 06/08/2014

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	
VAGO ⁽³⁾	1. Sérgio Petecão - PSD/AC
Ivonete Dantas - PMDB/RN	2. Paulo Davim - PV/RN
VAGO ⁽⁷⁾	3. VAGO
João Alberto Souza - PMDB/MA ⁽⁴⁾	4. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
Wellington Dias - PT/PI ⁽⁵⁾	1. Humberto Costa - PT/PE
Eduardo Suplicy - PT/SP	2. Inácio Arruda - PCdoB/CE
Acir Gurgacz - PDT/RO	3. Jorge Viana - PT/AC
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD)	
Cyro Miranda - PSDB/GO	1. Cícero Lucena - PSDB/PB
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	2. Lúcia Vânia - PSDB/GO
VAGO	3. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR)	
Gim - PTB/DF	1. Eduardo Amorim - PR/SP ⁽¹⁾
Antonio Carlos Rodrigues - PR/SP	2. Blairo Maggi - PR/MT ⁽²⁾
PSB	
Antonio Carlos Valadares - SE	1. João Capiberibe - AP
PROS	
TITULARES	SUPLENTES
Ataídes Oliveira - TO	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PT	
Dr. Rosinha - PR	1. Carlos Zarattini - SP
Renato Simões - SP	2. Paulo Teixeira - SP
PMDB	
Alexandre Santos - RJ	1. Fábio Trad - MS
José Priante - PA	2. Manoel Junior - PB
PSD	
Eduardo Sciarra - PR	1. Marcos Montes - MG
Guilherme Campos - SP	2. Moreira Mendes - RO
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame - SP	1. Bruno Araújo - PE
PP	
Luiz Fernando Faria - MG	1. Marcio Junqueira - PROS/RR
PR	
Bilac Pinto - MG	1. Jânio Natal - PRP/BA
PSB	
Dr. Ubiali - SP	1. Keiko Ota - SP
DEM	
Alexandre Leite - SP	1. VAGO
SD	
Fernando Francischini - PR ⁽⁶⁾	1. Manato - ES
PTB	
Eros Biondini - MG	1. Sabino Castelo Branco - AM
PCdoB	
Delegado Protógenes - SP	1. Gustavo Petta - SP

Notas:

1. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 22/07/2014, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
2. Designado, como membro suplente, o Senador Blairo Maggi, em substituição ao Senador Cidinho Santos, em 4-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 545, de 2014, da Liderança do BLUFOR.
3. Vago em virtude do Senador Casildo Maldaner ter declinado de sua indicação, conforme Of. 174, de 2014, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
4. Designado, como membro titular, o Senador João Alberto Souza, em vaga existente, em 6-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 176, de 2014, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Dias, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, em 6-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 69, de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
6. Designado, como membro titular, o Deputado Fernando Francischini, em substituição ao Deputado Wladimir Costa, em 6-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 271, de 2014, da Liderança do SD.
7. Vago em virtude do Senador Benedito de Lira ter declinado de sua indicação, conforme Of. 58, de 2014, da Liderança do PMDB e do Bloco Parlamentar da Maioria.

Secretário: ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO - REINILSON PRADO

Telefone(s): 61 3033511/3492 **Fax:** 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

CPMI RQN nº 3, de 2014

Requerimento nº 3, de 2014-CN

Finalidade: Finalidade: Investigar as denúncias de prática de corrupção, desvio de recursos públicos, fraude em licitação, lavagem de dinheiro, remessa ilegal de valores ao exterior e formação de cartel em atos e contratos realizados por entidades da administração pública direta e indireta, relacionados à aquisição da Refinaria de Pasadena no Texas (EUA); aos contratos entre a Petrobras e a empresa holandesa ?SMB Offshore?; ao lançamento de plataformas inacabadas; ao superfaturamento na construção de refinarias; às atividades da Petrobras e do Porto de Suape para viabilizar a construção e a operação da Refinaria Abreu e Lima em Pernambuco; aos contratos para aquisição, manutenção e operação de trens, metrô e sistemas auxiliares, em SP e no DF, que envolvam as empresas referidas no acordo de leniência firmado pela Siemens; e aos convênios e contratos, firmados por órgãos e entidades estaduais e municipais, para aquisição de equipamentos e desenvolvimento de projetos na área de tecnologia da informação e utilizando recursos da União.

Número de membros: titulares**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO**CÂMARA DOS DEPUTADOS****SENADO FEDERAL**

CPMI Petrobras

Requerimento nº 2, de 2014-CN

Finalidade: Investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionário da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias.

Número de membros: 16 Senadores e 16 Deputados

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim (PTB-DF)

RELATOR: Deputado Marco Maia (PT-RS)

Designação: 27/05/2014

Instalação: 28/05/2014

Prazo final: 23/11/2014

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PSD, PMDB, PP)	
João Alberto Souza - PMDB/MA	1. VAGO
Valdir Raupp - PMDB/RO	2. VAGO
Vital do Rêgo - PMDB/PB	3. VAGO
Sérgio Petecão - PSD/AC	4. VAGO
Ciro Nogueira - PP/PI	5. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PSOL, PT, PDT, PCdoB, PRB)	
José Pimentel - PT/CE	1. Jorge Viana - PT/AC
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	2. Inácio Arruda - PCdoB/CE
Humberto Costa - PT/PE	3. Ana Rita - PT/ES
Acir Gurgacz - PDT/RO	4. Paulo Paim - PT/RS
Anibal Diniz - PT/AC	5. Wellington Dias - PT/PI
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM, SD)	
Antonio Aureliano - PSDB/MG ^(17,13,12)	1. Ruben Figueiró - PSDB/MS
Mário Couto - PSDB/PA	2. Flexa Ribeiro - PSDB/PA
Jayme Campos - DEM/MT	3. José Agripino - DEM/RN
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR)	
Antonio Carlos Rodrigues - PR/SP	1. Eduardo Amorim - PTB/DF ^(13,12,10)
Gim - PTB/DF	2. Blairo Maggi - PR/MT ⁽¹¹⁾
PROS	
Ataídes Oliveira - TO	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PT	
Marco Maia - RS	1. Afonso Florence - BA
Sibá Machado - AC	2. Iriny Lopes - ES
PMDB	
Sandro Mabel - GO ⁽⁵⁾	1. João Magalhães - MG
Lucio Vieira Lima - BA	2. Eduardo Cunha - RJ ⁽⁵⁾
PSD	
Hugo Napoleão - PI	1. Jaime Martins - MG
José Carlos Araújo - BA	2. Moreira Mendes - RO
PSDB	
Antonio Imbassahy - BA ^(23,6,8,15,16)	1. Izalci - DF
PP	
Aguinaldo Ribeiro - PB	1. José Otávio Germano - RS
DEM	
Rodrigo Maia - RJ ^(22,4,3,2,14,21)	1. Onyx Lorenzoni - RS ^(18,3,2,4,9,14,7)
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos - MG	1. João Carlos Bacelar - BA ⁽¹⁾
PSB	
Júlio Delgado - MG	1. Alexandre Roso - RS
SD	
Fernando Francischini - PR	1. Augusto Coutinho - PE ⁽²⁰⁾
Bloco PV, PPS	
Rubens Bueno - PPS/PR	1. Eurico Júnior - PV/RJ
PTB	
Arnaldo Faria de Sá - SP	1. Antonio Brito - BA
PROS	
Ronaldo Fonseca - DF ⁽¹⁹⁾	1. Hugo Leal - RJ
PDT	
Enio Bacci - RS	1. Marcos Rogério - RO

Notas:

1. Em 3-6-2014 (Sessão do Senado Federal), designado o Deputado João Carlos Bacelar, como membro suplente, em substituição ao Deputado Aelton Freitas, nos termos dos Ofício nº 214/2014 do PR.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Onyx Lorenzoni, em substituição ao Deputado Rodrigo Maia, e, como membro suplente, o Deputado Rodrigo Maia, em substituição ao Deputado Onyx Lorenzoni, em 11-6-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 222, de 2014, da Liderança do DEM.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Onyx Lorenzoni, em substituição ao Deputado Rodrigo Maia, e, como membro suplente, o Deputado Rodrigo Maia, em substituição ao Deputado Onyx Lorenzoni, em 11-6-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 222, de 2014, da Liderança do DEM.
4. Designado, como membro titular, o Deputado Rodrigo Maia, em substituição Onyx Lorenzoni, e, como membro suplente, Onyx Lorenzoni, em substituição ao Deputado Rodrigo Maia, em 18-6-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 225, de 2014, da Liderança do DEM.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Sandro Mabel, em substituição ao Deputado Eduardo Cunha, e, como membro suplente, o Deputado Eduardo Cunha, em substituição ao Deputado Sandro Mabel, em 18-6-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 667, de 2014, da Liderança do PMDB.
6. Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, em 24-6-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 685, de 2014, da Liderança do PSDB.

7. Designado, como membro suplente, o Deputado Mendonça Filho, em substituição ao Deputado Onyx Lorenzoni, em 25-6-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 227, de 2014, da Liderança do DEM.
8. Designado, como membro titular, o Deputado Carlos Sampaio, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy, em 1-7-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 716, de 2014, da Liderança do PSDB.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Onyx Lorenzoni, em substituição ao Deputado Mendonça Filho, em 1-7-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 228, de 2014, da Liderança do DEM.
10. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 22/07/2014, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.
11. Designado, como membro suplente, o Senador Blairo Maggi, em substituição ao Senador Cidinho Santos, em 4-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 544, de 2014, da Liderança do BLUFOR.
12. O Senador Alvaro Dias licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 5-8-2014, conforme os Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, aprovados na Sessão do Senado Federal de 5-8-2014.
13. O Senador Alvaro Dias licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 5-8-2014, conforme os Requerimentos nºs 725 e 726, de 2014, aprovados na Sessão do Senado Federal de 5-8-2014.
14. Designado, como membro titular, o Deputado Rodrigo Maia, em substituição ao Deputado Onyx Lorenzoni, e, como membro suplente, o Deputado Onyx Lorenzoni, em substituição ao Deputado Rodrigo Maia, em 6-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 255, de 2014, da Liderança do DEM.
15. Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, em 12-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 804, de 2014, da Liderança do PSDB.
16. Designado, como membro titular, o Deputado Carlos Sampaio, em substituição ao Deputado Antônio Imbassahy, em 19-8-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 808, de 2014, da Liderança do PSDB.
17. Designado, como membro titular, o Senador Antonio Aureliano, em substituição Alvaro Dias, em 9-9-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 66, de 2014, da Liderança do PSDB.
18. Designado, como membro suplente, o Deputado Mendonça Filho, em substituição ao Deputado Onyx Lorenzoni, em 9-9-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 263, de 2014, da Liderança do DEM.
19. Designado, como membro titular, o Deputado Ronaldo Fonseca, em substituição ao Deputado Márcio Junqueira, em 16-9-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 120, de 2014, da Liderança do PROS.
20. Designado, como membro suplente, o Deputado Augusto Coutinho, em substituição ao Deputado Simplicio Araújo, em 14-10-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 321, de 2014, da Liderança do SD.
21. Designado, como membro titular, o Deputado Mendonça Filho, em substituição ao Deputado Rodrigo Maia, em 22-10-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 281, de 2014, da Liderança do DEM.
22. Designado, como membro titular, o Deputado Rodrigo Maia, em substituição ao Deputado Mendonça Filho, em 28-10-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 282, de 2014, da Liderança do DEM.
23. Designado, como membro titular, o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, em 28-10-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 874, de 2014, da Liderança do PSDB.

Secretário: ROGÉRIO FALEIRO MACHADO
Telefone(s): 61 33033490 Fax: 6133031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN)
1º Vice-Presidente Deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP)
2º Vice-Presidente Deputado Fábio Faria (PSD/RN)
1º Secretário Deputado Marcio Bittar (PSDB/AC)
2º Secretário Deputado Simão Sessim (PP/RJ)
3º Secretário Deputado Maurício Quintella Lessa (PR/AL)
4º Secretário Deputado Biffi (PT/MS)
Líder da Maioria Deputado Vicentinho (PT/SP)
Líder da Minoria Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Vicente Candido (PT/SP)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG)

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA)
2º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
3º Secretário Senador Ciro Nogueira (PP/PI)
4º Secretário Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Wilder Morais ⁽¹⁾
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)

Atualização: 18/08/2014

Notas:

1. O Senador Wilder Morais licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 17/07/2014, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Newton Lima (PT-SP)⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Deputado Renato Molling (PP-RS)⁽¹⁾

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
André Zacharow - PR	1. Lelo Coimbra - ES
Íris de Araújo - GO	2. Osmar Serraglio - PR
Marçal Filho - MS	3. Ronaldo Benedet - SC
Raul Henry - PE	4. Valdir Colatto - SC
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame - SP	1. VAGO ⁽²⁾
VAGO ⁽¹¹⁾	2. Carlos Sampaio - SP ⁽⁷⁾
VAGO ^(9,4,8)	3. VAGO
PSD	
Geraldo Thadeu - MG	1. Átila Lins - AM
Hugo Napoleão - PI	2. Dr. Luiz Fernando - AM
Raul Lima - PP/RR	3. Eleuses Paiva - SP
PP	
Dilceu Sperafico - PR	1. Luis Carlos Heinze - RS
Renato Molling - RS	2. Renato Andrade - MG
PSB	
Jose Stédile - RS	1. Beto Albuquerque - RS
Paulo Foletto - ES ⁽¹²⁾	2. Leopoldo Meyer - PR
PR	
Wellington Fagundes - MT	1. Henrique Oliveira - SD/AM
DEM	
Júlio Campos - MT	1. VAGO
PDT	
Vieira da Cunha - RS	1. Sebastião Bala Rocha - SD/AP
PTB	
Paes Landim - PI	1. Jorge Côrte Real - PE
Bloco PV, PPS	
Roberto Freire - PPS/SP	1. Antônio Roberto - PV/MG
PSC	

TITULARES	SUPLENTE
Nelson Padovani - PR	1. Takayama - PR
PCdoB	
João Ananias - CE	1. Chico Lopes - CE
PRB	
George Hilton - MG	1. Vitor Paulo - RJ
PTdoB	
Luis Tibé - MG	1. VAGO

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria	
Pedro Simon - PMDB/RS	1. Casildo Maldaner - PMDB/SC
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Valdir Raupp - PMDB/RO
Ana Amélia - PP/RS	3. Gim - PTB/DF ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo	
Eduardo Suplicy - PT/SP	1. Acir Gurgacz - PDT/RO ⁽³⁾
Paulo Paim - PT/RS	2. Inácio Arruda - PCdoB/CE
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE ⁽³⁾	3. Humberto Costa - PT/PE
Bloco Parlamentar da Minoria	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Cássio Cunha Lima - PSDB/PB
Fleury - DEM/GO ^(15,16)	2. Jayme Campos - DEM/MT
Bloco Parlamentar União e Força	
Mozarildo Cavalcanti - PTB/RR ⁽¹⁰⁾	1. Fernando Collor - PTB/AL
Luiz Henrique - PMDB/SC ⁽⁶⁾	2. Eduardo Amorim - PT/RJ

Atualização: 21/08/2014

Notas:

1. Eleitos na reunião realizada em 21.03.2013.
2. Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.
3. Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.
4. Vago em virtude de o Deputado Walter Feldman ter comunicado o seu desligamento, conforme Of.º 759/2013-PSDB.
5. O Senador Gim foi designado para ocupar a vaga de suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios GLPMDB nºs 260 e 265/2013, e Of. nº 168/2013-BLUFOR, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
6. O Senador Luiz Henrique foi designado para ocupar a vaga de titular do Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios nºs 167/2013-BLUFOR e Of. GLPMDB nº 266/2013, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
7. O Dep. Carlos Sampaio foi designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 58, de 07.11.2013, para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira ? PSDB, em substituição ao Deputado Urzeni Rocha, nos termos do Of.º 948/2013/PSDB, datado de 24.09.2013.
8. O Dep. Luiz Carlos Hauly foi designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 59, de 07.11.2013, para ocupar a vaga de membro titular do Partido da Social Democracia Brasileira ? PSDB.
9. Vago em virtude de o Deputado Luiz Carlos Hauly ter comunicado seu afastamento, conforme Of.º 018, de 11.12.2013, lido na sessão do Senado Federal de 20.12.2013.
10. Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 2, de 19.02.2014, para ocupar a vaga de membro titular do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, de acordo com anuência expressa de S. Exª apostada no Ofício nº 002/2014-BLUFOR.
11. Vago em virtude do recebimento do Ofício nº 227, de 2014, do Presidente da Câmara dos Deputados, lido na Sessão do Senado Federal de 26.02.2014, comunicando a declaração de renúncia ao mandato de Deputado Federal do Senhor Eduardo Azeredo.
12. Em 03.04.2014, o Deputado Paulo Foletto foi designado para ocupar a vaga de membro titular do PSB, nos termos do Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 15, de 2014, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Vago em virtude de a Deputada Lara Bernardi ter sido indicada para a vaga do Partido dos Trabalhadores como membro titular, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 16, de 2014, lido na sessão do Senado Federal de 15.04.2014.
14. A Deputada Lara Bernardi foi designada para ocupar a vaga de membro titular do Partido dos Trabalhadores, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, que deixou o exercício do mandato, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 16, de 2014, lido na sessão do Senado Federal de 15.04.2014.
15. O Senador Wilder Moraes licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 17/07/2014, conforme Requerimentos nºs 703 e 704, de 2014, deferidos na sessão de 17/07/2014.
16. Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 32, de 21.08.2014, para ocupar a vaga de membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Wilder Moraes, nos termos do Of.º 016/14-GLDEM, de 05.08.2014, lido na sessão do Senado Federal desta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

Conselho de Comunicação Social

Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Dom Orani João Tempesta ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Fernando César Mesquita ⁽²⁾

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Daniel Pimentel Slaviero
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Alexandre Kruehl Jobim	Lourival Santos
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	VAGO ⁽³⁾
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Jorge Coutinho	Mário Marcelo
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva	Pedro Pablo Lazzarini
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Angelo Cançado	Wrana Panizzi
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Pedro Rogério Couto Moreira
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	VAGO ⁽¹⁾
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro Filho	Victor José Cibelli Castiel (Zé Victor Castiel)

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Leonardo Petrelli

Atualização: 13/03/2013

Notas:

1. Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.
3. Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013

COMISSÕES DE TRABALHO**1 - V. Comissão de Publicidade e Propaganda**

Walter de Almeida Guilherme (Representante das empresas de rádio (inciso I))
Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão (inciso II))
Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III))
Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV))
José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI))
Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII))
Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio (inciso I))
Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão (inciso II))
Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III))
Liliana Nakonechnyj (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV))
Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil (inciso IX))
João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Fernando César Mesquita (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Maria José Braga (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil (inciso IX))

2 - III. Comissão de Conteúdos em Meios de Comunicação

Walter de Almeida Guilherme (Representante das empresas de rádio (inciso I))
Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão (inciso II))
Alexandre Kruel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III))
Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV))
Celso Augusto Schöder (Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V))
José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI))
Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII))
Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII))
Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio (inciso I))
Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão (inciso II))
Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III))

Liliana Nakonechnyj (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV))
Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V))
Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil (inciso IX))
João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Fernando César Mesquita (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil (inciso IX))

3 - IV. Comissão de Liberdade de Expressão e Participação Social

Walter de Almeida Guilherme (Representante das empresas de rádio (inciso I))
Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão (inciso II))
Alexandre Krueel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III))
Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV))
Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V))
José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI))
Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII))
Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII))
Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio (inciso I))
Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão (inciso II))
Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III))
Liliana Nakonechnyj (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV))
João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Fernando César Mesquita (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil (inciso IX))

4 - I. Comissão de Marco Legal e Regulatório do Setor das Comunicações

Walter de Almeida Guilherme (Representante das empresas de rádio (inciso I))
Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão (inciso II))
Alexandre Krueel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III))
Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV))
Celso Augusto Schöder (Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V))
José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI))
Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII))
Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil (inciso IX))
Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio (inciso I))
Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão (inciso II))
Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III))

Liliana Nakonechnyj (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV))

Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil (inciso IX))

João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil (inciso IX))

Fernando César Mesquita (Representante da sociedade civil (inciso IX))

Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil (inciso IX))

5 - II. Comissão de Tecnologia de Informação e Comunicação

Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio (inciso I))

Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão (inciso II))

Alexandre Kruehl Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III))

Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV))

Celso Augusto Schöder (Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V))

José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI))

Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII))

Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil (inciso IX))

Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio (inciso I))

Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão (inciso II))

Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III))

Liliana Nakonechnyj (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV))

João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil (inciso IX))

Fernando César Mesquita (Representante da sociedade civil (inciso IX))

Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil (inciso IX))

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

CCSCN@senado.leg.br

Conselho do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 3 Senadores e 3 Deputados

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PMDB VAGO
PSDB VAGO
PT VAGO

SENADO FEDERAL
PDT VAGO
PMDB VAGO
PTB VAGO
Presidente do Congresso Nacional Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

scop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL**PRESIDENTE**

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)

2º VICE-PRESIDENTE

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Deputado Marcio Bittar (PSDB-AC)

2ª SECRETÁRIA

Senadora Angela Portela (PT-RR)

3º SECRETÁRIO

Deputado Maurício Quintella Lessa (PR-AL)

4º SECRETÁRIO

Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Coleção Direitos Sociais



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 472 páginas
(O.S. 14316/2014)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

